

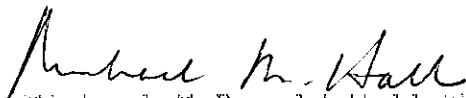
FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA: 38

"OS DOQUEIROS DO PORTO DE SANTOS: DIREITOS E CULTURA DE
SOLIDARIEDADE (1937 - 1968)"

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em

/ / .


Michael McDonald Hall, Ph.D.

(Orientador)

Fevereiro/1992.

C A M P I N A S

1991

Si38d
v.1
16639/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Para todos os portuários que me deram o
prazer de contar suas histórias de
solidariedade.

Para Valéria.

Para "Cearazinho", meus amigos, meu pai e
minha mãe (*in memoriam*).

INDICE

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
 <u>PARTE I - CULTURA DE SOLIDARIEDADE E</u> <u>"MODELO DOCAS" DE TRABALHO</u>	
<u>CAPITULO 1 - AS TEIAS DA SOLIDARIEDADE</u>	15
1. Porto e Cidade: Um Binômio Secular	15
1.1. A era do café na Belle Epoque	18
1.2. "A cidade era o porto"	25
1.3. Os portuários na cidade	30
2. O "Modelo Docas" de Trabalho	36
2.1. A contratação da mão-de-obra	37
2.2. A organização sincronizada do trabalho	49
2.3. As "carrancas" dos feitores	60
 <u>CAPITULO 2 - JORNADA DE TRABALHO E</u> <u>FORMAS DE REMUNERAÇÃO</u>	87
1. O Salário-Hora	87
1.1. O "fetichismo" do salário-hora	89
1.2. Os abalos do "fetichismo" do salário-hora	91
1.3. O problema dos turnos de trabalho	101
2. O Salário-Produção	116
2.1. A recusa do salário-produção	116
2.2. A luta pelo salário-produção	125
 <u>PARTE II - CULTURA DOS DIREITOS</u>	
<u>CAPITULO 3 - OS TRABALHADORES PE(R)DEM A PALAVRA (1937-1945)</u>	143
1. A "Agonia da Noite"	143
1.1. A título de introdução: o boicote à Espanha franquista	143
1.2. "Pequenos" atos de insubordinação	146
1.3. "Esforço de Guerra": soldados da produção?	149
1.4. Rádio e sindicato (ou botequim?)	156
2. A Participação dos Operários no Processo de "Redemocratização"	162
2.1. A "greve dos 19 dias"	165
2.2. O deslassar das amarras	175

3. A "Crença Simbólica nos Direitos"	179
3.1. "Doações" aos trabalhadores e ambigüidades da Justiça do Trabalho.....	180
3.2. Representações jurídico-políticas do poder	190
3.3. Os "consumidores-produtores" dos direitos.....	196
<u>CAPITULO 4 - O PORTO VERMELHO (1945 - 1949)</u>	201
1. Quais PCs?	201
1.1. As orientações do PCB na "redemocratização"	205
1.2. Precedentes do êxito do PCB em Santos	209
1.3. Os comunistas e o movimento operário de Santos	212
2. Os comunistas no porto de Santos	213
2.1. O boicote aos navios espanhóis	215
2.2. Os comunistas-doqueiros	227
2.3. "Fusão em confusão"; a luta pela unidade dos sindicatos.....	230
2.4. As primeiras oposições à Junta interventora do SOSPS	238
2.5. Associação Docas versus Junta Governativa.....	242
<u>CAPITULO 5 - A ERA DAS NEGOCIAÇÕES (1950 - 1959)</u>	263
1. O Difícil Começo do Trabalhismo	270
2. Alterações na Prática Sindical dos Comunistas	275
3. A Consolidação Trabalhista	280
4. Greve às Vésperas de um Suicídio	284
5. O Interregno Comunista	292
5.1. Eleição e intervenção sindical	292
5.2. "Ficamos lá feito bobos"; a greve de 1955	294
6. A Volta ao Trabalhismo	300
7. Consciência de Consumidores e Produtores	303
7.1. "A gestão mais espinhosa"	304
7.2. A "crise da carne"; rumo ao "nacionalismo decocrático"	310

<u>CAPITULO 6 - A ERA DAS GREVES (1960 - 1964)</u>	313
1. As Grandes Jornadas	317
1.1. O Forum Sindical de Debates	317
1.2. "Greves Políticas" e de Solidariedade	319
2. A Era das Reivindicações	352
2.1. "Um 'Deus' dos portuários"	354
2.2. Mobilizações e reivindicações a nível nacional	357
2.3. "Aproveitar a oportunidade": da "greve da legalidade" ao Plebiscito	365
2.4. O segundo acordo nacional dos portuários...	369
3. Um Porto a Ver Navios	372
3.1. O cais à beira do "caos"	374
3.2. "Nós que amávamos tanto as reformas de base..."	380
3.3. "... e a cidadania"	381
 <u>EPILOGO (1964 - 1968)</u>	 385
 <u>APENDICE</u>	 395
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	396
<u>FONTES</u>	403

A G R A D E C I M E N T O S

Como não poderia deixar de ser, este trabalho é o resultado da contribuição de diversas pessoas.

Os portuários de Santos - matéria-prima destas páginas - merecem uma primeira menção. Sou-lhes grato por me revelarem sua perícia na arte da solidariedade, cuidadosamente tecida no dia-a-dia. Se não aprendi seus segredos nesta arte, a culpa é do discípulo e não dos mestres. Devo declarar meu tributo aos trabalhadores que se dispuseram a falar de suas vidas, de suas horas passadas na difícil lida cotidiana do cais e de suas lutas coletivas que me possibilitaram o prazer de narrá-las.

Não fosse a carinhosa ajuda de pessoas sensíveis à pesquisa e responsáveis pela conservação e organização dos documentos históricos, esta dissertação estaria inteiramente resumida ao título que a nomeia. Jamais teria condições de saldar minha dívida com o Sr. Hélio da Costa e a Sra. Maria Helena O'Neil, os quais me abriram as portas do arquivo da empresa "Docas S/A", onde está guardada uma volumosa quantidade de documentos da extinta Companhia Docas de Santos. Seria impossível agradecer nominalmente os inúmeros funcionários que me ajudaram.

Não poderia esquecer de Júlio Blanco, responsável pela "Comissão de Eventos" da CODESP (Companhia Docas do Estado de São Paulo). Por seu intermédio tive a oportunidade de consultar a documentação do "Museu do Porto", em Santos, além de estabelecer contato com antigos trabalhadores e administradores da CDS. Sou profundamente grato a todos os funcionários do Museu.

Grande parte do que aqui escrevi se baseia na documentação encontrada no Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos. Seus diretores e funcionários facultaram-me o acesso às valiosas atas das assembleias dos doqueiros. Sou grato, em especial, a Luiz Tenório Cavalcanti.

O Sr. Angelo Mastelinni, presidente da Associação dos Trabalhadores Aposentados da CDS, manifestou enorme paciência com a minha constante presença na sede desta entidade. Não só registrei suas lembranças; através de seu relacionamento com os aposentados, entrevistei antigos operários das Docas. Na Associação dos Estivadores Apo-

sentados encontrei a mesma sorte por meio de seu presidente, José Atílio.

Agradeço a todos os funcionários do "Arquivo do Estado de São Paulo", do "Arquivo Edgar Leuenroth", da "Biblioteca Nacional", do "Arquivo Nacional" e da "Biblioteca Roberto Simonsen".

Se a fase de coleta e reprodução de material contou com alguma agilidade, atribuo-a ao desempenho de Maria Valéria Barbosa, Maria Leandra Bizello e Maria Dutra. Valéria e Leandra ajudaram na transcrição de vários documentos. Maria Dutra e Valéria transcreveram entrevistas e atas sindicais gravadas.

Minha iniciação no tema resultou do encorajamento dos professores Kazumi Munakata, Maria José Trevisan e Célia Azevedo que leram e acompanharam meus primeiros trabalhos.

Hélio da Costa, Antonio Negro ("Gino"), Paulo Fontes e Alexandre Fortes - amigos e companheiros de grupo de estudo - têm sido uma presença marcante na minha formação e uma fonte de bom-humor. Em nossas divertidas reuniões aprendi muitas coisas novas e outras que pensava ter aprendido. Nesta monografia não deixei de levar em consideração seus comentários.

Devo imensamente ao vasto conhecimento adquirido por Malu Gitahy em anos de pesquisa sobre os portuários santistas. Malu é minha interlocutora constante e tem sido meu porto seguro.

Michael Hall colaborou, entre muitas outras coisas, com suas indicações e seus comentários precisos. Michael é um orientador que, acima de tudo, respeita e preserva a liberdade de seus orientandos.

Agradeço os professores Marco Aurélio Garcia e Cláudio Batalha por suas valiosas sugestões durante o exame de qualificação. O professor Sidney Chalhoub fez uma leitura atenta e sensível da primeira versão de um dos capítulos. Discuti várias questões da pesquisa com André Joanilho e quase levei sua impressora ao stress.

Joseli Nunes leu grande parte deste trabalho como se fosse seu. Mesmo dizendo-se leiga no assunto, Jô é uma interlocutora indispensável e perspicaz. Seu deliberado interesse por estas páginas é uma prova de sua carinhosa amizade. Os erros de revisão, certamente, não passaram pelo seu criterioso crivo. Agradeço também à cuidadosa revisão de Maria Tereza Furtado.

No Rio de Janeiro não teria encontrado melhores condições para o desenvolvimento da pesquisa sem a hospitalidade de Mirtes Palmeira e Bebel que me receberam em sua casa.

Pelo auxílio financeiro agradeço o CNPq, a FAPESP, a UNICAMP e a UNIMEP.

Sou imensamente grato à Ana Maria - "Aninha" - por seu companheirismo e pelos anos que passamos juntos.

Valéria foi minha companheira de todos os dias ao longo da maior parte deste trabalho e com ela partilhei alegrias e aflições. "Vavá", sua presença aqui e na minha vida é uma declaração de amor.

Agradeço ainda ao Tadeu Bertazzi Costa, ao Edson Nagle, à Ingrid Sarti, à Lúcia Barroso e aos meus alunos da UNIMEP.

A B R E V I A T U R A S

- A.B.A.P.E. - Associação Beneficente dos Amigos do Povo Espanhol.
- A.B.E.C.D.S. - Associação Beneficente dos Empregados da Companhia Docas de Santos.
- A.G.E. - Assembléia Geral Extraordinária.
- A.G.O. - Assembléia Geral Ordinária.
- C.C.T. - Convenção Coletiva de Trabalho.
- C.D.S. - Companhia Docas de Santos.
- C.N.T. - Conselho Nacional do Trabalho.
- J.C.J. - Junta de Conciliação e Julgamento.
- M.I.T.C. - Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.
- M.V.O.P. - Ministério da Viação e Obras Públicas.
- S.E.A.S.P.S. - Sindicato dos Empregados da Administração dos Serviços Portuários de Santos.
- S.E.S. - Sindicato dos Estivadores de Santos.
- S.O.S.P.S. - Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos.

I N T R O D U Ç Ã O

O tema deste trabalho é o estudo de um determinado grupo de trabalhadores do porto de Santos nos anos de 1937 a 1968. A problemática está centrada nos direitos referidos sobretudo às condições de trabalho.

Mas antes de entrar nesta questão, gostaria de oferecer ao leitor algumas imagens fragmentadas de tais condições a partir de uma breve narrativa retirada do romance "Navios Iluminados", escrito entre as décadas de 20 e 30 por Ranulpho Prata, médico da Associação Beneficente dos Empregados da Companhia Docas de Santos¹. O relato a seguir é exemplar quanto a uma série de aspectos que serão tratados ao longo desta dissertação.

As sete horas da manhã a "turma 65" das operações de carga e descarga da Companhia Docas de Santos encontrava-se reunida no pátio do "armazém 15" para "dar o ponto". O apontador surgiu com um caderninho sujo tirado do bolso. Em torno dele os trabalhadores fizeram logo um círculo, "como se se tratasse de uma brincadeira". A chamada começou em voz alta. Com um "presente!" responderam um espanhol, o "ceguinho", um açoriano que emprestava dinheiro a juros aos seus companheiros, um pernambucano fanfarrão, um bem humorado italiano, um japonês miúdo e risonho e, entre diversos outros trabalhadores das mais variadas procedências, Severino, um migrante nordestino recém-chegado do sertão da Bahia. Naquela manhã clara, Severino estava alegre e afoito porque era seu primeiro dia de trabalho nas Docas.

A "turma 65" foi escalada para descarregar açúcar vindo de Pernambuco. O "periquito", apelido que os trabalhadores deram a um pequeno guindaste hidráulico, começou empilhando a sacaria no cais. Os homens

"aproximaram-se, lerdos, como bois para a canga. O saco pegado por dois trabalhadores era colocado na cabeça de um terceiro, que o 'palmilhava' nos ares, aparando-o com a mão direita espalmada, o braço firme e em arco, de modo que o peso se fizesse sentir gradualmente, a pouco e pouco, e não de supetão, num desabamento repentino. Bem ajeitado sobre a cabeça, era levado para dentro do armazém, onde cresciam rumas colossais, sendo preciso, às vezes, 'remontar', subir escadas para ir atirá-lo lá em cima".

¹ PRATA, R. Navios iluminados. Clube do Livro, s/d, pp. 81-8.

Formaram-se fileiras de homens, como um formigueiro, indo e voltando de um ponto a outro. Severino postou-se para receber a carga. Desprevenido, sentiu o saco despencar em sua cabeça, escorregando por suas costas e caindo esborrachado no chão. O feitor, conhecido por "Malhado" - um português "duro e tirânico" -, não demorou a aparecer e lançar suas costumeiras injúrias:

- Está vendo a sua obra? Quem não pode vai chamar a amiga. (...) Se não aguenta, diga logo porque na minha turma não quero frouxos, basta os que já tenho.

Mas Severino não pretendeu "quebrar a castanha" do feitor, engolindo sua raiva, pois a situação de novato nas Docas aconselhava-o à "moderação nos assomos de caboclo esquentado, que não leva desaforo para casa".

Depois desta "quizília", Severino entrou novamente na fila para receber outro saco que, desta vez, pousou manso em sua cabeça. Ainda assim, o pescoço se achatou como se fosse enterrar dentro do peito, as veias engrossaram e os músculos do tórax se entesaram. Saiu com o corpo duro,

"o peso fazendo com que ele banchoasse os quadris, como mulher. Penetrou no armazém, cuja porta estava esteirada de pó de serragem para evitar escorregos.

"O sol foi esquentando. A turma principiou a suar. Suava e fedia. O "periquito", não parava um instante, botando a carga pra fora".

Severino corria com o serviço até mais não poder. Porém, não tardou a perceber que seus companheiros andavam devagar, com um passo miúdo e desleixado; só aceleravam o ritmo quando o "Malhado" gritava: "Toca pra frente, toca pra frente!" Ora, para quê correr com o serviço? Pegassem muito ou pouca carga, o ganho era o mesmo.

As onze horas as sereias apitaram esganiçadas avisando para a hora do almoço. Todos debandaram. Cada um foi ao armazém pegar seu paletó velho e seu chapéu surrado. Quem morava longe poupava tempo e dinheiro, esperando a mulher ou a filha trazer a marmita ou uma pequena caçarola enrolada num pano de algodão.

Severino foi para a pensão. Com apetite de causar inveja, comia de cabeça baixa. Mas logo perguntou a seu amigo de Docas, Felício: "Quando será que tem serão?"

- Eu já lhe disse mais de uma vez, Severino, deixe de influência com este negócio de serão. Não se iluda. (...) Eu tenho experiência e conhecimento das coisas. A noite foi feita pra se dormir, pra se descansar. Os bichos trabalham de noite? (...) O cavalo anda porque é obrigado, debaixo de espora e de chicote".

Depois de muita prosa e opiniões divergentes sobre o serão, Severino estava novamente no cais às 13 horas, sob um sol escaldante "que criava vaga-lumes nos olhos dos homens, vergados ao peso dos fardos". Após o lanche da tarde nas cantinas do cais, o cansaço os abateu, um a um. O porão do navio ainda continha muita carga. Os trabalhadores reforçaram a tática de corpo mole para passar da hora ordinária, obtendo melhor remuneração nos extraordinários. Mas o feitor os preveniu aos berros: - Vamos, vamos, não adianta "morder", porque este porão não dá especial.

Quando às cinco horas as sireias tocaram dando término à jornada ordinária, o porão do Lloyd já não tinha mais um grão de açúcar. Os homens dispersaram-se, lavando-se nas torneiras dos pátios. Severino, "derreado, pegajoso, exalando um cheiro forte de suor adocicado, nem esperou por Felício".

Com esta narrativa pretendi familiarizar o leitor em alguns pontos nela tematizados: o serviço realizado em turmas por homens das mais variadas origens étnicas; um setor muito pouco mecanizado, obrigando os trabalhadores ao carregamento insalubre das cargas na cabeça durante horas a fio; o "carrancismo" dos feitores; a "mordida" na produção, tanto em face do cansaço quanto da perspectiva do "serão".

Em torno destes problemas, entre outros, gravitaram o cotidiano de trabalho dos doqueiros e suas principais lutas pela obtenção e manutenção de determinados direitos.

Pensar a questão dos direitos, no entanto, implica em precisar o tipo de "modelo de dominação" construído por diversos agentes sociais em um setor público de atividades e, ao mesmo tempo, gerido por uma empresa privada, a Companhia Docas de Santos.

Neste sentido, devo esclarecer que a escolha em pesquisar um grupo de trabalhadores do porto passou por uma primeira dificuldade. Uma das peculiaridades do setor portuário reside no que Hobsbawm denominou de "indústria com fronteiras fluidas" e, portanto, sem "nenhuma forma exata" na medida em que seu trabalho consiste em um complexo ci-

ciclo operacional de movimentação de mercadorias². Envolve inúmeras categorias profissionais subordinadas a diferentes situações de trabalho, padrões, horários, modalidades de remuneração, órgãos da administração estatal, além de diferentes configurações associativas.

Pretendo, assim, ampliar o campo de visão do leitor quanto à "Babel portuária", a qual não se resume às operações dos trabalhadores de carga e descarga da CDS. Vejamos, por exemplo, a maneira pela qual se processava uma operação de desembarque no porto de Santos no início dos anos 60.

O navio não pode atracar sem que a CDS tome uma série de providências: indicar o local de acostamento da embarcação de acordo com o tipo de carga, verificar as condições e disponibilidades da armazenagem, apontar as turmas de trabalhadores que devem manipular os volumes, colocar à disposição os equipamentos portuários, tais como guindastes, empilhadeiras, vagões, etc. Feitas estas exigências, o práctico da barra manobra a embarcação no cais. Estivadores, conferentes, vigias e agentes da alfândega entram no navio. Toda a operação de descarga a bordo é efetuada pelos estivadores com o auxílio do "pau-de-carga" (espécie de guindaste da embarcação) que deposita a mercadoria no convés onde é feita a conferência pelos conferentes do porto (CDS), do navio, além de um funcionário aduaneiro. Em seguida, os volumes são carregados pelas turmas de carga e descarga das Docas para os armazéns ou os pátios, nos quais são empilhados. As mercadorias ficam armazenadas até que o importador ou seu despachante procure por elas junto à empresa. Uma vez solicitado o "desembaraço", são novamente acionados os conferentes. Os caminhões estacionam ao pé dos armazéns, do lado de fora, e aguardam uma turma de arrumadores. Após a descarga, a conta é apresentada pelo mestre de serviço do sindicato, recebendo o dinheiro a ser pago aos trabalhadores³.

Podemos observar, então, que a organização do trabalho portuário envolve um sem-número de atividades e categorias na carga e descarga das mercadorias. A atividade portuária compreende ainda a manutenção das instalações portuárias, o pessoal da administração, pilotos, tri-

² HOBBSBAM, E. Os trabalhadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 210.

³ A melhor descrição que encontrei deste ciclo operacional está no artigo de uma revista empresarial: Transporte Moderno. Santos, porto mal comportado, São Paulo, 1, (6), jan. 1964, p. 41.

pulações de rebocadores, manobreiros, supervisores, corpo de policiais e vigilantes da CDS e da esfera pública, etc.⁴

A disputa pelo controle das operações é algo que varia historicamente. Há uma luta entre os mais diversos grupos dominantes em torno da utilização do tempo dos serviços de carga e descarga, do domínio do mercado de trabalho, da fixação do preço da mão-de-obra e da organização do processo de trabalho. Trata-se de uma constante na história dos portos, onde jogam os mais variados interesses de uma miríade de patrões e trabalhadores.

No caso do porto de Santos, a expansão do comércio exportador ligado ao café no final do século XIX exigiu a construção de um ancoradouro despidido de suas roupagens coloniais. Depois de inúmeras *démarches* e frustradas tentativas, o governo imperial resolveu conceder um contrato a uma companhia privada para a construção e exploração do porto, sob um acordo que determinava a entrega de suas instalações ao Estado após um prazo definido. Segundo a historiadora Malu Gitahy, a empresa (Companhia Docas de Santos) não cumpriu os prazos para entrega de cada trecho da obra. Entretanto, através de negociações com o governo, a Companhia conseguiu, "em troca desta ou daquela obra considerada de 'utilidade pública'", inúmeras isenções e privilégios, entre os quais "a extensão do prazo de exploração do porto para nada menos que 90 anos, de 1890 para 1980!"⁵.

Todavia, tais prerrogativas e imunidades não efetivaram-se sem conflitos. Dentre os obstáculos às pretensões da empresa estavam os donos dos trapiches. Importadores e exportadores desejavam controlar as operações de embarque e desembarque e lutar contra o desejado monopólio da CDS em fixar as taxas que eles deveriam pagar. Amparada pelo governo, a empresa saiu vitoriosa deste embate, pondo abaixo, em poucos anos, todos os antigos trapiches. No processo de disputa com os donos das casas exportadoras, a companhia conseguiu, gradativamente, controlar as principais operações do processo de trabalho, abarcando

⁴ Ver VELASCO CRUZ, Maria C. Portos, relações de produção e sindicato: o caso do Rio de Janeiro na Primeira República. Ciências Sociais Hoje. Rio de Janeiro, Cortez, 1986.

⁵ GITAHY, Malu. Porto de Santos (1888-1908). In.: PRADO, A. A. Libertários no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 66-8. Sobre a concessão ver também LOBO, Hélio. Docas de Santos: suas origens, lutas e realizações. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1936.

um volumoso contingente de trabalhadores - dos carroceiros à estiva -, sob o seu exclusivo domínio⁶.

Na cronologia abarcada por esta pesquisa, tais conflitos no interior dos grupos dominantes já eram bem menos agudos. Em primeiro lugar, devemos destacar a intervenção do Estado no pós-30, regulamentando em detalhes as relações e o mercado de trabalho.

Em 1930, a CDS ressentiu-se com a perda das operações da estiva a partir da criação do Sindicato dos Estivadores de Santos, congregando uma categoria de trabalhadores autônomos ou "avulsos". Ou seja, os estivadores passaram a ter seus salários administrados pelo Estado e recebidos pela Entidade Estivadora, "agência intermediária que representa os armadores". Os estivadores, portanto, não tinham vínculo empregatício, na medida em que, através do seu sindicato, controlavam o próprio mercado de trabalho (*closed shop*). Na mesma categoria dos avulsos encontravam-se os consertadores, vigias, conferentes, arrumadores e ensacadores⁷.

Citando apenas as categorias mais importantes do ponto de vista deste texto, a CDS passou a controlar basicamente os serviços realizados "em terra" pelos doqueiros. Cabe a eles o transporte das mercadorias na faixa do cais e entre esta e os armazéns, depósitos, pátios, vagões e caminhões. Entram nestas operações o pessoal da "Divisão do Tráfego": trabalhadores de capatazias, ou seja, os transportadores de carga e descarga (descrição do trabalho de Severino), além do pessoal de armazém (aos quais compete a separação das marcas dos volumes, sua empilhação, desempilhação e abertura e fechamento das cargas para a conferência aduaneira e entrega das mercadorias nas ruas), dos guindasteiros, motoristas de empilhadeiras, maquinistas, feitores e feitores ajudantes, etc. Eram ainda empregados da CDS os artífices das oficinas mecânicas (ajustadores, torneiros, frezadores, furadores, malhadores), os marítimos (maquinistas, marinheiros, motoristas), os trabalhadores das linhas férreas (manobreiros, maquinistas, etc.), os vigias, o pessoal da construção civil e conservação⁸. Todos estes tra-

⁶ GITAHY, M. Processo de trabalho e greves portuárias, 1889-1910: estudo sobre a formação da classe operária no porto de Santos. In.: Ciências Sociais Hoje, Rio de Janeiro, Vértice, 1987.

⁷ Ver SARTI, Ingrid. O porto vermelho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 21-24. Ainda hoje os estivadores mantêm o *closed shop*.

⁸ Ver "Anexo" na página 395.

balhadores faziam parte do Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos, fundado em 1931⁹.

Estas categorias estarão presentes ao longo da monografia. Contudo, priorizei analisar as turmas de carga e descarga. Ao lado dos estivadores, elas situavam-se no setor mais estratégico da organização do trabalho portuário, representavam numericamente a maioria dos empregados das Docas e estiveram quase sempre no centro do palco das principais lutas e mobilizações.

Do plano inicial desta pesquisa constavam os doqueiros e os estivadores, mas ambas as categorias guardam especificidades muito diversas e complexas, apesar de diversos pontos de contato e semelhança. Escolhi, portanto, analisar apenas os operários da CDS. Um dos motivos deste recorte baseou-se na ausência de trabalhos sobre os doqueiros, enquanto Ingrid Sarti havia publicado sua brilhante dissertação de mestrado sobre os estivadores¹⁰.

Além disso, analisar um grupo de trabalhadores do porto respondia a uma insatisfação quanto a uma vasta literatura voltada ao estudo do movimento operário no chamado período "populista". Diversos autores operaram com modelos explicativos que enfatizavam as determinações estruturais da industrialização nas relações de classe, a ausência de autonomia operária, a burocratização sindical, as ligações anti-democráticas entre os sindicatos e suas bases, as alianças sócio-políticas, a manipulação clientelista das elites junto aos trabalhadores, a cooptação de classe e a subordinação do movimento operário ao Estado.

Nestas formulações o Estado tem sido frequentemente representado como o sujeito histórico, por excelência, devido à suposta "fragilidade" das classes sociais, sendo caracterizado como o *locus* capaz de dar a ler o sentido do movimento da sociedade. Como afirmou Maria Célia Paoli, "é como se a história dos trabalhadores se deslocasse a tal ponto para o âmbito do Estado que tudo se passa como se contar a história deste fosse simultaneamente contar a história dos trabalhadores"¹¹. E é também como se as práticas e as representações operárias se identificassem completamente com aquelas situadas na es-

9 O Sindicato dos Empregados da Administração dos Serviços do Porto de Santos, fundado em 1941, congregava os escriturários, engenheiros, chefes de seção, desenhistas, etc.

¹⁰ SARTI, I., op. cit.

¹¹ PAOLI, Maria C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LEITE LOPES, J. S. (org). Identidade e cultura operária. Rio de Janeiro, UERJ/Museu Nacional/Marco Zero, s/d., p. 60.

fera do Estado, segundo uma perspectiva reducionista que torna a consciência operária e a "ideologia do poder" redutíveis uma à outra.

Os trabalhadores dos setores público-estatais, em particular, foram quase que invariavelmente pensados como um vetor de sustentação do "regime populista", ao qual teriam se apegado como ostras por meio de uma lógica material de contrapartidas. Suas conquistas e participação na vida política do país teriam sido artificiais porque não resultaram de sua capacidade autônoma de pressão, mas do apoio recebido do governo através das lideranças sindicais, sobretudo aquelas de orientação nacionalista, cujo traço ideológico característico seria a glorificação do Estado.

A opção em estudar os doqueiros abriu uma importante perspectiva no que se refere a tais questões. Estes trabalhadores estavam inseridos em uma situação ambígua, ou seja, submetidos a uma empresa privada (com as características jurídico-contratuais de uma concessionária do governo) e a um setor público da economia, sob a marcante presença do Estado e seus diversos órgãos de atuação e controle das atividades do porto.

Tal ambigüidade não significa uma condição completamente original em relação a outras categorias subordinadas a diferentes modelos de dominação construídos em empresas com "estatutos" políticos, sociais e econômicos distintos. No entanto, os doqueiros lutavam diretamente contra os patrões; por outro lado, a CDS não podia concretizar diversos acordos com seus empregados sem a participação e a anuência dos mais variados órgãos governamentais. Em determinados momentos a empresa sinalizava favoravelmente em relação às demandas dos trabalhadores, mas estes precisavam obtê-las junto às autoridades governamentais. Todavia, a tônica gravitava principalmente nas insistentes recusas da CDS em conceder certos direitos, de modo que os doqueiros acionavam o Estado para fazê-la cumprir suas obrigações e instituir melhorias nas condições de trabalho. Neste sentido, partilhavam das características de outras categorias submetidas, exclusivamente, ao domínio estatal, uma vez que tornavam-se sensíveis em relação às vicissitudes da orientação governamental e às alterações da conjuntura política e econômica¹².

12 Ver RAMALHO, José R. Estado-patrão e luta operária: o caso FNM. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 17.

O governo era visto como uma instância jurídico-política capaz de frear os privilégios e desmandos da Companhia e de afiançar determinadas conquistas. Emergiu entre os doqueiros uma crença simbólica nos direitos, sobretudo porque o Estado se propunha a tocar num ponto de conflito permanente e cotidiano entre os operários e o capital: o mundo "privado" das relações de trabalho. O discurso legisferante do Estado e sua tentativa no sentido de criar cidadãos através do corporativismo foram sendo apropriados pelos trabalhadores de acordo com as suas próprias expectativas. Se esteve na mira do Estado cooptar os trabalhadores organizados, para isso ele precisou criar condições ao exercício da cidadania, ainda que regulada "desde o alto". Os doqueiros, por sua vez, souberam manipular e utilizar esta política com sentidos e resultados diferentes dos pretendidos pelas estratégias de controle e cooptação.

No entanto, a presença do Estado - em termos de sua ação jurídica - apresentava-se de "forma terminal" no que se refere aos conflitos vividos nos locais de trabalho. Os doqueiros não se movimentaram apenas nos interstícios dos canais institucionais, mas principalmente no interior do cotidiano portuário. Múltiplas correlações de forças apresentavam-se no domínio mesmo onde elas se exerciam e se organizavam - e nele estava também a marca do Estado e, portanto, não apenas em algum lugar identificável "no topo" do poder.

Procurei, então, politizar "pequenas lutas" exercidas no dia-a-dia do trabalho, solo para a criação de "um tempo coletivo de elaboração de (...) experiências comuns"¹³ e fonte dos temas das diversas lutas em "movimentos organizados".

As lideranças sindicais, os militantes partidários, suas práticas e orientações políticas constituem referência obrigatória neste trabalho. Por outro lado, procurei não confundir "a classe" com o "movimento operário", organizações, ideologias ou partidos, na medida em que os trabalhadores não se subsumiram à história dos grupos que se dispunham a representá-los¹⁴. Analisei duas correntes que, em momentos diferentes, tiveram hegemonia no interior da trajetória de experiências coletivas dos doqueiros: os comunistas e os trabalhistas. Tornou-se evidente que o êxito destes grupos foi muito menos o resultado de

¹³ PAOLI, M., op. cit., p. 62.

¹⁴ Ver HOBBSBAMN, Eric. Mundos do trabalho. São Paulo, Paz e Terra, 1987, p. 18.

suas orientações do que sua inserção junto às reivindicações e expectativas dos trabalhadores.

Atribuir a enorme capacidade de luta dos doqueiros ao Estado e às lideranças é fazer tábula rasa da coesão operária construída caprichosamente dentro e fora dos muros do cais. Um dos traços mais fortes da cultura dos portuários é a sua extraordinária e secular solidariedade. Esta cultura foi forjada pelo modo com que eles se apropriaram do binômio porto-cidade, que data desde o final do século passado, revelando sua posição estratégica na vida da cidade e do país. Além disso, os doqueiros foram construindo estreitos laços de solidariedade apesar e *pour cause* do "modelo Docas" de dominação que procurava se exercer desde as táticas de contratação da mão-de-obra até os detalhes de seus dispositivos de divisão e controle através da hierarquia de mando, remuneração e esquadrinhamento do espaço da produção. Os operários inverteram, pouco a pouco, a estratégia do capital no sentido de reuni-los e, ao mesmo tempo, tentar anular suas práticas de sociabilidade. Tal inversão pode ser testemunhada na cooperação mútua nos locais de trabalho, no característico internacionalismo portuário e nos inúmeros movimentos de solidariedade a outras categorias dentro e fora da cidade.

Esta cultura de solidariedade está na base de seu poder de barganha e intervenção na política do país. E contra ela voltaram-se os mais diversos grupos sociais e políticos. Durante quase três décadas estes grupos realizaram uma ampla campanha para reorganizar o trabalho do porto de Santos, sob a alegação de que nele residiam os "privilégios" de uma suposta "aristocracia operária", sobretudo quanto às modalidades de remuneração da mão-de-obra e à maneira pela qual os doqueiros se utilizavam da jornada de trabalho. Em torno destas questões deram-se os principais embates entre capital e trabalho, variando de acordo com as conjunturas, as alterações da política governamental e o comportamento operário em suas diversas formas de luta.

Na primeira parte desta dissertação analiso a cultura de solidariedade e as questões referentes às condições de trabalho ("Capítulos 1 e 2"). Na segunda parte ("Capítulos 3 a 6") os problemas tratados nos dois primeiros capítulos são colocados em sintonia com diversas

conjunturas, relacionando a "história do poder do Estado" com a "história das lutas e mobilizações operárias"¹⁵.

O "Capítulo 3" trata das experiências dos doqueiros nos anos sufocantes do "Estado Novo" e de como elas não significaram a ausência de espírito coletivo revelado pela explosão operária no imediato pós-guerra. Aborda ainda as relações dos trabalhadores com o Estado, principalmente quanto às suas representações e práticas em torno da questão dos direitos.

O "Capítulo 4" ocupa-se da ação dos comunistas entre a "redemocratização" e o governo Dutra, período no qual os militantes do PCB gozaram de hegemonia entre os doqueiros.

O "Capítulo 5" se refere ao sindicalismo de orientação trabalhista na década de 50 e às suas relações ambíguas com a "cidadania corporativista" montada desde os estertores do Estado Novo.

O "Capítulo 6" trata das mobilizações dos trabalhadores nos primeiros anos da década de 60, sobretudo em movimentos de solidariedade a diversas outras categorias, nas "greves políticas" e nas lutas pelos direitos, sob a liderança dos militantes nacionalistas.

O "Epílogo" analisa as respostas dos doqueiros à perda de inúmeros direitos entre 1964 e 1968.

Finalmente, uma última nota quanto às fontes pesquisadas. O material sobre o porto e seus trabalhadores é extraordinariamente abundante. Uma história construída ao longo de um século mereceu a atenção

15 Ver PAOLI, M. Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania, leis do trabalho no Brasil: 1930-1950. Tese de PH.d., London University, 1988 (1a. versão), p. 20.

de escritores e pesquisadores em torno dos mais variados temas¹⁶. Além disso, a importância econômica do maior porto da América Latina envolve os interesses de inúmeros agentes sociais e instituições. Neste sentido, fui ao encontro dos mais variados documentos "oficiais".

No arquivo (não organizado) da empresa "Docas S/A", no Rio de Janeiro, encontrei a maior parte do material pesquisado: recortes de jornais da grande imprensa e do "Diário Oficial da União"; processos e sentenças da Justiça do Trabalho; relatórios elaborados por ou para autoridades governamentais; "Diário do Congresso Nacional"; fontes de diversas entidades de classe; ofícios e regulamentos da CDS; dados estatísticos. O levantamento e a pesquisa deste imenso material foram facilitados, pois obtive cópias xérox do mesmo. Outros documentos semelhantes - incluindo revistas especializadas, inquéritos parlamentares, monografias e artigos "oficiais" sobre o porto e a cidade, - foram colhidos na "Biblioteca Roberto Simonsen", "Biblioteca da CODESP" (Companhia Docas do Estado de São Paulo), em Santos, "Museu do Porto de Santos", Biblioteca do IFCH da UNICAMP, "Biblioteca Nacional" e "Arquivo Nacional" do Rio de Janeiro. A pesquisa nos jornais da grande imprensa foi complementada no "Arquivo do Estado de São Paulo" e no "Arquivo Edgard Leuenroth" da UNICAMP.

Procurei parte das experiências dos trabalhadores "na fala dos outros" - não apenas em relação àquilo que elas buscam instituir, ocultar ou representar acerca do "real", mas também àquilo que aludem; enunciam e nomeiam quanto às práticas operárias. Como observou Maria Célia Paoli, a reconstrução histórica de tais práticas depara-se com o problema da quase ausência do depoimento direto e da memória silen-

¹⁶ Do ponto de vista acadêmico, temos os trabalhos de SARTI, I., op. cit.; GITAHY, M. Porto de Santos, op. cit.; IDEN, Processo de Trabalho e greves operárias..., op. cit.; IDEN, Os trabalhadores do porto de Santos. Tese de mestrado, Departamento de História/UNICAMP, 1986; IDEN, The port workers of Santos, 1889: labor movement and urban culture in an early 20th century Brazilian city. PhD. Dissertation, University Colorado, 1991; PAOLI, Maria C. Desenvolvimento e marginalidade. São Paulo, Pioneira, 1974; BEIGUELMAN, Paula. Morros santistas. Sociologia, São Paulo, 10, 1945; GOLDENSTEIN, Léa. A industrialização da Baixada Santista: estudo de um centro industrial satélite. São Paulo, USP, 1972; ARADJO FILHO, J. Santos, o porto do café. Rio de Janeiro, Fundação IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia, 1969; VARIOS AUTORES. A Baixada Santista: aspectos geográficos. São Paulo, Universidade de São Paulo, 4 vols. Na literatura há o segundo volume do romance de AMADO, Jorge. Os subterrâneos da liberdade 2: agonia da noite. São Paulo, Círculo do Livro, s/d e o já citado livro de PRATA, R., op. cit. Na área jornalística, ver ALEXANDRINO, Carlos M. & SILVA, Ricardo M. da. Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta. Santos, Secretaria Municipal de Cultura de Santos, 1988. Entre as publicações "oficiais", destaque-se a obra de LOBO, H., op. cit. e SCHOEPS, Wolfgang & DELAZARD, Walter (coords.). Influência Econômica do Porto de Santos. Rio de Janeiro, Agir, s/d. Contamos ainda com dois autores comunistas: o portuário LUCENA, Arlindo. Bagrinhos e tubarões. São Paulo, Fulgor, 1964 e o memorialista LIMA, Joaquim C. Navegar é preciso: memórias de um operário comunista. São Paulo, Diniz, 1984.

ciada dos trabalhadores. Os registros da cultura, do cotidiano e das lutas operárias nem sempre surgem como sua expressão direta, mas da fala de outros agentes sociais, incluindo aí os textos "oficiais" e os registros dos que se propunham a representar os trabalhadores e "falar em nome" deles¹⁷. Há, geralmente, um fosso entre estas falas e a própria experiência operária. No entanto,

se hoje a tarefa de uma história popular, dos dominados, aparece como uma maneira de fazer visível aquilo que se ocultou, de escutar o que foi emudecido, de entender a dominação como resposta a um interlocutor que pouco aparece porque suas atividades estão obscurecidas, anônimas ou implícitas no texto que as registra, nem por isso pode-se reduzir tais registros 'oficiais' a meros discursos instituídos, homogeneizados por sua referência ao poder. A questão, na verdade, ultrapassa o próprio trabalho historiográfico, pois tende a destruir qualquer oposição bipolar entre ideologia (referida ao poder) e cultura operária (referida à vida, aos fundamentos interpretativos e às regras que organizam as relações sociais). (...) Trata-se de saber até que ponto os discursos ideológicos, institucionais, aqueles que buscam um efeito de poder, poderiam falar para além de sua própria dominação. Poderiam eles falar sobre a vida dos grupos sociais heterogêneos a que se dirigiam?¹⁸

Procurando pelos registros dos próprios trabalhadores passei para a fase da pesquisa oral. Gravei 51 fitas, totalizando 28 depoimentos. Determinadas circunstâncias impossibilitaram a gravação de 14 depoimentos, os quais foram anotados em um "caderno de campo". Entrevistei trabalhadores de diversas categorias portuárias, além de administradores, chefes de serviço da CDS, um advogado do SOSPS, e militantes e dirigentes sindicais.

Tive também a oportunidade e o prazer de "entrar" em agitadas assembleias da categoria na sede do sindicato e "ouvir" as vozes de inúmeros oradores registradas em centenas de atas. Só quem teve contato com este material pode reconhecer seu inestimável valor. Não pretendo resumir aqui seu vastíssimo conteúdo; o leitor o encontrará na maior parte das páginas deste trabalho.

¹⁷ No "Arquivo Edgard Leuenroth" pesquisei os "jornais de esquerda" como, por exemplo, o "Hoje" do PCB. Outros escritos e memórias foram de grande valia, tais como os livros já citados de Jorge Amado, Arlindo Lucena e Celso de Lima.

¹⁸ PAOLI, M., op. cit., p. 23.

P A R T E I

CULTURA DE SOLIDARIEDADE
E
"MODELO DOCAS" DE TRABALHO

CAPITULO 1

AS TEIAS DA SOLIDARIEDADE

1. PORTO-CIDADE: UM BINOMIO SECULAR

"Estamos aqui há muito. Consolidamos e fizemos existir o Brasil a partir desta ilha. Resistimos e sobrevivemos aos piratas e corsários de muitas épocas e tomamos seus canhões para nossa defesa. Muitas vezes reconstruímos a cidade bombardeada. E ficamos. E enviamos braços e mentes para ajudar na fundação de São Paulo e Rio de Janeiro. A nossa maneira e recursos, lutamos ao lado dos revolucionários americanos e usamos orgulhosos barretes de liberdade na França de 200 anos atrás. Pregamos e construímos a independência desse País e já no dia seguinte nos inscrevemos entre os lutadores pela República. E fomos poetas, soldados, políticos e, mais que tudo, trabalhadores de um porto. E apoiamos os revolucionários russos e combatemos ao lado dos republicanos espanhóis. Declaramos guerra ao nazismo como já havíamos libertado os escravos, antes do Brasil. Como antes do continente instituímos o dia de mobilizações do 10. de maio, conscientes de nossa importância na construção da sociedade moderna. E, de escravos a políticos e combatentes livres de todos os continentes, fornecemos abrigo e asilo aos perseguidos. Mais ainda, enfrentamos a morte na forma da peste e vencemos, e o próprio mar, de onde viemos e de quem tomamos o território que habitamos. Somos cosmopolitas por ofício e crença e carregamos conosco, para onde vamos, a salutar arrogância dos que têm história. A arrogância de quem sobreviveu a vicissitudes e violências de diversas ditaduras e intervenções. Mais que qualquer outro no Brasil, o povo santista está preparado para confrontar seu destino"¹.

Esta recente composição quase mítica dedicada a Santos pelo jornalista Carlos Alexandrino é mais um entre inúmeros outros registros laudatórios à cidade, escritos por poetas, romancistas, políticos, sindicalistas, trabalhadores². Em geral, traçam uma linha histórica contínua de lutas legendárias "de seu povo", desde os tempos imemoriais da colonização portuguesa. A história e a tradição são incessantemente invocadas. Revela-se um orgulho em possuir uma consciência histórica, toda ela construída por fragmentos de "jornadas heróicas" engajadas nos momentos significativos tanto da "história política" brasileira quanto internacional. A "terra de Brás Cubas" teria libertado os escravos antes mesmo da Princesa Isabel, tomado parte ativa na campanha republicana, formado a classe operária da cidade a partir das lutas e organizações do enorme contingente de trabalhadores do porto, lutado contra a tirania de Franco a massacrar os revolucio-

1 ALEXANDRINO, Carlos M. & SILVA, Ricardo M. da. Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta, op. cit. (grifo meu).

2 Semelhantes tributos a Santos e ao "povo santista" podem ser encontrados na obra literária de AMADO, Jorge. Os subterrâneos da liberdade 2: agonia da noite, op. cit.; no romance do médico PRATA, Ranulpho. Navios iluminados..., op. cit.; no livro de um comunista e ex-empregado da administração da CDS - LUCENA, Arlindo. Bagrinhos e tubarões, op. cit.; em diversos números do jornal "Hoje" do PCB, sobretudo nos anos 1945-1946.

nários espanhóis, se empenhado contra o nazi-fascismo e enfrentado o golpe de 1964.

Não pretendo discutir os "mitos" que pairam sobre a cidade a partir de diversos registros, mas sugerir apenas que estes relatos "míticos", presentes em narrativas que buscam pontos do passado para explicar o desenvolvimento e o "destino" histórico do "povo santista", não podem ser tomados como meras deformações. É certo que existem nelas muito de mistificação, mas a narrativa legendária contém uma função explicativa que ajuda-nos a reorganizar o estado caótico das evidências e das experiências, além de estar, de alguma maneira, radicada em realidades e acontecimentos concretos³. O que estaria por trás desta memória que se inspira em um passado de lutas e em uma história feita de continuidades? Qual o crédito que poderíamos lhe atribuir? Ou, numa outra direção, ela não nos instigaria a formular algumas indagações, não seria uma provocativa fonte de perguntas?

De que maneira podemos pensar a persistência de um vigoroso movimento operário em Santos ao longo de praticamente um século? A cidade tornou-se uma arena de lutas que entraram para a história com uma aura legendária e, de todos os protagonistas, os portuários ocuparam o centro do palco. Na Primeira República, juntamente com outros trabalhadores, sobretudo os da construção civil, a atividade política e operária dos portuários após ao nome da cidade a designação "Barcelona Brasileira". Num segundo momento, Santos e seu porto conheceram outros cognomes como "Porto Vermelho" e "Moscou Brasileira". Desenrolou-se recentemente uma greve local que paralisou a cidade de ponta a ponta. Teria sido apenas um *revival* da moda?

Neste sentido, tentarei traçar uma rápida perspectiva histórica em torno de alguns aspectos da relação entre o porto, os portuários e a cidade de Santos. O estudo da interação trabalho-comunidade tem sido uma constante não só na literatura sobre os portuários, mas também em

³ Ver GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 9-24.

diversas análises ocupadas com a classe operária⁴. Trata-se de verificar a interação de um grupo social em um determinado quadro urbano, no qual ele se desenvolveu e se constituiu. Faço, portanto, a mesma indagação que inquietou a historiadora Malu Gitahy que, há mais de uma década, está ocupada em analisar os portuários santistas entre o fim do século passado e o início deste: como a cidade afetou os trabalhadores do porto e, inversamente, como estes trabalhadores afetaram a cidade⁵.

Traçarei uma linha longitudinal a partir de alguns pontos que, ao longo de quase um século, estiveram presentes na trajetória dos portuários em Santos. Não se trata de pontos de demarcação que constituam um traçado linear e teleológico, pois não ignoro a existência de rupturas, diferenças e profundas modificações históricas que um período tão vasto pode comportar⁶. Pretendo tão-somente verificar como pôde emergir uma sólida e secular cultura de solidariedade dos trabalhadores do porto a partir de grandes linhas de permanência. Verificarei as seguintes problemáticas: como a importância econômica do cais na cidade e no país afetou a experiência dos portuários; que papel desempenhou tal importância na formação do mercado de trabalho local, na caracterização de uma determinada geografia urbana, na constituição dos bairros operários; e, sobretudo, qual a leitura dos portuários sobre a sua presença no quadro configurado pelo binômio porto-cidade. Suponho que o entrelaçamento destas questões ajuda-nos a esboçar preliminarmente a longevidade de determinadas características dos trabalhadores do porto.

4 Sobre esta interação em Santos na Primeira República, ver GITAHY, Malu. The port workers of Santos, 1889..., op. cit.; IDEM, Porto de Santos (1888-1908)..., op. cit.; IDEM, Os trabalhadores do porto de Santos. Tese de mestrado, Departamento de História/UNICAMP, 1986; IDEM, Processo de trabalho e greves portuárias, 1889-1910..., op. cit. Pode-se consultar também o romance de PRATA, Ranulpho, op. cit. Sobre os portuários do Rio de Janeiro, ver ALBUQUERQUE, Marli de. Modernização do espaço portuário do Rio de Janeiro e a organização sindical: os pigmeus do Boulevard. In: Estudos (Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da USP), São Paulo, 12, jul., 1989; CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 101-11; VELASCO CRUZ, Maria C. Portos, relações de produção e sindicato..., op. cit. Na literatura, ver RIO, João do. Os trabalhadores de estiva. In: A alma encantadora das ruas. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1951. Sobre os trabalhadores do porto de Liverpool, ver SIMEY, S. La comunidad portuaria y el sindicalismo. In: TELLA, T. di. Estructuras sindicales. Buenos Aires, Nova Visión, 1969.

⁵ GITAHY, M. The port workers of Santos..., op. cit., p. 92.

⁶ Considero da maior importância uma análise comparativa sobre os portuários entre o período pesquisado por Malu Gitahy (1888-1914) e o abarcado por esta monografia (1937-1968), de modo a revelar em pormenor o jogo de continuidades e descontinuidades, pois trata-se de configurações históricas que guardam entre si profundas diferenças no amplo espectro da vida social. Com vistas aos objetivos deste item, esboçarei principalmente os pontos de contato no interior de sensíveis diversidades.

1.1. A era do café na Belle Epoque⁷

Até o século XIX foi bastante reduzida a importância econômica do porto. Na primeira metade daquele século a cidade mantinha intacta grande parte de seus traços coloniais, embora o porto começasse a se movimentar, exportando o açúcar trazido do planalto em lombo de burro⁸. Após a década de 1850, a economia cafeeira passou a se dinamizar e São Paulo tornou-se o principal centro produtor de café. O porto ganhou impulso considerável, integrando-se no mercado internacional. Com o objetivo de reduzir o custo do transporte das sacas do café que penetrou pelo interior paulista, comerciantes do porto e fazendeiros do planalto começaram a fazer planos no sentido de um escoamento mais rápido do produto, dando origem aos estudos para a ligação ferroviária entre Santos e São Paulo⁹. Assim, em 1867, estavam concluídos os trabalhos de construção da ferrovia Santos-Jundiaí, sob o monopólio da "São Paulo Railway" - a "Inglesa"¹⁰. Através da estrada de ferro Santos abocanhou todo o tráfego do café com o planalto, exceto o do Vale do Paraíba, eclipsando os demais portos litorâneos. Note-se que, no início deste século, o porto exportou dois terços da produção nacional do café¹¹. A partir daí, Santos foi perdendo suas características coloniais, a construção de um grande porto tomou forma na mente de muitos homens da época e a cidade prometia tornar-se uma das maiores e mais importantes do país.

Diante da expansão do comércio exportador que passava por Santos, o porto revelou-se pequeno e ineficaz, demandando a construção de outro ancoradouro. Foi quando, então, as famílias Gaffrée e Guinle obtiveram a concessão para explorar e administrar o porto. A partir daí a CDS imporia a si mesma a "missão civilizadora" de organizar o quadro urbano de Santos.

*

⁷ Este período baseia-se mais em estudos realizados por outros autores do que propriamente numa exaustiva pesquisa das fontes primárias, ocupando aqui a função de uma ligeira reconstituição bastante seletiva da história a partir das problemáticas a serem desenvolvidas nesta parte do capítulo.

⁸ ARAÚJO FILHO, J. R. A expansão urbana de Santos. In: VÁRIOS AUTORES. A Baixada Santista: aspectos geográficos, op. cit., v. 3, p. 27.

⁹ IDEN, Santos, o porto do café, op. cit., p. 29.

¹⁰ GITAHY, M. Porto de Santos, op. cit., pp. 65-6.

¹¹ ARAÚJO FILHO, J., op. cit., p. 72.

Não surpreende que a fisionomia da cidade tenha se alterado profundamente nos últimos 20 anos do século passado. Em termos demográficos, à medida em que o porto tornou-se o principal centro exportador de café e a cidade um grande centro comercial do produto, assistiu-se a um verdadeiro *boom* populacional em Santos (ver Tabela I).

TABELA I - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE SANTOS

Ano do Censo	Homens	Mulheres	Escravos dos dois sexos	Total
1854	2.440	2.226	3.189	7.865
1872	4.108	3.477	1.606	9.151
1886	-	-	-	15.505
1890	7.150	5.862	-	13.012
1900	27.688	22.701	-	50.389
1913	49.482	39.485	-	88.967
1920				102.589
1934				149.869
1940				136.109
1950				228.568
1960				331.709

FONTE: Recenseamento de 1913 e Lerocq-Müller, 1965¹².

Em 1886, uma lei municipal aboliu a escravidão na cidade, fazendo desaparecer a população escrava (vide Tabela I). Tal fenômeno relaciona-se com a forte campanha abolicionista que teve lugar na cidade, a qual "tornou-se 'território livre' dos abolicionistas"¹³. Ressalte-se que o abolicionismo teve um enorme peso na constituição da força de trabalho, sendo que muitos "quilombolas" passaram a trabalhar como carroceiros e ensacadores de café¹⁴.

A imigração, por sua vez, desempenhou um importante papel na transformação urbana, política e econômica da cidade. A população mestiça do começo do século XIX foi suplantada pelos imigrantes nas lides portuárias, sendo que a população masculina tornou-se cada vez mais predominante. Em ordem decrescente, o contingente de imigrantes era

¹² Citado em ARABJO, Braz José de. Operários em luta: metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983). Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 24.

¹³ Tomaram parte no movimento, entre outros, carroceiros portugueses, comerciantes, ferroviários, marinheiros, médicos, professores, membros da polícia e da administração local. Esta campanha contou, portanto, com a presença tanto da burguesia quanto de ações populares, abrindo um amplo espaço de discussão. Segundo Gitahy, "o aparecimento da imprensa engajada, a ação dos propagandistas, os comícios, as ações coletivas e a luta ilegal [marcaram], sem dúvida, a vida política local". GITAHY, M. Porto de Santos, op. cit., p. 72. As campanhas pelo abolicionismo e pela proclamação da República em Santos são analisadas mais profundamente em IDEN, The port workers of Santos..., op. cit.

¹⁴ IDEN, Porto de Santos, op. cit., p. 73.

formado de portugueses, espanhóis, italianos, turcos e japoneses (ver Tabela II). O fluxo imigratório deu à cidade um caráter mais cosmopolita, criando e dinamizando diversas instituições, além do peso decisivo que representou na vida cultural, política e econômica de Santos¹⁵.

Tabela II - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA DE SANTOS

	1913	1920	1940
Portugueses	23.055	21.014	22.157
Espanhóis	8.343	8.610	6.582
Italianos	3.554	3.059	2.271
Turcos	911		
Japoneses	651		
Total Geral	37.838	48.529	36.210

FONTE: P.M.S., Recenseamento de 1913 e Lecocq-Müller, 1965¹⁶.

Por outro lado, a formação do mercado de trabalho, sobretudo o portuário, não ocorreu sem grandes dificuldades e à custa de muitas mortes e frequentes deserções em um município insalubre e assolado por epidemias, pela varíola e pela febre amarela. Como registrou Pablo Neruda, em seu poema "Santos Revisitada", nesta época "era selvático este porto e cheirava como uma axila do Brasil calorento"¹⁷.

Verificaremos, pois, que a expansão econômica da cidade redundou também numa importante operação urbanística em sua fisionomia. À *belle époque* santista passou por profundas modificações na organização do seu espaço geográfico, realizada sob a promessa e o espírito empreendedor da modernização; tratava-se de sanear a cidade. Além e ao lado de diversas comissões sanitárias, coube à Companhia Docas - favorecida e respaldada pelos governos Federal e Estadual - esta tarefa de saneamento e higienização de Santos, "sob o signo da eficiência e da disciplina capitalista"¹⁸.

O aspecto e o desenho físico da cidade foi inteiramente remodelado a partir da operacionalização dos projetos sanitários. A drenagem dos canais reorganizou o traçado urbano, alterando os padrões de

¹⁵ De cada 100 habitantes, 25 eram portugueses, 9 espanhóis, 3 italianos e um turco ou japonês. Habitantes de outras nacionalidades também se fizeram representar: alemães, austro-húngaros, argentinos, franceses, ingleses e russos. GITAHY, M. The port workers of Santos..., pp. 131-2.

¹⁶ Citado em ARAÚJO, B., op. cit., p. 24.

¹⁷ Poesia citada em ALEXANDRINO, C., op. cit.

¹⁸ GITAHY, M. Porto de Santos, op. cit., p. 69.

sociabilidade à medida em que novos espaços públicos foram criados¹⁹. A expansão rumo à praia explica-se pela criação da rede de canais de drenagem, incremento da circulação urbana, sobretudo com a abertura das avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias, paralelas aos canais, e por onde transitavam os bondes puxados por mulas. Foram loteadas extensas glebas nesta área, formando as chácaras de veraneio com mansões que ostentavam o luxo e a riqueza oriundos do café e do tráfego portuário²⁰. Daí em diante o município foi ocupado em extensas áreas da planície, dos morros às praias. Santos havia urbanizado 60% de sua área total até a metade da década de 30, embora se mantivesse ainda como uma grande planície verde²¹.

As ocupações iniciais da população ocorreram no centro urbano em terrenos disponíveis e mais ou menos contíguos ao porto. Com a evolução comercial de Santos, os antigos moradores das áreas residenciais na zona velha da cidade cederam lugar às casas de comércio, sendo deslocadas para o leste, onde foram formados novos bairros, tais como Macuco (já existente desde a década de 1870), Vila Mathias (1886), Gonzaga na zona praieira (1888) e toda a faixa atlântica do José Menino à Ponta da Praia (1900)²².

Em 1891 havia 771 cortiços, sendo 478 considerados em péssimas condições de habitação. Na "cruzada pelo progresso" a Comissão Sanitária demoliu os antigos cortiços entre 1896 e 1900. Seus moradores deslocaram-se para o Macuco e Vila Mathias, os dois mais importantes bairros proletários de Santos, contando o primeiro com cerca de 5 mil moradores operários na década de 30. Com o crescimento populacional e o maior desenvolvimento portuário e comercial, surgiram outros bairros: Vila Belmiro (1910-15), Campo Grande (1915-25), Vila Santista (1915-1925), Mariapé (1930-1940), Jabaquara (1920-1950). Esses bairros foram estritamente proletários até a década de 40, abrigando portuários, ensacadores de café, trabalhadores da empresa canadense de transportes - a "Cia. City" - da estrada de ferro "São Paulo Railway", operários da construção civil, etc²³.

¹⁹ IDEM. The port workers of Santos..., op. cit., p. 153.

²⁰ ARADJO FILHO, J. A expansão urbana de Santos, op. cit., pp. 34-6.

²¹ SANTOS, F., op. cit., p. 389.

²² GITANY, M., op. cit., p. 158.

²³ ARADJO FILHO, J., op. cit., p. 36.

Mas desde o início da imigração os ibéricos, que foram trabalhar nas obras do cais, dos armazéns, construção civil, etc., fixaram-se também nas encostas voltadas para o centro comercial, sobretudo nos morros do São Bento, Pacheco, Fontana e da Penha. Esses morros diferenciavam-se dos demais por estarem mais próximos do porto e do centro comercial, sendo os escolhidos pelos trabalhadores. As más condições de vida eram compensadas pela economia de tempo e dinheiro, uma vez que em pouco tempo podiam chegar com maior facilidade aos locais de trabalho²⁴. Nessas áreas os imigrantes construíram "chalés" de madeira em terrenos vendidos ou alugados. Com tábuas velhas de andaimes ou de caixotes construíam suas casas, escapando do pesado encargo dos aluguéis.

* * * * *

Em apenas 20 anos, graças ao café, Santos transformou-se no segundo maior porto do país. Como observamos, viu nascer uma cidade contrastada entre o suor, o barulho, a pobreza e as novas construções da *belle époque* como os canais, as avenidas e a separação dos espaços de sociabilidade das camadas abastadas em relação aos bairros e à presença operária.

A cidade mudou, despindo-se das antigas roupagens que a associavam à Colônia, marcando presença no mercado internacional e fazendo a fortuna de muitos homens; tendo remodelado seu espaço urbano, Santos abriu novas e vastas avenidas, tornando-se salubre e, através de uma intensiva atividade sanitária, erradicou as epidemias, convidando a população do planalto a banhar-se em suas águas e construindo hotéis para abrigá-la. Mais tarde, a cidade se constituiria numa espécie de *banlieue du dimanche* dos turistas.

Mas ao lado da imagem deste cartão postal, quantidades enormes de homens foram incorporadas nas atividades do porto ou dele dependentes. Os homens que enchiam e esvaziavam o ventre dos navios eram outros. O movimento operário em Santos ganhou grande envergadura e tornou-se consagrado, por exemplo, através dos sindicatos da construção civil, sob a orientação do anarco-sindicalismo, conseguindo controlar o mercado de trabalho entre 1907-1910.

Remeto às obras de Malu Gitahy uma detida análise do movimento operário santista nesta época. Desejo apenas esboçar alguns breves e

²⁴ IBID, pp. 42-4.

significativos registros que ressaltam a presença e a importância de tal movimento numa época de formação do operariado local contrastado com a "luta pelo progresso" e com o "processo civilizatório" da *belle époque* santista.

A categoria dos trabalhadores da construção civil, em 1904, foi a primeira na cidade a constituir uma associação própria ("Sociedade Primeiro de Maio"). Ainda neste ano, os portuários organizaram outra associação ("Sociedade Internacional União dos Operários"), cuja preocupação era cosmopolita e local, congregando todos os trabalhadores santistas. Segundo Malu Gitahy,

"seu objetivo era lutar para romper o monopólio patronal da fixação dos preços da força de trabalho e do número de horas da jornada. Para isso terá de enfrentar uma série de fatores desagregadores (as desavenças entre as nacionalidades, o alcoolismo, o extremo despotismo das relações de trabalho), todos eles potencializados pelo sistema de trabalho ocasional característico dos portos. As grandes greves portuárias do início do século reuniram milhares de trabalhadores, paralisando toda a cidade. Suas repercussões ultrapassaram as barreiras locais e não lhes faltou a nota dramática, dada a repressão desproporcional. 1905, 1908, 1912, 1917, 1921: a combatividade dos portuários cercou Santos de uma aura de lenda"²⁵.

Usando uma imagem fornecida por José Murilo, em seu estudo sobre o Rio de Janeiro também na *belle époque*²⁶, o "subterrâneo" operário em Santos se impôs em relação aos "sobretterrâneos" das elites. Formou uma identidade política e cultural coletiva, expressa em greves, reivindicações, organizações de classe, orientações ideológicas e, como afirmou Malu Gitahy, em uma nova linguagem ("companheiros", "sindicatos", "crumiros", "greve geral"), através da qual os trabalhadores representavam-se a si mesmos e expressavam suas experiências²⁷.

E ao lado da "aura de lenda", aquela combatividade foi também fundamental na formação de uma vigorosa consciência histórica dos trabalhadores e dos ativistas sindicais. Este período inicial da formação da classe operária santista deixaria marcas indeléveis na história e na memória coletiva, sempre a invocar este passado de lutas. Como afirmou o historiador francês George Haupt, trata-se da história do movimento operário enquanto tradição, ou seja, sua transmissão torna-

²⁵ GITAHY, M. Porto de Santos, op. cit., pp. 77-8. Sobre as cinco greves ocorridas no porto de Santos entre 1889 e 1910, ver IDEN, Processo de trabalho e greves portuárias..., op. cit.

²⁷ CARVALHO, José M. de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Rio de Janeiro, 1987, p. 41.

²⁷ GITAHY, M. Porto de Santos, op. cit., p. 81.

se uma força movente de coesão de grupo e elemento de continuidade, "um fator mobilizador e uma fonte viva que alimenta a memória coletiva e a consciência de classe"²⁰. No período abarcado por esta pesquisa, o passado foi várias vezes invocado e reivindicado para organizar determinados movimentos ou mesmo para dar-lhes uma explicação. A história representada como fator inteligível e inspirador do presente foi capturada, por exemplo, por um ex-empregado da CDS e ex-sindicalista ao responder da seguinte forma sobre o porquê da combatividade da classe operária santista:

"o que explica é o seguinte: que é a história. A história é que explica isso. Você vai encontrar no movimento operário brasileiro certos sindicatos que vieram desde o primeiro momento da criação deles, né, no fim do século passado e no princípio deste século, né. Então, você vai encontrar, por exemplo, na construção civil, o sindicato na época dos artífices, pedreiros (...) e transporte, que eram os carroceiros, categorias fortíssimas no princípio do século aqui em Santos, né, até meados de 1930. Então, tinha uma preponderância, tinha uma história. O porto tem uma história. Quem tem luta aqui em Santos - quer dizer, eu tô falando de três categorias de muitas lutas, de muitos sofrimentos, de muitas mortes: o carroceiro (transportes), a construção civil e, claro, os portuários" (depoimento de B.).

Sua leitura sobre a história é a leitura de sua própria identidade.

E apesar de profundas alterações verificadas posteriormente em Santos, no porto e na composição da classe operária local, além de importantes transformações na vida política e econômica do país, este período foi responsável pela consolidação das principais características da cidade apontadas até aqui. Veremos, então, que tais traços permaneceram por um longo tempo: o porto continuou sendo a atividade econômica mais relevante de Santos, da qual a maior fração do mercado de trabalho encontrava-se dependente; verificou-se uma crescente separação das classes sociais no espaço urbano; apesar de uma maior diversidade econômica da cidade e do correlato aparecimento de outras categorias profissionais, os portuários solidificaram sua presença no movi-

²⁰ Segundo George Haupt, a história como tradição abre dois problemas: a transmissão do passado e a utilização que dele foi feita. O passado pode ser apropriado como "fonte de legitimidade, de justificação e de argumentação ideológica", ou seja, "o apelo à memória é seletiva e a utilização da história é por consequência submetida aos imperativos de uma conjuntura dada". Este foi o caso, por exemplo, do stalinismo. Num outro registro, o passado é concebido como "proposta de mobilização e de coesão coletiva. (...) A redescoberta ou o emprego da experiência histórica passa pela mediação dos problemas do presente, sem que o conjunto das realidades históricas seja por isso escamoteada". HAUPT, G. Por que a história do movimento operário. Revista Brasileira de História: Produção e Transgressões, Rio de Janeiro, 5 (10), Mar/ago. 1985, pp. 223-6.

mento operário local através de uma cultura de solidariedade plasmada na interpretação que faziam de sua eminência na vida econômica de Santos e do porto.

1.2. "A cidade era o porto"

A segunda fase econômica do porto estendeu-se da I Guerra Mundial até 1943, período no qual se verificou um aumento crescente da movimentação de mercadorias, exceto nos quatro primeiros anos críticos da II Guerra. Esta fase caracterizou-se também por grandes crises que afetaram a preponderância do café na pauta do comércio portuário²⁹.

Na década de 30, o petróleo transportado a granel adentrou no porto, prenunciando a fase seguinte que se consolidou entre o pós-guerra e 1969, quando teve início a operação do terminal petrolífero de São Sebastião e a CDS perdeu para a Petrobrás o monopólio do transporte do produto. Neste período, o petróleo e seus derivados desbancariam definitivamente o "ouro verde" e se tornariam hegemônicos, ocupando 2/3 da tonelagem geral de mercadorias; a movimentação geral do porto acentuou-se consideravelmente; a balança de comércio pendeu favorável à importação; os graneis líquidos reinaram quase absolutos no tráfego portuário e os graneis sólidos diversificam-se na corrente importadora e exportadora. O grande desenvolvimento desta fase do porto pode ser atestado pelo aumento do volume de seus equipamentos e de suas dependências³⁰.

Além disso, desde a década de 40, a expansão industrial e urbana do planalto imprimiu algumas mudanças em Santos e nos municípios vizinhos. Embora o porto se mantivesse ainda como a indústria por excelência da região, o quadro da economia santista diversificou-se pela presença de uma maior variedade de pequenas empresas de bens de consumo imediatos (alimentos, vestuário, mobiliário, instalações urbanas e construção civil). O desenvolvimento urbano e demográfico acarretaria também um avanço dos transportes, das comunicações e outras empresas de serviços³¹.

²⁹ As crises estão referidas à depressão econômica mundial de 1929, ao bloqueio militar do porto por três meses durante a Revolução de 1932 e à queda de movimentação de mercadorias nos anos da Guerra, sobretudo entre 1942 e 1943. ARAGJO FILHO, J. Santos, porto do café, op. cit., p. 75.

³⁰ IBID, pp. 76-85.

³¹ PAOLI, Maria C. Desenvolvimento e marginalidade, op. cit., p. 45; GOLDENSTEIN, Léa. A industrialização da Baixada Santista..., pp. 61-3.

A industrialização em Cubatão, por sua vez, afetou a fisionomia de algumas áreas da Baixada Santista, até então bastante modestas. Mas alguns estudos revelam que, apesar da instalação da Refinaria Presidente Bernardes da Petrobrás, em 1954, e da construção da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), em 1960, a implantação do centro industrial nesta área só se efetivou em função da proximidade com Santos, ou seja, da área urbana já disponível, à qual estava subordinada³². Podemos concluir, portanto, que Santos manteve-se basicamente uma cidade portuária e sem expressão industrial.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, o porto continuou a absorver a maior parte da mão-de-obra do município. Em 1940, somente os trabalhadores da CDS representavam 12,3% da população economicamente ativa, sem levarmos em conta as demais categorias portuárias que não eram empregadas pela empresa (vide Tabela III).

**Tabela III - PARTICIPAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DO PORTO DE SANTOS
EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO
MUNICÍPIO DE SANTOS.**

ANO	MEDIA ANUAL DE EMPREGADOS (A)	PEA (B)	(A/B) (%)
1940	7.082	57.516	12,3
1950	8.855	80.404	11,0
1960	10.287	96.037	10,7
1970	10.745	124.345	8,6

Fonte: CDS e Censos Demográficos de 1940, 60 e 70³³.

Devemos também considerar a influência do porto de Santos no emprego indireto, uma vez que a evolução urbana da cidade está intimamente condicionada à sua presença. Diversos setores econômicos dependem da atividade portuária e grande parte dos empregos, portanto, liga-se a ela. Mesmo tendo por base uma estatística bem mais recente (1970), quando o município apresentava uma maior diversidade econômica, os dados "em favor" do porto continuam expressivos. Tomando a agricultura, a silvicultura, a extração vegetal, a caça, a pesca, a

³² Sobre a industrialização de Cubatão, ver GOLDENSTEIN, L. op. cit.; IDEN, Cubatão e sua área industrial. In: VARIOS AUTORES. A Baixada Santista..., op. cit., v. 4.

³³ Citado em SCHOEPS, Wolfgang & DELAZARO, Walter (coords.). Influência Econômica do Porto de Santos, op. cit., p. 44.

produção industrial, o comércio de mercadorias, o transporte e a armazenagem, as atividades sociais, de administração pública, entre outras - 56.136 pessoas estavam empregadas direta e indiretamente em função das atividades portuárias, representando 45,1% do total da população economicamente ativa de Santos³⁴. Estes dados revelam as características marcantes do mercado de trabalho santista, ou seja, a população economicamente ativa estava em sua maior parte vinculada ao porto, às ligações com o planalto, ao armazenamento, sobretudo, dos produtos de exportação e ao comércio local. Devemos colocar ainda o devido acento na indústria veranista, fortemente influenciada e desenvolvida com a construção da Via Anchieta no final da Segunda Guerra.

*

Diante desta participação decisiva do porto na vida econômica da Baixada Santista, resta-nos compreender a noção que os portuários tinham a respeito de sua própria inserção e de sua posição eminente na economia da cidade e do país e, portanto, no movimento operário local. Verificaremos, pois, que diversos aspectos examinados anteriormente constituem a pedra angular de tal noção. Nas palavras de um ex-trabalhador de armazém da CDS

"a força mesmo maior era o cais, era o cais, o cais é que tava com a força ali, o cais e o transporte - que parou o transporte, parou o cais, a cidade praticamente tava parada, porque a Cosipa tava iniciando, naquela época - a Cosipa não era nada; a Refinaria tava iniciando, não era nada, certo? Então, a nossa força, como o nosso número era muito grande de funcionários nas Docas (...), então a força mesmo era o cais e o transporte. A primeira coisa que nós corria era parar o transporte - parava os bonde e, praticamente, a cidade tava parada" (depoimento de M.)

Este depoimento refere-se, obviamente, aos casos de eclosão de uma greve geral na cidade, ressaltando aí o papel proeminente dos portuários e do setor dos transportes. Ele é fundamental para entendermos como os trabalhadores do cais aparecem como catalisadores e como uma força centrípeta em relação às demais categorias.

Em primeiro lugar, devo ressaltar que tornou-se lugar-comum a forte capacidade de barganha e negociação dos trabalhadores do porto. Uma greve neste setor, bem como, por exemplo, nas ferrovias, acarreta

34 1910, pp. 4-46. Com relação a 1950, se excetuarmos no setor terciário as atividades domésticas não remuneradas e escolares (53,8% do setor), os serviços ligados ao transporte, comunicação e armazenagem, ocupavam 15,4% da mão-de-obra; prestação de serviços, 12,3%; comércio de mercadorias, 8,5%. LECOCC-MÖLLER, Nice. In: VARIOS AUTORES. A Baixada Santista: aspectos geográficos, op. cit., v. 2, p. 187.

perdas consideráveis que não se restringem a uma única empresa ou a um patrão, em particular. No começo do século, conforme assinalou Malu Gitahy, uma greve de têxteis implicaria em danos basicamente a um Matarazzo ou a um Crespi. Por outro lado, se o café não fosse exportado, os reflexos de uma tal situação se fariam sentir em praticamente toda a economia³⁵. Podemos imaginar os significados de uma greve dos carroceiros nesta época. O mesmo esforço de imaginação é aplicável ao período de descenso do café e maior diversificação da economia, sobretudo a partir da década de 50 com a implantação das indústrias de base e da gigantesca utilização do petróleo. Diversos setores e entidades se mobilizam a fim de garantir a perpetuação da normalidade do tráfego portuário de mercadorias. Em caso de greve, a grita é geral por parte da FIESP, Associação Comercial de Santos e de São Paulo, Agências de Navegação (representante dos armadores), etc. O governo também não fica imune face à sua intervenção direta nos negócios e na administração de um setor público e de serviço como a indústria portuária.

No plano local, vimos que o porto representa a principal atividade de Santos, agregando em torno de si outros ramos da produção e uma numerosa mão-de-obra. Quando sua movimentação de mercadorias sofre um colapso ou uma baixa acentuada, bancos, restaurantes, comércio e empresas mais diretamente ligadas ao cais são imediatamente afetadas.

Não nos é difícil calcular os efeitos multiplicadores exercidos por este setor estratégico na força dos portuários. Por outro lado, esta posição favorável também justifica, virtual ou efetivamente, qualquer ação de caráter repressivo³⁶. Mas além do aspecto econômico aí envolvido, há ainda a interferência do político e do ideológico, como as tentativas e as práticas de cooptação.

Dois argumentos básicos se entrelaçam para justificar o caráter de imprescindibilidade dos serviços portuários: sua função estratégica na economia nacional e o fato de estarem subordinados à instância pública e estatal. É recorrente e enfadonho o apelo segundo o qual a produção dos trabalhadores do porto é vital ao "progresso da nação" e, portanto, ao "bem comum". A "coletividade" é no interior destes dis-

35 GITAHY, Malu. Trabalhadores dos portos. In.: Trabalhadores: Classes Perigosas, Campinas, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1990, p. 28.

36 IBID.

curios o *locus terminal* da atividade portuária, sua verdadeira razão de ser, e não os interesses particulares dos setores do capital.

Discutirei ao longo deste trabalho a eficácia, os limites e os paradoxos destes apelos. Importa registrar aqui que os portuários tinham também uma leitura própria acerca desses temas levantados pelos discursos dominantes. Um ex-empregado da administração da Companhia Docas e ex-comunista oferece-nos a esse respeito uma interpretação exemplar em uma passagem de seu livro "Bagrinhos e Tubarões", escrito em 1964. Em sua análise, se entrelaçam a estratégica posição "objetiva" do porto, a concentração de trabalhadores e a noção que eles tinham de seu papel no desenvolvimento da economia nacional. Segundo ele,

"também a classe operária se diferencia pela participação na renda nacional, por fatores econômicos específicos. Dessa forma o portuário coloca-se economicamente em posição que lhe possibilita maior salário. Isso não ocorre, no entanto, ocasionalmente ou por benevolência dos patrões ou do governo. A concentração em que vive e o fato de saber qual a importância que ele possui para a economia nacional, determinam e suscitam no portuário a disposição de luta. Para a formação dessa consciência concorreu a própria imprensa, quando os projeta nacionalmente e revela os 'prejuízos astronômicos' provocados em cada paralisação do trabalho"³⁷.

A um nível mais global, para os portuários o berço da cidade foi a lide portuária a encher e esvaziar os porões dos navios, a abastecer os mercados internos e externos, a fazer correr a "locomotiva do Brasil", São Paulo. Por suas mãos, entravam e saíam as divisas do país, por elas é que passavam as principais mercadorias que colocavam em funcionamento as possibilidades do crescimento da economia brasileira. "Nós podemos fazer tudo isso parar... já viu um desenvolvimento sem porto? Somos a alavanca da exportação"³⁸.

A nível local, "a cidade era o porto". Este é um mote recorrente em diversos depoimentos de ex-operários entrevistados. O porto "é a mola propulsora desta cidade. A cidade morre se um dia esse porto morrer. Morre, não tem mais nada. Vai ficar o quê?" (B., ex-empregado da administração e ex-sindicalista). Não havia indústria que o ombreasse. Como disse um ex-trabalhador das Docas, até a década de 50, a Cosipa ainda "não era nada". Para eles, em razão da presença do cais, somente as atividades voltadas para a população, como o transporte, faziam a cidade realmente pulsar; ou, através da força e iniciativa dos portuá-

³⁷ LUCENA, A., op. cit., p. 20, grifo meu.

³⁸ Ex-estivador citado em PAOLI, M., op. cit., p. 88.

rios, faziam-na parar. E isso era o resultado de uma cidade "onde o fundamental da classe operária se concentra no porto, com mais de um século de existência"³⁹.

Como teremos a oportunidade de verificar repetidas vezes, entrava em jogo aí o discurso do merecimento e a noção de dignidade. Patriotismo, engrandecimento da nação, ser um "bom operário", etc., implicava na contrapartida do reconhecimento, da participação nos resultados do trabalho. A dignidade significava recebimento material e moral do que é merecido⁴⁰. Determinados movimentos foram deflagrados e encontraram seu ponto de justificação exatamente na imprescindibilidade das atividades portuárias, na importância que os trabalhadores atribuíam ao seu ofício neste setor; consideravam-se um "fator de progresso" da cidade e do país.

As diversas manifestações de solidariedade encontram apoio também nesta leitura. Vários operários, militantes e sindicalistas portuários orgulham-se pelo fato das greves de solidariedade a outras "categorias menores e mais fracas" da cidade dependerem principalmente da força dos portuários. Não podiam ficar isoladas e à mercê dos seus patrões; precisavam de seus "irmãos mais velhos" e "mais experientes". "A gente precisava ajudar os trabalhadores mais fracos, sem força junto aos patrões. Eles sozinhos não faziam nada" (depoimento de B., ex-sindicalista e ex-trabalhador das Docas). Muitas vezes, categorias profissionais com fraco poder de barganha tiveram suas reivindicações atendidas graças, sobretudo, ao apoio dos portuários que ameaçavam cruzar os braços ou forçavam e, de fato, obtinham uma paralisação geral da cidade.

1.3. Os portuários na cidade

Embora esta monografia não tenha por objetivo um estudo em profundidade sobre a "vida fora do cais" - o cotidiano dos portuários nas diversas comunidades de moradores, as suas formas de sociabilidade nos locais de concentração operária, etc. -, lançarei algumas hipóteses que possam nos auxiliar quanto ao papel que os portuários jogavam no

³⁹ LUCENA, A., op. cit., p. 17.

⁴⁰ ABRAMO, Lais. O resgate da dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo), Dissertação de Mestrado, USP, 1986, p. 146. Ver também, SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 188.

movimento operário da Baixada Santista. Além da influência econômica do porto, este papel pode ser igualmente tributado ao que eu denominaria de um paradoxal "modelo de segregação-dispersão" dos trabalhadores na geografia urbana de Santos.

A partir das décadas de 40 e 50, a maior complexidade econômica da região, o aumento populacional e o crescimento do turismo tiveram um peso nada desprezível no rearranjo espacial da cidade.

A zona da praia passou a receber enormes contingentes de banhistas paulistanos nos finais de semana e nos períodos de férias. As mansões situadas nas avenidas paralelas e perpendiculares à praia foram cedendo espaço aos arranha-céus, enfileirados de São Vicente à Ponta da Praia⁴¹. O fenômeno imobiliário aí verificado aumentou a concentração dos mais afortunados na chamada "Vila Rica", entre a avenida Ana Costa e a avenida Conselheiro Nébias⁴².

No final da guerra, bairros como o Macuco, Vila Belmiro, Campo Grande, Mariapé, Jabaquara e Liberdade ainda abrigavam sobretudo os trabalhadores, os quais habitavam casas separadas do solo por meio de pilastras de tijolos, escadas ou estacas de madeira. As ruas do Macuco, por exemplo, eram compridas, sem calçamento, ladeadas de valas e chalés "muito parecidos uns com os outros, como gente da mesma família"⁴³. Havia antigas casas de estilo colonial, ladeadas de varanda, além de residências mais modestas construídas de tábuas velhas que não impediam a invasão do vento que sopra vindo do mar. Era considerável o número de porões habitados, inimigos dos pulmões vulneráveis à tuberculose⁴⁴.

Mas nesta mesma década de 40, a classe média, por sua vez, penetrou pouco a pouco nas áreas proletárias, ocupando cada vez mais os espaços de alguns bairros como o Macuco, Vila Belmiro, Campo Grande, além das adjacências das avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias. Assim, em meados dos anos 60, da velha zona residencial de Santos à zona da praia remodelada pode-se verificar "bairros bastante semelhantes entre si na sua estrutura e na sua paisagem, com o nítido domínio da

⁴¹ ARAÚJO FILHO, J. A expansão urbana..., op. cit., p. 18.

⁴² SANTOS, F., op. cit., p. 389.

⁴³ PRATA, R., op. cit., p. 17.

⁴⁴ "Hoje", 6.4.45.

classe média, embora se observem, ainda, alguns vestígios das paisagens proletárias (...), de que os chalés de madeira são um traço característico"⁴⁵.

A especulação imobiliária nestas áreas e o policiamento dos proprietários contra a ocupação de suas terras foram paulatinamente restringindo e até mesmo impedindo a fixação dos trabalhadores na zona urbana de Santos como, aliás, vinha ocorrendo desde o final do século passado⁴⁶.

A população pobre deslocou-se para outros lugares, sobretudo para os morros, até então pouco povoados, transformando-os em núcleos densamente proletários, tais como o morro do Pacheco, da Penha, do São Bento, do Fontana, etc. Desta vez foram ocupadas preferencialmente as encostas voltadas para o lado do mar⁴⁷.

Os "tipos humanos" foram gradativamente substituídos na população dos morros. Portugueses e espanhóis perderam o predomínio sobre os demais moradores, cedendo lugar para os nordestinos e mineiros que engajavam-se principalmente nos trabalhos do porto⁴⁸. Tratava-se do fenômeno migratório que, nesta época, também penetrou fortemente na Baixada Santista.

A partir desta época as condições de vida nos morros pioraram sensivelmente. Os moradores tomavam conta de amplas áreas e desmatavam outras, pouco ou nada propícias às novas edificações. Ficavam, portanto, sujeitos à erosão e aos frequentes escorregamentos de terras pelo problema da vazão das águas pluviais⁴⁹.

Segundo o jornal comunista "Hoje"⁵⁰, em 1945, de 3 a 4 grandes proprietários açambarcaram todos os morros e terrenos existentes em Santos e habitados pelos trabalhadores. Há muito que alguns proprietários haviam tomado conta desses "morros de pedra", como o do Pacheco, escalado por uma escada de pedra de 800 metros de extensão. Nas valas em frente às casas era despejado o esgoto. Os chalés eram

⁴⁵ ARAUJO FILHO, J. op. cit., pp. 37-8.

⁴⁶ PAOLI, M., op. cit., p. 63.

⁴⁷ ARAUJO FILHO, J., op. cit., p. 38.

⁴⁸ Ainda assim, em meados dos anos 40 os estrangeiros compunham a maior parte dos ocupantes dos morros. Dos 180.000 habitantes da cidade, 15.000 neles residiam. Destes, 50% eram portugueses, seguidos por espanhóis e nordestinos que somavam quase 10% do total. BEIGUELMAN, Paula. Morros santistas..., op. cit., p. 32.

⁴⁹ ARAUJO FILHO, J., op. cit., p. 44.

⁵⁰ "Hoje", 6.4.45.

compostos de dois quartos e duas cozinhas, alugadas a duas famílias diferentes. Os que chegavam, armavam o barracão no morro e alugavam o terreno dos antigos proprietários, sendo comum os moradores pagarem dois aluguéis: um pela casa, outro pelo terreno. Assim, se o morador era dono da casa, nunca era do terreno, de modo que quando vendia a propriedade tinha de pagar 3% do obtido ao dono do terreno.

Diversos destes problemas encontrados pelos moradores dos morros foram objeto de lutas e organização desde a década de 50, quando os escorregamentos tornaram-se mais graves, forçando a migração da população para áreas desocupadas da planície. Através de diversas sociedades de melhoramento (reconhecidas pelo município como órgãos de utilidade pública), grande parte dos moradores passaram a reivindicar a melhoria das condições de vida nos morros e a atuação das autoridades e do alto comércio no problema dos deslizamentos de terras. Tais sociedades visavam ainda resolver o problema das águas pluviais, do esgoto, coleta de lixo, transporte, saúde, escolas⁵¹. Em meados da década de 60, a maioria das habitações já contavam com água e luz e os moradores dispunham de escolas primárias para os seus filhos. O grande problema ainda era o da locomoção, pois os morros careciam de redes de ruas bem traçadas e calçadas⁵².

* * * * *

Vimos, portanto, que a expansão econômica e urbana da cidade de Santos, desde o pós-guerra, impôs mais uma vez a reorganização de seu espaço físico. No começo do século foram definidos para os trabalhadores os bairros "adequados", procurando separá-los da convivência com os grupos mais privilegiados. Posteriormente, estes núcleos proletários, por excelência, ganhariam uma fisionomia mais afeiçoada aos gostos e condições da classe média, que passou a ocupá-los, obrigando muitos dos antigos moradores a migrarem para outros locais, onde foram se constituindo novos agrupamentos operários. Os olhos de Florinda, esposa do portuário Severino (personagens do romance "Navios Iluminados") capturaram

⁵¹ ARADJO FILHO, J., op. cit., p. 46.

⁵² IBID, p. 48.

"duas cidades diferentes: a de cá, escura, poenta, cheio de movimento e barulho, suada de trabalho; a de lá, clara, limpa, alegre, refrescada pelo sopro do mar, com gente ociosa no 'hall' dos hotéis, bebendo, tomando banho, espiando as mulheres"⁵³.

Como ocorreu em muitas outras cidades industriais, os critérios e as práticas de exclusão, separação e, até certo ponto, de segregação, impuseram-se sobre a população trabalhadora de Santos. Conforme afirmou François Bédarida, o traço fundamental da cidade industrial é o gueto, a segregação de seus habitantes e, em particular, a separação radical da cidade em relação à classe operária, aglutinando em sua volta indivíduos desenraizados e atomizados⁵⁴.

Por outro lado, a contrapartida deste modelo restritivo e excluyente pode ser também a unificação e a homogeneização dos grupos sociais, criando especificidades culturais e políticas. O nascimento de uma consciência e de uma ação coletivas do proletariado passa também por uma separação física que prolonga, transforma ou cria comportamentos particulares com originalidade e especificidades culturais⁵⁵.

E relevante, neste particular, determinadas comunidades de mineiros analisadas por alguns estudos, os quais revelam que a concentração e o isolamento de contingentes operários dão margem à existência de uma forte solidariedade de classe⁵⁶.

Contudo, tendo em vista os objetivos desta análise, pretendo esboçar brevemente a hipótese de que os trabalhadores do porto de Santos não podem ser rigorosamente tomados em comparação com o "modelo" de sociabilidade dos grupos de mineiros que se caracterizam como uma "comunidade industrial isolada" e separada das demais classes⁵⁷. Apesar da existência das mencionadas "duas cidades", a presença dos portuários estava disseminada em diversos pontos de Santos e outras loca-

⁵³ PRATA, R., op. cit., p. 165.

⁵⁴ BEDARIDA, F. La vie de quartier en Angleterre: enquêtes empiriques et approches théoriques. Le mouvement social, Paris, 118 (4), jan.mar. 1982.

⁵⁵ Ver IBID, p. 5.

⁵⁶ Ver GROSSI, Yonne de S. Mina de Morro Velho: a extração do homem. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; TENFELDE, Klaus. Cultura mineira na Alemanha: um ensaio de interpretação. Revista Brasileira de História, Sociedade e Cultura, Rio de Janeiro, 8 (15), set.87/fev.88.

⁵⁷ De qualquer modo, Yonne Grossi relativiza que essa concentração isolada não reproduz mecanicamente as "formas radicais de comportamento". Nas minas próximas às cidades manufatureiras em algumas localidades da Europa, os mineiros, com os operários fabris, "desenvolveram associações e reivindicavam direitos". Segundo ela, o contato com o operário de fábrica atuou "como elemento interveniente na precipitação do potencial de combatividade dos mineiros". IBID, pp. 18-9.

lidades da Baixada. Se a "cidade estava no porto", como dizem os santistas, os portuários também estavam na cidade. Um ex-trabalhador de armazém das Docas, registrou que

"em todo canto da cidade você encontra portuário (...), tanto estivador, que nem doqueiro, que nem conferente e assim... (...) Nós é que mantemos mais a cidade, né, que a vida maior da cidade é o porto. Agora, depois é que apareceu a Cosipa, apareceu a Refinaria, mas também já tem muita gente que não mora na cidade, mora já mais [em] Cubatão, Praia Grande, pra lá, que fica mais fácil pra ele, mas o portuário em si mesmo, a cidade é mantida quase que pelo portuário, certo?" (depoimento de M.)

Este registro une, num mesmo argumento, a questão analisada anteriormente ("a vida maior da cidade é o porto") à "disseminação" dos portuários na Baixada Santista. Estes comparecem aqui novamente como catalisadores e como uma força imantada em relação a outras categorias de trabalhadores. E, de fato, fundamentalmente em torno do que eles chamam de "família portuária" é que foi se "agregando" a maior parte dos membros de outras categorias. Vimos até aqui que, desde o final do século passado, os portuários fizeram florescer praticamente todos os núcleos de habitação operária, aos quais se juntaram, entre outros, os trabalhadores da Cia. City, os ferroviários e, mais tarde, uma parcela de petroquímicos e operários siderúrgicos de Cubatão, muitos dos quais já moravam e trabalhavam anteriormente em Santos⁵⁵. Assim, apesar da e na "segregação", trabalhadores dos mais diversos ramos conviviam nos mesmos espaços de habitação, vivendo e trocando experiências comuns. Seria extremamente revelador um estudo que penetrasse em pormenor nas redes de sociabilidade construídas no cotidiano dos moradores dos bairros operários, identificando aí os fatores que influenciaram a política e o movimento operário santista. Em outras palavras, o cotidiano não é simplesmente o lugar da eterna mesmice, da incessante repetição onde quase nada acontece, das práticas e dos gestos quase automáticos, comparáveis às denominadas sociedades sem história. Ele pode ser politicizado e entendido também como um lugar de criatividades quase invisíveis, de "pequenas lutas" que tecem identidades comuns e criam uma sólida cultura de solidariedade, um dos traços mais fortes da cultura operária de Santos. Sua demonstração já se manifestava desde as primeiras greves do começo deste século, passando pelas inú-

⁵⁵ No que se refere ao período compreendido por esta pesquisa, outros estudos poderão analisar em detalhes o entrelaçamento entre os operários das várias categorias existentes em Santos, revelando a partir daí aspectos fundamentais do movimento operário da cidade como um todo. Veremos no último capítulo determinados nexos destas relações ao analisarmos as greves gerais e de solidariedade no final dos anos 50 e início dos 60.

meras paralisações no final dos anos 50 e início da década de 60 em apoio aos trabalhadores da SMTC (Serviço Municipal de Transportes Coletivos), aos petroquímicos, aos operários do Moinho Paulista, aos enfermeiros da Santa Casa⁵⁷. Entre outros fatores que serão analisados, o sucesso desses movimentos deve ser atribuído ao papel desempenhado pelo porto e seus trabalhadores na vida da cidade e do país, além do referido "modelo de segregação-dispersão" e da história enquanto tradição.

A cultura de solidariedade é uma marca deixada na cidade por seus operários. Como veremos no final deste trabalho, os portuários levaram esta fama, ou melhor, ostentaram-na e por ela pagaram um enorme preço, ao custo de tentativas de dividi-los e tirar-lhes a "palavra chave aqui no porto: solidariedade" (J., trabalhador da administração na ativa).

2. O "MODELO DOCAS" DE TRABALHO.

Porém, a chave desta "palavra" deve ser procurada não apenas no binômio porto-cidade, mas igualmente no próprio local de trabalho. Neste sentido, os itens seguintes deste capítulo estão inteiramente voltados à análise do "modelo Docas de Trabalho", ou seja, dos dispositivos de controle utilizados pela empresa, cujo objetivo visa o esquadrinhamento do tempo e do espaço de trabalho e a disciplina dos corpos, das condutas, das práticas e representações dos seus empregados. Trata-se, na maioria das vezes, de minúsculos procedimentos de poder acionados pelo "aparelho produtor" das disciplinas com a finalidade de operar uma vigilância quase generalizada - táticas articuladas em torno dos detalhes do cotidiano do trabalho.

Mas é também o caso aqui de colocar este "modelo" em sintonia com as práticas operárias, também geralmente moleculares, que não se reduzem e não se conformam aos procedimentos de controle, mas penetram-nos para invertê-los, utilizando de mil maneiras aqueles dispositivos que têm por função o esquadrinhamento e a dominação - o que relativiza sua pretendida "eficácia aculturante" e o controle na totalidade de seus efeitos e objetivos. Em sua "estrutura" são abertas porosidades que dão lugar para reapropriações, distanciamentos, desconfianças, desvios e reinterpretação. Portanto, além da tecnologia disciplinar, pretendo

⁵⁷ Ver "Capítulo 6".

reconstituir formas sub-reptícias de lutas, em geral dispersas, fragmentárias, arditas, maliciosas, quase mudas e invisíveis que formam uma "microfísica da resistência" ou mesmo uma "anti-disciplina". Veremos que os doqueiros penetravam nas "táticas de divisão" da Companhia e transformavam-nas em "táticas de solidariedade" a partir de pequenos artifícios e astúcias como, por exemplo, as "maneiras de fazer a ocasião", tirando proveito do "mais forte" para torná-lo "mais fraco". Trata-se do que Michel de Certeau chamou de "artes do fazer", de como o cotidiano é inventado através de infinitesimais bricolagens⁶⁰.

2.1. A Contratação da Mão-de-Obra

O objetivo de controle do "modelo Docas de trabalho" insinua-se desde os critérios estabelecidos para a contratação da mão-de-obra.

Conseguir uma vaga para trabalhar nas Docas não era tarefa muito fácil. Mas quanto às exigências formais, não observamos dificuldades intransponíveis para muitos candidatos a emprego nas turmas de carga e descarga. Regra geral, preenchiam uma ficha e aguardavam ser chamados. Um comunicado do sindicato, em 1954, assinalava que eles precisavam ter "peso de 65 quilos despidos, entre 21 e 35 anos de idade e [serem] alfabetizados"⁶¹. Este último requisito, porém, excluía de imediato vários pretendentes, para muitos dos quais ele era inconcebível e desnecessário. Não só os candidatos ao emprego, mas também os trabalhadores de carga e descarga pareciam, de modo geral, questionar a "leitura" como critério de contratação da mão-de-obra em oposição ao valor atribuído à força, à agilidade e à necessidade "de braços" nos serviços do porto. Segundo um ex-ajudante de pedreiro em empreitada, "as coisas estão mais difíceis... queria ter leitura e saber contar... não passei no teste das Docas. Não preciso mesmo, vou carregar saco, para que saber isso"? Um trabalhador, então desempregado na década de 70, afirmou algo semelhante: "não sei por que precisa leitura, isso é enganação para não dar serviço (...), pra mulher, sim, que não faz

⁶⁰ CERTEAU, Michel. L'invention du quotidien: arts de faire. Paris, Galimard, 1990. Ver também CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro, Difel, 1990.

⁶¹ SOSPS. Comunicado. "A Tribuna", 24.7.54.

força, mas pros homens, carregar saco? Leitura e conta não precisa, precisados tão é de braço"⁴².

Contudo, não pesava apenas o problema "curricular". O maior de todos era a diferença entre a procura e a oferta de emprego e o baixo nível de rotatividade da mão-de-obra. Não encontrei qualquer demonstração estatística a esse respeito, mas diversos depoimentos atestam-no. Apesar da ocorrência de demissões em massa em determinados períodos, a CDS era pressionada pelo sindicato para reempregar os demitidos. Além disso, o quadro de trabalhadores de carga e descarga permaneceu "estável" por vários anos, em torno de 3.000 empregados. Os salários pagos pela CDS - em geral mais elevados que os de outras empresas da região - contribuíam para que os trabalhadores efetivos se sentissem menos atraídos por outro emprego e para que houvesse uma acentuada procura por uma colocação nos serviços do cais.

Frente a essas dificuldades, entrar na empresa, muitas vezes, significava ser uma pessoa razoavelmente "bem relacionada".

A tática dos laços pessoais.

"Eu sou um censor do meu filho".

Embora nem todos tenham conseguido emprego por vias indicativas, a Cia. adotava (por muito tempo, informalmente) uma política de contratação que privilegiava candidatos que fossem filhos, parentes, amigos ou conterrâneos dos que já estavam empregados. Não é difícil entendermos os motivos que levavam a CDS a criar tal critério de contratação. Segundo um empregado da administração ainda na ativa,

"normalmente o pai... O meu caso. Eu vou dizer meu caso pessoal que você vai entender os outros. Eu sou um censor do meu filho. Eu sou o censor dele aqui dentro e todo pai é censor do seu filho. Então, o que é que acontece? Se ele aprontar qualquer uma, eu vou saber um minuto depois. Eu vou dizer: 'amiguinho, tu tem o meu nome, amigo, põe na cabeça'. Então eu sou o censor dele. Então, ele vai agir como eu ajo, tá entendendo? Porque dificilmente o filho..., quando havia essa afinidade, menos problemas nós tínhamos na Companhia" (Depoimento de J.).

A Cia. acreditava no papel policiador da família e no papel estabilizador da relação entre amigos, compadres e colegas de trabalho, inibindo a possibilidade da eclosão dos conflitos. Visava tanto o as-

⁴² Depoimentos fornecidos a PAOLI, M., op. cit., pp. 80-1.

pecto material ligado à força de trabalho (diminuição dos índices de absenteísmo, aumento da produtividade, emulação coletiva no trabalho, etc.), quanto o aspecto moral (sentido de pertencimento a uma "grande família", de responsabilidade no serviço, etc.).

No que se refere ao mencionado tipo de seleção dos empregados, a empresa intentava criar no "contratante intermediário", ou seja, no operário já estabelecido, um senso de responsabilidade sobre seu "protegido", torná-lo ciente de que a negligência, a inoperância, o "mau comportamento" deste último recairiam também sobre ele. A vigilância e o controle podiam, assim, ser delegados "espontaneamente" ao "tutor" do agraciado pelo emprego. Mas podemos falar também de uma dívida contraída pelo "protetor" com relação à CDS. Os laços pessoais forjavam-se e fortaleciam-se igualmente na relação empresa-"protetor".

Esta estratégia de controle acionada pela Companhia foi exemplarmente narrada no romance "Navios Iluminados", escrito por Ranulpho Prata⁶³. Valentim trabalhava com seu pai nas oficinas mecânicas da CDS como ajustador. Era bastante popular entre os operários, conhecia "na ponta da língua tudo quanto era regulamento e lei trabalhista", tinha em seu quarto muitos livros e recortes de jornal e era "figura de proa" no sindicato. "O seu nome subira a serra e chegou a São Paulo, onde também fizera amigos no meio operário do Brás, em cujos sindicatos já discursara em sessões agitadas".

No entanto, seu pai, o velho Simões, estimado pelo chefe da seção, dr. Tancredo, e renomado ajustador, pretendia também ajustar o filho, tirando-o daquele caminho; estava "receoso de complicações e contrariedades". Certo dia, passou por uma situação vexatória: foi chamado pelo dr. Tancredo, o qual aconselhou-o

"a travar um pouco a língua do rapaz, que se andava excedendo dentro da oficina. Na rua não se incomodava; mas ali não, ali não permitia de maneira nenhuma. Gostava de ambos, pai e filho, mas não podia admitir umas tantas coisas".

Apesar da censura adotada pelo pai em relação ao filho, o resultado não foi o esperado pelo velho Simões nem pelo chefe de seção: em

⁶³ PRATA, R., op. cit., pp. 57-8. O autor do livro conhecia, certamente, muitas histórias de operários que consultavam-se com ele. A narrativa e as descrições sobre a vida dos trabalhadores, as condições, organização do trabalho, etc., conferem com muitos depoimentos de ex-operários e diversos outros registros encontrados ao longo desta pesquisa. Apesar de ter sido escrito por volta das décadas de 20 e 30, inúmeros aspectos nele mencionados revelam sua permanência no período privilegiado por esta monografia.

casa, a discussão entre os dois acabou "em sopapos", mas Valentim permaneceu irredutível, contrariando as expectativas de ambos.

Mas a contratação por meio de laços pessoais era uma via de mão dupla: tanto engendrava múltiplas lealdades entre empregador, "contratante" e seu "protegido", quanto criava uma cultura e uma tradição transmitidas entre amigos e compadres e de geração para geração. Aquele mesmo "censor do filho", mencionado anteriormente, afirmou que no porto de Santos,

"nós temos linhagens aqui dentro: avô, bisavô, filho, neto. (...) Então, normalmente, você tem o cordão umbilical ligado. Existe um cordão umbilical. E normalmente - hoje não, hoje nem tanto, quase nada -, antigamente um soldador, o filho dele seguia os passos do pai" (depoimento de J.).

Em algumas dessas "linhagens", constatamos uma tradição de militância e de luta sindical. Ainda hoje podemos encontrar filhos e parentes de ex-sindicalistas que ou são funcionários do sindicato (um deles é filho de um dos fundadores do SOSPS, em 1931) ou militam e fazem parte de sua diretoria. Em seu estudo sobre os portuários de Liverpool, Simey observou que os filhos de trabalhadores estabelecidos eram mais agressivos e críticos em relação aos que detinham alguma autoridade na indústria do que aqueles cujos pais não eram operários do porto. Deste modo, grande parcela da tradição familiar manteve-se viva através de histórias e experiências transmitidas de pais para filhos, casos contados sobre tratos injustos e más condições de trabalho⁶⁴.

Se por meio do parentesco e da rede de contatos e conhecimentos a CDS procurava inculcar nos trabalhadores sentimentos de dependência, gratidão, favor, dívida moral e material, por outro lado podia fazer com que o campo de autonomia dos trabalhadores fosse também alargado. Da confiança depositada pela Cia. nos vigilantes dos recém-contratados, ocorria também a ampliação da confiança mútua entre os operários. Este mesmo fenômeno foi observado pelo antropólogo Leite Lopes em seu estudo sobre o complexo "fábrica com vila operária". Nesse caso, o recrutamento através da família estabelecida "vem, paradoxalmente, aumentar o campo de autonomia das famílias da vila operária pela via de seu poder de cooptação relativamente ao seu grupo so-

⁶⁴ SIMEY, S., op. cit., p. 75.

cial de origem, e, através dessa forma de recrutamento, aumentar o número de companheiros de trabalho e moradia possuindo vínculos de confiança mútua que independem e preexistem à cooperação fabril entre estranhos, imposta pela companhia"⁶⁵.

Conforme assinala, a Cia. Docas, por sua vez, adotara informalmente o critério de seleção através de relações pessoais. Talvez, num dado momento, a empresa tivesse se dado conta da apropriação que os próprios operários faziam de tal critério, invertendo muitas vezes a função para a qual ele fora destinado. Em 1959, o sindicato enviou à CDS, no Rio de Janeiro, um ofício

"no sentido de que, para admissão nos serviços da empresa, seja dada preferência aos filhos de doqueiros, pois é certo que vem sendo admitido gente estranha enquanto os filhos de doqueiros, com exceção, vem [sic] esperando vaga sem conseguí-las"⁶⁶.

A partir daí, o que antes era informal, passou a ser institucionalizado. Segundo um ex-trabalhador de carga e descarga, "isso foi o Manuel de Almeida (presidente do SOSPS) que conseguiu, né, porque ele quem convocou pro sindicato. Então, você ia pro sindicato, pegava um requerimento e apresentava nas Docas. (...) Ele conseguiu isso administrativamente" (depoimento de A., ex-trabalhador de carga e descarga). É possível imaginarmos a importância desta conquista no que se refere ao aumento da "família portuária", da estreita solidariedade entre seus membros e de seus laços de confiança recíproca já existentes, antes mesmo, de serem agrupados no trabalho pelo capital.

A relação pessoa/indivíduo.

"É preciso recomendação. Quem não leva passa mal".

Através de uma narrativa relativamente longa, mas bastante reveladora da trajetória de dois migrantes, gostaria de exemplificar a re-

⁶⁵ LEITE LOPES, Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In.: LOPES, José S. et alii. Mudança social no nordeste. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 70. Este mesmo fenômeno foi observado por Ricardo Ramalho na Fábrica Nacional de Motores (RJ). Segundo ele, sem o perceber, a empresa permitiu que os operários, através da família e dos laços de parentesco, fortalecessem seu raio de autonomia, enfraquecendo o controle da fábrica sobre a vida de seus empregados. RAMALHO, J. R. Estado-patrão e luta operária: o caso FNM. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Esta problemática foi abordada ainda por outros autores, tais como GROSSI, Yonne, op. cit.; BRANDAO LOPES, Juarez R. Crise do Brasil Arcaico. São Paulo, Difel, 1967; ALVIM, Maria Rosilene B. Família e operários de origem camponesa; uma leitura da Crise do Brasil Arcaico. In: LEITE LOPES, José S. (coord.). Cultura e identidade operária. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, Marco Zero, s/d; LEITE LOPES, J.S. A Companhia Paulista: a tecelagem dos conflitos. São Paulo, Marco Zero/UNICAMP, 1988.

⁶⁶ SOSPS. AGE, 2.8.59.

ferida tática dos laços pessoais que os operários, por sua própria conta, lançavam mão a fim de "arrastar" para o cais amigos, vizinhos, parentes e conterrâneos. Porém, o relato que se segue não é uma simples ilustração; visa, antes de mais nada, questionar certos "modelos" duais de explicação que operam com um corte que dicotomiza o universo rural (entendido como o reino da pessoalidade) e o universo urbano-industrial (reino da individualidade) para analisar a suposta "heteronomia" da classe operária, em razão da estrutura econômico-industrial do país em "processo de modernização". Com este propósito, recorro mais uma vez às histórias de personagens do livro de Kanulpho Prata, inscrevendo-as na problemática dos "laços pessoais" e da rígida polaridade rural/urbano, pessoa/indivíduo⁶⁷.

Os casos e as experiências de Felício e Severino, ambos retirantes nordestinos, são muito semelhantes aos de outros que foram "tentar a sorte" nos centros industriais e que tiveram de passar por uma ampla ressocialização a fim de obterem emprego, arrumarem documentos, estabeleceram moradia, etc.⁶⁸

Em 1924, Felício, conterrâneo de Severino, tirou férias dos serviços no cais e foi passear em Patrocínio do Coité no sertão da Bahia. Alinhado em casimira e brim branco, camisa de seda, gravata e sapato de mais de uma cor, capa de gabardina pendente do braço num escaudante domingo de sol, andava "com mais pose do que o Juiz de Direito". A quem perguntasse sobre a vida em Santos, Felício não postanejava: aticava "os desejos de melhoria de sorte que viviam adormecidos no coração de todos eles". Gabava-se pelo salário que recebia nas Docas, dizendo trabalhar apenas 8 horas diárias, resguardado em lei, assistência médica e farmacêutica. Afirmava possuir até mesmo alguns réis depositados na Caixa Econômica.

Nesta época, a seca atormentava mais uma vez os habitantes daquela área do sertão e Severino logo "se cansara de semelhante viver". Felício prometeu-lhe conseguir, através de amigos, emprego na Companhia; arrogou algum prestígio gozado entre doutores da cidade e, tendo o respeito dos companheiros, disse que freqüentemente discursava

⁶⁷ Embora a vida dos personagens do livro seja romanceada, construída e apresentada a partir das representações do autor e de suas experiências enquanto médico da CDS, podemos considerá-la empiricamente plausível - não pelo o estilo realista da obra, mas pelo cruzamento com outros registros e conhecidas trajetórias de migrantes relatadas em diversos outros trabalhos.

⁶⁸ Ver SADER, op. cit, pp. 88-99; DUHAM, E. A caminho da cidade. São Paulo, Perspectiva, 1976.

nas assembléias do sindicato. Seduzido pelas pabulagens de Felício, Severino, ao lado de outros patricios, arrumou suas malas e partiu para Santos.

A decepção veio a galope. Severino percebeu que o amigo não era tão influente como afirmava e trabalhava no cais dia e noite oprimido pelo peso das mercadorias, "ficando careca como os outros". As roupas elegantes e a reserva de algum dinheiro provinham de sua vida independente de solteiro. Durante largos dias, Felício fizera por Severino apenas instalá-lo na pensão onde morava. O recém-chegado começou a se virar sozinho na busca por emprego.

Na Cia. disseram-lhe que deveria aguardar até janeiro do próximo ano, quando então as portas da Inspetoria Geral se abririam aos novos candidatos. Angustiado, tentou a Cia. City e a São Paulo Railway. Não havia vagas. Porém, na mesma semana soube que espanhóis e portugueses haviam sido admitidos, sentindo-se preterido. Finalmente, conseguiu trabalhar nos bananais de propriedade de um italiano, onde veio a contrair a maleita. Terminada a febre e restituída a saúde, arranhou emprego na chácara de um inglês, a qual abandonou em seguida para não "intisicar".

Esperou por janeiro, contando mentalmente os dias que restavam para que a "severa porta" da Inspetoria se abrisse aos novos trabalhadores. De tanto passar por ali, tudo já lhe era familiar na paisagem: as arvores, a grade de ferro que dividia o prédio da rua, os vendedores ambulantes, as fisionomias dos desempregados que diariamente rondavam o lugar e o "vigia na sua farda cáqui, magro e tristonho".

Severino dirigiu-se novamente à Inspetoria Geral em janeiro. Deparou-se com orenorme contingente de candidatos que, como ele, ansiavam pelo emprego na Cia. que gozava da reputação de absorver grandes quantidades de força de trabalho ao melhor preço da cidade - ainda que as custas de infundáveis horas extras. "Os magotes de homens que queriam trabalho abarrotavam o passeio da Inspetoria, atrapalhando o tráfego do bonde 5". Ali, via-se gente dos mais variados Estados do país e de diversas partes do mundo. Severino "vexava-se olhando a multidão, que crescia cada vez mais". Cismou que as Docas não podiam contratar tantos homens e não demorou a lançar-se à frente entre a massa dos desempregados, furando-a até atingir o prédio.

Essa tensa ladainha durou dois dias. Na pensão, Felício advertiu Severino: "mas você não está sabendo fazer a coisa, não é como você pensa não, rapaz. É preciso recomendação. Quem não leva, passa mal". Felício começou a ajudar o conterrâneo. Prometeu-lhe avistarem-se com o Doutor Constantino, "presidente do partido que está de cima", com prestígio e dinheiro, "dado e sem pomada", inclinado a ajudar os pobres. "Sem um bocadinho de proteção, não se faz nada nesta vida".

De posse do documento redigido pelo dr. Constantino, Severino munira-se agora de coragem e força, investindo célere entre os homens agrupados no passeio público em frente ao prédio das Docas. Apresentou a carta ao continuo admirado, o qual disse-lhe: "agarrrou-se com bom padrinho". Depois de muito esperar, Severino

"penetrou em uma sala muito vasta, com amplas paredes, quase vazia de mobília, tendo no fundo uma escrivaninha cheia de papéis que o inspetor, atrás e de pé, revolia. Severino deteve-se junto à porta, receoso de se adiantar, intimidado com o aspecto austero das coisas e da pessoa que lá estava se movimentando como um fantasma. Tinha diante de si, finalmente, o homem sobre quem tanta coisa se dizia, de bem e de mal e que lhe parecia, pela importância e prestígio, um governador ou presidente".

O inspetor Geral da CDS tratou-o com indiferença e descaso, tomou-lhe das mãos a carta de recomendação e, muito ocupado com outros afazeres, explodiu: "Oh! com os diabos! Isto não acaba mais. Só parece que as populações de Portugal e do Norte vieram se empregar na Companhia". Apesar do mau-humor, aceitou-o na empresa - desde que providenciasse os papéis.

A partir daí começou uma nova etapa de dificuldades para Severino. Arrumar os papéis implicava em dispor de dinheiro. Felício ajudou-o a contrair algum empréstimo a juros entre trabalhadores de sua turma. Foram infundáveis os caminhos que o levaram às mais diversas repartições públicas, tendo inclusive, por intermédio de Felício, de subornar um funcionário da polícia para conseguir uma carteira de antecedentes criminais. "O dinheiro não indo na frente abrindo picada, o carro não anda" - disse-lhe o amigo. Cumprido todo o trajeto labiríntico da burocracia, Severino estava empregado na Cia. Parecia-lhe sonho ou mentira,

"sentia-se agora um homem diferente, defendido contra todos os golpes da sorte. Era, mal comparado, como se estivesse viajando à noite no seu sertão, por caminhos desconhecidos cheios de perigos, debaixo de trovoadas fortes, com relâmpagos, coriscos e árvores despencando na estrada, e, de repente, topasse uma casa amiga, com o foguinho quente, comida cheirosa na mesa e rede limpa no armador. Naquele dia, que vinha rompendo e alumando o seu quarto, ia trabalhar pela primeira vez em terras do Sul"⁶⁹.

A trajetória de Severino nos indica uma série de questões frequentemente tematizadas em depoimentos de migrantes⁷⁰: as privações vividas na zona rural; a sedução das benesses da vida na cidade exercida pelo "migrante bem sucedido" no meio urbano; a chegada na cidade e as primeiras decepções; a angústia do isolamento; a busca desesperada de emprego; a necessidade de recorrer a um "pistolão"; o retraimento, a timidez e a admiração frente às autoridades da empresa; as dificuldades em aprontar os documentos necessários à contratação da mão-de-obra; o sonho, finalmente, realizado: ser empregado de uma grande companhia.

Este tipo de trajetória serve a inúmeras formas de interpretação. Sabemos que durante um longo período, as análises mais marcantes foram aquelas inscritas sobretudo na denominada "teoria da modernização"⁷¹. As críticas a estas construções teóricas e empíricas já foram ampla-

⁶⁹ PRAIA, R., op. cit., pp. 17-45.

⁷⁰ Ver SADER, E., op. cit.; DUHAM, E., op. cit.

⁷¹ Apesar de diferenças de enfoque, os autores e as obras geralmente enquadradas nesta teoria são os seguintes: LOPES, Juarez. R. Brandão. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo, Difel, 1964; RODRIGUES, J. Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1968; RODRIGUES, Leôncio Martins. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Difel, 1968; IDEM, Industrialização e atitudes operárias. São Paulo, Brasiliense, 1970; IDEM, RODRIGUES, L. M. Classe operária e sindicalismo no Brasil. In.: Sindicato e sociedade. São Paulo, Difel, 1968; SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus, 1966.

mente realizadas⁷². Desejo apenas pensar o "desenraizamento" e a "integração" do migrante de uma maneira menos rígida que os modelos cuja ênfase está na ausência de adaptação ou na integração individualista do migrante nos centros urbano-industriais em face de uma sociedade que supostamente passava por uma transição do "arcaico" ao "moderno". Estes modelos, via de regra, esbarram em uma certa idealização do meio rural em contraposição à marca competitiva do universo urbano na medida em que sugerem a perda de raízes e identidade do rural na cidade, analisada de forma estática e capturada muitas vezes não na sua trajetória como um todo, mas focalizada desde a sua saída do campo até os seus primeiros contatos nas metrópoles.

Tais análises, se apreendem com precisão inúmeros aspectos das experiências dos contingentes rurais na cidade, pecam por sua rigidez e por seus enfoques dualistas que submetem a ação humana a "automatismos estruturais" - sejam os da passagem do tradicional ao moderno, sejam os da estrutura de dependência da sociedade brasileira.

Grande parte da literatura sobre o tema em questão opera com a dicotomia entre o sistema comunitário (campo) e o sistema societário (cidade), ou então, uma fórmula sugerida por Spencer em sua teoria evolucionista: "de uma homogeneidade indefinida e incoerente a uma heterogeneidade definida e coerente"⁷³. Seguindo parte do quadro apresentado por François Bédarida, no primeiro caso encontraríamos relações recíprocas e de sujeição; o império da família desde o nascimento até a morte; a vida privada e íntima, na qual a sociabilidade estaria limitada a um pequeno número de pessoas dominado pela estabi-

72 Francisco Weffort foi um dos pioneiros na crítica a estes modelos. Podemos assim enumerar os seus principais questionamentos, em particular à "teoria da modernização": 1) a maior parte das análises revela insuficiências de pesquisa histórica; 2) isso se deve ao fato de que, nestes casos, a classe operária passa a ser reduzida e lida pelas "determinações estruturais da industrialização", nas quais estava pré-fixada a ação do movimento operário; 3) neste sentido, qualquer mudança histórica dependeria da transformação do conjunto do qual a classe operária faz parte, ou seja, sua trajetória está condicionada ao processo de modernização da sociedade e da economia, capaz de destruir a tensa convivência entre o mundo arcaico e o mundo moderno. Em suma, seria necessária a socialização dos migrantes no universo urbano através da crescente industrialização do país. Enquanto não se estabelecesse tal realidade, os trabalhadores continuariam a se organizar debilmente, sem constituir-se numa classe propriamente dita e comparável à classe operária européia; 4) assim, a "teoria da modernização" estabelece "as semelhanças ou as diferenças entre as classes sociais nos países subdesenvolvidos e o que se teria observado na experiência histórica européia". Deste modo, ela não diferencia os processos históricos em que se realizou cada experiência. A partir do modelo europeu, define o que seria classe, classe ainda em formação ou mesmo ausência de classe. WEFFORT, F. Sindicato e política. Iese de Livre-Docência, USP, 1975. Ver também VIANNA, L. Werneck. Apontamentos sobre a questão operária e sindical, Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 13, 1979; PAOLI, M. Célia et alii. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. Revista Brasileira de História, Rio de Janeiro, Marco Zero, 3 (6), mar., 1983; SAUER, E. op. cit.

73 SPENCE, Herbert. First Principles, Londres, 1862, p. 396, apud BEDARIDA, F., op. cit., p. 19.

lidade e pela tradição; o reino da coesão, integração e do consenso; rede homogênea de relações interpessoais; solidariedade e identidade, tornando múltiplos os papéis de cada indivíduo na comunidade. Já no sistema societário verificaríamos o inverso: no lugar da vontade natural, a vontade racional do cálculo, das trocas e do dinheiro; relações seletivas e voluntárias; obrigações estabelecidas pelo contrato; vida pública, em cujo universo social verifica-se a mobilidade; divisões, contradições e alienação; primado das classes e do enfrentamento⁷⁴.

Neste sentido, este quadro comparativo e dicotômico enfatiza a diferença entre, por um lado, um mundo dominado pela estabilidade social, pelo conforto emocional, pelo reconhecimento pessoal na comunidade e pela tradição; e por outro, um universo competitivo, dominado pelo potencial de ascensão vertical e horizontal dos indivíduos e pelas possibilidades de conforto material. Eder Sader, observando que, se este esquema explicativo torna operacionalizável a reconstituição da sociedade capitalista das grandes cidades, ao mesmo tempo obscurece mais do que ilumina, pois não leva em consideração outros fatores ou confunde-se "com uma transcrição real da passagem da vida rural para a urbana". Segundo este autor, a ordem patrimonial já encontrava-se bastante comprometida no campo "e o que emerge na sociedade brasileira não pode tampouco ser reduzido a uma simples manifestação da 'ordem social competitiva'". Além disso, os migrantes recorrem a padrões comunitários por eles reelaborados a fim de integrarem-se no mundo urbano - o que "não é pura assimilação, mas que contribui para alterar essa ordem na qual se integram"⁷⁵.

Recorrendo aos estudos de Roberto Da Matta⁷⁶ sobre as relações indivíduo/pessoa, rua/casa que fazem parte da vida sócio-cultural brasileira, Eder Sader oferece outra via de interpretação. O universo da "rua" representa a luta pela sobrevivência, pela vida; na casa, dá-se o reconhecimento das pessoas. Contudo, a suposta impessoalidade do mundo da rua é pervertida pelo recurso dos conhecimentos e das relações pessoais. Imagine-se o drama dos que não puderam contar com a proteção de um bom padrinho ou da ajuda de amigos na aquisição de emprego, documentos, moradia! Como disse Felício a Severino, "é preciso

⁷⁴ IBID.

⁷⁵ SADER, E., op. cit., pp. 95-6.

⁷⁶ MATTÁ, Roberto da. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil". In.: Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

recomendação. Quem não leva, passa mal". Muitos migrantes que não puderam contar com mediadores entraram no universo urbano como indivíduos e não como pessoas. Neste sentido, o dilema dos migrantes não esbarra no fato de estarem de frente a uma sociedade racionalizada, burocratizada e impessoal, "mas, pelo contrário, de aparecerem como 'indivíduos' num mundo altamente 'pessoalizado', onde as asperezas das relações burocráticas são contornadas pelas relações pessoais"⁷⁷.

Vimos que Severino entrou na Cia. através de um "pistolão"; arranjou-se com um bom padrinho. José Cipriano, ex-interventor do SOSP9 na década de 50, cuja parte de sua história é muito semelhante a de Severino, saiu do Nordeste e foi trabalhar nas Docas onde já estavam empregados dois de seus irmãos⁷⁸. Um ex-guindasteiro contou-me em detalhes suas "manobras" para arranjar emprego a um cunhado, conseguindo-o através de seu empenho pessoal. Exemplos semelhantes devem ser inumeráveis.

Como observei, as relações pessoais eram inclusive aceitas e estimuladas pela empresa, visando criar laços de lealdade e papéis de controle entre seus empregados. Durante o período em que Ismael de Souza ocupou o cargo de Inspetor Geral da CDS, a contratação de mão-de-obra passava sempre pelo seu crivo pessoal. Segundo José Cipriano, o dr. Ismael de Souza, "um sujeito distinto, social", dava frequentemente "audiências coletivas", atendendo "um por um, até meio dia". "Todos trabalhador que tinha interesse a tratar junto ao Inspetor Geral... - que era o que resolvia os problemas: demissão, admissão, suspensão, uma série de problemas... Então, era aquela fila de homens".

E os pretendentes ao emprego, por sua vez, acionavam o expediente das relações pessoais ao mobilizar amigos e parentes, criando laços de solidariedade e ajuda mútua. Vemos aí que as dualidades comunitário/societário, relações pessoais/impessoais, privado/público,

⁷⁷ "A mobilização de parentes, vizinhos e conterrâneos não constitui um resíduo de padrões tradicionais, que tenderiam a sumir com o progresso da urbanização, mas são relações atualizadas na vida urbana e constitutivos dela". SADER, E., op. cit., p. 97.

⁷⁸ José Cipriano relatou-me suas experiências para entrar na CDS, apresentando notáveis semelhanças com a trajetória de Severino, sobretudo no que se refere às peripécias para ingressar nas turmas de carga e descarga. Grande coincidência está nas suas relações com o médico Ranulpho Prata que muito o ajudou a voltar à sua terra, em Sergipe, a fim de tratar-se da tuberculose que o havia acometido, como aconteceu a Severino e muitos outros doqueiros naquela época.

são menos identificáveis e mais intercambiáveis do que nos sugere sobretudo a "teoria da modernização".

No capítulo anterior, embora sem dispormos de dados censitários, constatamos que, a partir da década de 40 aumentou consideravelmente o número de migrantes em Santos. Vimos que já nos anos 20 e 30, às quais se reporta o romance de Ranulpho Prata, os nordestinos compunham a maior parte dos contingentes à procura de emprego. Não foi incomum entre eles a busca pela criação de uma rede de solidariedades informais com o objetivo de lidarem com as dificuldades do "sistema societário". Espero demonstrar ao longo deste trabalho que são pouco sustentáveis determinadas teses bastante difundidas no sentido de que os migrantes - vistos enquanto vítimas da transição da sociedade brasileira do "arcaico" ao "moderno" - careciam de "ajustamento" nos centros industriais, não impunham qualquer resistência aos métodos de intensificação do trabalho no processo produtivo, utilizavam os sindicatos apenas em função de expectativas individuais, valorizavam os interesses "econômicos" e não os de caráter sócio-profissional, criavam uma solidariedade muito tênue e eram pouco capazes de engendrar ações e organizações coletivas.

Mas devemos ainda nos perguntar se aquela mesma rede de solidariedade tecida não só entre os migrantes, mas também de um modo mais geral, não se prolongaria para além do momento da luta pela aquisição do emprego. E ao lado da estratégia de fazer de cada pai um "censor" de seus filhos e de cada operário um vigilante de seus colegas, sobretudo de seus "protegidos", de que outros expedientes a Cia. lançava mão para tentar interceptar os fios da solidariedade que se fortaleciam entre os operários no próprio local de trabalho?

2.2. A Organização Sincronizada do Trabalho

"Nunca mais a máquina de nossa unidade será emperrada".

O jogo conflitual divisão e vigilância/solidariedade e comunicação horizontal nos locais de trabalho pode ser examinado a partir da análise de determinados aspectos da característica sincrônica do processo de trabalho no porto.

O trabalho de "turmas"

As turmas de carga e descarga da CDS eram divididas em ternos, ou seja, em grupos de homens que realizavam uma determinada operação de acordo com a natureza da carga, do local e das condições de carregamento e descarregamento. Na terminologia do processo de trabalho, trata-se do que Marx chamou de "cooperação simples": a organização de trabalho na qual, de modo planejado, muitos operários trabalham conjuntamente uns ao lado dos outros num mesmo processo de produção ou "em processos de produção diferentes, mas conexos". Na indústria portuária esta é a forma predominante do trabalho por ser um ramo da produção onde, embora a presença do capital se observe em grande escala, a divisão técnica do trabalho e a maquinaria ocupam um papel pouco significativo⁷⁹. No levantamento de uma carga, por exemplo, a potência social de forças se efetiva a partir da ação simultânea de muitos braços em uma operação indivisa⁸⁰. Um bom exemplo disso pode ser encontrado numa descrição do livro de memórias de um ativista do PCB e ex-doqueiro de Santos. Celso de Lima narra que

"uma galera ou vagão com setecentas sacas pede no máximo oito homens, para não haver atrapalhão no trabalho. Os trabalhadores entram em fila, cada um com as duas mãos arrasta o saco para a sua cabeça e sai correndo para a pilha que fica dentro do armazém, formando a nova pilha. Enquanto a da galera vai baixando, a do armazém vai subindo, até quando, na galera, a pilha fica com quatro sacas de altura, cada um puxa sozinho. Chama-se isto de 'roubar a saca'. Abaixo de quatro sacas, outro trabalhador ajuda seu companheiro, agarrando em duas prelhas da saca e jogando na cabeça do outro. Esse que ajudou o que saiu é ajudado pelo que vem entrando na galera e sempre acontece a mesma coisa. A esse processo dá-se o nome de 'sacada'. (...) Na pilha do armazém, as pilhas vão até dez sacas de altura, ficando mais alto que qualquer trabalhador. Ai eles têm que dar um pulo para cima, levantando o saco na palma das mãos, e simultaneamente jogá-lo para a pilha"⁸¹.

Ainda segundo Marx, deste tipo de potência de forças, originada da fusão de muitos braços que compõe uma força coletiva, "o mero contato social provoca, na maioria dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais (*animal spirits*) que elevam a capacidade individual de rendimento das pessoas"⁸².

⁷⁹ MARX, K. Cooperação. In: O capital. São Paulo, Nova Cultural, 1988, v.1, p. 253.

⁸⁰ IBID, p. 246.

⁸¹ LIMA, Joaquim C. Navegar é preciso: memórias de um operário comunista..., op. cit., p. 30.

⁸² MARX, op. cit., p. 247.

O contato social, além de provocar estímulo em relação à produtividade no interior das turmas, gera também um controle do próprio grupo sobre os operários "desviantes". Neste sentido,

"além do envolvimento, os colegas são os maiores censores. (...) O cara começa a faltar e quando ele retorna ao trabalho, os colegas: 'neguinho, o que é que há, vais querer ir pra rua?' Então, a pressão é total. Ainda o pessoal brinca: 'vai pro cheira bife', quer dizer, começa a dar porrada. Porrada no sentido de: 'pô, tá cheio de filho (...), pô, vem encher o saco fazendo listinha...' (J., empregado da administração na ativa).

O envolvimento dos trabalhadores nas turmas implicava em familiaridade, intimidade e em uma densa rede de expectativas em relação aos próprios colegas: preservação do emprego, vida familiar, alcoolismo, etc. Tais expectativas não deixavam de fazer parte das múltiplas formas de fraternidade existentes na vida diária, mas - conforme observamos - podem servir também aos anseios da empresa em criar uma espontânea malha de vigilância cotidiana. A "tirania das intimidades", provocada pelo calor das relações humanas permanentes, não deixavam de ter alguma influência na redução do absenteísmo, na emulação do trabalho, no apaziguamento dos conflitos. Ou, de outro modo, ao contrário da harmonia, da intensa sociabilidade e da expectativa de contatos estreitos e selados pela confiança e pela reciprocidade, as intimidades podiam deslizar rumo à exasperação. R. Sennett, ao analisar o aspecto tirânico das intimidades nas relações sociais "calorosas", observou que muitas vezes são frustrados os desejos da quebra das barreiras do contato íntimo e "quanto mais chegadas são as pessoas, menos sociáveis, mais dolorosas, mais fraticidas serão suas relações"⁸³. Nos jornais locais de Santos é comum encontrarmos notícias de ásperas violências entre portuários de uma mesma turma, enchendo a coluna diária das ocorrências policiais. É possível que muitas escaramuças tenham surgido por razões de serviço, ou seja, pela rudeza da operação de carga e descarga. Celso de Lima, ao referir-se à "sacada", observou que quando havia erro na operação, aquele que recebia a saca caía com violência, surgindo daí "rusga, briga de companheiros, chacota"⁸⁴. Castoriadis, por sua vez, assinalou que a

⁸³ SENNETT, R. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 412.

⁸⁴ LIMA, J., op. cit., p. 31.

contradição real da exploração capitalista reside em agrupar os indivíduos e, ao mesmo tempo, tentar tirar-lhes a sociabilidade⁸⁶.

Mas por outro lado, Celso de Lima registrou um fenômeno muito citado nas entrevistas com antigos operários das Docas. Segundo ele,

"o trabalho das turmas tem alguma coisa interessante, há sempre uma afinidade entre os componentes das turmas, as quais se constituem de um número de trinta e dois trabalhadores. É de imaginar que homens trabalhando juntos, por tempos indeterminados, comecem a tomar sentimentos de amigos. Para melhorar tal situação basta que se considere tanto a dureza do trabalho quanto a severa fiscalização dos feitores"⁸⁶.

A atividade nas turmas revela uma gritante diferença com determinados trabalhos característicos do "sistema de fábrica", onde a divisão do trabalho é altamente desenvolvida, o parcelamento das tarefas é quase que infinitesimal e os trabalhadores, muitas vezes, permanecem isolados e em contato permanente com a máquina ou, por exemplo, com a esteira de produção. Uma vasta literatura já demonstrou que estas características do "sistema de fábrica" reforçam as modalidades de controle e vigilância sobre os trabalhadores, possibilitando um adensamento considerável da acumulação do capital⁸⁷.

A natureza do trabalho portuário, porém, facilita a formação espontânea de grupos informais, muito mais dispersos na vastidão do cais, onde é maior a possibilidade de um certo anonimato. Montgomery verificou a existência de grupos informais no trabalho das minas, construção civil, portos e, inclusive, fábricas nos Estados Unidos, no começo deste século, constituindo um dos pontos cruciais da experiência diária dos trabalhadores, sobretudo dos imigrantes. A natureza do trabalho no porto fazia com que "tanto a cordura como a sobrevivência dependessem dos vínculos pessoais com os trabalhadores. Os mais antigos ensinavam aos novatos as técnicas de sobrevivência e as formas se-

⁸⁶ CASTORIADIS, C. O conteúdo do socialismo, III: a luta dos operários contra a organização da empresa capitalista. In.: A experiência do movimento operário. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 113.

⁸⁶ LIMA, J., op cit., p. 34.

⁸⁷ Ver, por exemplo, NARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os patrões?). In.: GORZ, A. (org.) Crítica da divisão do trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980.

cretas de resistência coletiva: 'levanta isso assim, perde o tempo, trabalha devagar, ali está o patrão e aqui é onde nos escondemos' "ee.

Com efeito, segundo o depoimento de um trabalhador entrevistado, nas turmas "são 25 homens; era que nem 25 irmãos, sabe como é?, há anos trabalhando conjuntamente". Os mais velhos tinham "tarimba no trabalho, somos também precavidos. Era um a dizer pro outro: 'cuidado, não faz assim' - e não fazia, ele não fazia. Então, nós ajudava, ensinava e tratava a mercadoria com jeito dela não machucar ninguém". E apesar da mencionada excitação dos "espíritos vitais que elevam a capacidade individual de rendimento", o depoimento deste mesmo entrevistado assinala que os colegas das turmas acordavam entre si a necessidade de ser amarrada a produção no fim do período ordinário de trabalho a fim de prosseguirem nos extraordinários, nos quais chegavam a ganhar de 70% a 290% em acréscimo.

Por outro lado, a organização do trabalho portuário não pode ser relacionada tão somente com essas e outras inúmeras ações secretas de resistência coletiva. Teremos nesta pesquisa vários exemplos de paralisação das atividades no cais com a seguinte característica: interrupção do trabalho em todo o porto (cerca de 7 quilômetros de cais), de forma quase instantânea, sem organização prévia ou demandas "oficialmente" formuladas. As vezes, por alguma irregularidade no trabalho, uma turma imediatamente cruzava os braços. Em outras ocasiões, todos os operários solidarizavam-se com movimentos inicialmente isolados. A informação do que estava acontecendo em determinado ponto do cais corria rapidamente de boca-em-boca. Em certos casos, a paralisação era arrancada por meio de ativistas que percorriam toda a faixa do porto. As correias da comunicação informal funcionavam freqüentemente desimpedidas ou a revelia dos chefes que pretendiam estancá-las.

O leitor poderá encontrar ao longo deste trabalho referências a tais fenômenos. Todavia, recorro mais uma vez ao romance "Navios Ilu-

ee MONTGOMERY, David. El control obrero en Estados Unidos. Madrid, Servicio de Publicaciones de Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985, pp. 60-1. Castoriadis aponta que os operários "só podem existir e coexistir socializando-se de novo". Os laços orgânicos entre si revelam-se inicialmente nos grupos elementares, ou seja, pequenas unidades que visam a solidariedade mútua e a solução para problemas de caráter produtivo e nas relações de produção. Segundo ele, ao contrário do que pretende a "sociologia industrial", estes grupos não são formações naturais, psicologicamente motivadas, mas "um agrupamento de produção e um agrupamento de luta", sendo seu objetivo "a gestão de sua própria atividade", contra uma direção separada do processo de produção, um aparelho alienado e alienante da realidade do trabalho. CASTORIADIS, C., op. cit., pp. 114-8.

minados", que nos fornece uma cena possivelmente ocorrida no cais em face da introdução de um maquinismo novo no trabalho de descarregamento de carvão⁸⁹. Verídica ou não, a cena ilustra uma organização informal dos doqueiros. Se os detalhes são romanceados, de qualquer modo o quadro apresentado por Ranulpho Prata, aproxima-se de outros acontecimentos análogos e que serão posteriormente contextualizados historicamente.

O guindaste "Palmeira" levantou a "grab", "aranha descomunal", que foi em busca do carvão abarrotado no navio.

"A máquina escancarou as mandíbulas, enterrou os dentes na massa negra e derramou na galera três toneladas de carvão de uma só vez. (...) O pessoal da turma 65 espiava, curioso, o manejo da bicha. E ante os seus olhos surpresos, o porão foi-se esvaziando rapidamente. O demônio da máquina, sozinha, fazia o serviço de muitos homens, que ali estavam a olhá-la de braços cruzados e faces apalermadas".

O feitor aproximou-se das turmas e dispensou-as. Nesta época os trabalhadores só recebiam pela hora trabalhada. Não havendo serviço, iam embora e voltavam só no dia seguinte. Os operários da turma não aceitaram a dispensa, "nascendo entre eles um zunzum de abelhas irritadas, que foi aumentando com rapidez, até se transformar num protesto firme e peremptório - 'fora com a máquina, fora!'". Outras turmas largaram o trabalho e correram para o local onde a gritaria e o tumulto aumentavam, até que a "grab" parou, ficando largada no chão "como um dragão morto". O feitor suava em meio à multidão e, desesperado, chamou o feitor-geral. Este tentava convencê-los de voltarem ao trabalho, mas seus intentos foram em vão e os protestos continuaram. Neste momento, "a turba, agora já crescida e densa, reagiu, inchando como uma jiboia". Os que encontravam-se longe, não sabiam do que se tratava, mas ouvindo os companheiros gritarem "não pode", fizeram o mesmo e o coro aumentou em uníssono.

Em seguida, o chefe da seção interveio, gritando e fazendo caretas, o que provocou nos trabalhadores risadas, chacotas e vaias. Imediatamente, o chefe sumiu. Enquanto as autoridades da CDS deliberavam a respeito, "os trabalhadores, em torno, conversavam e discutiam, formando grupos imensos, todos serenos, gostando da folga inesperada".

⁸⁹ PRATA, R., op. cit., p. 118. É factível que algum movimento centrado neste problema tenha realmente acontecido, pois, segundo um ex-feitor, os trabalhadores recusaram-se a aceitar a presença das "grabs" pelo fato de que elas dispensavam grande número de operários (depoimento de C.).

Uma hora depois veio a ordem de dispensar a "grab" e a descarga passou a ser feita como era antes, ou seja, os trabalhadores enchendo as caçambas com pás.

Este tipo de movimento ocorria não só entre doqueiros, pois veremos que, em diversas ocasiões, outras categorias portuárias solidarizavam-se mutuamente, paralisando suas atividades. Porém, mesmo que não houvesse essa integração, a natureza sincronizada do processo de trabalho no porto permitia que, via de regra, praticamente todas as operações sofressem um drástico colapso, sobretudo se a paralisação se realizasse numa das duas principais pontas dos serviços de carregamento, ou seja, estiva ou capatazias (turmas de carga e descarga da CDS).

A Babel portuária: divisão e unidade.

Mas devo sublinhar que, apesar do encadeamento quase simultâneo do trabalho, o ciclo operacional da movimentação de mercadorias em um porto é bastante complexo⁹⁰. Já foi afirmado que os operários de fábrica são mais difíceis de serem organizados e mobilizados que os de um porto⁹¹. Todavia, conforme a questão proposta por Malu Gitahy, "e por que seriam mais difíceis de organizar que a Babel de diferentes padrões, situações de trabalho, horários e salários (sem falar nas diferentes nacionalidades, raças e lealdades associativas), que se aglomeram no porto?"⁹²

Mas apesar de todos estes complicadores, os quais serão abordados na extensão desta monografia, o processo de trabalho no porto coloca os operários de diferentes categorias em uma situação de permanente proximidade física e em uma relação de interdependência praticamente absoluta. E, obviamente, os portuários reconheciam esta situação e criavam a partir daí uma noção de unidade ao representarem-se a si mesmos como uma peça no interior de uma grande engrenagem. Esta imagem maquinica conferia-lhes a capacidade de influir no funcionamento das tarefas e na produtividade. A esse respeito é lapidar o discurso de um

⁹⁰ Ver "Introdução".

⁹¹ Esta é uma posição de MARIAN, Sheldon. Anarquistas imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

⁹² GITAHY, M. Os trabalhadores do porto de Santos..., op. cit., p. 67.

operário numa assembleia do SOSPS, quando, em 1962, discutia-se a deflagração de uma greve. Segundo ele,

"uma máquina operatriz deve de ordinário contar com peças de mais variados matizes e de variadas funções. Entretanto, se uma dessas peças emperrar, as demais conseqüentemente emperrarão, e a máquina pára imediatamente. Nós somos a mesma coisa. Se uma categoria paralisa suas atividades porque não viu aceita uma justa reivindicação, embora essa categoria tenha apenas 100 participantes, as demais, que tenham 7.000 ou 8.000 participantes deverão também acompanhar e será desta forma que nunca mais a máquina de nossa unidade será emperrada"⁷³.

Além disso, a fluidez e a sincronia do trabalho no porto possibilitavam a troca das comunicações informais que se realizavam não só entre os membros de uma mesma categoria como, no caso, os doqueiros. Segundo um ex-trabalhador de carga e descarga e ex-estivador, no momento mesmo do trabalho, havia contatos entre estivadores e doqueiros, separados pela presença dos navios ancorados na beira do cais: "eles [doqueiros] sobem a bordo, a gente [estivadores] também tá em terra" (depoimento de A.).

E podemos encontrar outras tentativas de quebrar os bloqueios impostos pela divisão da Babel portuária. Elas expressavam-se também no plano formalmente organizacional. Frente à pulverização das categorias em diversos órgãos de classe, sobretudo no pós-30, não faltaram lutas pela fusão de alguns sindicatos, bem como foram constituídas organizações que representavam indistintamente todas as categorias portuárias, desafiando a estrutura sindical oficial que, entre outras coisas, visava a fragmentação dos sindicatos⁷⁴. No começo dos anos 60, a organização horizontal dos portuários deu inúmeras demonstrações de eficácia em lutas de unidade e solidariedade. Contudo, elas não teriam ocorrido se antes não existisse uma sólida e histórica tradição de coesão e solidariedade nos locais de trabalho.

Não foi por isso que, logo após deflagrado o golpe de 64, as garras da repressão sindical tinham-na como um dos alvos prediletos de desmantelamento? O aperfeiçoamento da divisão e da pulverização sindical a partir daí, criando novos órgãos de classe, não responderia à dura construção da unidade na luta, tão caprichosamente montada nos anos finais do "período liberal"? A brutal reorganização do cotidiano do trabalho no porto, imediatamente após o golpe, não teria correspondido a estas mesmas finalidades - todas tão almejadas pelos mais di-

⁷³ SOSPS. AGE, 6.5.62.

⁷⁴ Ver "Capítulos 3 e 6".

versos setores do capital durante longas décadas? Sugiro ao leitor que retenha pacientemente estas questões até o capítulo final, onde tentarei respondê-las.

O internacionalismo portuário.

Até aqui procurei demonstrar, entre outros aspectos, o papel politicamente ativo da comunicação informal e das estratégias cotidianas de sobrevivência no local de trabalho, tanto a nível das turmas de carga e descarga, quanto entre as demais categorias. Resta incluir agora outro fenômeno que torna peculiar a experiência dos trabalhadores, direta e indiretamente, em contato com o navio e com o mar: o internacionalismo marítimo e portuário. Neste particular, podemos destacar algo aparentemente banal que vimos observando neste item: "as pessoas conversam" - e este é um dado de primeira importância se quisermos entender a politização e o cosmopolitismo dos portuários. Aliás, já mencionei a primeira organização fundada em 1904 pelos trabalhadores do porto com vistas a "agrupar todos os trabalhadores de Santos, sem distinção de raça, ofício ou nacionalidade" - chamava-se "Sociedade Internacional União dos Operários", cuja preocupação era "paradoxalmente universalista e local", conforme se observa em seu próprio nome⁷⁹. Um ex-sindicalista, empregado da administração, capturou aí um dos fatores explicativos da força destes trabalhadores, uma vez que

"Santos, recebeu logo, por ser porto de mar... - aí falam os sociólogos, historiadores, que esses ventos de luta foram trazidos principalmente por ser porto de mar, o contato diário com os tripulantes dos navios estrangeiros, marinheiros, sabe?, aqueles ares de liberdade, aquelas histórias, influenciaram os portuários, aquela coisa toda. É uma história bonita" (depoimento de K.).

O navio, como meio de comunicação proletário, remonta a antigas experiências e tradições internacionalistas. O historiador Peter Linebaugh, por exemplo, analisa o papel do navio a partir do final do século XVIII, na Grã-Bretanha, como um dos meios do capital para organizar a exploração do trabalho. Ao nível da circulação, o navio unia diversos "modos de produção" como a *plantation*, a pequena produção e o sistema doméstico de produção, num momento do imperialismo inglês exercido em outros continentes. Linebaugh refere-se ao navio como meio

⁷⁹ GITAHY, M. Porto de Santos..., op. cit., p. 77.

de transporte e de transferência de homens de seus lugares de origem para trabalharem em outros destinos escolhidos pelo imperialismo europeu. Ele conclui que

"o navio não era apenas o meio de comunicação entre os continentes, era o primeiro lugar onde os trabalhadores dos continentes se comunicavam. Todas as contradições do antagonismo social concentravam-se no seu bojo. O imperialismo era o principal. (...) Forçado pela magnitude de seus negócios a ajuntar grandes e heterogêneas massas de homens e mulheres a bordo dos navios para uma viagem de morte a um destino cruel, o imperialismo europeu também criou condições para a circulação de experiências no interior das grandes multidões de trabalhadores que puseram em movimento"⁹⁶.

Assim, o navio era ponto de encontros e contatos, onde se acumulavam diferentes tradições, "numa estufa de extraordinário vigor"⁹⁷. Em seu livro de memórias, José Guarino, ex-ferroviário e sindicalista, aponta para o internacionalismo de marítimos, portuários e ferroviários. A característica de suas profissões

"os colocavam em contato com o mundo e com outras experiências de relações de trabalho. Ao cruzarem o Oceano, os marítimos entravam em contato com outros continentes, trazendo em suas bagagens novas experiências de luta de trabalhadores mais politizados e, por sua vez, passavam aos portuários que as transmitiam aos ferroviários"⁹⁸.

No porto de Santos é o que se observa. A relação entre estivador e marinheiro era constante e muito fecunda. Segundo um ex-presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, Domingos Garcia,

"tinham atividades aí que eram marinheiros embarcado em navio americano e era estivador. Então, havia realmente, havia sim intercâmbio de informações daqui pra lá, de lá pra cá. Algumas visitas também, não é? que eles faziam no sindicato, no porto, pra saber como funciona isso, como funciona aquilo".

Desses contatos e informações resultava, portanto, o conhecimento das lutas, reivindicações e conquistas existentes em portos de outros países. Um ex-trabalhador de carga e descarga e ex-ativista sindical tocou neste aspecto ao dizer que

96 LINEBAUGH, P. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. Revista Brasileira de História, São Paulo, 3 (6), set., 1983, p. 33.

97 *IBID*, p. 35.

98 SANTOS, José G. Nos bastidores da luta sindical. São Paulo, Diniz, 1985, p. 19.

"você precisa compreender o seguinte: que o estivador lida muito com estrangeiro, estrangeiro que tem mais vida do que a gente. Você vê: você conversa com um companheiro francês, você vê a luta deles. O operário americano é muito atrasado politicamente, mas na união deles, eles são grande. (...) Os companheiros da estiva pedia a eles informação disso, daquilo, quando ele compreendia o português, né. (...) Ele explicava como era lá nos Estados Unidos" (depoimento de C.).

A dificuldade em compreender outra língua era "compensada" pelo fato de alguns estivadores terem sido também marinheiros. "Os grande lutador da estiva aí, um bocado deles aí foi marinheiro: seu Zéquinha, seu Madeira, o pessoal da antiga aí, né, Barreto..." (depoimento de A., ex-estivador). A esse respeito vale a pena reportarmos-nos a um aspecto dos episódios de constituição do SES e de sua luta para controlar o mercado de trabalho contra o monopólio da CDS, em 1930. O ex-deputado constituinte do PCB, em 1946, Osvaldo Pacheco (estivador santista), conta-nos parte desta história, pondo em relevo a solidariedade estiva/docas e o papel dos marítimos desembarcados.

Em 1919 os estivadores organizaram o Centro dos Estivadores e, a partir dele, passaram a lutar pelo controle do mercado de trabalho. Porém, "só três agências [de navegação] tiveram coragem de dar o trabalho para os estivadores. A maioria continuou sendo feita pela Companhia Docas. Em 1930, o tenentista Miguel Costa, empenhado nesta campanha e, obviamente, em aproximar estes trabalhadores do "governo revolucionário", teria afirmado a uma comissão de estivadores: "a polícia, pela primeira vez, vai garantir o trabalho de vocês. É na condição de vocês conseguirem o apoio dos companheiros doqueiros que fazem o trabalho de estiva atualmente. Sem isso eu não tenho condições". Segundo Pacheco, de 42 turmas de operários da CDS que operavam na estiva, o SES conseguiu o apoio de 41. "E nesse caso houve aí então o milagre da solidariedade e veio esse fator político e ajudou". Ao lado deste "dado fantástico que é o da solidariedade", o ex-deputado acrescenta o papel desempenhado pelo já mencionado "seu Madeira", João Luz, marinheiro/estivador.

"Outro ingrediente de toda essa história peculiar nossa: os marítimos desembarcados. Eles traziam também uma experiência, viajando como brasileiros ou estrangeiros - que muitos eram estrangeiros residindo lá e eram marítimos. Por isso ou por perseguição havia, prevalecia, havia solidariedade muito grande naquela época da viagem clandestina. E isso era um perigo de vida, mas de qualquer maneira havia esse processo do aprendizado da guarda do segredo e esse colega ("Madeira"), que tem 86 anos, ele me deu muitos depoimentos".

Conforme assinalou Linebaugh, "as pessoas conversam, afinal". Hobsbawm, por sua vez, observou que, durante muito tempo, os sapateiros tinham enorme reputação de politizados, radicais, "ideólogos do povo", "intelectuais-operários", falantes e eloquentes porque seu trabalho, sedentário e fisicamente pouco exigente, "permitia o pensamento e a discussão durante sua execução"⁹⁹. E apesar de todas as diferenças, o portuário era também ele um grande tagarela.

2.3. As "Carrancas" dos Feitores¹⁰⁰

E de que tipo de coisas gostavam tanto de taramelar os doqueiros? Um assunto é certo, tão repetidamente evocado nas entrevistas: "a única coisa que nós fazia [no cais] era reclamar, né; falar mal do feitor, falar mal do ajudante, falar mal do feitor geral (ri)" (depoimento de C., ex-trabalhador de carga e descarga e ex-ativista sindical). Para por fim a tanta conversa, nada melhor do que um bom feitor... sem chicote, que cumprisse com rigor o artigo 130. da Convenção Coletiva de Trabalho de 1960, o qual prescrevia, como exercício de suas funções, "manter a disciplina, o silêncio e a correção de maneiras"¹⁰¹. Nas palavras de um ex-feitor, o doqueiro "não pode é falar em futebol, religião, política. (...) Não pode. Proibido. Do resto, ele pode falar tudo". Talvez, então, alguns não pudessem dizer nada de seu verdadeiro agrado e interesse: estou pensando nos muitos "doqueiros politizados", que adoravam deitar falação sobre política, e nos "doqueiros fanatizados" pelo Santos Futebol Clube, quando o time da cidade viveu tempos áureos e legendários. Religião não se discute...?

Atribuições e modalidades do mando dos feitores.

A cooperação simples não apenas adensa a massa de trabalhadores agrupados por força do capital, como também faz crescer sua resistên-

⁹⁹ HOBBSBAMM, E. & SCOTT, Joan W. Sapateiros politizados. In.: Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

¹⁰⁰ Cabe aqui uma importante advertência. Notei que até o início dos anos 1960 ainda era muito grande o rigor das atribuições dos feitores. Depoimentos de ex-operários e atas sindicais, entre outros registros, atestam uma constante durante um longo período: a enorme severidade do mando destes prepostos da CUS, sugerindo que, neste particular, não houve significativas alterações. Assim, farei referência a episódios que estenderam-se desde a década de 20 até o início dos anos 60, nos quais os doqueiros começaram a impor oficialmente determinados limites relevantes ao mando dos feitores. Na segunda parte deste trabalho, terei a preocupação de contextualizar melhor alguns pontos analisados neste item.

¹⁰¹ CUS. Convenção Coletiva de Trabalho. São Paulo, Gardesani, 1960.

cia e, igualmente, "a pressão do capital para superar essa resistência", a qual toma uma "forma despótica"¹⁰². O carrancismo dos feitores - tal como muitos doqueiros qualificam suas práticas de supervisão -, não podia obviamente ser um fim em si mesmo, uma mera manifestação de força, uma simples performance; precisava exercer um poder disciplinar funcional, aumentar a função produtiva das turmas de carga e descarga. O controle devia ser meticoloso e contínuo, percorrendo todo o processo de trabalho, sem deixar escapar os mínimos detalhes. A vigilância não pode ser vista como simples excrescência, mando hipertrofiado, pura irracionalidade ou uma crueldade sem limites ou regras. Ela era cuidadosamente pesada, medida, regulada e até mesmo legislada; trata-se, como analisou Foucault¹⁰³, de um potencial repressivo carregado de "micropenalidades" quanto:

1) ao tempo: cabe ao feitor anotar com clareza o número das horas trabalhadas (art. 2o.¹⁰⁴); "não permitir que os componentes de sua turma se afastem do local de serviço, em hora de atividade" (art. 5o.); "não abonar aos seus trabalhadores ou ao seu ajudante, nenhuma hora por eles perdida" (art. 8o.); "fiscalizar, com o máximo rigor, a hora de saída e de regresso do trabalhador ou ajudante da sua turma que, com ordem superior, se ausentar do serviço" (art. 10o.);

2) à execução das atividades: "estar sempre atento para que os seus subordinados executem com presteza, eficiência e cuidado os serviços que competirem à sua turma" (art. 11o.); "instruir os trabalhadores da sua turma sobre os melhores meios a empregar para que o serviço seja executado com segurança e eficiência, de modo a evitar possíveis acidentes pessoais e avarias na mercadoria manipulada" (art. 12o.);

3) à maneira de ser, ao corpo, aos gestos e às conversas: "exercer suas funções mantendo a disciplina, o silêncio e a correção de maneiras, de modo que o trabalho se realize dentro da maior ordem" (art. 13o.); "em caso de desobediência às suas ordens ou observações, mandar o faltoso apresentar-se à Chefia da Seção a qual comunicará imediatamente o fato, por escrito ou pelo telefone" (art. 14o.); "em

¹⁰² MARX, K., op. cit., pp. 250-1.

¹⁰³ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis, Vozes, 1983, p. 159.

¹⁰⁴ Todas as referências aos "artigos" dos "deveres dos feitores" fazem parte da Convenção Coletiva de 1960.

casos de brigas ou agressões, entregar imediatamente os turbulentos à polícia, tomando incontinentemente os nomes das testemunhas" (art. 150.).

Vemos aí um modelo disciplinar como tantos outros nos quais "funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento"¹⁰⁹. Assim, tudo devia ser rigorosamente observado: as atividades dos doqueiros, o procedimento técnico do serviço, as maneiras "adequadas" de realizá-lo, a velocidade das operações, o cuidado e o zelo, os mínimos detalhes do comportamento. O desvio e a inobservância das regras deviam ser punidos a partir dos preceitos e códigos legais da empresa, detentora do monopólio de um aparelho jurídico privado.

O feitor, portanto, "era um regente do trabalho" (L., ex-trabalhador de carga e descarga). Ou, na analogia futebolística de um ex-feitor, o capitão do time:

"às vezes, eu dizia pro sujeito assim (ele vinha novo pra turma, eu deixava ele fazer o que queria durante um mês). (Depois de) um mês eu chamava ele, particularmente, dizia: 'você é isso, isso e isso. Agora, você precisa saber o seguinte: aqui é mais ou menos como o time do Santos, sabe: joga a bola, passa pro Pelé, o Pelé marca gol. Aqui é a mesma coisa. Aqui todos têm que trabalhar igual e todos correm igual em toda posição: levanta carga, arreia carga, carrega carga" (depoimento de C.).

Os feitores deveriam saber em tudo dispor, distribuir, agrupar, repartir, separar. E para ser o "capitão", era-lhe exigido "competência"; afinal, era "o principal responsável pela técnica e perfeição dos serviços" (art. 10.). Aliás, todo feitor saiu das fileiras dos operários de turma: "era um trabalhador melhorado" (depoimento de L.). O referido preposto, o ex-feitor C., arrogou para si enorme competência

"sabe por que? Porque eu trabalhei na turma das Docas em vários setores; eu conhecia tudo de primitivo. (...) Porque eu fui 20 anos trabalhador de carga e descarga. Então, eu queria saber, por aqueles homens antigos, como é que se fazia, que é pra poder dar uma instrução para aqueles que trabalhavam comigo".

Como os feitores detinham um "saber fazer", era muitas vezes dada aos operários a criatividade, interdito um modo próprio de exe-

¹⁰⁹ FOUCAULT, M., op. cit., p. 159.

cutar um serviço que não fosse compatível com o método do chefe¹⁰⁶.
Vejamos um exemplo:

"Feitor... escuta: não dá pra mim fazer assim, assim e assim? Eu posso fazer assim? - 'Não, tem que fazer como eu mando. Não é possível assim não'. O trabalhador se irritava, o feitor se irritava. No fim da história: o feitor pegava: 'pega o seu paletó e vai embora', lava suspenso" (depoimento de L., ex-trabalhador de carga e descarga).

Neste sentido, o feitor exercia um "papel pedagógico" entre os operários; ele instruía, ensinava... punia. A instrução era antes de tudo corretiva. O depoimento de C. é mais uma vez exemplar. Quando entrava para sua turma um trabalhador "novato" e dissesse "eu não sei", ele ensinava o "aprendiz" a fazer a operação exigida e, em seguida, perguntava-lhe:

"Prestou atenção? Se outra vez que acontecer um negócio desses e você dizer que não sabe, eu te mando pro chefe, que é pra você prestar bem atenção naquilo que eu estou lhe dizendo. Era assim que eu falava: falava baixo e uma vez só".

Este mesmo feitor narra outros episódios em que o "novato" deveria refazer a mesma operação várias vezes até "ficar craque". O aprendizado, então, devia ser memorizado, repetido e multiplicado como se o doqueiro estivesse num curso primário. Castigo e exercício eram uma face da mesma moeda¹⁰⁷.

Nesse duplo jogo de treinamento e correção, exercício e punição, operava igualmente uma oposição binária de recompensa e sanção, castigo e gratificação¹⁰⁸. Em outros termos, importava estabelecer hierarquias, diferenciações, polos antitéticos entre aptidão e inabilidade, força e fraqueza, destreza e negligência, macho e fêmea, disciplina e inobservância. Estas fissuras de gênero e grau ocorriam tanto de maneira informal e sócio-cultural, quanto de modo "artificial" (atribuições, regulamentos, processos).

No primeiro caso, eram acionados símbolos de virilidade: "se o senhor não pode com a carga, chama a mãe" (C., ex-trabalhador de carga

¹⁰⁶ Sobre os problemas e os conflitos entre o "método da ciência racionalizadora da produção" e o "próprio bom método" do trabalhador, ver CASTORIADIS, C., op. cit.

¹⁰⁷ Para Foucault, "a punição disciplinar é, pelo menos por uma boa parte, isomorfa à própria obrigação; ela é menos a vingança da lei ultrajada que sua repetição, sua insistência redobrada. De modo que o efeito corretivo que dela se espera apenas de uma maneira acessória passa pela expiação e pelo arrependimento; é diretamente obtido pela mecânica de um castigo. Castigar é exercitar". FOUCAULT, M., op. cit., p. 161.

¹⁰⁸ A esse respeito, ver IBID, pp. 161-2.

e descarga); "você usa calça, mas eu também uso, certo?"; "você é homem e tem barba na cara"; "sou mais homem que o senhor?" (C., ex-feitor).

E os próprios operários, entre si, utilizavam tais expressões - ou por brincadeira ou para se diferenciarem. São inúmeros os exemplos de violência verbal no cais. Segundo um juiz trabalhista em sentença contra um doqueiro, em 1948, gritos e insultos são

"fatos quase normais no seu meio social, onde são frequentes disputas físicas, pelos motivos mais fúteis, impera a rudeza no trato pessoal, uso de palavra de baixo calão, cuja repercussão se proferidas em outro ambiente, seria outra"¹⁰⁹.

Esta linguagem servia para operar e configurar determinadas discriminações, estabelecendo diferenças entre "machos e fêmeas", fortes e fracos, ou seja, valores muitas vezes consagrados entre os doqueiros em função da expectativa de resistência física, o que criava competições e conflitos, influia na produtividade e obstaculizava relações de solidariedade¹¹⁰. Sem dúvida, os feitores deviam saber manipular estes símbolos com grande eficácia. Mas eles próprios eram um símbolo de valentia e nutriam fama de destemidos. Afinal, os feitores tinham de lidar não com "meninos de colégio", mas normalmente com um conjunto de homens que os enfrentavam corpo-a-corpo e chegavam às vias de fato. Era grande a competição física e a disputa pela reputação de valentia. Havia até mesmo torcida e era preciso plateia para que se pudesse demonstrar "quem era quem", ou seja, quem afinal detinha o respeito, gozava de reverência e, portanto, não podia ser importunado ou podia "abusar" à vontade. Quando alguém

"mal-encarado aparecia na turma, trazendo fama de valente, murmurava-se: 'É agora; com aquele o 'Malhado' vai se estrepar'. Mas qual! Na primeira ocasião, quando o novato fazia coisa errada, seu Bernardo soltava-lhe berros do diabo no pé do ouvido, parecendo até querer desafiá-lo. E quando todos esperavam que o afamado reagisse na altura, saltando nas goelas do feitor, o homem murchava, se encolhia, metendo o rabo entre as pernas. O 'Malhado' tinha sorte, de fato, não achava nunca quem lhe quebrasse a 'castanha'. E por isso abusava, e abusava muito"¹¹¹.

109 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Processo IST, 2.527-48, "Diário da Justiça", 21/7/48, p. 2.455. "Isto de descompostura e nome feio era a cada passo e a cada hora". PRATA, R., op. cit., p. 84.

110 Sobre tais fenômenos existentes também entre os mineiros da Mina de Morro Velho, ver GROSSI, Y., op. cit., pp. 64-8.

111 PRATA, R., op. cit., p. 84.

Já no que se refere às sanções "oficiais", vimos que os feitores tinham poderes para suspender, encaminhar os "fora da lei" ao chefe de seção, os agressores à polícia, etc. Mas fazia parte também da "correção" as diferenciações de local e condições de trabalho. Para isso, a "arquitetura" e o traçado espacial do porto comportavam diferentes seções que, em alguns casos, separavam os "maus" trabalhadores dos "bons", os "novatos" dos "experientes", os "diligentes" dos "relapsos".

O porto estava dividido em seis seções, cinco no cais e uma nos armazéns externos. Cada qual guardava suas especificidades funcionais: serviços de carga e descarga dos vagões da estrada de ferro; operações nos armazéns internos (importação) e nos externos (exportação), etc¹¹². Mas além da natureza das atividades, guardava ainda peculiaridades do ponto de vista do ganho e das condições de trabalho. As seções do cais rendiam horas-extras, em particular a 5a., na qual "os armazéns eram mais modernos, maiores (...), o piso era melhor, as empilhadeiras desenvolviam melhor. Era a seção que mais rendia. (...) Os navios que iam pra lá, eram de maior porte, também maior calado" (P., ex-engenheiro, chefe da Divisão do Tráfego). Mas esta seção, tão disputada e objeto de pedido de muitas transferências, não era para o "bico de qualquer um", quanto menos para os novatos. Embora a alocação dos operários nos serviços obedecesse também ao critério de localização de suas moradias em relação ao porto, os "principiantes" começavam pela 6a. seção, nos "externos", "o pior serviço do cais"¹¹³; "ali era o serviço mais duro" (L., ex-trabalhador de carga e descarga), de modo que quase ninguém entrava diretamente nos pontos de melhor remuneração e de operações menos árduas. O memorialista Celso de Lima foi introduzido na 6a. seção para trabalhar no "contorno",

"armazém que guardava as piores cargas para se manusear. Ali havia o cimento, a potassa, e o famoso pó-de-sapato, leve e gorduroso, a carga mais terrível, pelo estado de inundice em que deixava o trabalhador. Este pó desgraçava o doqueiro por vários dias. Não adiantava tomar banho, pois não saíam as manchas dos olhos, das sobancelhas, do bigode, de todos os poros. A roupa ficava completamente perdida, para sempre. Imagine um dia de verão e um homem trabalhando dentro de uma galera o dia todo, respirando aquela desgraça. Por alguns dias escarrava torrões negros como diamantes do inferno"¹¹⁴.

¹¹² Ver "Correio da Manhã", 28.5.46.

¹¹³ LIMA, J., op. cit., p. 34.

¹¹⁴ IBID.

É por que os "novatos" deviam começar logo pelo inferno? Segundo um antigo engenheiro da CDS e ex-chefe da Divisão do Tráfego (cargo ocupado pelo primeiro da pirâmide abissal da hierarquia de mando nas operações de carga e descarga), entravam em jogo o aprendizado, a tá-rimba no serviço, o incentivo (?) para mudar de colocação a partir da demonstração das "qualidades", a preocupação com os elevados acidentes de trabalho (na seção "mais dura" do cais os doqueiros eram deles poupados?), o "reforço" dos "reservas" entre os titulares escalados quando o time estivesse perdendo. O ritual de iniciação partia

"por lá pra eles começarem a adquirir... Porque a 6a. seção não operava navio, tá? A 6a. seção era armazém ou é descarga ou é embarque. Então o pessoal ia começar - que o pessoal novo que entrava de rua, ele vinha muito afoito, ele não conhece aquilo. Então, o índice de acidente é muito grande. Então, você tem receio de pôr um pessoal desse no cais. Então, a gente deixava nos armazéns externos, onde o serviço era, vamos dizer, menos variável, mas o caMariada tinha condições de adquirir certa experiência e, à medida que ia se desenvolvendo e ia mostrando também qualidades, a gente ia começando a preencher os cargos no cais. A 6a. seção também fornecia uma espécie de reforço. Era muito comum uma determinada seção, que tinha determinado efetivo, em determinado dia de pico, (acontecía) de o efetivo não ser suficiente. Então, (...) manda uma turma pro navio, manda mais não sei quem pra lá pra fazer entrega pra rua, de armazém..." (depoimento de P., ex-engenheiro, chefe da Divisão do Tráfego)¹¹⁵.

Não só os recém-contratados padeciam nos externos. O pecador que se desorientasse dos mandamentos sagrados, que tinham nos feitores os seus mais assíduos e estrênuos vigilantes, ia passar alguns de seus dias transferido de castigo, lambuzando-se de pó-de-sapato na 6a. seção. Um ex-ativista do PCB narrou um episódio que levou-o a "rebaixamento". Depois de trabalhar dois anos como "aguadeiro" nas linhas férreas (servia água aos demais companheiros), conseguiu um lugar nas turmas. Porém, mal tendo se iniciado aí, o feitor, "até um feitor muito safado, muito ordinário", certo dia suspendeu um de seus companheiros. "Aí eu disse aos companheiros: 'paramos o trabalho enquanto nosso companheiro estiver suspenso'. Aí paramos. (...) Foi com-panheiros pra rua, foi outros transferido". Depois, foi chamado pelo "Coronel" Cândido Gomes, ex-chefe do Tráfego: "'você é um leão na turma; você encabeçou os companheiros pra parar e você vai ser transferido pra 6a. seção, de castigo (ri)" (depoimento de C.).

¹¹⁵ Vale notar que nesta atividade de "reforço" "os trabalhadores dos externos percorriam todo o cais e não usufruíam das vantagens que a seção oferecia aos outros trabalhadores". LIMA, op. cit., p. 36.

Este sistema disciplinar, então, separa para poder hierarquizar, pune e diferencia os indivíduos, seus modos, seu valor, suas qualidades. Classifica-os ao rebaixá-los e degradá-los¹¹⁶. Em uma palavra: humilha.

Mas é claro que a maior parte dos doqueiros visava transferências e promoções para os serviços considerados "bons". Alguns se contentavam em permanecer na própria 6a. seção, mas operando no depósito de encerados e pátio de volumes pesados, "sempre muito cobiçado por sua quantidade de horas extras que se podia fazer durante o mês, dobrando o salário dos trabalhadores"¹¹⁷. Outros, no entanto, sonhavam com postos de destaque como, por exemplo, guarda de portão, motorista de empilhadeira e caminhões ou mesmo empregado de armazém. E era isso mesmo o que esperava a Cia. Docas; a empresa pretendia dividi-los, criar uma relação de submissão aos superiores hierárquicos, utilizando-se de alguns métodos para a transferência de um posto de serviço a outro. As exigências passavam pela pontualidade, "obediência aos chefes, confiança nos superiores como também pela afinidade com a empresa"¹¹⁸. Após um ano de serviço, o trabalhador podia requerer transferência, entregando um requerimento ao chefe da seção. Este, por sua vez, consultava o feitor da turma sobre o comportamento do requerente.

Neste momento eram abertos os livros da "contabilidade penal"¹¹⁹, onde se escriturava os pontos positivos e os negativos, quantificava-se o saldo e a dívida. Os critérios de avaliação vestiam-se, assim, com roupagens de objetividade; tudo era examinado com "exatidão". Transferências e promoções deviam antes passar pela peneira do art. 17o. dos "deveres do feitor": para julgamento do mérito dos trabalhadores sob suas ordens, ele devia indicar mensalmente, por escrito, à Chefia da Seção, os nomes dos que se mostrassem "mais assíduos, disciplinados e esforçados", com informações "sobre os trabalhadores que, pela sua conduta e capacidade de mando, devem ser indicados para prestar concurso de habilitação ao cargo de Feitor-Ajudante".

¹¹⁶ Ver FOUCAULT, F., op. cit., p. 162.

¹¹⁷ LIMA, J., op. cit., p. 39.

¹¹⁸ IBID, pp. 34-5.

¹¹⁹ Ver FOUCAULT, M., op. cit., pp. 161-2.

Não resta dúvida de que muitos foram bem sucedidos e passaram nos exames. Com frequência, a Cia. Docas fazia publicar na imprensa local as comemorações e recompensas honoríficas de alguns de seus empregados recém-aposentados. Nessas notícias, apresentava-se, em resumidas linhas, o "curriculum vitae" do prestimoso operário, enfatizando-se sua saga na empresa desde o momento em que ele "ainda não era ninguém" até a chegada de seu último e honrado posto. Alguns casos são bastante ilustrativos. João Aranha teceu sua teia em longos 44 anos: foi admitido em 1913 como guincheiro hidráulico, passou por várias seções, depois a ajudante de feitor, feitor de 2a. classe e, finalmente, feitor de 1a. classe¹²⁰. O dr. Moraes teve melhor sorte e fez uma carreira fulminante: entrou como trabalhador nas oficinas, financiado pela empresa foi estudar na Alemanha e voltou como engenheiro mecânico, tornando-se Chefe das Oficinas (P., ex-Chefe da Divisão do Tráfego). Lizardo Peres tinha um currículo heróico: 50 anos de Docas, sem uma única falta, "fura-greve" em 1919, guindasteiro alçado a fiel de armazém¹²¹.

Mas se alguns tinham a sorte de um dr. Moraes, muitos outros permaneciam nos externos por mais de dez anos. O fato é que na hora da "contabilidade penal",

"acontecia muitas vezes de o feitor não dispor de homens de sua confiança e, como não gostaria de que aquele fosse lhe deixar em apuros, negava-lhe a informação. E tantas outras vezes uma simples vingança pessoal. De modo que a peneira era tão fina e exigente, obrigando muitos trabalhadores a ficarem nos externos (...), sem poderem se livrar daquele inferno"¹²².

Nem tudo, portanto, era assim tão "objetivo" e nem os indivíduos eram avaliados "com verdade". Os humores e preferências do feitor jogavam aí um papel bastante considerável. José Paulino Leixeira disse, em uma assembleia do sindicato, que nas turmas "o trabalhador que cai na antipatia do feitor ou ajudante, é perseguido, seja este mau ou bom trabalhador"¹²³.

São abundantes as evidências a respeito das arbitrariedades dos feitores em relação às transferências, às promoções, aos rebaixamentos

¹²⁰ "A Tribuna", 1.4.58.

¹²¹ "A Tribuna", 5.9.48.

¹²² LIMA, J., op. cit., p. 36.

¹²³ SOSPS. AGE, 13.6.54.

de cargo, etc. Daí nasciam sentimentos generalizados de injustiça e ira moral, ou seja, tais sentimentos nutriam-se da violação de certos códigos e normas "legais" e sociais ou de preceitos considerados abusivos e arbitrários¹²⁴. Vejamos um interessante documento anônimo de doqueiros, publicado na imprensa local, em 1920, sob o título "Cia. Docas e seus empregados - injustiça sobre injustiças"¹²⁵. Esta longa citação sintetiza de forma extraordinária muito do que temos observado até aqui.

"Quem leu a tal portaria de nomeações e promoções de Empregados, dessa poderosa empresa, com certeza havia de pensar que ela fez alguma África para seus Empregados, antigos servidores; mas qual, Snr. Redator, o que ela fez foi o inverso do que todo o mundo julgava. Só injustiças, sobre injustiças.

"Para aquilatar o critério que presidiu, as tais nomeações, basta correr os olhos da tal portaria, onde a bajulação, o afilhadismo, a subserviência junta ao capricho de mandões, sobrepujam-na em todos os seus atos. Não bastava a nomeação de um fiel que não tinha o direito indispensável para o lugar conforme o vosso jornal noticiou, ainda mais a injustiça se manifestou soberana nas nomeações e promoções das classes superiores, desprezando a antiguidade, os méritos ou serviços prestados para premiar aqueles que, bajulando os chefes, pensam prestar serviços à Companhia. Ainda há poucos dias, Senhor Redator, foi suspenso um empregado, só pelo motivo dele referir-se na porta do armazém sobre essas injustiças. O clamor, a revolta que se opera nos corações dos empregados dessa Empresa, pobres escravos do dever, não cabem na estreiteza de uma página do vosso conceituado jornal, pois para relatar, seria necessário um número especial, tão inúmeras são essas injustiças.

"Sr. Redator, a Cia. Docas suspende seus Empregados por dá cá aquela palha; se o empregado não é simpático a este ou aquele chefe, na primeira escaramuça é suspenso 5 ou 15 dias; se ele cumpre com o seu dever não tem merecimento como agora.. Que diabo pode fazer o empregado? Ser relapso? Ser cumpridor dos seus deveres se ela não lhe dá o valor?"¹²⁶.

Mas tentativas de resolução das injustiças cometidas tomavam também outras formas. A indignação moral a estas e outras violações era expressa através do enfrentamento corporal, das reclamações no sindicato e em suas assembleias, de processos na Junta de Conciliação e

¹²⁴ Segundo Barrington Moore, "evidentemente, as normas sociais e sua violação são componentes cruciais na ira moral e no sentido de injustiça. Em essência, é a ira diante da ofensa que uma pessoa sente quando outra viola uma norma social. (...) Sem norma a governar a conduta social não haveria um fato como a indignação moral ou o sentido de injustiça. Da mesma maneira, a consciência da injustiça social seria impossível se os seres humanos pudessem ser convencidos a aceitar toda e qualquer norma". MOORE JR., B. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 21.

¹²⁵ Apesar de tratar-se de um documento de 1920, o fenômeno narrado continuava a ser comum nas décadas seguintes, conforme atestam os depoimentos anteriores e outros registros.

¹²⁶ "A Tribuna", 5.3.1920.

Julgamento, documentos enviados à Companhia Docas e também por meio de inumeráveis e pequenas astúcias.

"Quebrando a castanha" dos feitores.

Até aqui temos visto, em geral, minúsculas formas de mando que jogavam com os detalhes do cotidiano do trabalho como, por exemplo, redistribuição e esquadrinha dos espaços da produção que objetivavam a realização de múltiplos controles, punições e vigilâncias. Mas devemos agora sintonizar os mecanismos disciplinares com outros procedimentos levados a efeito pelos trabalhadores que, por sua vez, também jogavam com tais "técnicas" de poder para procurar detê-las, alterá-las ou invertê-las quanto aos efeitos desejados. Trata-se de inventariar determinados movimentos, na sua maior parte sub-reptícios, que teciam a malha das "anti-disciplinas". E para isso contribuía, paradoxalmente, a aspereza dos superiores imediatos. Celso de Lima sublinhou que a solidariedade e os "sentimentos de amigos" nas turmas de carga e descarga resultavam não apenas do trabalho efetuado conjuntamente pelos mesmos homens durante anos e da "dureza dos serviços", mas igualmente da "severa fiscalização dos feitores"¹²⁷.

Histórias de agressão física

Devemos agora nos deter mais demoradamente em um fenômeno não pouco incomum referido às relações entre os trabalhadores e os chefes de serviço: as agressões físicas. Gostaria de sugerir, inicialmente, que não me parece esclarecedor pensar a agressão enquanto um mero instinto. Ao contrário, conforme afirmou B. Moore, é mais útil discuti-la em termos de

¹²⁷ LIMA, J., op. cit., p. 34. Michel de Certeau refere-se às "manieres de faire" dos "consumidores" culturais que, por meio de "mil práticas", se reapropriam do espaço organizado pelas "técnicas da produção cultural". Estas "arts de faire", segundo ele, colocam questões "análogas" e "contrárias" às de Foucault: "analogues, puisqu'il s'agit de distinguer les opérations quasi microbiennes qui prolifèrent à l'intérieur des structures technocratiques et en détournent le fonctionnement par une multitude de 'tactiques' articulées sur les 'détails' du quotidien; contraires, puisqu'il ne s'agit de préciser comment la violence de l'ordre se mue en technologie disciplinaire, mais d'exhumer les formes subreptices que prend la créativité dispersée, tactique et bricolage des groupes ou des individus pris désormais dans les filets de la 'surveillance'. Ces procédures et ruses de consommateurs composent, à la limite, le réseau d'une anti-discipline". CERTEAU, M., op. cit., p. XL.

"algum tipo de capacidade humana que é posta em ação numa grande variedade de formas, com conseqüências igualmente diferentes, que dependem de circunstâncias específicas. De tal modo, as causas sociais têm um poder explicativo muito maior que a elástica capacidade biológica"¹²⁸.

No caso dos "rebaixamentos" de posto de serviço podemos encontrar reclamações como, por exemplo, contra a transferência de doqueiros para os armazéns externos por solicitarem dispensa para votar nas eleições de 18 de janeiro de 1947 ou para participar das assembleias sindicais. Um documento do sindicato encaminhado à Inspetoria Geral da empresa assinalava que tais medidas arbitrárias contra a cidadania de seus associados criava "descontentamento geral e clima de intranquilidade"¹²⁹.

Podemos traduzir muitas vezes este descontentamento por agressão. Seria exaustivo mencionar a quantidade de casos de violência contra os feitores encontrados nos documentos. Nas sentenças da Justiça do Trabalho e na coluna "ocorrências policiais" do jornal "A Tribuna" encontramos, em sua grande maioria, a rubrica "por questão de serviço" para designar a causa das agressões. Podemos, brevemente, citar alguns episódios.

José Simões sofreu inquérito por haver "se excusado [sic] de trabalhar com um carrinho de mão quebrado", sendo "injuriado" pelo feitor, "a quem, em revide, segurou pelo paletó, exortando-o a não prosseguir nas injúrias"¹³⁰. A recusa "a trabalhar com o feitor designado" foi o caso de David Teixeira, suspenso por dois dias¹³¹. André Fernandes e Fernandes, por sua vez, não reiterava apenas o seu sobrenome, mas também a desobediência aos encarregados de trabalho, tendo sido

"acusado de haver agredido um superior hierárquico, quando em serviço [porque] não cumpriu uma ordem de serviço dada pelo feitor e com este se empenhou em luta corporal. [Sua fé-de-ofício] prova ser o indiciado trabalhador contumaz na falta de desobediência praticada"¹³².

Podemos parar por aqui na enumeração desses fatos e confiar nas palavras de um juiz do Tribunal Superior do Trabalho, o qual, conforme vimos, afirma que gritos, insultos, disputas físicas, rudeza no trato

¹²⁸ MOORE JUNIOR, B., op. cit., p. 24.

¹²⁹ SOSPS. Carta da Junta Governativa do SOSPS ao Inspetor Geral da Cia. Docas de Santos. "A Tribuna", 30.3.47.

¹³⁰ CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO, Processo n. 643-39, "Diário Oficial", 29.10.40.

¹³¹ "Diário da Noite", 12.2.38.

¹³² CNT, Proc. 12.050/37, "Diário Oficial", 8.4.38.

pessoal, uso de palavra "de baixo calão" são "fatos quase que normais no seu meio social". Cabe agora perguntar: qual a importância de tais atitudes de "indisciplina" praticadas por "trabalhadores contumazes" na desobediência aos seus superiores? Aparentemente nenhum, podendo-se concluir que os conflitos entre doqueiros e feitores sempre foi uma prática cotidiana na história do porto. Ou seria a agressão uma resposta previsível, espontânea e quase instintiva à punição? Existe ainda a representação jurídica da "desinteligência", tal como os juizes designavam os casos de enfrentamento dos operários com os feitores, ou da "rudeza".

Todas estas hipóteses podem ter algum sentido e "fortune" de verdade. Creio que podemos ultrapassar a universalização e a naturalização da violência ("fatos quase que normais") e a idéia de uma ferocidade habitual como uma primeira reação "desinteligente" às arbitrariedades dos prepostos da Companhia - representação jurídica que esvazia as possibilidades de consciência ou racionalidade que envolvem as agressões¹³³. As rixas não ocorriam "pelos motivos mais fúteis" ou por mera estupidez - a maioria delas prendiam-se a questões de serviço, como os próprios juizes trabalhistas reconheciam, embora não demorassem muito a desqualificá-las por sua "banalidade". Por outro lado, em outra oportunidade, verificaremos que, em determinados casos, os juizes davam ganho de causa a operários que haviam se insurgido contra feitores sob o atenuante "trabalhadores rudes". Assim, paradoxalmente, a própria noção de "motivos fúteis" e de "normalidade" da agressão como algo corriqueiro podia servir como argumentos favoráveis aos acusados nas sentenças dos juizes trabalhistas.

Mas o que desejo assinalar é que os embates corporais ultrapassavam a irracionalidade imputada aos agressores. Os operários das Docas não tinham molas, mas nervos; não tinham músculos hipertrofiados, mas cérebros¹³⁴.

As noções de injustiça são adquiridas, histórica e socialmente aprendidas e não respostas cegas e instintivas; constituem-se numa re-

¹³³ Sobre este aspecto na análise quanto à visão jurídica acerca dos escravos, ver CHALHOUB, Sidney. Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1980, em especial, p.34.

¹³⁴ Inverti aqui os termos da frase de João do Rio sobre trabalhadores braçais - mineradores - no Rio de Janeiro do começo do século: "não têm nervos, têm molas; não têm cérebros, têm músculos hipertrofiados. RIO, João do, op. cit., p. 153.

ação a punição sentida e pensada como uma decisão imerecida e arbitrária, uma indignação e uma ira moral frente a um ato de quem não tinha o direito de praticá-lo¹³⁵. E é isso o que nos revela um ex-doqueiro que se acreditava um "bom trabalhador" e, por isso, não admitia e se revoltava contra o "cativeiro" a que estava submetido. Perguntei-lhe: "qual episódio que aconteceu no porto que o senhor gosta de contar? Um episódio que o marcou".

- O que me marcava mesmo é que eu era um trabalhador revoltado. Revoltado com certas coisa que achava... Bem, existia a escravidão no porto, existia a escravidão no país. A escravidão reinava ainda no porto de Santos, reinava, criada às vezes até por falta de quadro de feitores, chefes de seções. Alguns, né - há uma grande exceção. E eu me revoltava com aquela coisa. Era um trabalhador - posso dizer de mim mesmo: eu era cumpridor do meu dever, eu cumpria com a minha obrigação, mas não admitia que eu fosse mandado por ninguém, determinada gente inescrupulosa, quadro de feitor dela era muito..." (depoimento de L.).

Esta revolta, em geral, traduzia-se em luta contra os "patrões imediatos", quebrando com certos poderes intermediários. A pressão dos trabalhadores podia atingir um tal nível de conflito e um tal "clima de intranquilidade" a ponto de fazer com que um feitor deixasse de exercer seu cargo de chefia. Em 1946, este mesmo doqueiro acima citado, que não gostava de ser "mandado", foi alçado a feitor, mas parecia também não gostar muito de mandar, principalmente em quem "não obedecia". Logo no ano seguinte à sua nomeação para o cargo,

"houve um determinado particular comigo lá, abandonei o posto, né, e não quis mais ser feitor. Eu fiz promessa de nunca mais mandar na companhia Docas. Foi o que eu fiz. (...) Aí larguei de mão, não quis mais nada. (...) Era a pior coisa que existia no mundo, naquela época; era a pior coisa. Então eu entendi que não devia mandar mesmo. Eu gostava das coisa direito, né, e o pessoal não obedecia" (idem).

O enfrentamento e a pressão contra os régulos da empresa, porém, não atacava o sistema de mando como um todo, sua pirâmide hierárquica. Ao contrário, utilizavam-no até mesmo contra os domínios intermediários. Os altos escalões da empresa eram chamados a intervir contra determinadas medidas tomadas pelos feitores e ocorria de os chefes mais graduados tomarem o partido do operário reclamante. Um ex-doqueiro conta que, enquanto aguardava um caminhão de café ao lado do costado de um navio, resolveu ajudar uma turma de principiantes a desembarcar uma carreta de mais de 6 toneladas. Contudo, o chefe de seção

135 Ver MOORE JUNIOR., B., op. cit., pp. 19-35.

suspendeu-o pelo fato de encontrar-se "ausente" de seu serviço e porque "não podia haver interferência assim no serviço dos outros". No mesmo dia ele encontrou-se com um dos mais altos funcionários da CDS, o dr. Viana que "já me conhecia; fomos amigos". Explicou-lhe o que havia acontecido.

"Ele me levou lá pra sala dele. (...) Fui lá junto com ele. Sentei lá, bateu o telefone, deu uma raspa lá no chefe da seção (r1), fez ver que 'o porto era assim, havia... quando há possibilidade de um trabalhador auxiliar o outro, cabia ao feitor fazer o que ele fez e ele tem conhecimento de causa e ele fez. O que vocês querem mais? Tá suspendendo o homem!' Resultado: no dia seguinte eu fui trabalhar às 7 horas da manhã" (depoimento de L.).

Este tipo de procedimento, ao mesmo tempo em que reforçava o sentimento de injustiça em relação aos feitores, contribuía no sentido de valorizar e legitimar o "alto comando" da Cia. Docas entre os trabalhadores, sem fazê-los muitas vezes questionar a totalidade do modelo de dominação e o "efeito cascata" das normas, do mando e das sanções. Tanto que o referido operário conclui que "o que ela [a empresa] faz de bem mesmo é o cumprimento da lei. Agora, os que mandam [os feitores] é que é ruim".

Mas outras pequenas estratégias que não fossem a violência ou o apelo aos altos escalões eram manipuladas para "quebrar a castanha" do feitor.

Vigilâncias e histórias "licenciosas"

Recorria-se também ao recurso dos sentimentos humanos nas horas difíceis pelas quais passavam os feitores em sua vida particular. Misturado a isso, entrava simultaneamente em jogo um forte senso de oportunidade, maneiras de "fazer a ocasião", tirando proveito do "mais forte" quando encontrava-se momentaneamente fragilizado. É o que nos conta mais uma vez Celso de Lima. Um ajudante de feitor "se comportava de modo excessivamente enérgico, mal-educado e muito agressivo". Certo dia, pela manhã, quando sua turma foi dar o ponto, receberam a notícia do falecimento de sua mãe. Apesar do "ódio que se tinha desse homem", um dos companheiros

"propôs que nós fechássemos os olhos à sua condição de mau ajudante de feitor e fôssemos ao enterro de sua mãe. Assim procedemos. Fomos à casa do homem, acompanhamos o enterro com táxi; ficamos parados aquele dia. Passados os dias de regulamento do luto, no seu retorno ao trabalho ele se manteve abatido. O tratamento com os trabalhadores mudou completamente, mesmo para chamar à atenção ele chegava com muito cuidado. Algumas vezes, até proseava, como que fosse mero companheiro de trabalho"¹³⁶.

Outra alternativa estava imbricada em um determinado tipo de tolerância dos feitores a um aspecto da "cultura do porto" manifesta cotidianamente pelos operários: as "brincadeiras". É bastante divertida e interessante a esse respeito outra narrativa do memorialista Celso de Lima. Segundo ele,

"o espírito de humor, chegando às raias da chacota, é coisa permanente entre aqueles trabalhadores em qualquer situação, seja quem for. Mesmo nas altas horas da noite, gente que já trabalhou quase vinte e quatro horas sem parar, o humor é sempre o elemento vivo das turmas. Por isso, ninguém escapa dos apelidos, e muitos graciosos: trabalhadores, feitores, chefes de armazém (fiéis de armazém), enfim. Os apelidos beiravam a ofensa: Cara-de-Gato, Cabeça-de-Cavalo, Mão-de-Vaca, Cabeção¹³⁷. Este último era o meu. As brincadeiras, também eram muito audaciosas. Certo dia, nosso companheiro recebeu uma proposta para chamar pelo apelido um feitor de outra turma que não tinha nenhum intimidade com ele. O nosso companheiro Vareta cumpriu fielmente sua missão. Chegando ao feitor, delicadamente pediu desculpa por incomodá-lo e mencionou que seus companheiros o haviam incumbido de chamá-lo pelo apelido, e isso estava valendo uma grana. O apelido do homem era nada mais, nada menos que Macaco. Cumprida a missão, Vareta volta airoso e espigado, pois Vareta era moço magro, alto e excessivamente brincalhão. Ao chegar na turma, contou que, uma vez dito o apelido ao homem, este fez-lhe uma preleção de bons modos, alegando que ele era um homem sério e de muito respeito, não gostava de tais brincadeiras; no entanto, perdoava por esta vez. O que se ficou sabendo é que, daí em diante, o Vareta ficou intimamente ligado ao dito feitor, com profundas amizades"¹³⁸.

A "licenciosidade" chegava a tal ponto que ocorria de se permitir apostas de jogo no cais, sendo que o próprio feitor guardava o "dinheiro cruzado" dos apostadores para posterior entrega do mesmo ao ganhador. E isso ocorria, nada mais nada menos, com aquele preposto citado no começo deste item que dizia proibir terminantemente que se falasse em política, religião e futebol. Quando o "Santos F. C." jogava, havia um torcedor que "dava o dinheiro pra mim pra, na segunda-feira, dar pra quem ganhou e eu dava pro tal de Espírito Santo" (C.,

¹³⁶ LIMA, J., op. cit., pp. 41-2.

¹³⁷ Ranulpho Prata, em seu livro "Navios Iluminados" registra algo idêntico. Duas fieiras de trabalhadores, "a que ia, carregada, e a que vinha, de mãos limpas, estavam a trocar gracejos, chalaças e indiretas, bulindo uns com os outros", chamando cada qual por seu apelido: "Portuga, unha de fome", "Cabeça-Chata", "Mussolini dos Infernos", "Boca de Bagre", "Chupa Peito", "Feijoada". PRATA, R., op. cit., p. 85.

¹³⁸ LIMA, J., op. cit., pp. 39-40.

ex-feitor). Assim, nem todos ou nem sempre os prepostos eram "carrancistas".

Mas devemos perguntar: por que esta atitude liberal dos feitores face a brincadeiras, apelidos e gestos que, muitas vezes, eram-lhes ofensivos e hostis? Os estudos de Leite Lopes, por exemplo, concluem que esta tolerância frente a tais traços da cultura operária faz parte da experiência adquirida dos chefes. Há de se observar que os feitores foram também eles trabalhadores de turma, tendo participado ou presenciado inúmeras vezes estes jogos "licenciosos". Alguns dos prepostos da empresa podiam encarar, em certa medida, o humor, as chalaças, as conversas como manifestações "de defesa e suportabilidade dos operários às condições de trabalho (...) que estão embutidas nos operários tanto quanto a habilidade de suas mãos e a força de seus braços". Tal tolerância pode, inclusive, favorecer a própria produção e, neste sentido, segundo Lopes, "por que coibir uma reinvenção criativa da fábrica por parte dos operários, com seus grupos informais de companheiros de trabalho, de brincadeira, com seu senso apurado de uma 'microfísica da resistência' ao ambiente hostil da fábrica, se tal 'reinvenção' contribui na formação de um clima de trabalho propícia a descoberta da maneira mais econômica e criativa de trabalhar, nas franjas infinitesimais de percepção visual, tátil e resistência ao cansaço (...)?"¹³⁹.

Quando ocorria o inverso, ou seja, quando os feitores mantinham a referida postura de não permitir ao trabalhador executar uma operação de acordo com "o seu próprio método", a produtividade tendia a cair - o que demonstra, em contrário, o papel que a "licenciosidade" assumia na otimização dos serviços. Segundo um relatório do governo sobre as condições de trabalho no porto de Santos, os doqueiros reclamavam que "os feitores por simples impicância muitas vezes prejudicam o serviço por demonstrar autoridade"¹⁴⁰. Um exemplo muito citado entre ex-trabalhadores de carga e descarga a esse respeito é o da obrigatoriedade do transporte de mercadorias na cabeça quando elas poderiam ser carregadas em carrinhos ou outro tipo de maquinismo. Segundo o ex-deputado

¹³⁹ LEITE LOPES, J., op. cit., p. 97. Ver também DUARTE, Luiz Fernando D. Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. In.: LEITE LOPES, José S. (coord.) Cultura e identidade operária..., op. cit.

¹⁴⁰ RIBEIRO, Paulo de Assis. Relatório sobre o porto de Santos encaminhado ao Ministro João Alberto. Rio de Janeiro, set. 1945, mimeo.

Osvaldo Pacheco, no tempo das carroças existentes ainda na década de 20, elas eram algumas vezes proibidas de entrar no cais, de modo que o transporte do café devia ser executado na cabeça dos operários, sob o pretexto de que "as carroças dentro do cais estragavam os paralelepípedos. Então, era melhor estragar a cabeça de trabalhadores [risos] do que seus paralelepípedos" ¹⁴¹.

E estragava a própria produtividade. Trata-se do embate e das contradições entre o mando e a execução dos serviços, da oposição entre as normas e as reações que elas suscitam. Castoriadis assinalou que a execução "implica necessariamente o elemento de autodireção" ¹⁴². Os ajustes dos planos à realidade da produção são possibilitados graças à iniciativa e à criatividade dos executantes. Nas palavras do memorialista Celso de Lima, "os trabalhadores também usavam o seu espírito de criação, dependendo das circunstâncias. Não entrando em choque com o interesse da produção, os chefes também não intervinham de imediato" ¹⁴³. Por outro lado, é comum os trabalhadores declinarem de iniciativas que, em certa proporção, contribuíam para a "otimização" da produção, uma vez que a chefia é "ciumenta de suas prerrogativas e cheia de temor diante das responsabilidades" ¹⁴⁴. Segundo um ex-doqueiro, o cais dispunha de carrinhos de duas rodas, ou seja,

"os carrinhos que você podia muito bem levar muito maior volume sobre ele, porque ele levava de uma vez dois ou três sacos; 3,4,5 caixas, conforme fosse o peso delas. Mas os feitores não gostavam desse tipo de carregamento. Os feitores, possuídos de um carrancismo quase desumano, obrigava a gente a levar na cabeça. E a gente discutia e mostrava ao cara que era muito mais produtivo, porque a gente, se tinha 12 homens num terno, a gente deixava 4 homens numa pilha aqui que tava carregando a mercadoria e outros 4 lá, onde estava armazenando a mercadoria, seja veículo ou armazém, e cada carro podia carregar, conforme o caso, 3 ou 4 volumes que somando por 4, 4x14, dava muito mais quantidade, muito maior velocidade do transporte" (depoimento de B., ex-trabalhador de carga e descarga).

Neste sentido, os doqueiros acabavam se limitando aos procedimentos planejados pelos feitores numa espécie de "operação zelo". Ou, em casos de iniciativa própria menos visível aos olhos dos prepostos, colocavam clandestinamente em ação seus próprios métodos. A organização do trabalho pelos produtores, portanto, pode tanto ser-lhes favo-

¹⁴¹ "Memória Sindical da Baixada Santista". Faculdade de Filosofia de Santos, 17.5.90. Evento gravado pelo autor.

¹⁴² CASTORIADIS, C., op. cit., p. 123.

¹⁴³ LIMA, J., op. cit., p. 38.

¹⁴⁴ CASTORIADIS, C., op. cit., p. 128.

rável (abrandamento do rigor do trabalho) quanto ao capital. Contudo, a direção dos serviços pela gestão "dos de cima" contém muitas vezes esquemas "absurdos" porque nem sempre ela conhece a realidade da produção¹⁴⁵. É exatamente este fenômeno que o mesmo ex-doqueiro acima citado torna bastante claro. Frente a "irracionalidade", ou ao "carrancismo" dos feitores em fazerem seus subalternos executarem uma tarefa contraproducente,

"a administração do porto tomava conhecimento por ouvir dizer porque não descia nenhum chefe do tráfego pra ver a operação como era, porque pouco eles entendia da operação. O negócio era mais na base dos chefetes, dos feitor gerais e dos feitores".

No entanto, um chefe de seção, ainda na ativa, disse-me que em muitos casos havia permissão dos superiores quanto ao método do trabalhador, uma vez que ele "pegava jeito com a mercadoria", desembaraçando-se nas operações de carga e descarga "melhor do que se você mandasse ele fazer dessa ou daquela maneira"¹⁴⁶.

Outras permissões mais sérias e graves também ocorriam; trata-se de apropriações marginais de objetos e mercadorias por parte de operários a olhos vistos de feitores e vigias. Um ex-feitor encontrava-se em serviço e viu um de seus subalternos apanhar um cartucho de trigo e, imediatamente, instou-o a jogá-lo fora porque "o secreta tá lá na cantina e te pega". Como o operário fazia ouvidos moucos, o feitor acabou desistindo, fazendo vista grossa: "olha, sabe de uma coisa, não quero saber de nada" (ex-feitor).

Estas permissões marginais, portanto, contrastavam com as proibições e com o poder desconfiado da empresa. A Companhia criou um dispositivo nos banheiros que, simultaneamente, controlava e castigava. Refiro-me a um mecanismo automático, perseguidor, desconfiado, sórdido e humilhante. Segundo Celso de Lima, "até para ir ao banheiro a gente era vigiado: temiam que alguém fosse chupar fruta"¹⁴⁷. A empresa, então, mantinha um dispositivo na bacia sanitária que impedia ao ocupante de nele permanecer por muito tempo, "pois descarregava dentro de

¹⁴⁵ Ver IBID, p. 129.

¹⁴⁶ Depoimento de R., anotado em "caderno de pesquisa".

¹⁴⁷ LIMA, J., op. cit., p. 34. Conforme um ex-doqueiro, "a gente pegava fruta e ia comer escondido no banheiro ou, então, cortava ela em 4 pedaço ou 8 pedaço, botava entre os bolsos e ia mastigando quando não vinha ninguém, porque tinha feitores ou fiéis de armazém que olhava a boca da gente pra ver se você tava mastigando. (...) Isso era um carrancismo..." (ex-trabalhador de carga e descarga).

tempo determinado a água da caixa de descarga". Foi o que aconteceu, em 1947, com um colega de Celso de Lima:

"estava sentado, distraído, quando senti uma descarga, molhou-me todo e eu dei um pulo, bati com a cabeça na porta, fiquei tonto, dei um grito, o pessoal que estava nos lavatórios correu para me acudir. Quando viram o que tinha acontecido, ficaram rindo de mim"¹⁴⁸.

Mas os "pequenos furtos" de mercadorias sofriam também sanções penais, pois eram considerados "atos criminosos" de "lesão propriedade", sujeitos a severa vigilância e punições por parte da empresa e da polícia. Como afirmou Stella Bresciani, qualquer indústria apresenta-se enquanto "acabamento da noção de propriedade e constituição da noção de crime contra a propriedade"¹⁴⁹. São inúmeras as notícias na imprensa local sobre prisões de portuários acusados de roubarem no cais e nos navios. Apenas para citar um exemplo, em 1948, alguns trabalhadores foram presos por ordem da famigerada Polícia Marítima, comandada pelo temido J. J. Secco¹⁵⁰. De acordo com o depoimento de Felipe Folganes, guarda intimado a prestar declarações, "aqueles trabalhadores foram desumanamente submetidos a choques elétricos por meio de fios que lhes foram colocados nos pulsos, sendo depois largados na rua, durante uma impiedosa chuva"¹⁵¹.

Neste caso, o próprio vigia sensibilizou-se com a situação dos trabalhadores presos e torturados. Em outros, eles e os chefes de serviço depunham em favor dos acusados por roubo. Em 1938, três encarregados de empilhação de mercadorias desembarcadas nos armazéns

¹⁴⁸ IBID, p.39.

¹⁴⁹ BRESCIANI, M. Stella. Comentário 1. In.: LINEBAUGH, Peter. Crime e industrialização. In.: PINHEIRO, P. S. (org.). Crime, violência e poder. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 140.

¹⁵⁰ É muito comum os entrevistados se referirem a este Inspetor policial e ao pânico que muitas vezes causava nos portuários a presença da Polícia Marítima. Segundo um ex-empregado da administração, dirigente sindical do SEASPS e ativista do PCB, "lembro do tempo da Polícia Marítima, o J. J. Secco, nomeado pelo Adhemar de Barros. Perseguiram meio mundo de gente, uma polícia também que veio pra fiscalizar contrabando no porto mas, na verdade, por trás, tinha a conotação política, a perseguição política, né, porque nessa época o Secco, embora existisse o DOPS na polícia civil, o Secco é quem tinha toda a autoridade determinada pelo governador Adhemar de Barros pela repressão aos comunistas. Quer dizer, ele estava acima do diretor do DOPS, do delegado do DOPS. Ele tinha o status de Delegado Geral.

"(...) Mas aí ele se expandiu pela cidade. Ele comprava briga em qualquer lugar da cidade. (...) A Marítima é que tomou conta disso, tomou conta do porto, tomou até conta fora do porto porque o Secco era uma figura que extrapolava. (...) Ele prendia, soltava e não dava bola pra ninguém, à autoridade civil. Delegado geral, delegado do DOPS, tinha que trabalhar entrosado com ele, mas na verdade ele é que era a força operacional, né, ele fazia mais do que o DOPS. O DOPS tinha os agentes dele, mas ele tinha uma força paramilitar extraordinária, um verdadeiro batalhão, armamento pesado, tudo era com eles" (depoimento de B.).

¹⁵¹ "O Diário", 30.3.48.

sofreram inquérito administrativo por terem violado supostamente uma caixa de camisas de tricoline, apropriando-se de 11 peças. Na Justiça do Trabalho, eles negaram a autoria do "crime" e o depoimento das cinco testemunhas "nada prova contra os acusados". A primeira, fiel de armazém, única no local, declarou "somente que suspeitou dos três acusados", "mas que na realidade não os pode apontar como os autores, pois o armazém é muito grande e nele, durante o expediente, há grande movimento; acrescenta ainda que o comportamento dos empregados em questão é exemplar". O segundo depoente "soube do fato por ouvir dizer" e acrescenta que os acusados "são honestos e trabalhadores". As demais testemunhas "são agentes da polícia e não presenciaram o roubo"¹⁵².

Ora, a convivência, a "vista grossa", o apoio velado e até mesmo a participação sub-reptícia em pequenas apropriações são fenômenos que podem ser entendidos a partir da construção de relações sociais nas quais entram em cena tanto a reciprocidade, a proteção mútua, quanto a troca de favores. Os guardas alfandegários, por exemplo, ficavam a postos no frigorífico das Docas e não deixavam os trabalhadores "um só minuto" em razão das "cargas preciosas" ali existentes. No entanto, eles próprios,

"vestidos de capote azul e rodado, próprio daquela guarda, camuflavam sob ele umas sacolas que enchiam de frutas, das melhores. Entravam e saíam das câmaras; muito bonzinhos, nos diziam: - vocês podem comer quantas quiserem, tomem cuidado com os seus feitores. Não nos punham dificuldades"¹⁵³.

Temos que levar em consideração, então, que estas permissões inscrevem-se num campo de recíprocas cumplicidades entre "pequenos criminosos". Muitos vigias, no entanto, envolviam-se com certas "máfias" de contrabandistas, facilitando-lhes a entrada no porto e nos navios. Grande parte das notícias nos jornais sobre contrabandos no porto de Santos mencionavam este envolvimento.

Vemos aí um terreno ambíguo: de um lado, as punições e proibições oficiais; de outro, a tolerância e o engajamento da pequena hierarquia nas apropriações extra-legais. Neste terreno ambíguo, os trabalhadores "desapertavam-se" e criavam expedientes para, através destes recursos marginais, aumentarem seus ganhos. Na versão de um ex-operário,

¹⁵² CNI, Proc. 9.554-38, "Diário Oficial", 22/3/39. A CDS tentou embargo da decisão favorável aos acusados, mas a Justiça do Trabalho reiterou nada estar provado. "Diário Oficial", 17.2.40.

¹⁵³ LIMA, J., op. cit., p. 40.

"o portuário não era considerado ladrão, era considerado desapertador. (...). Eles tavam apertado, né, levavam uma determinada coisa pra vender. Isso aí era até 'biag' nosso, né, nós fazíamos essa 'biag', né: 'lá desapertando, hein?' Não tá roubando, tá desapertando"! (depoimento de L., ex-trabalhador de carga e descarga).

Esses pequenos "furtos" eram constantemente praticados pelos trabalhadores dos portos. Sobretudo se "eles tavam apertado", faziam circular uma verdadeira economia informal de objetos roubados, o que lhes rendia alguma remuneração extra-salarial. Neste aspecto, é de particular interesse o trabalho de Peter Linebaugh, onde revela como, na Grã-Bretanha do século XVII, os operários da construção naval e os portuários sofreram os efeitos de uma severa vigilância através de dispositivos policiais e tecnológicos. Tal vigilância redundava na eliminação de seu controle do processo de trabalho e no fim das "apropriações costumeiras" de matérias-primas e mercadorias - prática que eles lançavam mão para enfrentar sobretudo as baixas remunerações, num período em que estratégias da economia política buscavam impor o dinheiro como a única forma de pagamento da força de trabalho¹⁵⁴.

Na década de 70, a containerização do porto de Santos redundou não só em maior eficiência dos serviços, mas também numa tentativa para aplacar as pequenas e frequentes práticas de apropriação dos "desapertadores".

Rixas no sindicato e lutas pela democratização do trabalho.

Nem sempre os problemas até aqui abordados foram "resolvidos" por meio de pequenas artimanhas engendradas por certos tipos de relações sociais que eram tecidas pela cultura dos portuários ou através das lutas cruentas entre feitores e trabalhadores. Muitas vezes elas se deslocaram do universo individual da violência física - embora obviamente não o abandonassem por completo - para o espaço público e coletivo da denúncia e da reivindicação. Neste sentido, faz-se necessário observarmos a canalização da recusa do poder arbitrário em direção à natureza reivindicativa da categoria. Diversos conflitos eram encaminhados ao sindicato e às assembleias sindicais na tentativa de serem equacionados através de resoluções coletivas. Seguramente, os laços de solidariedade e a formação grupal de uma força contra os feitores não

¹⁵⁴ LINEBAUGH, P., op. cit.

limitavam-se à "esfera privada" do local de trabalho. Ao contrário, ganhava terreno no domínio público e no espírito de classe.

Passemos a alguns exemplos. Em uma assembléia do sindicato, em 1945, Henrique Ramos manifestou a "opinião que quando o feitor suspender ou castigar o trabalhador sem razão, a penalidade deverá reverter sobre o feitor, evitando assim que por qualquer motivo fútil os feitores suspendam os trabalhadores, muitas vezes injustamente"¹⁵⁵. Em 1939, Venâncio da Silva expôs em uma assembléia um caso de suspensão de colegas de sua turma

"no qual foi também envolvido por ter tomado a defesa de seus colegas contra a injustiça praticada pelo feitor da mesma turma, e a seguir pede a eliminação do referido feitor do quadro social do sindicato, dizendo que se a assembléia não aprovasse a eliminação de referido feitor, solicitaria sua demissão, tendo solicitado também, a eliminação do ajudante de feitor da mesma turma que tem o número 22, que foram os que motivaram a suspensão de seus companheiros"¹⁵⁶.

O presidente da mesa afirmou que o caso seria considerado pela assembléia, mas levado primeiro à executiva do sindicato para abrir inquérito, tomando os depoimentos de Venâncio e do acusado, para então ser o caso submetido à apreciação da assembléia. Não foi possível saber o resultado deste processo. Contudo, ao longo do tempo, pressões desta natureza no sindicato desembocaram num fato extraordinário: a saída dos feitores do sindicato dos operários rumo ao sindicato dos empregados da administração. Cabe perguntar: foram expulsos ou saíram por iniciativa própria? Talvez ambas as hipóteses...

Não nos é desconhecido que na história do capitalismo os patrões procuraram de diversas maneiras vincular a si os contramestres, separando-os dos operários. Para tanto, empregavam recursos materiais, como melhores salários, além de diversas imunidades e privilégios simbólicos e honoríficos concedidos aos contramestres. Na França de 1880, por exemplo, as relações entre chefes e operários eram bastante complicadas. Os trabalhadores "zombam dos 'chefes', incapazes e dissimulados, verdadeiro pelego entre o patrão e eles. Contra os cães mandados do capital, os agentes dos patrões, a reação de rejeição é tal que muitos sindicatos prevêem estatutariamente a exclusão de qualquer um que se torne contramestre"¹⁵⁷. Contudo, entre os doqueiros dava-se o

¹⁵⁵ SOSPS. AGE, 28.10.45.

¹⁵⁶ SOSPS. AGE, 8.10.39.

¹⁵⁷ PERROT, M. Os excluídos da história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 70.

inverso. Isso talvez devia-se ao fato de que a Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho assim o desejasse. Por outro lado, não parecia ser esse o desejo de muitos operários das Docas. E, por sua vez, o mesmo podemos dizer quanto aos feitores. Segundo alguns depoimentos, sua "expulsão" em 1959 teria se verificado

"pelas seguinte condições: que sendo 3000 trabalhadores de turma e, naturalmente, - como se diz? -, o trabalhador de armazém, trabalhadores de oficina... Então reuniu numa assembléia - os feitores, sendo 350, entre feitores e feitores ajudantes, eram mais ou menos 350. Toda reivindicação dos feitores que batia no Sindicato dos Operários, era recusada pelos trabalhadores de turma de carga e descarga. Então, em vista de haver esse impasse - como se diz? - nas assembléias, os feitores acharam que deviam fazer um processo, procurando transferir para o Sindicato da Administração porque eles eram, os feitores e os feitores ajudantes, os auxiliares da administração. Então, pertencia justamente ao sindicato da Administração, certo? E, ao mesmo tempo, ele pediam a transferência em virtude de todas as vezes que eles reivindicavam qualquer melhoria pra classe, era repudiada pelos trabalhadores de carga e descarga. Então, aí foi pra Junta do Enquadramento Sindical, o Enquadramento Sindical deu favoravelmente aos feitores e feitores ajudantes que fosse transferido do Sindicato dos Operários pro Sindicato da Administração" (C., ex-feitor).

Por um lado podemos concordar com um ex-doqueiro, segundo o qual "os feitores foram expulsos do sindicato". Por outro - face da mesma moeda -, eles saíram por sua iniciativa porque "começaram ver que não tinha condições de frequentar as assembléia, né, que eles não combinava antigamente nas assembléia" (ex-trabalhador de armazém). Além disso, como afirmou o feitor acima referido, "eles" não se consideravam operários, mas um corpo separado e inscrito no quadro administrativo. Frente a esta oposição representada pela polaridade "nós-eles", passando pelo recorte da definição das identidades dos grupos aí envolvidos, deu-se a separação. Ou seja,

"porque a grande maioria dos trabalhadores em assembléia achava que não era possível que eles, saindo da nossa categoria, para ser feitores, depois quando passasse pra o outro lado, se esquecesse daquilo que eles haviam sido e passasse a agir em nome da administração" (K., ex-trabalhador de carga e descarga).

Quanto ao plano reivindicativo, os capítulos seguintes mostrarão com mais vagar e em seqüência cronológica as diversas conquistas dos doqueiros no que se refere aos diversos problemas por eles enfrentados, apresentados neste item. Contudo, podemos resumir aqui alguns pontos ganhos pelos operários quanto às lutas no sentido de

"civilizar" os feitores e democratizar as oportunidades de melhor ganho, condições de trabalho e promoções.

Conforme esclareci, a Convenção Coletiva de 1960 manteve intacta muito da severidade das atribuições dos feitores. Contudo, alguns avanços foram registrados neste documento numa época em que a categoria e o sindicato lutavam, entre outras coisas, pela democratização das oportunidades no dia-a-dia do trabalho no cais¹⁵⁸. O art. 14o., por exemplo, rezava que os prepostos deviam "evitar sempre discussões pessoais com os seus subordinados, tratando-os com urbanidade, que não é incompatível com a energia requerida".

Visando colocar um termo no "feitor de lua", o art. 16o. determinava que os trabalhadores fossem distribuídos nos serviços, escalando rodizio nos serviços extraordinários, insalubres e perigosos, "de forma a assegurar a todos iguais deveres e vantagens", "sem preferências pessoais". Assim, "a Companhia foi obrigada a pôr ao par todas as turmas pra ganhar igual, uma diferença pequena" (C., ex-trabalhador de carga e descarga e ex-ativista sindical).

É claro que estas cláusulas não eram, por si só, suficientes para remover toda uma longa tradição de despotismo e de maus tratos. Todavia, os doqueiros tinham uma garantia legal, assinada pelas duas partes contratantes - capital/trabalho -, podendo pautarem-se nela em casos, por exemplo, de inquéritos administrativos. Assim, eles estavam a princípio resguardados pelo domínio da lei.

Quanto às divisões hierárquicas no interior de uma mesma categoria, ligadas aos mecanismos de rebaixamento e promoções, vemos ao longo dos anos uma luta constante pelo princípio que, atualmente, é denominado correntemente por "isonomia". Tratava-se da demanda "salário igual para trabalho igual". Paulatinamente, foram sendo extintas as diversas "classes" existentes em uma mesma função como, por exemplo, 2a., 3a. e 4a. classes de motoristas. Portanto, ao invés de os doqueiros disputarem e concorrerem entre si, tendo em vista uma minúscula ascensão horizontal nos quadros de emprego da Cia. Docas,

¹⁵⁸ Ver "Capítulo 6". Vale adiantar que esta Convenção, por exemplo, foi uma importante mas árdua conquista, demandando cerca de quatro anos de infatigáveis negociações do sindicato com a CDS e com o governo. A empresa, como veremos, manteve-se por muito tempo renitente em abrir mão de antigas reivindicações da categoria. Podemos imaginar a dificuldade em convencê-la a ceder em certas atribuições de seus feitores.

eles preferiram eliminar, pouco a pouco, estas pequenas distinções que buscavam dividi-los¹⁵⁹.

Vejamos agora duas importantes reivindicações que haviam sido conquistadas pelos estivadores e foram discutidas pelos doqueiros no início da década de 60. A primeira delas se referia à "roda grande"¹⁶⁰. Neste caso, o rodízio não se daria apenas entre os trabalhadores de uma mesma seção, mas em todas, com iguais oportunidades de rendimento e condições de trabalho. A segunda: "acabar com os feitores"¹⁶¹. A fala do associado do sindicato que a sugeriu em assembleia da categoria revela que esta era uma preocupação dos doqueiros. De acordo com o seu pronunciamento, a culpa pela manutenção do cargo de feitor não devia-se à direção do sindicato, mas à Cia. Docas. Sabendo dos debates neste sentido, a empresa

"abriu vagas para os cargos de feitores, em número mais de 800, e muitos foram os que se inscreveram para ocupá-las, no que resultou a Cia. ter alegado que não era os trabalhadores que desejavam acabar com os feitores, mas sim, unicamente o sr. Manuel de Almeida" (presidente do SOSPS)¹⁶².

Manuel de Almeida pediu, então, que os candidatos a feitor retirassem suas inscrições "a fim de que dessem força à diretoria de melhor poder discutir o assunto, e que inclusive iria obrigar a Cia. a criar a roda [grande] como na estiva".

Parece-nos plausível a instituição da "roda grande". Mas e a extinção do cargo de feitor? Devo sublinhar novamente que os estivadores já haviam aberto um importante precedente em 1956 quando conquistaram a rotatividade de contramestres. Ou seja, antes desta data, todo contramestre era escolhido pela Entidade Estivadora, órgão representante dos interesses dos armadores. Após várias lutas, o sindicato conseguiu que a escolha fosse prerrogativa sua, segundo um padrão de rodízio de dois meses para cada estivador na função de contramestre, sem o critério antes estipulado de serem eles trabalhadores "idôneos" e "disciplinados". A partir daí, os estivadores incorporaram um elemento e um princípio democráticos na organização do processo de trabalho através do próprio sindicato tantas vezes tachado de "corporativo" e "fechado". Como concluiu Ingrid Sarti, "a importância desta conquista

¹⁵⁹ Ver "Capítulos 5 e 6".

¹⁶⁰ SOSPS. Ata da Reunião específica das turmas de carga e descarga, 23.2.64.

¹⁶¹ Trabalhador em SOSPS. Ata da Reunião específica das turmas de carga e descarga, 30.8.62.

¹⁶² IBID.

não pode ser esquecida pois através dela o sindicato estivador atinge sua essência corporativa, modificando-a no sentido de torná-la uma organização democrática" ¹⁶⁵. E, de fato, não foi esquecida. O rodizio está entre duas outras principais lembranças dos estivadores entrevistados: a criação do sindicato, em 1931, e o boicote aos navios espanhóis, em 1946, narrado no "Capítulo 4" deste trabalho.

Poder-se-ia objetar que, para os estivadores, esta tenha sido uma conquista mais fácil do que seria para os doqueiros, pois aqueles não estavam subordinados a um patrão, mas ao domínio do SES. Todavia, a luta travou-se contra um fortíssimo elemento do capital, os armadores. As notas na imprensa, nesta época, revelam o profundo mal-estar de diversos grupos econômicos preocupados com a "anarquia" que se estabeleceria na produção fora das rédeas dos "agentes do capital". E não foram poucas as tentativas no sentido de eliminarem tal prerrogativa do sindicato.

Não resta dúvida de que os doqueiros tinham de lidar com uma enorme fortaleza, isto é, a Cia. Docas de Santos. Contudo, conforme veremos no final deste trabalho, a tarefa não era impossível, principalmente em uma conjuntura na qual os portuários, de um modo geral, não perderam quase que nenhuma de suas reivindicações. De qualquer modo, fica em aberto o campo de possibilidades da luta que se gestava pela democratização do trabalho através da "roda grande" e da extinção do cargo de feitor. Como muitas outras reivindicações e conquistas, antes que visse a luz do dia, ela foi abortada pelo regime de força que se instalou no país em 1964.

¹⁶⁵ SARTI, I., op. cit., p. 52.

CAPÍTULO 2

JORNADA DE TRABALHO E FORMAS DE REMUNERAÇÃO

Se a solidariedade é um elemento fundamental e, em grande medida, explicativo da força e combatividade dos doqueiros, não menos importantes são dois outros aspectos que estiveram presentes na maior parte das reivindicações e conquistas destes trabalhadores ao longo do período pesquisado: os limites da jornada de trabalho e suas modalidades de remuneração sob a forma de salário-hora e salário-produção. Ambos encontram-se no cerne dos principais problemas do trabalho portuário em razão das demais questões que envolvem: ocasionalidade dos serviços, relação com outras categorias e com os mais diversos setores do capital, condições de trabalho, etc.; tocam diretamente no dia-a-dia do doqueiro e nos problemas de sua sobrevivência, tornando-se temas centrais de suas práticas e representações no que se refere à profissão; foram pontos permanentes de conflito e a base das disputas entre e intraclasses pela organização do trabalho.

Neste sentido, faz-se necessário compreender as ações e concepções dos doqueiros quanto à jornada de trabalho e às diversas formas de pagamento consideradas justas ou não, desejáveis, suficientes, aceitáveis. São questões de grande complexidade e das mais relevantes na perspectiva que pretendo traçar, de modo que deverão ser tratadas tomando-se a totalidade da cronologia abarcada neste trabalho. No presente capítulo farei uma espécie de "inventário" dos problemas em foco. Na segunda parte, diversos pontos aqui analisados terão uma abordagem melhor contextualizada do ponto de vista histórico.

1. O SALÁRIO-HORA.

A "Tabela I" discrimina os períodos diários de trabalho e as respectivas taxas de remuneração que prevaleceram desde o "Acordo de 1937" até 1964¹. Os "serviços ordinários" estendiam-se das 7:00 às 17 horas, com um intervalo de duas horas para a refeição. No entanto, as turmas eram freqüentemente escaladas para as operações nas jornadas "noturnas" e "especiais", ou seja, até as 6:30 horas do dia seguinte e, inclusive, nos períodos de refeição. Sem qualquer exceção, nenhum

¹ Sobre a importante conquista deste acordo, ver "Capítulo 3".

ex-operário entrevistado deixou de fazer referência às inúmeras vezes em que tiveram que dar o ponto às 7 horas, voltar para casa somente entre 4 e 6:30 da madrugada do dia seguinte e, após algum descanso, estar novamente no cais às 13 horas. No intervalo entre uma jornada e outra repousavam menos de 8 horas, ou seja, abaixo do que estipulava a CLT, a qual prescrevia um mínimo de 11 horas. Estes "extraordinários" eram talvez os mais bem pagos em todo o país, variando suas taxas entre 70, 240 e 290%.

TABELA I - JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO EXTRAORDINARIA

Discriminação dos Serviços	Período de Trabalho	Taxas
Serv. Ordinário	Dias úteis (de 7 às 11 e de 13 às 17 horas)	-
Horas Extraord.	Domingos e feriados (de 7 às 17 horas)	70%
Extraord. Noturno	19 às 3 horas da manhã	70%
Horas de Refeição	de 11 às 13, de 17 às 19, de 23 às 24 horas	290%
Horas Especiais	de 3 às 6:30 da manhã	240%

FONTE: Acordo Coletivo de Trabalho de 1937, "Diário Oficial" da União, 17.8.37.

Temos aí dois "fatores de grandeza": longas jornadas de trabalho e taxas de remuneração consideradas "merecedoras" pelos doqueiros. Em períodos de grande volume de movimentação de mercadorias, um trabalhador de carga e descarga passaria a auferir ganhos superiores à maior parte dos trabalhadores locais². Em 1947, a folha de pagamento de um guindasteiro de "2a. classe", por exemplo, acusava 168 horas "ordinárias" de serviço, a Cr\$ 34,00/dia. No final do mês, atingiu a cifra de Cr\$ 2.150,00, quantia considerada geralmente astronômica e motivo para que os portuários fossem acusados de verdadeiros nababos. Mas como pôde então alcançar tal ganho se o salário-base era bastante reduzido? Tendo que "fazer mais de duzentas horas de trabalho extraordinário" num guindaste com 4 alavancas, "proibido até de satis-

² A confiar no presidente do sindicato dos estivadores, em 1947 um pedreiro, carpinteiro ou pintor, em Santos, ganhava 100 cruzeiros por dia, em oito horas, enquanto um doqueiro recebia apenas Cr\$ 38,40, tendo que se sujeitar ao trabalho por 24 horas. "A Tribuna", 22.5.47.

fazer às suas necessidades mais urgentes"³. Se verificarmos a folha de pagamento da CDS de julho de 1959, poderemos constatar que a empresa desembolsou Cr\$ 4.414.080,00 para o pagamento das horas ordinárias e Cr\$ 4.561.851,70 para o das extraordinárias⁴.

1.1. O "Fetichismo" do Salário-Hora

Cabe indagar se aqueles dois "fatores de grandeza" se equilibravam num cálculo de compensação. A resposta é difícil porque observamos uma postura ambígua dos doqueiros quanto às suas concepções sobre a jornada de trabalho e a respectiva remuneração. Veremos que, de um lado, eles não se cansavam de reafirmar o cansaço imposto pelas extensivas horas trabalhadas, sob o peso das mercadorias. "Que eu menos gostava? Trabalhar demais, carregar carga na cabeça" (L., ex-doqueiro). Por outro lado, em grande parte dos casos, não abriam mão dos extraordinários e, claro, de suas correspondentes porcentagens.

Mas a categoria como um todo não tinha uma noção homogênea quanto aos extraordinários, estando dividida entre os que se seduziam com a perspectiva de um melhor ganho e os que se preocupavam sobretudo com a segurança pessoal e as condições de trabalho.

Felício e Severino, personagens de Ranulpho Prata, ilustram bem esta diferença. Severino, descontente com as condições de trabalho e os baixos salários que recebia na Seção Marítima, onde trabalhava em reparo de navios, sonhava com uma transferência para as turmas de carga e descarga. Esta possibilidade abria-lhe a perspectiva de um melhor salário através de longas jornadas nos serviços extraordinários. "Ah o serão! (...) Seria homem para encarreirá-los durante semanas, sem dar o prego". Felício, por sua vez, aconselhava-o a ficar onde estava, na Marítima: "faz asneira, é o pior serviço da Companhia. (...) Ganha mais, mas perde a saúde. Que adianta?". "A turma é um 'buraco', desgraça com a saúde da gente. Fique onde está. (...) Eu estou lá porque não tem outro jeito. Mas não vê que serão me pega..."⁵

³ CAMARA DOS DEPUTADOS. Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Porto de Santos. Rio de Janeiro, 1947.

⁴ CDS. "Folha Mensal de Pagamento Referente ao Mês de Julho de 1959 - Turmas de Carga e Descarga". Recolhi uma série deste tipo de documento que, em sua maioria, comprova que o montante salarial destinava-se mais aos extraordinários do que ao "serviço normal".

⁵ PRATA, R., op. cit., p. 52 e p. 73.

Contudo, após inúmeras idas e vindas pelos corredores do prédio da administração a fim de alcançar a tão acalentada transferência, o turrão do Severino realizou mais um de seus sonhos: carregar carga na cabeça durante horas a fio. Logo no primeiro dia, mergulhou com os colegas "na onda de trabalho que vinha desafogá-los, lançando-os quase na fatura". Permaneceu no cais durante 48 horas, dia e noite, parando apenas no intervalo das refeições⁶.

A relação salário-horas extras parece esvanecer as reclamações quanto as duras condições de trabalho à medida que o salário passa a ser o termo privilegiado da difícil equação jornada-ganho (encarregar serões semanas a fio... "sem dar prego"). Da oposição salário-energia, o prato da balança pende em favor do primeiro termo. Este tipo de cálculo torna todo o esforço marginal compensatório. Segundo um ex-doqueiro, "quando você voltava à noite (...) às 19 horas, você ia até de manhã e era bem compensado. Então, o que nos ajudava naquela época era isso" (depoimento de B). Essa relação entre salário marginal e esforço marginal configuraria um certo fetichismo do salário-hora. O "modelo Severino" era o caso típico dos inúmeros doqueiros que raciocinavam de acordo com o seguinte truismo sobre o cálculo salarial: a uma maior jornada, corresponde um salário mais elevado. Deste modo, em lugar de ser medida de tempo, a hora passa a ser medida de salário⁷. Em outras palavras, revela-se aí uma certa ilusão no sentido de que o salário auferido corresponde ao valor do trabalho incorporado ao produto. Imagine-se como isso não funcionava entre trabalhadores que não recebiam 25% de acréscimo nos extras (como era o caso da maior parte das demais categorias), mas até 290%!

Havia também o discurso que pesava de um outro modo a relação entre energia-salário. Ou melhor, reconhecer e expressar o esforço marginal servia como argumento suficiente para a contrapartida do merecimento. Não faltará oportunidade para verificarmos que o salário-hora estava referido aos problemas de sobrevivência do trabalhador e de sua família, reconhecendo que sua remuneração ordinária encontrava-se aquém das necessidades do dia-a-dia. Este raciocínio prendia-se ao resultado da seguinte equação: "ganho menos do que preciso para sobre-

⁶ IBID, p. 169.

⁷ Sobre estas questões, ver o brilhante trabalho de Leite Lopes sobre os operários do açúcar. LEITE LOPES, J. S. O vapor do diabo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

viver"⁶. Frente à insuficiência do salário que o sujeitava a um constante estado de privação, sobretudo quando diminuía os serviços do porto, lançando-o em um período de inatividade compulsória, o doqueiro via nos extras uma das melhores oportunidades de rendimento. Paradoxalmente, se ele insistia e enfatizava a necessidade do descanso, este era sacrificado em nome da manutenção pessoal e familiar e os extras eram postos na base da reivindicação da contrapartida compensatória. Neste sentido, qualquer tentativa por parte do capital de alterar as taxas extraordinárias esbarrava numa imediata recusa dos trabalhadores⁷.

Mas apesar destas concepções sobre o salário-hora, creio que devemos atentar para determinados fatos e reivindicações que abalam a concepção segundo a qual os esforços seriam compensados pelo ganho. Em que medida os extras iludiam os trabalhadores enquanto unidade justa de troca entre trabalho e remuneração?

1.2. Os Abalos do "Fetichismo" do Salário-Hora.

Determinadas práticas e reivindicações questionavam, implícita ou explicitamente, o "fetichismo" do salário-hora. Se este nem sempre chegava a ser totalmente destruído, por outro lado as lutas por descanso indicam que a aceitação das extensivas jornadas, com uma remuneração "merecedora", não se fazia sem críticas ou conflitos.

1) O "roubo" dos extraordinários. Talvez uma das experiências sentidas pelos operários que mais maculava sua concepção do salário-hora fosse o "roubo" salarial dos extraordinários. Na imprensa local vemos publicadas pela Justiça do Trabalho várias sentenças cujos processos eram impetrados pelos portuários contra o não pagamento das ho-

⁶ Ver PEREIRA, Vera Maria C. P. O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis, Rio de Janeiro, Campus, 1979, p. 127. E, ainda, conforme capturou Paula Beiguelman, "é sabido que os salários portuários, embora mais altos que os industriais, não permitem, pela própria ambiência de trabalho (despesas extraordinárias em matéria de alimentação e bebidas, impostas pelo esforço despendido, além do boemismo característico das profissões não qualificadas), tirar proveito da sua pequena vantagem". BEIGUELMAN, P. Os norros santistas, op. cit., p. 32.

⁷ Ver, especialmente, uma greve ocorrida em 1945 e analisada no "Capítulo 3".

ras extras. A lógica da compensação justa passa, assim, a ser imediatamente questionada ou reivindicada¹⁰.

2) A tática da "cera". O tipo de aparelhagem portuária, por um lado, não impõe qualquer mecanismo mediador que vise uma compulsão ininterrupta ao trabalho. Por outro, o pagamento por hora permite ao doqueiro algum controle de suas operações quanto ao tempo para a sua realização. Isso obriga então a Cia. a forçar o ritmo de trabalho através da vigilância exercida pelos feitores.

O controle do ritmo de trabalho pelos doqueiros foi, por muito tempo, um dos temas mais debatidos por empresários, técnicos, políticos e jornalistas preocupados com a operacionalidade dos serviços portuários. Em 1947, um deputado, membro de uma CPI sobre o porto de Santos, disse ter presenciado "um doqueiro carregando apenas dois garrafas de vinho (aproximadamente dez quilos), em descarga, sem que se lhe pudessem exigir mais, sem o protesto do respectivo sindicato, estribado na legislação trabalhista"¹¹. Este tipo de acusação era muito comum e exasperava os mais diversos grupos dominantes. Uma das estratégias cotidianas que se traduz em denúncia implícita contra as condições de trabalho e as longas jornadas é a "cera" enquanto uma luta defensiva e velada, além de se constituir em motivo de orgulho e honra do operário dentro de seu universo de astúcias¹².

3) O absentismo. Esta é a maior evidência da recusa ao excesso de trabalho. A "Tabela II", fornecida pela CDS, dá-nos uma noção do elevado número de faltas, em 1945, ano em que as turmas de carga e descarga totalizavam 4.217 trabalhadores, dos quais 12%, em média, deixavam de comparecer diariamente ao serviço.

¹⁰ Em 1934, por exemplo, o ministério do Trabalho enviou à CDS uma reclamação do sindicato no sentido de que "em muitas ocasiões, o trabalho vai além de 12 horas efetivas, sempre com o mesmo salário, quer trabalhem os operários 8, 12 ou mesmo 13 horas, quando o serviço é iniciado às 18 horas e muitas vezes só terminando às 7 horas da manhã". "Diário Oficial", 5.1.34.

¹¹ CAMARA DOS DEPUTADOS, op. cit. O deputado federal Armando Arruda Pereira não foi menos arguto em seu relatório. Segundo ele, "a Docas comprou um guindaste; e um gancho automático que pega uma quantidade enorme de carvão no navio e o deposita nos vagões. Estou informado de que no guindaste trabalha um rapaz, apenas ele; enquanto isso a turma que era necessária para a descarga antiga fica dentro do navio jogando cartas e conversando. Recebe, entretanto, numerário extraordinário, enquanto no guindaste só trabalha uma pessoa. (...) O moleque do guindaste que mexe com quatro ou cinco alavancas pesadas ganha por dia setenta e dois cruzeiros, quando o pessoal que não trabalha, mestre, apontador, ajudante de apontador e outros, tiram cerca de trezentos cruzeiros".

¹² VER LEITE LOPES, J., op. cit., p. 93.

**TABELA II - DEMONSTRAÇÃO DA MÉDIA MENSAL DE FALTAS AO PONTO
DOS TRABALHADORES DE TURMAS**

Mês/1945	Dias úteis	Faltas	Média/Dia	Obs.
Janeiro	26	11.585	445	
Fevereiro	23	11.080	438	
Março	26	14.662	563	
Abril	20	9.331	466	
Maio	16	7.051	440	(greve)
Junho	26	13.394	515	(greve)
Julho	24	13.870	577	
Agosto	27	17.661	654	
Setembro	12	8.355	696	1a.quinzena

RESUMO

Dias úteis computados:	200
Faltas verificadas:	106.989
Média global de faltas por dia:	534

Fonte: RIBEIRO, P. Relatório sobre o porto de Santos, op.cit.

Ao lado do excesso de trabalho, outras duas causas do absenteísmo foram citadas pelas CDS, não devendo ser desprezadas. Os operários diminuíam seu comparecimento nas Docas após os aumentos salariais, pois

"obtendo, em menor número de dias, a soma que antes obtinham, trabalhando mais e que era suficiente para atender as necessidades habituais, julgam-se dispensados de prolongar seus esforços por mais tempo"¹³.

A referida tabela revela um acentuado absenteísmo após uma greve que lhes proporcionou um reajuste salarial de 38%. Podemos associar, então, a ausência no serviço com o aumento salarial ou com um ganho maior, em poucos dias, por meio de consecutivos extraordinários. Ou seja, a melhor remuneração correspondia um maior descanso "extra-oficial".

4) A luta contra o trabalho ocasional. Para os doqueiros, os extraordinários eram uma necessidade também porque a ocasionalidade dos serviços portuários impunham-lhes um descanso compulsório e, portanto, não remunerado; recebiam apenas pelas horas trabalhadas, ou seja, quando não havia serviço, eram dispensados. Esse é um traço comum aos portos, ou seja, a natureza flutuante de sua atividade sofre as oscilações sazonais dos vários ramos do comércio, das mudanças na pauta comercial dos países, alterações de sua política econômica, chegada

¹³ CAMARA DOS DEPUTADOS, op. cit.

irregular dos vapores, além de chuvas, vendavais, ressacas da maré, etc¹⁴. Assim, esta instabilidade dos negócios portuários fazia com que o ganho dos trabalhadores fosse bastante variável e imprevisível.

Para fazer frente às baixas da maré salarial, a categoria não apelava só para os extraordinários. Uma de suas lutas mais importantes foi para acabar com o descanso compulsório que a obrigava a um esforço extenuante nos períodos de pico do comércio marítimo. O "Acordo de 1937" deu um primeiro passo neste sentido: estipulava "garantias mínimas por convocação de trabalho no período noturno extraordinário" (depoimento de B., ex-dirigente sindical e ex-trabalhador de carga e descarga). Em outras palavras, se o doqueiro fosse convocado e logo dispensado dos extras noturnos, antes mesmo de cumprir toda a jornada para a qual fora requisitado, teria a remuneração garantida na base de 3 horas.

Somente em 1953 os doqueiros colocaram um fim definitivo no problema do trabalho ocasional - pelo menos do ponto de vista do salário. Uma de suas maiores conquistas foi as "25 diárias". Após lutas durante vários anos, a categoria arrancou do Governo Federal um decreto que assegurava aos operários de carga e descarga o direito ao trabalho em todos os dias úteis de cada mês, mesmo se não houvesse qualquer serviço¹⁵. Portanto, eles não seriam mais dispensados em caso de queda na movimentação de mercadorias, pondo termo à folga forçada e não paga. Somando-se à lei do descanso semanal remunerado de 1949, passaram a ter a garantia do pagamento de 30 dias de trabalho mensal.

As 25 diárias representaram uma mudança profunda no que se refere à utilização do tempo livre pelos doqueiros, modificando ou influenciando em seu cotidiano fora do cais, ou seja, nas relações familiares, no lazer, nas esferas da sociabilidade. Conforme diversos depoimentos, sob o peso do trabalho ocasional o operário dispensado dos serviços mantinha uma maior proximidade em relação à sua casa e sua família, podendo partilhar mais estreitamente da convivência e dos problemas do lar. Se não ia para casa, habitava com maior frequência um dos espaços preferidos dos portuários: as ruas e suas seduções - bares, bordéis, casas de jogos, etc. A vida sindical e política também podia ser favorecida pela ociosidade forçada. Após 1953, a contrapartida de tal con-

¹⁴ Ver VELASCO CRUZ, M. Portos, relações de trabalho e sindicato..., op. cit., p. 152.

¹⁵ Ver detalhes desta luta no "Capítulo 5".

quista foi, ao menos na jornada ordinária, a permanência contínua do operário nos locais de trabalho. E isso nem que fosse para "penteá macaco". Quando não havia carregamento, ele podia ser requisitado para limpar o cais ou realizar "trabalhos que não são de sua alçada, tais como: roçar matos [que cresciam entre os paralelepípedos] e trabalhar como jagunços em outros serviços"¹⁶.

O volume de trabalho tendia a aumentar, ampliando também sua remuneração-base. Devemos nos perguntar o que isso tem a ver com a sedução das horas-extras e com as lutas por um maior descanso. As 25 diárias parecem contrariar a crítica velada ou manifesta em relação ao "fetichismo" do salário-hora. No entanto, em épocas de grande movimentação de mercadorias e seu correlato "regime de urgência", os doqueiros viam-se obrigados a trabalhar nas horas extras e faziam-no para compensar outros períodos em que eles ficavam a ver navios. O fim desta situação, implicava, entre outras coisas, na valorização das horas ordinárias para que pudessem, como era-lhes facultado, pedir dispensa dos extraordinários quando escalados. Vimos há pouco que a uma melhor remuneração, correspondia um maior descanso pelo qual muitos trabalhadores decidiam, por conta própria, ausentando-se dos serviços. A compensação do esforço, portanto, não era medida apenas através do salário marginal, mas também a partir da jornada ordinária de 8 horas.

5) O descanso semanal remunerado. Antes de gozarem as 25 diárias, segundo registrou um diretor do SOSPS em uma assembléia da categoria, os doqueiros "foram os primeiros no Brasil a receber os benefícios da lei 605 (1949), isto é, o repouso semanal remunerado". Não resta dúvida de que esta lei e sua famigerada cláusula da assiduidade foi uma resposta à grita contra o absenteísmo dos operários no país. De acordo com Jover Telles,

"com essa cláusula de servidão qualquer atraso significava a perda de meio dia de salário, do aumento de salário durante todo o mês, bem como a perda de salário correspondente ao descanso semanal remunerado. A exigência de 100% de assiduidade mostrou-se tão eficiente que passou a ser a principal arma dos patrões para anular as conquistas dos trabalhadores no terreno salarial. Inclusive o poder legislativo, ao regulamentar o direito constitucional ao repouso semanal remunerado, subordinou o gozo desse direito à obrigação de 100% de assiduidade"¹⁷.

¹⁶ SOSPS. AGE, 2.8.59.

¹⁷ TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil. São Paulo, Ciências Humanas, 1981, p. 51.

A partir daí, muitas categorias se mobilizaram para derrubar tal cláusula, destacando-se, neste particular, o ano de 1952¹⁸. Os doqueiros, além de se engajarem em tal luta, viram-se às voltas com outros problemas relativos à lei do descanso semanal remunerado. O fato é que existiam razões ou pretextos vinculados à necessidade de execução das atividades portuárias aos sábados e domingos. O próprio Delegado Regional do Trabalho observou em uma assembléia da categoria, em setembro de 1954, que a lei n. 605 obrigava os portuários a trabalharem aos domingos "e que o defeito é da lei que foi feita no Congresso visando interesse para o aumento da produção e não para favorecer o trabalhador no descanso justo e merecido"¹⁹.

Diante disso, como ficava a situação dos doqueiros sujeitos a esse regime diferenciado de tratamento quando comparado com uma grande parte do operariado? Até 1954, as 25 diárias, somadas ao descanso semanal remunerado, totalizavam 30 dias de salários garantidos. Porém, em maio deste mesmo ano, um dos diretores do SOSPS acertou com a Cia. Docas no sentido de que quando esta "não nos desse o descanso semanal remunerado, tal descanso teria que ser pago em dinheiro, o que resultou o pessoal receber mensalmente 33, 34 e mesmo 35 dias"²⁰. Porém, tal acordo não foi bem recebido pelos doqueiros, os quais não pretendiam abrir mão do "justo e merecido" descanso, ainda que recebessem o equivalente a mais de um mês de salário. Em setembro de 1954, então, pleitearam a Semana Inglesa gozada pelos mensalistas, ou seja, os empregados da administração. Esta reivindicação implicaria no término das atividades do porto às 11 horas do sábado para serem retomadas somente na segunda-feira, às 7 horas da manhã²¹. E conforme um orador, em assembléia do sindicato, não abririam mão deste descanso "nem que [fosse] pago por 1000%".

Após alguns meses de negociação, a Cia. alegou não poder atender tal reivindicação, pois o Inspetor Geral "entende que eles são obrigados a trabalhar aos domingos". Contudo, a empresa sinalizava no sentido de um pagamento em dobro nos serviços realizados aos domingos. Proposta sedutora para quem estava acostumado com as intocáveis horas extras? Podemos ler numa ata de assembléia, ocorrida em novembro de

¹⁸ IDID, pp. 51-2.

¹⁹ SOSPS. AGE, 12.9.54.

²⁰ SOSPS. AGE, 11.1.59.

²¹ "O Estado de São Paulo", 15.9.54.

1954, alguns pronunciamentos que mereceram o apoio do plenário. O diretor do SOSPS, David Maruso, foi bastante categórico: "deve-se pedir descanso e não misturar descanso com porcentagem", sendo "preciso alegar cansaço sem entretanto pedir remuneração maior". O presidente do sindicato, por sua vez, sugeriu que o tratamento em relação ao trabalho aos domingos merecia uma reunião conjunta com todos os sindicatos da orla portuária (administração, conferentes, estivadores, consertadores e vigias) a fim de redigirem um memorial "por termos argumentos suficientes para defender tal reivindicação, porque também temos o direito de ir à missa como os demais". Proposta aprovada por unanimidade²².

Em que medida os doqueiros puderam saldar suas dívidas com Deus aos domingos? Parece ter prevalecido a posição da concessionária, pois em 1959 este debate voltou à tona nas assembleias da categoria. Foram feitas diversas reclamações quanto ao "trabalhador prestar serviços aos domingos e não ganhar em dobro como vem fazendo a empresa". Mas o que de fato os doqueiros passaram a exigir foi a garantia do "dia de descanso (na semana) após trabalharmos ao domingo", caso contrário suspenderiam as atividades a que estavam obrigados a executar nesse dia²³. Assim, talvez pudessem ter a sorte do descanso coincidir com a missa em uma determinada noite da semana.

Na Convenção Coletiva de 1960 ficaram definitivamente acertadas as seguintes cláusulas para diferentes situações: a) descanso semanal remunerado, desde que observada a exigência da assiduidade. Neste caso, o doqueiro estava em situação de igualdade em relação a grande parte das categorias liberadas do trabalho aos domingos; b) ao operário que cumprisse integralmente o seu horário durante a semana e fosse convocado para o trabalho no domingo, deveria ser-lhe assegurada a remuneração correspondente ao descanso semanal que gozaria nesse dia e às horas trabalhadas, além de um dia de descanso na semana seguinte, sem prejuízo de seus vencimentos. Nesta outra situação, portanto, o operário recebia o domingo em dobro, sendo-lhe garantida uma folga semanal.

Observamos que, embora a Cia. passasse a ver-se forçada a cumprir determinadas obrigações que, até então, ela não vinha cumprindo, a

²² SOSPS. AGE, 21.1.54.

²³ SOSPS. AGE, 11.1.59.

Semana Inglesa foi definitivamente afastada do horizonte dos doqueiros. O argumento básico dos setores do capital envolvidos no sistema portuario era a alegação da imprescindibilidade dos serviços nos finais de semana. Afinal, impunha-se aí a máxima preferida dos armadores: "navio parado não pega frete"... e tem despesa.

6) Três turnos de trabalho? A primeira pergunta que parece vir à tona ao observador é se os operários não vislumbravam a perspectiva da redução da jornada de trabalho e a manutenção de seu ganho médio. Isso significaria torçar a CDS a instituir outros turnos de trabalho com novas turmas de empregados, de modo a não verem rebaixados o volume dos rendimentos recebido no final do mês. Esta, a meu ver, é a questão mais complexa quanto ao problema do salário-hora.

Havia doqueiros que visualizavam tal perspectiva e outros que não se desvencilhavam do "fetichismo" do salário-hora. Estes últimos recebiam com desconfiança qualquer proposta de diminuição das horas trabalhadas. Nas assembleias do sindicato "qualquer um que propusesse um outro tipo de coisa que extinguisse essas porcentagens de 290%, era rogado pela janela" (B., ex-doqueiro e ex-dirigente sindical). Quando falavam em mexer nas "horitas" - designação carinhosa dos extraordinários pelos portugueses -, ah, pegava fogo!" (P., ex-guindasteiro). A explicação dessa atitude desconfiada é fornecida por um ex-sindicalista: "você não vai querer ter uma redução em função de uma medida que possa reduzir o teu horário de trabalho" (depoimento de S.). Portanto, eis aí o aparente truismo dito de forma lapidar e sem dissimulação: quanto menor a jornada, menor o salário.

No entanto, nos momentos em que experimentavam agudas exasperações no âmbito das condições de trabalho, os doqueiros, como um todo, vislumbravam a perspectiva de trabalharem apenas 6 ou 8 horas por dia através da criação de 3 ou 4 turnos de serviço, com turmas diferentes.

1946 revelou-se o ano de maior radicalismo e melhor disposição da categoria na sinalização desta conquista, justamente quando os trabalhadores expressavam com grande intensidade os problemas vinculados ao excesso de serviço, equipamentos obsoletos, despotismo dos feitores e insuficiência de mão-de-obra. Vale a pena acompanharmos mais detidamente tal disposição em operar apenas 8 horas por dia e extinguir o

trabalho noturno. Já podemos senti-la na fala de um operário em assembleia da categoria:

"aquela raposa é um carrasco reacionário que tem explorado seus humildes trabalhadores. (...) Os companheiros não [devem] arredar um só milímetro das nossas reivindicações, isto é, dente por dente, e se a Companhia quiser trabalhar a noite [sic] o patrão que vá trabalhar²⁴".

Mas façamos primeiro uma breve comparação. Durante o Estado Novo, os doqueiros pediram ao Ministério do Trabalho que não fosse imposto qualquer limite de jornada de trabalho, prevalecendo o "Acordo de 37" em detrimento de outras regulamentações, inclusive da própria CLT²⁵. Em 1946, no entanto, as pretensões dos doqueiros pareciam ter-se alterado. É o que se depreende da fala do presidente do sindicato. Em uma assembleia da categoria, Neves Góes revelou sua satisfação

"de ver discutido aqui uma questão a [sic] muito tempo por ele abordado [sic] - a questão do trabalho noturno que tantas vezes se debateu por sua extinção, mas que os companheiros sempre defenderam, porém os tempos mudaram e agora felizmente estão chegando a [sic] conclusão de que o trabalho noturno deve ser extinto, pois o mesmo só serve para exterminar com o trabalhador, superlotando os sanatórios"²⁶.

É possível entendermos tal alteração de atitude. Durante a guerra houve uma redução dos serviços e, portanto, dos salários, principalmente em face da natureza ocasional do trabalho portuário. Assim, quando eventualmente aumentava o número de navios aportados, os doqueiros atiravam-se ao serviço durante horas a fio, a fim de compensarem os períodos não remunerados de ociosidade compulsória. Os serões pareciam-lhes um interessante atrativo. No entanto, com o término da guerra, a situação estava diametralmente invertida. Portanto, as noções de um nível "conveniente" de salário, o discernimento entre formas desejáveis ou não de pagamento, justas ou aceitáveis, variam historicamente de acordo com as condições de trabalho e sobrevivência, com as conjunturas econômicas e políticas e com a experiência de exploração.

Em 1946 os doqueiros reivindicaram um aumento salarial "mais elevado, condigno" que lhes possibilitasse uma jornada de 8 horas e a extinção do trabalho noturno. Pareciam "reviver" uma antiga demanda dos

²⁴ SOSPS. AGE, 13.2.46.

²⁵ RIBEIRO, P. Relatório sobre o o porto de Santos..., op. cit.; CAMARA DOS DEPUTADOS, op. cit.

²⁶ SOSPS. AGE, 13.2.46.

portuários, origem de uma importante greve pelas 8 horas, em 1908²⁷. Alguns oradores, mais "flexíveis", permitiam à CDS a execução dos serviços à noite, mas desde que "colocasse mais trabalhadores", ou seja, desde que criasse outro turno de trabalho, ou pagasse 1.000% a partir das 23 horas, em caso de urgência de desatracação dos navios.

As noções de injustiça da jornada de trabalho e dos salários que informavam a vivência de exploração, eram retiradas, entre outras coisas, dos contatos com o regime de trabalho de outros portos. José Ibiapina relatou numa assembleia que

"estive muitos anos embarcado, conhecendo muitos portos estrangeiros e nunca viu trabalharem à noite, e que na própria Índia, os trabalhadores portuários trabalham aos sábados somente até o meio dia, reiniciando o serviço somente na 2a. feira pela manhã"²⁸.

As comparações que se seguem eram fortes e talvez extravagantes, o que dá o tom do sentimento de desigualdade frente a outras situações. O trabalho noturno, segundo os doqueiros, "somente enriquece os nossos patrões e ceifam nossas vidas enquanto eles gastam nababescamente nos cassinos aquilo que nos devia [sic] dar por justiça". Apesar de trabalharem diuturnamente, "vivemos mais miseravelmente que os indianos e chineses". Na Cia. Docas os operários

"trabalham em média 20 horas diárias, não tendo dias para descanso, nem mesmo aos domingos, quase nos campos de concentração da Alemanha, [onde] os prisioneiros condenados a trabalhos forçados trabalham no máximo 12 horas por dia"²⁹.

Após inúmeras outras colocações neste sentido, os trabalhadores decidiram formar uma comissão para tratar do assunto, dando um prazo de 3 dias para concluí-lo.

Contudo, a reivindicação parece não ter ultrapassado o terreno das negociações e as razões do "malogro" não foram encontradas. Haveria outros momentos nos quais os doqueiros tornariam a tocar nesta reivindicação, principalmente em determinados períodos em que pioravam sensivelmente as condições de trabalho e de vida. Isso ocorreu em 1952 (reduzida movimentação de mercadorias e conseqüentes demissões em massa), 1960 (logo após ser frustrada a luta pela extinção do trabalho

²⁷ GITAHY, M. Processo de trabalho e greves portuárias, op. cit.

²⁸ SOSPS. AGE, 13.2.46. O associado Pascoal Carlota, por sua vez, diz ter conversado com um engenheiro, o qual lhe dizia conhecer os portos de Lisboa, Havre, Antuérpia e Hamburgo. Verificou que neles não havia trabalho à noite e nem aos domingos.

²⁹ IBID.

aos domingos) e 1962-1963 (decepção generalizada quanto à aplicação do salário-produção). Podemos dizer que, nestes momentos, implodia o "fetichismo do salário-hora".

Embora jamais tivessem conquistado a jornada exclusiva de 8 horas e o fim dos trabalhos noturnos, a categoria conseguiu, ao menos, uma dilatação das horas de descanso. A Convenção Coletiva de 1960 determinava que o operário que executasse extraordinários além das 23 horas e até as 2 horas, ficava dispensado de comparecer ao ponto às 7 horas do dia imediato. Quando ultrapassasse as 2 horas da madrugada, era liberado dos serviços no dia inteiro no qual iniciou o extraordinário da "noitada"³⁰. Tais conquistas reportam-se justamente à luta em torno do descanso semanal remunerado, quando, em assembleia no sindicato, os trabalhadores reclamavam incansavelmente que "o operário trabalha mais do que descansa"³¹.

1.3. O Problema dos Diferentes Turnos de Trabalho

É imperativo perguntarmos acerca dos motivos pelos quais a categoria não logrou instituir os diversos turnos de trabalho e a correspondente jornada de 6 ou 8 horas, sem prejuízo dos vencimentos auferidos nos ordinários e nos extraordinários. Embora seja um fator que merece ser destacado, creio que não devemos arriscar a hipótese exclusiva da sedução exercida pelas "horitas" em relação a muitos doqueiros. O problema é muito mais complexo e exige ser tratado junto a outros fatores que, inclusive, nos esclarecem melhor acerca do referido "fetichismo" do salário-hora que encontra-se por trás de muitos discursos dos doqueiros. Tais discursos apresentam-se de forma quase enigmática aos olhos do observador externo, cercado por um pensamento lógico e sustentado por uma certa cientificidade da economia política. Assim, veremos que o problema dos diversos turnos é um dos mais intrincados de se investigar e uma das demandas operárias mais difíceis de ser obtida nas Docas. Faz-se necessário reconstituir parte da trama do complexo sistema portuário.

³⁰ Convenção Coletiva de Trabalho, op. cit., pp. 41-2.

³¹ SOSPS. AGE, 2.8.59.

A dualidade porto-navio e os "discursos do congestionamento".

Conforme o ministro da Viação do governo Goulart definiu, "a finalidade dos portos é, em síntese, fazer as operações de carga e descarga das embarcações com rapidez, segurança e baixo custo"³². No entanto, este conceito bastante evocado por diversos agentes sociais parecia ser contrariado por um dos mais graves e crônicos problemas do porto de Santos: os periódicos congestionamentos de navios - ora transitórios, ora críticos. Tratava-se de longas "filas" de embarcações ancoradas ao largo e à espera de atracação no cais. Este "engarrafamento" era, em geral, apontado como um fator de prejuízos para toda a sociedade, uma vez que ele envolvia enormes custos para os setores do capital que dependiam das operações portuárias. Tais setores diziam-se, então, obrigados a repassar suas "perdas astronômicas" ao consumidor das mercadorias. Ao menos este era o denominador comum explicativo dos pronunciamentos dos que sempre se preocupavam em indicar as causas das crises do porto santista.

Desde a construção do porto não faltaram estudos de economistas, técnicos, políticos, órgãos de classe e do governo para diagnosticar as diversas crises de congestionamento³³. Determinadas causas eram comumente apontadas e repetidas, tais como deficiências do transporte ferroviário, acúmulo de mercadorias importadas, obsolescência dos equipamentos portuários, simultaneidade da entrada de navios que transportavam um mesmo tipo de carga, chuvas constantes, insuficiência do tamanho do cais, falta de capacidade de armazenamento das mercadorias, "abusos trabalhistas", greves, problemas relativos à organização do trabalho, etc.

Contudo, não havia qualquer unanimidade em torno dos diagnósticos. Podemos afirmar que as causas indicadas variavam de acordo com a

32 BRASIL. Relatório das atividades do ano de 1962 apresentado pelo ministro Hélio de Almeida ao Presidente João Goulart. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1963, p. 8.

33 Algumas crises ficaram célebres: as de 1894-1895, 1924, 1945-1946, 1950-1952, 1961-1962. O material sobre os congestionamentos é abundante, sobretudo na grande imprensa. Cito aqui apenas algumas publicações mais relevantes: ARAÚJO FILHO, J. Santos, o porto do café, op. cit., pp. 86-95. CAMARA DOS DEPUTADOS, op. cit. BARROS, G. M. Guilherme Guinle: ensaio biográfico. Rio de Janeiro, Agir, 1982; O PORTO de Santos. Observador Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro, ago., 1939; A SOLUÇÃO das crises do porto de Santos. Associação Comercial de São Paulo. São Paulo, São Paulo Editores, 1927; "O Jornal", 13/6/25; LUCENA, A. Bagrinhos e Tubarões..., op. cit.; A SITUAÇÃO do porto de Santos. Revista de Organização Científica (IDORT). São Paulo, 182-184, fev-abr., 1947; A GRAVE crise portuária de Santos. Estudo sobre o maior porto brasileiro. Revista do Comércio. Rio de Janeiro, 1946; O PORTO de Santos e suas crises. Digesto Econômico. São Paulo, 11, out., 1945; SODRE, Nelson W. O problema do porto de Santos. Digesto Econômico, 32, jul., 1947.

ótica e os interesses de cada grupo envolvido, além das especificidades conjunturais da economia. Se acompanharmos a documentação a respeito dos congestionamentos, observaremos entre as classes dominantes uma troca de mútuas acusações; cada uma delas procurava, de um modo geral, isentar-se de sua parcela de responsabilidade. Desta arena de recíprocas condenações públicas participavam a Companhia Docas de Santos, os armadores e seus representantes (agências de navegação), exportadores e importadores e seus órgãos de classe (Associação Comercial de Santos e Associação Comercial de São Paulo), os industriais e a FIESP, a empresa de transporte ferroviário São Paulo Railway, os setores ligados às comunicações terrestres, os organismos governamentais (ministério do Trabalho, ministério da Viação, Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, etc.), além dos trabalhadores portuários e seus respectivos sindicatos. O material a respeito é extraordinariamente abundante; em épocas de crise, as notícias e os pronunciamentos na grande imprensa eram diários; no Congresso e no legislativo estadual e municipal, travavam-se frequentes e inflamados debates, formando comissões de estudo e de inquérito; os periódicos publicados pelos órgãos de classe contemplavam o tema com visível insistência; o governo posicionava-se e emitia inúmeros decretos; os sindicatos defendiam-se das acusações imputadas a eles e aos trabalhadores, não deixando de jogar farpas sobre diversos responsáveis e de apontar as devidas soluções.

Para que pudéssemos reconhecer com certa segurança os motivos "exatos" das diversas crises portuárias, este trabalho deixaria de ser uma dissertação de mestrado para se constituir numa verdadeira obra de sindicância, devendo inventariar uma tipologia das causas do problema e das fontes que as nomeiam.

Há registros que apontam a existência de uma "indústria do congestionamento", no interior da qual nenhum núcleo econômico dominante sofria prejuízos. Ao contrário, tratava-se de uma lucrativa fonte de rendas a todos os que se diziam afetados pelos congestionamentos. A CDS, por exemplo, teria nestes períodos o cais sempre lotado, cobrando as diversas tarifas aplicadas aos usuários do porto. Os armadores chegaram a cobrar multas (sobretaxas no valor de mais de 30% sobre as normalmente pagas) pelo tempo em que seus vapores permaneciam parados ao largo, chegando à espera de mais de 40 dias para atracarem. Importadores e exportadores repassavam para os preços das mercadorias

seus eventuais "prejuízos"³⁴. Segundo um empregado da administração, tudo não passava de "uma verdadeira ópera bufa", em que o único realmente afetado era o espectador-consumidor das mercadorias e do espetáculo operístico (depoimento de J.).

Mas a Cia. Docas e seus defensores respondiam que, por tratar-se de uma concessionária, seus lucros eram fixados pelo governo, de modo que, congestionado o porto ou não, seus rendimentos permaneciam sempre numa mesma proporção; os armadores e seus representantes diziam que "navio parado não pega frete"; importadores e exportadores lamentavam que seus produtos estragavam e sofriam enorme demora para serem despachados aos respectivos destinos.

Em quem devemos acreditar? É factível que em tudo isso haja muito de verdade e de mentira, sinceridade e pretexto, lucros e prejuízos, vítimas e responsáveis. Mas como aqui não podemos colocar ninguém no banco dos réus, sugiro apenas que muitos conflitos expressaram-se pela ótica dos "discursos do congestionamento". Sua emergência torna-se um elemento privilegiado de análise, pois revela e ilumina certos aspectos referentes às condições e ao regime de trabalho, além dos projetos interessados em realizar uma verdadeira operação cirúrgica na maneira pela qual o trabalho portuário estava organizado, sobretudo quanto às questões atinentes à jornada de trabalho e às formas de remuneração.

*

Se os conflitos intraclasses dominantes do sistema portuário eram ou não uma "ópera bufa", se os congestionamentos eram ou não uma "indústria, se tudo não passava de encenações públicas e pretextos visando interesses políticos, o fato é que encontramos confrontações reais entre a CDS e as agências de navegação, representantes do forte grupo dos armadores. Trata-se da dualidade porto-navio no âmbito da utilização do tempo das operações de carga e descarga, das lutas em torno da fixação do preço da mão-de-obra e da reorganização do processo de trabalho. Tal disputa pode ser mais ou menos acentuada historicamente, mas nunca é ponto pacífico³⁵.

³⁴ Estes argumentos foram bastante repisados na grande imprensa e podem ser encontrados, por exemplo, no livro do do-queiro e comunista Arlindo Lucena já citado.

³⁵ Ver GITAHY, M. Porto de Santos, op. cit., p. 69.

A historiadora Velasco Cruz sugere que, enquanto predominavam as embarcações à vela, a segurança financeira dos exploradores e administradores de um porto dependia precipuamente do volume de mercadorias armazenadas e menos das tonelagens das embarcações. Ou seja, "no centro da vida portuária reinava sobremaneira a mercadoria"³⁶. Este foi o caso do porto de Santos entre o final do século passado e começo deste. A partir daí, as disputas pelo controle do mercado de trabalho tornaram-se um ponto menos central no interior dos interesses dominantes. Por outro lado, verificamos um conflito que se movimenta em torno da fixação do preço da mão-de-obra, interferindo na questão da jornada de trabalho. Trata-se de um embate característico do advento do vapor, quando a tônica do conflito desloca-se da dualidade porto-armazenamento em direção à dualidade porto-navio. Segundo Velasco Cruz, para o armador a utilização da embarcação a vapor seria econômica se "conseguisse maximizar o seu tempo no mar, diminuindo ao máximo o período de 'ociosidade' no porto". Já quanto ao proprietário ou explorador do porto, a construção deste último exige aplicação de capital de grande vulto, de modo que o retorno financeiro dos investimentos demanda um prazo bastante considerável. As divergências de interesses aumentam na proporção da crescente "pressão para a cobrança de taxas mais elevadas ou mais diversificadas aos usuários do sistema". Em outros termos, aos administradores de um porto interessa

"maximizar a renda advinda do uso de suas instalações e serviços, mediante a cobrança de taxas de atracação, trânsito de mercadorias, armazenagem, utilização dos maquinismos do cais, fornecimento de água, lastro, etc."

Já por parte dos armadores, interessa

"minimizar os custos acima e agilizar ao máximo a passagem do navio pelo porto, carregando e descarregando o mais rápido possível (...). Ou seja, em teoria pode-se dizer que o proprietário ou explorador do porto quer armazéns e cais cheios o tempo todo, enquanto o armador quer os navios longe e circulando"³⁷.

Assim, há uma disputa em torno da velocidade, eficiência e custo dos serviços³⁸. No caso do porto de Santos, uma ação judicial corrobora de modo lapidar estas questões, colocando o devido acento nos problemas relativos às horas-extras.

³⁶ VELASCO CRUZ, M., op. cit., p. 161.

³⁷ IBIC, p. 159.

³⁸ IBID, pp. 159-60.

Está mais do que na hora de dizer que os extraordinários de 70, 240 e 290% eram pagos pelas agências de navegação quando elas os requisitassem. Na realidade, os serões eram quase sempre demandados "por terceiros" e não pela CDS³⁹.

Em agosto de 1956, porém, diversas agências de navegação entraram com uma ação na 2a. Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, com vistas a se "eximirem do pagamento dos salários noturnos e extraordinários, que a Cia. portuária recebe daqueles requisitantes para pagar ao seu pessoal"⁴⁰.

Uma das causas apontadas quanto ao fenômeno do congestionamento dizia respeito ao fato de que muitas companhias de navegação não requisitavam os serviços extraordinários por considerarem abusivas as porcentagens que incidiam sobre eles. Preferiam, assim, arcar com o ônus das tarifas pagas à CDS pelas estadias dos navios ancorados no cais - o que levou o Ministério da Viação, em alguns casos, a exigir que as embarcações que não operassem nos extraordinários saíssem imediatamente do porto⁴¹.

O advogado da Companhia Docas, em sua "Contestação Contra a ação Cominatória..."⁴², esclarecia que ao consignatário da mercadoria cabia a taxa de capatazias e aos armadores a diferença entre esta taxa e "o valor da despesa, que o serviço extraordinário acarreta ao porto, acrescida de 10% como custo de administração do serviço". Assim, perguntava: a quem interessava tal pagamento - ao proprietário da mercadoria ou ao dono do navio? Reforçando as afirmações de Velasco Cruz quanto ao deslocamento do conflito armazém-porto para o conflito navio-porto, o advogado da empresa dizia que

"só ele [o proprietário do vapor] é seu beneficiário porque, com esta execução de serviço extraordinário, mais depressa realizar-se-ão as suas operações e mais depressa se safará do Porto, não ficando, assim, sujeito às sobre-estadias e gastos maiores"⁴³.

³⁹ Isto pode ser confirmado pelas folhas de pagamento da CDS.

⁴⁰ "A Tribuna", 11.8.56.

⁴¹ Isso ocorreu, por exemplo, em 1954. Ver "O Diário", 24.12.54.

⁴² ALMEIDA, Washington. Contestação da CDS contra ação cominatória da Cia. de Comércio e Navegação; L. Figueiredo Navegação S. A.; Navegação Savônica S.A.; Navegação Mercantil S. A.; pelo D. P. Juízo da 3a. Vara da Fazenda Pública. Rio de Janeiro, 27.9.56. "Correio da Manhã", 5.9.56.

⁴³ IBID.

Parece que os impetrantes não tiveram êxito na ação cominatória e a luta continuou. O Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima deliberou que, a partir de 14 de novembro de 1957, nenhum serviço extraordinário seria requisitado em todos os portos nacionais, caso o governo não baixasse uma portaria eximindo os armadores do pagamento das atividades de continuação⁴⁴. Não sei o resultado destas pressões, mas é comum encontrarmos na imprensa da época notícias de que muitos navios permaneciam acostados no cais e inativos nos extraordinários, levando o Ministério da Viação a novas medidas para desatracá-los.

É claro que nem todo dia ocorria um confronto aberto como este entre a CDS e as agências de navegação. Da mesma maneira, na maior parte das vezes, o reconhecimento dos próprios "prejuízos" por uma das partes permanecia velado. Publicamente, as "perdas" particulares eram escamoteadas em nome de um discurso cujo interlocutor era a coletividade ou, mais exatamente, os consumidores - este ente terminal do processo de circulação das mercadorias. E, ainda, a responsabilidade da Cia. Neste sentido, a luta dos armadores para não pagarem os extraordinários passava a ser amplificada e ao mesmo tempo disfarçada dentro de outras demandas com um diferente vocabulário.

Se "os discursos do congestionamento" apresentavam argumentos distintos e chocavam-se quanto à responsabilidade que cabia a cada setor do capital no "caos portuário", eles eram geralmente unânimes no que se refere à "culpabilidade" dos trabalhadores. Em primeiro lugar, as "horitas" eram traduzidas em abusos trabalhistas respaldados em lei, cabendo ao governo a acusação de conivência frente a tal situação. Os doqueiros eram apontados à opinião pública como aristocratas da classe operária, nababos despreocupados com o custo de vida que atingia a "população", uma vez que os custos das operações portuárias eram repassados ao consumidor. Como os operários são produtores e consumidores, as premissas dos discursos do congestionamento deduziam, "logicamente", que os doqueiros não passavam de exploradores da própria classe operária. Enfim, pautavam-se num corporativismo abusivo e ditatorial. Segundo essa lógica, caprichosamente construída, estava instaurada a "ditadura do portuário".

⁴⁴ "A Tribuna", 13.10.57.

Mas o que tem a ver as "horitas" com o congestionamento? Primeiro, como se verifica da ação cominatória descrita acima, os navios ficavam muitas vezes sem operar nos extraordinários, ocupando inativos as instalações do porto de Santos. Segundo, os doqueiros eram pagos pelo salário-hora, "do que resulta adotarem uma tática de corpo mole"⁴⁵. Ou melhor, amarravam a produção nos ordinários a fim de atingirem os extraordinários. Terceiro, como faziam jornadas muito longas e perfaziam uma remuneração razoável, viam-se desobrigados de comparecerem aos serviços em determinados dias - absenteísmo. Ou, ao trabalharem nas horas ordinárias, o cansaço tomava conta de seus corpos, de onde se conclui a drástica redução da produtividade. Quarto, as horas de refeição não trabalhadas deixavam o porto em estado de inatividade. Assim, entre cada parada dos serviços era preciso abrir e fechar as escotilhas dos navios, sendo que em cada uma destas operações se perdia de 15 a 30 minutos de efetivo trabalho.

Estes foram pontos pisados e repisados pelos "discursos do congestionamento" por mais de duas décadas. Causa fastio a quantidade de vezes que os encontramos na documentação relativa aos problemas do porto de Santos. Em determinadas fases não havia um único dia em que a grande imprensa não os contemplava com rara insistência. E, ao lado deles, a indicação repetitiva das "soluções".

Em unísono, não só as companhias de navegação, mas também importadores, exportadores, imprensa, FIESP, políticos, técnicos e economistas apresentavam os seguintes medicamentos: extinção dos extraordinários, operando o porto por 24 horas e com três turnos diferentes de 8 horas cada um, além do salário produção, acerca do qual tratarei em seguida. Apontavam, inclusive, o fim da distinção entre estiva e capatazias, unificando-as em regulamentos, horários e salários idênticos.

Ora, não resta a menor dúvida de que os doqueiros recebiam com desagrado tais "soluções". Quando os armadores impetraram a ação cominatória contra a CDS para não pagarem as "horitas", segundo o jornal "A Tribuna" a empresa concessionária deu conhecimento ao governo federal "da perigosa repercussão que o fato pode ter no meio operário"⁴⁶. Se os trabalhadores de carga e descarga chegavam a vislumbrar a jornada de 8 horas, por outro lado não deixavam de guardar sérias descon-

⁴⁵ MAIA, F. Prestes. O plano Regional de Santos. Digesto Econômico. São Paulo, 38, 1948.

⁴⁶ "A Tribuna", 11.8.56.

fianças em relação a uma demanda empresarial que aparentemente coincidia com algumas de suas aspirações.

Os doqueiros não falavam em funcionamento do porto por 24 horas. A isso contrapunham alguns argumentos: os equipamentos da empresa não tinham capacidade para absorver o volume de trabalho imposto pelo continuum das operações; b) à noite, o cais deveria permanecer paralisado, pois as turmas que fizessem o trabalho noturno encontrariam sérias dificuldades quanto à locomoção do operário do trabalho para casa; c) nenhum doqueiro aguentaria uma jornada contínua de 8 horas sem uma devida parada para as refeições; d) a solução para os doqueiros estava em torno da reivindicação que exigia 18 horas de trabalho com um limite de 6 horas para cada turno⁴⁷.

E em que medida a jornada de 8 horas seria remunerada em equivalência com o que recebiam antes com os extraordinários? Ou seja, nos planos dos empresários estaria contemplada a média do que perfaziam? Tudo indica que não. Ora, se se considerava as "horitas" escorchantes, ficava implícita a redução global da folha de pagamento. Ainda que a resposta fosse afirmativa, que garantias teriam os doqueiros, ao longo do tempo, de que não seriam efetuados eventuais cortes salariais?

Além disso, a redução da jornada em horas exclusivamente ordinárias não seria uma luta digna de Hércules? Já é óbvio para o leitor que os doqueiros não formavam a única categoria portuária; dependiam de uma campanha conjunta com as demais, pois as operações de carga e descarga implicavam em um ajuste sincrônico de suas partes. E, assim, com quantos patrões teriam que lutar? Os empresários estavam tão amalgamados em interesses comuns?

O problema, portanto, não pára aí. Do uníssono dos "discursos do congestionamento", a Cia. Docas era o elemento dissonante. Nesta perspectiva, faz-se necessário esquadriñar suas posições.

Novos turnos de trabalho: a recusa da CDS.

Devo fazer uma primeira consideração bastante simples e dedutiva: se acabassem os extraordinários com a instituição de três ou mais turnos de trabalho, é óbvio que à CDS caberia toda a responsabilidade do pagamento da força de trabalho em sua globalidade. Dito de outra ma-

⁴⁷ Estes foram alguns dos argumentos extraídos de ex-trabalhadores entrevistados.

neira, os armadores deixariam de arcar com o custo das "horitas" porque estas seriam extintas. Assim, a Cia. Docas passaria a cobrir a remuneração daquelas horas não requisitadas por ela, mas por terceiros. Essa era, por si só, uma razão bastante suficiente para não desejar qualquer modificação na jornada de trabalho ou, ao menos, para não empenhar-se neste sentido.

Como afirmou um ex-trabalhador de carga e descarga e ex-dirigente sindical,

"a companhia respondia que teria que preencher cargos, que tinha que admitir tantos mil homens e ela não tinha condições. Sabe como é: ela expunha as condições dela e acarretava despesa para ela e, conseqüentemente, pro governo federal" (depoimento de L.).

A CDS, portanto, não pretendia preencher os quadros de homens necessários numa jornada composta por vários turnos de trabalho porque teria que arcar com uma folha global de pagamento muito mais volumosa, além do aumento correspondente dos encargos sociais que uma força de trabalho mais numerosa imporia.

Assim, nunca esteve na mira da empresa a contratação de efetivos que ultrapassasse em muito a média de três mil operários de carga e descarga. Ao contrário, encontrei diversas ocasiões nas quais a imprensa e a edilidade santista noticiaram e debateram as demissões em massa promovidas pela CDS em períodos de queda de movimentação de mercadorias. Mas quando o tráfego comercial voltava à normalidade e crescia em larga escala a demanda de serviço, a empresa apelava para a contratação de trabalhadores "extranumerários", ou seja, as chamadas "turmas de emergência", as quais eram empregadas temporariamente e em desvantagem salarial em comparação com os efetivos sindicalizados. Em 1951, as turmas de emergência recebiam apenas 20% nos extraordinários.

Em 1952, por exemplo, a CDS contratou extranumerários após uma conjuntura de demissões em massa. Segundo "O Jornal", ela visava a um novo sistema de trabalho, ou seja:

"manter certo número de funcionários fixos, e quando houver necessidade de mais trabalhadores, 'requisitará no muro', pagando por tarefa. Com isso, a Companhia se verá livre dos compromissos trabalhistas e terá mão-de-obra sempre que precisar, pois as disponibilidades são grandes em vista do grande número de nordestinos que rondam o cais à procura de serviços. Os trabalhadores é que não estão satisfeitos. (...) Elementos que só aceitavam serviço que rendesse 500 a 600 cruzeiros, sujeitam-se a trabalhar pela diária de 3 mil cruzeiros mensais"⁴⁸.

⁴⁸ "O Jornal", 5.7.52.

A partir daí, durante os anos 50 o sindicato lutou inúmeras vezes pela sindicalização e equiparação salarial dos contratados em regime de urgência em relação aos vencimentos dos empregados efetivos⁴⁹. Podemos concluir que ao sindicato interessava estabelecer uma contratação coletiva e não individual, fixando a padronização das taxas salariais a serem pagas. Com isso, ele objetivava impedir que operários isolados se oferecessem a trabalhar por um preço menor que os demais, rebaixando ao longo do tempo o valor da oferta da força de trabalho em toda a categoria. Na medida em que determinados trabalhadores não sindicalizados não se incluíam na contratação coletiva, as taxas-padrão poderiam ser aplicadas a uma parte da categoria. Abria-se, assim, a possibilidade de que o fixado coletivamente fosse ferido pela competição de outros trabalhadores que se sujeitavam a tarifas mais reduzidas⁵⁰.

Deste modo, o sindicato buscou, paulatinamente, fixar em detalhes os termos das contratações coletivas de trabalho. Ora, para o operário sua força de trabalho não é uma coisa, simplesmente por ser vendida. Ao contrário do vendedor de artigos de consumo que perde o interesse pela mercadoria no ato da venda, ele muitas vezes se preocupa pelo modo com que a sua mão-de-obra será empregada após vendida. Há, portanto, uma reivindicação no sentido de um certo controle sobre a aplicação das taxas remunerativas, da delimitação dos serviços, das horas ordinárias e extraordinárias. Tal necessidade de controle cresce quando se estabelece os critérios da contratação coletiva, ou seja, há uma preocupação generalizada quanto ao comportamento da empresa que interfere nos problemas de desemprego, métodos de engajamento nos serviços, demissão, trabalho ocasional, etc. O conflito torna-se particularmente mais agudo quanto maior é a tentativa empresarial de mudar radicalmente as regras do jogo do mercado de trabalho, até então estabelecidas. Se a CDS procurava violá-las através da contratação das "turmas de emergência", o que diríamos de sua disposição em criar outros turnos de trabalho?

⁴⁹ Ver "Capítulo 5".

⁵⁰ Foi, por exemplo, em torno destes pontos que lutaram alguns sindicatos americanos no começo do século contra a "fábrica aberta". Segundo Maurice Dobb, "o propósito dominante dos novos sindicatos foi ampliar ao máximo a sua organização, a fim de impedir de todo em todo o emprego da mão de obra não sindicalizada; ao passo que o empregador, do seu lado se interessava naturalmente por conservar a liberdade do que na América do Norte se denominava 'fábrica aberta', isto é, o direito de substituir, se lhe convier, os operários organizados em sindicatos por operários não sindicalizados". DOBB, M. Os salários. São Paulo, Cultrix, 1975, p. 166. Ver também MONTGOMERY, D., op. cit.

Neste sentido, a alternância entre períodos de ociosidade compulsória e de "regime de urgência" são faces de uma mesma moeda. Igualmente o são desemprego e "turmas de emergência". A ocasionalidade dos serviços portuários, portanto, submetia os doqueiros a constrangimentos bastante objetivos que ameaçavam sua própria subsistência. A experiência de cortes de pessoal e posterior emprego das "turmas de emergência" impunha aos doqueiros um receio constante quanto à instituição de vários turnos de trabalho, isto é, aumento considerável do número dos efetivos. Sabiam de antemão que sobreviriam épocas de poucos serviços nas quais não haveria nenhuma garantia contra o desemprego, uma vez que a CDS buscava economizar a utilização da mão-de-obra excedente a fim de não arcar com os custos de uma força de trabalho forçosamente ociosa. Assim, o fetichismo do salário-hora expressa, em sua ambigüidade, um conhecimento dos limites reais inscritos no mercado de trabalho. Revela-se aí um medo permanente dos prejuízos impostos aos operários a partir de uma redução de sua jornada de trabalho, ou seja, riscos até mesmo maiores e mais evidentes do que aqueles impressos em seus próprios corpos através de contínuas horas de trabalho⁵¹.

Para a Cia. Docas de Santos não se afigurava mais vantajoso aumentar seu capital constante e diminuir ou manter estável o capital variável. Entra em relação aqui os gastos com folha de pagamento e com os equipamentos necessários à execução dos serviços.

Se acompanharmos, por exemplo, os infindáveis debates sobre o congestionamento portuário no imediato pós-guerra, entenderemos melhor tal relação. Inúmeros setores alegavam que a CDS não tinha a quantidade suficiente de maquinário para suprir a demanda de serviços. A empresa reagia com argumentos bastante plausíveis e convincentes. Esforçava-se em demonstrar que suas instalações não puderam ser aumentadas ou conservadas pelas dificuldades de importação de maquinário decorrentes da guerra. Além disso, o problema residia "na absoluta falta de

⁵¹ Esse é também um dos problemas mais complexos no estudo das concepções do salário-hora dos trabalhadores das usinas de açúcar, pesquisados por Leite Lopes. Ver LEITE LOPES, J., op. cit.

possibilidade do nosso parque industrial para atender os pedidos da aparelhagem necessária"⁵².

Os entraves impostos pela guerra e pelo reduzido desenvolvimento industrial brasileiro podiam ser razões aceitáveis da obsolescência dos aparelhos portuários. Contudo, nos anos seguintes à guerra o problema permanecia com a mesma intensidade. Em 1948, um relatório da embaixada inglesa sublinhava que a empresa preferia investir no trabalho manual a aumentar seus equipamentos. Isto é,

"os salários anteriores a 1940 eram baixos e provavelmente a Cia. Docas, à vista do alto custo do maquinário, teria julgado mais econômico o trabalho manual em grande escala, como resultado de a Cia. ter de enfrentar hoje reivindicações exageradas de salários, ao lado de uma total ausência de serviços mecânicos para o desenvolvimento do serviço"⁵³.

As "reivindicações exageradas" ficam por conta do embaixador. Importa concluir, como o fez o jornal comunista "Hoje", que

"com o fim da guerra, verificou-se então a premente necessidade de se readaptar o porto de Santos às novas operações (...). Ao mesmo tempo, exportadores, agentes de companhias de navegação, com o restabelecimento da navegação, exigiam mais e mais desdobramentos das turmas de trabalhadores, para cobrir as deficiências do material da Cia. Docas"⁵⁴.

Estas fontes indicam a existência de uma forma clássica de exploração da força de trabalho, típico dos períodos de industrialização recente. Tratava-se, visivelmente, da extração de mais-valia absoluta: quase imobilização do capital constante e longas jornadas de trabalho, além da ausência de princípios "modernos" de administração na "racionalização" dos serviços. Deste modo, os custos da unidade de produção eram extremamente reduzidos e os lucros elevados.

Além disso, como observaram Phillips e Whiteside⁵⁵, a história da indústria portuária revela os riscos de se considerar a "racionalização" e a modernização como elementos permanentes e dominantes do avanço do capitalismo moderno. O serviço portuário requer

⁵² RIBEIRO, P., op. cit. No relatório anual de 1946, a empresa transcreveu um comentário do jornal "Correio da Manhã" (20.9.45), segundo o qual "o congestionamento de nossos grandes portos, (...) no pós guerra era ocorrência prevista e natural, porque, depois de seis anos (...) nada podia ser feito, ampliando as respectivas instalações, (...) nem ao menos a conveniente conservação do aparelhamento era possível". COMPANHIA DOCAS DE SANTOS. Relatório correspondente ao ano de 1946. Santos, 1947.

⁵³ FOREIGN OFFICE apud MAIA, Prestes, op. cit.

⁵⁴ "Hoje", 18.5.46.

⁵⁵ PHILIPS, S. and WHITESIDE, N. Casual Labour: unemployment in the port transport industry: 1880-1970. Oxford, Clarendon Press, 1985.

altos investimentos com vistas a uma demanda instável. Todavia, é pequena a competição entre os portos e os usuários não dispunham de um serviço alternativo, não sendo fácil mudarem de porto.

O ancoradouro santista, nesta época, era o maior do país e não sofria grande concorrência por parte de outros portos e nem mesmo da exígua malha rodoviária. Portanto, os usuários consideravam preferível aguardar alguns dias à espera de atracação dos navios, ao invés de partirem para outros portos. Parecia mais viável para a CDS reduzir os custos do trabalho pela super-exploração do que aplicar grandes somas na modernização da indústria portuária. O desenvolvimento tecnológico era, então, moroso e os custos de instalação ocorriam de modo descontínuo.

Mesmo depois do imediato pós-guerra não faltam documentos que registram a defasagem sempre existente entre volume de trabalho e aparelhagem. Eram os próprios trabalhadores que, em todo o período analisado por esta pesquisa, sentiam na pele o desaparelhamento portuário, não deixando de denunciá-lo, em parte no intuito de se eximirem das responsabilidades pelos congestionamentos que a eles eram imputadas a todo instante. Pelo menos até meados ou mesmo fim dos anos 50, "os veículos mais apropriados [eram] as cabeças dos trabalhadores"⁵⁶. As sacarias de café, milho, feijão, açúcar, cebolas em caixa, farelo, etc., eram, via de regra, transportadas na cabeça. O resultado desta atividade era obviamente um extremo cansaço.

Nesta perspectiva, não é difícil pensarmos a relação entre equipamentos e turnos adicionais de trabalho. A companhia entendia que a possibilidade de melhor utilização do maquinário existente através do

56 CABEÇAS, Manuel. Exmos. srs. Membros da CPI do Porto de Santos, "A Tribuna", 22.5.47. No transporte das mercadorias, o que havia de mais sofisticado durante longos anos eram os carrinhos elétricos importados da Inglaterra e da Alemanha, movidos a bateria e com capacidade para 2 toneladas. Porém, eram usados pela Cia. Docas somente quando requisitados por algumas agências de navegação, sendo que muitas não solicitavam-nos a fim de pouparem-se do acréscimo de mais algumas taxas portuárias cobradas pela CDS. "Esse carrinho elétrico entrava como coadjutor no transporte de mercadoria do cais para o armazém, e isso obrigava que nós também, paralelamente, fizéssemos o transporte no chamado carrinho de duas rodas" (ex-doqueiro). Neste, por sua vez, o trabalhador carregava sozinho sobre os paralelepípedos "caixa de 500, 600, 700, até mil quilo na mão" (B., ex-trabalhador de armazém). Em 1945, entraram em serviço as 6 primeiras empilhadeiras com capacidade para 900 quilos de carga, vindo paulatinamente a substituir os carrinhos elétricos no transporte e as pontes rolantes no empilhamento das mercadorias, modificando o sistema de trabalho no porto. Contudo, as empilhadeiras demoraram a reinar nos serviços de carga e descarga, de modo que, até o final da década de 1950, a maior parte dos equipamentos era ainda bastante rudimentar. Os guindastes hidráulicos, por exemplo, foram instalados no porto em 1892 e somente em 1952 eles desapareceriam em favor dos guindastes elétricos. Ver RIBEIRO, P., op. cit.; ARAÚJO FILHO, J., op. cit.

método de contratação de um maior número de homens era mais limitada do que se os trabalhadores permanecessem numericamente inalterados e operassem mais depressa (salário-produção) ou em horas extraordinárias. A empresa preferia aumentar o período de trabalho existente do que o número de mãos. Em 1946, o deputado comunista e estivador santista, Osvaldo Pacheco, advertiu na Câmara Federal que a CDS "não tem o número suficiente de operários e estes se vêem forçados a trabalhar 500 e 600 horas, o que está concorrendo para o aniquilamento do proletariado do porto de Santos"⁵⁷. O presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, Manuel Cabeças, afirmou que 10 anos antes cada terno era constituído de 12 a 15 homens, estando "agora" reduzido à média de 8 e, às vezes, de 5 operários⁵⁸. Em síntese: prolongadas jornadas de trabalho ao lado de redobrados esforços em cada terno.

Onde encontra-se a economia daí resultante? A uma maior quantidade de trabalho executado, corresponde um emprego maior de capital circulante, mas o custo do capital constante permanece inalterado. Conforme afirmou Dobb ao analisar casos como esse,

"se bem não possa aumentar em proporção maior do que aquele em que teve de ser aumentado o capital circulante, o lucro do empregador tenderá a crescer em relação ao capital total empregado (fixo mais circulante), e seus lucros, como percentagem do capital total, tenderão conseqüentemente a aumentar"⁵⁹.

Dai resulta a mencionada forma clássica de exploração da mão-de-obra, ou seja, certa imobilização do capital fixo que se faz através da intensificação do trabalho das turmas de carga e descarga. Otimizando receita sobre despesa, tal método eleva ao paroxismo os riscos quanto à saúde do trabalhador, além de abreviar-lhe o tempo de vida. Segundo um doqueiro, em 1947, "aqui está a maior exportadora de doentes para os Campos do Jordão", para onde iam em busca do tratamento da tuberculose. Da tribuna do Congresso Nacional, Osvaldo Pacheco afirmou que "tem havido casos de acidentes devido ao material antiquado e bem como o registro de morte de trabalhadores"⁶⁰. Esta constatação já havia sido expressa anos antes pelo referido relatório de 1945, o qual

⁵⁷ "Diário do Congresso", 23.11.46.

⁵⁸ CABEÇAS, M., op. cit. Prestes Maia fez uma alusão semelhante: muitas turmas que deviam compor-se de 15 homens, estão trabalhando apenas com dez". MAIA, Prestes, op. cit.

⁵⁹ DOBB, M., op. cit., pp. 66-7.

⁶⁰ "Diário do Congresso", 23.11.46.

apontou que "as estatísticas mostram número de acidentes bem elevado"⁶¹

A questão do salário-hora e da instituição de outros turnos de trabalho comportam, então, um sem-número de problemas inter-relacionados que não são redutíveis a uma suposta "ilusão" do operário quando justifica as longas jornadas de trabalho e, muitas vezes, recusa-se a abrir mão dos extraordinários e correspondentes taxas de remuneração. Leite Lopes, em sua análise sobre as concepções dos operários do açúcar sobre sua jornada de trabalho e salário, capturou que o "fetichismo" do salário-hora não se explica por uma contradição entre a "ilusão" dos trabalhadores e a "realidade" na qual estão inscritos. A contradição encontra-se num duplo aspecto da "realidade": "a realidade de suas representações e a sua própria sustentação nas condições de trabalho".

Por outro lado, as lutas em torno da sobrevivência, as reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida, os discursos em favor do "merecido e justo" descanso, fazem parte dos limites daquelas contradições que justificam o próprio excesso de trabalho. Nos conflitos e reivindicações os "segredos" existentes na forma do salário são desvendados⁶².

2. O SALÁRIO-PRODUÇÃO.

Assim como procedi na análise do salário-hora, para acompanharmos as concepções e práticas dos trabalhadores de capatazias em face do pagamento por tarefa, faz-se necessário tomarmos o problema numa duração temporal bastante dilatada, periodizando suas diversas etapas, pois cada uma delas apresenta elementos muito diferenciados.

2.1. A Recusa ao Salário-Produção

Se diversos grupos dominantes viam no funcionamento do porto durante 24 horas com três turnos de trabalho uma solução para os crônicos congestionamentos de navios, tal interesse vinha sempre acompanhado de um outro: o salário-produção para os doqueiros. Esta medida

⁶¹ RIBEIRO, P., op. cit.

⁶² LEITE LOPES, J. S., op. cit., pp. 114-5.

seria o meio mais eficaz pelo qual supunha-se extirpar definitivamente a prática de "corpo mole" disseminada por toda a categoria.

Durante o Estado Novo o tema do salário-produção foi um dos que mais mobilizou a categoria. Com base em um decreto-lei de 1934 (não regulamentado)⁶³, setores do capital e órgãos governamentais envolvidos nos transportes portuários enfatizavam a necessidade de se introduzir a remuneração por rendimento nos serviços de estiva e capatazias, expressando o desejo de otimizar a produtividade, sobretudo com vistas ao fim da guerra, quando seria normalizada a movimentação de cargas, exigindo o desembaraço mais veloz das mercadorias. Em 1943 a estiva santista passou a receber por tonelagem movimentada⁶⁴; não tardou a pressão neste mesmo sentido em relação aos doqueiros. Mas a cada pressão correspondia uma recusa.

Em 1941, por sua própria conta, a CDS propôs aos trabalhadores o pagamento à base de unidade para todo o tipo de sacaria carregada, em geral, na cabeça (torta de algodão, milho, feijão, mamona). Porém, a partir de princípios etários, o sindicato declarou "não ser possível tal medida em vista dos trabalhadores já velhos e cansados que não podem acompanhar os trabalhadores moços em serviços de empreitada."⁶⁵

Neste particular, os doqueiros passavam há muito por uma experiência que os autorizava a recusar a empreitada nos trabalhos de sacaria executados na cabeça. Tratava-se do chamado "café de rua", o único serviço do cais remunerado por unidade e não por tempo⁶⁶. Os trabalhadores sempre se referiam a ele como uma possibilidade de maior ganho na mesma proporção de um maior esforço físico dispensado em sua realização. Por outro lado, isso não parecia suficiente para seduzi-los a estenderem a outras mercadorias o mesmo dispêndio de energia, pois também faziam repetidas referências aos problemas de saúde e cansaço que tal atividade lhes acarretava.

⁶³ Decreto-lei n. 24.743, de 14 de junho de 1934.

⁶⁴ BARROS, G., op. cit., p. 121; "Diário de Notícias", 19.11.38 e "Correio de Santos", 27.2.39; decreto-lei n. 2.032 de 28.2.40; "Jornal do Comércio", 5.7.41.

⁶⁵ SOSPS. AGE, 25.5.41.

⁶⁶ Segundo C., ex-trabalhador de carga e descarga, o "café-de-rua" era o que vinha em caminhões e vagões para ser armazenado no porto e depois exportado. "Aquele serviço era moroso. Quando veio a ser pago por produção... um serviço mais puxado. (...) E é serviço corrido, só faz quem pode [ri]". O "café-de-rua" só não era pago por unidade quando as esteiras rolantes, requisitadas por terceiros, entravam em funcionamento.

De um modo geral, o salário-produção sugere ao operário que a possibilidade de "fazer seu salário" depende da energia empregada no trabalho. A lógica, portanto, da remuneração por empreitada está restrita ao operário com maior capacidade de eficiência e produção, de modo a poder aumentar seu salário nominal na proporção de seu esforço. Tal lógica, por exemplo, estava embutida no carregamento do "café de rua".

Todavia, o documento do sindicato acima citado revela a percepção de que o método de pagamento por empreitada não proporciona necessariamente e em todos os casos a medida adequada para a remuneração porque o volume de produção pelo qual é responsável o trabalhador não depende unicamente do "voluntarismo" de seus esforços.

Entram em jogo as condições técnicas e sociais da organização do trabalho. A quase ausência de equipamentos mecânicos fazia com que o ritmo de trabalho dependesse do próprio operário e da velocidade que ele impunha em sua atividade cotidiana. Diversos ex-doqueiros entrevistados explicam a não aceitação do pagamento por produção neste período pelo fato de que quase todo o serviço ainda era efetuado na cabeça. Deste modo, a maneira com que o rendimento é mensurado dificulta ao operário a fixação da quantidade de trabalho executada, além do controle do ritmo da produção e, conseqüentemente, do seu salário médio. A relação entre nível salarial e quantidade de trabalho realizado não parece ser positiva nestes casos, sobretudo em ocupações terrivelmente pesadas e muitas vezes desagradáveis como, por exemplo, trabalho de carregamento, extração de carvão, etc. Já podemos ver um primeiro motivo que levou os doqueiros a inúmeras recusas da oferta do salário por tarefa.

E possível inferirmos um outro motivo para tal recusa. O salário-produção dá margem à manipulação do empresário na quantificação do rendimento dos operários no interior do "laboratório secreto da produção"⁶⁷. Meses antes da proposta da CDS de pagar os serviços de sacaria por empreitada, a diretoria da empresa ameaçou os feitores "que fornecessem informações ao sindicato da produção da tonelagem diária". Esta ameaça pode ter sido um primeiro passo preparatório da Cia. Docas rumo à introdução do salário-produção. Contudo, uma das oposições tradicionais a este sistema de remuneração inscreve-se no problema dos abusos

⁶⁷ Ver LEITE LOPES, J., op. cit., p. 301; MOORE JR, B., op. cit., pp. 361-9; DOBB, M., op. cit.

e da exploração que ele enseja. Talvez até, a oposição da categoria estivesse mais voltada a tais abusos do que ao sistema de salário em si. Em assembléia da categoria, em 1940, um doqueiro comentou "que o trabalhador deve saber aquilo que produz pelo seu esforço" - e, portanto, que o controle sobre a produção não estivesse sob o domínio estrito dos peritos em tabelas e gráficos daquele "laboratório secreto". Trata-se de uma exigência de conhecimento dos níveis de produção visando seu controle pela própria categoria e pelo sindicato.

Na mesma assembléia em que foi discutida a empreitada nos carregamentos de sacaria, debateu-se também uma proposta de um membro da Delegacia do Trabalho Marítimo e "uma pretensão dos armadores": todos os serviços do pessoal da CDS seriam pagos por tonelagem. Diversos oradores discorreram sobre o assunto - "todos contrários ao pagamento do serviço por tonelagem"⁶⁸.

Contudo, menos de dois meses depois, foi baixado outro decreto-lei, determinando o salário-tarefa nos serviços de capatazias⁶⁹. Frente a isso, a categoria resolveu enviar memoriais ao Ministério do Trabalho, à Comissão de Marinha Mercante e à Delegacia do Trabalho Marítimo, protestando contra a aplicação da medida, a qual "viria prejudicar os trabalhadores portuários, já bastante prejudicado [sic] pelos baixos salários".

Temos, pois, um terceiro motivo de recusa a esta modalidade de remuneração. Aquele decreto dispunha que os doqueiros que trabalhassem mais de meio-dia, excedendo a 30 toneladas operadas, receberiam o equivalente a um dia de serviço apenas. Ora, diante da diminuição de navios, em decorrência da guerra, seria muito difícil atingir o patamar necessário de toneladas para que se pudesse começar a ganhar por produção e, portanto, mais do que aquilo que estavam acostumados a receber. Acrescente-se a isso mais outro fator: com esta modalidade de remuneração, as horas extras de 70 a 290% seriam extintas e os trabalhadores proibidos de dar continuação aos serviços ordinários.

Com base em tais argumentos, Jonas Pereira, presidente do sindicato, informou aos associados presentes que o decreto fora sustado em razão de uma luta unitária de âmbito nacional entre outros sindicatos

⁶⁸ SOSPS. AGE, 25.5.41.

⁶⁹ Decreto-lei 3.389, 4.7.41; "Jornal do Comércio", 5.7.41.

portuários do país. Garantiu ainda "que esse decreto não entraria em execução, podendo ser que outro venha substituir"⁷⁰.

De fato, neste mesmo ano foi assinado outro decreto-lei, mas também não teve vigência⁷¹. De qualquer modo, o embate continuou. Em 1943, os estudos preparatórios para a elaboração da Consolidação das Leis Trabalhistas apontavam para a necessidade do salário-produção, enquanto o sindicato afirmava que "não mediria esforços em defender os interesses da classe, quer na questão da tonelagem ou em outro qualquer."⁷²

Mas no dia 10. de maio de 1943, Vargas "presenteou" os trabalhadores com a CLT, a qual prescrevia o salário-produção para todos os portos, afastando os critérios de trabalho contínuo (turnos de dia e de noite para um mesmo operário), sem fazer distinção de espécie de carga e rodizio para todos os operários no "mau" e no "bom" serviço. O fim desses critérios significava a extinção dos extraordinários. Não é difícil advinharmos a "ingratidão" da categoria: o presente não foi bem recebido; suas disposições suscitavam discussões e dúvidas no cais. E o que se depreende do esclarecimento segundo o qual "não é verdadeira a notícia espalhada na área portuária, no cais, nos armazéns externos, etc., de que o art. 61 da Exposição de Motivos do Exmo. Ministro do Trabalho ao Exmo. Presidente da República, expresso na dita CLT tenha qualquer referência com o serviço por tonelada"⁷³.

Por força da categoria, o "Acordo de 37" prevaleceu sobre a CLT. Vimos que este acordo não limitava as horas de trabalho e oferecia os extraordinários de 70, 240 e 290%, sem prescrever o malfadado pagamento por tarefa. Deste modo, os operários preferiam trabalhar várias horas sem limites estabelecidos do que apenas 8 horas, prorrogáveis por mais duas, recebendo por tarefa. A limitação da jornada num período de pouco trabalho no porto comprimiria ainda mais os seus ganhos. Prevaleceu, assim, o tradicional salário-hora e o critério de segurança no serviço, em detrimento de uma suposta livre oportunidade de maior ganho através do esforço pessoal no trabalho por empreitada.

⁷⁰ SOSPS. AGE, 4.1.42.

⁷¹ Decreto-lei, 20.11.41.

⁷² SOSPS. AGE, 21.2.43.

⁷³ SOSPS. AGE, 10.11.43.

Mas... findo o problema? Não pretendo aborrecer o leitor, farto talvez de tantos decretos-leis. Por insistência do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, a CDS elaborou uma tabela com taxas pagas por tonelagem, submetendo-a à aprovação do governo que lançou mão de outro decreto para fixar o salário-produção. Segundo a empresa, as medidas foram "mal recebidas pelo pessoal operário" e não entraram em vigor⁷⁴.

O salário-produção, de fato, atemorizava muito os trabalhadores. Tanto que no dia da posse da diretoria do sindicato, em 1944, seus membros prometeram "aos trabalhadores que estivessem descansados que, a tonelagem não seria posta em prática"⁷⁵. No ano seguinte, o debate prosseguia e o presidente do sindicato dizia estar "envidando todos os esforços no sentido de impedir essa modalidade de trabalho por tonelagem, uma vez que a mesma não satisfaz a classe."⁷⁶

Mas neste mesmo ano, 1945, o problema cresceu em intensidade. Estavam na ordem do dia as crises de congestionamento com a normalização do tráfego portuário em face do pós-guerra. Como o momento político era o da "redemocratização", não convinha publicar novos decretos "de cima para baixo". Estava na pauta política do governo o diálogo com os trabalhadores. Assim é que, em agosto de 1945, um dos ministros de Getúlio Vargas, o ex-tenentista João Alberto, esteve com os operários no SOSPS para convencê-los da necessidade do "salário-prêmio", maneira sutil de designar o salário-produção. Ao tocar neste ponto bastante delicado, usou de todas as medidas, dizendo

"que os serviços no cais veem [sic] diminuindo dia a dia e também se diz que o aumento de salários provoca a redução da eficiência do trabalho. Entre alguns patrões, esse é o argumento de que se valem para evitar a majoração dos salários dos seus empregados.

(...)

"Diz-se, por exemplo, que o trabalho-hora rende pouco, porque - usando-se a linguagem da gíria - o trabalhador se acostuma à "cera". E havendo o pagamento de horas extras, o trabalhador procura esse gênero de serviço, poupando-se ao da hora ordinária, menos rendosa"⁷⁷.

⁷⁴ Decreto-lei 20.344; "Diário Oficial", 19.8.4. A diretoria do sindicato afirmou que a tabela era "menor do que dos estivadores", "sendo de se esperar que o governo revogue-a". SOSPS. AGE, 5.11.44.

⁷⁵ SOSPS. AGE, 5.11.44.

⁷⁶ SOSPS. AGE, 25.3.45.

⁷⁷ "A Tribuna", 15.8.45.

Deste modo simpático, o ministro rebateu as freqüentes acusações de que eram vítimas os portuários, afirmando conhecer "a índole do trabalhador santista" devotado ao "trabalho intensivo". Mas essa foi a forma encontrada de "afirmar negando" tudo aquilo que todos reiteravam - a "indolência" e não a "índole" dos doqueiros. Tanto que, ao final de seu discurso, sugeriu uma "bonificação" para "provocar o maior rendimento de serviço" porque o governo americano ameaçava suspender a remessa de cargas para Santos.

Em que medida estes intentos do ministro surtiram efeitos positivos? Uma assembléia realizada meses depois, em 1946, dá-nos a resposta. Na mesma assembléia em que se discutiu a extinção do trabalho noturno, o ex-presidente do sindicato, Jonas Pereira, propôs que "se não adquirirmos o que pedimos, que nos seja então dado o serviço por produção", contra o qual ele havia ferrenhamente lutado no Estado Novo. Como "a massa" protestou contra a sugestão, Gino Pelaquim, ex-presidente do SES, explicou que havia trabalhado em um navio, ganhando 60 cruzeiros em 8 horas, enquanto os doqueiros receberam apenas Cr\$ 24,80, movimentando a mesma tonelagem. Caso operassem por tarefa, perceberiam 1.500 cruzeiros em 20 jornadas normais e não em um mês, dia e noite, "acabando assim com o carrancismo do patrão que anda com o chicote na mão".

Todavia, prevaleceram outros argumentos. Como expôs Ferreira da Rocha, os estivadores operavam com mais facilidade nos porões e os doqueiros tinham que levar as mercadorias a longa distância como, por exemplo, a soda, descarregada em frente ao armazém 20, transportada em "ramonas" até o pátio do 21, com o líquido "caindo pelo caminho"⁷⁸. Concluiu que o salário-produção "somente com o tempo e o porto devidamente aparelhado, poderá ser possível". Ora, o pagamento por incentivo torna-se mais viável onde o trabalho é padronizado, cujas tarefas são mais regulares e são mensuradas com certa facilidade, continuando mais

⁷⁸ A "ramona", era "um veículo [de 4 rodas] muito mal construído", puxado por 3 ou mais homens, de acordo com a carga que podia contar com 500 quilos, "mas outra vez carregava duas toneladas" (C., ex-feitor). Ela era conduzida por uma alavanca e tinha um bom funcionamento em armazém acimentado ou com piso de madeira. Por outro lado, no paralelepípedo, quando encontrava "um obstáculo mais alto que tinha de uma roda pra outra (...), ela batia aqui assim, aquele troço pegava direção, seja da direita ou da esquerda e, conseqüentemente, levava os homens, os dois da direita, os dois da esquerda. Era uma tristeza". Os portugueses denominaram outro veículo de "fanchona" "porque quando puxava ele, ele vinha correndo atrás da gente" e também "porque ele suportava tudo". Trata-se de um carrinho construído pela própria CDS em suas oficinas, "baixinho, com as roda pequena, com 4 ponto de apoio e que sobre ele se botava qualquer peso e ele nunca dizia 'não'. E, agora, os boi de carga, que era nós a puxá-los..." (B., ex-doqueiro).

ou menos inalteradas por um tempo relativamente grande. Mas onde o trabalho não se compõe de atividades facilmente mensuráveis e modificam-se com alguma frequência, o método revela-se mais complexo. Além disso, o orador acrescentou que presenciou uma turma de estivadores abandonarem os serviços porque não dariam produção suficiente e, se os doqueiros assim o fizessem, seriam punidos com inquérito administrativo, ao contrário dos estivadores "porque (estes) não tem (sic) patrão a que estejam sujeitos a responsabilidade"⁷⁹. O vínculo empregatício que unia doqueiros e CDS, submetia-os obrigatoriamente a serviços cuja produção era tão baixa que, ao final, eles receberiam tão somente o salário-base diário.

Por outro lado, causa-nos surpresa os debates em outra assembléia da categoria, cinco meses depois; em certo sentido, os resultados foram diferentes. Vimos longamente que noções de formas desejáveis, justas, suficientes ou não de salário mobilizaram os doqueiros, levando de roldão inúmeros decretos-leis, tabelas propostas pela CDS, pretensões dos armadores e do governo em instituir o salário-produção, etc. A medida, segundo alegavam, afetaria o cotidiano de trabalho de cerca de três mil operários de carga e descarga. Esta disposição, no entanto, não esconde o fato de que os doqueiros tinham atitudes e concepções ambíguas quanto a este sistema de remuneração: ora seduzidos pela perspectiva de um maior ganho na medida dos esforços físicos individuais e coletivos; ora preocupados com a segurança pessoal, as condições de trabalho, a manutenção dos acordos salariais vigentes. Assim, as opiniões se dividiam ou se amalgamavam em concepções ambíguas.

Em julho de 1946, Neves Góes, presidente do sindicato, esclareceu que havia entrado em entendimento com o ministro do Trabalho e desse contato ficara resolvido que representantes de todos os portos do país, juntamente com uma comissão de "pessoas entendidas no assunto", fariam modificações nos artigos 285 e 292 da CLT, a fim de que fosse aplicado o salário-produção.

Após lidas tais alterações na lei, abriu-se o debate. Gino Miranda reforçou o "antigo" argumento de que a medida não era oportuna pela razão de "ser o (porto) desaparelhado". Contudo, desta vez preva-

⁷⁹ SOSPS. AGE, 13.2.46.

leceu a comparação entre o ganho de estivadores e doqueiros e o fato de que a Cia. "tem grandes compras de materiais e aparelhos feitos", embora rejeitassem a proposta da CDS de pagar o carregamento de sacarias "por empreitada" e à base do café⁸⁰.

Mas o fato é que o salário-produção não foi introduzido no cais. Podemos levantar duas hipóteses. Primeiro, sabemos que tabelas e acordos que envolvem este método salarial, constituem motivo para controvérsias. Segundo, apesar da CDS haver adquirido novos equipamentos, os trabalhadores e o sindicato não deixaram de reclamar inúmeras vezes de sua insuficiência e do transporte das mercadorias executado na cabeça. A maior parte dos entrevistados por esta pesquisa confirma tal hipótese. Ao fim, portanto, parecem ter prevalecido os critérios relativos à sobrecarga de trabalho, na medida em que o salário-produção engendrava um sentido de urgência e tensão insuportável.

Isso pode ser corroborado pelos debates que se travavam novamente em torno do problema, em 1949. Dividiam-se dois setores sindicais: os interventores do sindicato e os comunistas à frente da Associação Beneficente dos Empregados da CDS, seu "sindicato paralelo". A Junta Governativa do SOSPS buscava introduzir o pagamento por empreitada e acusava os "fora da lei do PCB" de "pregarem a sabotagem [da produção] abertamente, com o fim da queda calculada do trabalho na área portuária". Jonas Pereira, interventor e ferrenho defensor da luta contra o salário-produção durante o Estado Novo, esclarecia publicamente na imprensa local que nos períodos em que não houvesse trabalho no porto ou não fosse atingida a tonelagem estabelecida, seria pago ao trabalhador um salário-base diário⁸¹.

Os membros da Associação Beneficente, por sua vez, muniam-se de argumentos bastante difundidos e "tradicionais". Respondiam que

"com o pagamento por tonelagem, os trabalhadores que já passam muitos dias sem trabalho iriam passar mais, pois que dito pagamento importa em só trabalhar quando haja serviço"⁸².

Trata-se dos limites impostos pelo trabalho ocasional à aplicação do salário por tarefa, pois até esta época a categoria ainda não havia conquistado as 25 diárias. E mais:

⁸⁰ SOSPS. AGE, 19.7.46.

⁸¹ SOSPS. Ao Público, às Autoridades Legalmente Constituídas e aos Trabalhadores Doqueiros. "A Tribuna", 22.9.49.

⁸² ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA CDS. Aos associados e ao povo em geral. "A Tribuna", 18.9.49.

"no corre corre do serviço, os trabalhadores idosos terão que abandonar o trabalho, enquanto os mais novos em breve ficarão esgotados, criando desta forma um exército de doentes, principalmente agora, quando não temos uma assistência social à altura"⁸³.

Veremos em outro momento que, nesta época, os comunistas gozavam de ampla legitimidade entre a categoria, em detrimento da Junta interventora do SOSPS. Tudo indica que eles saíram vitoriosos no interior deste debate e, mais uma vez, o salário por rendimento não foi implantado.

2.2. A Luta Pelo Salário-Produção

Causa certo impacto ao pesquisador quando ele avança ao longo da cronologia e depara-se com práticas e concepções diametralmente opostas da categoria frente ao salário-produção. Num primeiro momento, pelo menos até fins da década de 40, verificamos uma recusa contundente a tal método de remuneração ou posturas ambíguas, mas cujo prato da balança pende muito mais em favor da referida recusa. Os doqueiros não guardavam ilusões quanto aos supostos efeitos positivos ensejados pelo salário-produção.

No decorrer da década de 50 observamos que o tema estava muito distante da preocupação da categoria. Raras vezes ele foi abordado nas assembleias do sindicato e contemplado no rol de lutas e reivindicações dos trabalhadores. Ainda que ausente das grandes controvérsias no interior da categoria neste período, o tema foi objeto constante das preocupações dos armadores, industriais, importadores, exportadores, técnicos, economistas e grande imprensa. Estes setores passaram, cada vez mais, a insistir na necessidade de sua introdução no cais. Contudo, os doqueiros e o sindicato pouco fizeram no sentido de se posicionarem acerca do tema salário-produção.

No entanto, ao avançarmos nos primeiros anos da década de 60, constataremos algo muito diferente. O assunto voltou a ser objeto de discussão e, mais que isso, passou a ser uma reivindicação da categoria. Nesse sentido, coincidem pronunciamentos exaltados dos "discursos do congestionamento" para justificar a necessidade de ser implantado o salário-produção e a introdução dos três turnos de 8 horas. Há uma verdadeira histeria das classes dominantes em torno destes

⁸³ ASSOCIAÇÃO... Aos doqueiros de Santos. "O Diário", 17.9.49.

pontos. Não passava praticamente um dia sem que eles aparecessem na grande imprensa, sobretudo no jornal "O Estado de São Paulo". Até que, em 1962, o pagamento por tarefa foi definitivamente implantado nos serviços de capatazias do porto de Santos.

Mas isso não ocorreu sem conflitos. Ao contrário, o problema foi um dos que mais mobilizou os doqueiros, principalmente em 1962 e 1963. Deixo, portanto, os detalhes destas lutas para o último capítulo por ser este o lugar mais adequado para que venhamos a compreendê-los melhor. Cabe, por ora, indagarmos sobre a mudança de postura da categoria face ao tema e o que ela engendrava em suas múltiplas especificidades.

O "fetichismo" do salário-produção

Deparamo-nos com uma concepção que passou a ser partilhada pela categoria e foi expressa por Henrique dos Santos numa assembléia do sindicato, em 1962: "nós vamos ganhar justamente o que tivermos direito, de acordo com aquilo que produzimos em nosso trabalho"⁸⁴. Ao contrário da concepção inscrita no salário-hora, segundo a qual o operário alega receber menos do que precisa para a sua sobrevivência e a de sua família, o salário-produção sugere outra proposição: "ganhamos menos do que efetivamente produzimos". Foi exatamente isso o que afirmou, em 1961, Sebastião Gomes da Costa quando o sindicato, respaldado pela categoria, dava os primeiros passos rumo à conquista do pagamento por tarefa. Segundo ele, "devemos encarar com bastante entusiasmo o problema da produção, pois a seu ver já trabalha-se por produção, somente não se ganha tal produção"⁸⁵.

Vemos aqui um certo "fetichismo do produto" bastante identificável entre operários que trabalham por peça. Há nesta concepção uma ilusão no sentido de que o salário pago ao trabalhador corresponde ao valor incorporado ao produto - no caso, por exemplo, de determinados setores metalúrgicos o valor incorporado às peças acabadas; no caso dos doqueiros, às mercadorias movimentadas. O trabalhador pensa, como já sublinhei, que recebendo por empreitada terá a possibilidade de "fazer seu salário" na medida do esforço empregado no trabalho. O truismo é, portanto, "quanto mais trabalho, mais ganho". Há uma noção

⁸⁴ SOSPS. AGE, 27.5.62.

⁸⁵ SOSPS. AGE, 16.4.61.

implícita do salário relacionada com a quantidade do produto realizado, ou seja, de acordo com a capacidade de produção do trabalhador. Tal aparência é reforçada quando o trabalho deixa de ser avaliado e mensurado por tempo e passa a ser considerado pelo montante de produtos materializado num determinado espaço de tempo. A relação de equivalência aparente entre salário e produto inscrita na "lógica" do pagamento por rendimento oculta as bases do preço do tempo de trabalho no valor da força de trabalho⁸⁶.

Acrescente-se a isso a forma como os doqueiros estavam inseridos em um setor privilegiado, dinâmico e essencial no carregamento das mercadorias que passavam necessariamente por suas mãos. O contato físico com o produto, que depende da intervenção direta do operário no transporte das mercadorias a partir de sua habilidade e força, engendra um sentimento de dignidade e uma consciência de produtor característico, por exemplo, do trabalhador que opera por peça. Se, ao contrário deste, o doqueiro não faz a peça, no entanto ele que a recebe pronta, carrega-a e faz com que ela chegue a seu destino.

Entra em jogo outro importante elemento de valorização do trabalho pelo operário: a noção de responsabilidade. São constantes as notícias na imprensa e a grita de importadores e exportadores sobre casos de avaria de suas mercadorias. Assim, a responsabilidade pode ser a maneira pela qual os grupos dominantes procuram inculcar nos portuários o cuidado com relação aos riscos do seu capital. Inversamente, porém, a responsabilidade tende a se tornar a forma com que o portuário, de um modo geral, reinterpreta o sentido do zelo em relação às mercadorias, valorizando suas atividades e colocando a empresa e os proprietários das cargas em débito imaginário para com ele. Assim, existe uma formulação da seguinte ordem: o ganho é menor do que a responsabilidade⁸⁷.

Apesar disso, o trabalhador percebe que entre ele e outros setores do porto, além dos chefes e supervisores, há uma defasagem remunera-

⁸⁶ Ver LEITE LOPES, J., op. cit., p. 124; PEREIRA, V., op. cit., p. 126. Como observou Marx, "o salário por peça parece, à primeira vista, como se o valor de uso vendido pelo trabalhador não fosse função de sua força de trabalho, trabalho vivo, mas trabalho já objetivado no produto, como se o preço desse trabalho não fosse determinado, como o do salário por tempo, pela fração

Valor diário da força de trabalho/ Jornada de trabalho de dado número de horas,

mas pela capacidade de produção do produtor". MARX, K. O salário por peça. In.: O capital, op. cit, v. 2, pp. 133-8.

⁸⁷ Ver LEITE LOPES, J., op. cit., p. 27.

rativa. Esta comparação e este sentimento de desigualdade, para ele imerecida, são-lhe facilmente revelados na medida em que ele tributa elevado valor às suas tarefas manuais. Como disse um ex-doqueiro, "verdadeiro absurdo, porque a fonte geradora é..., a força financeira geradora era o trabalho realizado pela capatazia" (depoimento de B.). Acredita, portanto, que o salário-produção é uma forma justa de compensar os méritos de sua profissão e de marcar a diferença entre ele que "pega no bruto" e outro que não o pega, entre ele que é "a força financeira geradora" e outro que, nesta visão, não o é.

Os operários de capatazias não faziam comparações apenas em relação "àqueles que não tocavam nas mercadorias", mas também aos que estavam estreitamente próximos de sua condição e constituíam a outra força mais importante do processo de trabalho: os estivadores. Observamos, anteriormente, que os defensores do salário-produção cotejavam sua remuneração de horistas com a da estiva, calculada por produção. Esta era melhor respeitada por sua superioridade, ainda mais considerando-se que os estivadores não recebiam extraordinários de 70 a 290%, mas cerca de 25%. E lembre-se que este fato era tomado pelos "discursos do congestionamento" enquanto justificativa evidente de acabar com tal diferença de pagamento salarial. Não se tratava, claro, de pensar em aumentar os salários dos doqueiros - por sinal considerados astronômicos -, mas de pôr fim à tática do "corpo mole".

Parte deste raciocínio era compartilhado por determinadas turmas de doqueiros e estivadores. Aos operários da estiva interessava que os operários das Docas corressem mais nos serviços, pois assim poderiam transportar uma quantidade maior de mercadorias. Nos debates do pós-guerra, Manuel Cabeças, presidente do SES, propugnava publicamente a adoção do salário-produção para os operários das Docas, alegando - é óbvio - que com este sistema seus colegas que operavam em terra poderiam auferir uma remuneração mais elevada⁸⁸. Uma vez que isto não oficialmente, havia margem para que ocorresse em pequenas doses nos acordos informais entre as duas categorias "cindidas" em termos de método salarial. Neste sentido, ficamos sabendo que, em 1953, os trabalhadores de turma estavam sendo "subornados pelos estivadores". Numa assembleia do sindicato, Antonio Neves

⁸⁸ CABEÇAS, M., op. cit.

"diz que ultimamente os seus companheiros de turma não estavam colaborando, dizendo que, quando são designados para vapores em descarga de cimento, os estivadores oferecem uma cota de 10 cruzeiros para cada um, para que eles desenvolvam mais um pouco o serviço. Ele, Neves, fez ver aos seus companheiros que não se devia aceitar determinada importância, era muita baixeza dos doqueiros aceitarem dinheiro dos estivadores, e que os doqueiros, deveriam pedir a (sic) Companhia, quando em serviço desse tipo ser pago o salário por tonelagem, idêntico portanto aos estivadores"⁸⁹.

Em 1962 chegou o momento em que os doqueiros passaram a ser remunerados por produção, sem que precisassem se expor a esta situação "indigna" e à "baixeza" do "suborno". A comparação com os ganhos dos estivadores serviu-lhes de justificativa e base para esta conquista. Afinal, o salário por empreitada é muitas vezes valorizado por quem nunca o teve e compara sua situação com o das categorias que o recebem⁹⁰.

Porém, muitos destes pontos até aqui abordados não constituem total novidade para o leitor. No período que vai até o final da década de 40, mencionei a existência de um "fetichismo do salário-produção" no carregamento do "café de rua", embora não fosse suficiente para apagar o reconhecimento da contrapartida, em negativo, da sobrecarga de trabalho a partir do sentido de urgência inscrito no sistema de remuneração por empreitada. Do mesmo modo, não faltaram referências ao ganho maior dos estivadores. Mas onde antes víamos recusa, agora vemos aceitação, ou melhor, uma reivindicação seguida de uma conquista. Para onde teriam ido as alegações tantas vezes mencionadas a respeito da desaparelhagem portuária, dos trabalhadores velhos e cansados que não podiam acompanhar os mais novos, dos salários que seriam reduzidos ainda mais com o pagamento por empreitada, da complexidade em mensurar serviços cambiantes e pouco regulares, etc.?

⁸⁹ SOSPS. AGE, 14.6.53. E como afirmou um feitor que se queixava das faltas do pessoal de sua turma, havia os casos de trabalhadores que "vão se cansar na estiva e vêm depois descansar nas capatazias"⁸⁹. Em outras palavras, uma vez que os estivadores recebiam salários mais elevados, os doqueiros deixavam o cais e iam trabalhar como "avulsos" na estiva, na condição de "bagrinhos". CAMARA DOS DEPUTADOS, op. cit. O estivador sindicalizado, depois de devidamente matriculado na Capitania dos Portos, gozava de preferência nos serviços (CLT, art. 257). Como o sindicato não desejava sindicalizar todos os matriculados na Capitania, objetivando exercer maior controle do mercado de trabalho e do preço da mão-de-obra (closed-shop), muitos, então, trabalhavam na condição de "bagrinhos". Ou seja, havendo vaga na estiva após os sindicalizados serem chamados para o trabalho num determinado dia, os matriculados poderiam se engajar nos serviços. Ver SARTI, I., op. cit.

⁹⁰ O salário-produção, "na ilusão de empreitada, encontra terreno propício para difundir-se entre os trabalhadores que nunca se defrontaram com seu funcionamento real. As condições objetivas de trabalho do diarista fornecem-lhes outras razões para defender as vantagens do salário por rendimento. Sua remuneração total é calculada numa base fixa horária que independe do grau de esforço que ele coloque em seu trabalho". PEREIRA, V., op. cit., p. 128.

Tais argumentos já não são mais sugeridos, quase que se apagam nos debates das assembleias da categoria; acima de tudo, está na boca dos oradores a lógica de um maior ganho segundo seus esforço - a cada um de acordo não mais com as suas necessidades, como no salário-hora, mas a cada um de acordo com sua força e sua destreza. A ilusão de uma remuneração mais vantajosa no salário por tarefa teria lhes arrancado o sentido de exploração que ele envolve? Teriam os doqueiros perdido o senso de solidariedade em nome da independência e do autocontrole no trabalho por empreitada, abrindo uma franca concorrência entre si? Ou, no limite, teriam mordido na isca dos "discursos do congestionamento"?

As "condições" para a implantação do salário-produção

Não nos iludamos: tudo isso pode ter aos poucos se cristalizado na mente de muitos doqueiros; todavia, o fato de não acionarem mais determinados argumentos que os uniam contra o salário-produção não quer dizer que seu conteúdo estivesse ausente. Em certa medida, entendiam e acreditavam que determinados problemas estavam mais ou menos resolvidos. Se o "fetichismo do salário-produção" revela-se em sua evidência, por outro lado, por si só, certamente não teria sido vitorioso sem que algumas mudanças tivessem ocorrido no cais.

Uma primeira explicação dos antigos operários entrevistados sobre tal mudança de comportamento frente ao salário por tarefa refere-se, entre outras coisas, à aparelhagem portuária, que teria aliviado o peso das mercadorias sobre suas cabeças. Se compararmos os equipamentos do porto de Santos na década de 40 e início dos anos 60, veremos uma relativa alteração neste particular⁹¹. Segundo os operários, somente a partir de meados da década de 50 o porto santista começou de fato a se aparelhar. A partir daí, a empilhadeira, por exemplo, "é que veio tirar muita carga que nós puxava em carinho de mão".

91 Vimos que durante muito tempo os meios de transporte no cais eram extremamente rudimentares. No limiar da Segunda Guerra o cais contava com 180 vagões, 60 veículos automóveis, carrinhos elétricos, carrinhos de duas rodas, "fanchonas", ramonas" e... cabeça de doqueiro. Já na década de 60 o porto contava com 149 guindastes elétricos sobre linha férreas, 28 sobre esteiras rolantes, 3 elétricos à bateria, 46 sobre pneumáticos, 1 pneumático sobre rodas. No total, haviam 234 guindastes com capacidade para 1048,5 toneladas. E mais: 139 pontes rolantes elétricas, 17 manuais, 304 empilhadeiras automóveis, 11 descarregadores mecânicos para trigo e granel, 6 embarcadores de café em sacos com capacidade para 2000 sacos por hora (sistema esteira), dois embarcadores com capacidade de 1600 cachos de banana por hora e 3 no sistema esteira (1800 cachos por hora), 8 embarcadores para laranjas (6400 caixas por hora), 10 aparelhos pneumáticos de sucção para embarque de milho e granel, 74 carrinhos elétricos. Podemos enumerar ainda 35 locomotivas com 437 vagões, 52 tratores, 197 veículos diversos, 173 reboques por cavalos mecânicos. ARAÚJO FILHO, J., op. cit., pp. 58-60.

P- "E quando vocês conseguiram salário produção, muita coisa já tava mecanizada?"

R- "Tava, já tinha muito".

P- "Por isso, então, era vantagem?"

R- "Sem dúvida" (depoimento de L.).

Além do reaparelhamento portuário, a aplicação do salário-produção teria sido facilitada na medida em que o trabalho na cabeça foi sendo extinto. A luta contra este sistema de carregamento ocorria nas frinchas cotidianas do trabalho. Mas foi somente a partir de meados dos anos 50 que o sindicato oficialmente abriu luta contra todo e qualquer tipo de carregamento na cabeça, até que a Convenção Coletiva de 1960 o proibisse "terminantemente"⁹².

Um outro fator a contribuir para a reivindicação do salário por empreitada reside na composição fixa dos ternos de serviços. Até a Convenção Coletiva de 1953 "o terno era de acordo com a vontade da administração" (ex-doqueiro). Isso fazia com que onde fossem necessários 12 homens para um determinado tipo de carregamento, houvesse apenas 6 ou 8. Estes, então, viam-se forçados a redobrar seu ritmo de trabalho. Mas

"em 1953 é que nós estabelecemos as condições de trabalho do terno limitado. Para determinado terno, uma determinada quantidade de homens, porque a chefia de cada seção ficava com o árbitro de colocar a quantidade que eles entendessem" (B., ex-doqueiro e dirigente sindical).

Além disso, a Convenção de 1953 acabou com a "baderna" da CDS de escalar homens de um determinado posto ou serviço para outro para o qual não haviam sido originalmente contratados. "Antigamente isso era uma baderna só. [Depois] então, o trabalhador de armazém trabalhava no seu setor, trabalhador de carga e descarga tinha o seu setor, o manobreiro tinha o seu setor e assim por diante" (B., ex-doqueiro e dirigente sindical). Portanto, sujeito a transferências periódicas para serviços "alheios" que "não davam produção", o salário por rendimento seria obviamente afetado em seu montante global.

E para fazer valer as condições em que a força de trabalho era vendida segundo as cláusulas da contratação coletiva, entra aqui um quarto fator: a fiscalização in loco e permanente destas cláusulas.

⁹² CCT, op. cit., p. 59.

Vimos que há uma tendência dos sindicatos fortes e representativos no sentido de zelar pelas convenções coletivas e proteger os operários dos abusos patronais que venham a ferir os acordos mutuamente fixados. Na década de 60, foi criada a figura de um fiscal em cada seção, escolhido pela categoria. Mas "se o fiscal não resolvesse [uma determinada irregularidade], telefonava pra cá [sindicato] e ia um diretor lá" (L., ex-dirigente sindical). Neste sentido, antes a empresa

"fazia e desfazia, escalava o cara que queria, fazia o que queria. Mas depois não; depois, com os acordo, ela tinha que obedecer, ainda mais que nós pusemo fiscal em toda seção - cada seção tinha um fiscal! (...) Qualquer probleminha lá era só chamar o fiscal e já tava aí pra acertar o trabalho; dava dor de cabeça - pensa que era mole? não era mole não, dava muita confusão aí também, viu? (idem).

E esta fiscalização respaldada pelos acordos coletivos resultava, muitas vezes, em paralisações dos serviços considerados irregulares.

Quinto fator: a garantia das "25 diárias" colocou termo nos serviços ocasionais, tantas vezes apontados como um regime no qual o salário-produção viria a rebaixar ainda mais o rendimento dos doqueiros.

E, finalmente, apesar das jornadas de trabalho serem ainda bastante prolongadas, sofreram alguns limites como, por exemplo, a dispensa do ponto às 13 horas quando o operário trabalhasse nesse dia além das duas horas da madrugada.

Decepção e luta pela melhoria do salário-produção.

Com efeito, de acordo com estas ponderações os doqueiros consideravam propício o terreno para a implantação do salário por tarefa. No entanto, desde sua reivindicação, passando por sua conquista, até sua efetivação, foram imensos os conflitos e os problemas por ele suscitados, constituindo-se num dos temas que mais mobilizou os doqueiros⁷³. As dificuldades com o salário-produção iriam abalar gradativamente determinadas concepções em torno dele.

Uma primeira dificuldade diz respeito ao estabelecimento dos índices e padrões das tarifas de produção, abrindo uma aguda divergência entre a categoria e a empresa nos critérios para a sua fixação. Desde janeiro de 1962, quando efetivamente começaram as negociações acerca da remuneração por empreitada, o maior descontentamento dos doqueiros e do sindicato residia, segundo o presidente do SOSPS, no fato de que

⁷³ Ver "Capítulo 6".

"a Cia. Docas estava colocando obstáculos à aprovação da tabela elaborada pelo sindicato sobre a aplicação do salário-produção. (...) Exaustivas reuniões têm sido realizadas no Rio de Janeiro, com a comissão interministerial e a alta direção da empresa procurava impor seu ponto de vista, isto é, a imposição de tabela de pagamento por produção por ela mesma elaborada, o que tornaria a sua aplicação lesiva aos interesses dos trabalhadores"⁷⁴.

O presidente do sindicato, Manuel de Almeida, afirmou também que a comissão interministerial estava "mancomunada com a Docas" quanto às tabelas apresentadas pela empresa, o que resultaria em uma diferença de 50% na percepção geral dos salários⁷⁵. O conflito, portanto, situa-se entre os cálculos elaborados no "laboratório secreto da produção" e os cálculos do próprio sindicato, o qual avoca para si o direito e a competência para contabilizar o montante produzido pelos operários. A partir desta divergência de interesses e interpretações, eclodiu uma greve de 24 horas no dia 17 de março de 1962⁷⁶. Segundo Manuel de Almeida,

"o que queríamos era também a oportunidade de discutirmos, face a greve, com os patrões, essa questão da tonelagem, da produção e das medidas, pois nós não somos analfabetos e temos condições para calcular pesos e medidas e nessas hipóteses teríamos a oportunidade de provar a (sic) empresa, que o trabalho por produção, cubagem e tonelagem, é perfeitamente exeqüível no porto de Santos"⁷⁷.

O órgão governamental "Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais" solicitou então que a CDS apresentasse os cálculos de produção registrados entre 1959 e 1961. Os trabalhadores aceitaram esta solicitação por entenderem que os dados eram criteriosos. "Dai, preliminarmente, não termos posto dúvidas quanto à veracidade e autenticidade dos dados". Foi então levantado o índice de tonelagem por hora em diversos ternos de serviço. Contudo, o resultado encontrado "não conseguiu satisfazer nossas pretensões". Em seguida, o DNPRC determinou outro método de cálculo e, apesar de chegar a um "novo índice bem mais satisfatório, nós não aceitamos também". Como proposta conciliatória a categoria formulou um adicional de 30% sobre as taxas obtidas naquele

⁷⁴ "O Diário", 26.1.62.

⁷⁵ "Última Hora", 29.1.62. Em assembléia da categoria, ele afirmou que o estudo da CDS "não nos interessa. O que nos interessa é o nosso estudo. A Cia. teve a ousadia de juntar no seu processo um envelope de pagamento de um trabalhador, que, num mês entre salário ordinário e extraordinário, havia percebido 45 mil cruzeiros. Entretanto, não foi juntado ao processo os envelopes de pagamento do Inspetor Geral e de outros chefes de Departamento da Cia". SOSPS. AGE, 30.1.62.

⁷⁶ Ver "Capítulo 6".

⁷⁷ SOSPS. AGE, 23.3.62.

levantamento, mas a CDS a ele se opôs "intransigentemente". Por fim, as partes aceitaram a sugestão do diretor do DNPRC no sentido de uma elevação à base de 25%⁹⁸. E, em maio, durante a cerimônia de inauguração da nova sede do SOSPS, o ministro da Viação assinou a portaria que determinava, em definitivo, o salário-produção⁹⁹. Contudo, o problema apenas estava começando.

Outro problema relacionava-se com os elevados índices de produção. Em junho de 1962, quando já estava em pleno andamento os serviços por rendimento, Manuel de Almeida declarou a necessidade da categoria tirar uma comissão

"a fim de que essa nova modalidade de trabalho seja estudada acuradamente, e verificadas as folhas que por ventura existam, sejam elas corrigidas, naturalmente ao nosso maior interesse"¹⁰⁰.

O que precisava ser corrigido? Em julho, um operário, Cecílio Severino, disse em assembléia do sindicato que "88 toneladas para ganho de produção é muito e que se deveria baixar para 60 toneladas, aí sim teríamos mais possibilidades de ganho"¹⁰¹.

Ou seja, caso não atingisse as 88 toneladas, o doqueiro teria apenas a garantia do dia trabalhado, sem receber por produção, permanecendo aí sob o regime antigo de pagamento por salário-hora. E preciso observar que não devia ser incomum o operário não atingir as 88 toneladas, pois diversas mercadorias "não davam produção", isto é, sua tonelagem, cubagem ou metragem era irrisória face ao patamar mínimo fixado¹⁰². Assim, poderíamos concluir que as tarifas eram severas demais, exigindo um maior esforço de trabalho. Maurice Dobb afirmou que este critério de "bonificação" "é mais ou menos parecido com a cenoura suspensa diante do focinho do burro: pode ser que o burro jamais alcance a cenoura, mas isso não o impede de acelerar o seu ritmo de trabalho"¹⁰³.

⁹⁸ SOSPS. AGE, 12.5.62.

⁹⁹ "A Tribuna", 13.5.62.

¹⁰⁰ SOSPS. AGE, 17.6.62.

¹⁰¹ SOSPS. AGE, 28.7.62

¹⁰² Segundo Sebastião da Costa, "no caso da produção, há trabalho de uma hora que dá para cobrir o salário desta, poderá haver horas em que não se tenha a mesma compensação, no que resultará prejuízos". SOSPS. AGE, 28.7.62.

¹⁰³ DOBB, M., op. cit., p. 70

Contudo, os doqueiros não viviam no reino animal e passaram a reclamar insistentemente nas assembléias da categoria a redução da tarifa para 60 toneladas. Neste sentido, o sindicato afirmou estar realizando um estudo para mostrar ao governo que 68 toneladas era uma medida muito elevada, "levando-se em consideração ainda, que a Cia., já passa a perceber desde que é movimentado o primeiro volume"¹⁰⁴. Ora, o salário-produção possibilita a percepção pelos operários sobre os lucros do patrão. A relação entre o ganho e o produto permite-lhes uma estimativa desses lucros à medida que são calculados a partir de sua própria remuneração e da quantidade de produção que eles fornecem à empresa por jornada¹⁰⁵.

Além disso, os trabalhadores não tinham o controle do quantum que produziam. O conhecimento do volume das cargas movimentadas era monopólio exclusivo da empresa, de modo que ela podia ficar bastante à vontade para burlar os valores salariais. Isso levou um doqueiro a reivindicar "que a Cia. fornecesse diariamente, aos trabalhadores, um cartão constando o total das tonelagens movimentadas por cada um deles"¹⁰⁶.

Certas ilusões com relação ao salário por rendimento começam, assim, a ser abaladas. Para o doqueiro João Vitor, este sistema "é um conto do vigário". Para Benevides Godói,

"quando se pensou em instituir o regime do ganho por produção pensou-se numa melhor condição financeira aos trabalhadores, porém esse ganho vem sendo bastante irrisório, e muito embora não seja contra o salário-produção, entende que o mesmo vem sendo mal aplicado"¹⁰⁷.

Segundo Marx, "o trabalhador toma a sério a aparência do salário por peça, como se lhe pagassem seu produto e não sua força de trabalho", ou seja, acredita que lhe remuneram o que efetivamente produziu¹⁰⁸. Mas os doqueiros manifestavam aqui exatamente o contrário: não lhes pagam o que deveras produziram. De qualquer modo, assim como Benevides Godói, a grande maioria não era contra o salário-produção em si. A "ilusão do salário" revela-se exatamente nas reclamações, isto

¹⁰⁴ SOSPS. AGE, 28.7.62.

¹⁰⁵ Ver PEREIRA, V., p. 125.

¹⁰⁶ SOSPS. AGE, 28.7.62.

¹⁰⁷ SOSPS. AGE, 25.8.62.

¹⁰⁸ MARX, K., op. cit., p. 126.

é, os operários mantêm a crença de que deveriam receber o que de fato produziram. Mas o mesmo Benevides Godói, em assembléia realizada meses anteriores, aponta para a possibilidade de extinção do salário por empreitada porque esta "será uma experiência de 6 meses para vermos na prática, se a tonelagem serve ou não serve para nós"¹⁰⁹. Aliás, meses mais tarde encontramos a categoria reivindicando a diminuição do prazo de experiência de 180 para 60 dias¹¹⁰.

A percepção de um ganho irrisório abala também outra expectativa, ou seja, a crença de que, com o salário-produção, o trabalhador estaria atualizando sua remuneração em relação a outras categorias - tanto as que já recebiam através deste sistema de pagamento, quanto algumas daquelas que permaneciam subordinadas ao salário-hora. Não é preciso dizer, nem mesmo, que os doqueiros continuavam aquém da remuneração da estiva. Em uma reunião específica das turmas de carga e descarga, os trabalhadores chegaram à conclusão de que "outras classes" pertencentes à CDS que não recebiam por tarefa estavam "em melhores condições que as turmas". Alguns chegaram inclusive a propor que, caso não se "aprimorasse" o salário-produção, deviam lutar pela conquista obtida há pouco tempo pelos manobreiros: três turnos de 6 horas, cada um¹¹¹. Vimos que esta perspectiva vinha quase sempre à tona em momentos de exasperação das condições de trabalho. O truismo "trabalhando mais, ganharemos mais" é igualmente questionado e invertido. Revela-se aí a percepção de que uma maior produtividade não corresponde necessariamente a um esforço redobrado, mas a condições técnicas do trabalho. Um doqueiro cita o exemplo da descarga de alpiste em redes, quando ela deveria ser realizada em caçambas, o que significava que com a tonelagem "seremos todos mortos de cansaço e não devemos trabalhar muito produzindo menos, mas sim, produzir mais e trabalhar menos"¹¹².

Mais uma vez, de acordo com Marx,

¹⁰⁹ SOSP. AGE, 32.3.62.

¹¹⁰ SOSP. AGE, 22.8.62.

¹¹¹ SOSP. Reunião Específica dos Trabalhadores de Carga e Descarga, 1.9.62.

¹¹² SOSP. AGE, 23.3.62.

"a maior liberdade que o salário por peça oferece à individualidade tende a desenvolver, por um lado, a individualidade, e com ela o sentimento de liberdade, a independência e autocontrole dos trabalhadores; por outro lado, a concorrência entre eles e de uns contra os outros"¹¹³,

Nessa linha, um ex-doqueiro conta que

"teve umas turma aí ganenciosa aí que, no primeiro dia, logo meteram o pau no trabalho exageradamente, embarcaram aquele excesso de caixa de laranja, aquele excesso de carga de açúcar e descontrolou tudo a produção" (Depoimento de S.).

Porém, em sentido oposto, ele mesmo diz que "mandaram pra pessoa controlar, trabalhar num ritmo normal". É sabido que quanto mais os operários produzirem, haverá uma tendência dos empresários no sentido de aumentarem as taxas da produção. Num momento em que se discutia a redução das 88 toneladas como patamar mínimo para o pagamento do salário por tarefa, parece ter acontecido de fato uma recomendação contra a intensificação da produção ou um acordo tácito e implícito para manterem o "ritmo normal de trabalho". Pelas características do serviço das turmas é provável que tenha havido uma fiscalização informal entre os próprios doqueiros para que aquela norma fosse respeitada. Assim, o trabalho insatisfatório por empreitada passa a ser menos valorizado do que deseja a empresa; a competitividade é abandonada e a experiência de insatisfação coletivamente compartilhada sugere oportunidades de desenvolvimento de atitudes solidárias.

Quanto à "concorrência entre eles e de uns contra os outros", Raimundo de Oliveira em uma reunião dos trabalhadores de carga e descarga,

"abordando o assunto de serviço de produção, com uns perfazendo menos e outros maiores salários, propõe encontrar uma fórmula para se dividir os ganhos eqditativamente, em produção, entre os trabalhadores da categoria"¹¹⁴,

Proposta aceita pela categoria¹¹⁵. Mas algumas outras estariam dispostas a este igualitarismo?

O trabalhador de carga e descarga "que pega no peludo, que faz a produção, tem uma cota; (...) quem não faz nada (...) tem uma cota e meia" (B., ex-doqueiro). Na luta pelo salário produção, um dos maiores problemas encontrados foi a divisão que se estabeleceu entre os operá-

¹¹³ MARX, K., op. cit., p. 136.

¹¹⁴ SOSPS. Reunião Especial dos Trabalhadores de Carga e Descarga, 9.11.63.

¹¹⁵ Esta mesma proposta já havia sido aprovada em reunião específica das turmas ocorrida em 1.9.62.

rios de turma, de um lado, e os feitores, guindasteiros e motoristas de empilhadeira, de outro. O fato é que estes últimos, baseados na CLT, reivindicavam meia cota de remuneração acima dos primeiros. Em outras palavras, se o operário "que pegava no peludo" recebesse por 100 toneladas, os demais ganhariam 150.

Os trabalhadores de carga e descarga afirmavam, por exemplo, que "algumas classes, evidentemente, não manuseiam cargas" e

"quem nada fez no sentido da produção não pode obviamente ganhar cota e meia em detrimento daquele que realmente está produzindo que irá ganhar somente uma cota, situação que se tornaria injusta, pois aqueles elementos que seriam os maiores beneficiados, até a presente data, nada fizeram para se tornar merecedores"¹¹⁶.

Entre os "não merecedores" estavam os guindasteiros e motoristas de empilhadeiras. Se, de algum modo, esses eram trabalhadores que transportavam carga, embora não a manuseassem, o que dizer dos feitores? A esta altura, o leitor já o pode suspeitar. Nas palavras de um dirigente sindical da época, Antônio Ferreira,

"existiam entre nosso meio inimigos nosso, patronais, como no caso os feitores e os feitores ajudantes, cujas reivindicações colidem sempre contra as nossas, mas vamos mostrar a esse pessoal da administração que nós nunca dependemos deles; pelo contrário, eles é que sempre dependem de nós; andam sempre nas nossas costas (...). Esse jogo de darem uma cota e meia a feitores e fiéis é um jogo de criar situação na categoria, colocando as classes em conflito e com isso só quem tira proveito é a administração da empresa e a própria empresa. Não é justo tirar dos nossos magros bolsos para dar a bolsos já bastante recheados de homens que já ganham demais e que chupam o sangue do trabalhador horista e diarista"¹¹⁷.

Portanto, os feitores "não mereciam" a "barriga e meia" (como dizem os doqueiros) porque eram "patronais", "faziam o jogo dos patrões", "sangue sugas" dos magros bolsos dos trabalhadores de turma e "nada faziam", "só marcam lá, escrevem" (L., ex-doqueiro). E foi exatamente no interior destas divergências que começaram os debates e a reivindicação, referidos no capítulo anterior, no sentido de "acabar com os feitores", ou seja, com o cargo de feitor.

Os prepostos, é claro, pautavam-se em outros critérios: não eram "simples operários", mas empregados da administração; exerciam cargo de controle, confiança e responsabilidade. Os guindasteiros, por sua vez, afirmavam que

¹¹⁶ SOSPS. AGE, 29.4.62.

¹¹⁷ SOSPS. AGE, 6.5.62.

"tem [sic] muito mais parcela de responsabilidade, tendo em vista lidarem com os guindastes, enquanto os trabalhadores de turmas ficam embaixo das lingadas. Que acontecerá se os trabalhadores de turmas perderem a confiança dos motoreiros ou esses se antipatizarem com os trabalhadores de turmas pela falta de solidariedade com relação àquela meia cota?"¹¹⁸

O fato é que longe de haver "solidariedade", estabeleceu-se, ao contrário, um enorme conflito e uma aberta divisão no seio da categoria. Guindasteiros e motoristas de empilhadeiras chegaram a fazer duas greves para forçar o governo a conceder-lhes a cota e meia; debates acirrados e agressivos nas assembléias foram uma constante; líderes dos motoristas e motoreiros se indispuseram com a diretoria do sindicato e, finalmente, em 1965, estas duas categorias saíram do SOSPS e formaram um sindicato à parte¹¹⁹. Mais do que isso, eles e os feitores conseguiram o que queriam: a tão almejada "barriga e meia".

Esta situação não teria acontecido caso não tivessem falhados os mecanismos de solidariedade, tão caros aos doqueiros? Talvez não se tratasse disso, mas das diversas justificações conflitivas em torno da hierarquia dos salários e das rendas. Ao contrário dos feitores, guindasteiros e motoristas, os trabalhadores de turma não atribuíam qualquer legitimidade ou lógica aos postulados de hierarquia que se baseavam em critérios de "saber", "qualificação", "responsabilidade" e "capacidade". Baseados na relação entre quantidade de salário e quantidade de produção, reconheciam apenas a "justeza" da não diferenciação remunerativa entre os que "fazem a produção" e os que não a fazem¹²⁰.

*

118 SOSPS. AGE, 6.5.62.

119 Sobre estes episódios, ver "Capítulo 6".

120 Muito mais preocupado com as diferenças salariais entre a massa dos trabalhadores e os dirigentes do que entre os próprios trabalhadores, Castoriadis demonstra como "essas escalas não coincidem entre si, e não se correspondem nem na lógica, nem na realidade". Seria interessante estudar porque os trabalhadores, em geral, dão maior importância às diferenças menores entre eles do que às maiores que separa-os das categorias dirigentes. Castoriadis afirma que a "ideologia da justificação da hierarquia" está presente na "ciência econômica" (acadêmica ou marxista) e penetrou também, ao longo do tempo, nas classes trabalhadoras. Segundo ele, "é verdade também que, de qualquer modo, o sistema capitalista não teria podido continuar a funcionar (...) se a estrutura hierárquica não somente não fosse aceita, mas também "valorizada" e "interiorizada"; é certamente preciso que uma parte não negligenciável da população aceite jogar esse jogo até o fim para que tal jogo possa ser jogado". Isso ocorre porque as pessoas mordem na isca do consumo e das ilusões de "mobilidade" e "promoção". Além disso, "o triunfo da burocratização gradual da sociedade foi ao mesmo tempo, e necessariamente, o triunfo de uma representação imaginária da sociedade - da qual todos participam em maior ou menor grau - como uma pirâmide ou sistema de pirâmides hierárquicas". CASTORIADIS, C. A hierarquia dos salários e das rendas. In.: A experiência do movimento operário, op. cit., pp. 254-8.

Desde que o salário por empreitada foi efetivado até os primeiros meses de 1964, diversas foram as assembleias gerais e específicas no sindicato para que fossem corrigidas suas "imperfeições" e estabelecidas novas normas que o "aprimorassem". Na realidade, os avanços não parecem ter sido muito grandes, surgindo algumas opiniões contra o salário-produção e a favor de uma jornada de trabalho bastante reduzida que não ferisse o ganho médio mensal.

E o mais importante é que o pagamento por tarefa não conseguiu nem de perto satisfazer os interesses dos grupos dominantes envolvidos no sistema portuário. Ora, esse sistema de remuneração não era um dos objetivos precípuos dos "discursos do congestionamento", visando pôr fim à "anarquia" da produção e à "tática de corpo mole"? E mais: instituído de forma a não favorecer ainda mais esta "aristocracia operária", o salário por empreitada não foi aplicado no sentido de aplacar com o "carnaval" dos ganhos elevados?

Em primeiro lugar, já verificamos que a experiência de decepção dos doqueiros com esta modalidade de pagamento conduzia-os menos ao aumento de seus esforços na produção do que a uma orientação de manter o "ritmo normal do trabalho". Já a compressão salarial ou, ao menos, a frustração da expectativa em torno de um "aumento correspondente ao que de fato produziam", gerou descontentamentos e novas pressões. Além disso, a demanda empresarial em diversos setores associava salário-produção com o fim dos extraordinários. Embora esta perspectiva fosse algumas vezes vislumbrada, vimos que os doqueiros entendiam os diversos turnos de trabalho de modo bastante diferente como, por exemplo, jornadas de 6 e não de 8 horas.

No último capítulo, tentarei demonstrar então que o salário-produção não resolveu de modo algum os conflitos que se expressavam nos "discursos do congestionamento"; ao contrário, criou muitos outros. A decepção com tal regime de remuneração não foi compartilhada apenas pelos trabalhadores das Docas, mas também por diversos grupos do capital.

Mas se o sentimento de frustração era vivido pelos dois campos em luta, devemos, entretanto, sublinhar que suas forças eram bastante desiguais. Basta dizer que o salário-produção não foi "aprimorado". No pós-64 ou, para ser mais preciso, em 1965, ele foi demasiadamente "piorado". Além disso, foram instituídos outros turnos de trabalho,

colocando um fim nas "horitas". Em uma palavra, deu-se o triunfo dos "discursos do congestionamento". Contudo, este triunfo não significou o fim dos conflitos. Veremos que os agentes sociais satisfeitos com o regime político estabelecido no pós-64 não deixaram de manifestar, por vários anos, seu descontentamento com a relutância e teimosia dos portuários santistas em querer a devolução de seus direitos conquistados. Mas chegaremos lá...

Agora, façamos um trajeto um pouco diferente para verificarmos como, entre outros aspectos, as questões analisadas nesta primeira parte da monografia foram tecidas e contextualizadas em diversas conjunturas históricas.

P A R T E II

CULTURA DOS DIREITOS

9212557
76
Si38d

v.2

16640/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CAPITULO 3

OS TRABALHADORES PE(R)DEM A PALAVRA: 1937-1945

1. A "Agonia da Noite"

1.1.- A Título de Introdução:

O Boicote à Espanha Franquista.

Está por ser feita a história dos portuários nas décadas de 20 e 30. As lacunas são grandes e esta pesquisa não visa preenchê-las. Assim, começarei a partir do Estado Novo, mais precisamente por um episódio cuja bandeira era a do antifascismo.

Apolinário, comunista brasileiro, capitão do Exército Republicano, desde 1936 lutando na Guerra Civil espanhola, em uma perdida aldeia da Península Ibérica

"sentou-se, começou a ler. Era uma longa reportagem, enviada de Santos por um espanhol, relato circunstanciado da greve, desde seus começos. Ali se contava das primeiras prisões efetuadas, quando os estivadores haviam declarado que não carregariam o navio alemão com café para Franco. O início da greve para exigir a liberdade dos presos, a intervenção do Ministério do Trabalho, o assassinato de Bartolomeu, o congelamento do fundo sindical, as greves de solidariedade em São Paulo, o ataque da polícia ao enterro de Bartolomeu, o massacre brutal dos operários, as despedidas e prisões em massa, a intervenção federal decretada em Santos, os soldados carregando o navio, o início da revolta contra as ordens do coronel integralista, os estivadores obrigados depois a trabalhar à força. E as ameaças que pesavam sobre os ainda presos, contra os quais se intentava um processo. Aos doqueiros espanhóis ameaçavam enviar a Franco, mas, dizia a reportagem, a greve, se bem vencida, era uma prova de que os trabalhadores brasileiros estavam ao lado do povo espanhol e o demonstraram na pátria"¹.

Este excerto literário faz parte de um dos poucos registros conhecidos sobre o boicote de estivadores e doqueiros santistas ao carregamento de café, em navio alemão, a ser enviado à Espanha fran-

1 AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade...*, op. cit., p. 161. Os nomes citados neste livro são fictícios, mas referem-se a ativistas sindicais e do PCB. Apolinário, por exemplo, é Apolônio de Carvalho, tenente do Exército Republicano Espanhol. Osvaldo é o estivador santista e deputado constituinte pelo PCB, em 1946, Osvaldo Pacheco. Sobre a participação de Apolônio de Carvalho na Guerra Civil Espanhola, ver seu depoimento na revista TEORIA E DEBATE. São Paulo, n.6, abr-jun. 1989.

quista. Esse episódio ocorreu em um momento significativo da cronologia política brasileira: o Estado Novo².

A narrativa da greve que se seguiu ao boicote ocupa pelo menos um terço do segundo volume de "Os Subterrâneos da Liberdade". Nesta obra, Jorge Amado percorreu os dez dias do movimento, apresentando-os permeados de lances dramáticos e violentos, de excessiva repressão, de atos heróicos e destemidos de operários e militantes do PCB. Os protagonistas pronunciavam-se através de uma linguagem nutrida por expressões democráticas e antifascistas, quando o governo Vargas parecia revelar suas simpatias pelos regimes totalitários europeus.

Em 1937 houve uma abundante safra de café. Foi planejada, então, uma "negociata" para reduzir o preço do produto e, conseqüentemente, aumentar o seu consumo. Tratava-se de comprá-lo dos fazendeiros, vendendo-o ao governo que, por sua vez, o doaria às tropas de Franco. No primeiro dia, apenas o terno da estiva responsável pelo embarque do café recusou-se a fazê-lo. A turma escalada em seguida não chegou nem mesmo a comparecer ao serviço e a polícia prendeu três estivadores. A comissão tirada para negociar as detenções foi também encarcerada. Apesar de proibidas as greves, os portuários deflagraram a primeira paralisação conhecida no Estado Novo, resultando em mortes, aguda repressão, demissão em massa e intervenção federal na cidade ocupada por tropas do Exército³.

A lacuna documental dificultou o "controle" à pena romântica e, muitas vezes, marcadamente maniqueísta de Jorge Amado. Trata-se de uma literatura bastante preocupada em fazer uma verdadeira hagiografia de certos líderes comunistas e apresentá-los, juntamente com inúmeros doqueiros e estivadores, como homens voluntariosos e ímpolutos, que não recuam diante do avanço da Cavalaria a se precipitar sobre a multidão,

² Não encontrei documentos que permitissem o reconhecimento das datas em que ocorreu o boicote, dada a forte censura imposta na época, colocando inclusive os livros de Jorge Amado no "índice proibitorum" da polícia. O romancista inscreve o movimento já no período de vigência da Carta de 1937. Sobre a censura, ver DULLES, John F. O comunismo no Brasil (1935-1945). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 142.

³ Um resumo dos acontecimentos narrados por Jorge Amado pode ser encontrado no livro SILVA, R. Sombras sobre Santos, op cit., p. 55.

não se curvam às balas disparadas das armas da polícia e até as tomam, fazendo-as voltarem-se contra os agentes da repressão⁴.

Apesar da possível distorção dos fatos e das manipulações ideológicas, "Os Subterrâneos da Liberdade" constituem a única descrição encontrada sobre o episódio. Alguns ex-operários e ex-militantes comunistas entrevistados fizeram alusão ao boicote, mas sem qualquer descrição. O ex-deputado comunista e estivador, Osvaldo Pacheco - um dos protagonistas do livro de Jorge Amado -, em rápido contato, revelou-me tão somente que o escritor o entrevistou quando redigia o livro⁵.

Assim, dados todos os descontos às imprecisões do romance, ele nos informa que, sob a iniciativa dos estivadores, os portuários fizeram um categórico protesto contra a política internacional de aproximação de Vargas com a Espanha franquista e deram a última demonstração de um movimento de caráter democrático - uma luta após várias outras ocorridas na década de 1930 e inscritas no rol dos conflitos antifascistas, com ampla participação e iniciativa do PCB⁶.

Com esta manifestação, num clima de dura repressão ao movimento operário, desencadeada em 1935 e reforçada pelo Estado Novo, a última organização sindical a cair foi a dos portuários⁷. As chances de atuação aberta do movimento operário tornaram-se extremamente limitadas. O "artigo 139" da Constituição de 1937 dispunha que toda tentativa de paralisação do trabalho era crime grave, julgado por um Tribunal de Segurança, prevendo prisão para qualquer ato contrário à disposição

⁴ Segundo Michel Löwy, o livro alinha-se à orientação política do PCB tirada nos anos da guerra-fria, quando foi escrito, e traça uma retrospectiva histórica projetiva para o Estado Novo. Além disso, "o livro com freqüência deturpa os fatos, calunia os dirigentes do PCB (Sacchetta), (...) mas ainda assim, contém informações significativas", sobretudo por ser um dos raros registros das atividades do Partido nos anos de 1937 a 1941. LÖWY, Michel. Do movimento operário independente ao Sindicalismo de Estado (1930-1945). In.: LÖWY, M. et alii. Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX. Belo Horizonte, Vega, 1980. Sobre os conflitos entre Sacchetta e o PCB e sua posterior adesão ao trotskismo no final de 1938, ver DULLES, F., op. cit.

⁵ Há uma ligeira menção na obra de Braz de Araujo sobre o boicote, embora o autor não indique as fontes. ARAUJO, Braz José de. Operários em luta..., op. cit., p. 62.

⁶ As lutas locais antifascistas e antiimperialistas, entre 1934 e 1937, foram narradas por um falecido comunista, empregado da administração da CDS, Leonardo Roitman, em seu depoimento ao Centro de Memória Sindical: ROITMAN, L. Greve no porto contra Franco, mimeo., s/d.

⁷ Como afirmou Werneck Vianna, o Estado Novo teria começado antes mesmo de 1937, pois já era uma realidade desde 1935. VIANNA, L. W. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. Sobre os diversos movimentos grevistas e a forte repressão sobre a classe operária e os sindicatos santistas a partir de 1935, ver ARAUJO, B., op. cit., pp. 58-62; ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo, Cortez, 1982; KOVAL, Boris. História do proletariado brasileiro, 1857-1967. São Paulo, Alfa Omega, 1982.

1937⁸. Segundo Jorge Amado, no caso do referido boicote, houve prisões em massa de trabalhadores, contra os quais se intentava um processo e os doqueiros espanhóis estavam ameaçados de deportação. O Sindicato Osvaldo Pacheco, tendo entrado na estiva em novembro de 1937, conta que

"estava conversando com uns dez companheiros (...) das injustiças que advém do regime de força. Passou três pessoas, não é? e disse: 'os senhores estão presos'. E eu, com 5 dias de estivador, tive 10 de prisão"⁹.

E, em maio de 1941, um portuário foi condenado a um ano de detenção por incitamento a uma greve entre trabalhadores de trapiches e varzeiros¹⁰.

O Estado Novo certamente foi sentido por muitos operários como um totalismo político e social que redefiniu os espaços do conflito entre trabalhadores, empresários e governo, ainda que o presidente do sindicato dos doqueiros anunciasse:

"os companheiros que não sabem, procurem saber que com a nova Constituição abriu-se novos horizontes [sic] para os trabalhadores"¹¹.

Resta verificar tal redefinição e os anunciados "novos horizontes".

1.2. "Pequenos" Atos de Insubordinação.

A lei n. 62 do Código Civil, de 5 de junho de 1935, previa demissão, sem indenização, aos trabalhadores com menos de 10 anos de serviço ("justa causa") e aos que gozassem de estabilidade no emprego, julgados através de processo administrativo ("falta grave"). A demissão justificava-se em casos de atos de insubordinação ao regime interno das empresas e às ordens emanadas dos superiores hierárquicos, abandono de serviço sem motivo justificado, má vontade ou desídia, má

⁸ Visando uma maior repressão ao comunismo, a Constituição de 1937, declarou o país em estado de emergência e decretou que, enquanto este durasse, a polícia "podia executar sua missão sem qualquer interferência do poder judiciário". DULLES, F., op. cit., p. 142.

⁹ "Memória Sindical da Baixada Santista"..., op. cit. Em sua palestra, o ex-deputado não esclarece se a sua prisão tinha qualquer relação com o boicote.

¹⁰ CAMPOS, Ney Pereira. Antagonismo dos interesses. In.: Seminários de legislação social (1941-1942). Faculdade de Direito da USP, São Paulo, apud PAOLI, Maria C. Trabalho e conflito na era do Estado..., op. cit., p. 198.

¹¹ SOSPS. Declaração, "O Diário", 8.1.38.

conduta habitual, agressão física, embriaguez crônica, práticas de jogos de azar¹².

Portanto, os "maus trabalhadores", enquadrados em um desses conceitos de "incontinência ao serviço", perdiam suas garantias de emprego. A lei, agora associada ao regime de força, recolocava nas empresas a autoridade patronal quase sem freios, mantendo sob seu poder o comportamento e a produtividade dos seus empregados¹³.

Nos arquivos da CDS, encontrei 35 decisões judiciais publicadas no "Diário Oficial" referentes a processos trabalhistas acionados pela empresa - a maioria julgada entre 1937 e 1942 -, sob as seguintes acusações: abandono de emprego (14 casos), agressão a superiores hierárquicos (6), agressão física a companheiro de turma (2), furto (2), suspensão por motivo disciplinar (2), avaria (2), "falta grave" (1), alcoolismo (1) e 5 processos sem motivo esclarecido em documento.

Devemos ser prudentes e não acreditar que em todos estes casos os operários tenham de fato agredido seus superiores, roubado, se embriagado, avariado mercadorias... Os patrões viram ampliada sua margem de manobra, na medida em que ficava sob seu critério, senão decidir sumariamente por sua própria conta, pelo menos conceituar o que seria "justa causa" ou "falta grave".

Por outro lado, diante das precárias condições de trabalho, do arrocho salarial, das dificuldades organizativas impostas à classe operária, das freqüentes burlas patronais aos direitos trabalhistas e de um provável fortalecimento do domínio da empresa nos locais de trabalho, por intermédio de seus prepostos, seria impensável a ausência de reações entre os trabalhadores, inscritas nos mandamentos sagrados da lei de 1935 e em seus efeitos punitivos.

Pelas decisões judiciais dos processos inferimos que os doqueiros parecem ter praticado alguns atos de insubordinação. Dos 35 processos, sem contar as questões por abandono de emprego, a Companhia teve ganho de causa em 7: agressão a feitor (3), agressão a companheiro de turma (1), avaria (1), "falta grave" (1), "suspensão disciplinar" (1). Estas decisões, porém, não constituem prova irrefutável de "má conduta", pois não sabemos seguramente se a Justiça não havia sido "injusta" na determinação das punições.

¹² Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1 (15): 320-21, nov. 35.

¹³ Ver PAOLI, M., op. cit., p. 170.

Se isolarmos, todavia, os documentos que se referem às agressões aos superiores, veremos que estas fazem parte de um campo de respostas, traduzidas em denúncia para o pesquisador, às latências e tensões vividas cotidianamente nos locais de trabalho. Vimos que os conflitos entre doqueiros e feitores sempre foram uma prática quase que diária na história do porto¹⁴. Porém, levanto a hipótese de que eles ganharam um sentido particular no Estado Novo quando, então, os patrões viveram seu projeto de domínio exclusivo do local de trabalho¹⁵. A concessionária do porto parece ter reforçado este projeto, inclusive por intermédio dos feitores. Não é difícil supor que a CDS tivesse exacerbado as punções e a vigilância sobre os trabalhadores no Estado Novo, visto que os empresários receberam ampla cobertura legal contra qualquer ato de insubordinação e viam-se praticamente livres de pressões institucionais - controle dos órgãos públicos e dos sindicatos na fiscalização dos direitos trabalhistas. Os operários que desejassem reclamar na Justiça do Trabalho contra punições e burlas aos seus direitos deveriam afastar-se do serviço, sem receber seus vencimentos enquanto durasse a pendência. Ou seja, "a lei retirava dos trabalhadores a garantia que dizia conceder"¹⁶. Acrescente-se ainda que, segundo um ex-feitor, a Companhia perseguia os operários que serviam de testemunha em uma "questão" que a colocasse na justiça: "punia, botava na rua (...) qualquer empregado da Companhia que tivesse menos de 10 anos (de serviço)" (depoimento de C.).

Assim, os réculos da empresa estariam agora melhor protegidos para exigir dos trabalhadores o cumprimento das atividades cada vez mais insalubres e perigosas, em razão da deterioração dos equipamentos portuários, tantas vezes denunciada no pós-45. Daí que as rixas prendiam-se, invariavelmente, a questões de serviço¹⁷.

Poder-se-ia, no entanto, objetar que a amostra documental é insuficiente para que se constate a freqüência dos embates entre trabalhadores e feitores, além do fato de não dispormos de dados que possibilitem uma estimativa comparativa em relação a outros períodos.

¹⁴ Ver "Capítulo I".

¹⁵ PAOLI, M., op. cit., p. 182.

¹⁶ IBID, p. 170. É óbvio que a freqüência de reclamações seria diminuta, pois os salários estavam extremamente rebaixados, principalmente se considerarmos o regime de trabalho ocasional dos portuários, agravado durante os anos de guerra, quando caiu drasticamente o tráfego internacional de mercadorias.

¹⁷ Mencionei no "Capítulo I" alguns destes episódios que, aliás, ocorreram durante o Estado Novo.

Contudo, os inquéritos nos tribunais do trabalho são, neste particular, um índice insuficiente e o levantamento dos processos não foi exaustivo. Muitos casos talvez nem chegassem ao conhecimento dos órgãos judiciais. As condições de vida dos operários sugerem que estes poderiam ser levados a fechar qualquer acordo com a empresa a fim de não serem submetidos a inquérito. Outras ocorrências podiam ser resolvidas no próprio local de trabalho por interferência da Companhia ou mesmo sem que esta viesse a saber. Por fim, casos de agressão fizeram parte da ênfase dos textos do ministério do Trabalho, entre 1936 e 1941, insistindo na denúncia contra ações de violência, desrespeito ao regimento das unidades fabris e aos chefes de trabalho¹⁸.

Por outro lado, nem todos os conflitos foram "equacionados" individualmente pela violência, mas encaminhados ao sindicato, numa tentativa de resolução coletiva¹⁹. Contudo, poucas eram as chances das reclamações nas assembleias do sindicato virem a obter resultados positivos. Já foi analisada no primeiro capítulo a alteração de forças nas relações de poder entre feitores e operários. Tal alteração se verifica a partir das tensões deslocadas do caos para as assembleias do sindicato. Contudo, durante o Estado Novo, o sindicato limitou-se a reduzidas funções de classe e não dispunha de legitimidade entre os associados que pouco participavam da vida associativa, de modo a serem os chefes protegidos das intensas pressões coletivas das turmas de carga e descarga. Neste sentido, suponho que as lutas corporais tenham também uma relação com o fechamento dos canais de pressão e de expressão dos trabalhadores. Na medida em que o regime de exceção começou a desmoronar, as lutas cruentas entre feitores e operários se deslocaram do universo individual da violência física para o espaço público e coletivo da denúncia e da reivindicação.

1.3. "Esforço de Guerra": Soldados da Produção?

Para triunfo dos empresários, assiste-se, em 1942, a um festival de decretos-leis suspendendo diversos direitos trabalhistas, como resposta às pressões dos industriais²⁰, e conclamando os operários a se entrincheirarem em torno de outro serviço: "a nova tarefa dos

¹⁸ Ver Paoli, M., op. cit., p. 179.

¹⁹ Ver SOSPS. AGE, 8.10.39 e 30.6.40. O leitor poderá encontrar uma destas tentativas no "Capítulo 1".

²⁰ GOMES, A. M. de Castro. A invenção do trabalhismo, Tese de Doutorado, IUPERJ, 1988., p. 411.

'soldados do trabalho' e dos 'sindicatos quartéis' era no campo de batalha das fábricas produzir e vigiar"²¹. Todas as categorias "colaborarão, permanentemente, com os poderes públicos", "no desenvolvimento da consciência cívica nacional", "nos planos de Mobilização econômica" e na "propaganda do serviço militar"²².

O "destacamento" da produção das "indústrias quartéis" consideradas de segurança nacional ou de serviço público, em troca de "trabalho e vigilância", recebeu como recompensa o "exercício da cidadania, como forma de participar do governo da nação"²³, além de um decreto alterando a jornada de trabalho de 8 para 10 horas, outro adiando ou indenizando o direito de férias e mais um proibindo a mobilidade de emprego aos pelotões das "indústrias de guerra"²⁴.

Os dois primeiros decretos foram armas tiradas do arsenal dos empresários, cujo alvo se constituía, sobretudo, de operários das indústrias têxteis e bélicas, as quais viviam sua plena capacidade de produção²⁵. Os portuários, por sua vez, experimentaram uma situação inversa: jornadas de trabalho reduzidas e férias praticamente compulsórias. Para eles, o "esforço de guerra" começara muito antes.

Conforme assinalou um decreto-lei de 1939, desde o início do conflito mundial a situação dos portuários se agravou intensamente em face da falta de serviço, decorrente das perturbações às relações econômicas internacionais, fazendo desaparecer, de quase todos os países, o livre funcionamento do mecanismo dos mercados²⁶.

Em 1939 o porto transportou mais de 4 bilhões de toneladas. No entanto, do início da II Guerra até 1943, a queda das atividades por-

21 CARVALHAL, A. Francisco. Uma palavra ao operariado nacional, palestra feita na PRD-2 Rádio Cruzeiro do Sul, Rio de Janeiro, 1943, reproduzida no Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, março de 1943, apud PAOLI, M., op. cit., p. 188.

22 Decreto 4.639, de 31/8/42, art. 2o.

23 GOMES, A., op. cit., p. 411.

24 Respectivamente, decreto-lei 4.639, 31/8/42; 4.869, 23/10/42 e 4.937, 9/11/42.

25 Ver PAOLI, M., op. cit. e ALEN, Silvio Frank. Os trabalhadores e a redemocratização. Tese de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1981.

26 A partir desta constatação, foi criado o Conselho de Defesa da Economia Nacional que, entre outras atribuições, coordenava os transportes marítimos. Mais tarde, o Conselho foi extinto, dando lugar à Coordenação da Mobilização Econômica que, segundo Carone, era "o órgão mais poderoso e totalizante da época", cujas atribuições estendiam-se a diversos ramos da economia, à fixação de preços, ao racionamento dos produtos, ao mercado de trabalho, controle de custos, preços e lucros das mercadorias, além da coordenação dos transportes existentes no país. O porto passou, assim, a ser alvo da constante atenção e intervenção dos órgãos governamentais. Ver decreto-lei n. 1.641, 29.9.39; CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro, Difel, 1976, p. 86.

tuárias foi acentuada, manifestando cerca de 2.800.000 toneladas operadas em todos estes anos, voltando a se normalizar lentamente em 1944²⁷. Assim, os depoimentos abaixo revelam a escassez de serviço. Na época da guerra,

"nós ia trabalhar; trabalhava um dia, descansava 2, descansava 3 e não ganhava nada. Então, eu juntava ferro no cais, empilhava em casa, pra depois vender pra ter algum dinheirinho. Foi um período ruim, viu? Foi ruim. Nós, naquela época, mal ganhava pra comer, tinha poucos navios" (depoimento de A., ex-trabalhador de carga e descarga).

Como havia poucas embarcações, a situação dos doqueiros se agravou porque eles estavam submetidos ao regime de trabalho ocasional e de salário-hora. Daí a redundância: "trabalhava quando trabalhávamos" - o que reduzia ainda mais os seus vencimentos, imóveis entre 1939 e 1943.

Neste último ano, os operários elevaram seus salários antes da publicação de mais um decreto (dezembro) restritivo aos dissídios coletivos, subordinados ao poder da Justiça, "mas também sob controle direto dos responsáveis pela política social". Segundo este decreto, "os dissídios individuais do trabalho não afetam a estrutura da economia, o que não ocorre, por vezes, com os dissídios coletivos que, por tal razão, estão intimamente ligados ao esforço de guerra"²⁸. A solicitação dos dissídios dependia de prévia audiência com o Ministério do Trabalho e da participação de metade dos associados na assembleia sindical, enquanto antes era preciso a presença de 1/3²⁹. Além disso, as pendências não eram encaminhadas à Justiça do Trabalho, mas sim às autoridades militares, a quem estavam subordinadas as "indústrias de guerra"³⁰.

A Companhia alegou que, mesmo com a falta de serviço, não demitira qualquer de seus empregados³¹. Porém, a Junta de Conciliação e Julgamento de Santos publicou, em 1946, inúmeros editais de processos acionados por operários contra "demissões injustas". Eles podem se referir a anos anteriores, uma vez que as publicações da justiça ocor-

²⁷ CDS. Relatório correspondente ao ano de 1945. Rio de Janeiro, Agir, 1946; Jornal do Comércio, 7.10.45; "A Tribuna", 12/12/46.

²⁸ "Diário Oficial", 22/12/43.

²⁹ CARONE, E., op. cit., p. 136.

³⁰ Os sindicatos têxteis, por exemplo, solicitavam ao Ministério do Trabalho que as "questões" fossem levadas à Justiça do Trabalho. PAOLI, op. cit., p. 190.

³¹ Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito Sobre o Porto de Santos..., op. cit.

riam posteriormente à entrada dos processos nos órgãos judiciais, morosos em seus despachos. Em 1945 o jornal "A Tribuna" noticiou com destaque a reintegração ao serviço (quanto aos operários estáveis) e indenização (aos com menos de dez anos de empresa) de 50 doqueiros demitidos por determinação da Junta local³².

Há razões de sobra para duvidarmos de tamanha filantropia da CDS, a partir inclusive dos dados estatísticos por ela mesma fornecidos:

TABELA I - Quantidade Anual de Trabalhadores
DE CARGA e D ESCARGA

Ano	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
N./oper.	3679	3384	3407	3228	3159	3908	4217

FONTE: RIBEIRO, P. Relatório..., op. cit.

O quadro revela a diminuição da mão-de-obra nos anos de menor movimentação de mercadorias (1939-1943), exceto um ligeiro crescimento em 1941.

Algumas demissões, porém, ultrapassaram a responsabilidade da Companhia. Um decreto de agosto de 1942 obrigava à rescisão do contrato de trabalho dos "súditos de nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas ou se encontra em beligerância"³³.

É possível, no entanto, que tal diminuição não corresponda completamente às demissões, pois em regime de trabalho ocasional a CDS estava livre de pagar as horas não trabalhadas, ainda que tivesse que arcar com certos encargos sociais e trabalhistas.

Resta supor que, diante das circunstâncias já apontadas, muitos operários abandonaram o porto à procura de uma melhor colocação profissional. Neste sentido, o decreto-lei que proibia a mobilidade de emprego parece ter sido um dos mais duros golpes desferidos contra os portuários. Outro decreto de 1943, subordinando a Marinha Mercante e

³² "A Tribuna", 10.7.45.

³³ Citado em TROYANO, Anez. Estado e sindicalismo. São Paulo, Símbolo, 1978, p. 66. Assim, alguns súditos do Eixo como, por exemplo, Homine, Jinshamuro e Shimabuko, foram demitidos "por determinação da Superintendência da Ordem Política e Social", em 9 de julho de 1943. Não sabemos o número destas demissões, mas CDS mencionou, em 1948, que "vários companheiros dos requeridos (apresentados acima), de nacionalidade japonesa, se encontravam trabalhando na requerente desde outubro de 1945, data em que cessou o referido impedimento". JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS, Edital 19-48, "A Tribuna", 17.6.48.

os serviços portuários ao Ministério da Marinha, reforçava aquela limitação:

"os trabalhadores portuários não poderão deixar as atividades para que estão inscritos sem permissão expressa do Ministério da Marinha"³⁴.

E o presidente do sindicato, referindo-se a esta ordem,

"previne aos associados que até os que faltarem ao trabalho sem motivo justificado, estarão sujeitos a penalidades"³⁵.

Em que medida foi observado o "pedido" de Vargas, no Estádio Vasco da Gama, no sentido de que "cada homem deve conservar seu posto sem pensar em si próprio, sem pensar na família, sem pensar nos bens"?³⁶

Registros patronais e de órgãos do governo faziam reiterados pronunciamentos quanto à falta de mão de obra³⁷. Através de uma ata sindical de março de 1945, quando ainda vigoravam as leis proibitivas de mobilidade de emprego e os serviços aumentaram sensivelmente, restabelecendo a jornada de trabalho "normal", ficamos sabendo

"que trabalhadores há que deixam de trabalhar na Companhia para trabalharem em outra atividade estranha à classe, onde vão auferir maiores lucros, digo, ordenados"³⁸.

Esta declaração, que fazia parte de um memorial enviado ao ministério do Trabalho, ensejou alguma preocupação. Um associado considerou que ela poderia criar "uma base de defesa para o patrão" caso este quisesse instaurar um inquérito administrativo por abandono de emprego. Embora o presidente do sindicato respondesse que a CDS "reconhece perfeitamente a precária situação em que se encontram os trabalhadores", neste mesmo mês de março foram publicados na imprensa local 6 processos por abandono de emprego transcorridos na Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, desde 1943. Além desses processos, foram publicadas diversas notificações da Inspetoria Geral da CDS,

³⁴ "Jornal do Comércio", 14/2/43.

³⁵ SOSPS. AGE, 21.2.43.

³⁶ VARGAS, G., Dia do Trabalho, Dia do Operário - discurso lido no Estádio Vasco da Gama pelo ministro do Trabalho, Marcondes Filho, apud TROYANO, A., op. cit., p. 66.

³⁷ PAOLI, M., op. cit., p. 187.

³⁸ SOSPS. AGE, 25.3.45.

chamando os operários há muito tempo ausentes a se apresentarem na empresa, sob pena de incorrerem nas penalidades legais³⁹.

O quadro anteriormente mencionado demonstra uma queda menor da mão-de-obra após a decretação da lei contra a transferência de emprego: de 1941 a 1942, a baixa foi de 179 operários de carga e descarga; de 1942 a 1943, 69. Apesar disso, não há dúvida, como disse um doqueiro, que muitos "trabalhadores deixam de trabalhar na empresa para trabalhar em outras casas"⁴⁰.

*

Cabe verificar ainda se os "soldados da produção" que permaneceram no cais eram diligentes no serviço e zelosos dos "planos de Mobilização Econômica". É certo que alguns portuários integraram a Força Expedicionária Brasileira como pracinhas nos campos de batalha da Itália. Segundo um entrevistado, outros tiraram 2% do aumento salarial de 1945, após uma greve de 19 dias, "para mandar cigarro para as forças brasileiras"⁴¹. Muitos outros comemoraram nas ruas a vitória dos aliados contra o Eixo. Há, entretanto, fortes indícios para desconfiarmos de tamanho patriotismo no campo de batalha da produção. Os próprios textos e discursos do governo e dos empresários (analisados por Maria Célia Paoli) reclamavam da falta de braços nas indústrias, do fato de que a "aplicação larga do regime de trabalho em tempo de guerra não [vinha] sendo executado" e, entre 1942 e 1945, advertiam sobre os freqüentes atos de "sabotagem".

Em 1947 a Revista do IDORT publicou três artigos resultantes de um estudo que, em 1944, foi apresentado ao presidente da Associação Comercial de Santos. A pesquisa referia-se a diversos problemas do porto e vários memoriais foram enviados àquela entidade de classe por diversos setores envolvidos no sistema portuário. Esses memoriais expressavam queixas apresentadas pela FIESP, por exportadores e importadores, entidades representantes dos armadores, revelando significativas "deficiências portuárias". Uma delas apontava para a

³⁹ Processos publicados pela Junta de Conciliação e Julgamento de Santos n.º "A Tribuna", 2.3.45.

⁴⁰ SOSPS. AGE, 21.2.43.

⁴¹ "Poxa vida... nós cedemos! Ficamos com 30 e demos 2% para a Legião Brasileira de Assistência mandar cigarro e etc. para as forças armadas". Depoimento de C., ex-trabalhador de carga e descarga e ex-sindicalista. Segundo Carone, uma forma de atividade com conotação política na época foi o "apoio à guerra contra o nazismo. No começo de 1940, vários sindicatos formam Comissões de Ajuda ao Esforço Bélico da Nação, que são dissolvidas, imediatamente pelo governo" (depoimento de C.).

"falta de cuidado no tratamento dos volumes nas operações de carga e descarga, principalmente quando com o letrreiro 'FRÁGIL', para evitar que cheguem ao destino com grandes avarias".

Mas vejamos outras "sabotagens" mais reveladoras no serviço de abertura e fechamento de volumes para conferência aduaneira nos armazéns da CDS.

"Este serviço é deficientíssimo. A Companhia não dispõe de pessoal especializado para a execução do mesmo, nem ferramentas apropriadas e só para ela reservadas. Os volumes de caixaria, barricas, etc., são abertos sem qualquer cuidado, sendo as tampas desfeitas em pedaços, e com o emprego de ferramentas inadequadas. As mesmas talhadeiras velhas e desdentadas e os mesmos pesados martelos são usados tanto para volumes de grande peso e dimensões, como para caixas pequenas e delicadas. Os trabalhadores nesse serviço, além de não serem especializados e de nenhuma responsabilidade lhes ser atribuída pelos danos causados aos volumes, executam tal serviço de má vontade, como se fizessem um favor ao dono da mercadoria, sendo necessário implorar-lhes que cumpram o seu dever. O pessoal graduado da Companhia Docas não presta a tal serviço a mínima atenção, sendo ele executado à mercê dos caprichos dos trabalhadores, que fazem o que bem entendem. Outro fato muito grave ligado a esse mesmo serviço é o dos pequenos roubos de objetos de volumes que tenham sido abertos para conferência, o que se repete com freqüência desoladora e desconcertante. Assim, além da desatenção lamentável com que é tratado o público, há a criminoso ação dos trabalhadores e outros funcionários subalternos, que não são convenientemente fiscalizados"⁴².

Este documento ganha alguma relevância na medida em que os "atos de sabotagem" denunciados pelos patrões eram traduzidos, na linguagem dos juristas, como "cera", rebaixamento da qualidade da produção, danos às matérias primas, difamação de produtos e produtores, má vontade⁴³. As avarias, como é óbvio, causavam "danos" aos produtos, sendo fruto de "má vontade" e "dos caprichos dos trabalhadores, que fazem o que bem entendem". Quanto à "cera" causa fastio o sem-número de publicações denunciando os doqueiros por "amarrarem" a produção nas "horas comuns" a fim de darem prosseguimento ao serviço nos "extraordinários". Num período de baixa movimentação de mercadorias e diminutas jornadas de trabalho, torna-se fácil imaginar a freqüência de casos em que os serviços eram "amarrados".

Portanto, não me parece casual que durante o Estado Novo tenha havido por parte do governo e dos empresários uma insistente pressão para que o salário-produção fosse instituído no porto, expressando o desejo de otimizar a produção, sobretudo com as atenções voltadas ao

⁴² Revista de Organização Científica (IDORT), São Paulo, março de 1947, vol. XVI, n. 183.

⁴³ CAMPOS, Ney Pereira..., apud PAOLI, M., op. cit., p. 187.

fim da guerra, quando o trabalho marítimo retornaria à normalidade. Foram inúmeras as leis que, desde 1941, determinaram a remuneração por tarefa. Este foi o tema que mais mobilizou os doqueiros nesta época, jogando por terra decreto sobre decreto e o desejo dos armadores de forçar o aumento da produtividade através de um sistema de pagamento capaz de levar os trabalhadores à exaustão.

Abandono de emprego (previsto com severa punição quando se desejava soldados a postos na trincheira interna das empresas), "cera", recusa em trabalhar por rendimento, "má vontade" e avarias (quando era demandada maior vigilância da produção), crescentes furtos (quando foram criados órgãos para fiscalizar estoques), constituíram pequenas estratégias de sobrevivência que nenhuma lei conseguiu extirpar com a eficácia anunciada.

1.4. Rádio e Sindicato (ou Botequim?)

Apesar do sufocamento imposto pelo Estado e pelos empresários à classe operária, o governo Vargas tinha um programa ambicioso de aproximação com os trabalhadores. Segundo Castro Gomes, ao contrário do que pressupõe a literatura em geral, o projeto corporativista pretendia estabelecer não uma relação de submissão da classe operária ao Estado, mas de aderência - não de sujeição, e sim de pertencimento. Esta política não teria emergido desde o início do Estado Novo, porém em 1942. Dado o embate entre as forças políticas internas, propiciado pela entrada do Brasil na Segunda Guerra e pela bandeira da democracia, o governo precisava distender o regime autoritário na passagem do país rumo à "democratização", sem todavia declinar do papel condutor desta transição.

Marcondes Filho, ministro do Trabalho, empenhou-se em transformar em uma realidade concreta o sindicalismo corporativista, o qual, até então, existia apenas enquanto uma ficção, presente apenas na forma da lei. A "aderência" e o "pertencimento" dos trabalhadores no "governo da nação" teria que se dar por meio do corporativismo sindical, maneira pela qual eles se acreditariam participantes das práticas políticas decisórias.

A tônica pragmática desta orientação recaía na necessidade da sindicalização em massa, da participação dos operários na vida dos seus órgãos de classe e no conhecimento que os trabalhadores pre-

cisavam ter da legislação social e trabalhista, a fim de poderem reivindicar ou, na expressão de Castro Gomes, para que tivessem o dever de receber os benefícios e, assim, retribuir o doador com seu "apoio". Tratava-se mais de uma "lógica simbólica" do que material⁴⁴.

Um dos canais de veiculação destes apelos foi o rádio, pelo qual Marcondes Filho dirigia-se semanalmente aos trabalhadores, ocupando-se sobretudo da divulgação da legislação trabalhista e social, matéria desconhecida de seu maior beneficiário: o trabalhador. Como apontou Castro Gomes, não se sabe ao certo sobre a penetração destes programas no seio da classe operária, tendo provavelmente uma significativa acolhida, dado o tempo em que permaneceu no ar, totalizando mais de 200 palestra de 1942 a 1945 na "Hora do Brasil".

A pedido do ministério do Trabalho, o sindicato dos doqueiros promoveu uma campanha entre os associados para que fossem ouvidas as palestras pronunciadas às quintas-feiras por Marcondes Filho,

"palestras essas que eram de muito interesse para a classe trabalhadora. A vista dessa solicitação, abriu a diretoria, uma concorrência para a compra de um aparelho de rádio receptor que instalado no recinto social serviria para que todos os associados assistissem às referidas palestras, bem como outras do interesse geral da classe. Que dessa concorrência teve ganho de causa, após a devida análise das propostas apresentadas, (...) com a oferta de um possante rádio de 12 válvulas de faixa ampliada no valor de 5 contos oitocentos e cinquenta mil réis por 3 contos e novecentos mil réis."

Talvez contente, Manuel Alegria Júnior aconselhou o plenário a aprovar a mencionada proposta de aquisição do rádio,

44 Segundo Castro Gomes, a "lógica material" está presente na quase totalidade das obras que pensaram a classe operária no pós-30. O Estado comparece aí como produtor de benefícios materiais que, via leis sociais e trabalhistas, cria bens de valor utilitários a fim de incorporar a "massa trabalhadora" aos canais institucionais. A instauração do projeto trabalhista no Estado Novo teria concluído o pacto com os trabalhadores que responderam prontamente com obediência e adesão política ao Estado em troca das benesses sociais garantidas juridicamente. Castro Gomes elaborou uma interpretação diferente e bastante original, substituindo a "lógica material" por uma "lógica simbólica". As relações de solidariedade entre o doador (o Estado) e o contemplado da doação (os trabalhadores) precisam de fluxos materiais, mas não são estes que mantêm a reciprocidade entre as duas partes, e sim as relações sociais. Tais fluxos transformam-se em dívida, outorga e generosidade. Aqui o modelo não é o de mercado a partir do qual a "outorga" criaria para seus beneficiários a responsabilidade da dívida, ou seja, submissão e obediência políticas. "A ação não cessa por ausência de retribuição material e, justamente por isso, ela reforça o lado social da reciprocidade. Quem recebe o que não solicitou e não pode retribuir materialmente, fica continuamente obrigado em face de quem dá" (p. 299). Aquele que distribui o presente estabelece a obrigação da contrapartida e, ao final, é a gratidão que preside o sentido do contrato social. Cria-se então um vínculo, uma lógica de reciprocidade não apenas em termos materiais, mas simbólicos (o dever político de retribuir). Mas o nexo disso não é a dívida (o que se obtém deve ser pago logo); é o compromisso (a elasticidade deste o comprovaria). Portanto, não há submissão, mas aderência; não há sujeição, mas pertencimento. Esta teria sido a "invenção do trabalhismo" montada nos estertores do Estado Novo. GOMES, A. C., op. cit., especialmente "Capítulos 4, 6 e 7".

"afirmando que um rádio em nossa sede era de grande necessidade, pois que isso serviria para afastar dos botequins os nossos associados que assim poderiam vir ouvir rádio em nosso recinto social sem risco de desordem tão comum naqueles estabelecimentos"⁴⁵.

Não podemos assegurar ao certo até que ponto os doqueiros abandonaram os botequins às quintas feiras e passaram a ouvir no sindicato as palestras do ministro através de um possante rádio de 12 válvulas de faixa ampliada, ou preferiram escutá-las em seus próprios aparelhos radiofônicos. Podemos, no entanto, estar mais certos quanto à esperada participação dos associados na vida associativa do sindicato. Segundo Jorge Amado,

"muitos daqueles estivadores e doqueiros não eram habituais às reuniões, certas vezes enfadonhas, do seu sindicato, quando discutiam sobre organização, sobre finanças e contas. Preferiam ficar nos botequins ou ir dormir, pois o trabalho no cais era pesado. Mas, quando se tratava de reivindicações, era certo encontrar-se atulhada a sala do sindicato, ocupadas todas as cadeiras e muita gente em pé, se acotovelando para ver e ouvir melhor"⁴⁶.

As reservas ao romance de Jorge Amado são agora infinitamente menores, pois estes doqueiros, que "bebião como só eles sabem beber"⁴⁷, pareciam ver o sindicato como uma verdadeira repartição pública, algo que lhes era alheio⁴⁸. O número de sócios presentes nas assembleias sindicais são indicadores da participação dos trabalhadores das Docas em sua própria entidade de classe.

TABELA II - NÚMERO DE ASSEMBLEIAS E DA PRESENÇA MÉDIA DE ASSOCIADOS NAS ASSEMBLEIAS

ANO	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944
ASSEMB.	6	5	5	11	5	3	6	5
Assoc.	151	175	149	123	188	332	181	50

Estes dados, assim como diversos pronunciamentos dos diretores do sindicato e de associados, revelam que "o número de sócios que a elas [às assembleias] comparecem tem sido [sic] diminuto"⁴⁹. E isso para uma categoria com elevado índice de associados (5.000, segundo o pre-

⁴⁵ SOSPS. AGE, 16.8.42.

⁴⁶ AMADO, J., op. cit., p. 19.

⁴⁷ IBID.

⁴⁸ Segundo ALEN, esta percepção do sindicato pelos trabalhadores se reforçou, principalmente após 1942, quando os trabalhadores começaram a esboçar com maior frequência alguns movimentos mais ofensivos, tais como greves e operações tartaruga. ALEN, S., op. cit., p. 52.

⁴⁹ SOSPS. AGE, 15.11.38.

sidente do SOSPS, em 1938) e para uma entidade de classe "líder da sindicalização no Estado de São Paulo"⁵⁰. No decorrer de 1939 a 1944, o número médio de assembleias e de sócios nelas participantes foi de 5,5 e 168, respectivamente. No ano de 1942, quando aquele projeto corporativista de fato teve início, registrou-se a maior média de operários nas assembleias. Esse comparecimento, porém, não correspondia à campanha ministerial, pois o índice de encontros coletivos no sindicato foi o mais baixo de todos. Além disso, uma única assembleia contou com 647 associados para discutir o salário-produção que parecia não ter qualquer relação com as palestras de Marcondes Filho. Acrescente-se que, em 1944, quando o governo mostrava-se mais interessado em aproximar-se dos trabalhadores, a média de operários nas assembleias foi a menor de todas: 50 pessoas.

O elemento mais incongruente com os apelos de fazer dos sindicatos a "casa dos trabalhadores" foi a redução gradativa de suas funções classistas e a prática repressiva ao movimento sindical. Em 1942, uma "organização paralela e de cúpula", proibida legalmente de existir, a "Comissão Sindical de Estudos e Defesa dos Interesses dos Trabalhadores de Santos", criada em 1937, encaminhou "pessoalmente ao presidente Vargas" um memorial

"contendo pontos de grande importância para os operários santistas, no qual também são feitas diversas sugestões para solucionar problemas existentes nas diversas categorias profissionais desta cidade"⁵¹.

O ministério do Trabalho tomou conhecimento do memorial, assim como o Tribunal de Segurança Nacional, que procurou condenar os membros à frente da Comissão e extingui-la⁵². Segundo um ex-sindicalista, o SOSPS enviou um memorial a Vargas e ao ministro do Trabalho. Este mandou entregar o documento a Filinto Müller, "o terror da ditadura", e "nós fomos enquadrados na Lei de Segurança, no Estado Novo. Sim senhor: fomos enquadrados na Lei de Segurança e o sindicato trabalhando com seus advogados" (depoimento de C., ex-interventor do SOSPS).

⁵⁰ SOSPS. AGE, 10.7.38.

⁵¹ "A Tribuna", 22.7.42. Segundo documento do ministério do Trabalho constava do memorial o problema do "aluguel das casas de operários desempregados". "Diário Oficial", 7.2.43.

⁵² "Hoje", 6.4.46.

Os sindicatos estavam limitados essencialmente às atribuições burocráticas, à administração do imposto sindical e ao encaminhamento dos dissídios individuais. Como já foi afirmado, os dissídios coletivos estavam vetados à interferência dos sindicatos vigilantes do "esforço de guerra"⁵³.

Com efeito, sobretudo a partir de 1943, as "ordens do dia" das assembleias na sede do sindicato dos doqueiros - como disse Jorge Amado - estavam voltadas mais às "enfadonhas" discussões "sobre organização, sobre finanças e contas". Grande parte das atas tratam das deliberações do Conselho Fiscal tais como, orçamentos, relatórios "do ano findo", aplicação do fundo sindical, etc.

A tabela abaixo demonstra que as pautas de reivindicação e discussão dos problemas da categoria levavam uma quantidade maior de associados às assembleias (as mais concorridas diziam respeito aos debates sobre o salário produção - duas com 747 e 411 presentes - e aumento salarial - uma com 365); nem mesmo os temas assistencialistas mobilizavam tanto e, inclusive, ficavam abaixo das questões que envolviam disputas internas em torno da direção da entidade como, por exemplo, as eleições. Se o item que mais os atraía era o das reivindicações ou aqueles afetos às condições de trabalho, e se o sindicato perdia cada vez mais seu poder de interferência neste temário, os doqueiros, entre outras coisas, "preferiram ficar nos botequins ou ir dormir"⁵⁴. Precisaremos esperar até 1945 para ver "atulhada a sala do sindicato, ocupadas todas as cadeiras e muita gente em pé, se acotovelando para ver e ouvir melhor".

TABELA III - PARTICIPAÇÃO MÉDIA DE SÓCIOS NAS
ASSEMBLEIAS POR TEMAS DE PAUTA

Temas	Finan.	Reiv. e cond./trab.	Assisten- cialismo	Disputas Sindicais
Presença média/op.	112	200	132	157

*

⁵³ A Lei Sindical de 5.8.39 (decreto-lei 1.402), reforçou a camisa de força colocada nas entidades de classe. Maiores detalhes, ver RODRIGUES, J. Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Símbolo, 1979, pp. 89-93.

⁵⁴ Como esclareceu um guarda da seção de construção, os serviços de sua categoria não permitiam o comparecimento no sindicato, "pois que trabalhavam durante 12 horas consecutivas, e que, seus corpos cansados necessitavam do dia de descanso". SOSP, AGE, 22.6.41.

Os programas do ministro do Trabalho sublinhavam ainda a necessidade de sindicatos "representativos" e de "líderes ativos", conhecedores e divulgadores das qualidades do corporativismo, e não de "pelegos" encastelados e alimentados pelo imposto sindical; estes deviam ceder espaço aos "autênticos" representantes da categoria. Antes de instituído o imposto sindical eram comuns os apelos da diretoria à efetiva presença dos sócios nas assembleias, sendo anistiados os operários cujas mensalidades estavam atrasadas. Depois, porém, não se lê nas atas, uma única vez, um pedido sentido como este:

"mesmo em face da guerra européia, e a correspondente falta de trabalho, era preciso tolerar a situação dos companheiros que se atrasaram com suas mensalidades, e tudo fazer para que eles voltassem ao nosso sindicato"⁵⁵.

Portanto, não parecia haver quaisquer "líderes ativos"; assistimos sim a uma verdadeira tabelinha de rodizio entre Benedito Neves Góis e Jonas Pereira à frente da diretoria do SOSPS, de 1937 a 1945⁵⁶. Nenhum destes dois presidentes tiveram uma liderança incontestada junto à categoria. A própria diretoria assinalava o descontentamento dos associados, os quais, ao invés de se dirigirem e apresentarem suas queixas ao sindicato, estavam "criticando sua atuação na faixa do cais". Neves Góis pediu que os operários não dessem crédito

"aos inúmeros boatos que circulam lá fora, tendentes a desprestigiar a ação da diretoria e do sindicato, pois que tal boatos [sic] eram lançados com o intuito de desagregação da classe, e que portanto os companheiros não deviam prestar atenção aos mesmos e sim procurar saber no sindicato ou com os companheiros da diretoria, tudo quanto ocorrem [sic] no cais, inteirando-se da verdade dos fatos e dos trabalhos da diretoria em defesa dos interesses da classe"⁵⁷.

Ao menos entre os doqueiros, os insistentes esforços em transformar o sindicato em "casa do trabalhador" sofreram de uma enorme vacuidade. Do mesmo modo, nesta conjuntura os trabalhadores não foram transformados em cidadãos através do corporativismo sindical - saída encontrada pelo governo para reger o processo de "redemocratização" e para perpetuar sua marca, mesmo quando a ditadura chegasse ao fim. Assim, por esta via os doqueiros não tiveram qualquer participação na queda do Estado Novo. O que gostaria de sugerir é que a penetração da

⁵⁵ SOSPS. AGE, 31.3.40.

⁵⁶ Ver SOSPS. AGE, 28.2.39, 11.12.38, 1.1.39, 25.2.40, 3.3.40, 17.3.40; "Diário Oficial", 25.5.40, MTIC, Proc. 9.213, de 16.5.40.

⁵⁷ SOSPS. AGE, 25.2.40 e 17.3.40.

classe operária na "Política" não ocorreu a partir do aludido projeto corporativista e apenas nos espaços institucionais "permitidos" pelo poder.

2. A PARTICIPAÇÃO DOS OPERÁRIOS NO PROCESSO DE "REDEMOCRATIZAÇÃO"

A entrada do Brasil na II Guerra e seu alinhamento com os aliados redefiniu aspectos importantes das questões político-nacionais.

Em 1945, o Inspetor Geral da CDS fez uma saudação pública aos "pracinhas". Em seu discurso,

enalteceu o valor patriótico demonstrado pelos brasileiros em campos de luta da Itália, sentindo-se orgulhoso por ser o intérprete da admiração e reconhecimento da Companhia aos seus empregados que se bateram em defesa do Brasil em solo europeu. Calorosos aplausos coroaram o discurso do dr. Ismael Coelho de Souza⁵⁸.

Esta homenagem da empresa a seis "pracinhas" das Docas, integrantes da FEB, parece revelar uma comunidade de interesses entre os trabalhadores, a CDS e o governo, todos irmanados pelo "patriotismo" e defesa da "nação" contra o Eixo. Esta festa no campo de esportes da Associação Atlética dos Portuários de Santos ocorrera, no entanto, em outubro de 1945. A suposta harmonia entre diversos atores sociais obscurece pelo menos três anos de gradativas alterações nas relações do regime político com a sociedade⁵⁹.

No entender de Frank Alen, a conjuntura de "redemocratização", entre 1942 e 1945, fora "sobredeterminada" pela conflagração mundial⁶⁰. A participação do Brasil na guerra resultou, em grande medida, de pressões populares, iniciativas da esquerda, parcelas da intelectualidade, além das elites liberais à margem do poder; tratava-se do anúncio de tempos novos e o Estado Novo precisava preparar-se para eles, achando-se em terreno ambíguo: distender-se ou mesmo desmontar sua estrutura autoritária e conduzir a transição.

⁵⁸ "A Tribuna", 9.10.45.

⁵⁹ O período da "redemocratização" já foi investigado por ampla literatura e, portanto, não pretendo aqui retomar ou reconstruir a análise desta conjuntura ou mesmo entrar nas polêmicas interpretativas em torno destes anos "liberalizantes".

⁶⁰ Alen, S., op. cit., p. I-6.

Em 1945 assiste-se a um festival de medidas liberalizantes⁶¹. Mas como afirmou ALEN, a "redemocratização" não pode ser tributada exclusivamente à ação da intelectualidade, da burguesia liberal ou do Estado, cada vez mais no trapézio. Os trabalhadores também assumiram importante papel na definição da conjuntura que se abria. Em 1945, as massas foram para as ruas: comícios (Pacaembu, em setembro), festas e manifestações aos "pracinhas", campanha pela anistia, quererismo⁶².

De outra parte, os trabalhadores não estiveram presentes apenas nos espaços abertos e, em alguns casos, acionados e organizados pelo poder. Mesmo diante do sufocamento político, desde 1942 começaram a estourar algumas greves em São Paulo a partir da ação dos próprios operários em seu universo fabril, passando por cima da atuação dos sindicatos⁶³. No primeiro semestre de 1944, ocorreram importantes movimentos grevistas e mais frequentes atos de "sabotagem" como, por exemplo, operações tartaruga. Em 1944 a burguesia têxtil temia menos os líderes comunistas do que a "espontaneidade explosiva dos trabalhadores"⁶⁴.

Já observamos que também os operários das Docas de Santos não perderam por completo a experiência coletiva de luta durante os anos do Estado Novo. E quando o regime iniciou seu processo de abertura eles fizeram aflorar antigas mas atualizadas temáticas e tensões com indistigável intensidade. Tocaram, de uma ponta a outra, em todos os temas aqui abordados, sem qualquer exceção: denunciaram a insuficiência e o desgaste do aparelhamento portuário que os submetiam aos excessos do trabalho manual e aos riscos de acidentes de trabalho; reivindicaram materiais elementares de proteção nos serviços; reclamaram da insuficiência de mão-de-obra diante da elevada movimentação de

⁶¹ Assinatura de lei prevendo eleições (fevereiro); anistia aos presos políticos (abril); primeira entrevista coletiva de Vargas após longo tempo de silêncio à imprensa (março); reatamento com a URSS (abril); criação do PSD e lançamento de Dutra à sucessão presidencial (abril); reabertura de sociedades políticas, legalização do PCB e assinatura da lei anti-truiste (junho). No plano sindical temos o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre as eleições sindicais, a realização de assembléias e os dissídios coletivos, além da atuação permitida do MUT. PAOLI, M., op. cit., pp. 230-1.

⁶² PAOLI, M., op. cit., p. 249.

⁶³ COSTA, Hélio da. A luta dos trabalhadores no final do Estado Novo. Item da Dissertação de Mestrado em fase de conclusão, UNICAMP, mimeo.

⁶⁴ Veja-se a greve geral no Rio Grande do Sul em março e abril de 1944, paralisações em São Paulo a partir de meados deste mesmo ano e, em dezembro, 800 funcionários da "São Paulo Railway" em greve branca, retornando ao trabalho somente em fevereiro de 1945. ALEN, S., op. cit., pp. 55-7. Portanto, neste ano as tensões aumentaram: à emergência de tais movimentos sucedeu-se a repressão, o fechamento de sociedades, censura, repressão a passeatas. PAOLI, M., op. cit., p. 230.

cargas verificada no pós-guerra; lutaram para extinguir o trabalho noturno; reforçaram suas táticas de "corpo mole"; mais uma vez derrubaram as pretensões que visavam instituir o salário-produção; deram respostas coletivas às arbitrariedades dos feitores e deflagraram diversas greves⁶⁵.

Tratava-se de uma reinterpretação coletiva das experiências de exploração vividas naqueles anos, tornando públicas as lutas e reivindicações, trazendo à luz do dia forças antes contidas e reservadas, sobretudo, à "esfera privada" dos locais de trabalho, esfera que não deixou de ser política por oposição ao campo público-institucional. Não porque apesar da presença de um Estado forte e de um empresariado revivendo parte de sua experiência da Primeira República, ou seja, o mando da unidade fabril, quase desimpedidos das amarras do controle governamental, "pequenas lutas", uma verdadeira "microfísica da resistência" foram politizadas no âmbito dos locais de trabalho, uma vez que elas se constituíram em solo de lutas coletivas. Assim, como concluiu Alen, "o conflito capital versus trabalho estava a exigir uma nova 'gerência' do Estado"⁶⁶.

O que parecia estar morto ou desativado irrompeu no social: a partir de março as greves e reivindicações aumentaram com grande intensidade⁶⁷. Estes movimentos marcaram sua presença num cenário que determinados atores talvez pensassem montado exclusivamente para eles: as oposições ao regime autoritário. Parafraseando Eder Sader, estes atores devem ter-se surpreendido "quando 'novos' personagens entraram em cena", cuja performance ultrapassava o mero papel de coadjuvantes ou marionetes acionadas pelos dedos ágeis dos partidos políticos, da oposição liberal e do governo em seus espetáculos "queremistas". Além do "queremos" tantas vezes dito na luta pela "Constituinte com Getúlio", os operários pareciam também ansiar pela efetivação de outros "pequenos" desejos, pretendiam do Estado a concretização de sua imagem

⁶⁵ Sobre estas lutas, exceto as greves, ver "Capítulos 1 e 2".

⁶⁶ ALEN, S., op. cit., p. 59.

⁶⁷ Importantes greves ocorreram no período. A primeira grande paralisação ocorreu em Campinas, em março: ela atingiu a Cia Paulista, a Mogiana, a Empresa Paulista de Transportes, bondes e oficinas da Companhia Campineira de Tração, Luz e Força. E mais: greves gerais no Rio de Janeiro (ferroviários da Viação Férrea, motoneiros e bondes, com adesão dos bancários, comerciários, funcionários públicos). Em maio foi a vez das reivindicações dos operários da indústria têxtil; bancários e comerciários de São Paulo, em junho e em outubro os bancários. Ver CARONE, E., op. cit., p.130. Segundo Alen, houve 30 movimentos grevistas que apresentaram reivindicações salariais e relativas às condições de trabalho em São Paulo e Santo André nos dois primeiros meses de 1945. ALEN, S., op. cit., p. 58.

protetora, pronunciaram-se em torno de temas específicos de seu cotidiano. Assim, o título deste capítulo merece uma correção. Frente à afonia da classe operária, ela não só pede a palavra; de sua quase mudez, fá-la palavra.

A explosão operária nestes anos não pode, portanto, ser considerada por uma ótica meramente institucional, por um questionamento das orientações políticas da esquerda hegemônica e por um recorte analítico cujo signo remeteria a uma completa descontinuidade histórica. Se haviam elementos novos e desafiadores para determinados atores sociais do período, esses, por outro lado, tentaram reorganizar seu passado na "nova fase". O que comumente permanece oculto é que antigas forças e latências emergiam, conviviam e contradiziam outras forças que apresentavam-se sob a roupagem do ineditismo. Quanto à classe operária, a "democratização" está longe de se localizar num pretenso campo do necessário, do natural, do voluntarismo e do descontinuo. Este período não foi um recomeçar para os doqueiros, mas uma continuidade em outro "nível" e é desta continuidade que se ocupam o restante deste capítulo e o próximo, onde veremos que estas "pequenas lutas" perpassaram e interferiram na "Grande Política". O monstro não tinha apenas uma cabeça.

Começarei por uma prolongada greve, contemporânea aos momentos finais da Segunda Guerra e à aceleração da política varguista em coordenar a "transição democrática". Este movimento retoma e, em grande medida, responde a muitos dos temas até aqui abordados. Além disso, a "greve dos 19 dias" presta-se melhor às conclusões deste capítulo.

2.1. A "Greve dos 19 Dias"

"Os quindastes silenciaram. As locomotivas se detiveram. Os caminhões se imobilizaram. Todo serviço portuário sofreu brusco interregno"⁶⁸.

Esta paralisação é denominada, por diversos operários entrevistados que dela participaram, como a "greve de 19 dias", revelando

⁶⁸ "A Tribuna", 3/4/45.

um indisfarçável orgulho em face de sua duração - a mais longa de todas no período.

Ela merece menos uma menção e enumeração de acontecimentos que uma descrição detalhada. Ao leitor impaciente com "detalhes" e para o qual - como observou Michelle Perrot - a greve se define tal como é conceituada pelos dicionários - "a interrupção do trabalho, uma vacância, um vazio, um branco na linha contínua da produção"⁶⁹ -, posso poupá-lo da leitura das páginas ocupadas com o tema. Em resumo, no dia 2 de abril de 1945 houve uma paralisação "espontânea" por aumento de salários. No dia 25, ela foi retomada e, após 19 dias de silêncio dos guindastes, vapores, locomotivas e caminhões, os grevistas retornaram ao trabalho, satisfeitos com a resolução do conflito, celada por um representante direto de Vargas.

Seria um reducionismo também deduzir e ler a "greve dos 19 dias" como mais uma parede entre tantas outras ocorridas no período. Não pretendo imputar-lhe uma singularidade que a distinga das demais. Mas como se trata de um estudo monográfico sobre uma determinada categoria de trabalhadores, para além da greve, faz-se necessário estudar certas questões na greve.

Se na "redemocratização" deparamo-nos com uma intensa mobilização operária, não devemos imaginar que a conjuntura por si só esclareça acerca das formas de movimentação verificadas entre os trabalhadores das Docas. Se o número de greves é favorecido pela conjuntura, esta interfere sobretudo na iniciativa dos movimentos⁷⁰. Formas de organização, reivindicações, conquistas e derrotas, relações desenvolvidas com os vários setores sociais e políticos, o desenrolar das lutas, as expressões e seus significados podem ser melhor apreendidos ao cruzarmos duas formas de descrição. Uma "descrição superficial" (operários em greve, sucessivas negociações, repressão, desfecho do movimento, etc.) deve estar em sintonia com uma "descrição densa" que, partindo da organização do trabalho, da conjuntura política, da atividade sindical, dos comportamentos, das falas, dos gestos, construa os significados em torno dos quais, como diria Gertz, os atos "são pro-

⁶⁹ PERROT, Michelle. Jeunesse de la greve. Paris, Seuil, 1984, p. 30. Tradução minha.

⁷⁰ PERROT, M. Greves, grevistas et conjuncture. In.: Le Mouvement Social, Paris, 63 (119), 1968.

duzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais eles de fato não existiriam"⁷¹.

Se a greve é um meio de pressão e um modo de expressão⁷², pretendo narrá-la mais detidamente em seus variados detalhes e sugerir ao leitor que, ao saltar algumas páginas, perderá, entre outras coisas, a arte das metamorfoses: de como uma ação de fura-greves torna-se um movimento de solidariedade; de como bombeiros destinados a apagar o fogo queimam-se com ele; de como o salão do sindicato, quase sempre vazio, jorra associados pelo "ladrão".

A Greve em Primeiro Movimento: a longa espera.

"Mas tudo cansa na vida - e muito mais cansa esperar uma promessa que não se realiza"⁷³.

Em outubro de 1944 a diretoria do sindicato deu início à negociação salarial com a empresa na base de 40% de aumento⁷⁴. Os trabalhadores, inquietos e "julgando exagerado o tempo que durou para o estudo do caso" decidiram abandonar o trabalho no dia 2 de abril de 1945, "como manifestação unânime de protesto".

A parede começou pela manhã entre os artifices das oficinas mecânicas, os quais compareceram ao serviço, "porém indiferentes às atribuições profissionais que lhes são inerentes"⁷⁵. As 12:30, após a marmita, um lanche nas cantinas do cais ou um "prato feito" nos bares ao redor, os doqueiros distribuíram-se pelo cais, às 13:00 horas responderam o ponto e permaneceram parados. Era o início da greve branca. Alguns, ainda não informados da atitude dos demais, puseram-se a tra-

⁷¹ GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 17. Sobre o método da descrição densa ver todo o capítulo "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura", pp. 13-41.

⁷² PERROT, M. Jeunesse..., op. cit., p. 9. Tradução minha.

⁷³ "O Diário", 3.4.45.

⁷⁴ SOSPS. Memorial Apresentado ao Presidente da República, em 16-7-45. In RIBEIRO, P. Relatório sobre o porto de Santos..., op. cit.

⁷⁵ "O Diário", 3.1.45.

balhar, mas tão logo perceberam a estranheza reinante no porto, abandonaram seus postos. "Foi um movimento unânime na faixa do cais"⁷⁶.

O sindicato distribuiu "boletins-apelo" por todo o porto para "defender os interesses dos operários portuários" e pedir-lhes disciplina, "não se deixando levar por insinuações maldosas de elementos estranhos à classe". Todavia, segundo um grevista,

"num primeiro momento resolvemos dar ouvidos ao panfleto do Sindicato. Porém, pensando melhor, verificamos que aquilo não adiantaria nada. Já esperamos demais. E o remédio era provar que não podíamos mais suportar esse estado de coisas. Rasgamos os folhetos e tomamos a deliberação de promover a greve pacífica"⁷⁷.

Uma vez que os operários permaneciam no cais - "greve branca" -, começaram as negociações com as autoridades em frente ao "armazém 25". O Capitão dos Portos, Bezerra Cavalcanti, exigiu-lhes a volta ao serviço, caso contrário não haveria qualquer entendimento. Contudo, suas palavras não influíram no ânimo dos grevistas.

Por sua vez, o temido J. J. Secco, Inspetor-Chefe da Polícia Marítima, parecia menos um homem de diálogo do que de ação: apelou para os seus costumeiros métodos mais secos e ortodoxos. Quis convencer o operário Manoel de Abreu a executar um serviço na Ilha Barnabé e, diante de sua recusa, "não teve um minuto de reflexão: esbofetecou-o". Segundo o jornal "O Diário", tratava-se de um "clássico sistema da Gestapo".

Os operários mantiveram-se firmes na continuidade do movimento e, assim, o comandante Bezerra - talvez mal informado da liderança da greve - reclamou a presença do presidente do sindicato. Neves Góes recebeu logo uma descompostura da autoridade portuária, mas não demorou em alegar inocência ao dizer assumir o princípio "de ordem, de res-

76 IDEM. Um ex-operário e comunista nesta época conta como fez para levar a greve das oficinas para o cais. Estava trabalhando no armazém 27 - último do porto -, em um carregamento de salitre vindo do Chile, e resolveu comunicar à sua turma e ao feitor (a maioria "simpatizante do partido", inclusive o feitor) de que iria até às oficinas. Pulou o muro do silo das docas, "entrei e conversei com os companheiro todo e disse a eles (...): 'você aguenta a greve até às 13 horas que nós vamos parar o cais'". (Entrevista com C., ex-trabalhador de armazém). Não sabemos até que ponto sua iniciativa foi imperativa no alastramento da parede, mas o fato é que a velocidade de sua fluidez deve ter sido resultado de contatos rápidos e eficazes.

77 Nesta mesma linha, o trabalhador Teodosio Pinto da Silva afirmou: "O nosso Sindicato tem tomado atitudes perfeitamente patronais. Não nos parece que ele esteja defendendo os nossos interesses. Pelo contrário. (...) Eu e meus companheiros já chegamos a uma conclusão quanto aos dirigentes do nosso sindicato. Não há da parte da sua diretoria esse empenho leal, honesto em servir os interesses da classe. Eles trabalham mais de acordo com as exigências dos nossos patrões". "O Diário", 3.4.45.

peito e disciplina" e de "incitamento ao trabalho a todos os grevistas"⁷⁸.

A CDS enviou aos trabalhadores reunidos em frente ao "armazém 25" um ofício contendo a proposta de 30% de aumento, a qual "não foi recebida com aplauso". Após muitas discussões deu-se finalmente o retorno ao trabalho até às 17 horas. Segundo a imprensa, quando parecia resolvida a situação, para decepção das autoridades e dos dirigentes sindicais, os doqueiros trocaram o serviço noturno pela resolução dos destinos do movimento. Dirigiram-se ao sindicato, enquanto o cais era guarnecido por praças da Polícia Marítima e guardas-civis, munidos de metralhadoras automáticas, tendo sido efetuadas algumas prisões por ordem do comandante Bezerra.

Nesta agitada assembléia foi rejeitada várias vezes o acordo da empresa (20 a 30% de aumento)⁷⁹. "Ou os 40% ou a greve". Após longos debates "e no meio daquela confusão de opiniões", surgiu a proposta da Comissão de ser concedido um prazo de 5 dias para uma solução. Por fim, decidiram o retorno ao trabalho⁸⁰.

Decorrido o prazo, o presidente do SDSPS informou a categoria acerca dos memoriais enviados à CDS e aos ministros do Trabalho e da Viação. Buscou defender-se também das críticas dos "elementos refratários ao sindicato e perniciosos à classe" que "lá fora" "dizem que o sindicato não vale nada e que a diretoria estava aqui de braços cruzados". Seus intentos de controlar os impulsos grevistas foram coroados de êxito, pois o plenário decidiu esperar até o dia 20, mas o associado Simião Estelita advertiu que "se não fosse resolvida nesse prazo a questão parariam novamente o trabalho"⁸¹.

Dia 25 os trabalhadores desaprovaram as deliberações da comissão de negociações e o presidente do sindicato foi duramente atacado por conivência com a fixação das novas tabelas: as horas ordinárias teriam aumento de 26 a 36%, a hora noturna seria elevada de 52 para 60 minu-

⁷⁸ "O Diário", 3.4.45.

⁷⁹ Não encontrei a ata desta reunião, mas a do dia 8 registra, na fala de Jonas Pereira, que ela foi tumultuada "por instigação de elementos estranhos à classe, interessados em promover discórdias e balbúrdias". Creio que para os operários os "elementos estranhos à classe" eram os próprios dirigentes do sindicato.

⁸⁰ "A Tribuna", 3/4/45.

⁸¹ SDSPS. AGE, 8.4.45.

tos e os extraordinários excessivamente reduzidos⁸². Mais de mil associados presentes decretaram greve⁸³.

A Greve em Segundo Movimento: 19 Dias Parados⁸⁴.

No terceiro dia de paralisação, enquanto o porto era fortemente guarnecido por soldados da Polícia Militar, 3000 operários lotaram o sindicato. Um associado apelou à volta ao trabalho e Jonas Pereira, ao fazer-lhe coro comum, ouviu um "NÃO" que ecoou pela sede e, como ele insistisse na mesma posição, "grande parte dos trabalhadores começou a abandonar o recinto"⁸⁵.

No dia 4 de maio foi discutida a proposta do Capitão dos Portos⁸⁶. O acordo proposto parecia satisfazer grande parte das turmas de carga e descarga; porém, gerou descontentamento entre o pessoal das oficinas pelo fato de não lhe serem concedidos 7% de reajuste oferecidos aos doqueiros. Pelos debates expressos na ata da assembléia, os artífices sentiam-se traídos. Manoel Simplicio

"disse ter sido preso ontem, em virtude de ter-se manifestado solidário com os trabalhadores do tráfego, que não compreendia porque agora os referidos trabalhadores retiravam seu apoio para com seus colegas das oficinas, lamentando não se cumprir aquele pedido de todos que era 'devemos ser unidos'."

Por fim, prevaleceu a unidade. No dia seguinte intensificaram-se as ameaças contra os grevistas; os prejuízos acumulavam-se: mais de 40 navios estavam retidos ao largo⁸⁷. Os jornais mencionavam três embarcações com 4000 toneladas de gasolina; quase uma tonelada de trigo da Argentina retida; 115 yagões contendo carga geral com 200 toneladas de

⁸² O "Acordo de 1937" determinou que a hora noturna seria contada à base de 52' e 25'', "de forma que num período de 4 horas, a gente ganhava 5 pela redução dos 8 minutos de cada hora" (B., ex-dirigente do SOSP).

⁸³ "A Tribuna", 26.4.45. Não encontrei também a ata desta assembléia.

⁸⁴ A censura ainda vigia e por isso o movimento foi noticiado com visível timidez. Os jornais - exceto os da cidade -, pouco ou nada publicavam sobre a greve. "A Tribuna" não registrou em qualquer momento o termo "greve", limitando-se a escrever "atitude dos operários". A longa cobertura da paralisação do dia 2 não mais se repetiu. Suspeito que os jornais de Santos sofreram alguma espécie de pressão, pois suas posições foram francamente favoráveis à parede, com expressões "greve pacífica e ordeira", "justas reivindicações", "respeito às autoridades", "clássico sistema da 'Gestapo'" (para definir o bofetão dado por J. J. Secco). Portanto, pela imprensa pouco sabemos da longa parede e teremos que nos contentar com informações esparsas.

⁸⁵ "A Tribuna", 29.4.45.

⁸⁶ Consultando o plenário ficou aprovada a seguinte tabela: dia, 18 cruzeiros; hora comum, 2,25; para extra de 70%, 3,80; hora especial 240, 7,70; hora especial 290%, 8,80; linha de baixo: dia, 25,70; hora comum, 3,20; hora extra 70%, 5,40; hora especial 240, 10,80; hora especial 290, 9,60; com os 36%, 31% e 7% de reajustamento. Ficou estabelecido que para o pessoal das oficinas permaneceria as porcentagens 200% e 70% nas horas extraordinárias.

⁸⁷ CDS. Relatório da Diretoria..., op. cit., p. 4.

tanques de óleo e gasolina⁸⁸. Com base nestes dados, um comunicado do ministério da Marinha frisou a "falta de patriotismo [em] deixar a população de São Paulo sem alimento e combustível", concorrendo para "o afastamento dos portos nacionais de navios americanos, ingleses e argentinos que trazem trigo e combustível".

E preciso lembrarmos que ainda vigorava o "esforço de guerra" e seu aparato legal permanecia intacto. O ministério da Marinha, ao qual estavam subordinados os serviços portuários nesta época, encaminhou tal comunicado ao sindicato, no qual propôs 36% de reajuste salarial. Caso os grevistas não voltassem ao trabalho em 24 horas, seriam dispensados por força do artigo 4o. do decreto-lei de 15 de fevereiro de 1943 - o mesmo que proibia a mobilidade de emprego aos portuários.

O presidente do sindicato, ao acentuar a gravidade dos efeitos de tais ameaças, pedindo a volta ao trabalho, ouviu ter "nesta ocasião o plenário declarado que 'não'" e diante da recusa manifestada, retirou-se do recinto com a incumbência de levar ao Capitão dos Portos a decisão da assembleia⁸⁹.

No dia 6 a pressão aumentou com insistentes apelos do Delegado Regional de Polícia que felicitou a disciplina dos grevistas e acrescentou serem suas pretensões "mais do que justas" porque como chefe de família também "atravessa e acompanha por o passo a situação desses humildes trabalhadores". Mas sublinhou também a escassez de combustível e cereais, "indispensáveis ao desenvolvimento comercial e industrial do Estado de São Paulo quiza do Brasil". Diversos associados escutaram "com atenção as palavras do delegado", mas fizeram-se ouvir também, mencionando temas como arrocho salarial, excesso de trabalho, doenças adquiridas no serviço, condições de vida, moradia, relações familiares, achatamento das horas extras. Após a longa exposição de motivos do movimento, por maioria absoluta foi decidida a continuidade da paralisação⁹⁰.

⁸⁸ "A Tribuna", 6.5.45, 11.5.45, 12.5.45.

⁸⁹ SOSPS. AGE, 5.5.45.

⁹⁰ SOSPS. AGE, 6.5.45.

A Arte das Metamorfoses: Solidários "Fura-Greves".

A) O caso dos ferroviários da Sorocabana.

Nos dias 9, 10 e 11 intensificou-se a estratégia de esvaziamento da parede através da convocação de "fura-greves": tripulantes das embarcações surtas no cais, soldados da Força Pública, praças da Marinha Mercante e da Aeronáutica, contingentes da Polícia Especial, bombeiros e - quem sabe! - ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana⁹¹.

O memorialista Celso de Lima narra que nesta época trabalhava como ferroviário na Sorocabana, em Santos. Certo dia, trabalhadores operando em depósito de máquina, abastecendo locomotivas com lenha e carvão, ouviram "um murmúrio chato durante a noite: - Vamos furar a greve dos trabalhadores do porto".

Enquanto amanhecia, a "boataria" aumentava. Finalmente, receberam uma ordem e seguiram para a estação. O pátio, naquela manhã fria, estava turvo de fumaça dos trens, enquanto os ferroviários corriam "numa estação cheia de gente e de soldados embalados com fuzis e baionetas caladas".

"Os trens iam encostando e levando gente, vagões cheios, homens sentados e de pé. O corre-corre não parava, até que chegou a minha vez: uma composição grande, com vagões de segunda e primeira classe misturados. Embarcamos, o trem cheio, quase não se podia mexer. Uma dor dentro do estômago - medo ou mau pressentimento. A sensação de interferência na vida alheia não saía da cabeça, via os olhares dos meus tios falando: 'Furão, entrou ontem, já é furão, furãozinho'. Depois, ir à casa deles seria um desastre. De que maneira eles me apresentariam aos seus companheiros doqueiros, dizendo: 'Ele furou nossa greve, paciência'!"⁹².

Celso Lima, buscando livrar-se desta pecha, saltou do vagão, correu para a pensão onde morava e contou o caso à dona da pensão, "carioca da gema", cujos pensionistas eram, em sua maioria, ferroviários e portuários - agora em aparente confronto. Dona Miloca, "vermelha como tinta", "aferventou a fisionomia" e disparou resmungando em direção às grades das Docas, de onde se fez ouvir: - "Furões, não façam isso, voltem para casa, onde se viu furar greve dos outros!" Chamou pelos pensionistas "como mãe chama seus filhos", ótima oportu-

91 "A Tribuna", 1.5.45, 10.5.45, 11.5.45, 12.5.45. Até mesmo o nosso já conhecido Jonas Pereira foi acusado em assembléia de ter trazido fura-greves do interior do Estado, embora procurasse provar "com documentos e datas" que "pelo fato de existir na estrada Sorocabana um engenheiro com o nome de Mister Jones, foi ele tomado, talvez, por aquele". Não fica clara a explicação e tal confusão com Mister Jones, mas não foram poucos os entrevistados que acusaram Mister Jonas de "furão de greve". SDSPS, AGE, 6.5.45. A acusação tornou a ocorrer na assembléia de 9.6.45.

92 LIMA, J. Navegar é preciso..., op. cit., p. 26.

nidade para chacotas entre trabalhadores acostumados a amenizar a dureza do trabalho pelo artifício das piadas, dos apelidos e das brincadeiras. Como afirmou Celso de Lima, "isso na faixa do porto é tão folclórico" que logo os doqueiros "foram repetindo os nomes dos pensionistas de dona Miloca. 'Sua mãe tá chamando no portão'". E, assim, seus "filhos" voltaram para casa.

Durante o jantar na pensão, doqueiros e ferroviários contavam como havia sido a chegada dos ferroviários no cais. Ao contrário do que esperavam os ferroviários de toda a linha Santos-Mairinque, "iam descendo espantados, com tantos aplausos, quando esperavam brigas ou chacotas, murros e pedradas".

- Viva os ferroviários, nossos irmãos! gritavam de braços erguidos. Vieram obrigados e enganados, mas nós estamos aqui para apoiá-los, somos todos sofrendores, irmãos de lutas e sofrimentos. E foram abraçando e conversando amistosamente, criando situação para o diálogo. Muitos tiraram seus chapéus, e coletando dinheiro entre os doqueiros, convidaram os visitantes para um café nas cantinas, regado com bom papo, o qual surtiu o efeito mais puro que esperavam.

"A adesão dos ferroviários espantou a classe patronal, que em seguida deu ordem para a volta dos seus trabalhadores, agora alegres, sorridentes. Festa dentro dos trens".

Em um dos vagões, um ferroviário apontou alguns navios "de bandeiras diferentes", ao largo do cais, solidários com o movimento - eram mais de 10 tripulações "em greve de solidariedade". Todavia, a tentativa de furar a greve não parou aí⁹³.

B) O Caso dos Bombeiros-Sísifos.

Os jornais anunciavam que os bombeiros iriam trabalhar no porto; eram "quase milhares, têm muita instrução, são fortes, homens escolhidos". Eis que chega na pensão "um velho vendedor" e conta "uma história bonita":

- Os bombeiros começaram carregando sacos de café com os sacos na cabeça. Tem bombeiros no armazém contorno, todos os armazéns dos externos, dentro do cais, tem bombeiros por todos os cantos do porto⁹⁴.

Alguém sugeriu que se fizesse algo, mas um outro atalhou dizendo que se deixasse "por conta dos sacos de café". Num dado momento, entre

⁹³ IBID, p. 28. O Jornal "A Tribuna" noticiou que o pessoal da Sorocabana não furaria a greve, acrescentando que "há dias foram suspensos 22 trabalhadores por se recusarem a operar em armazéns da CDS". "A Tribuna", 10.5.45.

⁹⁴ LIMA, J., op. cit., p. 29.

discussões acaloradas foi anunciado pelo "Repórter Esso", "com música vibrante", que o Corpo de Bombeiros havia se rebelado e paralisado os serviços. A notícia era repleta de informações confirmadas por pessoas que presenciaram a comicidade do trabalho dos Bombeiros-Sísifos.

"Começaram carregando sacas de café bem direitinho, tal como um doqueiro. Uma hora depois já conduziam os sacos nos ombros em vez de ser na cabeça. Outra hora mais tarde as sacas desceram dos ombros para as costas, havendo alguns que não suportaram carregar nesta posição e conduziam o saco na cintura. Na hora do almoço os sacos eram conduzidos por dois homens. Duas horas depois, cada bombeiro nas orelhas das sacas, arrastadas como caixotes pelos assoalhos dos armazéns"⁹⁵.

A impressão, portanto, é que os fura-greves não conseguiram abalar a paralisação e até mesmo deviam tê-la reforçado. Diante da força do movimento e de sua publicização cada vez maior, entra em cena a "vontade" do chefe da nação, com seu poder "protetor" de mais fácil e rápida resolução.

O Desfecho da Greve.

Segundo conta um entrevistado, durante o movimento os grevistas enviaram 82 telegramas a Vargas reclamando sua intercessão no problema, mas não receberam resposta. O gerente do jornal "O Diário" esclareceu que as correspondências passavam pelo crivo do ministro do Trabalho e não chegavam às mãos do presidente, sugerindo que encaminhassem um "cabograma" à sua esposa. "Dois dias depois chegou um destroyer com o Comendante Mário Celestino", sendo formada uma comissão para buscá-lo a bordo. "Rapaz, não sei onde acharam tantos fogos pra soltar quando o homem chegou" (depoimento de C., ex-interventor do sindicato).

Conforme informou o presidente do sindicato dos estivadores, membro da comissão de reivindicações dos doqueiros, este representante de Vargas havia chegado com a proposta de 38% de aumento, sem qualquer alteração do "Acordo de 37". Acrescentou ainda que os trabalhadores podiam voltar ao serviço, pois se a promessa não fosse cumprida, todos os 32 sindicatos da Baixada Santista, "na palavra de seus presidentes", representando 60.000 operários, decretariam uma paralisação geral "em solidariedade com os companheiros das Docas". Após "longas salvas de palmas", foi decidido o retorno ao trabalho na manhã de se-

⁹⁵ IBID, pp. 29-30.

gunda-feira e aprovada a proposta de colocar no salão social do sindicato uma placa de bronze "em homenagem aos Estivadores de Santos, pela sua solidariedade e apoio aos seus companheiros doqueiros".

Enquanto isso, o comandante Mário Celestino aguardava no hotel uma resposta. Uma comissão foi buscá-lo, levando-o em seguida ao sindicato, onde suas últimas palavras foram abafadas com "nova e delirante salva de palmas, (...) com vivas ao chefe da nação". Após um minuto de silêncio em respeito aos soldados da FEB,

"os presentes, sempre em vibrantes manifestações de alegria, tomaram os retratos do Chefe da Nação, as bandeiras e estandarte brasileira e social (sic), constituídos em comício improvisado saíram a (sic) rua em passeata, dando vivas as (sic) autoridades e ao chefe da nação, se dirigindo para a cidade para cumprimentarem das autoridades, as estações de rádio, imprensa, capitão Mário Celestino, e todos os sindicatos de Santos, de onde tomaram também seus pavilhões, e no Sindicato dos Estivadores, o retrato do sr. Mendonça Lima, Ministro da Viação, passeata esta que constituiu uma verdadeira apoteose da vitória alcançada, prolongando-se a mesma até altas horas da noite"⁹⁶.

2.2. O Deslassar das Amarras

Como podemos ler esta greve eclodida após 7 anos em que nenhuma outra foi registrada? Como entender o deslocamento do quase silêncio dos operários, durante tão vasto período, para o "brusco interregno" dos guindastes, navios, caminhões e locomotivas? Creio que a resposta mais categórica esteja presente na própria pergunta.

Os motivos de uma greve não devem ser confundidos com as reivindicações. Estas podem ser ou não resolvidas com ou sem greve. No entanto, elas indicam alguns dos motivos de sua eclosão:

Como vimos, o movimento foi iniciado com um pedido de aumento salarial, o qual não ocorria desde 1943, como consequência do "esforço de guerra". Julgando demorado o acordo que não se concluía, num primeiro momento, dia 2 de abril, os trabalhadores declararam-se em greve, retornando ao trabalho no dia seguinte. A eclosão do movimento que durou 17 dias deu-se pelo descontentamento dos doqueiros quanto ao acordo entre a comissão de negociações e as autoridades. O acordo estabelecia um aumento de 26 a 36%, elevando a hora noturna de 52 para 60 minutos e reduzindo, excessivamente, as porcentagens que incidiam sobre os extraordinários. O problema passou a gravitar em torno, por-

⁹⁶ SOSPS. ABE de 13.5.45.

tanto, do aumento e da garantia de direitos conquistados há quase 10 anos. O corte nas horas extras foi sem dúvida o detonador da greve.

Frente às autoridades presentes nas assembleias do sindicato, os doqueiros associavam os serões com as condições de habitação, alimentação, saúde, lazer, além dos problemas inscritos na ordem das relações familiares. Um orador, ao rebater o pedido do delegado regional no sentido de voltarem ao trabalho, sintetizou estas questões em um longo discurso, o qual, inclusive, revela-se bastante esclarecedor acerca do cálculo compensatório entre jornada de trabalho e salário-base⁹⁷. Segundo ele,

"os companheiros não têm em geral o tempo suficiente para descanso, pois, morando em sua maioria, em longínquos bairros da cidade, pois é nesses recantos afastados onde o operário consegue moradia por aluguéis modestos e a seu alcance, automaticamente fica privado, em face dos serviços noturnos, da comunhão em família, pois, morando em bairros distantes do trabalho, não pode, concomitantemente, permanecer algumas horas no conforto de seu lar, pois o tempo para isso é escasso. [E] o caso de um chefe de família que era desconhecido por uma filhinha maior, e isto porque, ao iniciar o trabalho matutino, (...) precisava, dest'arte andar as [sic] carreiras e levantava-se cedo, para poder dar o ponto na hora exata, não tendo tempo, portanto, nem para ver sua filha, e o mesmo acontecia a noite [sic] quando voltava à casa do serviço extraordinário, já encontrava essa sua filhinha dormindo, não tendo tempo nem para almoçar nem para jantar em seu lar. Eis um exemplo que traduz efetivamente o descanso que o operário na sua maioria não tem, e que, quando, pela madrugada ou manhã, largam [sic] o trabalho, estão [sic] desfigurados, de aspecto cadavérico, isto porque o trabalho no dia anterior e na noite trabalharam até de madrugada ou manhã imediata, e ainda, mormente, a má alimentação que tiveram, - porque não tem [sic] tempo suficiente para refeição em seu lar na janta ou de noite, - notando-se pois a grande falta de descanso, a grande falta de boa alimentação, e a grande existência de trabalho penoso e pesado.

Para haver uma justa compensação de tão grandes malefícios, sobretudo porque os ordinários eram insuficientes, ele pedia a continuidade da greve,

"pois que a questão está presa aos serviços extraordinários que foi desatendida em nosso pedido, prejudicando dessa maneira, os salários dos trabalhadores em geral, pois que os extraordinários são em geral o maior rendimento dos ordenados de todos visto ser dobrado e melhor remunerado"⁹⁸.

Há nestes pronunciamentos uma aparente contradição: os trabalhadores atribuíam às horas extras a culpa de tamanhos sacrifícios e

⁹⁷ Ver "Capítulo 2".

⁹⁸ SGBSPS. AGE, 6.5.45. Outro operário arrolou problemas semelhantes: "não tem [sic] sido poucos os companheiros que têm subido a Serra para se internar no Sanatório dos tuberculosos, moléstias que adquiriram em virtude da má alimentação com que se mantém e da falta de descanso do trabalho, pois que são obrigados a trabalhar diuturnamente, e em serviços pesados como são os serviços dos portos".

ao mesmo tempo prendiam-se a elas. Mas enquanto não vislumbravam em suas reivindicações a jornada de 8 horas e a extinção do trabalho noturno, como o fariam mais tarde, apelavam aos extraordinários para fazer face aos baixos rendimentos nas horas normais, sem perderem de vista o que constituía um ganho digno e merecido a partir da ética do trabalho duro e da correlata força necessária em sua operação - "os (...) patrões enriquecem cada dia mais, e essas riquezas são adquiridas com os braços fortes dos operários que aos poucos vão se esgotando de forças"⁹⁹.

Estas intervenções nas assembleias revelam ainda outro aspecto que ilumina os móveis da greve: o deslascar das amarras que prendiam a voz dos trabalhadores. Conforme sublinhou Perrot, a greve é um evento sonoro que rompe com o mutismo, "acontecimento que fala e do qual se fala", "é transbordamento da palavra, psicodrama onde são liberadas as pulsões reprimidas, ela multiplica as relações entre as classes e os grupos sociais, habitualmente instaladas em seus compartimentos separados"¹⁰⁰.

Assim, após longo período de afonia dos operários, não seria o sindicato capaz de refrear a explosão das latências há muito acumuladas e fazer com que eles aceitassem abandonar a condução do movimento, em troca da intervenção "legal" dos dirigentes sindicais. "Estamos agora por tudo" porque "promessa não enche barriga".

Como a maioria das greves ocorridas em 1945 e 1946, esta também foi uma paralisação que adiantou-se ao sindicato e, no limite, acabou também sendo ou voltando-se contra ele, contra sua inércia tão pouco combatida no Estado Novo, inércia sustentada por suas funções reprodutoras da força de trabalho, alimentadas pelo imposto sindical. O órgão de classe era agora combatido publicamente; tinha que discutir não mais com dezenas ou centenas de associados, mas até milhares em uma única assembleia, sob um clima de "discórdias" e "balbúrdias"; não comandava mais uma "repartição pública", vendo-se obrigado a diligenciar as negociações, sob a pressão da quase totalidade da categoria impaciente e determinada a paralisar o porto caso os acordos não lhe conviessem.

⁹⁹ IBID.

¹⁰⁰ PERROT, M. Jeunesse..., op. cit., pp. 13-4. Tradução minha.

Ricardo Maranhão demonstrou que os sindicatos não eram a principal instância de expressão e coesão dos trabalhadores, mas a organização pela base, mobilizada em torno dos problemas do seu cotidiano¹⁰¹. Mesmo durante o Estado Novo não esteve ausente algum espírito de classe, o qual passou a ser reatualizado na "redemocratização". Esta reatualização deixou claro a partidos e sindicatos que a experiência de classe nos locais de trabalho deveriam ser o ponto de partida de suas intenções de virem a dirigir os conflitos e não suas palavras de ordem e seus compromissos com a política e o regime vigentes.

O sucesso da greve pode ser também atribuído a outros fatores, tais como: a solidariedade de classes demonstrada pelos ferroviários, estivadores e pela promessa de paralisação dos sindicatos santistas; o caráter substituível ou não dos serviços de capatazias no processo de trabalho, o que nos remete à questão da eficácia da tática de "furar" a greve; a situação estratégica do porto na economia.

Quanto a este último aspecto, já analisei que a importância econômica do porto contribuía para o fortalecimento do poder de barganha da categoria¹⁰². A noção que os trabalhadores tinham de sua posição engendrava um discurso bastante enfatizado por eles de seu orgulho profissional - "tudo passa por nossas mãos" -, o que reforçava sua disposição de luta. Este mesmo orgulho profissional exigia uma contrapartida: o merecimento.

Os operários escolheram um momento propício para a greve, visto que o transporte por mar encontrava-se em sua plena capacidade de produção, ultrapassando o ano de 1939 em movimentação de mercadorias. Por outro lado, sabemos que uma greve no porto acarreta, via de regra, um alto índice de prejuízos para diversos setores. Tais custos constituem, portanto, motivo para justificar medidas de ordem repressiva, submetida a um amplo espectro de órgãos policiais.

Contudo, o momento agora era outro e não podemos afirmar que a greve sofreu dura repressão. Os doqueiros conheceram e haveriam de conhecer ainda em sua história de lutas represálias mais agudas. Certo que foram efetuadas algumas prisões, o porto foi guarnecido por soldados, houve ameaça de desemprego com base nas leis de guerra e J. J..

101 MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e democratização. São Paulo, Brasiliense, 1979.

102 Ver "Capítulo 1".

Secco esbofetou um operário. Mas, talvez, não fossem as alterações havidas nas orientações políticas de Vargas, a greve teria tomado outros rumos.

As vicissitudes nas rotas do governo não deviam-se apenas à esfera da "Grande Política" quanto à disputa pela condução do processo de "redemocratização". Podemos atribuí-la também à "administração" do Estado no conflito de classes a partir da recusa dos trabalhadores em aceitar a "paz social" varguista. Segundo Silvio Alen, "o Estado Novo não conseguia cumprir a principal tarefa que lhe atribuía, consensualmente, a burguesia: prevenir e reprimir a explicitação da luta de classes"¹⁰³.

Nesta perspectiva, resta verificar as relações entre o Estado e os doqueiros neste período e, ainda mais estreitamente, a possível representação dos operários acerca do governo, das leis e dos direitos. A figura de Vargas é um índice razoável de observação do que aqui se propõe.

3. A "CRENÇA SIMBOLICA NOS DIREITOS"

"Quando foi à noite, saímo numa passeata, uma passeata monstra da General Câmara, pegamos a Ana Costa, Gonzaga, bandeira do sindicato, bandeira nacional, fotografia de Getúlio na cabeça. Parece que com 8 dia foi a vitória da guerra" (depoimento de C., ex-interventor do sindicato).

Este depoimento reforça a descrição anterior sobre o desfecho da greve, coroado por "uma passeata monstra", cujo protagonista do espetáculo de rua era nada menos que Getúlio Vargas. Ora, durante mais de uma década de intensa atividade legisferante por parte do Estado no mundo do trabalho e no terreno do social, o resultado foi uma permanente história de desrespeito dos patrões às leis, suspensão de certos direitos consagrados, "economia de guerra", controle das organizações operárias, enfim, um sem-número de problemas aqui referidos, sob a convivência e até mesmo a partir da ação do governo. Contudo, a imagem de Getúlio junto aos doqueiros, em particular, mantinha muito de sua vitalidade. E é desta questão que precisamos nos aproximar. Em síntese, se o Estado buscava alguma legitimação no interior de significativos setores da sociedade civil, como podia alcançá-la se uma de suas pi-

¹⁰³ ALLEN, S., op. cit., p. 59.

lastras, os benefícios sociais e trabalhistas, revelava-se tão contraditória com a retórica dos direitos - sobretudo considerando-se que os portuários eram um desses setores sempre na mira dos projetos políticos do governo?

3.1. "Doações" Trabalhistas e Ambigüidades da Justiça do Trabalho.

Sabe-se que uma das estratégias montadas no Estado Novo foi a prática do relacionamento direto entre o presidente e o povo, permeada de apelos emocionais e afetivos, sem a participação dos representantes "intermediários" da sociedade civil numa democracia liberal: os políticos (sinônimo de "politicagem", "populismo", "interesses privados" e não públicos). Esta aproximação era mais freqüente nas datas do "calendário festivo": aniversário de Vargas, da revolução de 1930, do Estado Novo, além do 10. de maio.

Em 1938, de passagem por Santos, Vargas recebeu uma "manifestação espontânea e sincera" de "grande massa" que afluía ao seu desembarque a convite do SOSPS e do Centro Comercial de Santos¹⁰⁴. Apesar da "espontaneidade" e do "convite", havia nisto algo de artificial, uma vez que os "líderes" sindicais eram convocados pelo ministério do Trabalho para concentrar um grande número de trabalhadores nestes espetáculos; a nota do sindicato na imprensa conclamando os operários à "homenagem na hora de sua chegada à terra de Braz Cubas" assinalava que o "convocação" era feita "de ordem do sr. Delegado do Trabalho Marítimo"¹⁰⁵.

Não podemos medir a "sinceridade", a "espontaneidade" e os sentimentos dos expectadores, mas não me parece arriscado afirmar que muitos dos que afluíam às encenações públicas de Vargas se sentissem tocados por suas palavras, sobretudo as que reconheciam e defendiam clamorosamente os seus direitos. A mística em torno de sua figura no seio de mais de uma geração de trabalhadores pode ser um indicio de tais sentimentos. Por outro lado, a máscara estava sujeita a cair, pois os trabalhadores podiam confrontar a retórica com a realidade que a con-

¹⁰⁴ "Gazeta de Notícias", 5.1.38. (RJ); "A Nota" (RJ), 6.1.38.

¹⁰⁵ Sindicato União dos Operários da CDS. Convite, "O Diário" (Santos), 5.1.38. Em 1940, foi deliberado em assembléia sindical o envio de um representante nas homenagens ao 10o. aniversário do governo, no Rio de Janeiro, para enaltecer "a ação beneficiadora do governo em prol das classes trabalhistas". SOSPS. AGE, 20.10.40.

tradição. Portanto, os espetáculos deviam apresentar mais algumas "doações", por "graça" e "vontade" do pai clarividente e antecipador das demandas de seus súditos mais caros: os trabalhadores. Assim, podem ter contribuído para a efetivação da imagem protetora a regulamentação do salário mínimo, os benefícios previdenciários, a Justiça do Trabalho.

O "Acordo de 1937"

Quanto ao salário mínimo, há estudos que buscam demonstrar os efeitos compressivos de sua institucionalização sobre os salários de grande parcela da classe operária¹⁰⁶. Até onde pude verificar, para o caso de Santos e, em especial dos doqueiros, os dados a respeito são escassos, mas os resultados não parecem fugir à regra. Em 1939 um associado do SOSPS criticou a Comissão de Salário Mínimo do Estado de São Paulo por ter estipulado um salário "incompatível com o nível de vida dos trabalhadores", não consultando os sindicatos da Baixada Santista. A responsabilidade recaía, porém, na comissão técnica e não no governo. Segundo o orador, ela estava "traindo o próprio governo no sentido de colaborar com as classes trabalhadoras"¹⁰⁷. Estas são considerações de um doqueiro, o que não faculta generalizações mais seguras quanto à percepção da categoria, em geral, sobre os efeitos do salário mínimo. Mas conforme verificaremos em outros exemplos, as iniciativas mal sucedidas do governo eram quase sempre atribuídas a "culpados intermediários" e não ao presidente da República.

Mas devo ressaltar que, através do governo, logo no início do Estado Novo o sindicato fechou com a CDS o "Acordo de 1937". Vimos que o aspecto mais importante deste documento era o que determinava a remuneração dos extraordinários à base de 70, 240 e 290%, ou seja, as horas-extras mais bem pagas do país¹⁰⁸.

Encontrei poucas pistas que esclareçam como se deu o processo de conquista do referido acordo. Segundo diversos entrevistados deveu-se à atuação do então presidente do SOSPS, Jonas Pereira. Operários e ex-sindicalistas disseram-me que ele teria conseguido fechar o acordo por ter sido amigo pessoal do ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães,

¹⁰⁶ ver ALLEN, S., op. cit.; PAOLI, M., op. cit.; VIANNA, L., op. cit.

¹⁰⁷ SOSPS, AGE, 25.6.39.

¹⁰⁸ Outros aspectos deste acordo encontram-se no "Capítulo 2".

com quem, em outros tempos, estudou em Pernambuco. Não me parece suficiente esta explicação, ou seja, que o ministro tenha dado uma espécie de presente a seu antigo colega de turma e, "por tabela", a toda categoria por este "representada". Os problemas de jornada e pequena remuneração nos extras eram objeto de antigos descontentamentos dos doqueiros¹⁰⁹. Além disso, o acordo foi assinado numa conjuntura que, se era de aguda repressão, não abandonava a intenção do governo em aproximar-se dos trabalhadores pela via dos direitos.

Mas observamos também que, a partir daí, para diversos setores do capital o "Acordo de 37" foi motivo para acusações que se multiplicaram em adjetivações bastante severas: nababos, aristocratas da classe operária, exploradores dos próprios trabalhadores, vetores irresponsáveis da inflação, sangue-sugas das tarifas portuárias, covardes escudados na proteção estatal, apaniguados de uma legislação licenciosa e paternalista, individualistas e corporativos, inimigos número um dos cidadãos- consumidores. Durante cerca de três décadas esta foi a tônica das difamações aos portuários e ao governo que teria afeiçoado um "direito abusivo". Verificamos ainda que não faltaram tentativas para se introduzir uma outra modalidade de pagamento: o salário-produção. No entanto, por força do sindicato e da categoria prevaleceu o "Acordo de 37". O próprio governo assinou vários decretos determinando o salário por rendimento. Contudo, talvez parecesse arriscado tocar em certos direitos ou em um "vespeiro" como o regime salarial e a jornada de trabalho vigentes no porto. Esta hipótese é reforçada se considerarmos que as cláusulas do "Acordo de 37" que instituíram as "escorchantes" horas extraordinárias vigoraram até 1965.

Creio, então, que o "Acordo de 37" tenha sido a maior conquista dos trabalhadores das docas no período, sobretudo a partir da memória dos entrevistados que, por diversas vezes, O citaram, sublinhando tal relevância. Os direitos nele inscritos foram duramente defendidos no decorrer de 30 anos de embates contra reiteradas tentativas em anulá-los.

¹⁰⁹ De 24 de maio a 5 de junho de 1933 os doqueiros não trabalharam à noite, aos domingos e feriados, reivindicando um aumento de 40% nos extras, mas foi negado pela CDS e por uma comissão nomeada pelo ministério do Trabalho. Ver LOBO, H. op. cit., pp. 599-602.

As "Casas da Previdência"

os portuários, marítimos e ferroviários foram as primeiras categorias a obter alguma regulamentação na área previdenciária¹¹⁰. Como assinalou Maloy em seu estudo sobre a história do sistema previdenciário no Brasil, as categorias melhor privilegiadas quanto aos benefícios, finanças e serviços previdenciários (aposentadoria, seguro por invalidez, morte e doença, assistência médica, acidentes de trabalho, financiamento de casas operárias) eram a dos bancários, ferroviários, marítimos e doqueiros¹¹¹.

Com base nestes recursos da CAP, em 1931 foi iniciada a luta pela construção de casas aos portuários, mas nada conseguiram¹¹². Justamente, em um lo. de maio de 1939, data em que Vargas "presenteava" os trabalhadores, foi instalada a carteira predial da CAP e, com os fundos da autarquia, comprada uma gleba de terra, onde foram construídas dezenas de habitações. Segundo um ex-feitor, "até hoje [estas casas] estão a desafiar a incompetência dos atuais administradores da Previdência Social brasileira"¹¹³. Entrevistas com ex-operários, alguns morando ainda hoje nestas habitações, enfatizam tal comparação entre a Previdência atual e a do passado. Isso tanto pode conferir uma superioridade aos serviços de assistência daquela época ou ser uma idealização do passado frente às angústias da condição de aposentados dependentes das instituições previdenciárias no presente.

¹¹⁰ O sistema de Caixas de Aposentadoria e Pensões organizado pelos ferroviários na década de 1920 e regulamentado em 1923 pela Lei Eloy Chaves, criando uma CAP para cada estrada de ferro, foi estendido, em 1926, aos portuários e marítimos, embora seus fundos fossem acionados só em 1931. A CAP dos portuários de Santos foi criada em 1927 (lei 4.632 de 24.1.23), sendo sua administração confiada "aos chefes de serviço da empresa". PEREIRA, Cândido, discurso na Câmara dos Vereadores, 27.7.67., mimeo. e transcrito, em parte, n' "A Tribuna", 7.8.89. As CAPs recolhiam contribuições financeiras do patronato (1% por empresa), dos operários (3% dos salários) e do governo (no caso dos ferroviários o governo arrecadava impostos dos usuários dos serviços das estradas de ferro). Ao longo da década de 1930, mais especificamente em 1933, foi criada uma IAP (Instituto de Aposentadoria e Pensões) para uma categoria inteira - a dos marítimos -, servindo de modelo para outras como a dos bancários, comerciários e industriários, sob a mesma organização paritária e de arrecadação de fundos. MALOY, James M. Política de previdência social no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

¹¹¹ IBID, p. 94. Mas segundo o autor, "é mais do que pura coincidência que a Lei Eloy Chaves e suas variações de 1926 tenham trazido proteção social às três categorias mais bem organizadas: ferroviários, estivadores e marítimos. Dada a estrutura administrativa do sistema das CAPs e as categorias por ela cobertas, seria difícil não concluir que estas primeiras incursões no campo da previdência social visavam à divisão e à cooperação de seus setores chaves" (p. 53). Líderes trabalhistas "radicais", na década de 20, entenderam desta maneira tal política acionada por Artur Bernardes, encarada como paternalista e tendente a desmobilizar estes importantes setores da classe operária (p. 180).

¹¹² LOBO, H., op. cit.

¹¹³ PEREIRA, C., op. cit.

No plano da atuação da Justiça do Trabalho as evidências de que disponho são mais abundantes e reveladoras quanto à relação entre as leis, os direitos, o terreno jurídico acionado pela CDS (ciosa de suas prerrogativas respaldadas em lei), os atos da própria Justiça do Trabalho e sua presumida importância na construção do projeto de legitimidade do Estado *benefactor*, além da possível visão que muitos operários podiam ter do aparelho jurídico-trabalhista.

Manipulações "Levianas e Ineptas" da CDS

Sabemos que a lei n. 62 de 1935 foi um instrumento que possibilitava ao patronato o mando praticamente exclusivo das unidades de produção. Alguns casos transcorridos na Justiça do Trabalho sugerem as hipóteses de que a empresa lia as disposições legais quase sempre em seu favor ou apresentava deliberadamente alegações extra-legais ou em contradição com a letra da lei, a fim de reafirmar sua soberania no espaço da produção. Supondo que os atos de insubordinação eram bastante caros entre os vigilantes da lei e que esta fora feita em seu próprio benefício, talvez ela "apostasse" na Justiça, a fim de expurgar das Docas os "elementos indesejáveis", mesmo quando não dispunha de provas factíveis ou suficientes e tivesse a seu favor apenas testemunhas dúbias ou "suspeitas". Há diversas deliberações da justiça que corroboram tais hipóteses, mas escolhi dois casos bastante elucidativos neste particular.

A Companhia parecia não andar muito bem assessorada, valendo-se de testemunhas "suspeitas" e "contraditórias". Decleciano Antônio Lisboa, acusado de roubar três sacos de trigo em grão dos silos da empresa, foi reintegrado ao serviço, com as vantagens legais. Porém, a empregadora, em sua insistência, interpôs embargo da decisão que foi novamente recusado, sob a alegação de ser

"um documento inaceitável, porque as primeiras [sic] e as segundas [sic] testemunhas são suspeitas, visto terem funcionado como membros da Comissão de Inquérito, e, em segundo porque a testemunha Adolfo Ribeiro prestou (...) um depoimento completamente contraditório ao anterior, feito no inquérito"¹¹⁴.

O caso mais extraordinário foi o de José Simões que se recusou a trabalhar com um carrinho de mão quebrado e

¹¹⁴ "Diário Oficial", 23.11.37; "Diário Oficial", 25/10/38, Proc. 5.070/37. A vingança da CDS não tardou: desacatou a decisão judicial. Decleciano, em processo enviado ao MTIC, alegou que após sua reintegração legal, "não lhe dão trabalho".

"foi por isto injuriado pelo feitor da turma a quem, em revide, segurou pelo paletó, exortando-o a não prosseguir nas injúrias; o feitor retrucou ameaçando de morte o acusado, mas o incidente não teve maiores consequências, devido à intervenção de outro empregado".

Vimos que a lei era severa quanto aos "atos de insubordinação" e "desrespeito aos superiores hierárquicos". Contudo, a sentença judicial afirmou que o fato "não assume a importância que lhe quer emprestar a embargante, que o poderia ter solucionado sem maior alarde, mediante reprimenda disciplinar a ambos os empregados"; não houve comprovação de "falta grave", "de vez que não foi imoderada a sua repulsa à incontinência de conduta do feitor da turma, provocador do incidente"; assim, a comissão de inquérito "reconheceu não ter o acusado praticado ato grave de insubordinação e, mais, (...) não procede, em face da lei, a arguição de haver o acusado cometido atos reiterados de indisciplina, em virtude de constar de sua fé de ofício anotação de um ato de desrespeito a encarregado de serviço, praticado em 1934". Por fim, era a própria CDS que parecia estar no banco dos réus: a sentença julgou

"que os embargos são improcedentes e que levIANNAs e ineptas são as increpações que a embargante, à falta de melhores argumentos, faz à decisão recorrida e a este próprio Conselho"¹¹⁵,

Portanto, se os textos legais eram categóricos na proteção aos patrões, a Justiça do Trabalho mostrava-se mais ambígua em sua aplicação. Do total de 43 processos encontrados - incluindo 4 acionados por operários e 4 pelo sindicato -, a CDS sofreu 20 derrotas. Dos 36 por ela impetrados, obteve metade dos ganhos de causa, ou seja, 18 (2 sem resolução conhecida e 15 favoráveis aos acusados); interpôs ainda 10 embargos às decisões que a contrariaram e ganhou apenas uma.

O maior número de processos (14), referia-se a abandonos de emprego, motivo pelo qual os operários tinham poucas chances de êxito. Estes casos eram mais facilmente comprovados e os sindicatos estavam proibidos de recorrer judicialmente para cancelar as demissões¹¹⁶. Como o que interessa aqui são os empregados em serviço, se excetuarmos aquelas 14 "questões", restam 21 processos, 16 dos quais enquadraram-se nas penalidades legalmente previstas; dentre eles, a Companhia perdeu 9, pouco mais da metade; de 8 processos encaminhados, individual ou

¹¹⁵ CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO, Processo n. 643-39, "Diário Oficial", 29/10/40.

¹¹⁶ Ainda assim, a empresa não comprovou 3 casos de abandono de emprego.

coletivamente pelos trabalhadores, a CDS perdeu a metade. Além da luta contra demissão e suspensão "por motivo disciplinar", estes operários apelaram para a reconquista de direitos que há muito eram burlados pelos empresários: pagamento de serviços extraordinários, importância a ser recebida por falta em caso de acidente de trabalho, cálculo de diárias devidas aos acidentados, descontos por avarias e pecúlio aos dependentes de um operário morto em serviço¹¹⁷.

Todos estes apelos legais dirigiram-se à intervenção do ministério do Trabalho e um deles ao Presidente da República. Célia Paoli observou que, "mesmo depois que o governo formalizou a instância específica por onde passariam as reivindicações - a Justiça do Trabalho - não foi incomum o apelo direto à mediação do ministério para resolver determinadas pendências com os patrões"¹¹⁸.

Num momento em que os direitos da classe operária eram ainda mais desrespeitados pelos empresários, sob a convivência estatal, a necessidade de criar entre os trabalhadores uma imagem protetora do Estado foi um dos motivos da instalação da instância jurídico-trabalhista. Contudo, tal imagem talvez não tivesse se efetivado inteiramente. Muitos trabalhadores, por motivos óbvios (talvez o mais importante fosse o afastamento do serviço sem a percepção dos salários, enquanto durasse a pendência), não pretenderam ou sequer cogitaram reclamar nos tribunais do trabalho. Os poucos reclamantes, por sua vez, parecem ter confiado mais no relacionamento direto com o poder, sem a intervenção dos órgãos "técnicos", o que também se constituiu num dos objetivos da "invenção do trabalhismo".

Apesar disso, torna-se plausível supor que a Justiça do Trabalho tivesse angariado alguma legitimidade ou, ao menos, que esta fosse um de seus objetivos precípuos. Tentarei arriscar certas hipóteses, algumas de caráter generalizante, ainda que seja este um estudo bastante específico de uma categoria. Poder-se-ia objetar que da totalidade de

¹¹⁷ CNT, Proc. 9.359-38, "Diário Oficial", 7.1.39; MTIC, 13.5.39, "Diário Oficial", 1.6.39; CNT, Proc. 2, "Diário Oficial", 21.6.40; MTIC, 20.9.40, "Diário Oficial", 17.9.40; MTIC, Agravo 9.348, "Diário Oficial", 7; MTIC, Proc. 075, "Diário Oficial", 9.4.42, "A Tribuna", 10.7.45.

¹¹⁸ PAOLI, M., op. cit., p. 132. A Justiça do Trabalho anunciada na constituição de 37 tornou-se realidade em 1939 pelo decreto-lei 6.596 de 12/12/39 que regulamentou o decreto-lei 1232 de maio de 1939, julgando tanto os dissídios coletivos quanto os individuais. CARONE, E., op. cit., p.137; BERNARDO, Antonio Carlos. Tutela e autonomia sindical. Brasil: 1930-1945. T. A. Queiroz Editor, São Paulo, 1982, p. 181; RODRIGUES, José A., op. cit., p.96. De todos os processos mencionados, apenas 8 transcorreram antes da institucionalização da Justiça do Trabalho, sendo a maior parte julgada pelo CNT, um dos órgãos criados pela Justiça trabalhista.

processos transcorridos na Justiça envolvendo a classe operária em geral, a amostra de que disponho é tão pequena que mais pareceria uma amostra-grátis. Todavia, creio ser possível generalizar não a partir dos casos, mas generalizar no interior deles.

A literatura, em geral, refere-se à Justiça do Trabalho como uma instituição ideológica do Estado, destinado a reproduzir as relações capitalistas de produção, dirigir o mercado de trabalho, traduzir as relações entre capital e trabalho para a linguagem jurídica e normativa do direito, servindo de anteparo ao conflito aberto de classes¹¹⁹. Estas observações apontam, portanto, para as funções classistas e mascaradoras da lei e do seu aparelho jurídico. Tornava-se imperativo ocultar a realidade por meio de um dispositivo que reconhecia a "questão social", reduzindo-a aos limites e perspectivas do poder.

Creio, porém, que a Justiça do Trabalho representava uma das estratégias do Estado no sentido de viabilizar no campo simbólico da representação do poder sua imagem protetora junto aos trabalhadores. Ela não podia ser invariavelmente arbitrária, negligenciar provas testemunhais convincentes e favoráveis ao acusado ou aceitar quaisquer alegações da empresa, baseada em acusações previstas em lei - era preciso respeitar as formas legais, que não eram ausentes de lógica e algum senso de justiça. Além disso, apesar da pretensa neutralidade dos órgãos judiciários, compostos paritariamente por representantes dos empregados, do patronato e do governo, suponho que a presença e os pareceres dos primeiros não podiam ser clinicamente desprezados nas deliberações dos tribunais do trabalho. Sobre este ponto, Thompson considera que

"se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa"¹²⁰.

Se no Estado Novo os conflitos tiveram seus espaços redefinidos, sendo um deles o terreno jurídico, não seria espantoso afirmar que, para muitos dos operários que tiveram ganho de causa, quando a lei

¹¹⁹ Apesar de algumas diferenças de ênfase no enfoque da questão, ver VIANNA, L., op. cit.; RODRIGUES, A., op. cit.; BERNARDO, A., op. cit.; CARONE, E., op. cit.

¹²⁰ THOMPSON, E.P. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 354.

lhes era a princípio desfavorável, a Justiça representava não só um anteparo aos conflitos diretos de classes, mas também aos desmandos e manobras da concessionária. As injustiças e às arbitrariedades do poder privado, podia contrapor-se o poder público como um Árbitro mais justo; na linguagem de Thompson, trata-se da diferença entre o poder arbitrário e o domínio da lei.

Longe de serem sempre os tribunais trabalhistas meros juizes da luta a serviço da classe dominante ou manipuladores onde campeasse o recalque dos direitos, eles positivaram não só representações do poder e da justiça, mas também constituíram-se em lugar de disputas; neles os conflitos das relações de trabalho não se projetaram mecanicamente de forma espectral e refletida, mas ali voltaram ou continuaram a se expressar; não formaram um campo de resoluções sempre pronto a reforçar os ideais de consenso do poder e dos empresários, mas serviram até mesmo para refrear o despotismo da Companhia. Eis uma ambigüidade.

Nesse momento em que os empresários encontravam-se no éden do mando quase exclusivo e, para eles, tudo parecia estar certo no melhor dos mundos; em que as relações capitalistas de produção não sofriam qualquer ameaça e o Estado era uma referência obrigatória para qualquer ator social no terreno da luta de classes e na regulamentação do mercado e das condições de trabalho - seria ingenuidade concluir que a Justiça do Trabalho visasse antes de mais nada a manutenção de uma estrutura já consolidada, através da coerção legal. Havia necessidade sim de legitimá-la e, para tanto, não podia prescindir de critérios lógicos de igualdade, criados pela própria lei destinada, em sua retórica, a coibir os excessos do mando patronal.

A lei n. 62 era extremamente severa, as condições de trabalho se agravaram, o tempo político era sufocante, os salários estavam arroxados e os direitos do trabalho cerceados. Ora, justamente num momento de construção da cidadania pelos direitos vinculados ao Estado e de efetivação de um projeto corporativista, creio que a Justiça do Trabalho foi um terreno que buscou a legitimação de tal projeto; nela não vingou a ficção da lei segundo a qual os tribunais seriam imparciais sem nunca pensar a lei de acordo com as conveniências do momento

político ou mesmo com princípios de justiça; dela nem sempre saíram trabalhadores derrotados e patrões vitoriosos.¹²¹

Se não se pode generalizar para outros casos tais observações, pelo menos entre os doqueiros, sobretudo os acusados, talvez não lhes passassem despercebidas as sucessivas derrotas da empresa na Justiça do Trabalho. Imagine-se a sua reação frente às seguintes decisões e expressões: "agiu em legítima defesa de sua integridade moral, sem desrespeitar a idade e a superioridade hierárquica do feitor de sua turma" (reconduzido ao cargo); "bom funcionário", "analfabeto, homem simples, vivendo sozinho, doente, não aquilatou da gravidade de seu ato" (deixou de comparecer ao serviço por motivo de doença e não "aquilatou" as reiteradas "chamadas de serviço" expedidas pela CDS. Foi reintegrado ao serviço); "não houve *animus* de abandono de serviço, pois não é compreensível que um empregado com mais de 20 anos de trabalho, tenha a intenção de abdicar de seus direitos" (reintegrado); "o fato de beber não tem como consequência obrigatória a embriaguez" (reintegrado); a moléstia de que sofria tornava-o "incompatível com as funções de seus serviços"; "os embargos são improcedentes e (...) levianas e ineptas são as increpações que a embargante, à falta de melhores argumentos, faz à decisão recorrida"; não cometeu "os reiterados atos de indisciplina"; "os documentos (...) não falam de agressão de que foi acusado".¹²²

Esta aplicação da lei, reintegrando alguns trabalhadores no serviço, além das palavras muitas vezes compreensivas dos juizes, deviam ser comparadas com as insolências e descomposturas dos feitores e chefes da empresa.

Não pretendo reabilitar o aparelho jurídico-trabalhista, sob a crença na generosidade humana dos juizes ou qualquer outra autoridade. Não se trata de afirmar aqui uma suposta neutralidade da Justiça ou negar seu caráter classista, pois as leis mantinham-se disponíveis à utilização dos patrões e outras viriam ainda como instrumento de maior coerção - as leis do esforço de guerra, publicadas sob a retórica de tornar cada operário um soldado em defesa da pátria nas trincheiras da produção. Mesmo a Justiça do Trabalho foi apresentada como um campo de

¹²¹ Sobre a "ficção da lei" ver THOMPSON, op. cit., em especial pp. 331-48; CHALHOUB, S. Visões de liberdade..., op. cit., pp. 35-43.

¹²² CNT, Proc. 643-37, op. cit.; CNT, Proc. 643-39, "Diário Oficial", 20.9.39; CNT, Proc. 9.587-39, "Diário Oficial", 2.8.40; CNT, Proc. 643-39, "Diário Oficial", 29.10.40; CNT, Proc. 17.194-40, "Diário Oficial", 23.5.41.

resolução e consenso entre as partes, visando a "paz social". Mas apesar de toda esta fraseologia notadamente ideológica, o "domínio da lei" submetia também os padrões às regras jurídicas, restringindo-lhe o poder arbitrário¹²³.

3.2. Representações Jurídico-Políticas do Poder.

Durante o Estado Novo o que talvez de mais efetivo resultou da experiência operária de acúmulos de frustrações no campo das leis tenha sido o que Maria Célia Paoli chamou de "crença simbólica nos direitos", para a qual contribuíram a retórica jurídica do governo, as apresentações públicas de Vargas e a formalização das leis trabalhistas, tornando vitoriosa a imagem protetora construída pelo Estado. Anos de voraz atividade do governo na intervenção do mercado e das relações de trabalho deixaram marcas profundas na sociedade, e as classes sociais passaram, gradativamente, a admitir sua presença naquele mesmo terreno¹²⁴.

Entre outras razões, a assunção desta intervenção por parte dos doqueiros pode ser atribuída às representações que tinham do poder, capturadas tanto neste capítulo quanto nos demais¹²⁵. Os atos do governo, seu poder de mando e coerção eram suas chancelas expressas em decretos, leis, assinaturas. Trata-se do poder visto em sua potência repressiva, ou seja, na força de fazer obedecer aqueles que se negam a uma obrigação legal e legítima; é o poder enquanto instância da regra que dita a lei, exerce uma função legisladora que curva os sujeitos às suas determinações. Em suma, esta é uma representação essencialmente jurídica da autoridade, a qual é identificada com a lei¹²⁶.

Michel Foucault forneceu uma explicação histórica para esta concepção do poder em sua "forma negativa", onde os dispositivos da autoridade encontram-se no procedimento da lei de sanção e interdição. De acordo com Foucault, esta noção é uma herança do poder monárquico absoluto.

¹²³ Segundo Thompson, "a lei", enquanto uma lógica de igualdade, sempre deve tentar transcender as desigualdades do poder de classe, ao qual é instrumentalmente atrelada para servi-lo". THOMPSON, E. P., op. cit., p. 360-1.

¹²⁴ PAOLI, M., op. cit., p.162.

¹²⁵ Ver, em especial, "Capítulos 5 e 6".

¹²⁶ A antropóloga Tereza Caldeira fez uma brilhante análise sobre as representações do poder por parte dos moradores de São Miguel Paulista, em São Paulo. CALDEIRA, T. P. A política dos outros. São Paulo, Brasiliense, 1984; em especial, pp. 207-88.

"... Tal foi a linguagem do poder e tal a representação que deu de si mesmo, da qual é testemunha toda a teoria do direito público construída na Idade Média ou reconstruída a partir do direito romano. O direito não foi uma arma habilmente manipulada pelos monarcas; constituiu, para o sistema monárquico, o modo de manifestação e a forma de aceitabilidade. Desde a Idade Média, nas sociedades ocidentais, o exercício do poder sempre se formula no direito.

"... as monarquias ocidentais se edificaram como sistemas de direitos, foram refletidas através de teorias do direito e fizeram funcionar seus mecanismos de poder na forma do direito. (...) Através do desenvolvimento da monarquia e de suas instituições instaurou-se essa dimensão do jurídico-político; ela certamente não é adequada à maneira como o poder se exerce e tem sido exercido; mas é o código segundo o qual ele se apresenta e pressupõe que o pense. A história da monarquia e o recobrimento, pelo discurso jurídico-político, dos efeitos e processos de poder, vieram a par.

"Ora, apesar dos esforços feitos para separar o jurídico da instituição monárquica e para liberar o político do jurídico, a representação do poder permaneceu presa nesse sistema. (...)

"No pensamento e na análise política ainda não cortaram a cabeça do rei. Daí a importância que ainda se dá, na teoria do poder, ao problema do direito e da violência, da lei e da ilegalidade, da vontade e da liberdade e, sobretudo, do Estado e da soberania (mesmo se esta é refletida, não mais na pessoa do soberano, mas num ser coletivo). Pensar o poder a partir deste problemas é pensá-los a partir de uma forma histórica bem particular às nossas sociedades: a monarquia jurídica"¹²⁷.

Não é difícil identificar esta herança na memória popular e operária em torno da figura de Getúlio Vargas: "pai dos pobres" que assinava decretos, fazia cumprir as leis, curvava os poderosos através de "simples" atos jurídicos, refreava os privilégios pela punição, antecipava-se às demandas de seus "súditos" através de seu poder "clarividente".

E verdade que o poder não se exerce apenas através dos dispositivos jurídicos do poder central. No entanto, o governo atribuía a si mesmo uma imagem de legislador: era a própria tábua dos mandamentos que fazia funcionar com eficácia a sociedade. O arquétipo parece ser o do profeta legislador capaz de anunciar um tempo por vir, um tempo do porvir, encontrando na história aquilo que outros não podem vislumbrar, conduzindo o povo pelas sendas do futuro; nas apresentações públicas ele encarnava o poder do Verbo que selava sua comunhão com a multidão presente¹²⁸.

¹²⁷ FOUCAULT, M. A história da sexualidade - I - A vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1977, pp. 84-6.

¹²⁸ Sobre este tipo de arquétipo nas tipologias de "salvadores", ver GIRARDET, R. Mitos e mitologias políticas, op. cit., p. 79.

E ainda no plano das representações, Getúlio não devia ser visto apenas em carne e osso nos comícios, mas também em imagem - desde que não fosse "uma imagem falsa em que somente o nome fosse a designação da pessoa representada". Em 1941, Jonas Ferreira, presidente do sindicato, apresentou Vargas ao plenário... representado em um busto de madeira que "não se parecia em absoluto" com ele, sendo rejeitada sua compra "por unanimidade"¹²⁹.

Aqui devemos pensar a relação entre o que representa e o que é representado¹³⁰. Neste caso, a imagem é um instrumento mediato de visão, possibilitando que se veja a pessoa ausente. Mas esta distinção entre representação e representado, signo e significado, parece ser transgredida pela "teatralização" do poder na sociedade quando dos espetáculos públicos de Vargas. Sua identidade pode se tornar a própria aparência da representação, existindo no signo que a expressa. Em outras palavras, o real é tomado pela aparência; assim, não era o Getúlio das leis suspensivas dos direitos que, provavelmente, era visto por inúmeros trabalhadores, mas aquele das apresentações nos comícios, nos quais erigia os direitos em símbolos de lealdade, civismo e proteção; e este Getúlio parecia tão real quanto o Getúlio associado à ditadura estado-novista. O historiador Roger Chartier, ao referir-se às obras de Norbert Elias sobre a "sociedade de corte" no Antigo Regime¹³¹, assinalou que, naquela época, a teatralização da vida social pervertia a diferença entre representação e representado na medida em que a posição "objetiva" de cada indivíduo dependia do "crédito atribuído à representação que ele faz de si próprio por aqueles de quem espera reconhecimento"¹³². E podemos dizer, talvez, que o ser social de Vargas identificava-se com a representação que dele era fornecida por si mesmo ou pelos outros, havendo aqui uma simbiose: sua posição social "real" tornava-se aquilo que os "expectadores" consideravam que ela fosse ou deveria ser. Assim, sua auto-imagem alimentava-

¹²⁹ SOSPS. AGE, 25.5.41.

¹³⁰ A análise que se segue sobre as representações está baseada em CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações, op. cit.

¹³¹ Em português foram traduzidas as seguintes obras: ELIAS, N. A sociedade de corte. Lisboa, Estampa, 1987; IDEM, O processo civilizatório. Rio de Janeiro, Zahar, s/d.

¹³² CHARTIER, R., op. cit., p. 22. Um dos princípios da sociedade de corte era que o ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que dele é dada por ele próprio ou pelos outros. A 'realidade' de uma posição social não é mais do que aquilo que a opinião considera que ela é: 'Era o reconhecimento, pelos outros, da qualidade de membro dessa sociedade que, em última análise, decidia sobre essa mesma qualidade'. IBID, pp. 111-2.

se da função que lhe era conferida; ao presidente se fazia uma exigência e dele se tinha uma expectativa. Afinal era uma pessoa que ocupava um lugar, instância suprema do poder e sobre o qual ele tinha responsabilidades legalmente determinadas, devendo cumpri-las¹³³.

Deste modo, a maneira pela qual os doqueiros permitiam e reivindicavam a intervenção do governo nas relações de classe, não se dava de forma passiva, esperando messianicamente do Presidente "Bonaparte Vargas" o sol e a chuva - sua intercessão era também exigida por eles, diretamente e sem intermediários.

No Estado Novo uma forma de reivindicação dava-se por meio de memoriais dirigidos a Getúlio. Em 1945, quando os doqueiros conseguiram e puderam alçar a voz, não se contentaram em ser ouvintes calados como nas apresentações públicas de Vargas. Agora as homenagens - não mais por determinação do ministério do Trabalho, mas organizadas pelos próprios operários -, reivindicavam uma contrapartida.

Em junho de 1945, logo depois da "greve dos 19 dias", o doqueiro Benigno Dias Figueiredo reclamou em uma assembléia da categoria que a Cia. dividia seus operários em grupos, criando uma "desigualdade de direitos" entre doqueiros e empregados da administração. Sugeriu, então, que "se devia entregar ao Sr. Presidente da República um memorial neste sentido", quando de sua visita à cidade no dia 2 de julho; além disso, os dias parados da greve não haviam sido pagos. Foi deliberado aguardar "a chegada do Presidente da República para resolver o problema"¹³⁴.

Em julho houve mais uma aparição de Vargas na sede do sindicato, onde foi homenageado - desta vez não em forma de imagem, mas em pessoa. O sindicato conseguiu, junto à CDS, que neste dia "não houvesse trabalho de espécie alguma". Dias depois, um dos membros da Comissão que preparou a ida de Getúlio ao sindicato, foi ao Catete

"agradecer a visita que o Presidente da República fez no dia 2 do corrente àquele sindicato, tendo por essa ocasião entregue ao chefe do governo dois memoriais, nos quais os portuários reivindicam direitos para a classe"¹³⁵.

¹³³ Sobre as representações do poder enquanto "pessoa" e "lugar", ver Caldeira, T., op. cit., pp. 207-24.

¹³⁴ SOSPS. AGE, 24.6.45.

¹³⁵ "A Tribuna", 21/7/45.

Vargas parece não ter ficado indiferente. Pouco tempo depois foi enviado a Santos o ministro João Alberto para investigar os serviços portuários, resultando daí um alentado relatório sobre as condições de trabalho no porto. Até que ponto sua presença correspondeu positivamente às expectativas dos doqueiros? Algum tempo depois os trabalhadores teceram elogios à atuação do ministro, embora dissessem que alguns locais de trabalho não haviam sido inspecionados¹³⁶.

*

Nesta mesma ocasião assistimos a um julgamento sobre a validade ou não da CLT; um dos "jurados" era da opinião que as leis trabalhistas deveriam ser modificadas "porque não eram respeitadas"; outro rebateu que "a lei é boa", faltando apenas a sua regulamentação; outro ainda sugeriu que se apresentasse ao Congresso um pedido de "respeito absoluto à CLT pois os patrões só tem [sic] interesse, só seguem a risca os seus interesses desrespeitando o direito dos trabalhadores"¹³⁷.

Este debate revela que a lei em si não era o problema, mas sim o seu cumprimento e o desrespeito dos patrões. Ou seja, havia uma clara distinção entre "a lei" e a efetivação dos direitos. Ainda assim, a discussão esclarece mais: a referida crença nos direitos. Esta crença, a aceitação e a exigência da intervenção do Estado na regulação das relações de trabalho, algumas vezes na própria pessoa do presidente, talvez se devessem, sobretudo, ao fato de que as leis se propunham a tocar num ponto sedicioso de disputa cotidiana entre patrões e empregados: os locais e as condições de trabalho.

Neste caso deve ser lembrada a situação ambígua da categoria submetida tanto a uma empresa privada quanto a um setor público e estatal da economia¹³⁸. Esta situação gerava comportamentos contraditórios entre os doqueiros. Estes ora alinhavam-se com os patrões contra os organismos governamentais, ora demandavam do governo sua intervenção para fazer com que a empresa acenasse em seu favor. Havia, portanto, uma oscilação entre "distanciamento" e aproximação da categoria para com o governo. Aquela segunda atitude parece ter sido a tônica dos problemas e debates referidos neste capítulo.

¹³⁶ RIBEIRO, P., op. cit.

¹³⁷ SOSPS. AGE, 28.8.45.

¹³⁸ Ver "Introdução".

A "justiça" do "chefe da nação" contra as "irregularidades" da CDS e dos próprios ministérios foi invocada de forma lapidar pelo guarda João Luz em uma assembleia da categoria, quando Getúlio não era mais o presidente da República, e sim Dutra. João Luz reclamou que sua categoria não precisava apenas de aumento, mas do descanso semanal remunerado (causa ganha na Junta de Conciliação e Julgamento, mas não cumprida pela empresa), agasalhos e a introdução de três turmas de serviço (fim dos "extraordinários"). A fim de obterem estas reivindicações, este guarda da CDS sugeriu uma "ida ao presidente da República", pois

"temos esperanças de que ele nos fará justiça e além de nos dar aquilo de justiça exigimos ainda, o faremos sabedor das irregularidades que nos ministérios se praticam contra aqueles que deram origem de suas existências"¹³⁹.

Desejo indicar, portanto, que aquela situação ambígua, condicionada pela característica de concessionária da empresa, tornava os doqueiros, via de regra, muito próximos dos espaços do poder. Eles mantinham sucessivos contatos diretos com as autoridades (o que incrementava o alto índice de politização destes trabalhadores) para "civilizar" a Cia. Docas no trato do cotidiano de trabalho.

Temos diversos exemplos de conflitos contra o "inimigo imediato" através da instrumentalização do Estado ou do governo, entendidos como um vetor de justiça ou como uma idealização. Assim, muitas vezes os doqueiros não confundiam o "inimigo", a empresa, com o lugar no qual suas representações identificavam a justiça: no poder central. Como analisou Marilena Chauí, seria certo dizer que, ao lado de lutas contra o inimigo imediato, os dominados também, ao esperar do Estado uma justiça, estariam repetindo a ideologia que carrega para o interior do Estado a realização dessa justiça; "porém, é preciso não perder de vista o outro registro e significado da luta, pois não se trata de uma luta qualquer, mas de luta contra a opressão"¹⁴⁰. Se nesta representação o Estado pode aparecer como autônomo e acima das classes sociais - representação moderna da autoridade, conforme verificamos -, o caráter separado do poder significa também "uma garantia de que o adversário

¹³⁹ SOSPS. AGE, 30.3.46.

¹⁴⁰ CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 53-4.

de classe não será sempre vitorioso"¹⁴¹ (esta foi a hipótese que levantei quanto às decisões da Justiça do Trabalho no Estado Novo). Se tomarmos os casos das reivindicações salariais, veremos que o governo era, via de regra, acionado para obrigar a empresa a negociá-las em favor dos trabalhadores. O governo surge aí como um mediador na relação trabalho-salário. No caso da "greve dos 19 dias", Vargas emergiu do silêncio, do "desconhecimento" que tinha da paralisação, e resolveu, através de um representante, a situação difícil e prolongada. Seu ato rígido e providente atravessou como um corisco a burocracia ministerial e a intransigência da CDS.

3.3. Os "Consumidores-Produtores" dos Direitos

A mitificação em torno da figura de Getúlio Vargas não deve ser tributada a uma "falsa consciência" dos trabalhadores, à sua suposta "alienação" baseada na crença cega das virtudes da autoridade paternalista. O "mito" define-se muitas vezes em relação à função atribuída ao "herói", a determinadas expectativas e exigências. Levanto a hipótese de que se se pode dizer que a imagem de Vargas foi "fabricada" no Estado Novo através do rádio, de suas apresentações públicas, etc., ela também pode ter sido produzida pelos "consumidores" de seus espetáculos e pelos ouvintes dos programas radiofônicos que não deixavam de impor algum tipo de expectativa. Deste modo, parece-me razoável romper com as oposições criação/consumo, produção/recepção, invenção/passividade. Roger Chartier observou que a consciência do "consumidor" não é algo descarnado, cera mole onde se inscrevem idéias e imagens criadas pelo poder ou pelos chamados meios de comunicação de massa. É preciso, em primeiro lugar, que

"... o 'consumo' cultural ou intelectual, seja ele próprio tomado como uma produção, que evidentemente não fabrica nenhum objeto, mas constitui representações que nunca são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista, investiram na sua obra. (...)

"Anular o corte entre produzir e consumir é antes de mais afirmar que a obra só adquire sentido através da diversidade das interpretações que constroem as suas significações.(...)

¹⁴¹ IBID, p. 59.

"Ler, olhar e escutar são uma série de atitudes intelectuais que longe de submeterem o consumidor à toda poderosa mensagem ideológica e/ou estética que supostamente o deve modelar - permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou a resistência"¹⁴².

Procurei demonstrar que as pregações corporativistas de Marcondes Filho não se efetivaram junto aos doqueiros e, prova maior disso seriam as manifestações de autonomia reveladas por eles na "redemocratização" e mesmo na "ditadura Dutra". Não temos como verificar em que medida os discursos do ministro do Trabalho e do presidente nos programas radiofônicos penetraram no seio operário. Portanto, nos é desconhecido também até que ponto a máxima de Marcondes Filho - "é preciso conhecer as leis para poder reivindicá-las" - ecoou positivamente nos ouvidos dos portuários das Docas, mas creio que elas, como tantas outras semelhantes, foram acionadas muito mais a partir da própria experiência de sufocamento, expectativas e frustrações.

A manifestação desta experiência precisava ser verbalizada, transformada em linguagem. Creio que os pronunciamentos do governo e sua "filosofia jurídica" tornaram-se uma matriz discursiva da própria cultura dos doqueiros. Em 1951, por exemplo, quando Vargas voltou ao poder e tornou a acionar os preceitos da "cidadania trabalhista" montada durante o Estado Novo, um doqueiro em assembléia do sindicato invocou

"a oração do senhor Presidente da República, quando Sua Excelência propôs que todos os trabalhadores se enquadrem em comissões para reivindicar direitos, em comum com a diretoria do sindicato"¹⁴³.

Como afirmou Eder Sader, os sujeitos sociais não produzem "sistemas de comunicação" livre e espontaneamente, mas utilizam-se de matrizes discursivas constituídas e reproduzidas por diversas agências sociais. A partir destas matrizes os sujeitos retiram enunciados, referentes a determinados valores e objetivos, para nomear, abordar e interpretar suas experiências¹⁴⁴.

¹⁴² CHARTIER, R., op. cit., pp. 59-60.

¹⁴³ SOSPS. AGE, 6.5.51.

¹⁴⁴ Um brilhante tratamento em torno da questão das "matrizes discursivas" encontra-se em SADER, E. Quando novos personagens..., op. cit., pp. 141-196. Chartier assinalou que "os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprias de cada grupo ou meio, [são] verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias e de representações as demarcações da própria organização social. (...) O que leva seguidamente a considerar estas representações como matrizes discursivas e de práticas diferenciadas - 'mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos' (Mauss) - que têm por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades - tanto a dos outros como a sua". CHARTIER, R., op. cit., p. 18.

Por outro lado, assim como tais recursos de representação não surgem naturalmente do cotidiano operário, a "consciência social" de um grupo ou de uma classe não é um recipiente vazio dentro do qual são entornados os discursos da cultura instituída. Daniel James chamou atenção para o relacionamento e as tensões entre a "ideologia formal" ("ideologia do populismo", por exemplo) e dois outros elementos que a medeliam: o "senso comum" e a "experiência vivida"¹⁴⁵. Ou seja, a "ideologia formal" não age sem estas outras modalidades da cultura, de modo que não se pode deduzir mecanicamente a "consciência social" da ideologia, pois há uma tensão entre a experiência e a "consciência prática" e a enunciação ideológica formal.

Portanto, as matrizes discursivas dependem e se relacionam com o lugar e as ações sociais "de onde são emitidas as falas"¹⁴⁶, cujos significados e interpretações podem operar deslocamentos e alterações nos princípios originais dos discursos constituídos. Imperativos do "discurso legisferante" - tais como "justiça e bem estar social", garantia e defesa dos "direitos trabalhistas" -, foram conceitos integrantes também da fala dos doqueiros, os quais tinham no Estado, sobretudo na pessoa do presidente, o avalista de tais garantias, a possibilidade de limites nos lucros da empresa, a defesa contra os privilégios. Dada a clivagem operada em algumas destas falas entre órgãos públicos considerados "incompetentes" e "traidores" "das reais intenções do governo em colaborar com os trabalhadores", ocorria até mesmo de Getúlio não ser identificado com o governo quando este, através dos "intermediários", obstaculizava determinadas demandas.

Contudo, a literalidade da tradução destes princípios era ao mesmo tempo questionada pela experiência, ainda que esta não chegasse a romper com a "crença simbólica nos direitos", afiançada pelo papel

¹⁴⁵ Com base em Gramsci, James conceitua o "senso comum" como "formas de entendimento e percepção sobre o mundo e a vida social que vieram a se tornar 'geralmente' aceitos - freqüentemente de forma inconsciente - em uma dada época". "Experiência vivida", por sua vez, está referida nas análises de Thompson e é entendida pelo autor como a experiência do cotidiano das relações sociais "mais obviamente vividas em termos de sexo e de classe e cujo significado cristaliza-se nos moldes de uma 'consciência prática'". JAMES, Daniel. Ideologia populista e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955/1960. *Revista Brasileira de História*, Marco Zero/ANPUH, 5, (10), 1985.

¹⁴⁶ SADER, E., op. cit. p. 143.

"protetor" do Estado¹⁴⁷. Assim, a partir da experiência, era testada a legitimidade dos conceitos formais, o que podia esbarrar no questionamento da coerência dos discursos getulistas. Os apelos, por exemplo, quanto à "soberania nacional" e ao "progresso da nação" por obra dos "braços fortes" dos portuários não sofreram fraturas no interior do discurso operário. Pelo contrário, na década seguinte, eles serão acionados com maior intensidade na órbita das orientações nacionalistas. Porém, a contrapartida e os meios para tal colaboração eram reivindicados.

Na "greve dos 19 dias", J. J. Secco tentou persuadir os grevistas com argumentos que, na época, sensibilizavam os trabalhadores. Acusou-os de subverterem "o ambiente de ordem e de respeito", oferecendo "triste exemplo de insubordinação diante das trincheiras estrangeiras" e decepcionando os combatentes em solo italiano, "confiantes no esforço de guerra dos patrícios que trabalham na frente interna". Um desses patrícios, reforçando o tema do patriotismo, rebateu dizendo que a greve só não ocorrera antes para não prejudicar o embarque de víveres e suprimentos "para as nossas tropas", mas "tivemos que pôr de lado o sentimentalismo e defender também o que de justiça nos pertence"¹⁴⁸. Em 1946, os doqueiros debatiam um aumento salarial. Na assembleia do SOSPS ouvimos dois pronunciamentos parecidos com o anterior:

"O operário portuário ainda não se nega em trabalhar pelo engrandecimento e progresso da pátria, mas é preciso como é humano de melhor salário, de melhor alimentação e melhor descanso, para prosseguir na marcha do progresso da nação, de si próprio, e principalmente de seus filhos".

Na direção oposta, Virgílio Miranda dizia que

"os operários não podem mais aguentar os sofrimentos e a fome que passam: não podem ser patriotas, são mesmo obrigados a entregar a pátria aos inimigos. Que o direito e a liberdade que tem (sic) os operários é ir de casa para o trabalho e vice-versa"¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Vejamos ainda como Thompson define seu conceito de experiência: homens e mulheres "retornam como sujeitos, dentro desse termo - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através de estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada". THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 182.

¹⁴⁸ "O Diário", 3.4.45.

¹⁴⁹ SOSPS. AGE, 30.3.46.

Apesar da marcante diferença de opinião, tanto na primeira quanto na segunda fala, o tema do patriotismo estava imbricado no tema da sobrevivência, ou seja, aquele, para não ser negado, dependia deste. Nesta perspectiva, os doqueiros pareciam dizer algo semelhante aos discursos dominantes, mas com significados alterados de acordo com o vivido (incorporando noções de dignidade, merecimento, solidariedade, orgulho profissional, etc.), desembocando em atos diferentes do esperado pela "ideologia formal". A "hegemonia de classe", aqui fundada em grande parte no "paternalismo", não significa paralisação dos conflitos sociais ou uma sociedade consensual de "uma só classe"¹⁵⁰. Onde comumente se vê apenas subordinação, cooptação e passividade operária pela dominação ideológica "populista", constituindo-se as leis trabalhistas em amarras diluidoras da ação dos trabalhadores (hipótese repressiva), creio ser possível vislumbrar uma dinâmica castrada por algumas análises. A investigação histórica pode cortar os fios que levam, de uma ponta a outra, a se deduzir a consciência da ideologia formal. Quanto aos doqueiros pelo menos, creio que a crença simbólica nos direitos, longe de ter rompido a potencialidade dos conflitos, foi um fator movente em sua atuação.

150

Ver THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In.: Tradicón, revuelta y consciencia de clase. Barcelona, Critica, 1979.

CAPITULO 4

O PORTO VERMELHO (1945-1949)

Este capítulo pode ser considerado, em certa medida, uma continuação do anterior; situa-se na mesma conjuntura de "redemocratização", embora avance também nos anos da denominada "ditadura Dutra"; trata de questões semelhantes a outras já analisadas como, por exemplo, a oposição dos trabalhadores em "colaborar" com a diretoria e a linha de atuação de seu sindicato, expressando-se em movimentos que ultrapassaram os órgãos de representação de classe; algumas de suas lutas estão referidas aos anos de sufocamento vivido durante o Estado Novo e o período da guerra. Escolhi verificar aqui estes aspectos, entre outros, por uma razão bastante "particular": a maior parte das experiências no contexto que será analisado encontra-se em sintonia com a ação dos comunistas numa conjuntura em que Santos e o porto começariam a ganhar, cada vez mais, determinados cognomes bastante difundidos e que ficaram plasmados na memória social: "Porto Vermelho", "Cidade Vermelha", "Moscou Brasileira"; para os comunistas, significavam sinônimos eloquentes e apologeticos. Para os setores dominantes, eram designações utilizadas de maneira negativa e difamatória.

1- QUAIS PCBs?

Devemos ser prudentes e perguntar: trata-se de qual PCB? Aquele das orientações da cúpula partidária ou aquele "dos" comunistas-doqueiros que viviam os mesmos problemas dos demais trabalhadores sem vínculos com as agremiações políticas que diziam representá-los? Em linhas gerais, este capítulo está voltado basicamente para responder a esta questão.

Começemos pelos resultados eleitorais, em Santos, de 1945 a 1947, os quais contribuíram enormemente para a construção daqueles cognomes atribuídos à cidade e ao porto. Do total de oito eleições, em diversos níveis, o PCB obteve sete fragorosas vitórias na Baixada Santista (vide anexo no final deste capítulo). Farei um resumo estritamente quantitativo dos resultados nas urnas para indicar a enorme projeção

do partido na região durante os anos que se seguiram à guerra e ao Estado Novo.

Na disputa pela presidência da República, em novembro de 1945, o engenheiro Yedo Fiuzza, candidato pelo PCB, contou com 13,7% da preferência do eleitorado no Estado de São Paulo e 9,2% em todo o País. Na cidade de Santos, venceu o pleito com uma média de 40% da globalidade dos votos, superando em mais de 3.500 votos o candidato eleito, Eurico Gaspar Dutra.

Para a Câmara Federal, o estivador santista, Osvaldo Pacheco (PCB), elegeu-se com 18.420 votos, dos quais metade foi depositada nas urnas de Santos, onde o candidato angariou 50% do total, superando a soma dos outros concorrentes ou mais do dobro do segundo colocado, o "popular" possedista Antonio Feliciano.

Em Santos, Luís Carlos Prestes foi o candidato ao Senado mais votado, seguido de outro comunista, Rafael Sampaio Filho. Ambos alcançaram 23.852 votos de um total de 37.525, ou seja, mais de 60%. Getúlio Vargas e Marcondes Filho, empenhados na condução da "transição democrática", via o sindicalismo corporativo, conquistaram o terceiro e o quarto postos, respectivamente. Mesmo somando os seus votos, Prestes permaneceria imbatível.

Os resultados das eleições realizadas em vários níveis em janeiro de 1947 surpreendem igualmente quanto à força do PCB nas urnas de Santos. A vitória de Adhemar de Barros para o governo de São Paulo também pode ser tributada ao poder catalisador de votos dos comunistas que o apoiaram¹. Adhemar elegeu-se com 27% dos votos em todo o Estado e 60% em Santos.

Para a Assembléia Legislativa, dos seis candidatos locais mais votados, 4 eram do PCB, tendo sido eleito o professor e presidente da União Geral dos Sindicatos dos Trabalhadores de Santos, João Taibo Cadórniga. Dos votos por legenda, os comunistas somaram 15.790 votos, seguidos de longe pelo PSD, com 7.252. Ou seja, obtiveram mais de 40% dos votos. Num esforço de imaginação, se todos os outros partidos se

¹ Adhemar salta candidato pelo PSP com o apoio dos trabalhistas. Aproveitou-se da divisão do PTB quando este abandonou seu candidato próprio, Hugo Borghi, que passaria a disputar por um partido por ele criado, o Partido Trabalhista Progressista. Fazia parte de um "grande acordo" dos getulistas, prevendo aliança com os comunistas e o apoio a Getúlio, em 1950. Deste acordo, comunistas e petebistas apoiaram Adhemar, colaborando na consolidação do PSP como um partido popular em São Paulo. BENEVIDES, M. Vitória. O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 45.

coligassem, abrangendo um enorme espectro ideológico, fisiológico, etc., eles atingiriam 17.122 votos, apenas 1322 a mais que a legenda comunista.

Na disputa pelas cadeiras da Câmara Federal, o PCB repetiu o sucesso de 1945: cerca de 55% dos votos por legenda na coligação com o PSB, Partido Socialista Brasileiro. Na corrida pelo Senado, o candidato comunista, Cândido Portinari, perdeu por magros 417 votos para Euclides Vieira, do PSP.

Finalmente, nas eleições para a Câmara dos Vereadores, em outubro de 1947, das 31 cadeiras disputadas, 14 foram ocupadas pelos comunistas, candidatos pelo Partido Social Trabalhista, agremiação na qual abrigaram-se pelo fato de o PCB ter sido colocado na clandestinidade, em maio daquele mesmo ano.

Cabe verificar os possíveis motivos para tamanho sucesso eleitoral do partido na Baixada Santista. O próprio PCB oferece as suas explicações. O Jornal comunista "Hoje" atribuiu o "triunfo glorioso" das eleições de 1945, em Santos, à "fibra do seu povo", à "demonstração de seu espírito cívico", ao "passado de lutas da classe operária na cidade de Braz Cubas"². As "tradições de memoráveis batalhas operárias" inspiravam previsões. Em um comício preparatório ao famoso comício do Pacaembu, em 1945, Jorge Amado afirmou ter profetizado "a vitória eleitoral dos candidatos do povo nesse porto de Santos, nesse porto comunista de Santos"³. Em diversas publicações, o jornal não economizou espaço para escrever verdadeiras proclamações laudatórias ao "povo" da cidade (eleita como "a primeira cidade comunista do Brasil") e, em particular, expressar sua sempiterna gratidão aos portuários, carro-chefe do êxito do partido nas urnas⁴.

O tom destes pronunciamentos na imprensa do partido é visivelmente triunfalista. As loas aos protagonistas da vitória eleitoral podem indicar a preocupação de um estreitamento mais forte, sobretudo, com os portuários. Esta categoria estava cada vez mais presente no alvo da ação dos comunistas no interior do movimento operário. De qualquer modo, é óbvio que a participação de grande parcela da classe

² "Hoje", 11.12.45 e 20.12.45.

³ "Hoje", 5.1.46.

⁴ "Hoje", 11.12.45.

operária e das camadas populares naqueles resultados eleitorais não é uma constatação falaciosa do partido.

A partir de depoimentos de antigos trabalhadores, Braz de Araújo informa-nos em seu livro que houve uma grande movimentação operária pró-comunista na Baixada Santista durante as eleições de 1945³. Os portuários, sem dúvida, foram contingentes eleitorais de grande peso. Basta sublinharmos a votação massiva destinada ao estivador Osvaldo Pacheco, eleito deputado federal, superando por ampla margem Getúlio Vargas. Em 1947, foi também o caso dos portuários Leonardo Roitman, José Félix da Silva, José Reinaldo Simeí e Manoel Dias Veloso, eleitos vereadores. Certamente, podemos atribuir estes êxitos à identidade profissional e a possíveis interesses corporativos. Contudo, observei que outros portuários se candidataram por outras legendas e obtiveram reduzidos coeficientes eleitorais. Em 1946, segundo um ex-estivador comunista, 700 trabalhadores da estiva eram do PCB, excetuando-se ainda os chamados "simpatizantes" (depoimento de G.).

Podemos inferir uma importância mais destacada dos trabalhadores do porto sobre as demais categorias nas sucessivas vitórias do PCB a partir da comparação entre a mão-de-obra do porto de Santos e a população economicamente ativa do município. Por outro lado, havia um grande contingente de portuários estrangeiros que não votavam. Não dispomos destes números, mas segundo os trabalhadores entrevistados, os portugueses constituíam talvez metade dos operários da Cia. Docas e uma grande parcela de todo o porto⁴. No entanto, estes não eleitores desempenhavam muitas vezes um papel importante nos pleitos. Em seu depoimento, José Gonçalves (ex-presidente do SOSPS na década de 50 e até hoje um dos vereadores mais votados de Santos), fez a seguinte quadrinha: "você não vota em mim, mas o seu filho vota". Esta era uma das "fórmulas" políticas de um fenômeno sócio-cultural que eles chamavam de "família portuária", o que em geral funcionava nas eleições.

³ ARAÚJO, B. Operários em luta..., op. cit., pp. 71-4.

⁴ Ver "Capítulo 1".

Além desta "grande família", precisamos aludir também para o fato de que os portuários eram uma das categorias mais politizadas do país e com forte inserção em outros segmentos da classe operária⁷.

1.1. As Orientações do PCB na "Redemocratização"

Mas a compreensão desta estreita relação entre o PCB e os operários santistas torna-se difícil se considerarmos as orientações da cúpula partidária neste período, sobretudo no plano do movimento operário e sindical.

A partir de 1943 Stalin inaugurou uma estratégia de aproximação entre os comunistas e o "imperialismo democrático" contra o "imperialismo nazi-fascista"; tal orientação teve seus reflexos no Partido Comunista do Brasil. Naquele mesmo ano, na Conferência da Mantiqueira saiu vitoriosa a proposta do CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória), a partir da qual o PCB definiu sua linha de "União Nacional": apoio incondicional a Getúlio Vargas "na guerra e na paz". Além da política internacional de desenvolvimento pacífico (colaboração com as potências aliadas), no imediato pós-guerra o partido lançou sua palavra de ordem aos trabalhadores: "apertar os cintos". O conflito capital-trabalho não fazia parte da pauta do "programa mínimo" do "governo de coalizão" defendido pelo partido. Os sindicatos deveriam facilitar a "colaboração de classes", o que fazia parte da almejada aliança com Vargas. Em 1945, no comício de São Januário, Prestes pediu aos sindicatos que fossem a "garantia máxima da ordem" e exercessem a "vigilância do movimento operário"⁸.

O MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), criado em 1945, sob forte hegemonia dos comunistas, preconizava a manutenção da ordem, o controle sobre o movimento operário, a contenção das greves, a luta contra o eixo, a União Nacional e o apoio irrestrito a Vargas. A literatura, em geral, aponta para o fato de que o MUT não questionou a estrutura sindical criada no Estado Novo. Embora reivindicasse o fim do

⁷ De qualquer modo, não podemos superestimar o papel dos portuários nas eleições, em detrimento da flagrante importância de outras categorias. Basta observarmos que em outras cidades como Santo André e Osasco, os comunistas alcançaram coeficientes eleitorais comparáveis aos de Santos. Ver MARANHÃO, R. *Sindicatos e redemocratização*, op. cit., pp. 72-91. Segundo Yonne Grossi, nesta mesma época, os comunistas da cidade mineira de Morro Velho também alcançaram elevados índices de votação. GROSSI, Yonne de S. *Mina de Morro Velho...*, op. cit., pp. 149-65.

⁸ Citado em ALEN, S. *Os trabalhadores e a "redemocratização"...*, op. cit., p. 180.

controle do governo sobre os sindicatos, não exigia a supressão do imposto sindical.

O MUT santista, por sua vez, realizou sua primeira "reunião preparatória" em junho de 1945, contando com a presença de 600 trabalhadores. Nesta ocasião a entidade conclamou à união entre trabalhadores e sindicatos, superando "todas as divergências e antigas discórdias que nos desentendem nos locais de trabalho e nos sindicatos". Esta orientação fazia parte da política de "não sectarismo" e união com outras correntes sindicais; concitava ainda à ausência de "agitação" com operários "desorganizados", pois do contrário se justificariam "medidas restritivas às liberdades públicas que vimos conquistando"⁹. Isso significava a defesa de um espaço político capaz de favorecer o apoio a Vargas; assim, os operários em greve eram aconselhados a voltarem ao trabalho.

Prova disso encontra-se em uma paralisação dos doqueiros, em outubro de 1945, quando 150 operários de 8 turmas foram suspensos pelos feitores por interromperem o serviço às 11:00 horas da noite no momento em que haviam sido notificados que as operações deveriam ser interrompidas às 3 horas da madrugada. Eles alegaram que o trabalho extraordinário até este horário lhes impunha sérias dificuldades, pois tinham que retornar às suas casas a pé ou esperar o bonde até as primeiras horas da manhã; reclamaram ainda que não haviam sido anteriormente informados da interrupção do trabalho, o que os motivou ao "ato de indisciplina".

O episódio ocorreu na noite de sábado para domingo. Na segunda-feira, começou a greve a partir das 13 horas, entre os armazéns 1 a 12, paralisando em seguida todos os operários de carga e descarga do porto. A direção do sindicato e do MUT local estiveram nos locais de trabalho exortando-os à retomada dos serviços. O MUT divulgou um comunicado na imprensa onde advertiu que

tendo conhecimento de que elementos inimigos da classe trabalhadora - agindo como de costume e como já fizeram na capital há alguns meses atrás - procuram criar um clima de mal estar, agitando e tentando provocar a desordem, com a eclosão de movimentos grevistas, vem por intermédio do presente, desmascarar de público a manobra desses maus brasileiros, que procuram a todo transe perturbar a ordem"¹⁰.

⁹ Movimento Unificado dos Trabalhadores - Seção Municipal de Santos . "A Tribuna", 10.6.45.

¹⁰ Movimento Unificado dos Trabalhadores. Aos trabalhadores em geral. "A Tribuna", 21.10.45.

Todavia, os grevistas parecem ter feito ouvidos de mercador. Quando foi à noite houve entendimentos na Delegacia do Trabalho Marítimo, responsável pela disciplina do trabalho portuário, "sendo revogada a medida de suspensão aos 150 trabalhadores"¹¹.

Até onde sabemos a greve não parece ter sido "provocada" por "inimigos da classe trabalhadora", mas decidida em torno dos problemas das condições de trabalho, prendendo-se à suspensão arbitrária de 150 operários que se recusaram a operar o porto à noite em situação adversa.

Mas no início de 1946, o PCB realizou algumas mudanças. Por força de "grande política", dos arranjos nas composições dos setores localizados no poder e por ocasião da posse de Dutra, o partido viu-se cada vez mais afastado dos espaços palacianos. Além disso, o conflito de classes estava sendo colocado pelos trabalhadores com maior insistência. A explosão operária pode ser lida a partir de cerca de 60 greves eclodidas nos dois primeiros meses de 1946, quebra-quebra de lojas, saques a atacadistas, apedrejamento de fábricas...¹² Diante desta pressão operária, o partido começou a tolerar as greves, às vezes não as impediam e chegavam até a deflagrá-las¹³. Como afirmou Silvio Alen, "o partido precisava contar com uma ação de maior longo prazo; a política de ordem e tranquilidade, precisava ser, ainda que timidamente, revista"¹⁴.

Em Santos podemos vislumbrar estas modestas modificações através da plataforma da União Geral dos Sindicatos dos Trabalhadores de Santos, "entidade de cúpula" que substituiu o MUT. A UGSTS foi instalada em outubro de 1945 com a presença de 5000 pessoas no Teatro Coliseu, congregando os 37 sindicatos santistas¹⁵. Em abril de 1946 a entidade lançou seu programa que, entre outros, destacava os seguintes pontos: melhores condições de vida, liberdade e unidade sindical, di-

¹¹ "A Tribuna", 16.10.45.

¹² PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros..., op. cit., p. 92.

¹³ CASTRO, Sandra. Apogeu e crise do populismo (1945-1964). In: LBNY, M. et alii. Do movimento operário independente ao sindicalismo de Estado..., op. cit., p. 55. Foi o caso da greve dos bancários. Pela primeira vez nesta conjuntura o PCB apoiou um movimento grevista, "colocando a seu serviço o poder de pressão de que dispunha". ALLEN, S., op. cit., p. 195.

¹⁴ ALLEN, S., op. cit., p. 192.

¹⁵ "A Tribuna", 30.9.45.

reito de reunião, de associação e de greve; cumprimento das leis trabalhistas; liberdade de "intervir nos conflitos entre patrões e trabalhadores, sempre que for solicitada por qualquer das entidades filiadas ou pelas autoridades"¹⁶.

O "Pleno Ampliado" realizado pelo PCB, em janeiro de 1946, foi o responsável pela introdução destes itens, ressaltando a importância das lutas por aumentos salariais e outras reivindicações "imediatas" dos trabalhadores¹⁷. Por outro lado, manteve praticamente intacta a análise da conjuntura, sem alterar suas conclusões gerais, permanecendo seu desejo de participar do governo ("União Nacional")¹⁸.

Em 1947 deu-se a escalada repressiva do governo Dutra; em maio, o partido, o MUT e as Uniões Gerais foram proscritos, muitos sindicatos sofreram intervenção, jornais comunistas foram empastelados, militantes acabaram nas prisões e a crise internacional agravou-se com o início da guerra-fria. Apesar disso, até a cassação dos parlamentares eleitos pelo PCB, em janeiro de 1948, o partido não alterou sua linha política, repetiu as previsões de paz duradoura no pós-guerra e continuou disposto a manter a ordem¹⁹. Somente em 1948 o PCB deu uma "guinada à esquerda" e, entre outras coisas, exigiu a deposição de Dutra, estimulou as greves e entrou em confronto aberto contra a estrutura sindical oficial.

A classe operária, pelo menos até meados de 1947, deu mostras irrefutáveis de atuação autônoma; gravitava entre os temas mais prementes do seu cotidiano e não em torno da retórica democrática e anti-fascista do partido comunista; interessava-lhe expressar-se nas ruas, nas greves, nos movimentos reivindicatórios suas aflições, sobretudo, quanto aos aspectos da sobrevivência - o que contrariava o "aperto dos cintos" e a "manutenção da ordem". Todavia, neste mesmo partido muitos operários depositaram seus votos e nele se filiaram; apoiaram justamente um partido que, embora reivindicasse autonomia sindical, acreditava poder facilitar a união em torno do "governo de coalizão" e concretizar a unidade do movimento sindical dentro da estrutura corporativista. Como isso foi possível?

¹⁶ "Hoje", 6.4.46.

¹⁷ MARANHÃO, R., op. cit., p. 79.

¹⁸ ALLEN, S., op. cit., p. 191.

¹⁹ IBID, p. 234; LONER, Ana Beatriz. O PCB e a linha do "Manifesto de Agosto": um estudo. Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1985, p. 18.

Não cabe a este estudo responder a esta questão mais geral, visto que aqui interessa-nos verificar mais especificamente as relações entre os comunistas e os doqueiros. Contudo, antes de chegarmos a este ponto, pretendo arriscar algumas hipóteses para o caso santista.

1.3. Precedentes do Exito do PCB em Santos

Devo ressaltar que a história do PCB na "Cidade Vermelha" e sua inserção no movimento operário e sindical está por ser feita; quase nada sabemos sobre suas atividades entre as décadas de 20 e 30²⁰. Por motivos que me parecem óbvios as informações tornam-se muito mais rarefeitas à medida em que nos aproximamos do Estado Novo. Todavia, disponho de alguns poucos registros quanto ao período da "ditadura varguista".

Segundo o balanço de Victor Gallanti, dirigente do Comitê Municipal do PCB santista, no Estado Novo o partido contava "com pouco mais de 70 militantes" na cidade²¹. Este número talvez seja exagerado ou factível, dependendo de outros referenciais comparativos. Nelson Werneck Sodré contabilizou 100 militantes na ativa, em 1942, quando o PCB começou a se reconstituir da repressão estado-novista²². Assim, os pouco mais de 70 militantes santistas talvez remontem aos anos finais do "estado de exceção".

Segundo um ex-estivador do PCB, desde 1943 os portuários começaram a se organizar com maior intensidade, contando com o engajamento ativo dos comunistas (depoimento de A.). Tito Emídio Gomes, reconhecidamente comunista no pós-guerra, havia feito parte da diretoria do SOSPS no Estado Novo, embora não tenha sido possível constatar se ele já era do partido nesta época²³. Osvaldo Pacheco relatou que sua matrícula de estivador junto à Capitania dos Portos,

²⁰ Seria de maior importância a realização de estudos que se debruçassem neste período e focalizassem tal problemática, a partir dos quais poderíamos analisar com maior segurança a trajetória do partido nos movimentos sociais do local. Outras pesquisas com este propósito nos esclareceriam melhor que o sucesso dos comunistas em Santos, no imediato pós-guerra, não foi um fato descontínuo e espontâneo.

²¹ "Hoje", 24.7.46.

²² SODRÉ, N. W. Contribuição à história do PCB. A crise. Revista Temas de Ciências Humanas, vol. 10, São Paulo, Ciências humanas, 1981, p. 207, apud LONER, B., op. cit., p. 37.

²³ Em outras localidades os comunistas alcançaram, sub-repticiamente, grande margem de participação no movimento operário durante o Estado Novo, como foi o caso na Mina de Morro Velho, onde tiveram até mesmo hegemonia no sindicato local dos mineiros. GROSSI, V., op. cit., pp. 149-65.

"o direito de trabalhar, cassaram 3 vezes e a estiva de Santos, com o apoio dos trabalhadores de Santos... Eu era secretário, eu não tinha partido nenhum, compreendeu?, não sabia nem, não é?, esse processo da formação da ciência marxista e tal, e já apenas por procurar cumprir meu dever como operário, não me deram posse e a mais um outro diretor, dois. Isso em 43"²⁴.

Embora afirme que ainda não fosse comunista, não devemos descartar a hipótese de que outros diretores eleitos fizessem parte do PCB ou tivessem alguma relação com membros do partido. Conjectura difícil, sem dúvida, pois da suspeita à prova de comunismo o caminho era muito curto. Ainda assim, podemos supor que as cassações da matrícula de estivador e a impugnação eleitoral tenham contribuído para o enorme sucesso de votação de Osvaldo Pacheco em 1945. Embora não fosse um "mártir", podia estar no rol dos "perseguidos". Não devemos nos esquecer que, em 1937, com 5 dias de estivador, teve 10 de prisão.

Segundo alguns autores, o prestígio do PCB no pós-guerra deveu-se, entre outros fatores, ao destaque da URSS no papel que desempenhou durante e ao final da guerra, à figura legendária de Prestes, o "Cavaleiro da Esperança", privado de liberdade durante anos, ao halo dos heróis martirizados nas prisões durante a ditadura estado-novista²⁵. Este último aspecto foi assinalado por um antigo comunista e ex-dirigente do SEASPS. Segundo ele, menos por experiência do que por "ouvir dizer", os comunistas no Estado Novo

"se movimentavam sim. (...) A história diz que o Partido Comunista teve uma atuação extraordinária e ganhou assim uma experiência muito grande na clandestinidade. Quer dizer, eles se tornaram professores, né (ri). Como clandestinos eles se tornaram professores. Trocavam de nome e se movimentavam muito. (...) Tinham muita penetração e muita credibilidade. (...) Eu nasci em 1926, eu me lembro da repressão de 37 pra diante. Em 38 veio a guerra... Então, ele (PCB) já tinha uma atuação muito grande. Por isso, essa preponderância do pessoal de esquerda, né, no movimento sindical, (por causa) desses anos todos de luta, né, essa tradição, esse conhecimento. E o pessoal conhecia, quer dizer, (n) a liderança, o pessoal acreditava. - Esses caras, esses caras, pô, entendem, eles sofreram pra caramba, sofrem pra caramba, dão a vida pela causa, o sujeito perde emprego e tal, são presos, são torturados e tal. Que naquela época também se assassinaram, se mataram muita gente, né, quando veio aquela revolta de 1935, novembro de 1935, da Aliança Nacional Libertadora. (...) Antes de entrar nas Docas, em 1943, eu conheci muita gente militante do movimento operário (e eu era jovem, em 43 eu tinha 17 anos). Quer dizer, eu me lembro, quando eu tinha 12 anos, 13 anos, eu conheci as lutas desse pessoal, como é que eles luta-

²⁴ "MEMÓRIA Sindical da Baixada Santista", op. cit.

²⁵ Ver ALEN, S., op. cit., p. 186-9.

vam, né, conhecia informações de vizinhos que eram ligados, essa coisa toda e isso tudo teve uma influência muito grande na minha formação" (depoimento de B.).

Este depoimento pode ser exagerado, até certo ponto mítico e permeado de lembranças muito mais transmitidas do que propriamente originadas de experiências vividas. De qualquer modo, revela o prestígio do partido, sua "credibilidade" em função de seu aprendizado político na clandestinidade, de sua trajetória de lutas informada pela comunidade local e dos "mártires" condenados pela ditadura.

Além disso, é possível que tenham sido conhecidas na cidade as condições de tratamento impostas aos presos políticos na cadeia de Santos. Segundo Foster Dulles, ela ganhou fama pela brutalidade dos espancamentos ali praticados por manter os presos políticos em celas superlotadas, nas quais "os piores espécimes da sociedade" lançavam-se à perversão e ao sadismo. Os presos políticos eram colocados em celas pequenas, imundas e sem qualquer ventilação. Após a Intentona, o comunista José Stacchini permaneceu nu por 16 dias em um desses calabouços. Ainda segundo Dulles, um preso político anônimo, depois de deixar a cadeia de Santos em 1937, escreveu no "O Radical" (Santos) um relato onde narrou que preferia ser torturado e ir para a solitária completamente nu, ao invés de ser lançado no "xadrez n.3, célebre pelos atos de selvageria". Consta de seu relato que

"os carcereiros e seus marginais favoritos tinham o aplauso unânime dos vagabundos, ladrões e bêbados, quando atormentavam os presos dementes. Mataram seis deles, segundo a carta dirigida a "O Radical".

"Pobre do preso político que, depois de açoitado, era posto numa cela exígua com o bandido 'Macaca Oca', homossexual e sádico, a quem os carcereiros davam um afiado canivete e ordens de torturar. Depois do sucesso de uma dessas missões, 'Macaca Oca' ia de volta para a cela n.3 onde narrava em detalhes o episódio 'para satisfação dos miseráveis bandidos, que festejavam a grande proeza do companheiro com risadas e gestos provocantes aos demais presos políticos que ali se achavam e que nem ao menos (podiam) socorrer o infeliz companheiro... que já tinha sofrido e (continuará) a sofrer por ter um ideal e sustenta-lo perante as autoridades'"²⁶.

Mas o êxito do PCB no pós-45 não deve ser tributado tão somente ao prestígio soviético, à imagética prestista (um Prestes "histórico" e não "colaboracionista") e ao martiroológico comunista. Em Santos, no período legal do partido, a ação dos comunistas indicava não apenas discursos, orientações de cúpula e análises de conjuntura. Deram inú-

²⁶ DULLES, J., op. cit., p. 96.

meros exemplos de organização e penetração mobilizadora no seio da classe operária²⁷.

1.4. Os Comunistas e o Movimento Operário de Santos

A começar pela própria preparação das eleições de 1945, uma das fórmulas de mobilização encontradas foi atrair um grande número de pessoas através de expedientes recreativos. O jornal "Hoje" publicou uma alentada reportagem sobre a campanha realizada na "Célula de Vila Mathias", bairro operário com enorme contingente de moradores portuários. O secretário da célula esclareceu que tudo começara pela organização de um Departamento Esportivo, "Esporte Clube Dinamo", em homenagem "ao maior clube da União Soviética". Criaram um time de futebol, um "corpo coral" e "um magnífico regional". Realizaram festas e comícios "enchendo as ruas da cidade"²⁸. Nas tarefas propriamente eleitorais, 4 mil pessoas qualificadas pelo partido receberam "em mãos" um envelope com a chapa completa do partido e a seção onde deveria votar; a cidade foi dividida em 6 zonas e em cada uma foi instalado um posto de controle das seções eleitorais. Nesses locais, os delegados do partido atendiam às dificuldades dos eleitores. José Cavalcanti, secretário da célula, conta que foram colocados automóveis e "outros meios de locomoção" à disposição desses pontos, destacando-se a participação dos moradores no dia das eleições. Segundo ele,

"a população não fez penas votar em nossos candidatos. Fez muito mais. Ajudou-nos a cumprir nossas tarefas, auxiliando-nos em tudo. Basta dizer que embora o Partido tivesse providenciado alimentos e refeições para os delegados instalados nos diversos postos, a vizinhança não deixou de levar café, bolos, etc., num gesto espontâneo"²⁹.

Podemos desconfiar destas informações oficiosas do partido. Contudo, seu desempenho eleitoral nas urnas supõe um alto grau de mobilização dos militantes (e não deviam ser poucos), além do envolvimento e colaboração da comunidade; afinal, os bairros portuários depõem sobre a tradição de solidariedade de seus moradores e o papel político que ela desempenha a partir dos laços de identidade social.

²⁷ No dizer de Sílvio Alen, "malgrado suas análises, estratégias e táticas, suas palavras de ordem e todo o oportunismo, o PCB conseguiu concretizar fórmulas organizacionais, demonstrando, ao menos durante algum tempo, extrema competência mobilizadora". ALÉN, S., op. cit., p. 187.

²⁸ "Hoje", 11.12.45

²⁹ "Hoje", 20.12.45.

Mas o que pretendo sublinhar são os inúmeros organismos criados pelo partido, o que dava uma coloração à sua face pálida de "União Nacional". Não havia apenas o MUT e a UGSTS que pediam a "ordem"; os comunistas tinham hegemonia nos Comitês Populares e Democráticos que se envolviam nos problemas dos bairros e discutiam temas como ameaça da perda da autonomia da cidade, habitação, custos dos gêneros alimentícios, instrução pública, revogação da Carta de 37³⁰.

Havia ainda os comitês profissionais que pareciam exercer a função de atuarem nos sindicatos em que o PCB não tomava parte da diretoria. Na imprensa local ganharam destaque as convocações para as reuniões do "Setor MUT dos Trabalhadores da Cia. Docas", da "Célula 25 de Março" (Docas) e do "Comitê Distrital do Cais do PCB". Nestas reuniões eram debatidos os direitos dos trabalhadores, com ênfase no "descanso semanal remunerado".

O "Hoje" fez um balanço das atividades do partido em Santos: Referiu-se a passeatas, comícios, reivindicações salariais e por melhoria nas condições de vida e de trabalho, campanha de sindicalização e retorno dos operários aos sindicatos; noticiou a participação das lideranças sindicais comunistas nas assembleias das categorias, tais como nas do SOSPS em que se discutia salário- produção, jornada de trabalho, aumento salarial, etc; havia ainda freqüentes "sabatinas" com "renomados" comunistas nos sindicatos lotados de trabalhadores. Foi o caso de João Amazonas na entidade de classe dos doqueiros, discutindo "problemas nacionais" e direitos dos operários. No balanço, o jornal incluía a intervenção eficaz da União Geral em uma greve dos trabalhadores dos Carris Urbanos e na paralisação dos doqueiros motivada pela já referida suspensão de 150 operários - "suspensão injusta de algumas turmas: greve solucionada por intervenção da União - suspensão anulada"³¹. Claro, neste balanço sucinto não foi mencionado o apelo à volta ao trabalho e o comunicado na imprensa contra "os inimigos dos trabalhadores" que teriam insuflado a greve.

Victor Galantti traçou para o "Hoje" um perfil do PCB em Santos.

"Num retrospecto histórico da luta do Partido durante a ilegalidade, quando em Santos contava com pouco mais de 70 militantes, fala da grande contribuição dada na ajuda a nossa gloriosa FEB, unindo em torno de uma comissão ampla todos os democratas desta cidade; rememora os dias gloriosos da campanha pró-anistia dos nossos presos

³⁰ "Hoje", 28.02.46.

³¹ "Hoje", 31.10.45.

políticos, campanha que em centenas de comícios nos bairros e centro da cidade, concorreu para firmar o prestígio do PCB; fala das vitórias obtidas na luta do nosso povo e proletariado em defesa de suas reivindicações mais sentidas (...), a memorável campanha de 2 de dezembro último, na qual Santos, reafirmando suas tradições de luta na defesa da democracia consagrando nas urnas os nomes dos candidatos do PCB, que neles reconhecia, afinal, os legítimos representantes da Nação"³².

Creio que esta imagem dos comunistas sobre si mesmos foi compartilhada por muitos trabalhadores. Tratava-se não do PCB das palavras de ordem, do partido pela ordem e que reclamava mais alguns furos nos cintos dos operários. Afinal, não foram poucos os trabalhadores que se filiaram e acreditaram em um outro PCB: aquele que se defrontava com a exploração econômica, com os poderes dominantes, com as reivindicações dos trabalhadores. E este fenômeno não deve ser imputado apenas à fisionomia que o partido ganhou pelas histórias dos heróis na clandestinidade ou por uma imagem artificial por ele divulgada; nem tudo era só passado ou mera retórica. Em 1947 o desempenho eleitoral do partido junto aos operários se fundamenta no seu desempenho na Constituinte em defesa dos trabalhadores. Jorge Amado prognosticou que, com a eleição de Osvaldo Pacheco, o trabalhador do porto

"se fara ouvir em meio aos deputados que representam os donos dos navios, os donos das mercadorias que os navios conduzem, os donos dos guindastes, os donos dos fardos que os guindastes levantam manejados pelas vossas mãos. Agora a vossa voz se levantará ao Congresso e dirá das vossas necessidades..."³³.

E de fato, como já vimos em outros capítulos e ainda teremos a oportunidade de verificar, da tribuna do Congresso Osvaldo Pacheco se colocou várias vezes em favor dos portuários.

O mais importante, porém, é analisar em que medida os militantes das bases cumpriam os ditames da cúpula. Em que medida não se abriu um fosso entre ambos? Podemos arriscar algumas hipóteses. Em um partido que, em 1946, chegou a contar com quase 200 mil militantes³⁴, não é preciso tanto esforço para supormos que muitos desconhecessem as orientações partidárias; além disso, Beatriz Loner mostrou as relações autoritárias da cúpula com as bases e como os canais de comunicação

³² IBID.

³³ "Hoje", 28.2.46.

³⁴ LONER, B., op. cit., p. 54.

entre ambas eram deficientes³⁵; em outros casos, podia existir entre os comunistas e uma determinada categoria profissional uma prática de lutas que inviabilizava qualquer recuo, sob o risco de perderem a credibilidade e serem lançados no isolamento.

A partir destes pontos pretendo agora observar mais de perto a relação entre os comunistas e os doqueiros, buscando inserir muitas das problemáticas até aqui expostas em um terreno mais específico, cujos contornos são mais visíveis.

2. OS COMUNISTAS NO PORTO DE SANTOS

Começarei pelo caso dos navios espanhóis. Este episódio não só nos recorda a luta dos portuários, em 1937, contra o regime franquista e em solidariedade à Guerra Civil Espanhola³⁶. Ele insere-se num movimento de "internacionalismo proletário", sob a ação dos comunistas em diversas partes do mundo, numa conjuntura cujas bandeiras eram a "democracia" e o fim das "reminiscências fascistas"; mais do que isso, coloca em foco os conflitos entre, de um lado, os portuários e os comunistas e, de outro, as "autoridades governamentais" em uma época na qual o PCB batia-se pela colaboração com o Estado; e antes de mais nada, devemos atentar ainda para a enorme cumplicidade entre os militantes de base do PCB e os trabalhadores do porto de Santos.

2. 1. O Boicote aos Navios Espanhóis.

Em diversas partes do mundo, sob a liderança da Federação Sindical Mundial, os portuários lançaram-se novamente contra a Espanha franquista ao ser revelada publicamente sua colaboração com o nazi-fascismo³⁷. Em julho de 1945 foi fundada em Santos a A.B.A.P.E. (Associação Brasileira de Auxílio ao Povo Espanhol). Essa sociedade congregava elementos da colônia espanhola radicados na cidade, "bem como todos os democratas sinceros, desejosos a oferecer seu apoio a uma campanha pacífica para a destruição de mais um foco fascista no

³⁵ IBID.

³⁶ Ver "Capítulo 3".

³⁷ SARTI, I., op. cit., pp. 98-9.

mundo"³⁸. Antecipando-se ao pessoal da estiva que deflagrou o boicote, em dezembro de 1945 ela recomendou a

'negativa dos operários portuários de descarregar e carregar navios espanhóis ou de outras nacionalidades que transportem mercadorias procedentes da Espanha"³⁹.

Este parece ter sido o início da campanha pelo boicote. Contudo, um acontecimento ocorrido em fevereiro de 1946 viria apimentá-la. Chegara em Santos, clandestinamente, o republicano espanhol Martín González, tendo sido recolhido na Cadeia Pública. Este revolucionário fora condenado à morte por haver participado na Guerra Civil. Conseguiu, porém, a comutação da pena, substituída por 25 anos de prisão e depois por 5, sob liberdade condicional. Novamente perseguido por reincidir contra o regime de Franco, fugiu para o Brasil⁴⁰.

Iniciaram-se os entendimentos para que González não fosse devolvido à Espanha, sendo lançados neste sentido diversos apelos às autoridades. Nas assembleias sindicais os trabalhadores de Santos decidiram remeter telegramas em favor do preso, desenvolvendo atividades para angariar fundos financeiros com vistas às despesas na pretendida assistência jurídica de González⁴¹.

Leonardo Roitman, ex-presidente do sindicato dos empregados da administração da CDS e ex-militante comunista na cidade (eleito vereador em 1947), afirmou em seu depoimento que a campanha em favor de González havia sensibilizado o Governo, levando Dutra a recusar "agrément" ao embaixador franquista Eduardo Aunós, enviado ao Brasil. Segundo ele, "a atitude do Presidente da República foi interpretada como sinal verde para formas mais avançadas de luta contra os remanescentes do fascismo internacional"⁴².

Segundo G., ex-estivador comunista, este sinal verde foi uma "vacilação" do governo que "não pretendia romper relações com o Franco"; tratava-se de uma resposta hesitosa às pressões anti-franquistas. Desta vacilação, resultou que no dia 6 de março

³⁸ "A Tribuna", 29.7.45.

³⁹ "Hoje", 10.12.45.

⁴⁰ "Hoje", 23.2.46.

⁴¹ ROITMAN, Leonardo. Greve no porto contra Franco, op. cit. Estes fatos tiveram também ampla cobertura do "Hoje".

⁴² ROITMAN, L., op. cit.

"a turma do partido, a da estiva aí, apertaram, pressionaram o Cabeças [presidente do SES] pra ele dar uma assembleia porque a estiva ia ficar solidária com o governo. (...) Aí a gente aproveitou na assembleia e decretamos na assembleia o fim do trabalho nos navios espanhóis. Todo navio que viesse, voltava. Se viesse, voltava cheio pra Espanha ou, então, ia procurar outro porto".

Chegaram os navios "Cabo de Buena Esperanza" e "Cabo Pryor": "aí nada: ninguém descarregou" (depoimento de G.). O primeiro levaria 400 toneladas de mercadorias brasileiras e o segundo trazia 500 toneladas de azeitonas, o qual partiu de Santos com a "buena esperanza" de operar em Buenos Aires⁴³.

Dias depois outra assembleia na estiva ratificou a decisão, "não havendo um único estivador que discordasse"⁴⁴. Os doqueiros, por sua vez, solidarizaram-se com o movimento e não descarregaram o "Cabo Pryor"⁴⁵.

A contra-ofensiva não demorou. Foram mobilizados os "fura-greve": mais de 40 soldados da Força Pública, "cabeças-de-tomate" (como eram chamados os grupos de choque da Polícia Especial por causa dos capacetes vermelhos que usavam) e cerca de cem bombeiros para operarem no descarregamento das 500 toneladas de azeitonas do "Cabo Pryor"⁴⁶. De fato, os bombeiros não tinham muito jeito neste tipo de atividade. Segundo G.,

"os bombeiros vieram, ocuparam guindaste, puseram bombeiro dentro do navio para trabalhar. Logo, um dos guindastes..., o bombeiro não soube [rir], não soube trabalhar com ele, o guindaste tomou em cima do navio, né. Olha, foi um desastre desgraçado e nada da carga deles conseguir, né. Aí, o navio ficou naquela lenga-lenga, descarrega-não-descarrega".

Enquanto isso, os estivadores recebiam apoio de países estrangeiros por meio de telegramas enviados ao sindicato, o qual escondia a maior parte. Por fim, o "Cabo Pryor" não foi descarregado e partiu para outro porto. Como represália, no dia 19 de março a União Geral foi interditada, sob a acusação de haver se envolvido no boicote⁴⁷.

⁴³ "A Tribuna", 8.3.46.

⁴⁴ "A Tribuna", 12.3.46.

⁴⁵ "Hoje", 14.3.46.

⁴⁶ "A Tribuna", 13.3.46. .

⁴⁷ "Hoje", 20.3.46.

Estava programada para abril a chegada do "Mar Caribe", outra embarcação espanhola, a fim de receber 4.800 toneladas de algodão destinadas a Barcelona. Os preparativos para a operação do carregamento foram iniciados pelo Delegado de Polícia de Santos. Sob o pretexto de que alguns doqueiros haviam se queixado de serem constrangidos por outros operários a não trabalhar no "Mar Caribe", foram enviadas forças policiais para garantir o "direito ao trabalho"⁴⁸. Chegaram ao porto navios da Marinha de Guerra e a informação da descida de tropas a Santos. Segundo Roitman, os trabalhadores previam um desastre, mas

"o recuo jamais esteve entre as cogitações de quem quer que fosse. Cientes e conscientes da derrota, face ao brutal desequilíbrio de forças, aguardamô-la de pé dispostos ao sacrifício".

No dia 16 de abril doqueiros e estivadores recusaram-se a trabalhar na embarcação, embora comparecessem aos locais de trabalho. Junto com os dirigentes da União Geral foram presos e remetidos à Casa de Detenção, em São Paulo. Como não bastasse, a Delegacia do Trabalho Marítimo deu início à convocação de alguns estivadores; caso não aquiescessem seriam incursos na Lei de Segurança Nacional. Segundo o "Hoje", a mando do Capitão dos Portos e do Inspetor da Polícia Marítima, esta convocação se traduziu em invasão das casas dos operários, intimados pela polícia a trabalharem no "Mar Caribe"⁴⁹.

Estas pressões não surtiram qualquer efeito no ânimo dos trabalhadores. Poucos dias depois, 1500 estivadores ratificaram o boicote pela terceira vez⁵⁰. Contudo, para esta assembléia estava preparada uma cilada. Apesar da histórica coesão e solidariedade, a estiva também tinha seus "traidores".

De acordo com o depoimento de G., Antoninho Navalhada, benemérito do sindicato e "um valentão que tinha na estiva", propôs que se tirasse uma comissão para comunicar às autoridades que, mesmo sob as ameaças e pressões da Capitania, a assembléia aprovara mais uma vez o boicote. Seu objetivo era demonstrar que o movimento "contra o navio de Franco não era uma luta de meia dúzia, era uma luta de toda a estiva porque foi aprovada na assembléia". Foram indicados cerca de 20 elementos para compor a comissão, número considerado exagerado por muitos. Porém, Navalhada atalhou que "quanto mais melhor" e acabou

⁴⁸ "A Tribuna", 9.4.46.

⁴⁹ ROITMAN, L., op. cit; "Hoje", 17 e 18.4.46.

⁵⁰ "A Tribuna", 18.4.46.

também sendo indicado; "mal sabíamos nós que ele estava mancomunado com o Delegado (do DOPS), pro Delegado prender a gente". A comissão, finalmente, dirigiu-se ao DOPS e foi recebida pelo delegado que, por instantes, ausentou-se da sala para atender a um telefonema. Passado algum tempo,

"ele voltou pra nós e... tinha que ver que farsa. Ele chegou pra comissão e disse assim: 'eu lamento muito. Acabei de receber uma ordem do secretário da Segurança para que os senhores fossem detidos'".

Como é de se esperar, o único a não receber ordem de prisão foi nada menos que Antoninho Naveilhada. Mas, "muito esperto", ele pretendia estar acima de qualquer suspeita junto aos seus companheiros e foi logo dizendo: "'Que é isso, doutor, eu não vou abandonar meus companheiros. Também me considero preso'". Claro, foi preso também⁵¹.

Enquanto permaneciam num quartel da cavalaria na rua São Leopoldo, "a notícia correu o cais" e foi lançada a palavra de ordem: "enquanto não soltarem a comissão, o cais tá parado de ponta-a-ponta". E não foi de outra maneira; no dia seguinte, sem que tivesse ocorrido qualquer assembléia, o pessoal da estiva, das Docas e da administração da CDS paralisou totalmente as atividades do porto de Santos⁵². Passadas apenas "umas duas horas", uma autoridade esteve com os presos e decretou sua libertação⁵³. G. nos, conta emocionado, sobre a acolhida que receberam por parte dos grevistas solidários com a comissão, quando esta ia chegando aos grupos no sindicato dos estivadores. Como eram muitos os presos,

"então foram levando 4, 5, né, pro sindicato. Quando nós chegamos no sindicato, cada carro que chegava com os presos, era uma multidão na porta do sindicato dos estivadores [ri] e aqueles aplausos. Eu quando conto isso eu me comoço, quando eu conto essa passagem da estiva. É um negócio que deixa a gente, né, com aquele espírito de luta tremenda. Então, aqueles aplausos quando chegava os carro com os preso. Ai era aqueles aplausos na assembléia: 'a estiva tá parada. Enquanto eles não (pararem) de ameaçar os estivadores, ninguém trabalha'".

Em maio, o ministro do Trabalho, Negrão de Lima, foi a Santos. Depois de visitar alguns bairros operários e conversar pessoalmente com os operários no cais, ele decidiu participar de uma assembléia no sindicato dos estivadores, otimista em demovê-los do movimento⁵⁴. Mai

⁵¹ Segundo o "Hoje", foram detidos mais de 40 estivadores. "Hoje", 20.4.46.

⁵² "A Tribuna", 21.4.46.

⁵³ Ver "Hoje", 20.4.46.

⁵⁴ "A Tribuna", 8.5.46.

sabia o que o esperava. Com o sindicato e a praça em frente completamente lotados, Negrão de Lima foi o primeiro a usar da palavra; não poupou elogios e, saudosos, rememorou os dias em que povo e governo estavam irmanados em um mesmo objetivo. Disse ainda

"que aquilo era muito bonito, que era uma luta contra o fascismo, que aqui o Brasil também participou, né, com a expedição, com a FEB, mas que os estivadores deviam voltar atrás porque tava prejudicando o comércio do Brasil com a Espanha, aquele negócio todo e parou aí".

Zé Félix, o "Chuvisco", pediu a palavra

"e falou num tom que a assembleia toda bateu palma e o ministro se viu ali num estado de, né, de... quase que humilhado porque todo mundo dizia: 'abaixo o nazismo, abaixo o fascismo'".

Após outros oradores, Negrão de Lima "agora já falou aborrecido": os estivadores não estavam lutando apenas contra Franco, mas igualmente contra o governo que "não ia aceitar assim de braços cruzados" e tomaria "providências". Após estas ameaças, retirou-se do sindicato e "quando foi embora os estivadores ficaram rindo dele [ri]" (depoimento de G.). Pela quarta vez foi ratificado o boicote.

No sindicato dos doqueiros, o ministro do Trabalho não teve melhor sorte. Prometeu dois restaurantes a serem instalados no porto, além da construção de casas populares (antigas reivindicações da categoria); chegou até mesmo a inaugurar a pedra fundamental de um grupo de casas que seria construído pela CDS a "preços módicos". Além disso, o momento era-lhe propício, pois os doqueiros pleiteavam junto ao ministério um aumento salarial que vinha se arrastando desde algum tempo. Contudo, mais uma vez, seus esforços foram em vão⁵⁵.

A partir daí, Negrão de Lima lançou na imprensa uma intensa campanha de difamação contra os portuários, buscando atingir os comunistas que, segundo ele, estavam à frente do movimento. É óbvio que tal campanha visava legitimar o processo de cassação do registro do PCB. Assim, o ministro passou a divulgar "histórias misteriosas": afirmou ter recebido telefonemas anônimos, quando de sua estada em Santos. Estes comunicados continham ameaças e alertavam para que ele não comparecesse no sindicato dos estivadores porque "os comunistas estavam preparados com armas" para recebê-lo⁵⁶. Os jornais, por sua vez, deram ampla cobertura "à história misteriosa".

⁵⁵ "A Tribuna", 8.5.46.

⁵⁶ "A Tribuna", 11.5.46.

A repressão aumentou. No dia 11 de maio, o ministro do Trabalho, talvez ansioso pela vindita, decretou o fechamento do Sindicato dos Estivadores de Santos, "expurgando-o dos elementos que ora contribuem para a atitude de absoluto desrespeito"⁵⁷; os comícios foram suspensos; o secretário da Segurança Pública, as Forças Federais e tropas da cavalaria desceram a Santos; foram presos os estivadores que, convocados para operarem no "Mar Caribe", se recusaram a fazê-lo, além dos que na época "interviram no sentido de que a determinação do ministro do Trabalho fosse contrariada"⁵⁸.

O pior ainda estava por vir. O Capitão dos Portos colocou uma nota no jornal convocando todos os estivadores a comparecerem na Delegacia do Trabalho Marítimo

"pra declararem, individualmente, cada um [de cerca de 3 mil operários], se era a favor de trabalhar no navio espanhol ou não, e os que não fossem a favor iam perder a matrícula de estivadores"⁵⁹.

Como ninguém desejasse perdê-la, "foi aquela fila na Capitania" e "todo mundo ia concordando, concordando trabalhar. Praticamente o movimento acabou"⁶⁰. Era esperar para ver. Esta atitude dos operários "entrevistados", sob visível coação e constrangimento, teria que ser posta à prova. Que viesse outra embarcação espanhola!

Tardiamente, no dia 27 de maio estourou outra greve contra as prisões de dezenas de estivadores e doqueiros, o fechamento do SES e da União Geral⁶¹. Esta demora na deflagração da greve foi "explicitada" pela "A Tribuna". Segundo o jornal, o movimento

"tem correlação com a entrada, ontem, em nosso porto, encontrando-se ainda fundeado ao largo, do navio espanhol 'Maria Vitória'. Hoje à tarde deverá entrar o 'Aldecoa'. Sempre se julgou que a entrada do primeiro navio espanhol seria a prova da verdadeira intenção dos trabalhadores portuários. Contudo, causa estranheza que agora se recusem a operar nesses barcos, quando declaravam, ao serem chamados pela DTM, que estavam dispostos a trabalhar, mesmo em bandeira espanhola"⁶².

Estranheza ou não, o fato é que o movimento foi unânime. Os marítimos que operavam como desembarcadores no conserto e reparo dos na-

⁵⁷ Portaria n. 45, 11.5.46, "Diário Oficial", 11.5.46.

⁵⁸ "A Tribuna", 12.5.46.

⁵⁹ Ver "Delegacia do Trabalho Marítimo do Estado de São Paulo". Edital. "A Tribuna", 18.5.46.

⁶⁰ Ver "A Tribuna" que publicou paulatinamente as "entrevistas" do Capitão dos Portos com os estivadores que aquiesciam em trabalhar.

⁶¹ "Hoje", 28.5.46.

⁶² "A Tribuna", 28.5.46.

vios, mais o pessoal das oficinas, solidarizaram-se com a greve⁶³. Enquanto isso, os sindicatos dos estivadores, doqueiros, empregados da administração portuária, carregadores e ensacadores de café e condutores rodoviários, tornavam público que o movimento "constitui surpresa", repudiando-o⁶⁴. A diretoria do SES, esforçando-se em reabri-lo, pediu aos estivadores que "não perturbem a marcha dos entendimentos"⁶⁵. O SOSPS telegrafou a Negrão de Lima, assinalando que sua diretoria

"tem estado a postos, colaborando com as autoridades civis e militares, e confiando nas medidas enérgicas emanadas no governo, a fim de pôr termo à técnica comunista de provocar a desordem tão nefasta aos interesses dos trabalhadores e à nação brasileira"⁶⁶.

De acordo com a "A Tribuna", havia 41 navios atracados e 25 deles operavam normalmente com fura-greves⁶⁷; dia 28 chegou ao fim a greve de protesto marcada por 24 horas e o porto foi colocado sob intervenção federal⁶⁸.

Em junho atracou o "Aldecôa". As turmas de estivadores e doqueiros foram severamente intimadas ao trabalho. De acordo com G., os grupos foram assim escalados: "tal grupo vai trabalhar tal dia no navio, senão é cassada a matrícula". Finalmente, dirigiram-se para o navio, sob a presença das armas dos fuzileiros navais. Foram quatro meses de luta entre o "Cabo de Buena Esperanza" e o "Aldecôa". Em junho estava terminado o boicote.

Com júbilo, a "A Tribuna" noticiou que vinte estivadores convocados para o "Aldecôa" trabalhavam em frente ao "armazém 12-A". Porém, enquanto aguardavam sua atracação, "pessoas alheias ao grupo" comentavam as medidas repressivas, "censurando-as claramente". Dois estivadores convocados, manifestaram-se do mesmo modo e, por isso, foram detidos junto a outros quatro do "grupo estranho"⁶⁹. No dia seguinte compareceu a maioria dos intimados a darem continuidade aos serviços

⁶³ "Hoje", 28.5.46.

⁶⁴ "A Tribuna", 28.5.46.

⁶⁵ Sindicato dos Estivadores de Santos. Esclarecimento aos sindicatos. "A Tribuna", 28.5.46.

⁶⁶ "Correio da Manhã", 30.5.46.

⁶⁷ "A Tribuna", 28.5.46. Devemos desconfiar da veracidade desta informação, pois o jornal era claramente contrário ao boicote.

⁶⁸ "Hoje", 29.5.46 e "Correio da Manhã", 28.5.46.

⁶⁹ "A Tribuna", 4.6.46.

no navio, mas alguns deixaram de fazê-lo e tiveram sua matrícula cassada; outros estivadores foram mais longe: preferiram deixar suas vergas no disputado mercado de trabalho da estiva; oito deles entregaram voluntariamente sua matrícula na Capitania dos Portos "para não serem obrigados a trabalhar em navios espanhóis"⁷⁰.

Mais alguns operários foram presos, enquanto outros permaneceram encarcerados, aguardando o desfecho do inquérito⁷¹. No final de 1947 veio a condenação oficial: um ano de prisão. Foram encarcerados estivadores, doqueiros e alguns líderes sindicais. Taibo Cadórniga, presidente da União Geral, eleito deputado estadual, em 1947, e Leonardo Roitman, eleito vereador - ambos pelo PCB -, foram condenados, mas não chegaram a ser presos, pois gozavam de imunidade parlamentar; o nosso depoente, G., foi alcançado pela polícia em sua casa quando preparava a fuga; outros conseguiram escapar e depois retornaram a Santos porque os processos foram anulados.

Contudo, a CDS demitiu mais tarde muitos dos que haviam sido condenados. Alguns chegavam a ter de 15 a 35 anos de serviço e, em 1961, foram anistiados por decreto federal, mas a CDS não declinou da decisão de mantê-los afastados⁷². Conforme depoimentos a esta pesquisa, alguns foram reintegrados pouco antes do golpe de 64.

*

Não resta a menor dúvida de que o boicote foi capitaneado por elementos do PCB, sobretudo os mais diretamente ligados à estiva e às Docas. Vimos que "a liderança da estiva" aproveitou-se da "vacilação" de Dutra, pressionou o presidente do sindicato a convocar uma assembléia e conseguiu, por unanimidade da categoria, decretar o boicote aos navios espanhóis; organizou com eficácia as greves de protesto contra as prisões e entre os detentos, havia muitos comunistas; a União Geral, cuja hegemonia estava nas mãos de membros do partido, solidarizou-se com o movimento e foi interditada; no Congresso, Osvaldo Pacheco apoiou e defendeu o boicote; o jornal "Hoje" deu-lhe ampla cobertura, estampando-o várias vezes em manchetes de primeira página; a linguagem empregada para designá-lo estava carregada de expressões do

⁷⁰ "A Tribuna", 5.6.46.

⁷¹ "Hoje", 7.6.46.

⁷² "A Tribuna", 2.9.62.

repertório de jargões do PCB, tais como "democracia" e combate às "reminiscências nazi-fascistas".

Por outro lado, atribuir o boicote tão somente à vontade e à determinação dos comunistas significa simplificá-lo e, ainda que de outro modo, fazer coro comum aos pronunciamentos da imprensa, do interventor do governo estadual, do secretário de Segurança Pública, do ministro do Trabalho e tantos outros. Estes não se cansavam de imputá-lo às tramas arquitetadas pelos comunistas em utilizar-se da "ingenuidade" dos trabalhadores para levarem a efeito suas ambições políticas - entre elas a de desestabilizar o governo, quando na verdade o PCB mantinha sua orientação de participar do poder. Nada mais prudente do que matizar tais acusações interessadas em dar início ao processo de desmantelamento do partido. Mas não devemos considerá-las de todo injustificadas e meramente mistificadoras.

Perguntei a um ex-estivador que havia participado do movimento se este foi decidido pelos comunistas. prontamente, ele respondeu-me que "o boicote foi tirado em 3 assembléias" de estivadores (depoimento de M.). Todos os que a ele se referiram (mesmo os ex-comunistas) fizeram questão de enfatizar este aspecto.

O depoimento de Leonardo Roitman torna a análise do episódio mais complexa. Ele recorre a dois fenômenos explicativos que merecem atenção: história de lutas e solidariedade internacional dos portuários⁷³.

Ao iniciar seu depoimento sobre o caso dos navios espanhóis - que era transcrito em meu caderno de anotações - um estivador aposentado, deu-me a seguinte ordem, em tom imperativo: "escreva aí: antes de mais nada, nós, os estivadores, somos internacionalistas" (depoimento de M)⁷⁴. Para Leonardo Roitman, esta solidariedade internacional teria se reforçado a partir do Tratado de Versalhes, resultado das lutas "que incidiram com o término da Primeira Guerra Mundial"⁷⁵. Não sabemos até que ponto esta informação é plausível, mas importa a enumeração que ele fez da história do internacionalismo dos portuários santiistas. Roitman mencionou a Sociedade dos Carroceiros, criada na década de 30, cuja atividade era de inspiração anarco-sindicalista, predominando elementos da colônia espanhola. Depois as carroças foram perdendo a

⁷³ ROITMAN, L., op. cit.

⁷⁴ Ver "Capítulo I".

⁷⁵ ROITMAN, L., op. cit.

importância e, em 1934, ao estourar a Guerra Civil espanhola, a Sociedade "acabou por se esvaziar, com a ida de combativos líderes para morrerem na defesa do povo e da República espanhola"⁷⁶. A categoria dos operários da construção civil foi uma das que mais contribuiu para a luta anti-fascista, destacando-se

"o engajamento de um de seus líderes na guerra civil, a morte em combate internacional de Tui e Valência, sobre o Rio Minho. Seu nome era Leôncio"⁷⁷.

Militantes do PCB e da Aliança Nacional Libertadora de Santos também participaram do conflito. Em seguida, Leonardo Roitman fez referência às lutas e organizações anti-fascistas e em confronto com os integralistas. Já vimos a última destas manifestações, em 1937, contra o envio de café ao regime franquista. Por fim, citou a mobilização da ABAPE (Associação Brasileira de Auxílio ao Povo Espanhol), congregando elementos da colônia espanhola. Roitman conclui que, entre os portuários santistas, foi criado um "sentimento anti-fascista". Estes trabalhadores teriam demonstrado, em 1946,

"gratidão e reconhecimento aos combativos espanhóis que marcaram a fase inicial e a transitória do movimento sindical santista com pesada contribuição, haja visto a luta deles que desde o início do século, foram deportados, além dos que retornaram voluntariamente à Pátria para participarem da Guerra Civil contra Franco. Não foi por acaso que Santos já foi conhecida em outros tempos, como a 'Barcelona Brasileira'"⁷⁸.

O importante neste depoimento de Roitman é que, assim como ele, talvez muitos outros operários se sentissem tributários desta história informada por uma memória que os colocava em ação. Conservavam na lembrança (a partir da experiência vivida ou de sua transmissão oral) acontecimentos há muito acumulados como, por exemplo, o reprimido boicote de 1937. Como declarou Roitman, esta "estória" tinha história. Ou melhor, "a estória dessa greve está intimamente ligada e decorre da própria história do movimento sindical santista"⁷⁹. A oportunidade para que os portuários detonassem essas forças represadas não lhes poderia escapar despercebida.

⁷⁶ IBID. Segundo Sílvio Alen, havia a presença de inúmeros exilados republicanos no Brasil, além da colônia espanhola em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, sendo que "mais de duas dezenas de militantes do PCB (e/ou ANL) participaram do conflito, a maioria deles ex-militantes". ALÉN, S., op. cit., pp. 90 e 239.

⁷⁷ ROITMAN, L., op. cit.

⁷⁸ IBID.

⁷⁹ IBID.

E justamente neste sentido que devemos inserir também o "caso dos navios espanhóis" junto à explosão operária ocorrida nos primeiros dois meses de 1946. Os portuários deram continuidade ao tema da sobrevivência, acrescentando o da política internacional que, "em última instância", estava relacionada à política do país. Diante deste quadro conjuntural de mobilização da classe operária, o fato de liderar o boicote trouxe ao PCB algum ônus, colocando-o em situação ambígua e até mesmo contraditória.

Conforme verificamos, a partir de 1946 o partido mais tolerava do que incentivava as greves. Mas o empenho em torno do boicote não contraria e, inclusive, faz parte da fraseologia antifascista e do programa dos comunistas. Ainda assim, o movimento colocou o PCB em posição incômoda. No Congresso, Osvaldo Pacheco afirmou que ele resultou de uma ação autônoma do proletariado do porto, sem ser

orientado por qualquer partido político. Realizaram-se 4 assembleias, todas com a presença de mais de 1500 estivadores, e foi a classe inteira que resolveu não trabalhar nos navios de Franco... Eles contribuíram com seu esforço para esmagar o nazi-fascismo, têm portanto, hoje, o direito de repudiar o falangismo de Franco".

Até aí este pronunciamento reitera que o boicote foi tirado em assembleias por determinação dos estivadores. Mas o que pretendia o ex-deputado era enfatizar o apoio ao governo. Assim,

"ninguém mais do que nós tem apoiado as autoridades... mais do que ninguém temos demonstrado o desejo sincero de manter a ordem e resolver os problemas do país"⁸⁰.

Faz-se necessário ressaltar que o boicote não foi iniciado contra o governo. Ao contrário, começou em solidariedade à nota oficial de Dutra em recusar *agrément* ao diplomata espanhol Eduardo Aunós. Fechamento do sindicato dos estivadores e da União Geral, prisões, inúmeras ameaças, cassação de matrículas na Capitania dos Portos, palavra publicamente empenhada em não carregar, sob qualquer hipótese, as embarcações espanholas e coesão dos trabalhadores - não pareciam oferecer possibilidades de recuo. Os rumos tomados pelo movimento acabaram criando o indesejado conflito com o governo. Prova máxima foi o encontro "humilhante" de Negrão de Lima com os estivadores no sindicato da categoria. Portanto, o choque com o governo não resultou das intenções do boicote, mas de seus resultados.

⁸⁰ Citado em SARTI, I., op. cit., pp. 99-100.

2.2. Os Comunistas-Doqueiros

Considerarei que a extraordinária determinação dos trabalhadores em não transportar café para a Espanha franquista não deve ser explicada tão-somente pela atuação do partido comunista. Sem que houvesse alguma sintonia entre o PCB (sobretudo o das bases) e os operários, seria muito difícil e talvez impensável convencer estes últimos ao engajamento no caso dos navios espanhóis, quanto mais manter a firme recusa manifestada durante longos quatro meses. Assim, cabe voltarmos a uma questão anteriormente mencionada: as relações entre os militantes comunistas de base e os operários.

G., nosso "depoente" do boicote, reforçou o entrelaçamento entre ambos na estiva. Segundo ele, a diretoria do sindicato

"não queria saber de greve nenhuma, de navio nenhum. O partido era legal, viu?, e atuava nas assembleias. A gente tinha uma força política tremenda. Nós organizamos o partido na estiva, a gente chamava de célula, né, e depois a gente mudou pra comitê - era comitê de empresa, né. Chegou a ter 700 militantes o partido na estiva. Quando a gente ia pra assembleia, nós já tinha mobilizado o estivador todo no cais pra ir pra assembleia"⁸¹.

Temos evidências suficientes para darmos crédito a este depoimento. Não creio que uma tal cumplicidade possa ser informada e lida a partir das orientações da cúpula partidária. Ao contrário, é prudente indagarmos se os comunistas de base também não tiveram forte inserção nos temas que, àquela época, mais mobilizavam os trabalhadores. Deixo o caso específico da estiva para posteriores pesquisas e convido o leitor a entrar novamente em algumas assembleias dos doqueiros nos primeiros meses de 1946, período contemporâneo ao boicote às embarcações espanholas.

No plano reivindicativo, o ano de 1946 esteve marcado pela luta em torno de aumento salarial, extinção do trabalho noturno e rejeição do ganho por produção. Todos estes itens estavam intimamente relacionados, mas agora isolarei a questão do reajustamento salarial.

No dia 8 de fevereiro de 1946, a pedido dos trabalhadores, realizou-se uma assembleia no SOSPS para ser discutida as bases percentuais do aumento salarial⁸². Reinaldo Simeí, comunista preso no episódio dos navios espanhóis, propôs 100% nos "ordinários", 400% nas "continuações" (refeição), 500% até às 23 horas e 1000% para os servi-

⁸¹ Depoimento de G.

⁸² "Hoje", 11.5.46.

ços a partir deste horário. Nesta assembléia não se chegou a um acordo final sobre o aumento a ser reivindicado e foi formada uma comissão para tratar do assunto⁸³.

No dia 30 de março, em outra assembléia os doqueiros criticaram severamente a comissão. José Ibiapina afirmou que devia-se respeitar 70% de aumento e não 54% propostos pela CDS, caso contrário "iremos à greve". Este mesmo orador, filiado ao PCB, foi acusado mais tarde. Cipriano dos Santos, futuro interventor do SOSPS, censurou-o por haver agitado os trabalhadores em torno de uma greve pelos 70%, "dizendo no armazém 26 da Companhia Docas de Santos que às 6 horas da manhã tomava frente como 'testa de ferro' caso não resolvesse o aumento de salário do pessoal".

Após enorme confusão no plenário, gerada pelas críticas à comissão, o presidente do sindicato, Neves Góes, retirou-se do recinto considerando-se "demitido". Dois secretários da entidade ausentaram-se em solidariedade a ele e o presidente da União Geral passou a presidir a mesa⁸⁴.

O caso arrastou-se até maio sem qualquer solução. Uma nota do sindicato dos doqueiros sugere alguma inquietação da categoria. O comunicado publicado na imprensa informava que o dissídio havia sido encaminhado ao Conselho Regional do Trabalho, estando prestes a se realizar, de modo que "os companheiros aguardem esta decisão com calma e prudência, confiantes na vitória"⁸⁵.

Os associados do sindicato dos empregados da administração acabaram por fim aceitando os 54% de aumento, abandonando os operários na luta unificada, o que gerou alguns atritos entre as duas categorias⁸⁶. Com o enfraquecimento do movimento, devido à divisão da luta originalmente conjunta e à negativa da CDS em não abrir mão de sua proposta, em meados de maio foram aprovados os 54% de aumento⁸⁷.

Esta luta pelo reajuste salarial pode não ter resultado na satisfação integral do pleiteado pelos trabalhadores da concessionária, mas "ilustra" o que aqui desejo analisar. Já é do conhecimento do leitor

⁸³ SOSPS. AGE, 8.3.46.

⁸⁴ SOSPS. AGE, 30.3.46

⁸⁵ SOSPS, Aviso aos associados e a todos os trabalhadores portuários. "A Tribuna", 1.5.46.

⁸⁶ "A Tribuna", 12.5.46.

⁸⁷ "O Diário", 21.5.46.

que, em 1946, o PCB passou a tolerar os movimentos grevistas, embora não os instigasse; no caso dos doqueiros comunistas, o que se deu foi justamente o contrário; ao invés de pedirem que os operários apertassem os cintos, chegavam a propor aumentos de 100 a 1000%; em vez de recomendarem a contenção das greves e a manutenção da ordem, clamavam nas assembleias e "agitavam" nos locais de trabalho pela paralisação dos serviços portuários; no lugar do apoio ao governo, dirigiam "palavras ásperas" aos "representantes máximos do governo"; quando o PCB mantinha sua decisão de colaboração de classes, usavam nas assembleias estas expressões contra a Cia. Docas: "aquela raposa é um carrasco reacionário que tem explorado seus humildes trabalhadores"; "dente por dente, e se a Companhia quiser trabalhar à noite o patrão que vá trabalhar" (José Ibiapina)⁸⁸.

Não podemos esquecer que estes comunistas eram também doqueiros e, como tal, sentiam na carne as mesmas dificuldades da categoria da qual faziam parte. Foram eles os pontas-de-lança do aumento salarial, da pretendida extinção do trabalho noturno e da rejeição do salário-produção; e, como veremos, continuariam a desempenhar importante papel no encaminhamento de outras lutas chamadas "imediatas" - por isso mesmo muitas vezes desprezadas pela cúpula do Partido Comunista. Muitos deles, entre outros, tiveram liderança destacada junto aos operários da CDS e, em parte, foram responsáveis pela vitalidade da categoria durante os anos da ditadura do governo Dutra, instaurada em meados de 1947. Talvez sem o pretender, estes militantes de base, junto a outros de categorias distintas, teriam deixado claro ao próprio partido que não se podia jogar fora o prestígio que gozava junto a parcelas consideráveis de trabalhadores que o apoiaram. Como explicou a Ricardo Maranhão um ex-comunista,

"mandar o operário apertar os cintos, e chamá-lo de baderneiro quando fazia greves, e ter maioria eleitoral em cidades importantes como Santos e São Paulo, era ter prestígio para jogar".

Ricardo Maranhão concluiu que se o partido se pretendia de massas, ele não podia decepcioná-las, "sofrendo derrotas práticas perante os comunistas de base"⁸⁹. Aliás, não foram poucos os casos em que os comunistas, ao tentarem aplicar a linha política do partido, acabaram

⁸⁸ SOSPS. AGE, 13.12.46.

⁸⁹ Depoimento de E., antigo militante sindical, citado em MARANHÃO, op. cit., p. 78.

sendo "valiados e apedrejados pela massa que voltava às costas ao partido"⁹⁰.

Portanto, o PCB estava comprometido até os dentes com os operários que o ajudaram nas urnas. O caso das Docas revela que não seria fácil dar-lhes às costas. Não só os comunistas atuavam junto aos seus companheiros de profissão, como estes empurravam-nos para a frente; qualquer tentativa de recuo no meio do caminho poderia levá-los de encontro ao chão.

A intensa luta pela fusão do sindicato dos operários com o dos empregados da administração evidencia que a hipótese de recuo não estava de modo algum presente na política dos trabalhadores comunistas das Docas. Farei um relato relativamente longo desta luta porque, entre outros aspectos, ela revela um confronto contra determinados princípios da estrutura sindical oficial, um acirrado antagonismo da categoria com a direção do SOSP, uma tática dos comunistas em "tomar de assalto" o órgão de classe, "desvios" na conduta dos militantes de base do PCB em relação às orientações do partido, além dos conflitos de representação em torno das diferenças ou semelhanças entre a profissão dos operários (os "camisa de meia") e dos empregados da administração (os "gravatinhas").

2.3. "Fusão em Confusão": a luta pela unidade dos sindicatos

A lei sindical de agosto de 1939 limitou ainda mais a autonomia e a gestão interna das entidades sindicais, reforçando o que havia de autoritário nas leis anteriores produzidas desde o início do governo Vargas. Infimos detalhes da administração do sindicato estavam sob o controle do ministério do Trabalho. Quanto ao enquadramento sindical, o sindicato não foi considerado como formado por uma classe em geral. O conceito intrínseco ao enquadramento definia um rol de diferentes categorias funcionais, recortadas ao nível de sua ocupação ou setor econômico. Assim, os empregados de uma única empresa, atuando em distintas atividades, pertenciam a diferentes entidades, quebrando a unidade no seio dos trabalhadores da empresa. O ministério definia as

⁹⁰ FRATTI, Rolando, *apud* CASTRO, Sandra, *op. cit.*, p. 55.

categorias e decidia o tipo de trabalhador a ser enquadrado em cada uma delas.

Isso aconteceu em 1941 com os trabalhadores da CDS. Com base no decreto-lei n. 1.402 de 1939 foi criado o Sindicato dos Empregados da Administração dos Serviços Portuários de Santos, dissociado do sindicato dos operários⁹¹. Segundo o documento ministerial de enquadramento, sua criação foi solicitada pelos empregados. Jonas Pereira afirmou que nesta época, - quando então era presidente do SOSPS -, tudo fizera para obstar a divisão desejada pelos "trabalhadores de colarinho".

Se de fato, no Estado Novo, a separação foi solicitada e desejada pelo pessoal da administração, esta categoria, em 1946, sob a presidência sindical do comunista Leonardo Roitman deu início à luta pela unidade das duas entidades de classe. As primeiras discussões em torno do assunto ocorreram em fevereiro de 1946, coincidindo com as vésperas do caso dos navios espanhóis e com o início das reivindicações já referidas. E mais: todo o desenrolar deste movimento está balizado entre a posse de Dutra e a cassação do mandato dos parlamentares comunistas em janeiro de 1948. Trata-se de um período rico para a análise do movimento operário e do PCB, onde podemos confrontar, cronologicamente, as orientações do partido e a ação dos doqueiros-comunistas e, deste confronto, verificarmos agudas diferenças. Mas isto não é tudo. O movimento revela representações sobre identidade e/ou diferença entre a categoria (operários e empregados), luta contra a lei de sindicalização do Estado Novo, acerto de contas com uma diretoria considerada ineficiente e até mesmo policialesca e delatória, além da enorme legitimação dos militantes comunistas junto às bases.

No dia 8 de fevereiro de 1946 Ferreira da Rocha afirmou o que era de conhecimento geral de todos: a óbvia constatação de que na CDS havia dois sindicatos, sendo

"de toda conveniência que esses dois sindicatos se fundissem num só, pois que não se justificava que entre uma mesma classe de trabalhadores diversos, trabalhando para a mesma empresa, houvesse separação injustificável desde que todos eram trabalhadores assalariados, sujeitos às mesmas ordens de trabalho, explorados e sacrificados, e que esta separação somente trazia benefício para o patrão, que vendo-os divididos melhor os poderia ex-

⁹¹ "Diário Oficial", 12.9.41.

piorar. Propunha então que os companheiros estudassem bem a situação no sentido de uma fusão entre os dois sindicatos para que melhor pudessem empregados e operários defender seus direitos dentro de um princípio de solidariedade proletária, lema que todos os povos hoje defendem, isto porque tanto os empregados de colarinho, como na gíria são considerados, como os trabalhadores de camisa de meia, são a mesma massa que sofre, que sente, e que tem a mesma necessidade de viverem, não como animais, mas como homens com direito à vida dentro dos mesmos princípios que somente os potentados teimam em fazer seu privilégio, como se a natureza assim determinasse".

Leonardo Roitman, presente na assembléia, informou que sua categoria já havia, por unanimidade, aprovado a fusão para "uma melhor coordenação em defesa de seus próprios interesses, trabalhando um por todos e todos por um"⁷². É provável, no entanto, que o início da campanha reivindicatória e o caso dos navios espanhóis tenham adiado este debate sobre a fusão, uma vez que ele retornou somente no final de 1946. Na assembléia do dia 22 de dezembro⁷³ digladiaram-se posições favoráveis e contrárias à fusão, o que revela o início de uma acirrada contenda entre comunistas e anti-comunistas. A assembléia fora pedida por 56 associados. Iniciados os debates, Jonas Pereira "torna culpa aos empregados" pela separação entre os sindicatos, tendo trabalhado "como um louco" para evitá-la, encaminhando ao presidente um abaixo-assinado e, "passado muito tempo", Vargas respondeu com uma negativa. Assim, dizia não ser contra a unidade, "mas o que está vendo é política" e, alegando razões digestivas, pediu a Deus que a fusão "não nos traga mostarda".

Jonas assinou um manifesto publicado no jornal "A Tribuna" dizendo-se contrário ao movimento "porque os operários nada lucraram com política partidária no sentido de eleger deputados". Clara referência aos comunistas, pois "cogita-se de fusão para em confusão alguém que não nós, seja eleito por um partido político fora de nossas cogitações"⁷⁴. O presidente do sindicato, Neves Góes, redigiu outro manifesto onde dizia ser contra a unidade, em vista da "traição" dos empregados na última campanha salarial, quando então aceitaram os 54% propostos pela CDS⁷⁵.

Benevides Godói, por sua vez, mobilizou argumentos corporativos, invocou a origem e a tradição do sindicato dos operários, pautou-se na

⁷² SOSPS. AGE, 8.2.46.

⁷³ SOSPS. AGE, 22.12.46.

⁷⁴ Aos companheiros. MANIFESTO. "A Tribuna", 22.12.46.

⁷⁵ GOES, Benedito N. "A Tribuna", 22.12.46.

identidade de classe dos doqueiros - diferente dos interesses patronais dos empregados. Segundo ele, em março de 1931, um grupo de operários se reuniu e fundou o sindicato. Por esta razão e pelo seu "passado histórico", tendo recebido em sua sede "as mais altas autoridades da nossa terra", a entidade devia "ser somente de operários". E sendo, então, um sindicato de operário,

"deu sempre toda assistência aos seus associados, dizendo ainda não acreditar que todo aquele que tem altos cargos na Cia. e que venha a ser diretor deste sindicato, deixe de dar razão à Cia., prejudicando assim os interesses dos operários".

Em 1945 um comunista favorável à fusão, Benigno Dias Figueiredo, não escamoteava as diferenças de situação e tratamento dado pela empresa às duas categorias: a dos que produzem e a dos que não produzem. De acordo com ele,

"a Cia. dividia seus empregados em grupos, quando na realidade todos formam um só grupo, e que a Cia. somente dava valor aos empregados da parte administrativa, deixando de lado os que de fato produzem que são os operários, dando gratificações anuais àqueles e nada a esses últimos, o que julgava uma injustiça"⁹⁶.

Nesta fala, a origem das distinções estava na política divisionista do patrão, "que vendo-os divididos melhor os poderia explorar". As diferenças existiam e eram criadas artificialmente pela empresa. Apesar deste alegado artifício, a oração de Dias Figueiredo sustenta uma distinção real criada pela própria situação ocupacional dos trabalhadores. Os operários têm um elemento constitutivo de sua dignidade que é o fazer, enquanto os empregados, que não produzem e ainda administram e controlam o serviço daqueles, são protegidos pela empresa. Contudo, se visíveis oposições não são obscurecidas pelo discurso da fusão, este buscará um ponto de união que dilacera o tratamento diferencial dado pela empresa. Trata-se de uma situação real que a todos iguala: o assalariamento. Em fevereiro, Ferreira da Rocha já afirmara que "todos eram trabalhadores assalariados, sujeitos às mesmas ordens de trabalho, explorados e sacrificados". Para Nico Quassucola,

"os empregados da Cia. Docas, segundo se verificou pelas anotações em suas carteiras profissionais, (...) por isso mesmo eles não deixam de ser também operários como nós, afirmando que todas as vezes que procuramos qualquer melhoria para a classe temos visto fracassar nossas pretensões, e isto porque estamos divididos (...), mas se tivéssemos unidos seria certa a vitória de nossas justas causas".

Nestes pronunciamentos está implícita a idéia e a expectativa de que "quebrar a força do patrão", como afirmou Bezerra de Freitas, não apenas resultaria na "vitória das justas causas", mas os direitos entre as duas categorias seriam os mesmos, liquidando com a proteção dada aos "gravatinhas", em detrimento dos "camisas de meia". Esta proteção se fortalece na medida em que os operários reconheciam seu enorme poder numérico sobre os empregados e a posição estratégica que ocupavam no processo de trabalho. Isso podia tranquilizá-los quanto à possibilidade aventada por Godói no sentido de que os empregados viessem a ter hegemonia na diretoria do sindicato da categoria unificada.

A fala de Soares Vasconcelos, cuja tônica é a da solidariedade, procurou ainda negar possíveis ressentimentos e demonstrar que os empregados eram tributários da união dos operários. Caso o "sr. Jarbas", apontador de turma, "não fosse socorrido pelos trabalhadores ele a estas horas estava até passando fome, mas que a união dos trabalhadores braçais com os de gravata fez com que ele Jarbas não viesse a cair na mais negra miséria".

Os comunistas rebateram ainda as acusações de que a fusão visava interesses político-eleitorais. E por fim, contra apenas 58 associados, 630 votaram pela fusão, destituíram a diretoria do sindicato e escolheram os comunistas Reinaldo Simeí, Tito Emídio Gomes e Aloísio Soares de Vasconcelos, "Cearazinho", para estudarem as bases da unificação. Em tom de triunfo, Bezerra de Freitas garantiu que a partir daquele momento não mais se repetiria casos como o da diretoria do sindicato que denunciou "alguns companheiros à polícia" e fez "muitas esposas e filhos derramarem lágrimas". (Parece-me que se trata do caso dos navios espanhóis, pois na ata de uma assembléia de junho há referência a diretores que delataram trabalhadores à polícia quando do boicote).

No início de fevereiro de 1947, um ano após o início dos debates sobre a fusão, a comissão acima mencionada e a do sindicato dos empregados consideraram que as diretorias das duas entidades de classe fossem dissolvidas, dando lugar a uma nova e unificada direção. A do SEASPS aquiesceu, sendo eleita em seu lugar uma Junta Governativa provisória. A dos operários foi contra "a maioria esmagadora da classe" que a destituiu⁹⁷.

⁹⁷ Aos portuários da Cia. Docas de Santos. "A Tribuna", 25.2.47.

Na assembléia do dia 9 de fevereiro de 1947 assistimos a um violento debate entre os elementos que defendiam e lideravam a causa da unidade e o representante do DET, Simão Eugênio de Oliveira, o qual negava-se a considerar a legalidade da fusão e da destituição da diretoria do sindicato. Esta autoridade alegava que elas dependiam de um pedido de convocação de assembléia com esta finalidade, o que até ali, segundo ele, não havia sido feito.

As réplicas a tal determinação baseavam-se na sua inconstitucionalidade, ferindo a "Carta de 46" que previa a liberdade e a autonomia sindicais. Dias Figueiredo afirmou que Simão de Oliveira "não quer respeitar essa Carta e nem a soberania de uma Assembléia Geral"; Simei acusou-o de estar "aplicando essa lei da Ditadura passada, e hoje nós estamos em regime completamente democrático, por conseguinte os companheiros sabem que a nossa carta magna nos assegura essa liberdade"; Teodoro dos Santos imputou-lhe o desejo de "manter esta diretoria no sindicato de qualquer maneira", ao que o secretário da entidade, Batista de Moraes, esclareceu que o ministério do Trabalho havia baixado uma portaria prorrogando os mandatos das diretorias. De fato, este adiamento ocorreu visando conter a possibilidade real dos comunistas comporem diretorias de importantes categorias⁹⁸.

Ainda que o dr. Simão se mantivesse irredutível, o plenário aprovou os estatutos da fusão e nomeou uma Junta Governativa do sindicato. Foram eleitos os comunistas Reinaldo Simei (presidente), "Cearazinho" (secretário Geral) e Tito Emídio Gomes (tesoureiro). Ou seja, os mesmos que estudaram as bases da unidade entre os dois sindicatos. Jonas Pereira, parecendo legitimar a posse da Junta, perguntou a Simei sobre sua posição acerca do imposto sindical. Surpreendentemente, este respondeu que o imposto

"foi um decreto da ditadura, para se desvirtuar a sindicalização no Brasil e para lhe dizer que se o sr. Getúlio Vargas soubesse que o Hitler e Mussolini perderiam a guerra, ele, Getúlio, não estaria ao lado dos mesmos e sim ao lado das nações unidas para a defesa da democracia".

Afirmar que esta alegação é surpreendente porque nesta época o partido não atacava o problema da "contribuição" sindical. Além disso, Simei não parecia demonstrar a menor consideração para com Getúlio e

⁹⁸ ALLEN, S., op. cit., p. 231.

não o associava aos tempos em que o Brasil aderiu aos aliados, mas àqueles em que Vargas manteve suas simpatias com o fascismo.

Voltando à assembleia, "Cearazinho", sem qualquer preocupação em colaborar com as autoridades, ameaçou o representante do DET com um mandato de segurança, caso ele não desse posse à Junta eleita. Nesta mesma assembleia, os novos dirigentes já davam início às suas atividades. Simei passou a alguns informes e prometeu resolver o caso de trabalhadores que, "no sábado", solicitaram dispensa para o domingo e a chefia do Tráfego não os atendeu, ameaçando-os de suspensão caso faltassem ao serviço escalado nos extraordinários⁹⁹.

De qualquer modo, as Juntas dos dois sindicatos não tomaram posse por ordem do representante do DET, "obedecendo ordens superiores" e colidindo com a Constituição "que nos permite Liberdade Sindical"¹⁰⁰.

Em março, a Junta do sindicato dos empregados chegou a funcionar. Inicialmente, o DET bloqueou os créditos da entidade para satisfazer os compromissos de auxílio aos enfermos, pecúlios, etc. A Junta emitiu diversos apelos ao DET que desbloqueou tais recursos, condicionando que o seu recebimento fosse efetuado pelo presidente renunciante, Leonardo Roitman, batendo-se pela fusão entregou os créditos à Junta, a qual passou a proceder ao pagamento dos beneficiários¹⁰¹.

No SOSPS, no entanto, Neves Góis mantinha-se irremovível. Convo- cou uma assembleia ordinária para "prestação de contas", mas a Junta respondeu na imprensa que a diretoria havia sido destituída e, portanto, era ilegal¹⁰². Góis, por sua vez, perguntou se "esses moços têm raciocínio ou agem como os japoneses", se "estamos numa casa de loucos ou de imbecis", e concluiu que seu mandato era legal porque prorrogado pelas autoridades¹⁰³. Este era o início mais contundente das mútuas acusações públicas que se estenderiam até 1949 em tom cada vez mais agressivo.

⁹⁹ SOSPS. AGE, 9.2.47.

¹⁰⁰ Aos portuários da Cia. Docas de Santos, "A Tribuna", 25.2.47.

¹⁰¹ José Lima Campos Filho, presidente da Junta Governativa, "A Tribuna", 12.3.47.

¹⁰² A Junta Governativa. "Aos companheiros operários da CDS", "A Tribuna", 15.3.47.

¹⁰³ Góis, Aos operários nos serviços portuários de Santos, "A Tribuna", 16.3.47.

No dia 23 de março, em nova assembléia¹⁰⁴, o grupo pró-fusão pressionou a diretoria a entregar o sindicato à Junta. Acusava ainda Neves Góes de não ter "feito nada em benefício da classe", não precisando ir mais ao sindicato "pois já era patrão"; ou seja, Góes passou a ser proprietário de uma empresa de transportes e, como tal, não podia presidir um órgão em defesa dos operários. Seu secretário geral foi também acusado de não ter sido eleito "pela massa", mas escolhido pelo ministério do Trabalho. João Batista foi categórico: "precisamos destituir essa diretoria e empossar a nossa Junta, porque sem isso nós não sairemos daqui"; Reinaldo Simeí, presidente da Junta, foi mais longe: "daqui não sairemos sem que seja realizada essa posse, mesmo que para tanto, seja preciso correr sangue!". Mau agouro de Simeí? Veremos...

Diante da força das palavras e das pressões da assembléia, o secretário geral do SOSPS renunciou ao cargo. Neste momento, em vista da renúncia "e do impasse existente", o dr. Simão determinou: "fica empossada, de fato, a referida Junta", restando apenas a anuência das "autoridades superiores". Por fim, achando-se sem qualquer saída, a diretoria declarou sua "demissão" coletiva. Parecia concluída a vitória pela fusão e, na empolgação dos resultados, Damasceno Fontes afirmou que "não só a diretoria devia ser eliminada, mas também todos que denunciaram os companheiros presos"¹⁰⁵.

Contudo, Simeí escreveu no jornal "A Tribuna" que a diretoria renunciante estava colocando obstáculos ao trabalho da Junta, pois os "valores" da entidade ainda não haviam sido entregues aos recém-eleitos, prejudicando sobretudo os associados enfermos. E ameaçou: sem solução "dentro de um ambiente cordato, (...) seremos obrigados a tomar medidas outras, que venham a pôr fim a esta situação, que já se torna intolerável"¹⁰⁶. O fato é que, em abril, o ministério do Trabalho, "desrespeitando nossa Constituição", não deu posse à Junta Governativa formada pelos comunistas¹⁰⁷.

¹⁰⁴ SOSPS. AGE, 23.3.47.

¹⁰⁵ Sobre esta assembléia, ver "A Tribuna, 25.3.47.

¹⁰⁶ SIMEI, Reinaldo. "A Tribuna", 29.3.47.

¹⁰⁷ SIMEI, R. "Aos companheiros operários do SOSPS". "A Tribuna", 13.4.47.

No dia 15 de abril passou a responder pelo sindicato o delegado do trabalho Cristiano Solano¹⁰⁸. Em maio, como inúmeras entidades de classe do país, o sindicato dos empregados sofreu intervenção; a União Geral foi fechada e o PCB entrou novamente na clandestinidade. Era o início da ditadura Dutra¹⁰⁹.

2.4. As Primeiras Oposições à Junta Governativa do SOSPS

De início, gostaria de registrar um fato ocorrido em outubro de 1947, quando os movimentos grevistas passaram a se tornar cada vez mais rarefeitos e as interventorias dos sindicatos endureceram a vigilância sobre o movimento operário, procurando conter não apenas as "lideranças paralelas", mas também as mobilizações que, porventura, ocorressem fora da "institucionalidade".

O trabalhador Antônio de Oliveira desacatou a ordem do feitor de sua turma para trabalhar no guindaste das 14 às 2 horas da madrugada, onde já se achava em serviço outro operário de sua categoria. O feitor suspendeu-o imediatamente, conduzindo o caso ao conhecimento de seu superior. Pela manhã, Antônio esteve no sindicato e o interventor aconselhou-o a "manter-se calmo e acatar a decisão" até que fossem tomadas as providências. Inconformado e desejando pronta resolução do caso, dirigiu-se à faixa do cais, "dando conhecimento a seus colegas da suspensão".

Os companheiros resolveram então promover um ato de rebeldia e assumir grave responsabilidade não 'pegando' o serviço do período da tarde. Das 13 horas em diante, o serviço de manobras estava paralisado".

Após entendimentos entre o delegado da Ordem Política e Social, o inspetor da Polícia Marítima, um representante da CDS e outro do SOSPS, os operários retornaram ao trabalho, às 16 horas¹¹⁰.

Mas o confronto com a "diretoria ilegítima" do sindicato e o não reconhecimento em relação às suas atribuições, ocorreram dentro mesmo do órgão de classe dos doqueiros. Pretendo verificar como o fechamento imposto ao movimento sindical significou obviamente uma série de dificuldades às reivindicações operárias, bem como foi se forjando uma

¹⁰⁸ "A Tribuna", 16.12.47.

¹⁰⁹ O decreto-lei 23.046 de 7 de maio de 1947 "manda promover a substituição por Junta Governativa das Diretorias e Conselhos Fiscais das entidades sindicais que se hajam filiado ou tenham contribuído para a Confederação dos Trabalhadores do Brasil ou para as Unões Sindicais". "Diário Oficial", 21.5.47.

¹¹⁰ "O Diário", 11.10.47.

cerrada oposição dos comunistas e de grande parte da categoria à Junta Governativa do SOSPS.

Reiniciada em julho de 1947, a campanha salarial foi obstaculizada pela suspensão das assembleias do sindicato, "por ordem superior". Mesmo assim, a comissão de reivindicações advertiu "que a nossa luta prossegue"¹¹¹. Da comissão fazia parte elementos que lutaram pela fusão, entre eles o presidente da ex-Junta Governativa, o comunista Reinaldo Simeí. Tratava-se de uma tentativa de minimizar a atuação da Comissão Interventora através de elementos que, há algum tempo, destacavam como liderança da categoria. E era exatamente esta comissão que, em outubro, negociava no Rio de Janeiro o aumento salarial¹¹².

Os comunistas não apenas agiam através da comissão, mas também procuravam levar a efeito "perturbações de caráter grevista". Segundo a imprensa local, Simeí, entre outros, pretendeu parar os serviços

"sob pretexto de reclamar a solução rápida do pedido de aumento de vencimentos. Entretanto, o objetivo oculto é o de reagir contra a cassação dos mandatos (dos comunistas), e criar, dessa forma ambiente favorável a que tal medida não seja executada. Percorreram o cais, mas não foram atendidos".

As 14:30, ouviu-se no cais "um toque contínuo da sireia" utilizada normalmente para marcar o início e o fim dos trabalhos¹¹³. A "Folha da Manhã" noticiou que os trabalhadores deram continuidade aos serviços, enquanto a polícia deteve Simeí e Soares Vasconcelos, "Cearazinho". Mais tarde, a polícia foi informada sobre "outras perturbações". No fim do trabalho houve algumas paralisações em alguns pontos do cais¹¹⁴.

Não sabemos se o motivo da tentativa de greve prendia-se ao aumento de salários ou à cassação em curso dos mandatos dos parlamentares comunistas. Em todo caso, a comissão de reivindicação pretendeu firmar-se e dar prosseguimento às negociações.

Em dezembro de 1947 o ministério do Trabalho nomeou Jonas Pereira para interventor do sindicato, junto a Benevides Godói (secretário Geral) e Inácio Manteck (tesoureiro). Este foi o prêmio ao ex-diri-

¹¹¹ Pela Comissão. Aos companheiros portuários. "A Tribuna", 17.7.47.

¹¹² "Aos portuários da CDS", "A Tribuna", 4.10.47.

¹¹³ "A Tribuna", 7.10.47. Segundo o jornal "O Diário", trata-se de uma sirene de alarme de incêndio.

¹¹⁴ "Folha da Manhã", 7.10.47.

gente do SOSPS durante o Estado Novo, ao mobilizador de fura-greves¹¹⁵ e ao intrépido lutador do movimento contrário à fusão sindical. Em seu manifesto de posse, Jonas pediu à categoria confiança na Junta Governativa, respeito às autoridades constituídas, disciplina no trabalho, ausência de agitação e fim das "desconfianças mútuas entre capital/trabalho"¹¹⁶. Todos estes apelos foram atendidos?

A resposta imediata quanto à confiança na Junta foi dada na primeira assembléia realizada pelo interventor, em fevereiro de 1948, quando deveriam ser aprovadas as contas orçamentárias para o ano em exercício¹¹⁷. O comunista Jurandir de Abreu concitou o plenário a não aprovarem-nas porque tratava-se de uma interventoria empossada pelo ministério e "não uma Junta nomeada pela classe", sendo "ilegal", como afirmou João de Andrade. Gervásio Augusto Santana foi mais irônico ao insistir no boicote às contas

"porque, assim como teve quem destituisse a Junta Governativa anterior, e eleita pela classe em assembléia, também poderia aprovar o orçamento, isto é, o Ministério, cujos 'filhotes' são membros da Junta atual".

Foi colocada em votação a previsão orçamentária, sendo rejeitada por 115 votos contra 84. Rosendo da Silva, perguntou, então: "como seria que o sindicato poderia se governar"? Era justamente nisso em que menos estavam pensando os comunistas e parte do plenário - sobretudo se lembrarmos que o PCB, em seu "Manifesto de Janeiro", abriu luta contra os sindicatos oficiais e exigiu dos militantes para que atuassem em "organizações paralelas". Sem muita gentileza, Gentil Paulo Neves pediu a Jonas sua demissão já que este "não estava no sindicato pela vontade da classe". Jonas Pereira, no entanto, tentou sensibilizar a categoria com o argumento de que, sem a previsão orçamentária, o sindicato ficaria imobilizado, não podendo pleitear o aumento salarial que há muito vinha se arrastando sem qualquer solução satisfatória. "Cearazinho", buscando uma saída para a angústia do interventor, apontou para a nomeação de uma comissão de reivindicações, ou seja, a ex-Junta eleita pela categoria.

Percebendo que a continuidade da assembléia levaria a perigosos resultados, Jonas deu-a por encerrada porque "já passava da hora" e ainda porque "a ala destruidora que só pensa em comunismo, resolveu em

¹¹⁵ Ver "Capítulo 3".

¹¹⁶ SOSPS. Aos portuários da CDS, sindicalizados na Entidade de Classe. "A Tribuna", 13.12.47.

¹¹⁷ SOSPS. AGO, 15.2.48.

não aprovar como era de se desejar, as despesas e os encargos que a entidade tem".

O clima realmente não estava nada ameno. O comunista José Soares de Souza, dirigente do sindicato em 1954, propôs um ataque, pela imprensa, ao delegado regional de polícia, Elpidio Reale. Suas frases "grosseiras contra as autoridades competentes" resultaram "na detenção desse companheiro".

A ata registrou estar preparado um "plano nefando" para esta assembléia. Um associado, no bar em frente à sede do SOSPS, "experimentava seu revólver, para ver se estava em boas condições, para subir ao plenário, tendo sido preso este trabalhador "de procedência ignorada".

*

Este clima de conflitos e violências era aqui só o começo do fim. Vimos neste item que a luta da categoria e dos comunistas se deslocou da diretoria para a interventoria do sindicato. Além do marco repressivo de maio de 1947, devemos levar em conta que os comunistas seguiram a nova linha política de radicalização adotada pelo partido, criando novos espaços de atuação frontalmente opostos aos sindicatos oficiais.

Contudo, nas Docas pelo menos, esta luta começou muito antes da bandeirada acenada pelo partido para a largada à esquerda. Primeiro, tivemos a tentativa de tomada do sindicato, via fusão, pelos comunistas, sem qualquer composição com os trabalhistas, entre os quais o próprio Góes, presidente do diretório municipal do PTB. Isso contrariava a linha do partido em abandonar "antigas rivalidades" e compor as diretorias sindicais com elementos comunistas e trabalhistas. Segundo, veremos agora a segunda bateria de oposições que, se por um lado, entrou para a "virada" do partido, por outro, a cronologia dos conflitos demonstram uma autonomia dos doqueiros/comunistas, o que se observa a partir dos embates entre "comunistas" e "anti-comunistas".

Cada um destes grupos tinha o seu espaço de atuação: o SOSPS nas mãos dos interventores e a Associação Beneficente dos Empregados da Cia. Docas de Santos (ABECDS) sob o domínio dos ativistas do PCB, os quais fizeram desta entidade assistencial um verdadeiro "sindicato paralelo". Se o fechamento que se abateu sobre o sindicato visava o monopólio da "representação" operária apenas através dos órgãos ocupados

por pessoas nomeadas pelo ministério do Trabalho, tal objetivo esbarrou nas práticas de outros setores que desafiaram com eficácia este pretendido monopólio.

Assistiremos aos mais duros combates entre "comunistas" e "não comunistas", cada um dos quais "entrincheirado" em seu "Quartel General", disputando a representação e as reivindicações da categoria. Tratarei dos episódios deste confronto em detalhes para que possamos "adentrar" em sua história.

2.5. Associação Beneficente versus Junta Governativa

A Associação Docas, órgão criado pela empresa em 1905, contava, em 1947, com mais de 8 mil associados e 30 mil beneficiários. Entre 1947 e 1949 esta instituição desempenhou importante papel político e "sindical", marcado por violentos conflitos.

A conquista da Associação Docas pelos Comunistas

Durante muitas décadas, a direção da ABECDS esteve nas mãos de altos funcionários da empresa. Não reconheci o momento em que a sua administração passou para as mãos de trabalhadores eleitos pelos operários e empregados da administração. Mas, em 1945, seu presidente eleito era Jonas Pereira dos Anjos Filho.

Em fevereiro de 1947, coincidindo com o momento em que a luta pela fusão tomava corpo, os associados da Associação Docas destituíram seu Conselho Deliberativo. Imediatamente, o plenário escolheu uma Junta Governativa, cujos conselheiros eram todos do PCB¹¹⁸. Em março houve eleições para o Conselho, saindo vitoriosa a chapa formada pelos comunistas "Cearazinho", Leonardo Roitman, Alberto Muniz, Manuel dos Santos, entre outros¹¹⁹.

Se no episódio da fusão as Juntas Governativas não conseguiram tomar posse, o referido Conselho teve melhor sorte. A própria Justiça determinou a destituição dos conselheiros anteriores por ter havido fraude eleitoral, "reconhecida pela assembléia geral"¹²⁰. Os membros destituídos apelaram para sua reintegração, porém nada obtiveram. Ape-

¹¹⁸ "A Tribuna", 14.2.47.

¹¹⁹ ABECDS. "A Tribuna", 15.3.47.

¹²⁰ ABECDS. Aos associados em geral e a quem mais interessar. "A Tribuna", 21.9.47.

nas em dezembro os atritos voltaram à tona, quando Jonas já era interventor do SOSPS, a fusão dos dois sindicatos estava enterrada e os comunistas foram lançados na clandestinidade.'

Quando do início da disputa eleitoral pela direção da ABECDS, Jonas lançou na imprensa uma série de críticas aos comunistas que pretendiam proceder à reforma dos estatutos da entidade, liquidando com o Conselho Deliberativo. O interventor do sindicato não foi muito prudente e afirmou que essa "manobra" jogaria a Associação Docas "ao sabor de simples Assembléias Extraordinárias, onde raramente se decide com acerto, mormente existindo determinada MAIORIA igual ao disco de vitrola"¹²¹. Arlindo Lucena, empregado da administração e membro da diretoria da Associação, respondeu publicamente, frisando o "desrespeito manifestado [por Jonas] à soberania das Assembléias Gerais" e o "horror à livre discussão"¹²².

Em uma assembléia da Associação, o Conselho Deliberativo foi finalmente extinto. Assim, as decisões passariam pelas assembléias, tendo agora o analfabeto direito de voto que, segundo Jonas, "será um cego ou inconsciente a votar, só e só por partidarismo". O próprio interventor nos informa sobre o poderio dos adversários; não tinha dúvida sobre sua "força numérica em dita assembléia", onde "palmas ecoaram, sendo a proposição votada e aprovada por maioria colossal"¹²³.

Os atritos entre as duas tendências recrudesceram quando na assembléia do dia 28 de dezembro os comunistas lançaram a proposta de greve em sinal de protesto pela prisão e demissão de operários envolvidos no boicote aos navios espanhóis. A troca de acusações mútuas na imprensa começou a ter o seu ponto alto. Jonas deu uma entrevista afirmando que, embora os trabalhadores estivessem convencidos de que "o partido comunista deseja tão somente iludi-los, (...) os demagogos vermelhos debalde vêm tramando uma greve na Docas"¹²⁴. A paralisação não ocorreu, mas seu anúncio deu ensejo a novas provocações. Após alguns dias, o interventor do SOSPS escreveu na imprensa que recebeu telefonemas anônimos e lançou um desafio às "ameaças só dignas de

¹²¹ Jonas Pereira, Aos portuários quites da ABECDS, "A Tribuna", 5.12.47; Idem. A pedidos. Aos portuários quites da ABECDS, "A Tribuna", 19.12.47.

¹²² Arlindo Lucena, Ao povo e aos associados em geral, "A Tribuna", 14.12.47.

¹²³ Jonas Pereira, "Aos portuários quites da ABECDS, "A Tribuna", 27.12.47. Ver também "A Tribuna", 30.12.47.

¹²⁴ "A Tribuna", 4.1.48.

covardes": que tenham "a coragem de se dirigir a mim frente a frente"¹²⁵.

Viria em abril a resposta quanto aos operários "iludidos" pelo PCB, "repelindo os freqüentes pedidos que lhe fazem os agitadores comunistas"¹²⁶. Nas eleições para a nova diretoria da Associação Docas, a "chapa branca", liderada pelos comunistas, foi eleita com 1114 votos contra 109 obtidos pela "chapa verde e amarela", "obtendo ainda mais votos do que as restantes quatro chapas conjuntas"¹²⁷. A frente da entidade estavam comunistas como Arlindo Lucena (presidente), "Cearazinho", Henrique Moura e Alberto Muniz¹²⁸.

A partir daí, a diretoria da Associação passou a sofrer inúmeras pressões vindas das mais diversas frentes. Poucos dias antes das eleições haviam sido presos "Cearazinho" e "Paraíba" (João Farias de Oliveira) por terem "distribuído folhetos na faixa do cais insuflando os trabalhadores à greve"¹²⁹; dias depois, diretores e associados da ABECDS foram à "A Tribuna" e protestaram contra as prisões e os folhetos "provocadores"¹³⁰. Apesar de toda essa onda de pressões, no dia 20 de abril a diretoria eleita tomou posse, o que não significou o fim das hostilidades¹³¹. Ao contrário, a imprensa denunciava mais e mais suas "atividades subversivas" e não assistenciais. Em março, embora negasse persegui-los, a Cia. Docas demitiu sete operários sem justa causa, entre os quais dois conselheiros e um diretor da Associação Docas¹³².

Disputas pelo controle das reivindicações

O acirramento dos conflitos entre a Junta Governativa do sindicato e a diretoria da ABECDS tornou-se mais agudo quando ambas passaram a disputar o controle das reivindicações. Com a posse de Jonas no SOSPS, os comunistas procuravam passar por cima da Junta

¹²⁵ Jonas Pereira, Aos portuários associados quites da ABECDS, "A Tribuna", 10.1.48.

¹²⁶ Entrevista de Jonas à "A Tribuna", 4.1.48.

¹²⁷ ABECDS, Aos associados e ao povo de Santos. "A Tribuna", 28.3.48.

¹²⁸ ABECDS, "A Tribuna", 9.4.48.

¹²⁹ "A Tribuna", 10.4.48.

¹³⁰ "A Tribuna", 17.4.48.

¹³¹ "A Tribuna", 20.4.48.

¹³² "O Diário", 31.3.48. ABECDS. Aos associados, ao povo de Santos e à praça em geral. "A Tribuna"

Governativa, na medida em que formaram uma Comissão Pró-Aumento de Salários, distribuindo diversos boletins e panfletos no cais¹³³.

Segundo Arlindo Lucena, em maio Henrique Moura e Alberto Muniz teriam sido "procurados em caráter estritamente pessoal por numerosa comissão de trabalhadores portuários". Esta comissão pediu-lhes que interviessem junto às autoridades locais a fim de obter permissão para a realização de uma assembleia negada "sistematicamente" por Jonas Pereira para prestar esclarecimentos à categoria sobre o pedido de aumento de salários¹³⁴. O interventor do sindicato, por sua vez, informou que Lucena havia se dirigido ao presidente da República reclamando o desfecho da reivindicação. Tratava-se, segundo ele, de uma clara ingerência da Associação Docas

"disposta mesmo a controlar evidentemente a função taxativa e precípua dos órgãos de classe criados e reconhecidos para o fim de estudo, defesa e colaboração com o Governo, nos assuntos de economia e trabalho das classes obreiras"¹³⁵.

Esta era uma referência explícita à política adotada pelos comunistas de seguirem a orientação do "sindicalismo paralelo" em confronto aberto com os sindicatos oficiais.

Em maio foi fechado o acordo salarial: a empresa deu 5% de aumento e mais 20% como antecipação da Lei do Descanso Remunerado. Primeiro, o acordo não satisfazia a categoria que pleiteava 15% de aumento, além do descanso semanal. Segundo, a "Lei da Assiduidade" garantia este direito apenas aos que cumprissem integralmente nos dias úteis de cada semana os seus horários de trabalho ou justificassem as faltas¹³⁶.

Foi este, portanto, o resultado de mais de um ano de negociações. Jonas responsabilizou Simeí, "Cearazinho" e Tito Emídio, os quais "sabotaram o trabalho que estava sendo elaborado em janeiro de 1947, entrando pelo caminho errado de tomarem o sindicato de assalto, até cairmos no regime de interventoria"¹³⁷. Além disso, Jonas conclamou os operários a aceitarem o aumento porque "não somos pobres soberbos"

¹³³ SOSPS. Aos portuários de Santos: esclarecendo os fatos. "O Diário", 3.1.48; SEASPS, Aos portuários da CDS, "A Tribuna", 25.2.48.

¹³⁴ Arlindo Lucena. Aos associados em geral, "A Tribuna", 17.6.48.

¹³⁵ Jonas Pereira, "Aos portuários diaristas e horistas da Cia. Docas de Santos, "A Tribuna", 16.5.48.

¹³⁶ CDS. Aviso ao pessoal diarista e horista desta Cia. "O Diário", 23.5.48.

¹³⁷ Jonas Pereira. "A Tribuna", 31.1.48.

e a empresa, "por demonstração de Guilherme Guinle ao Ministério do Trabalho, não estava em condições de efetuar um melhor reajuste de salários"¹³⁸.

Inconformados, os comunistas Henrique Ramos e José Damasceno distribuíram no cais e na cidade "boletins infamantes, bem como de agitação da classe" avisando acerca de uma assembléia extraordinária para discutir o aumento salarial e o descanso semanal remunerado"¹³⁹. Diante destas pressões, Jonas lançou novas ameaças

"aos meus amigos gratuitos, que, não convém irem na minha casa (...) porque lá sou obrigado a tratá-los como inimigos, e essa advertência é bem profunda, podendo ter conseqüências funestas"¹⁴⁰.

No dia 26 de junho houve uma "concitação de greve". Em diversos pontos do cais foram distribuídos "manifestos subversivos" que buscavam tirar uma greve. O delegado do DOPS, Nelson da Veiga, compareceu "imediatamente ao cais", acompanhado de investigadores, detendo os "agitadores" e apreendendo o "material de propaganda subversiva". Após prestarem declarações, os presos foram postos em liberdade, com exceção de outros três incluídos no Código Penal¹⁴¹.

A repressão, no entanto, não arrefeceu a luta dos comunistas contra a Junta Governativa e pelo movimento reivindicativo. Em novembro Geraldo Rodrigues dos Santos endossou a proposta de se formar uma "comissão central" e "comissões de local de trabalho" eleitas pelos operários para pleitearem novo aumento e o "abono de natal"¹⁴². Esta também era parte da orientação do partido desde janeiro de 1948.

Todavia, em janeiro de 1949, Jonas Pereira alegou que a questão estava fora da ordem do dia e nesta não a incluiria, não permitindo que se formasse qualquer comissão e "muito menos a comunista (...), tendo o plenário se exaltado e apupado o senhor presidente da mesa". Ao afirmar que "Cearazinho" e Nelson Cardoso eram "agitadores" e destituídos de qualquer "espírito de classe", foi "novamente apupado pelo plenário, que se manifestou quase unânime contra os membros da Junta Governativa, especialmente o presidente". Frente aos "distúrbios vivi-

¹³⁸ SOSPS. Comunicado. aos associados do SOSPS. "A Tribuna", 22.5.48.

¹³⁹ SOSPS. Aos operários portuários sindicalizados. "O Diário", 12.6.48; ABECDS, Aos portuários da CDS, "O Diário", 12.6.48.

¹⁴⁰ Jonas Pereira, "Aos operários nos serviços portuários sindicalizados. "O Diário", 15.6.48.

¹⁴¹ "O Diário", 27.6.48.

¹⁴² SOSPS. AGE, 22.11.48.

dos nesta hora", Jonas deu por encerrados os trabalhos e retirou-se da mesa, "permanecendo o plenário, todavia, agitado, na sala de sessões". Geraldo Rodrigues, "Gará", subiu então em uma cadeira e pediu ao plenário que escolhesse as comissões. Aprovada pelo plenário a continuidade da assembleia foram escolhidos para presidirem a mesa "Cearazinho", "Gará" e Nelson Cardoso. Foi formada uma comissão com a incumbência de buscar um repórter do jornal comunista "Notícias de Hoje", mas o jornalista foi barrado na porta por Godói, secretário da Junta. Contudo,

"os elementos que compunham o plenário neste momento, quase à força bruta fizeram-no adentrar o recinto da sede social do sindicato, e tomar parte no trabalho que eles então prosseguiram até a nomeação de uma comissão de aumento de salários".

Em seguida, o plenário destituiu a Junta Governativa e elegeu outra formada pelos presidentes da mesa, recém escolhidos. Por indicação dos presentes foi formada ainda uma comissão de reivindicação. Esta e os "novos diretores" correram em busca de Jonas para que lhes fossem entregues as chaves do sindicato, ao que, obviamente, o interventor se negou¹⁴³.

Mas esta destituição também não logrou êxito e não nos espanta que somente em setembro fosse lavrada outra ata sindical. Talvez as assembleias tivessem sido suspensas por "ordem superior", imunizando os elementos da Junta contra a pressão do plenário e as tentativas dos comunistas de tomarem de "assalto" o sindicato.

De qualquer modo, este episódio, entre outros ocorridos na cidade, parece ter repercutido na própria intenção de Dutra em visitar a cidade, em fevereiro. Conforme o deputado comunista Pedro Pomar, em discurso no Congresso, os jornais do Rio de Janeiro concluíram que o presidente deixou de ir a Santos, "em virtude de haver, naquela cidade, ambiente de hostilidade a S. Ex." e referiu-se o deputado a manifestações de protesto da população santista à sua visita; citou ainda as Juntas Governativas de doqueiros e estivadores, eleitas "por esmagadora maioria", sendo seus membros intimados a comparecer à polícia. Segundo ele, em virtude dessas e outras mobilizações, o clima em Santos é de "verdadeiro estado de sítio", estando a cidade ocupada por forças do Exército; a Polícia Marítima "invade os lares, prende e es-

¹⁴³ SDSPS. AGE, 16.1. 49.

panca cidadãos". "É impossível a reunião de três pessoas. Implantou-se regime de terror"¹⁴⁴.

1949: o ápice dos conflitos e a escalada repressiva

Em março de 1949, houve nova eleição na Associação Docas, tendo sido eleita a chapa única encabeçada por Arlindo Lucena. O jornal "A Tribuna" reconheceu "coesão" entre os associados em torno dos comunistas e declarou que "destacada autoridade" disse que "interviria mesmo que fosse preciso 'pretexto'"¹⁴⁵. Este não faltaria, mas a intervenção levou algum tempo para ser efetivada.

De abril a novembro os comunistas da Associação Docas mobilizaram-se em torno dos mais diversos temas. Este foi o período final e mais agressivo do conflito.

A diretoria da ABECDS envolveu-se em diversas reivindicações da categoria, destacando-se o aumento de salários, a "natalina" e a luta contra o salário-produção defendido pela Junta Governativa¹⁴⁶. Mas os conflitos passaram a gravitar também em torno do governador Adhemar de Barros, apoiado pelos comunistas em 1946. Para muitos entrevistados, os lamentáveis resultados do embate entre os "comunistas" e "não-comunistas" teriam sido a consequência do empenho de Adhemar em favor da "turma do Jonas".

Em março de 1949 a bancada comunista da Assembléia Legislativa de São Paulo beneficiou a Associação Docas com uma subvenção de trezentos mil cruzeiros; o dinheiro foi aprovado pelos deputados e sancionado pelo governador em dezembro de 1948; contudo, o benefício não foi entregue à entidade que responsabilizava Adhemar por sua proteção. Em março, caravanas de associados dirigiram-se à Assembléia Legislativa e ao Palácio do governo¹⁴⁷.

Outra caravana estava marcada para agosto com a mesma finalidade, pois Adhemar recusava-se a receber os diretores da Associação. Por "ordem superior", a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí cancelou a viagem

¹⁴⁴ "Diário do Congresso", 23.2.49.

¹⁴⁵ "A Tribuna", 13.4.49.

¹⁴⁶ SOSPS. Comunicado. "A Tribuna", 17.4.49; SOSPS, Aos doqueiros. "A Tribuna", 19.7.49; SOSPS, Comunicado aos portuários nossos associados, "A Tribuna", 23.8.49, etc.

¹⁴⁷ ABECDS. Convite aos associados, "A Tribuna", 23.3.49.

de um trem especial destinado a embarcar a caravana dos doqueiros. Nos dias 8 e 9.

"foi irradiado pelas radionemissoras e publicado pela imprensa um comunicado da polícia proibindo a caravana, alegando que o governador não se acha em São Paulo, que queríamos fazer agitações na Capital, que o movimento era de caráter comunista e outras grosseiras provocações".

Segundo a diretoria da entidade, à hora do embarque a estação ferroviária estava transformada em uma praça de guerra e outros meios de transporte foram interditados pela Polícia Marítima. Assim, foi formada uma comissão que se dirigiu à Assembleia Legislativa para protestar contra o Governador¹⁴⁸. Em setembro, tais mobilizações resultaram na reunião entre Adhemar e "grande número de associados" da ABECDS¹⁴⁹.

Em setembro ainda ocorreu outra assembleia tumultuada no sindicato, a primeira após a "destituição" de Jonas em janeiro. Jurandir de Abreu enfatizou a "ilegalidade" da Junta frente à diretoria "legal" eleita na última assembleia. O tom de seu pronunciamento era provocativo e irônico, pois "passando um olhar pela mesa", observou estar presente o secretário do DOPS e "censurou que havia gente estranha no meio da classe, referindo-se pejorativamente à polícia que não devia estar presente nas assembleias do sindicato" - desafiar a polícia era também parte da linha "radical" adotada pelo PCB. Outros oradores comunistas tiveram a palavra cassada por Jonas; Jurandir voltou a acusar a Junta e, "convidado a retirar-se do recinto" pelo representante do DOPS, recusou-se a fazê-lo. Neste momento houve um "grande tumulto" e os comunistas "Cearazinho" e Avelino de Azevedo, entre outros, foram expulsos do plenário pela "louvável e oportuna intervenção" do interventor do SOSPS, do secretário do DOPS e de outros associados da "turma do Jonas"¹⁵⁰.

Fora do sindicato, na imprensa local, as duas posições em confronto cerraram duras acusações mútuas em torno do salário-produção. A Junta Governativa afirmava que os comunistas desejavam "sabotar a

¹⁴⁸ ABECDS, Aos doqueiros e ao povo de Santos, "O Diário", 20.8.48.

¹⁴⁹ "A Tribuna", 17.9.48.

¹⁵⁰ SOSPS. AGE, 7.9.49.

produção", pois rejeitavam categoricamente esta modalidade de remuneração¹⁵¹.

Enquanto isso, os comunistas mobilizavam-se também em torno das bandeiras nacionalistas. No dia 30 de setembro, na Bacia do Macuco, houve um enorme comício da campanha nacionalista pelo petróleo ("O Petróleo é Nosso"). A concentração sofreu dura repressão e o vice-presidente da Associação Docas, Arlindo Lucena, teve sua casa invadida e foi preso na Ordem Política e Social de São Paulo¹⁵².

Em 15 de outubro, Dutra finalmente foi a Santos inaugurar um novo trecho do cais do Sabão e um conjunto residencial de portuários no bairro do Macuco¹⁵³. O esquema de segurança fez, previamente, uma operação de saneamento anti-comunista. No dia 13, a "polícia de Adhemar de Barros", a Polícia Marítima, invadiu a Associação Docas, prendeu diretores e funcionários; na calada da noite alguns trabalhadores foram arrancados de suas casas e transportados para a prisão; foram detidos Jurandir de Abreu (tesoureiro) e José Mathias (1.º secretário) por distribuírem "BOLETINS violentos" contra Dutra e Adhemar¹⁵⁴.

Ainda assim, a diretoria da Associação tentava gastar os últimos cartuchos que lhe restavam. Protestava publicamente contra a Lei de Segurança, a Lei de Imprensa, perseguição do delegado do DGPS e as inúmeras prisões¹⁵⁵. A diretoria do sindicato, por sua vez, condenava tais protestos e, sobretudo, a ingerência da Associação "nos assuntos sindicais". Arlindo Lucena exigia, através da imprensa, que a Junta tomasse "posição enérgica em defesa do Abono de Natal para os trabalhadores" e concitava os doqueiros a se organizarem em "comissões por locais de trabalho" que obrigassem a Junta do sindicato a requerer o abono à base de um mês de salários¹⁵⁶.

Os comunistas, portanto, fizeram da Associação um "sindicato paralelo". Como escreveu o Departamento Feminino da entidade, como os trabalhadores estavam

¹⁵¹ SOSPS. Ao público, à autoridades legalmente constituídas e aos trabalhadores doqueiros. "A Tribuna", 22.9.49; ABECDS. Aos associados e ao povo em geral, "A Tribuna", 18.9.49.

¹⁵² ABECDS. Aos associados e ao povo, "A Tribuna", 2.1.49.

¹⁵³ "Jornal do Comércio", 16.10.49.

¹⁵⁴ ABECDS, Ecos da Assembléia geral extraordinária em 6.11.49, "A Tribuna", 8.11.49.

¹⁵⁵ ABECDS, "A Tribuna", 8.11.49.

¹⁵⁶ SOSPS. Protesto. "A Tribuna", 9.11.49.; Aos associados do sindicato, "A Tribuna", 12.11.49; ABECDS, Aos portuários de Santos, "A Tribuna", 11.1.49.

"cansados e impossibilitados de falar e de serem ouvidos pelo seu órgão de classe, a Associação passou a ser a casa onde se fala e se ouve falar em 25 dias de trabalho remunerado, aumento de salário, Abono de Natal, etc"¹⁵⁷.

Por outro lado, a Junta buscava denegrir a atuação da ABECDS e pediu uma assembléia onde seriam discutidos os seguintes itens: "dilapidação e malversação do patrimônio social" da entidade e proibição de elementos e organizações "estranhas da Associação, incompatíveis com a finalidade da mesma"¹⁵⁸.

O confronto final no Grupo Escolar "Docas de Santos"

Segundo alguns depoimentos, esta reunião a ser realizada no Grupo Escolar "Docas de Santos" era uma cilada preparada pelos interventores do sindicato, juntamente com "a polícia do Secco" ou "polícia do Adhecar" - a temida Polícia Marítima.

Uma vez que o clima da reunião era presumivelmente pesado, Arlindo Lucena requereu a presença de Juizes de Direito para "manter a harmonia"¹⁵⁹, os quais não compareceram; além disso, o Departamento Feminino da Associação convidou as mulheres, esposas dos associados, a participarem da assembléia¹⁶⁰; Jonas alegou a impossibilidade da presença feminina porque, segundo ele, as mulheres figuravam como beneficiárias com "direito de voto intransferível", implicando na "incompatibilidade de aceitar-se senhoras ali, a não ser no caso de festas"; assim, os debates estavam reservados apenas "para os 'Comunistas versus Pelegos'"¹⁶¹. Por fim, não foi permitida a presença das mulheres, de modo que os possíveis planos tramados para a reunião não esbarravam nesta "inconveniência" que punha em risco o confronto aberto e decisivo.

Segundo noticiou o jornal "A Tribuna", no dia 4 de dezembro, pouco depois das 8 horas, estavam presentes "centenas e centenas de associados" no Grupo Escolar. Arlindo Lucena, presidente da Associação Docas abriu os trabalhos e pediu "calma e espírito de ordem", pois todos estavam "bloqueados pela polícia". Logo de início, "os ânimos já

¹⁵⁷ Departamento Feminino da ABECDS, "A Tribuna", 15.12.49.

¹⁵⁸ ABECDS, AGE, "A Tribuna", 3.12.49.

¹⁵⁹ ABECDS, Aos associados, "A Tribuna", 3.12.49.

¹⁶⁰ Departamento Feminino da ABECDS, "A Tribuna", 3.12.49.

¹⁶¹ Jonas Pereira. Aviso e advertência, "A Tribuna", 3.12.49.

se achavam acirrados" em função das divergências sobre a composição da mesa, disputada pelas duas facções que o jornal denominava de "comunista" e "anti-comunista".

Neste momento, a assembléia tornou-se tumultuada: "foi o choque entre as duas correntes". João Ferreira da Rocha, "do grupo anti-comunista", retirou-se do recinto por alguns instantes. Ao voltar, foi atingido por um disparo vindo de fora da sala da assembléia. O projétil atingiu sua vista esquerda e a vítima veio a falecer momentos depois. Em seguida,

"estabeleceu-se a desordem. Surgiu a luta. Outros tiros foram disparados. Enquanto muitos participantes da assembléia deixaram precipitadamente o recinto, outros buscaram o reforço, por meio de revólver, de cacetete e da mão livre".

Balanco da tragédia: um morto e nove feridos, três dos quais em estado grave. Segundo a imprensa local, o resultado só não foi mais lamentável por intervenção rápida da polícia. Algumas testemunhas apontaram "Cearazinho" à polícia como o autor do crime. O suposto agressor, no entanto, fugiu e não foi encontrado pela polícia¹⁶².

As acusações pela tragédia eram recíprocas: a ala "anti-comunista" apontava a violência dos adversários e o jornal "O Diário" endossava a "fúria sanguinária" de Aloísio Soares, "Cearazinho"¹⁶³; o Departamento Feminino, por sua vez, esclareceu que a divergência na escolha da mesa para dirigir a assembléia "foi apenas um pretexto"¹⁶⁴; a diretoria da Associação responsabilizou sobretudo a CDS, cuja direção estava "pondo em execução um plano atrás de outro, no sentido de fazer voltar o patrimônio da Associação à suas mãos".

No dia 21, os diretores pediram aos operários que organizassem comissões "em cada turma, armazém ou escritório" a fim de defenderem a Associação¹⁶⁵. Neste mesmo dia, no entanto, a entidade foi fechada e nomeada uma Junta Governativa¹⁶⁶. A Associação Docas permaneceria por 22 meses sob o regime de intervenção.

¹⁶² "A Tribuna", 6.12.49.

¹⁶³ "O Diário", 22.12.49.

¹⁶⁴ Departamento Feminino da ABECDS, "A Tribuna", 15.12.49

¹⁶⁵ ABECDS, Aos associados, à praça e ao povo de Santos. "A Tribuna", 21.12.49.

¹⁶⁶ "O Diário", 22.12.49; ABECDS, "A Tribuna", 2.6.49.

Considerações Finais

JÁ fiz diversas referências à "virada à esquerda" do PCB a partir de 1948. Vejamos mais de perto alguns aspectos deste fenômeno relacionado com o presente item¹⁶⁷.

Segundo Beatriz Loner¹⁶⁸, a guinada de 180 graus do PCB explica-se a partir de três fatores principais e inter-relacionados. Primeiro, as condições de repressão e ilegalidade colocaram o partido contra um governo liberal e anti-intervencionista no plano econômico, e autoritário ao nível político. A oposição a Dutra ganhou reforço quando acabou a política stalinista de coexistência pacífica e foi iniciada a guerra-fria.

Segundo, a conjuntura apenas não explica a mudança de orientação. Verifica-se a interferência de fatores entre a realidade e o modo pelo qual o PCB a apreendia, o que, em parte, foi mediatizado pela sua subordinação a Moscou. A linha do PCUS passou a enfatizar a necessidade de consolidação e construção do socialismo na União Soviética e no leste, constituição de democracias populares e luta pela paz mundial. Os diversos PCs deviam, então, explorar as contradições intraburguesas, ampliar a frente pela paz, lutar pela libertação nacional e contra o imperialismo, sobretudo o americano.

Contudo, o PCB avançou muito mais à esquerda em função da interpretação da linha zhdanovista - "paz contra o imperialismo". Segundo Loner, esta linha era reformista, mas sua posição contra a colaboração de classes, ao lado da retórica revolucionária, lhe dava uma tonalidade radical. Isto teria mais influência nos países "dependentes" e em luta contra o imperialismo e pela democracia do que no capitalismo europeu.

Todos estes fatores relacionam-se ainda com um terceiro: as características da direção do PCB, composta de elementos imaturos, sem experiência teórica e prática. Tratava-se de uma composição pequeno-burguesa, sob forte influência tenentista. A miopia da direção em compreender a realidade brasileira teria conduzido o partido a uma política aventureira, sectária e irresponsável.

¹⁶⁷ Não pretendo explicar em pormenores esta guinada do partido. Remeto ao trabalho de Beatriz Loner (já citado), o qual ocupa destacada importância nas conclusões que se seguem.

¹⁶⁸ LONER, op. cit., pp. 18-35.

Esta orientação à esquerda teve seu início propriamente dito com a cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas, sendo reforçada pelo "Manifesto de Agosto" em 1950. Estava colocada a luta insurreccional contra o "governo de traição" de Dutra. O "Manifesto de Janeiro" (1948) propôs um governo nacional-popular, independência nacional, luta anti-imperialista, liberdades democráticas e melhoria no nível de vida das massas. No plano sindical, esta política se traduziu no incentivo às greves, tiradas a qualquer custo, métodos mais diretos de luta, repúdio da estrutura sindical corporativista, paralelismo sindical, sectarismo quanto às demais correntes, organização da classe operária pela base (comissões de empresa, associações, comissões intersindicais). Estas organizações pela base deviam lutar pelas "reivindicações imediatas" (salários e condições de trabalho) dos trabalhadores, pela paz, pelo petróleo, contra a carestia, o imperialismo, o imposto sindical. O "Manifesto de Agosto" advertia que a luta armada, a partir dos bairros, fábricas e campo previa a luta aberta contra a polícia, frente à qual não se devia temer, embora recomendasse maior cuidado nas cidades, onde o controle do Estado e dos patrões era mais nítido.

Como vimos, praticamente todos esses temas estiveram presentes na ação dos comunistas das Docas de Santos. Mas antes de voltarmos a este ponto é fundamental verificarmos a "auto-crítica" do partido e dos militantes quanto à virada à esquerda. Ainda segundo Beatriz Loner, há uma unanimidade entre os autores e testemunhos de ex-militantes que

"não deixa dúvidas que tal orientação era desastrosa para o movimento de massas, que era baseada em critérios subjetivos e tinha uma visão irrealista da situação brasileira, o que levava à uma prática aventureira, sectária e irresponsável"¹⁶⁹.

A guinada em 1948 não seria entendida pelas massas ou mesmo entre os militantes. Segundo o comunista Grabois, durante o período pouco fora feito no sentido de organizar a classe operária, "não tendo surgido dos movimentos grevistas, com exceção de 2 ou 3 casos, fortes organizações de caráter sindical apoiadas nas empresas"¹⁷⁰.

Este desastre a partir de uma radicalização "artificial", "triumfalista" e exageradamente otimista teve como consequência a

¹⁶⁹ IBID, p. 6.

¹⁷⁰ GRABOIS. Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo e a ditadura. Problemas, n. 20, p. 29, apud LONER, B., op. cit., p. 129.

perda sucessiva do prestígio do partido e de seus quadros. Segundo Vinhas, as organizações reuniam poucos associados, sendo a maioria de comunistas. Os diversos fracassos

"levam à desorganização das bases operárias do PCB, seja porque seus militantes são demitidos das empresas, seja porque os novos sindicatos se esvaziam. A prática divisionista não afeta apenas a classe operária, mas se repete onde quer que os comunistas atuem"¹⁷¹.

Segundo relatos colhidos por Beatriz Loner, a política de enfrentamento com a polícia era irresponsável porque havia na ação dirigente do partido um descaso para com os militantes, descaso refletido na deliberada prática de "pôr no fogo" os comunistas de base. Uma vez em risco a vida pessoal e profissional dos militantes, sufocados pelas exigências vindas de cima, não foram poucos os que desrespeitaram as palavras de ordem da direção e chegaram ainda a sair do partido. Em 1947 o PCB tinha 200 mil filiados; depois do "Manifesto de Agosto" passou a contar com apenas 20 mil. Além disso, a classe operária e as "massas" marcaram o divórcio com o PCB na medida em que a expectativa do partido em torná-las em instrumento de sua nova linha foi transformada em passividade daquelas forças sociais em colocar em prática as orientações dos comunistas. Para Hércules Correa,

"o resultado, como sabemos, foi a brusca queda de nossa influência sobre as massas e a destruição e o enfraquecimento das bases de empresas. O campo para a ação do trabalhismo estava facilitado"¹⁷².

Estas críticas e mágoas deixadas por militantes ou ex-militantes e muita vezes incorporadas pelas análises têm um valor inestimável, mas também padece de algumas limitações. Pelo menos no caso específico das Docas elas são visíveis. Pretendo, então, partir dos resultados finais das práticas daqueles comunistas, passando por suas intenções até chegar às efetividades concretas de tais práticas.

Não resta dúvida de que os conflitos entre a Associação Docas e a Junta Governativa do sindicato fizeram consideráveis baixas nos quadros dos militantes comunistas. A maioria foi demitida pela Companhia e presa pela polícia, sob os mais diversos pretextos. "Cearazinho", por exemplo, contou-me que esteve fugido por três anos, tendo depois

¹⁷¹ VINHAS, Moisés. O partido - a luta por um partido de massas. Hucitec, São Paulo, 1982, p. 95, apud LONER, L., op. cit., p. 134.

¹⁷² CORREA, H., op. cit., p. 145.

se apresentado à polícia, quando então permaneceu preso por mais três anos até ser provada sua inocência. Livre, trabalhou no sindicato, primeiro como servente e depois como motorista, até aposentar-se. A CDS negou sua reintegração, bem como a outros que, anistiados, voltaram às Docas pouco antes do golpe de 64. O período de exceção que voltou ao país interceptou, mais uma vez, suas possibilidades de ação política e sindical; outros ainda, no encarniçado embate com a Junta Governativa e demais forças de reação, deixaram o partido, tornando pública e de próprio punho a atitude de o abandonarem, assim como ao próprio comunismo; entre eles havia elementos de menor destaque dos quadros da Associação Docas. Os sucessivos enfrentamentos e as reiteradas provocações aos "pelegos", à polícia, à CDS, ao Governo Federal e a Adhemar de Barros, tiveram como corcamento o tiroteio, seguido de morte, no Grupo Escolar "Docas de Santos". Este foi o golpe final contra a hegemonia comunista entre o movimento operário dos trabalhadores da CDS. Frente a esta derrota, confere o fato de que estava aberto o caminho para a atuação dos trabalhistas. Isso ficou patentizado no período subsequente, quando elementos do PTB tomaram a dianteira do sindicato até 1964.

Este resultado desastroso e toda a atividade à frente da Associação Docas, a meu ver, não podem ser atribuídos simplesmente a uma suposta prática aventureira e irresponsável do partido. No caso em foco, concluir apenas levando em conta este fator significa incorrer em três riscos. Primeiro, acaba-se por entender todo um período através do umbral da história, simplesmente por seus resultados, fazendo-os funcionar como a causa explicativa do processo. A história surge, portanto, como um campo determinado e legível *a posteriori*; trata-se da história *post-factum*, facilmente construída a partir do que os seus atores consideraram e imaginaram, o que não deve ser descartado, mas que também não parece prudente incorporar como evidência irrefutável.

Segundo, o prisma do triunfalismo e do voluntarismo inconsequente minimiza o papel decisivo da repressão patronal e do Estado na derrota dos comunistas. Em terceiro lugar, a tese marcada pela idéia de irresponsabilidade obscurece uma série de práticas efetivas, muitas vezes coroadas de êxito, *pari passu* com a intencionalidade que as previa. O campo do conflito foi escancarado, colocando em questão elementos básicos da política oficial que, pela própria reação, nos diz muito mais do que as inúmeras auto-críticas. Estas, muitas vezes, mais

pareçam auto-flagelos pelo "fracasso" de uma história não acontecida de acordo com a linha traçada pelos projetos políticos.

Não desejo afirmar que no caso da Associação Docas não houvesse algo de aventura, em que alguns militantes, "imaturos" e "inconsequentes", fossem "colocados no fogo" pela direção do partido. O depoimento de um ex-comunista, empregado da administração, refere-se ao "sectarismo" e critica a orientação em torno do "sindicalismo paralelo". Segundo ele,

"o erro foi o seguinte: foi querer transformar a Associação em sindicato, substituir, sindicato paralelo, foi aquela linha... A Associação podia continuar ajudando, mas não liderar" (depoimento de B.).

Se pode ter havido uma prática voluntarista, não tenho dúvida de que esta não presidiu os rumos dos conflitos; nem mesmo a obediência à linha do partido, por si mesmo, os definiu. Já vimos que as orientações do Manifesto de Janeiro estavam presentes na atuação da diretoria da Associação Docas. A partir daí, o confronto entre as facções adversárias foi se tornando cada vez mais acentuado. Contudo, devemos contrapor cronologicamente a prática dos comunistas de base com as orientações do partido. Vale recapitularmos brevemente alguns exemplos.

Diversas vezes, houve tentativas no sentido de arrancar algumas greves quando o PCB encontrava-se na ilegalidade. Por outro lado, observamos também que, no início de fevereiro de 1946 eram os comunistas das Docas os primeiros que desejavam uma paralisação pelo aumento de salários e pela extinção do trabalho noturno. E isso num momento em que o partido apenas tolerava as paralisações que, em geral, eram deflagradas "espontaneamente" pelos trabalhadores. O boicote aos navios espanhóis tomou rumos inesperados, colocando o PCB em uma posição bastante incômoda. A luta pela fusão entre os dois sindicatos significou tomar o SOSPS de "assalto", sem qualquer acordo com o trabalhista Neves Góes. Em uma das agitadas assembléias, a "Junta Governativa", composta pelos comunistas, rechaçou o imposto sindical, visto como uma invenção autoritária para desvirtuar a sindicalização. Nesta época, o PCB não só recomendava a associação com outras correntes do movimento operário, mas ainda silenciava quanto aos alicerces da estrutura sindical estado-novista. Apenas na "virada de 1948" esta dupla política foi radicalmente invertida. Ainda no plano das organizações, o sindicalismo paralelo, embora em pleno curso apenas em 1948, teve início em janeiro de 1947, quando os associados destituíram a diretoria por

fraude eleitoral e escolheram um Conselho Deliberativo majoritariamente formado de comunistas.

A guinada de 180 graus à esquerda, formulada pela direção do partido, deu continuidade a estas práticas, embora em outro nível, outra intensidade e talvez com um acréscimo de propósitos. Se em muitos casos não existiram fortes organizações operárias por empresa e se em muitas delas haviam poucos associados - a maioria de comunistas -, no caso da Associação Docas o resultado foi inverso e talvez uma das raras exceções.

Nas diversas eleições para a diretoria, esmagadora maioria destinou seus votos aos comunistas. Em algumas assembleias da associação prevaleceram, por força do plenário, as propostas destes últimos, em detrimento das do interventor. Segundo o "Manifesto de Janeiro", a atuação nos órgãos oficiais de classe não era proibida, mas relegada para um segundo plano. Contrariamente, os doqueiros-comunistas não só levaram à frente o sindicalismo paralelo, como buscaram outra vez tomar de "assalto" o sindicato. Mais: o encaminhamento das reivindicações era depositado nas comissões constituídas de militantes do partido e escolhidas pela categoria; a fim de proteger sua diretoria, "centenas e centenas" de associados compareceram à trágica reunião no grupo escolar, frente a uma minoria ligada à "turma do Jonas"; até que a repressão sobreveio com redobrada força e acionou o "saneamento" político operado contra os comunistas e a entidade à qual estavam à frente.

Esses episódios, ao lado de tantos outros já narrados anteriormente, revelam que, apesar dos inúmeros entraves e do golpe final desferido contra a ABECDOS, os resultados no decorrer dos conflitos foram muitas vezes surpreendentes, surtindo forte impacto sobre as forças opostas, das quais se esperava, desde 1947, um poder que pusesse fim às "agitações" e às lideranças comunistas.

O memorialista Celso de Lima afirmou que em quatro anos e meio de trabalho nas Docas (1947-1951),

nenhum acontecimento de real grandeza ocorreu. Com efeito, greve não se deu, no entanto; deve ter havido sérios choques dentro da categoria dos portuários na ordem de organização e agitação. Talvez o meu envolvimento exclusivamente com o movimento reivindicatório tenha sido o motivo predominante para eu não ter percebido¹⁷³.

¹⁷³ LIMA, J., Navegar é preciso..., op. cit., p. 33.

Creio, porém, que esta lacuna em sua memória não se deve apenas ao seu interesse exclusivo pelas lutas reivindicatórias, mas talvez a uma outra lacuna deixada pela produção oficial ou mesmo social da memória histórica: a pretensa imagem de que a "ditadura Dutra" tenha aplacado, no período, os conflitos de classes. Ao contrário, a reação do Estado e das classes dominantes denunciavam o quanto a classe operária, no pós-guerra, tinha entrado na cena política, sem bater na porta. E justamente os temas que mobilizaram os trabalhadores das Docas nestes anos não deixaram de marcar sua presença, mesmo quando o clima de asfixia instaurado em meados de 47 parecia sufocá-los. Estes temas estiveram entre as preocupações dos doqueiros-comunistas antes e depois desta abrupta intervenção do Estado. E tampouco podemos atribuí-las a um mero jogo de cena, a uma hipócrita fraseologia revolucionária ou ao mimetismo cego das orientações do partido em relação aos ditames soviéticos. Os conflitos já estavam abertamente postos pelos próprios operários desde 1945. Depois de 1948, o confronto não apenas era uma consequência da radicalização, mas sobretudo dos rumos tomados no decorrer da luta. E nesta mesma luta não estavam envolvidos, como pretendia a imprensa, tão somente "comunistas" e "não-comunistas". Os operários marcaram fortemente sua presença - e não por obediência e subordinação aos seus líderes. Eles deram inúmeras demonstrações de recusa aos grupos enfeudados no sindicato desde o Estado Novo. A esta recusa correspondia uma série de expectativas cujos depositários foram os elementos do partido, trabalhadores como eles da Companhia Docas de Santos. Mais que nunca, estava bloqueada a via que possibilitasse qualquer tentativa de recuo no meio do caminho.

*

Dos conflitos que culminaram na tragédia de 4 de dezembro de 1949 no Grupo Escolar "Docas de Santos", resultaram de imediato "um vencedor" e vários "vencidos": o interventor Jonas Pereira permaneceria por mais um ano à frente do sindicato, enquanto os doqueiros passariam o ano de 1950 sem verem homologado o acordo salarial iniciado em 1949. Podemos afirmar ainda que, das "cinzas" de outro "derrotado", foi se delineando aos poucos a fisionomia de um novo grupo vitorioso. Vimos que a consequência final da linha "à esquerda" dos comunistas foi facilitar o campo de ação do trabalhismo na área sindical.

Em 1950, por ocasião das eleições sindicais convocadas pelo ministério do Trabalho, o Comitê Nacional do PCB determinou a participa-

ção dos comunistas no pleito, condicionando-a à não apresentação do "atestado de ideologia". Isso impunha dificuldades quase intransponíveis, uma vez que permanecia a política repressiva e intervencionista de Dutra no movimento sindical¹⁷⁴.

No caso do SOSPS, não só o ministério era um obstáculo, mas também Jonas Pereira. Observe-se que o alvo não foi nenhum comunista, mas um ex-presidente do Diretório Municipal do PTB. José Gonçalves, na qualidade de candidato a presidente do sindicato pela "chapa 2" de oposição, foi à sede do órgão de classe registrá-la, mas o interventor recebeu-o com "algumas palavras ásperas" e negou-lhe o registro¹⁷⁵; foi em vão. Segundo depoimento de José Gonçalves, no dia da apuração dos votos, em novembro, "o negócio tava ameaçando até haver morte. O negócio teve bravo" e o delegado regional do Trabalho foi pessoalmente acompanhar a eleição¹⁷⁶.

Do resultado do pleito, a chapa encabeçada por Gonçalves obteve 1694 votos contra 933 alcançados pela chapa da qual fazia parte Jonas Pereira¹⁷⁷. Tão logo deu-se o término das apurações, os eleitores da oposição fizeram ecoar aos ouvidos de Jonas "aquela vaia na sede do sindicato. (...) Ai a turma foi pra frente, pra janela lá da frente, começaram a soltar rojão".

Esta eleição marca definitivamente o fim da presença do interventor na diretoria do sindicato e de sua "política ministerialista" desde o Estado Novo. Nas urnas, os doqueiros manifestaram a sua vitória. O pleito assinala também o início do trabalhismo no SOSPS, mantendo-se hegemônico até 1964, apesar de acentuadas diferenças em sua orientação desde o final da década de 50.

¹⁷⁴ Segundo Loner, tal orientação do PCB traduz a luta interna ao PCB para a modificação da linha sindical. LONER, B., op. cit., pp. 129-30.

¹⁷⁵ GONÇALVES, José. Aos Companheiros Operários Portuários de Santos, "A Tribuna", 31.10.50.

¹⁷⁶ De acordo ainda com Gonçalves, o delegado "também vinha porque o Jonas manobrava aquela turma de São Paulo: delegado do Trabalho, o assistente..."

¹⁷⁷ "A Tribuna", 25.11.50.

Anexo

VOTOS PARA PRESIDENTE DA REPUBLICA - EM SANTOS (1945)

Candidatos	Votos
Yedo Fiuzza	11.747
Eurico Dutra	7.965
Eduardo Gomes	6.883

VOTOS PARA O SENADO - SANTOS (1945)

Candidatos	Votos
Luis C. Prestes	12.014
Rafael Sampaio Filho	11.838
Getúlio Vargas	6.344
Marcondes Filho	4.298
César Vergueiro	3.031

VOTOS PARA A CAMARA FEDERAL - SANTOS (1945)Candidatos Locais

Candidatos	Votos
Osvaldo Pacheco (PCB)	9.659
Antonio Feliciano (PSD)	4.028
Benedito N. Góes (PTB)	2.097
M. Rodrigues (UDN)	1.905
Jaime de Moura (PDC)	1.365

FONTE: "HOJE", 20.12.45.

VOTOS PARA GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SANTOS (1947)

Candidatos	Votos
Adhemar de Barros (PSP-PTB-PCB)	26.856
Mário Tavares (PSD)	7.750
Hugo Borghi (PTN - ala PTB)	7.182
Almeida Prado (UDN)	2.138

Fonte: "A Tribuna", 29.01.47

VOTOS PARA DEPUTADO ESTADUAL (Candidatos Locais) - 1947.

Candidatos	Votos
João Taibo Cadorniga (PCB)	7.992
Lincoln Feliciano (PSD)	6.982
Zuleika Alambert (PCB)	4.043
Leonardo Roitman (PCB)	2.122
Ciro Carneiro (FR)	1.973
Rafael Sampaio Filho (PCB)	1.853

Fonte: IDEN.

VOTOS POR LEGENDA PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVASANTOS (1947)

Legenda	Votos
PCB	15.790
PDC	470
PRP	314
PR	2.250
PSD	7.252
PSP	2.610
PTB	3.558
PTN	38
UDN	2.620

FONTE: ARADJO, J., op. cit., p. 73

VOTOS PARA DEPUTADO FEDERAL - POR LEGENDA - SANTOS (1947)

Legenda	Votos
PSP-PCB	20.884
PSD-PR	7.891
PTB	5.413
UDN	3.172

Fonte: "A Tribuna", 29.1.47.

VOTOS PARA O SENADO - SANTOS - Candidatos Locais (1947)

Candidatos	Votos
Cândido Portinari (PCB)	20.587
Euclides Vieira (PSP)	21.004
Roberto Simonsen (PSD)	8.230
Cesar Vergueiro (PSD)	8.187
Ernesto Leme (UDN)	4.028
Sampaio Doria (UDN)	3.945
J. Melo Moraes (PTB)	4.621
Canuto Mendes de Almeida (PTB)	5.198

Fonte: "A Tribuna", 29/1/47.

VOTOS PARA A CAMARA DOS VEREADORES PORLEGENDA E VEREADORES POR PARTIDO (1947)

Legendas	Votos	Veread. Eleitos
PDC	2.190	1
PRP	322	0
PR	1.485	1
PSB	2.033	1
PSD	5.595	4
PSP	5.785	5
PST	9.598	14
PTB	4.029	3
PTN	1.405	1
UDN	1.856	1

FONTE: "A TRIBUNA", 26.11.47.

CAPITULO 5

A ERA DAS NEGOCIAÇÕES: (1950-1959)

Em 1950 a vitória do petebista José Gonçalves nas eleições sindicais do SOSPS quase coincidiu com uma outra na política do país: a volta de Vargas à presidência da República, em 1951. Entre outras "coincidências", ambos os vencedores expressaram discursos e promessas semelhantes. Aquele que, em pouco tempo, se tornaria uma grande liderança sindical entre os doqueiros, propunha-se a defender os direitos dos trabalhadores; enquanto militante petebista, não fugia à regra: erigia-se em intrépido cavaleiro em defesa do cumprimento da legislação trabalhista. José Gonçalves carregaria esta bandeira por três gestões consecutivas à frente do sindicato, entre 1951 e 1957.

No cenário político-nacional voltou às ruas, em 1950, outra campanha "queremista" pela candidatura de Vargas à presidência da República. Parte da preocupação do candidato estava em revitalizar a força trabalhista montada no Estado Novo. Neste sentido, os sindicatos foram vistos como um locus eficaz para a condução de sua plataforma de governo baseada nas questões sociais. Vargas pretendia reeditar a "cidadania corporativista", tão cara a Marcondes Filho, seu principal divulgador durante os estertores do Estado Novo.

Trata-se da volta do "legislador" e do "fundador" dos direitos. Vargas aproxima-se aqui de alguns traços do que Raoul Girardet chamou de "modelo de Cincinnatus": imagem de um velho homem que se tornou ilustre no passado. O "povo", confrontado com a angústia, trá-lo de volta à frente do Estado; sua tarefa é proteger e restaurar. A lembrança desempenha aqui um papel fundamental: o passado é mobilizado para socorrer o presente no qual os homens vivem em estado de confusão, perplexidade e derrota¹.

Vargas e José Gonçalves sinalizavam justamente para a retomada da política de reivindicação e conquista dos direitos através da atuação do sindicato, o que teria sido negado pela Junta Governativa durante o governo Dutra; e, acima de tudo, a confiança dos trabalhadores das Docas não lhes foi negada. Veremos que, deste apoio, saiu fortalecido o PTB.

¹ GIRARDET, R. Mitos e mitologias políticas..., op. cit., pp. 73-4.

Segundo uma literatura muito bem documentada, esta legenda surgiu em 1945 como uma fórmula traduzida em elo de ligação que possibilitasse manter o antigo ("corporativismo-controle") no novo (liberalização política)². O partido foi o "arremate final" da "invenção do trabalhismo" no bojo das estratégias do governo em capturar o processo de "redemocratização" durante os anos finais do Estado Novo. Assim, ao contrário de outros partidos recém-formados, o PTB significou uma proposta direcionada aos trabalhadores urbano-industriais em termos partidários³.

Quatro foram os seus objetivos iniciais. 1) Tornar os sindicatos uma das bases fundamentais de sua estrutura e o local privilegiado para sua militância política⁴. 2) Transformar os dirigentes sindicais em elementos chaves desta militância, sendo o ministério do Trabalho a máquina de sustentação do partido. A administração de diversos órgãos corporativistas, tais como a Justiça do Trabalho e a Previdência Social, deveria ser distribuída entre os dirigentes petebistas. 3) Preservar e difundir a imagem protetora de Getúlio Vargas junto aos trabalhadores. 4) Competir com o PCB, buscando absorver nos quadros do PTB os setores operários que os comunistas diziam representar⁵. Podemos afirmar que, em certa medida, o PTB pretendeu dar continuidade ao trabalhismo no terreno partidário, estando seu perfil político e ideológico enquadrado e dependente da figura de Vargas⁶.

Contudo, devemos nos reportar ao imediato pós-guerra quando o alcance real de algumas linhas da "invenção do trabalhismo" revelou-se um tanto limitado. O sindicato, tendo à frente um presidente pete-

² Ver GOMES, A. *A invenção do trabalhismo*, op. cit.; GOMES, A. C. & D'ARAUJO, C. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo, Atica, 1939; DELGADO, Lucília M. de A. *Do getulismo ao reformismo*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1989; BENEVIDES, M. V. *O PTB e o trabalhismo...*, op. cit.

³ A UDN constituiu-se num partido de oposição a Vargas e ao Estado Novo. Sua plataforma era liberal, de não interferência do Estado na economia e nas relações de trabalho. O PSD foi criado por Getúlio e formado por políticos vindos do Estado Novo, tais como os interventores que governaram os Estados no período autoritário. Seu caráter era conservador e sutilmente reformista no plano social. Sua origem vinculava-se também à preservação das linhas básicas do Estado Novo na "democratização", tendo sido apoiado pelos setores dominantes da sociedade. Ver GOMES, A. & D'ARAUJO, C., op. cit., pp. 8-10.

⁴ Segundo Delgado, "o objetivo de formar o partido na base de líderes sindicais levou a que se preterissem candidaturas de antigos funcionários do ministério do Trabalho em prol daquelas lideranças. O que se buscava era exatamente 'dar uma chance aos representantes sindicais' e, com isso, centrar no partido a marca do trabalhador sindicalizado". DELGADO, L. op. cit., pp. 37.

⁵ É preciso observar que na política de aproximação com o governo, os comunistas pretendiam aumentar sua propaganda e obter adeptos entre os trabalhadores que tinham vínculos com Vargas. IBID, p. 41.

⁶ GOMES, A. C. & D'ARAUJO, C., op. cit., pp. 36-42.

bista, não gozou de grande legitimidade entre os trabalhadores, os quais se movimentaram fora dos espaços oficiais montados para a sua cooptação e controle; no plano eleitoral, os comunistas eram imbatíveis e o PTB ainda estava longe de se tornar uma grande força no porto e na cidade.

Passados cinco anos começaram a se tornar uma realidade no SOSPS aqueles quatro pontos através dos quais o PTB veio à luz em 1945, além dos princípios da "invenção do trabalhismo", tais como "conhecer a legislação do trabalho para reivindicar direitos" através de sindicatos e líderes atuantes, maneira pela qual os trabalhadores poderiam se sentir participantes da vida política do país. O PTB, por sua vez, seria o "ponto terminal" da "cidadania corporativista". Conforme veremos amplamente, José Gonçalves se tornará o símbolo e a expressão desta política entre os operários das Docas. Através do sindicato criou uma base de militância política para o PTB local; ele próprio foi um elemento chave de tal militância, tendo sido até hoje um dos vereadores mais votados da cidade; lutou tenazmente pelos direitos dos doqueiros, enfrentando inúmeras vezes o poder da CDS; contribuiu para a revitalização da imagem protetora de Vargas; e disputou com os comunistas a liderança dos trabalhadores. Em síntese, determinados aspectos da "invenção do trabalhismo" começaram a funcionar no SOSPS a partir do início da década de 50 e não no período de sua formulação.

Ao longo deste capítulo pretendo considerar que a crença simbólica nos direitos passou, finalmente, a ter o sindicato como um canal de expressão, por meio do qual foi facilitado o contato direto com as "autoridades governamentais". Observamos que tal "crença" baseava-se em uma representação político-jurídica do poder, de modo que a "autoridade" dispunha de mecanismos legal-coercitivos para estabelecer "a justiça", obrigando os patrões a cumprirem o que "de direito" era do trabalhador. Esta parecia ser a função do "poder central" no interior das expectativas e exigências de justiça do imaginário operário.

Ora, o "sindicalismo trabalhista" foi um locus extremamente apropriado e eficaz para uma tal representação, além de se constituir em um instrumento através do qual a categoria entrava em contato com as pessoas que ocupavam o poder.

A maior expressão da política de relacionamento direto com os trabalhadores foi João Goulart, desde o tempo em que ocupou o ministério do Trabalho de Vargas, passando pela vice-presidência do governo JK, até o período em que comandou o executivo federal entre 1961 e 1964. Aliás, é bastante conhecido seu estilo informal e íntimo de tratamento com os operários e com os dirigentes sindicais. Enquanto ministro de Getúlio, Jango negociava, fazia concessões, estabelecia contatos freqüentes com os sindicatos, recebia suas lideranças no gabinete do ministério, deixava-se tutear por seus interlocutores e participava dos eventos promovidos pelas entidades de classe. Como assinaram duas autoras bastante credenciadas no assunto, tal comportamento significava não apenas ampliação de suas bases de apoio, mas atingir isso ao transformar suas promessas em atos jurídicos do ministério. Esta preocupação

"em fundamentar popularidade e liderança em procedimentos legais e efetivos tem a nítida inspiração do modelo de Vargas. Contudo, reinaugurava essa tradição, ao desmistificar a figura da autoridade, aproximando-a do povo e colocando-a à altura de sua mão"⁷.

José Gonçalves, por exemplo, passou horas comigo mostrando um sem-número de fotografias nas quais encontrava-se ao lado de figuras como Vargas, Juscelino e João Goulart. Lembrou-se das várias vezes em que penetrou no palácio do Catete perguntando, desenvolto, se o "baixinho" estava; logo ia entrando e presenteava Getúlio com um pacote de café "do bom". Saudoso dos velhos tempos, ele rememora que

"o Getúlio era porta aberta, era um troço diferente. O Juscelino era uma mão também. O Jango era trabalhador de tudo quanto era jeito".

"Eu me dava muito bem com ele [Getúlio]. Já manobrava. Tempo do Getúlio, tempo do Jango, eu manobrava mesmo. Na época eu era dirigente do partido, do PTB. (...) Eu manobrava aí. Eu chegava lá, entrava lá, entrava e saía, o diabo a quatro".

Mas estas lembranças de livre trânsito nos espaços do poder não são um privilégio apenas dos petebistas. Um ativista do PCB, ex-dirigente do sindicato dos empregados da administração e ex-diretor da Federação Nacional dos Portuários recorda-se que

⁷ GOMES, A. C. & D'ARAUJO, C., op. cit., p. 63.

"o Jango, qualquer hora que a gente chegasse no palácio do governo, Guanabara, no Rio de Janeiro, ele poderia não atender na hora, mas ele dizia: - 'você não vai embora sem falar comigo'. Nunca deixou de atender, tinha diálogo. (...) Ninguém barrava a gente, ninguém barrava" (depoimento de B.).

Outro ex-comunista, dirigente do SEASPS, fez a mesma consideração: "ele te atendia direto, não entregava isso pra mérito de outro. Eu acho que ele estava certo". E "estava certo" porque depois, com o golpe de 1964, "a gente foi cortado, acabou esse negócio do Jango e passou a ser tudo na agenda, com hora marcada, manda não sei quem te atender, não atende e você vai embora sem falar com ninguém" (depoimento de S.).

Esta memória está fundada, em grande parte, no período de exceção, no qual muitos agentes sociais sentiram-no como um vazio, uma ausência, uma perda e uma exclusão, sobretudo no que se refere à dignidade e aos direitos. Marilena Chauí observou que

"Ricardo Coração de Leão, D. Pedro II, D. Sebastião, Getúlio são figuras do imaginário dominado onde o governo surge idealizado justamente porque nessa imagem o poder não se confunde com o Estado atual e real do qual os dominados sabem que estão excluídos"⁸.

Neste sentido, no período do chamado "populismo" o recebimento dos direitos estava associado ao reconhecimento da dignidade, ou seja, tinha-se o "privilegio" de se conseguir um benefício através de uma relação pessoal. O que pretendo sugerir é que a prática do relacionamento direto com os trabalhadores e com os dirigentes sindicais introduz duas ordens de questões que, a princípio, se parecem mutuamente antitéticas: a cidadania e o clientelismo. A meu ver, ambas estão radicadas no mencionado problema da dignidade da pessoa. Tereza Caldeira, ao analisar diversos depoimentos de antigos trabalhadores que haviam tido algum tipo de envolvimento político neste período, observou agudamente que

"é necessário considerar que o reconhecimento da dignidade humana não está relacionado apenas ao fato de haver uma relação pessoal. Ao ser dada 'voz ao povo' pelos políticos populistas, de fato reconheceu-se a dignidade de cidadãos que podiam dizer o que sentiam e o que pensavam. Há, em suma, dois aspectos: de um lado, a relação pessoal em que se exerce o direito; de outro, o contexto político em que foi criado o mesmo direito - em ambos a dignidade é reconhecida. Os dois lados convivem, e o fato de haver a relação pessoal não implica anular a dimensão política e coletiva da questão. O reconhecimento do povo como ator político é importante não apenas do

⁸ CHAUI, M. Cultura do povo e autoritarismo das elites..., op. cit., p. 54.

ponto de vista dos indivíduos, mas serve como divisor de águas no reconhecimento de toda a categoria de trabalhadores"⁷.

Assim, é preciso compreender o entrelaçamento entre duas formas de reconhecimento: a dignidade da pessoa numa relação pessoal e a dignidade do cidadão no contexto político. O pessoal e o individualizante não se anulam nestas práticas que, aliás, não podem ser identificadas apenas na questão eleitoral, quando o eleitor gostava dos políticos que escutavam seus reclamos e tratavam-nos com "urbanidade". No caso da relação direta com Jango, por exemplo, encontrava-se transgredida a distinção radical entre pessoa e indivíduo, público e privado, cidadania e clientelismo, direitos e favores. Todas estas esferas tornavam-se intercambiáveis e confundiam-se. Os dirigentes sindicais iam ao Catete visando a concretização de uma demanda ou a manutenção de um direito garantido e, muitas vezes, saíam de lá com um acordo firmado e afiançado pela assinatura do ministro ou do presidente da República. Conforme veremos, levavam consigo ainda o gosto de serem atendidos "prazeirosamente" em clima de "harmonia", "diálogo", "compreensão".

Além disso, os dirigentes e os próprios trabalhadores sentiram-se, em diversos casos, participantes das decisões políticas do país, o que corrobora a análise de Castro Gomes, segundo a qual a "invenção do trabalhismo" não foi uma estratégia montada para negar, anular, excluir, mas, ao contrário, criar noções de pertencimento e participação. José Gonçalves e Oscar Labruna, outro diretor do SOSPS no mesmo período, acreditam ainda hoje que, por seu intermédio, João Goulart foi nomeado ministro do Trabalho de Vargas. Há muito tempo batiam-se em torno da homologação da Convenção Coletiva de Trabalho e Getúlio os aconselhou a irem a São Borja pedir a Goulart que ocupasse a pasta do Trabalho. Coincidentemente, algum tempo depois, Jango era ministro do Trabalho, assinando a Convenção Coletiva. Na memória destes ex-sindicalistas, todos os trabalhadores do país que se beneficiaram com a gestão de Goulart lhes serão eternamente tributários.

Não pretendo "reabilitar o populismo" ou julgar tais práticas e representações, mas sim compreendê-las. Deste modo, pude observar que não apenas com João Goulart os doqueiros tiveram as "portas abertas" do ministério. Durante todo o período, salvo algumas exceções, a pasta do Trabalho foi o lugar privilegiado das reclamações da categoria e

⁷ CALDEIRA, T. A política dos outros, op. cit., p. 237.

onda foram quase que invariavelmente atendidas. Segundo José Gonçalves, "a relação que eu tinha com a Cia. deveu-se tudo ao ministério".

Devo adiantar que esta pasta foi uma das poucas que sempre esteve nas mãos do PTB, enquanto as demais eram distribuídas a membros de outros partidos em razão de uma nítida política de alianças. O ministério da Viação - do qual dependia a decretação dos aumentos tarifários cobrados pela CDS aos usuários dos seus serviços -, entrou em choque inúmeras vezes com a orientação de aproximação com os trabalhadores acionada pelo ministério do Trabalho. Em outras palavras, este acenava com reajustes salariais condizentes com as aspirações da categoria, enquanto os ministros da Viação relutavam em conceder à CDS os aumentos das taxas portuárias para que ela procedesse ao pagamento dos salários. Os argumentos empregados para tal negativa estavam sempre relacionados à contenção da alta dos preços. Nesta perspectiva, podemos detectar dois estilos bastante diferenciados quanto ao tratamento das autoridades ministeriais em relação aos trabalhadores e aos sindicalistas. Se no ministério do Trabalho as portas encontravam-se abertas, no da Viação elas estavam fechadas. Foi em torno desta contradição que gravitaram as principais lutas dos trabalhadores das Docas durante toda a década de 50¹⁰.

Torna-se compreensível que uma das duas greves ocorridas nos anos 50 tenha sido precipitada pelo descaso dos ministros em negociar com a comissão salarial. Tão logo foi informado que os membros da comissão tinham "ficado lá [no ministério] feito bobos", o plenário decretou imediatamente a paralisação dos serviços no cais. Devo ressaltar ainda que o movimento ocorreu no "governo de transição" entre o suicídio de Vargas e a posse de JK, ou seja, numa época em que a performance sindical do governo passou a ser totalmente diferenciada da anterior, sobretudo quando Jango estava no ministério do Trabalho e os doqueiros obtiveram determinados direitos que estão até hoje registrados na memória de muitos trabalhadores daquele período.

O que desejo concluir é que temos diversos indícios do que se convencionou chamar de "sindicalismo populista": à primeira vista, poderemos verificar diversas tentativas do sindicato no sentido de evitar o confronto direto com a empresa através da atuação sindical no

10 O leitor podera se aborrecer com minha insistência nesta questão, mas creio que as "repetições" ao longo do período ganham significados diferentes.

interior dos canais institucionais. Não resta dúvida de que os sindicatos oficializaram os conflitos e os conduziram às cortes de julgamento sob a supervisão do Ministério do Trabalho. No entanto, tal formulação mais obscurece do que ilumina, pois a ausência da "ação direta" contra o poder do capital não implica na ausência do confronto de classes. Evitarei, portanto, a noção de "deslocamento" dos conflitos em direção ao Estado porque na medida em que este era acionado e demandado pelo sindicato e pela categoria contra a CDS, a luta não foi "deslocada", mas permanecia ali mesmo onde foi originada, apesar e por causa da presença do Estado.

E o próprio ministério do Trabalho não constituiu um campo de consenso. Ao contrário, foi um lugar onde os conflitos expressaram-se com grande intensidade. Ele próprio não esteve imune a críticas e confrontos. Quando não executava sua função recebia telegramas que expressavam descontentamento, enfrentava greves e outras formas de pressão que colocavam em risco a sua própria legitimidade.

Afinal, ainda que de maneira restrita, durante os "anos populistas" foram "concedidas" leis trabalhistas e garantias políticas aos trabalhadores, o que veio a criar cidadãos com consciência de seus direitos. Se um dos objetivos do Estado foi a cooptação dos trabalhadores, para tanto ele viu-se forçado a "forjar" cidadãos que aprenderam a manipular e a se apropriar dos direitos "doados", além dos dispositivos que "criaram" tais direitos sob o princípio da cooptação¹¹. Se a subversão da ordem não estava nos planos dos trabalhadores, o sindicalismo trabalhista trouxe-lhes retornos evidentes.

1. O DIFÍCIL COMEÇO DO TRABALHISMO

De volta ao poder, Vargas pretendia, então, implementar sua política trabalhista. Segundo Lucília de Almeida Neves, a breve gestão de Danton Coelho à frente do ministério do Trabalho refletia a política de cooptação dos sindicatos, "próprio dos regimes populistas"¹². A orientação liberalizante da pasta determinou eleições em mais de 1200 sindicatos, entre os quais 80 estavam ainda sob intervenção. O PTB, por sua vez, passou a ter grande influência na pasta do Trabalho

¹¹ CALDEIRA, T., *op. cit.*, p. 237.

¹² DELGADO, L., *op. cit.*, p. 110.

quanto à adoção de medidas trabalhistas¹³. Sob a gestão de Segadas Viana, um dos exemplos desta influência foi a consolidação do fim do "atestado ideológico" exigido aos candidatos às eleições sindicais, ficando livres de provar sua não filiação a qualquer "ideologia estranha" à "democracia brasileira".

Situando-nos, inicialmente, na primeira gestão de José Gonçalves (até o final de 1952), o sindicato dos operários dos serviços portuários penetrou no interior da política trabalhista aberta pelo ministério. Contudo, enfrentou diversas dificuldades: intransigências da CDS, oposição dos comunistas e contradições advindas da composição heterogênea das pastas ministeriais de Vargas. Duas lutas enfrentadas pela categoria esclarecem estes problemas: a equiparação dos vencimentos das "turmas de emergência", em 1951, e a campanha salarial de 1952.

A luta pela efetivação das "turmas de emergência"

Em 1950 o maior problema enfrentado pelos doqueiros foi o das demissões em massa face à queda das exportações originada pela política cambial do governo¹⁴. No ano seguinte a situação era diametralmente inversa com o acúmulo de embarcações congestionadas ao largo do cais. A CDS precisava debelar o problema da insuficiência da mão-de-obra, encontrando uma saída pouco onerosa: contratou cerca de 1500 trabalhadores através de um contrato "bi-lateral". Segundo este acordo, que não passava pela interferência do sindicato, os "extranumerários" foram empregados por um curto prazo e em regime desigual aos efetivos, sendo-lhes pagos os extraordinários à base de apenas 20%¹⁵.

A diretoria do sindicato passou a se mobilizar, convocando os novos contratados para uma assembléia a fim de sindicalizá-los e "abrir questão" na Justiça do Trabalho com o objetivo de efetivá-los.

Enquanto isso, os comunistas mantinham sua posição de luta aberta contra a entidade de classe por meio de uma "organização paralela". A "União Geral dos Doqueiros" foi a público prevenir os contratados "da manobra que a diretoria pretende fazer, cuja manobra é de protelar a efetivação e o pagamento da diferença das horas extraordinárias e, en-

¹³ IBID, p. 109.

¹⁴ "A Tribuna", 17.8.50.

¹⁵ "Folha da Manhã", 2.8.51; SOSPS. Ata da Reunião entre a Diretoria do Sindicato e os Empregados Contratados da CDS, 5.8.51. Maiores detalhes sobre esta questão, ver "Capítulo 2".

fim, a equiparação imediata"¹⁶. José Gonçalves rebateu tais acusações na imprensa local com um característico discurso anti-comunista. Afirmou que os membros da organização clandestina "só procuram fazer confusão em proveito de ideologias incompatíveis com o nosso regime"¹⁷.

O fato é que o caso das "turmas de emergência" foi parar na Junta de Conciliação e Julgamento. Passados quatro meses, a justiça trabalhista não dera qualquer parecer, embora o ministério do Trabalho tivesse considerado nulos os contratos bi-laterais "em face da Constituição, da CLT, e dos Acordos de Trabalho"¹⁸. Frente à morosidade do julgamento, o sindicato pediu aos extranumerários que aguardassem por mais algum tempo, sem que praticassem "qualquer ato impensado", pois assegurava que a decisão do governo "será compatível, obviamente, com as necessidades dos trabalhadores portuários"¹⁹. Os comunistas voltaram a campo e espalharam boletins pelo cais. O sindicato, por sua vez, informou na imprensa que uma comissão tinha uma audiência marcada com o presidente da República. Desconheço o resultado desta reunião com Vargas, mas cinco dias depois a Junta de Conciliação e Julgamento determinou a equiparação salarial das turmas de emergência com o pessoal efetivo, além do pagamento dos atrasados equivalente à diferença em horas extras entre as duas situações contratuais²⁰.

O acordo salarial

A reivindicação em torno de um aumento dos salários colocou o sindicato não apenas frente à oposição dos comunistas e à intransigência da CDS, mas também às ambigüidades do governo Vargas neste período.

Durante os dois primeiros anos do governo de Getúlio foi mantido o arrocho salarial que caracterizou a "ditadura Dutra". Assim, desde 1952 começou a se ampliar o quadro das mobilizações operárias no país. Em setembro de 1951 os trabalhadores das Docas reivindicaram um aumento salarial de 70%, mas, em dezembro, a CDS ofereceu um índice de

¹⁶ ALVES, Antonio, Pela Diretoria, "Atenção Doqueiro!", "A Tribuna", 5.8.51.

¹⁷ GONÇALVES, José. Comunicado aos Doqueiros e aos Trabalhadores Contratados, Sindicalizados ou Não, "A Tribuna", 7.8.51.

¹⁸ "A Tribuna", 7.8.51.

¹⁹ SOSPS, Aos Trabalhadores Contratados da CDS, "A Tribuna", 4.12.51.

²⁰ "A Tribuna", 18.12.51.

apenas 20%²¹. Já o ministério do Trabalho propôs 35% à empresa e ao ministério da Viação. Em assembleia da categoria, um operário considerou o aumento muito reduzido, sendo preferível ir à greve "do que sujeitar-se a manobras dos empregadores e a burocracias prejudiciais dos governantes". Outro, talvez comunista, acusou os elementos da comissão salarial do sindicato de "'pelagos' do governo". José Gonçalves advertiu, por sua vez, que "a palavra greve não deve figurar de nossas cogitações [porque] será pôr tudo por água abaixo"²². Por fim, os doqueiros aceitaram a proposta ministerial.

Em janeiro de 1952 o ministério da Viação autorizou a CDS a aumentar suas tarifas em 12% e mais uma taxa adicional temporária de 5% a fim de pagar a majoração salarial (35%) e os ordenados em retroação (5%), desde agosto de 1951²³. Contudo, o retroativo foi protelado pela concessionária durante meses a fio, sob a alegação da necessidade de perfazer o montante dos recursos destinados ao pagamento através dos 5% adicionais das tarifas portuárias. A categoria parecia estar inquieta e, neste sentido, o sindicato enviou um telegrama ao ministério da Viação sobre "justificada atmosfera [de] descontentamento, mediante freqüentes reclamações e apelos dirigidos em grande escala diariamente a esta Diretoria"²⁴.

José Gonçalves esteve quatro vezes no Rio de Janeiro em permanente contato com aquela pasta; em uma das audiências marcadas, no entanto, "foi convidado por um contínuo a retirar-se do recinto ministerial, o qual alegou 'não ser hora do expediente do ministro'"²⁵.

Finalmente, apenas em setembro de 1952, ou seja, após um ano desde o início da campanha salarial, o ministério da Viação autorizou a CDS a pagar o retroativo de 5%²⁶.

Embora o desfecho desta luta tenha sido mais ou menos favorável aos operários das Docas, a demora em se concretizar manteve-os inquietos e insatisfeitos tanto com a empresa quanto em relação à burocracia

²¹ "A Tribuna", 29.9.51.

²² SOSPS. AGE, 16.12.51.

²³ "A Tribuna", 26.1.52.

²⁴ SOSPS, Comunicado aos Associados e Doqueiros, "A Tribuna", 27.8.52.

²⁵ SOSPS, Aos trabalhadores nos Serviços Portuários, ao Público em Geral e em Particular aos Nossos Associados, "A Tribuna", 21.9.52.

²⁶ IBID.

do ministério da Viação. Além disso, o aumento salarial foi bastante inferior à reivindicação inicial.

*

Mencionei que, em determinadas ocasiões, os doqueiros e seu sindicato contavam com o apoio do ministério do Trabalho, mas no ministério da Viação e em outros órgãos do governo esbarravam em diversos obstáculos; a política liberalizante e de aproximação da pasta do Trabalho em relação aos operários, contrapunha-se uma política de contenção das tarifas portuárias, o que significava contenção salarial. Esta situação refletia as dificuldades de Vargas em implementar sua plataforma trabalhista prometida durante a campanha presidencial. A composição de governo envolvia um amplo espectro de interesses e grupos políticos, fazendo alianças "à direita" com elementos do PSD e da UDN e entregando ao PTB apenas o ministério do Trabalho²⁷. O resultado disso foi a desconfiança dos grupos conservadores quanto à sinceridade das intenções de Getúlio e o descontentamento generalizado dos trabalhistas²⁸.

Deste modo, em setembro de 1951, Danton Coelho demitiu-se do ministério do Trabalho por não conseguir atender às reivindicações dos trabalhadores, pois encontrava-se em choque com o "Ministério da Experiência". Seu sucessor, Segadas Viana, defrontou-se com divergências internas ao PTB, crescente ação dos comunistas nos sindicatos e aumento das exigências dos operários quanto ao que lhes fora prometido pelos discursos trabalhistas de Vargas²⁹.

Em 1953 aumentou consideravelmente a mobilização dos trabalhadores. Eclodiram diversos e significativos movimentos, cujos principais exemplos foram a greve dos marítimos do Rio de Janeiro e a "greve dos 300 mil", em São Paulo, congregando diversas categorias profissionais³⁰. Diante deste ascenso operário, Segadas Viana passou a culpar os comunistas pelas greves, adotando medidas repressivas.

Em meio a estas greves e ao clima de descontentamento dos trabalhadores, Vargas resolveu cortejar seu eleitorado operário e o PTB, nomeando João Goulart para o ministério do Trabalho. A greve dos mari-

²⁷ DELGADO, L., op. cit., p. 98.

²⁸ GOMES, A. & D'ARAUJO, C., op. cit., pp. 57-8.

²⁹ DELGADO, L., op. cit., pp. 116-7.

³⁰ Ver MOISES, José A. 1953, a greve dos 300 mil em São Paulo. Contraponto, Rio de Janeiro, 1, 1976.

timos, em julho de 1953, com 100 mil trabalhadores paralisados no Rio de Janeiro, São Paulo e Belém, levou Segadas Viana à demissão. Jango - então presidente nacional do PTB - apoiou o movimento, contribuindo para a conquista de quase todas as reivindicações dos grevistas³¹.

A opção de Vargas por Jango residia numa tentativa de estabelecer uma política distributivista de concessões, menor repressão, aumento das lutas reivindicativas. Além disso, fiz referência ao estilo íntimo e informal de Jango em relação aos trabalhadores e aos dirigentes sindicais. Importa sublinhar também que esse estilo de Goulart visava antecipar o ministério em relação às reivindicações operárias, tentando frear os movimentos grevistas ou mesmo neutralizá-los. A linha distributivista de concessões - sem enfrentamento de greves -, dependia ainda do alargamento da clientela com viés trabalhista, tanto no sistema previdenciário quanto nas organizações sindicais. O prestígio de Jango no gabinete favoreceu enormemente a atuação do PTB nos sindicatos.

Tudo isso pode ser traduzido para o caso do sindicato dos doqueiros na segunda gestão de José Gonçalves. Mas antes, cabe ressaltar que, ao lado das facilidades encontradas junto à nova orientação sindical do governo, a direção do SOSPS passou a contar com uma mudança no estilo de comportamento dos comunistas.

2. ALTERAÇÕES NA PRÁTICA SINDICAL DOS COMUNISTAS

No final de 1952 vários associados do sindicato pediram em uma assembléia a continuidade de José Gonçalves à frente do sindicato. O comunista José Farias de Oliveira ("Gará") foi o primeiro a expressar esta opinião e, "ao final de suas palavras, o orador é plenamente aplaudido por unanimidade pelo plenário, que se manifesta favorável para que o senhor José Gonçalves continue na direção do sindicato".

Agradecendo a esta aclamação unânime do plenário, Gonçalves se opôs à sua reeleição a fim de dar oportunidade a outros nomes e outras chapas porque sua presença na presidência do sindicato era prejudicial

³¹ Castro, S. Apogeu e crise do populismo. In: LOWY, M. Do movimento operário independente..., op. cit., p. 61; ERICKSON, K. op. cit., p. 94; LEITE, M. P. Sindicatos e trabalhadores na crise do populismo. Tese de Mestrado, UNICAMP, 1983, p. 107; DELGADO, L., op. cit., p. 133.

"em face dos melindres que o chocam com a administração da Companhia Docas de Santos durante sua luta constante para reivindicação da classe. (...) Os companheiros não desconhecem a força da Cia. Docas e sua resistência para nos conceder direitos e benefícios sendo preciso muitas vezes, quando é forçado até à incompatibilidade e à polêmica, sendo que os companheiros devem deixar de lado seu nome e escolher e apoiar outra chapa".

Das falas dos diversos associados que o apoiavam ouvimos um amplo reconhecimento de sua combatividade. Segundo um orador, sua reeleição foi defendida com base na alegação de que o "intuito da CDS, como sempre foi, é de torpedear aqueles companheiros que realmente batalham pelos interesses da classe"³². Ao final da assembleia, o plenário foi mais uma vez unânime em dar a José Gonçalves o direito de nomear os membros que comporiam a nova chapa eleitoral.

Em março de 1953 concorreram duas chapas: A "chapa 1" (oposição) obteve apenas 86 votos, enquanto a "chapa 2", encabeçada por Gonçalves, alcançou 1231 votos³³. A partir daí, a diretoria passou a ser composta de membros que se destacariam também nas seguintes: Antonio Bispo dos Santos, Domingos Garcia e Manuel de Almeida.

A primeira gestão de José Gonçalves encontrou inúmeros empecilho e as conquistas não foram as mais auspiciosas como seriam a seguir. Todavia, a categoria reconhecia nele um agente catalisador de seus anseios e um sindicalista que se impunha sobre a enorme força da Cia. Tão grande unanimidade pode ter sido um dos motivos que levou os comunistas a apoiarem José Gonçalves.

Além disso, havia o fato de que ele "era do partido do presidente da República, PTB. Então, muita coisa foi arrumada na gestão do Zé Gonçalves" (depoimento de C., ex-feitor). Pelo menos três ex-comunistas com os quais conversei manifestaram a face combativa de Gonçalves. Segundo B., "na época dele era ligado ao PTB, órgão do governo, mas, de alguma maneira, tem que se reconhecer um grande líder. (...) Ele combatia ferozmente pelas conquistas dos trabalhadores". De acordo com outro ex-comunista ligado ao sindicato dos empregados da administração, os militantes do PCB não faziam-lhe grande oposição,

³² SOSPS, AGE, 19.10.52.

³³ SOSPS, "A Tribuna", 1.3.53.

"mesmo porque já tem, em 1953, a Convenção Coletiva de Trabalho do sindicato dos operários. Pro trabalhador foi excelente. O Getúlio não era burro não. (...) Cooptava, poxa! E o Zé era um elemento getulista e ele [se] reconhecia como tal". (...)

"Quer dizer, [conseguiu] coisas importantíssimas pro trabalhador que, primeiro, de certa maneira, vê o seu estômago. (...) Era um getulista, mas era um homem digno. Ele aproveitou a situação não em benefício próprio. E evidente que ele tirou alguma coisa disso, mas também foi em benefício da categoria. Você não pode tirar isso do homem. (...) Ele tinha prestígio na categoria; isso é inegável" (depoimento de S.).

Não resta dúvida de que estas lembranças dizem respeito muito mais à segunda gestão de José Gonçalves, o que se depreende das citações das conquistas obtidas pela categoria. Mas no mesmo mês em que ele se reelegeu presidente do SOSPS, seu nome estava nas ruas como candidato a vice-prefeito de Santos pelo PTB, não faltando o apoio dos comunistas portuários.

Devo salientar que sua candidatura estava relacionada com a máquina eleitoral da legenda ocupada em imiscuir-se no sindicalismo local, contribuindo de maneira decisiva para a emergência de lideranças trabalhistas entre os operários. Como vimos, este era um dos fatores que levou à criação do PTB, em 1945, ou seja, fazer dos sindicatos e dos sindicalistas uma das bases de sustentação de sua estrutura política. Foi o próprio José Gonçalves que narrou em seu depoimento a "ordem" vinda do Rio de Janeiro por parte de João Goulart:

"'o senhor vai ser candidato'. Porque nós tínhamos aí o PTB e tinha o PSP que era do Athyê (Jorge Coury), né. O Athyê era candidato a prefeito. (...) E nós íamos, o PTB, ia apoiá-lo, viu?; nós não tínhamos candidato próprio.

"Aí, um dia eu tava almoçando aí. (...) Um telefonema do Rio. Era Gilberto Cockrat de Sá, que era o assistente sindical do Jango, do ministério do Trabalho: 'olhe Gonçalves, o chefe quer falar contigo'³⁴. [Jango]: 'Gonçalves, você vai ser candidato a prefeito aí'".

Após algumas negociações, intermediadas por Ivete Vargas, José Gonçalves saiu candidato a vice-prefeito pelo PTB, apoiado ainda pelos comunistas às vésperas das eleições.

Um abaixo-assinado publicado na imprensa local mencionou a queda das exportações, a diminuição dos serviços, o desemprego e o rebaixamento dos salários como consequência de uma "política anti-nacional e anti-democrática imposta pelos imperialistas ao nosso país". Contra

³⁴ Há aqui um lapso na memória, pois nesta época ainda Jango não era ministro, mas presidente nacional do PTB.

esta política e pela conquista da garantia de 25 dias de salários mensais, o documento recomendava Nilton Silva e José Gonçalves na eleição para o executivo municipal³⁵; José Maria Crispim e Leonardo Roitman (ex-presidente comunista do sindicato dos empregados da administração e vereador cassado no governo Dutra) foram a público expressar idêntica recomendação ao proletariado santista³⁶; "Cearazinho", preso e impossibilitado de ir a um Comício do PTB, enviou uma mensagem de apoio àquelas candidaturas, "nesta hora em que os companheiros doqueiros são dispensados em massa, em que a fome e a miséria causada pelo descabro administrativo ronda nossos lares"³⁷.

Estes apelos invocam o tema dos direitos e reconhecem no candidato portuário uma grande disposição no sentido de positivá-lo em favor dos trabalhadores. No "porto vermelho" e na "Moscou Brasileira" o apoio destes comunistas que, em anos anteriores, gozaram de grande prestígio junto a parcelas significativas do proletariado santista, pode ter sido de inestimável valor para os 7.424 votos alcançados por Nilton Silva e José Gonçalves³⁸. Apesar de derrotados, diversos depoimentos confirmam que, desde a década de 50, a maior expressão eleitoral no porto de Santos foi o Partido Trabalhista Brasileiro. Em 1951, nas eleições para a Câmara Municipal o PTB conseguiu 7 cadeiras (entre as quais uma foi ocupada por Benedito Neves Góes, ex-presidente do sindicato dos doqueiros), enquanto o PSP 8 e o PSD também 7³⁹.

Quanto ao PCB devemos nos perguntar se não havia em sua política uma profunda contradição. Ora, eles não se cansavam de dizer que o governo Vargas era um governo de "traição nacional", fazendo-lhe oposição desde o momento da campanha presidencial, quando lançaram a proposta do voto em branco⁴⁰. E apoiar José Gonçalves implicava fortale-

³⁵ Aos operários e empregados da Cia. Docas de Santos; Aos trabalhadores e ao povo de Santos, "A Tribuna", 21.3.53.

³⁶ Ao Povo de Santos, Ao Proletariado Santista. "A Tribuna", 8.3.53.

³⁷ VASCONCELOS, Aloisio Soares. Ao povo de Santos e aos meus queridos companheiros doqueiros e aos trabalhadores em geral, "A Tribuna", 21.3.53.

³⁸ Nilton Silva e José Gonçalves ficaram na terceira posição entre o eleitorado de Santos, perdendo para o eleito Antonio Feliciano (PSD), com 17.445 votos, e para Athié Jorge Coury (PTN/PSP), com 14.370 votos. "A Tribuna", 25.3.53.

³⁹ Na votação por legenda, o PSP alcançou 11.205 votos, o PSD 10.609 e o PTB, 9.644. "A Tribuna", 27.12.51.

⁴⁰ Nas urnas esta proposta resultou em apenas 200 mil votos em branco, enquanto Getúlio ganhou o pleito com 48,7% dos votos. O governo fez pressão para manter os comunistas fora das eleições e o partido perdeu numerosos candidatos para outras legendas, inclusive 40 que disputaram cargos eleitorais pelo Partido Social Trabalhista em São Paulo. Apenas Roberto Morena foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Trabalhista (DF). CHILCOTE, Roland H. Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração. Rio de Janeiro, Graal, 1982, pp. 108-9.

cer o PTB que "era Getúlio, ou seja, eleitoralmente o trabalhismo espelhava sua face ideológica"⁴¹.

O "Manifesto de Agosto" impunha uma linha insurrecional; a estratégia cingia-se à "revolução democrático-burguesa" (reforma agrária, fim dos entraves econômicos ao pleno desenvolvimento nacionalista do país, conquistas das liberdades democráticas, etc.) através da tomada do poder, sob o comando das "forças revolucionárias" enquadradas numa aliança classista, cujo espectro ia desde operários e camponeses até setores da pequena burguesia e da burguesia nacional⁴². Tratava-se, então, de derrubar Vargas e estabelecer um governo "democrático-popular".

Contudo, desde o final de 1950 até o IV Congresso (novembro de 1954), na prática o PCB foi se deslocando paulatinamente de uma linha militante e revolucionária para uma plataforma de reformas sociais mais brandas e metas a curto prazo; mantinha o terreno da luta insurrecional, mas moderava o radicalismo na prática cotidiana⁴³.

Em setembro de 1952, no plano sindical o Comitê Nacional fez uma crítica à política de "sindicatos paralelos", reconhecendo que seus resultados não teriam sido coroados de êxito⁴⁴. Apesar de mútuas hostilidades, a partir deste ano passou a ocorrer uma aliança tácita entre os comunistas e os petebistas no meio sindical, aliança que apenas se formalizaria oficialmente após a morte de Getúlio Vargas⁴⁵.

Em um nível mais geral, segundo o próprio José Gonçalves, havia a "linha nacionalista".

"O PTB e o PC, era o seguinte: as reivindicações do PTB era as mesmas do PCB. Tanto que aquela campanha do 'Petróleo é nosso', a lei 2.004, fomos nós. Nós andava, PTB andava por um lado pregando cartaz de madrugada e eles (os comunistas) andava por outro".

⁴¹ GOMES, A. & D'ARABJO, C., op. cit., p. 35.

⁴² LONER, B., op. cit., p. 54.

⁴³ CHILCOTE, op. cit., pp. 116-7.

⁴⁴ Um ano antes, no Pleno do Comitê Nacional de setembro de 1951, foi baixada nova orientação quanto à participação nos sindicatos controlados pelo ministério do Trabalho e à defesa da unidade do movimento sindical. LONER, B., op. cit., p. 130.

⁴⁵ Como apontou Beatriz Loner, "com a virada no trabalho sindical, há um descompasso entre seu trabalho no movimento operário e de massas em geral, que enfatiza a unidade e as alianças no interior do movimento e sua proposta política geral que mantém-se em acirrada oposição a Vargas até o momento de sua morte". Dois pontos foram priorizados: unidade do movimento para formar uma frente única das forças revolucionárias, sobretudo nos sindicatos, e organização das massas (comissões de empresa, sindicatos, associações, comissões intersindicais, órgãos encarregados pela paz, petróleo, eleições, antiimperialismo, etc. IBID, p. 123.

Vimos que, justamente no final de 1952, os comunistas passaram a apoiar a reeleição sindical de José Gonçalves. Observaremos que, apesar deste apoio manifesto, eles manteriam uma face agressiva nas assembleias e, em alguns casos, confrontariam a direção do SOSPS. Gonçalves lembra que nas plenárias do sindicato os comunistas "eram oposição, eram contra a gente, eram contra o PTB".

De qualquer modo, dois dos obstáculos anteriores encontrados pela diretoria do sindicato foram, em grande medida, afastados: a oposição irrestrita dos militantes comunistas e as ambiguidades da política trabalhista de Vargas. Permaneceria, porém, aquilo que, nas palavras de Gonçalves, se traduzia em "força da Cia. Docas e sua resistência para nos conceder direitos e benefícios".

3. A CONSOLIDAÇÃO TTRABALHISTA

Diante deste quadro, entre 1953 e 1955 a gestão da diretoria do SOSPS obteve importantes conquistas. Podemos dizer que esta fase se constituiu no momento áureo do sindicalismo doqueiro de orientação nitidamente trabalhista, o que renderia enormes frutos políticos para o petebista José Gonçalves. A partir daí, seu nome alcançou grande notoriedade para além, inclusive, dos muros portuários. Tracemos brevemente a trajetória de duas lutas e conquistas, em 1953.

As "25 Diárias"

A reivindicação pelas "25 diárias" insere-se numa conjuntura de queda de movimentação de mercadorias e de dispensa em massa dos operários das Docas; significava, acima de tudo, o fim do regime ocasional de trabalho, pois o pagamento do mês seria garantido mesmo que, em situação limite, não houvesse um único dia de operação de carga e descarga no porto⁴⁶. Trata-se, portanto, de pôr termo ao descanso compulsório não remunerado.

Desde agosto de 1952, durante a primeira gestão de Gonçalves a categoria batia-se pela assinatura da portaria que determinava o pagamento das 25 diárias que, somado ao descanso semanal remunerado, totalizaria o salário mensal integral. Contudo, em novembro daquele ano o ministério da Viação baixou uma portaria garantindo a remuneração à

⁴⁶ Maiores detalhes, ver "Capítulo 2".

base apenas de 20 diárias. O secretário geral do sindicato, Antonio Bispo dos Santos, afirmou que

"o governo reconhece nossas necessidades, mas não soube decidir, ou não quis dar uma decisão compatível, porque o sr. Ministro da Viação sabe perfeitamente que os cálculos para aumentos de tarifas, são feitos sobre a base nunca inoxidável de 25 dias, e que não adota o princípio humano e justo e nós podemos provar perfeitamente, que temos direito"⁴⁷.

Depreende-se desta explicação que a concessionária era contemplada com o recebimento de tarifas à base do mês integral, de modo que a portaria em questão dava-lhe condições de embolsar um excedente, na medida em que aos doqueiros seriam pagos tão-somente 20 dias. Não só o ministério estava sendo submetido a críticas, como também a atitude omissa do governo na pessoa do presidente da República. O próprio deputado do PTB, Artur Andra, mediador das negociações, informou ao plenário que José Gonçalves explicou todo o problema a Getúlio. Porém, o presidente, "apesar de compreender tudo não podia intervir nem obrigar a Cia. Docas de Santos a dar 25 dias porque a Cia. é empresa privada e o assunto fugia à alçada do governo". Esta, no entanto, não era a leitura da diretoria do sindicato, uma vez que cabia às autoridades determinar à CDS a cobrança das tarifas portuárias, em flagrante defasagem com os cálculos salariais.

Ao final da assembléia ficou decidida a aceitação provisória da portaria e foi tirada uma comissão da qual fazia parte alguns trabalhadores, diretores do sindicato, o deputado Artur Andra e uma das lideranças nacionais do PTB, Ivete Vargas. Passaram-se longos seis meses, período em que as ambiguidades do governo se acentuaram, gerando descontentamentos à esquerda e à direita. Em junho de 1953 o ministério da Viação baixou nova portaria autorizando a CDS a pagar as 25 diárias, mas a diretoria do sindicato informou ao ministro a "interpretação que a empresa dera à portaria e que a mesma não vinha em benefício alguma para nós"⁴⁸. Um comunista, José Farias de Oliveira, o "Paraíba", sugeriu que se procurasse imediatamente o Inspetor Geral da CDS, "dizendo-lhe para que se faça o dito pagamento o mais breve possível senão a classe iria à greve".

Por fim, foi convocada uma "reunião monstro" para o dia 26 com o objetivo expresso de dar conhecimento à categoria sobre as *démarches*

⁴⁷ SOSPS. AGE, 16.11.52.

⁴⁸ SOSPS. AGE, 14.6.53.

do presidente do sindicato junto aos ministros da Viação e do Trabalho⁴⁹.

Em julho a diretoria do SOSPS estabeleceu diversas audiências com as autoridades, "inclusive com o Chefe da Nação". A posição do presidente Vargas era bastante diferente da anterior quando, então, alegou não poder imiscuir-se em assuntos privados da empresa. Ao recordar-se da "briga dos 25 dias, briga boa!", Gonçalves afirma que "falamos com o Jango, (o Jango naquele tempo era ministro do Trabalho): 'vamo fazer um movimento aí e tal e você reivindica isso aí que nós vamo levar isso aí ao Getúlio'. Aí levamos pro Getúlio". Após algumas resistências da CDS, "quem decretou [as 25 diárias] foi o Getúlio". Um relatório do SOSPS assinado pelo presidente do sindicato reforça tal informação:

"Sua Excia., ouvindo com ponderação nossos reclamos, resolveu intervir junto aos ministros do Trabalho e da Viação, para que fosse ofertada aos doqueiros naquela aguda crise do porto, uma garantia de 25 dias de salários, que com os 5 remunerados do mês, perfaziam um total de 30 diárias"⁵⁰.

A partir daí estava assegurada uma das mais importantes conquistas dos doqueiros: em momentos de falta de serviço não seriam mais dispensados; ao invés de irem para casa ou para as imediações do cais, permaneceriam no porto, inativos ou a "penteá macaco", ou seja, arrancar o mato que crescia entre os paralelepípedos. Em outras palavras, no terreno salarial o angustiante casual labor estava definitivamente afastado. Mais tarde, as 25 diárias se constituiriam em importante luta a ser seguida por todos os trabalhadores dos demais portos do país.

A Convenção Coletiva de 1953

A trajetória da conquista da Convenção Coletiva de Trabalho não difere muito do caso acima narrado. Portanto, em linhas bastante gerais, vejamos como ela foi trilhada.

Em 1951 o projeto da Convenção foi concluído pelo sindicato através da participação de diversos trabalhadores engajados em comissões para discutir os problemas referidos às condições de trabalho e apresentar as cláusulas a serem incorporadas no documento. No entanto, sua

⁴⁹ SOSPS. Comunicado, "A Tribuna", 26.6.53

⁵⁰ SOSPS. Relatório...; "A Tribuna", 5.7.53.

homologação sofreu uma demora de pelo menos dois anos. Em primeiro lugar, conforme explicou um membro da diretoria do SOSPS, "fazer um Contrato Coletivo não é tão fácil assim como se pensa; era muito estudo" (depoimento de A.); implicava o estudo da discriminação da quantidade de homens que deveriam compor os turnos de serviço, da elaboração das taxas portuárias nos ministérios para o pagamento das despesas acarretadas pelas vantagens estipuladas no acordo, etc. A Cia. Docas, por sua vez, estava interessada em sua proteção; as cláusulas que a submetiam ao controle do sindicato colocavam margem ao tradicional mando sem regras nos locais de trabalho⁵¹.

O depoimento de Oscar Labruna, ex-diretor do sindicato, coloca em evidência a maneira pela qual foi obtida a homologação da Convenção.

"Quando houve o negócio desse contrato de trabalho aí, em 53, foi uma comissão nossa no Rio Grande do Sul buscar o João Goulart. Formamos comissão, fomos buscar o João Goulart, a pedido do presidente da República: pegar o João Goulart no Rio Grande do Sul e botar no ministério do Trabalho pra que se concretizasse esse acordo, né, porque o outro ministro [Segadas Viana] não queria acordo nenhuma, não concordava com a exigência da Companhia, virou aquela celeuma. Então, o único meio foi esse: o Getúlio colocar o João Goulart no ministério do Trabalho pra assumir a responsabilidade quando foi feito o acordo"⁵².

Conforme já observei é interessante notar que os motivos pelos quais Jango foi para o ministério são muito mais complexos. Contudo, Vargas pretendia fazer com que os sindicalistas se sentissem participantes das decisões políticas do governo, o que redundaria em benefícios para a categoria à qual representavam.

Cabe concluir que, em dezembro de 1953, Jango homologou a Convenção Coletiva, da qual constavam 81 cláusulas⁵³. Imediatamente, o sindicato providenciou uma tiragem de 6 mil cópias do documento a serem distribuídas entre os trabalhadores⁵⁴. Tratava-se de transformar a Convenção em verdadeira "Bíblia" a ser rezada pela empresa no cumprimento de seus deveres para com os empregados e em "declaração dos direitos" destes últimos, aos quais cabia conhecer e lutar pela conservação de seus benefícios adquiridos. A fixação de tais cláusulas foi tomada pelos dirigentes sindicais e por operários entrevistados

⁵¹ Ver "Capítulos 1 e 2".

⁵² O secretário geral do sindicato, Antonio Bispo dos Santos, recorda que a conquista da Convenção resultou de contatos efetuados por ele e José Gonçalves junto aos ministros e a políticos, "tais como Ivete Vargas".

⁵³ CDS. Convenção Coletiva de Trabalho. Santos, 1953.

⁵⁴ SOSPS. Contrato Coletivo de Trabalho, "A Tribuna", 1.12.53.

como parte da luta para "civilizar" a empresa no trato das questões relativas à organização e às condições de trabalho⁸⁸. Entre as principais conquistas firmadas no acordo de 1953, podemos citar a regulamentação dos ternos de serviços de acordo com a espécie da mercadoria, da operação e da natureza do trabalho, ou seja, a CDS já não estava livre para fixar o número de homens nos ternos ao seu bel-prazer; proibição de desconto para ressarcimento de avarias, "a não ser no caso de dolo ou má fé"; discriminação minuciosa de serviços e cargas insalubres e perigosas, a serem pagos com o acréscimo de 25%; especificação detalhada das jornadas de trabalho e respectivos índices de remuneração.

O ano de 1953 parece ter sido bastante pródigo para os doqueiros. As mesmas questões nele colocadas "se repetirão" em 1954. Porém, com alguma novidade: uma greve, com investidas mais "à esquerda" pelos comunistas e mais "à direita" pelos grupos políticos em franca oposição ao "trabalhismo demagógico" de Jango e Vargas.

4. GREVE AS VESPERAS DE UM SUICÍDIO

O acordo salarial de 1954 foi precedido pelas negociações com a empresa e com o governo em junho do ano anterior. Em assembleia da categoria⁸⁹, os comunistas José Farias de Oliveira e João de Almeida sugeriram, respectivamente, um aumento à base de 70% e 80%, caso contrário deveria ser decretada uma greve. Num discurso, cuja ênfase estava na colaboração de classes e no "bem estar da nação", o petebista José Gonçalves não deixou de retrucar enfaticamente que

"o companheiro João de Almeida vem sempre insistindo com essa esteria [sic] de greve, por quanto nós sempre continuamos pautar nossas reivindicações dentro de um ambiente de disciplina, concórdia e compreensão sem termos necessidade de usar dos recursos da greve que como todos os companheiros já bem sabem, só traz prejuízos, não só para nós, como para o povo em geral e para a própria nação".

Ao final da assembleia o plenário fechou a reivindicação em torno de 60% de aumento; a CDS, por seu turno, se propôs a concedê-lo desde que obtivesse uma majoração tarifária de 59%; no entanto, um representante do comércio entrou em contato com a COFAP (Comissão Federal

⁸⁸ Ver mais detalhes nos "Capítulos 1 e 2".

⁸⁹ SOSP. AGE, 19.6.53.

de Abastecimento e Preços) para protestar contra a reivindicação "abusiva", além de exigir a vistoria das finanças da Cia. Docas⁵⁷.

Cabe abrir aqui um breve parêntese. Verificaremos que é bastante comum encontrarmos nos documentos e em alguns depoimentos denúncias no sentido de que os aumentos salariais eram uma indústria de renda para a CDS; a cada reivindicação pleiteada pelos trabalhadores, a empresa conseguia junto às autoridades uma cobertura tarifária que não só lhe permitisse efetuar o aumento, mas também obter um considerável excedente. Em outras palavras, as tarifas portuárias arrecadavam um montante muito superior ao necessário para executar o pagamento dos respectivos salários. Porém, o mais grave é que a empresa ficava plenamente à vontade para decidir a porcentagem de sua arrecadação sem que os órgãos governamentais fiscalizassem suas contas.

Na cronologia pesquisada, esta foi a primeira vez que se esboçou uma tentativa de controle das necessidades financeiras da concessionária. Por outro lado, não deixei de encontrar quem dissesse que o próprio sindicato contribuía para o funcionamento da "indústria da reivindicação". No afã de melhorar os salários da categoria estabelecia os devidos contatos com as autoridades para que a CDS recebesse a cobertura tarifária necessária ao pagamento salarial. Neste sentido, o sindicato não forçava a empresa a prestar contas ao governo; ao contrário, facilitava-lhe os lucros, contribuindo para imobilizar a fiscalização do governo que, em última instância, era o maior responsável pela administração do porto.

Em uma assembléia da categoria, em conjunto com os empregados da administração, o secretário geral do SOSPS, Bispo dos Santos, afirmou que "não temos nada com o aumento de tarifas e sim com aumento de salários"⁵⁸. Contudo, dias depois, representantes dos dois sindicatos dirigiram-se a João Goulart para lhe comunicar "que a classe, esgotada com a longa espera, realizará uma assembléia domingo, para entrar em greve imediatamente, a menos que até sábado a COFAP dê uma solução satisfatória"⁵⁹; ou seja, desde que efetuasse a cobertura tarifária de 59%.

⁵⁷ "O Dia" (RJ), 22/1/54.

⁵⁸ SOSPS. Ata da Assembléia em Conjunto com o Sindicato dos Empregados da Administração, 14.1.54.

⁵⁹ "O Dia" (RJ), 22.1.54.

Enquanto a COFAP insistia em seus propósitos, Jango "não julgava de interesse social e político uma protelação, uma vez que esse fato iria gerar uma greve de conseqüências imprevisíveis para a economia nacional"⁶⁰. Exatamente no dia seguinte a esta declaração, as duas categorias deliberaram que paralisariam o trabalho caso a COFAP não acesse com uma resposta satisfatória. José Gonçalves foi, desde o princípio, contra qualquer proposta de greve, mas passou a aceitá-la... somente se as últimas negociações não lograssem os objetivos previstos⁶¹. Frente aos descontentamentos generalizados dos trabalhadores, parecia não ser mesmo muito prudente da parte do presidente do sindicato acionar seus costumeiros discursos de "paz social".

Finalmente, João Goulart não decepcionaria os trabalhadores das Docas. Após "debater longamente" com o presidente da COFAP ficou acertado que a tarifa majorada em 59% teria aprovação⁶².

Contudo, o caso não estava terminado. Por decisão da assembléia entre as categorias dos dois sindicatos, com 1500 associados presentes, o plenário deliberou agradecer o Presidente da República pelo aumento, mas pediu-lhe que fosse concedida uma retroação a partir de agosto de 1953⁶³. As bases pressionaram os sindicatos, dando-lhes um prazo de 30 dias para estudos e solução do problema⁶⁴.

Começaram as ameaças de greve; os presidentes de ambas as entidades de classe estiveram no ministério do Trabalho e "declararam que os companheiros, há poucos dias reuniram-se em Assembléia Geral, deliberando que se até o próximo dia 6 de março o governo da União não atender as suas reivindicações, aquelas coletividades entrarão em greve"⁶⁵.

Devo sublinhar um aspecto importante: neste momento, Jango já não estava mais à frente do ministério⁶⁶. Os tempos voltaram a ser outros

⁶⁰ "Folha da Manhã", 23.1.54.

⁶¹ "O Estado de São Paulo", 25.1.54.

⁶² IBID; Portaria No. 75 de 29.1.54. "Diário Oficial", 30.1.54, p. 1378.

⁶³ "Diário Oficial", 4.2.54, p. 1591.

⁶⁴ "A Tribuna", 2.2.54.

⁶⁵ "Diário de Notícias" (RJ), 13.2.54.

⁶⁶ Uma de suas iniciativas mais arrojadas foi a decretação do aumento do salário mínimo na base de 100%, o que desembocou numa ampla campanha dos setores conservadores contra o governo. Esta pressão acabou derrubando Jango do ministério do Trabalho, embora o aumento viesse a se efetivar meses mais tarde. Neste período, o governo de Vargas encontrava-se cada vez mais no trapézio. Entre outros aspectos, a política econômica inflacionária e o crescente avanço do movimento operário e sindical foram duramente atacados.

e a almejada retroação salarial dos trabalhadores da CDS foi cada vez mais protelada. Em junho, numa assembléia do SOSP, "foram demorados os debates, sendo que a assembléia parecia determinar a greve, o que foi evitado pelo sr. José Gonçalves, presidente do Sindicato" ⁶⁷.

Entretanto, em fins de julho a agitação dos trabalhadores se traduziu em nova ameaça de greve. A grande imprensa não deixava de apontar o "verdadeiro culpado" por esta situação. O jornal "O Estado de São Paulo" foi bastante enfático:

"A agitação que ora se sente é o reflexo de uma promessa do sr. João Goulart, quando Ministro do Trabalho, de pagar diferenças de aumentos de salários em retroação (...), quando aqui esteve e visitou a sede do Sindicato dos Doqueiros, sendo recebido pela massa trabalhadora das Docas, previamente avisada de que iria dar uma solução para o aumento das retroações.

"Passaram-se os tempos, os trabalhadores enganados aguardam o pagamento" ⁶⁸.

No dia 2 de agosto, os "trabalhadores enganados" entraram em greve, não se deixando enganar pelos que a ela se opunham ou pela retórica do sindicato que pretendia abrandá-la. Na noite anterior, realizou-se uma assembléia com cerca de 3 mil associados, prolongando-se até às 3 horas da madrugada, "em clima de tumulto" ⁶⁹. Um dos oradores e futuro interventor do sindicato manifestou-se contrário à paralisação. "Neste momento a gritaria era infernal, sendo a assembléia suspensa por alguns minutos". José Monteiro tomou a palavra: "não temos o que temer. O operário unido imporá. A classe operária governa o mundo, é construtora de tudo"; José Gonçalves, por sua vez, propôs a greve apenas nos serviços extraordinários e, para sua surpresa (ou para a nossa), passou a ser "bastante combatido" ⁷⁰. As 3 horas da madrugada, com as dependências do sindicato bastante esvaziadas, realizou-se a votação das propostas: 540 associados optaram pela paralisação total e 51 pela greve nos extraordinários. Também no SEASPS, os empregados da administração da CDS deflagraram o movimento ⁷¹.

No dia 2 de agosto havia 47 navios atracados e 21 ao largo, sendo que, na Sa. seção, realizavam-se algumas operações de carga e descarga

⁶⁷ "O Diário", 15.6.54.

⁶⁸ "O Estado de São Paulo", 1.8.54.

⁶⁹ Esta cifra é da "Folha da Manhã", 3.8.54. "A Tribuna", 3.8.54 mencionou mil doqueiros no sindicato e "tantos outros" na rua, por não caberem na sede do órgão de classe. "Folha da Noite", 2.8.54; "A Tribuna", 3.8.54.

⁷⁰ "A Tribuna" 3.8.54.

⁷¹ "Folha da Manhã", 3.8.54.

por operários extranumerários. Desde maio de 1954 a CDS voltou a contratar "trabalhadores de emergência", os quais eram "garantidos durante o trabalho, por policiais"⁷². No entanto, o diretor do SOSPS, Domingos Garcia, fez um apelo de apoio aos temerosos "fura greves", "após o que esse apoio logo se fez sentir"⁷³.

O comunista Francisco Margarido propôs a formação de uma comissão de greve e piquete; o plenário escolheu para dela fazerem parte diversos doqueiros, entre os quais podemos reconhecer a presença de pelo menos cinco militantes do PCB que não demorariam a se destacar na próxima eleição sindical. A comissão entrou em cena e logo fez parar os serviços do pessoal de máquinas e manobras, "temendo represálias dos grevistas"⁷⁴.

No dia seguinte, 80 navios estavam totalmente paralisados; segundo a imprensa, os prejuízos somavam a cifra de 50 milhões de cruzeiros para cada vapor de longo curso⁷⁵.

Após 72 horas de greve o problema da retroação estava solucionado da maneira como desejavam as duas categorias; cerca de 2 mil grevistas engrossaram uma passeata pelas ruas da cidade; saíram do SOSPS e foram até a redação do jornal "A Tribuna" acompanhados de um conjunto musical, soltando foguetes e rojões; depois visitaram vários sindicatos e, no dos ensacadores de café, Ismael de Souza, Inspetor Geral da empresa, "fez-se ouvir, saudando os doqueiros, aos quais declarou que não haverá por parte da empresa portuária qualquer represália pelo movimento grevista", devendo serem pagos os dias parados. Em seguida foram para a Delegacia Auxiliar de Polícia, recebidos pelo delegado auxiliar, manifestando agradecimento às autoridades"⁷⁶.

Desde o início da campanha salarial, deparamo-nos com algumas "regularidades" e alguns "desvios". Num primeiro momento, a política trabalhista de Jango procurou evitar a greve, forçou a COFAP a ceder na questão tarifária e obteve o aumento salarial. Portanto, nenhuma novidade até aí, a não ser que a categoria mostrava-se cada vez mais

⁷² "A Tribuna", 3.8.54.

⁷³ SOSPS. AGE, 2.8.54.

⁷⁴ "A Tribuna", 3.8.54.

⁷⁵ "O Estado de São Paulo", 4.8.54.

⁷⁶ "A Tribuna", 5.8.54.

impaciente e propensa a ultrapassar os limites das negociações que se realizavam nos moldes do "sindicalismo trabalhista".

Tal impaciência e propensão eclodiram a partir do problema da retroação, num momento em que o embaraçado governo Vargas procurava melhorar sua posição junto aos setores políticos e sociais mais conservadores, resultando daí tentativas de contenção inflacionária e correlato aperto dos cintos operários. A greve pelo retroativo, então, deu-se em duas frentes: contra a CDS e contra a morosidade das autoridades governamentais em resolver a questão favoravelmente aos trabalhadores das Docas. E mais: estes combateram a posição defensiva dos diretores do sindicato e escolheram diversos comunistas para comporem a comissão de greve e piquete.

*

Apesar do flagrante "desvio", os trabalhadores da CDS pretendiam a efetivação de um direito e não o afrontamento ao governo, por sinal já bastante acuado pelas pressões que clamavam pela renúncia de Vargas, sobretudo naquele fatídico mês de agosto⁷⁷. Diversos estudos apontam que as pressões contra Getúlio, sobretudo as da UDN, levaram-no ao suicídio em agosto de 1954; as forças golpistas tinham como alvo a destruição do getulismo no cenário político. Contudo, para a oposição o suicídio de Vargas resultou em uma mistura de "depressão e euforia"⁷⁸. Por um lado, o episódio foi motivo de comemoração. Por outro, as manifestações populares que responsabilizavam tais forças pela morte de Getúlio deixou-as temerosas e acuada.

Em Santos, tão logo se espalhou a notícia do suicídio, cinco mil pessoas participaram do cortejo fúnebre, que saiu exatamente da sede do sindicato dos operários das Docas e foi conduzido pelos diretores dos sindicatos, carregando as bandeiras de seus respectivos órgãos de classe⁷⁹.

⁷⁷ Segundo o romance "Agosto" de Rubem Fonseca, "uma das poucas vozes destoantes do coro de invectivas contra Vargas foi a do líder dos portuários, Duque de Assis (RJ). Para ele o movimento pela renúncia de Vargas tinha como objetivo único impedir o progresso do país e barrar a marcha das lutas operárias. 'Nossos opositores, opositores do governo e do proletariado, estão a soldo de forças ocultas', disse ele". FONSECA, Rubem. Agosto. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. p. 286.

⁷⁸ GOMES, A. & D'ARAUJO, C., op. cit., p. 69.

⁷⁹ "A Tribuna", 25.8.54.

José Gonçalves foi figura de proa na organização do cortejo que paralisou a cidade por inteiro. Logo pela manhã ligou para diversos sindicatos, convocando seus presidentes para uma reunião no SOSPS.

"Ficamos uma duas horas discutindo ali e faltava peito pra encarar o negócio e eu querendo parar o serviço em sinal de protesto. Quando seu assim dez e meia, mais ou menos, dei um soco na mesa: 'acabou a reunião. Eu vou resolver o problema'. Já não dava nem mais tempo de avisar o pessoal pra não voltar pra uma hora (depois do almoço)".

Entrou imediatamente em contato com um estivador, o "Bigode", que tinha um automóvel com alto-falante.

"Aí pegamo o carro. (...) Primeiro, na porta da oficina. Pra você ver, hein!: não peguei nem o pessoal descansando, (mas) trabalhando. Fui pra porta da oficina (ele, Bigode, só tinha um auto-falante e uma boca só), mettendo o pau na UDN, naqueles sem-vergonha. (...) Aí veio o Berenguer, que era o Inspetor (Geral), ele veio lá em cima. Bom, tá me dizendo que eu tô louco, louco: 'quem é que vai parar?' - perguntou-lhe Berenguer. E eu mandando parar às 3 horas da tarde. Isso já era uma hora e quinze, mais ou menos. Eu tinha que correr o cais todo ainda".

Gonçalves percorreu o cais de ponta a ponta; "aí, chega 3 horas da tarde, o pessoal tudo saindo. (...) Parou tudo. (...) Do portuário só podia esperar isso porque é uma classe unida, sabem o que estão fazendo"; em seguida, com o presidente do sindicato dos condutores de bonde da City, empresa canadense, percorreu a cidade com os mesmos propósitos; aí recolheu todos os bondes. (...) Parou tudo, parou a cidade". A recomendação era fazer com que os trabalhadores de Santos se dirigissem para a sede do SOSPS, de onde saiu a procissão, "uma procissão canada". Por onde o cortejo passava, Gonçalves discursava: na sacada do jornal "A Tribuna", do "Diário de Santos", na seccional da polícia, etc.; seu tema preferido era "meter o pau nas autoridades, na UDN, Carlos Lacerda..."

Como se sabe o suicídio acabou por dar novo impulso ao getulismo. Todavia, a morte do líder deixou um profundo vazio neste "movimento de massas" e o getulismo passou a ser absorvido pelo sistema partidário, surgindo outras lideranças que procuraram herdar o carisma de Vargas e sua obra social e trabalhista. Em São Paulo, apesar de diferenças fundamentais, foi o caso de Jânio Quadros e Adhemar de Barros. Em re-

sumo, o trabalhismo, associado e dependente do getulismo, dividiu-se em diversos partidos e lideranças⁸⁰.

Mas a morte de Vargas significou para o PTB uma crescente influência de sua denominada "ala programática", cuja orientação caminhava para uma plataforma social reformista⁸¹. Como foi abordado amplamente pela literatura a respeito, o PTB e os sindicatos de viés trabalhista avançaram pouco a pouco sobre o aparelho estatal e para além deste, ameaçando superar os limites que lhes foram traçados pelos "governos populistas"⁸².

Houve também uma maior aproximação dos comunistas com os trabalhadores, o que já vinha ocorrendo na prática desde o começo da década de 50⁸³. O IV Congresso do partido, em novembro de 1954, reforçou a orientação rumo às alianças de cúpula e pactos eleitorais, seguindo uma política de aproximação com o poder, ao invés de lutar por sua queda⁸⁴. O programa definido no Congresso propugnava um Estado cuja principal tarefa era a de reordenação da sociedade: interferência nas atividades econômicas, controle do desenvolvimento nacional, investimento intenso na industrialização do país, proteção à indústria doméstica; cabia-lhe o papel de empresário por meio das estatais e das empresas do setor público da economia⁸⁵.

Neste sentido, após a morte de Vargas os comunistas e os trabalhadores de "esquerda" estreitaram seus laços a partir das propostas democrático-nacionalistas. Os primeiros passaram a atuar dentro do PTB

⁸⁰ GOMES, A. & D'ARAUJO, C., op. cit., pp. 68-71.

⁸¹ IBID.

⁸² Segundo Paula Leite, as organizações sindicais controladas pelo petebismo viram-se impelidas à tomada de rumos mais radicais, "adquirindo, pois, uma nova dimensão, como núcleo político definido doutrinariamente. Em consequência, não obstante o caráter precário de seu fundamento - dada sua dependência com o governo e sua inserção instrumental no PTB - a organização sindical passara a atuar como um fator de ampliação da base política do radicalismo". LEITE, M., op. cit., p. 107.

⁸³ Segundo Chilcote, esta aliança tornou-se oficial em 1954, mas tornou-se flagrante com a proclamação do PCB no 10. de maio deste ano, evitando a crítica ao governo e a Vargas. CHILCOTE, op. cit., p. 111.

⁸⁴ Numa linha interpretativa que enfatiza a reprodução mimética das orientações do PCB em relação àquelas emanadas da URSS, Weffort afirma que a esquerda aliou-se com os herdeiros de Vargas sobretudo porque a URSS apontava para a "coexistência pacífica" que teve como corolário "uma nova concepção comunista das alianças no interior do partido". WEFFORT, F. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. In: Revista de Cultura Contemporânea, 1, jul. 1978, p. 7.

⁸⁵ Beatriz Loner ressaltou que "a base econômica do governo no novo regime será dada pelas empresas estatais e o setor público, consideravelmente aumentado pela incorporação ao Estado dos seus capitais, empresas confiscadas ao imperialismo americano e aos grandes capitalistas que se unirem a ele". LONER, B., op. cit., p. 118.

e alguns de seus candidatos em pleitos eleitorais concorreram abrigados em sua legenda; no plano sindical, reforçaram suas alianças mútuas.

No caso dos doqueiros precisamos analisar diversos destes aspectos de maneira mais detalhada.

5. O INTERREGNO COMUNISTA

5.1. Eleição e Intervenção Sindical

Começamos pelas eleições sindicais no início de 1955. Quatro chapas disputaram o pleito, mas destacarei as duas que obtiveram maior quantidade de votos e que representavam as tendências mais fortes do movimento sindical no período: a trabalhista e a comunista. Esta divisão contraria o exposto acima? Seriam os doqueiros uma exceção à regra? Creio que nem tanto. Como bem colocou Vitória Benevides, ao mesmo tempo em que precisavam estabelecer uma aliança com o PCB e "contar com os votos de seu eleitorado, os petebistas deviam fazer profissão de fé anticomunista (cabe lembrar que, na época, a identificação com os 'vermelhos' era muito frequente)"⁸⁶.

Por um lado, é provável que a chapa 2, "trabalhista", não quisesse macular-se através de uma coligação manifesta com os militantes do PCB. Manuel de Almeida, que encabeçava a chapa e havia feito parte da diretoria anterior, afirmou que a plataforma dos candidatos continuaria a "observar o mesmo trabalho da atual gestão", tendo "por norma Trabalho, Honestidade e Dedicção"⁸⁷.

Por outro, os comunistas da chapa 3 não proclamavam-se em oposição à gestão anterior. Ao contrário, Oscar Labruna, à frente da chapa, assinalou na imprensa local que "se eleitos continuaremos a desenvolver o mesmo trabalho que vem sendo realizado pelo atual presidente José Gonçalves, procurando aumentar o patrimônio do nosso sindicato"⁸⁸.

Esta declaração revela uma dupla estratégia. Primeiro, Oscar Labruna era o único candidato não comunista da diretoria do sindicato. De acordo com seu próprio depoimento, como medida de prevenção os can-

⁸⁶ BENEVIDES, M. V., op. cit., p. 21.

⁸⁷ "A Tribuna", 9.1.55.

⁸⁸ "A Tribuna", 11.1.55.

didatos pretendiam não colocar na cabeça da chapa um comunista. Visavam a não declaração deliberada do grupo enquanto formado por militantes do partido, tanto para driblar qualquer reação do ministério do Trabalho (que mudou seu estilo), quanto para poupar-se do eleitor incultado pelo estigma anticomunista. No entanto, é preciso esclarecer que os nomes dos outros componentes eram bastante conhecidos da categoria, pelo menos daqueles que frequentavam mais assiduamente as assembleias do sindicato. Eram eles Francisco Margarido, José Soares de Souza, Paulo de Souza, Benedito Alencar, entre os quais os três primeiros haviam sido escolhidos pelo plenário para formarem a comissão de greve e piquete durante a paralisação de 1954. Pareciam ser, portanto, figuras que já gozavam de certo destaque entre os doqueiros.

Em segundo lugar, podemos conjecturar que a declaração de estabelecer uma linha de continuidade em relação à gestão de José Gonçalves tinha o objetivo de apropriação de seu amplo eleitorado cativo e não apenas a tática de aproximação com os petebistas. Note-se que o programa da chapa levantava justamente o tema dos direitos. Sejam quais forem as hipóteses, a chapa encabeçada por Oscar Labruna ganhou o pleito por esmagadora maioria: 2.154 votos, enquanto a chapa 2 ("situação"), não ultrapassou os 856 votos⁸⁹.

Frete a tal resultado, devemos sugerir ainda a hipótese do ascenso dos comunistas no movimento sindical da categoria, facilitado pela ausência do popular José Gonçalves na disputa eleitoral; são, aliás, os depoimentos de alguns comunistas que reforçam esta dedução.

Porém, o gosto da vitória duraria muito pouco. Helvio Bertoli e Gabriel Fernandes, ambos candidatos pela chapa 1, tentaram impugnar a votação. Segundo Crockat de Sá, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, eles haviam alegado

"que os integrantes da chapa vitoriosa não satisfazem as condições legalmente exigidas para o exercício de cargos sindicais. De fato, as assertivas dos recorrentes encontram apoio. (...) Vejamos, os candidatos Oscar Labruna, Francisco Margarido, José Soares de Souza e Paulo de Souza vêm desenvolvendo ostensivamente atividades subversivas, participando de organizações comunistas, como sejam o Comitê Pró-Candidaturas Populares, Organização de Base (antiga Célula 25 de Março, Cruzada Humanitária Pela Paz e Contra o Uso de Armas Atômicas, e etc... etc...). Consoante os antecedentes que registram na Secretaria de Segurança Pública são elementos perigosos e hábeis agitadores vermelhos"⁹⁰.

⁸⁹ SOSPS. Eleições sindicais. "A Tribuna", 9.2.55. A chapa 1 obteve apenas 83 votos e a chapa 4, 338 votos.

⁹⁰ MTIC, Proc. 14.263/55. "O Estado de São Paulo", 10.3.55.

Com base em tais acusações, o parecer do processo dava-lhes provimento, determinando a exclusão dos quatro candidatos, substituídos pelos respectivos suplentes. O não comunista Oscar Labruna amarga até hoje este processo e lamenta ter-se envolvido com os outros companheiros de chapa. Na época emitiu uma nota na imprensa com o intuito de acalmar os ânimos de seus eleitores que pareciam indignados com a medida do governo. Neste sentido,

"Peço aos meus companheiros que se mantenham em calma e coesos, longe de quaisquer manifestações de desagravo ou desorden, acatando como lógica uma decisão governamental que bem pode ter outro julgamento mais justo em função da revisão do processo"⁹¹.

Mas enquanto não havia outro julgamento em contrário, foram feitas as substituições na diretoria do SOSPS: Benedito Rocha Alencar fora alçado presidente da entidade. Ironia: era ele também um membro do Partido Comunista⁹².

5.2. "Ficamos lá Feito Bobos": a Greve de 1955.

Os tempos voltavam a ser difíceis para o movimento operário e sindical durante o governo de transição de Café Filho. O ministro Eugênio Gudin, através da Instrução 113 da SUMOC estimulou investimentos ao capital estrangeiro, enquanto os salários deveriam permanecer congelados. Durante todo este ano eclodiram inúmeras greves, sobretudo por aumentos salariais. A resposta do ministério do Trabalho foi subverter o fim do "atestado ideológico", intervindo em diversos sindicatos cujas bases totalizavam cerca de 400.000 operários⁹³; deste rolo compressor não escapou o SOSPS. Mas antes da decisão de intervenção, vejamos um importante "antecedente".

Desde março de 1955 a categoria vinha discutindo três reivindicações: aumento salarial de 35%, abono de natal não proporcional e salário-família⁹⁴. Além disso, foi tirada uma comissão de negociação escolhida em assembléia e não pela diretoria do SOSPS, dela fazendo

⁹¹ LABRUNA, Oscar. Aos meus companheiros portuários. "A Tribuna", 11.3.55.

⁹² SOSPS. Constituição e posse da nova diretoria e Conselho Fiscal do sindicato. "A Tribuna", 11.3.55.

⁹³ CASTRO, S., op. cit., p. 64.

⁹⁴ SOSPS. Aos sindicatos representativos das categorias portuárias de Santos. "A Tribuna", 15.3.55. Por sugestão de João Boulart a José Gonçalves os doqueiros deveriam deixar esta última reivindicação para uma fase posterior, após a resolução das duas primeiras. Embora Jango não fosse mais ministro do Trabalho, sua opinião parecia gozar ainda de grande credibilidade entre os trabalhadores, pois o plenário resolveu segui-la.

parte três membros, entre os quais figurava o comunista Antonio Rodrigues⁹⁵. Em maio, Mário Costa, integrante da comissão, expôs em assembléia que, após entrar em contato com a direção da CDS e com as autoridades no Rio de Janeiro, ficou acertada a reivindicação em torno de 30% de aumento dos salários, para o que a empresa pedia 30% de melhoria tarifária⁹⁶. Informou ainda que

"embora não tivesse havido assembléia, a comissão percorreu a faixa do cais e ali deu notícias em que pé estava as démarches, observando que a massa não estava satisfeita com o andamento das discussões em torno do nosso aumento".

O problema gravitava, evidentemente, em torno da condição tarifária imposta pela CDS para fazer a cobertura da reivindicação. Antonio Rodrigues argumentou, no entanto, que "nada tinham a ver com os aumentos de tarifas, porquanto isso é assunto da alçada da Companhia com os poderes públicos". Contudo, paradoxalmente, reconhecia a necessidade do ministério do Viação no sentido de acenar favoravelmente em relação às tarifas, pois "quando as discussões chegam ao auge da questão o representante do ministério fecha os livros e suspende a sessão".

Em junho o problema prolongava-se sem qualquer definição, porquanto permanecia a irredutibilidade do ministério da Viação, visto ser o controle salarial uma das metas do governo. O jornal "A Tribuna" diagnosticou "que se não se chegar a acordo poderá haver paralisação"⁹⁷. Por outro lado, a comissão salarial rebateu justamente o oposto: os entendimentos realizavam-se "do ponto de vista harmonioso"⁹⁸.

Surgiu um elemento novo: entre outros, o vereador e ex-presidente do SCSPS, Benedito Neves Goes (PTB) e José Gonçalves, procuraram o governador de São Paulo, Jânio Quadros, que os atendeu "prazerosamente"⁹⁹. José Gonçalves, perito em articulações políticas,

⁹⁵ SOSPS. AGE, 3.4.55.

⁹⁶ "Correio da Manhã", 27.5.55; SOSPS. AGE, 29.5.55..

⁹⁷ "A Tribuna", 16.6.55.

⁹⁸ SOSPS. Aos companheiros portuários e ao público em geral. "A Tribuna, 19.6.55.

⁹⁹ SOSPS. AGE, 19.6.55. Vimos que, com a morte de Vargas, a bandeira do trabalhismo foi hasteada por outras legendas partidárias e a herança getulista reivindicada por outros políticos. Embora, em Santos, Adhemar de Barros tenha sido o candidato a governador mais votado, podemos sugerir a hipótese de que Jânio tenha tido a preferência dos portuários. Alguns depoimentos de ex-sindicalistas informam acerca da força janista no movimento sindical da cidade, o que comprovaremos no próximo capítulo. Jânio Quadros parecia estar também preocupado em criar uma base de sustentação política a partir dos sindicatos paulistas.

empenhou-se neste sentido. Em primeiro lugar, atribuiu a morosidade da solução do aumento salarial à escolha de uma comissão, quando em suas gestões anteriores isso jamais havia acontecido, "tendo sido nessa altura o orador vivamente aplaudido". Ora, o que Gonçalves pretendia realmente afirmar? Que o caminho a trilhar devia ser exatamente outro, ou seja, aquele que já conhecia e que ninguém ainda dera mostra de semelhante conhecimento:

"se nós não tivermos padrinhos, morreremos pagãos. Em sua gestão também encontrou barreiras no Ministério da Viação, mas ajudados por elementos de fora e por intermédio do Presidente da República e políticos influentes conseguimos demover essas barreiras, através de conquistas de nossas reivindicações".

Apesar disso e dos aplausos a Gonçalves, o plenário decidiu conciliar a continuidade dos trabalhos da comissão (afinal, eleita pelos associados do sindicato) e a caça aos "padrinhos", pois não desejava "morrer pagão". Mas a aceitação de serem "rebatizados" não implicava necessariamente para os doqueiros entregarem seu destino nas mãos de Jânio Quadros; em uma assembléia, mais de 2.000 associados do sindicato dos operários e dos empregados da administração ameaçaram a deflagração de uma greve. Frente a esta pressão, o governador propôs sua intervenção no assunto, prometendo ir ao Rio de Janeiro negociar com as autoridades¹⁰⁰.

O ministério da Viação acenou com um aumento tarifário de 25% concedido à CDS, o que redundaria em 25% de reajuste salarial, ou seja, 5% a menos em relação ao originalmente pretendido¹⁰¹. A comissão de negociação informou que Jânio "estava aborrecido" face à recusa do ministro; enquanto isso, o presidente do sindicato encontrava-se no Rio de Janeiro em contato com o general Juarez Távora.

Os ânimos do plenário estavam bastante exaltados, não faltando oradores que propusessem a deflagração imediata da greve. Já não lhes interessava a cobertura tarifária, na medida em que alguns percebiam o jogo da "indústria da reivindicação". Almeida Filho levantou esta denúncia ao dizer que a CDS

"pode muito bem nos dar 30% e um mês de abono, sem aumento de tarifas, porque isto é um círculo vicioso para enriquecer mais os gananciosos".

¹⁰⁰ "Tribuna da Imprensa", 21.6.55.

¹⁰¹ "A Tribuna", 28.6.55.

Outros pediam que se aguardasse a chegada de Rocha Alencar, o qual estava a caminho do Rio de Janeiro para Santos. José Gonçalves insuflava: não se devia concordar, em hipótese alguma, com os 25%. Neste momento, o plenário começou a ficar agitado e Gonçalves teve sua palavra cassada por parte da mesa. Rocha Alencar e José Monteiro penetraram no recinto; os associados presentes à assembleia mostravam-se ansiosos pelas últimas notícias; Monteiro esclareceu que foi a São Paulo falar com Jânio e, depois, voltou ao Rio de Janeiro, onde nem mesmo a CDS compareceu à reunião marcada; procurou as autoridades, deputados e generais, mas nada conseguiu; finalmente, estabeleceu contato com um capitão de fragata que respondia pelo ministro da Viação. Para sua surpresa, o interlocutor de improviso aconselhou-o a decretar a greve. Segundo Alencar, isso era "um teste", mas "ele desconhece a nossa força". Foi marcada nova reunião "para ontem", mas o ministério da Viação estava fechado. Outro encontro ficara marcado "para hoje", mas era posse do ministro do Trabalho que acabara de chegar do Japão. Resultado:

"esperaram, mas ninguém compareceu, nem a CDS, nem o senhor ministro da Viação, o do trabalho, e nós ficamos lá feito bobos. Por isso que voltamos para Santos, porque nada estava resolvido. As autoridades não querem nada. Temos estão quatro caminhos: ou continuamos como estamos, ou vamos ao dissídio coletivo, ou aceitamos 25%, ou então vamos a [sic] greve, solução essa que cabe a [sic] assembleia".

Imediatamente, explodiu "calorosa manifestação do plenário que, exaltado, proclamava em altos brados: 'greve, greve, greve'". Ora, apesar de terem se deparado com diversas barreiras em épocas anteriores, os doqueiros não estavam acostumados a encontrar tantas portas fechadas. Os cintos estavam cada vez mais apertados e, nesse sentido, tamanho descaso merecia uma resposta à altura: 616 trabalhadores votaram pela greve e apenas 31 optaram pela proposta de Jânio que enviou à assembleia o deputado Athyré Jorge Coury para convencê-los a aceitarem os 25% de aumento; no sindicato dos empregados da administração a decisão foi a mesma¹⁰².

As 2:30 horas da manhã do dia 10. de julho o porto estava inteiramente paralisado¹⁰³; ao todo, eram 10 mil homens que deixaram de operar no porto, embora a parede atingisse 30 mil trabalhadores, pois sem o concurso dos operários das Docas, os estivadores, conferentes,

¹⁰² "O Diário", 1.7.55; SOSPPS. AGE, 30.6.55.

¹⁰³ "Tribuna da Imprensa", 1.7.55.

consertadores, etc. viam-se na contingência de permanecer de braços cruzados¹⁰⁴.

Iniciado o movimento, os presidentes dos dois sindicatos foram à presença do governador Jânio Quadros para informá-lo das razões que levaram os portuários a tomar tal atitude. Desta vez, S. Excia. não os recebeu "prazerosamente". Ao contrário,

"fomos postos para fora de seu gabinete, dizendo-nos S. Excia., em altos brados, que não tratava de nenhum assunto com grevistas"¹⁰⁵.

Em assembléia da categoria vários oradores expressaram sua indignação: "a vontade de um homem não poderá prevalecer sobre dez mil". Algum tempo depois chegou ao recinto o deputado Jorge Coury, a pedido de Jânio Quadros. Segundo o parlamentar,

"elementos que querem a desordem no meio da classe, inventou ao senhor Governador do Estado que este foi criticado e vaiado na assembléia, o que é mentira. (...) Envenenaram o senhor governador insuflando-o contra os portuários os interessados na deflagração da greve"¹⁰⁶.

Em seguida, leu um documento escrito por Jânio no qual prometia continuar lutando pela categoria, desde que esta voltasse ao trabalho. O presidente do sindicato fez o mesmo apelo, visto que o ministro do Trabalho, Alencastro Guimarães, mostrou-se disposto a colaborar com os portuários de Santos e disse "que é homem de palavra e não irá falhar e nem pretende oprimir os portuários". No entanto, outras vozes declararam-se contra a volta ao trabalho; José Gonçalves disse que "se fosse para aceitarmos os 25% não haveria necessidade de greve"; era "tudo ou nada"! Após longos debates as propostas foram colocadas em votação: 61 associados votaram pela aceitação dos 25% e volta ao trabalho; 1.169 decidiram-se pela continuidade da greve; no sindicato dos empregados da administração a decisão foi a mesma.

Enquanto isso, a Delegacia do Trabalho Marítimo decretou a greve ilegal. A CDS, por sua vez, convocou os trabalhadores ao serviço com base em comunicados ameaçadores¹⁰⁷. Mas um dos golpes fatais para os operários foi a decisão dos empregados da administração no "Grupo

¹⁰⁴ "O Estado de São Paulo", 2/7/55. O "Jornal do Brasil" (2.7.55) noticiou haver 11 mil grevistas - 9 mil doqueiros e 3 mil empregados da administração.

¹⁰⁵ SANTOS, Jorge Pacheco dos. Ofício de 1.7.55. "Diário Oficial", 2.7.55, p. 37. A sessão (71a.) da Assembleia Legislativa realizou-se dia 1.7.55.

¹⁰⁶ SOSPS. AGE, 2.7.55.

¹⁰⁷ "Última Hora", 2.7.55.

Escolar Docas de Santos", onde resolveram, no quarto dia de greve, aceitar os 25% e voltar ao trabalho¹⁰⁸. Conforme publicou a "Folha da Manhã", os doqueiros sentiram-se traídos, visto que desde o início foi acertado que "nenhuma decisão seria tomada isoladamente"¹⁰⁹.

No dia 5 de julho, uma portaria do ministro do Trabalho - o qual pretendia colaborar com os portuários e "não oprimi-los" - pôs termo à breve e única gestão eminentemente de comunistas no SOSPS: sua diretoria foi destituída, sob a alegação de que a entidade não havia considerado os preceitos da CLT no sentido de que cabia-lhe colaborar com os poderes públicos, devendo atentar para o caráter essencial dos serviços portuários¹¹⁰.

O ministro Alencastro Guimarães foi ao Congresso Nacional dizer que a medida justificava-se porque o SOSPS era "manobrado" por líderes comunistas que levaram os trabalhadores a uma "greve prejudicial à nação"¹¹¹. Neste mesmo espaço parlamentar, o deputado Domingos Velasques oferecia outro parecer mais condizente com o que aconteceu ao denunciar a medida do ministro, "baseada na afirmação totalmente falha de que nada fizeram os representantes sindicais para evitar a deflagração da greve", pois "se se opusessem, a assembléia os destituiria"¹¹².

Não podemos arriscar ao certo uma opinião assim tão conclusiva, mas vimos que a diretoria do SOSPS procurou evitar a continuidade da greve. Benedito Alencar, presidente do sindicato, disse-me que procurou inclusive não deflagrá-la, mas foi esmagado pelos oradores que bradavam pelo "tudo ou nada", como no caso de José Gonçalves e Manuel de Almeida. Mas foi muito mais esmagado ainda pelo plenário que clamava por "greve, greve, greve". Além disso, entre 1955 e 1957 o PCB orientava um maior cuidado quanto às greves e sua duração, com o intuito de que elas não fossem atrapalhar as alianças políticas. Segundo um entrevistado ex-comunista, "naquele tempo existia até uma orientação [para] que se fizesse uma greve de 24 horas e voltasse, uma orien-

¹⁰⁸ "O Estado de São Paulo", 5.7.55.

¹⁰⁹ "Folha da Manhã", 5.7.55. O jornal "A Tribuna" noticiou que a volta do pessoal da administração "abalou profundamente a greve", sendo que, com isso, no dia 5, mais de 2000 doqueiros teriam retornado ao trabalho. "A Tribuna", 2.7.55.

¹¹⁰ Portaria do MTIC, publicada no "O Estado de São Paulo", 5.7.55.

¹¹¹ "Jornal do Comércio", 6.9.55.

¹¹² "Diário do Congresso Nacional", 5.7.55, p.1604.

tação mais avançada. Inclusive [era] uma orientação do próprio PC" (depoimento de S.).

O PTB, por sua vez, mostrava deliberado empenho no movimento. Enquanto vários sindicatos de Santos entraram em assembléia permanente contra o fechamento dos dois sindicatos e alguns de seus dirigentes foram ao Rio de Janeiro tratar do assunto com as autoridades¹¹³, o vereador Neves Goes reuniu "numerosos" grevistas na sede do PTB. No local, os doqueiros resolveram voltar ao trabalho às 7 horas da manhã do dia 7, aceitando a proposta ministerial de 25% de aumento salarial. A CDS recebeu uma cobertura tarifária de 20%, sendo deixado a seu critério os 5% restantes¹¹⁴.

6. A VOLTA AO TRABALHO

No dia 13 José Cipriano dos Santos tomou posse no SOSP8 como delegado sindical. A sua primeira atitude foi declarar-se envergonhado frente à atitude da categoria e pedir perdão às autoridades e à CDS. Estas foram suas palavras publicadas na imprensa local:

"sentimos na atual conjuntura, quando precipitada foi a atitude da classe ao deliberar a paralisação dos serviços, não contra a empresa, mas contra o governo, sem medir as consequências e sem meditar que esse mesmo governo envidava esforços no sentido de solucionar a pendência.

(...)

"Talvez tenha sido esta a primeira vez que os portuários erraram. (...) Esqueceram-se também os portuários, que nunca jamais em nossa história, tivemos a nos apoiar dois governos: o do Estado e o da União.

(...)

"Não obstante, na presença da Diretoria da Empresa (...), fizemos sentir a realidade das coisas e só pedimos perdão para esta classe que errou"¹¹⁵.

Este registro não pode obliterar um aspecto fundamental da greve; ela não apenas voltava-se contra o governo estadual e federal, mas também contra a CDS. Nas assembléias não faltaram críticas à empresa e acusações no sentido de que ela poderia arcar com os restantes 5%, sem necessitar da respectiva cobertura tarifária. Mais ainda: quando da

¹¹³ "Jornal do Brasil", 6.7.55.

¹¹⁴ "O Diário", 6.7.55; "Correio da Manhã", 7.7.55.

¹¹⁵ CIPRIANO, José. Comunicado à classe. "A Tribuna", 19.7.55.

deflagração do movimento, a indignação do plenário tinha por alvo o descaso das autoridades, pois no ministério da Viação os presidentes dos dois sindicatos ficaram "lá sentados feito bobos" em razão da ausência dos ministros e dos representantes da Cia. Docas.

Mas importa ressaltar que José Cipriano não fora investido no sindicato para apresentar suas desculpas e dar a ler sua interpretação da greve. De acordo com um expediente da Delegacia do Trabalho Marítimo, cabia-lhe proceder às eleições dos novos dirigentes sindicais, num prazo de 90 dias¹¹⁶. Contudo, os quatro dirigentes eleitos e destituídos em março impetraram um mandato de segurança, pleiteando a retomada da posse na diretoria do SOSPS. O Tribunal Federal de Recursos deu-lhes parecer favorável, mas o Capitão dos Portos afirmou que apenas suspenderia a intervenção após o ministro do Trabalho baixar uma portaria revogando-a¹¹⁷. O fato é que o ministro manteve-se irredutível, exigindo de Cipriano a convocação de novas eleições¹¹⁸.

Segundo alguns depoimentos, a portaria ministerial determinava a obrigatoriedade de chapa única, a qual foi constituída por elementos já bastante conhecidos do leitor: José Gonçalves (presidente), Antonio Bispo dos Santos, Domingos Garcia, Manuel de Almeida e Oscar Labruna, o qual provou judicialmente não ser adepto da "ideologia comunista"¹¹⁹. Nas urnas, a chapa única obteve 3.531 votos, contra 32 em branco e 14 nulos¹²⁰. Portanto, após breve intervalo, voltaram à entidade José Gonçalves e o sindicalismo de viés trabalhista.

Nas urnas municipais, em outubro de 1955 este sindicalista obteve ainda outra enorme vitória que o consagrou na política local: foi o segundo vereador mais votado¹²¹. Não é difícil imaginarmos que o seu maior eleitorado fosse justamente portuário. Já não precisamos mais frisar a popularidade de Gonçalves desde o início da década de 50. Pa-

¹¹⁶ "A Tribuna", 14.7.55.

¹¹⁷ "O Diário", 30.8.55.

¹¹⁸ "A Tribuna", 11.9.55. Tratava-se de completar as vagas dos 4 dirigentes afastados e 2 membros do Conselho Fiscal. No caso do SEASPS, foi ganho o mandato de segurança dos destituídos, que conseguiram reassumir a direção da entidade de classe, tendo à frente Jorge Pacheco dos Santos, militante do PSD (depoimento de S., ex-sindicalista).

¹¹⁹ "A Tribuna", 18.9.55. Fazia parte da chapa Mario Costa, também destituído da diretoria anterior.

¹²⁰ "A Tribuna", 16.10.55.

¹²¹ José Gonçalves totalizou 1.402 votos, perdendo apenas para Amorim Filho do PSD, com 1633 votos. Nesta eleição, o PTB teve a terceira maior bancada da cidade, com 4 cadeiras, enquanto o PSD ocupou 9 e o PSP de Adhemar, 5. "A Tribuna", 15.10.55.

rece-me ainda bastante razoável supormos que sua atuação nesta última greve tenha tido efeitos multiplicadores quanto ao seu prestígio.

Por outro lado, impõe-se uma questão: Gonçalves e seus colegas de diretoria não haviam, em gestões anteriores, se pautado por um comportamento "harmonioso", de "diálogo" e de "paz social", banindo de seu vocabulário a palavra greve? Houve quem revelasse nas entrevistas que o brado "tudo ou nada" era parte de uma manobra para desalojar do sindicato a diretoria comunista, acusada de "fraca" em algumas assembleias. Ou seja, esta radicalização visaria, antes de mais, imputar aos comunistas a responsabilidade pelo movimento ou a sua incapacidade em detê-lo, tal como foi afirmado pelo ministro do Trabalho no Congresso Nacional.

Talvez não se pudesse dizer que a intervenção tenha sido resultado desta suposta "manobra", pois seria subestimar a já mencionada força repressiva do ministério do Trabalho durante o governo de transição. Mas é possível que, justamente por isso, o momento fosse propício para reverter o posicionamento e domínio das forças sindicais em disputa. Poderíamos supor então que, por um lado, apesar das diversas demonstrações de unidade entre trabalhistas e comunistas, por outro, ao nível da composição das diretorias, ambos permaneciam como forças impermeáveis. E, em última instância, os comunistas à frente do sindicato colocariam em risco a hegemonia dos trabalhistas no movimento sindical do queiro. Em outras palavras, apesar de parceiros em diversas ocasiões, eram rivais quanto à concorrência pela liderança e controle do SOSPS. As possíveis composições se deslocavam face a um fenómeno de "poder de soma zero"¹²².

Sejam quais forem as hipóteses, a política trabalhista, na pessoa de Gonçalves, dava provas de eficácia. O trabalhismo voltou "oficialmente" ao SOSPS e, apesar de profundas alterações, que se iniciaram pouco a pouco a partir da segunda metade da década de 50, ele permaneceria ali, quase inatacável, até 1964. E na Câmara Municipal, o PTB contava com a presença de um importante líder sindical.

¹²² Estas hipóteses podem ser reforçadas por outras evidências que assinalam a ausência de qualquer intenção no sentido de um pacto ou reconciliação. Em dezembro 421 operários aprovaram a homologação da diretoria eleita no sentido de excluir da relação de associados do sindicato seu ex-presidente, Benedito Rocha Alencar, além de outros dois membros da diretoria destituída, José Monteiro e Antonio Ferreira. Além disso, José Gonçalves lutou pela não aprovação dos officios apresentados por Paulo de Souza e José Soares, os quais solicitavam ao plenário a encampação de suas despesas com o mandato de segurança que impetraram para tentar a posse no sindicato. SOSPS. AGE, 5.12.55.

7. CONSCIENCIA DE CONSUMIDORES E PRODUTORES .

O período compreendido entre 1956 e 1959 caracteriza-se pela luta da categoria em torno de maiores salários e melhores condições de trabalho. Podemos visualizar duas fases: num primeiro e curto momento, os doqueiros voltaram a encontrar uma disposição favorável do governo quanto às suas reivindicações; num segundo e mais longo, a política desenvolvimentista de JK impôs uma linha de contenção dos aumentos salariais. Esta última fase redundaria em uma crescente ambigüidade no interior dos laços de interdependência entre os trabalhadores e o Estado. Em outros termos, este período de quatro anos apresentou tanto uma continuidade do "trabalhismo", quanto "prenunciou" a exacerbação de contradições que eclodiram entre 1960 e 1964.

A primeira fase será descrita muito brevemente, pois não sugere grandes novidades para o leitor. ¹²³

A partir de meados de 1956 a categoria passou a reivindicar um aumento salarial em torno de 45%, além de adicional por tempo de serviço à base de quinquênios. Como era de se esperar, o ministério da Viação entrovou as negociações ao não pretender conceder uma majoração tarifária de 50% pleiteada pela CDS. O ministro do Trabalho foi acionado, entrou em contato com o seu colega da outra pasta e enviou telegrama ao SOSPS dizendo estar o assunto em vias de resolução e que o ministro da Viação não se opunha ao aumento das tarifas portuárias. Contudo, o problema se alongou por mais algum tempo, enquanto vários operários começaram a falar em greve. José Gonçalves foi assistido pelo vice-presidente da República, João Goulart, através do qual constatou o "espírito de compreensão" de ambos os ministros. Por fim, os doqueiros conseguiram um reajuste de 38% nos salários. E segundo o pronunciamento de um associado, eles passaram a ser a primeira categoria a conquistar o abono por tempo de serviço¹²⁴.

Portanto, nenhum dado novo: política de conciliação e compromisso, Jango recupera seus vínculos com o ministério do Trabalho, potencial grevista escudado pela "lógica do trabalhismo" via atuação

¹²³

¹²⁴ Ver SOSPS. AGE, 29.6.56, 14.10.56, 1.11.56; "A Tribuna", 14.10.56, 16.10.56, "O Estado de São Paulo", 9.10.56, 9.11.56

neutralizadora dos dirigentes petebistas, os quais procuravam evitar os conflitos no âmbito dos ministérios e o desgaste político da punição aos grevistas.

Apesar da persistência de muito destes traços, no plano sindical e operário o governo desenvolvimentista de Juscelino significou uma contenção salarial e uma "restrição do distributivismo que, até então, os governos populistas, mesmo que de forma precária, haviam procurado manter"¹²⁵. Sobretudo a partir de 1958, sob pressão do FMI, JK lançou um programa de estabilização e apelou aos operários para que "apertassem os cintos"; desde 1956 iniciou-se uma campanha pelo salário mínimo congelado; no entanto, os protestos multiplicaram-se; Juscelino resistiu aos aumentos e congelou os preços de primeira necessidade; muitos sindicatos, por sua vez, lançaram a proposta de criação de comissões de controle dos preços com participação operária, apoiando o congelamento, mas exigindo a elevação do salário mínimo. Tais mobilizações se traduziram nos maiores ganhos em salário real desde 1945, mas tiveram curta duração face ao crescente descontrole da inflação¹²⁶.

A partir deste quadro devemos analisar o enorme descontentamento dos doqueiros durante 1958 e 1959. Na cronologia abarcada por este capítulo, excetuando-se 1955, o governo nunca havia sido alvo de tantas críticas dos operários e dos próprios dirigentes sindicais petebistas que, aberta e paradoxalmente, diziam apoiá-lo.

7.1. "A Gestão Mais Espinhosa"

Faz-se necessário frisar que, em 1958, a direção do SOSPS já não estava mais nas mãos de José Gonçalves. Seu companheiro de gestões anteriores, Domingos Garcia, ao lado de Manuel de Almeida e Antonio Bispo dos Santos, foi eleito com 2.352 votos, ultrapassando em muito as outras três chapas adversárias¹²⁷. Estabeleceu-se, portanto, uma tabelinha de rodizio na composição da diretoria do sindicato. Não podemos esquecer que, mais uma vez, o prestígio de José Gonçalves foi um fator preponderante para a esmagadora vitória da chapa 3, cujo programa se baseava principalmente na confecção de outro Contrato

¹²⁵ DELGADO, L., op. cit., p. 183.

¹²⁶ SANDRA, S., op. cit., pp. 69-70.

¹²⁷ Chapa 1, 819 votos; chapa 2, 396; chapa 4, 740. SOSPS. Eleição sindical. "A Tribuna", 8.11.57.

Coletivo de Trabalho, em torno do qual a gestão de Gonçalves dera os primeiros passos desde 1956.¹²⁸

O grande problema inicial enfrentado pela recém empossada diretoria do SOSPS se deu em torno das seguintes reivindicações acionadas desde março de 1958: aumento de 50% nos salários, abono-família, homologação da novo Contrato Coletivo.¹²⁹ As negociações esbarraram mais uma vez na questão das tarifas portuárias. Se este problema já tem uma datação bastante antiga, por outro lado ganha em intensidade face à política do governo de combate ao custo de vida. Esta orientação adquire um duplo sentido. Em primeiro lugar, significa a restrição de prodígios aumentos dos salários, o que veio a gerar um generalizado descontentamento dos doqueiros. Em segundo, os próprios trabalhadores se apropriaram da política governamental, legitimando-a e procurando intervir no descontrole inflacionário. Portanto, desta vez o sindicato estava longe de "ir buscar tarifa para a empresa". Com base nos próprios apelos de JK, vemos crescer entre a categoria uma consciência de consumidor, reforçada pela própria posição que os portuários ocupavam na "economia nacional". Tratava-se de uma tentativa de participação das decisões políticas do país. No entanto, a dupla face daquela orientação do governo engendrou enormes ambigüidades e conflitos entre os trabalhadores e o Estado.

Em março, logo no início das reivindicações, um orador em assembléia, Albertino Jorge, lançou um apelo: "quando vier o aumento de salários, devemos fazer força [para] evitar aumento de tarifas"¹³⁰; ao mesmo tempo, a imprensa local tornou-se mais sensível ao problema e não deixou de criticar a CDS e sua "indústria da reivindicação". Neste particular, o comentário do jornal "O Diário" é bastante interessante e sintetiza de forma lapidar um problema que passou, cada vez mais, a ganhar foro público. Daí a longa citação, segundo a qual,

"como já se tornou praxe, sempre que qualquer empresa concessionária dos serviços públicos se vê na contingência de aumentar os salários e ordenados dos empregados, solicita aumento de tarifas para fazer face ao aumento de despesas. Com a Cia. Docas isso vem se dando já faz alguns anos. (...) O Ministério da Viação, por orientação do Presidente da República, para baixar o custo de vida, não aumenta as tarifas.

¹²⁸ "A Tribuna", 20.10.57.

¹²⁹ "O Diário", 16.3.58.

¹³⁰ SOSPS. AGE, 2.3.58.

(...)

"Uma coisa é preciso levar em conta: se a Companhia Docas, dos seus próprios lucros não pode conceder melhoria salarial aos seus servidores e necessita, portanto, receber aumento de tarifas, cabe ao governo estudar a situação em todos os seus ângulos e não apenas firmar pé, e dizer que não concede o pleiteado. É preciso verificar qual o aumento de tarifas necessário é suficiente para atender as pretensões dos trabalhadores e impedir, por outro lado, que a empresa se aproveite das reivindicações dos seus empregados para auferir maiores lucros"¹³¹.

Tornava-se imperioso para diversos agentes sociais a tomada de contas da CDS pelo governo que, afinal, era o maior responsável pelo porto de Santos. Mas conforme afirmou o presidente do sindicato Domingos Garcia¹³², Juscelino não estava nem mesmo interessado em realizar qualquer perícia no faturamento da empresa; ao contrário, "ficou positivado que o chefe da nação não está disposto a conceder nenhum aumento de taxas tarifárias no sentido de obedecer o seu plano de governo de evitar por todos os meios o aumento do custo de vida".

Os ministérios, por sua vez, sinalizaram com um aumento de 15% nos salários, além do abono-família. Não encontrei nenhuma objeção quanto ao fato do governo não pretender reajustar as tarifas portuárias. Mas no que tange à proposta ministerial, diversos oradores passaram a se dividir entre paralisar os serviços por 24 horas ou impetrar dissídio coletivo. Mais importante que isso eram as desconfianças em relação ao governo e até mesmo o questionamento da "política burocrática" de diálogo, compromisso e entendimento com as autoridades.

Antonio Ferreira disse que tudo não passava "de um jogo político" e propôs ao sindicato impetrar o dissídio; Hidélcio Martins, advogado do SOSPS, afirmou que, neste caso, poderia demorar de três a quatro meses para fazer o exame das contas da CDS, mas sem tarifas e sem dissídio "ninguém terá aumento e os operários ficarão a mercê dos políticos e da mesma demagogia". Mais enfático ainda considerou que

"o crime do administrador é esse: o preparo dos processos, a expedição de ofícios e uma enorme série de burocracias, que não só toma grande parte do tempo como oferece aos trabalhadores uma grande falta de confiança no governo, embora esse possa ser bem intencionado".

Diante de vários posicionamentos o plenário decidiu-se pelo dissídio coletivo e pelo envio de telegramas ao presidente da República

¹³¹ "O Diário", 16.3.58.

¹³² SOSPS. AGE, 16.3.56.

"fazendo o desapontamento dos portuários, outro ao senhor Ministro da Viação, pela protelação da reivindicação (...) e outro ao Ministro do Trabalho pedindo urgência ao andamento do processo do dissídio coletivo, sob o risco do pessoal paralisar o serviço".

Do dissídio resultou o TRT autorizar um aumento de 23%, mas a CDS interpôs recurso a esta decisão justamente porque não vinha acompanhada do reajuste das taxas tarifárias¹³³. Mais tarde o TST manteve a decisão do TRT, quando os presidentes dos dois sindicatos manifestaram contentamento, "embora tal aumento não satisfaça em face da conjuntura sócio-econômica nacional, mas desfez clima de intranquilidade no porto de Santos"¹³⁴; o salário-família ficaria para negociações posteriores.

Parece que pela primeira vez era recusada à empresa a majoração tarifária. Contudo, poucos dias depois foi publicada uma portaria autorizando-a a aumentar suas taxas em 27,3%¹³⁵. Apesar de Domingos Garcia haver expressado sua satisfação com a resolução do problema, ele próprio - um petebista - afirmou em assembléia da categoria que

"o governo agiu mal com nós, pois havia declarado que de forma alguma daria cobertura de tarifas, entretanto, no final de todos os julgamentos, acabou dando-as à Cia. Docas de Santos".

Um orador apontou que o recebido pela empresa era maior do que realmente necessitava, de modo que a porcentagem do reajuste salarial poderia ter sido mais elevada¹³⁶. A indignação não podia ser menor. Não foi o próprio governo que lançou insistentes apelos contra o aumento de tarifas? A imprensa não pedia perícia nas contas da CDS? Os trabalhadores não demoraram a ter uma resposta favorável justamente em função da retórica das autoridades? Eles próprios não agiram no sentido de não pressioná-las a fornecerem a cobertura financeira à CDS e, assim, colaborar com um governo "bem intencionado"? Após o dissídio e a "enorme série de burocracias" para julgá-lo, uma simples portaria não resolveu a ansiedade dos Guinle? A partir de agora só restariam desconfianças.

¹³³ "O Estado de São Paulo", 16.4.58; SOSPS. Comunicado aos associados. "A Tribuna", 10.5.58.

¹³⁴ "O Diário", 11.7.58.

¹³⁵ CDS. Aviso. "A tribuna", 29.7.58.

¹³⁶ SOSPS. AGE, 3.8.58.

A nova Convenção Coletiva, "que a rigor, é o nosso maior aumento salarial, o nosso maior arrimo"¹³⁷, estava sem solução havia pelo menos dois anos. Um dos oradores afirmou que a Cia. não atendia esta pretensão da categoria "porque não quer, visto que ela recebeu 4% além do que nos foi dado como aumento salarial pela Justiça do Trabalho". O secretário geral do sindicato, Antonio Bispo, ele próprio - também um petebista - argumentou que

"esta foi a gestão mais espinhosa e cruciante que ele, Bispo, já passou no sindicato, não por questão de harmonia e coesão da classe, mas por absoluta falta de apoio do nosso governo".

(...)

"O fato é que a Companhia Docas tem dinheiro, mas sempre diz que não tem, e o caso é que suas obras não param nunca, e cada vez recrudescem mais, e isso por culpa de nossos legisladores que não elaboram leis no sentido de apoiar mais o 'material humano' do que o 'material ferro'.

As críticas, portanto, encaminhavam-se em duas frentes: à CDS e ao governo. O fato é que a homologação da Convenção "teria" que esperar por mais algum tempo. Mas apesar de todos estes discursos, a diretoria do sindicato conclamava sempre os associados a agirem "com a cabeça fria a fim de não acontecer como em 1955, em que fizemos uma greve e quase fomos jogados no abismo"¹³⁸. A lembrança de 1955 era o argumento sempre recorrente para evitar a deflagração de um movimento paredista. Mas não nos devemos esquecer que os diretores do SOSPS eram elementos do PTB. De um lado, procuravam partilhar com seus associados as aflições vividas naquela conjuntura e não pareciam correr o risco de mostrarem-se insensíveis às suas demandas. Por outro, como afirmou Lucília de Almeida, o PTB foi fundamental para a estabilidade desta conjuntura,

"pois o partido controlava as massas e suas reivindicações dentro do âmbito do Ministério do Trabalho. Devido à atuação neutralizadora do PTB, foi poupado da contingência de recorrer à repressão policial ostensiva. Os conflitos eram sempre negociados previamente. Com isso, muitas vezes, logrou-se evitar o recurso extremo das greves"¹³⁹.

Mas podemos falar em um controle total das "massas"? Paciência tinha limites. Entramos em 1959, mês de carnaval, e deparamo-nos com um movimento "espontâneo" de uma "massa" inquieta. No dia 12 de feve-

¹³⁷ Benevides Godói em SOSPS. AGE, 14.9.58.

¹³⁸ SOSPS. AGE, 2.3.58.

¹³⁹ DELGADO, L., op. cit., p. 195.

reiro, por algumas horas, o movimento de carga e descarga esteve paralisado por atraso de pagamento que deveria ter sido realizado no dia 10; a CDS justificou ter considerado feriado de carnaval para os empregados de escritório, não o considerando para os operários de turma. Diante da greve decretada nos locais de trabalho, o salário do mês foi imediatamente executado. A tarde os doqueiros voltaram ao trabalho¹⁴⁰.

Os salários pareciam estar já bastante carcomidos pelo aumento do custo de vida, de modo que qualquer atraso em seu pagamento revelava-se intolerável. Nesta mesma época 60 operários assinaram um pedido de assembléia ao sindicato, visando um novo reajuste dos seus vencimentos. O comunista Antonio Rodrigues o justificava pelo

"abandono em que se encontra o trabalhador, menosprezado pelo governo. (...) Embora nosso aumento faça um ano somente em 16 de abril de 1959, não impedia que se pedisse novo aumento, pois embora não tenha terminado o prazo, é lícito e legal que se discuta novo aumento antes".

Isto porque a alimentação teria subido 43%, habitação 36%, vestuário 40%, enquanto o órgão da prefeitura de São Paulo, o SEPT, calculava que o custo de vida havia subido 14%, o que "é uma mentira e a categoria deveria desprezar seus índices. (...) Não devemos jamais nos esquecer do último aumento de 23% quando fomos enganados"¹⁴¹. O plenário decidiu, então, pleitear 70% de aumento dos salários.

No entanto, o governo calculou o custo de vida em 30% e "não tergiversaria do seu ponto de vista de não conceder aumento de tarifa para conter a inflação", de modo que o reajuste salarial não deveria ultrapassar aquela porcentagem, além de um abono família de 150 cruzeiros per capita. O orador Albertino Jorge rebateu com um argumento muito "simples": "o Presidente da República não quer dar aumento de salários para não elevar o custo de vida. Então porque o custo de vida não pára de subir?"¹⁴²

Em abril a categoria aprovou a proposta interministerial de 30% de aumento, abono família e efetivação das "turmas de emergência"¹⁴³. Apesar daquela porcentagem, o desfecho das negociações foi sentido como uma importante vitória. Conforme um orador, "a conquista de 30%

¹⁴⁰ "O Estado de São Paulo", 13.2.59; "A Tribuna", 13.2.59.

¹⁴¹ Antonio Rodrigues em SOSPS. AGE, 15.3.59.

¹⁴² SOSPS. AGE, 14.4.59.

¹⁴³ SOSPS. AGE, 26.4.59.

deve-se à reivindicação de 70%", ou seja, tivessem pleiteado um índice menor, teria sido mais reduzido o reajuste. Outro associado congratulou-se com a diretoria pelas conquistas,

"principalmente a efetivação dos companheiros das turmas de emergência, que não poderiam mais continuar servindo de ponta de lança da CDS, pois sabe-se que, embora sendo companheiros de turmas, nas mesmas obrigações, não se poderiam unir a nós de corpo e alma na mesma luta; e também a concessão desta sagrada reivindicação do abono família a tantos almejada por nós"¹⁴⁴.

Estabelecida a reconciliação com o governo? Para responder a esta questão pretendo finalizar este capítulo com um interessante episódio ocorrido em 1959, denominado a "crise da carne".

7.2. A "Crise da Carne": Rumo ao "Nacionalismo Democrático"

Desde junho de 1959 a direção do sindicato dos estivadores estava nas mãos de elementos identificados com o nacionalismo democrático, expressando-se em reivindicações da categoria a nível nacional e procurando - a partir do município e do porto de Santos - interferir na política econômica do país.

Em outubro de 1959 os estivadores decidiram não exportar carne. Nas palavras do presidente do SES, Laerte da Silva, apenas o fariam se vissem "novamente nos açougues a carne a preços acessíveis". Não nos esqueçamos que o governo JK dizia-se preocupado com o avanço do custo de vida e que o movimento sindical mostrava-se disposto a interferir diretamente neste assunto. Os sindicalistas da Baixada Santista mobilizaram-se para criar a Comissão Municipal de Abastecimentos e Preços (COMAP), com a participação dos sindicatos. Segundo Laerte, "nosso principal objetivo é apoiar a medida adotada pelas principais autoridades, visando encontrar uma solução para o problema da falta de carne no país"¹⁴⁵.

Estivadores e doqueiros deram início ao movimento; nas câmaras frigoríficas da CDS estavam depositadas 10.250 quilos de carne, cujo proprietário era Auro de Moura Andrade que, em 1962, seria indicado Primeiro Ministro de Jango e contra o qual as forças nacionalistas lançariam os mais veementes protestos. O jornal "O Diário da Noite"

¹⁴⁴ IBID.

¹⁴⁵ "Diário da Noite", 20.11.59, apud SARTI, I., op. cit., p. 117.

noticiou que 40 mil trabalhadores santistas estavam envolvidos no boicote,

"mobilizados como uma máquina sob a direção do FSD¹⁴⁶ que funciona como uma espécie de Pacto de Unidade e Ação, magnificamente entrosado, compreendendo trabalhadores de todas as categorias, inclusive portuários e estivadores, dos quais depende o embarque do produto. Trata-se de um movimento organizado que visa estrangular por mar, todas as vias de escape da carne, devendo dentro de alguns dias adquirir o caráter de movimento nacional... Organizados, estivadores e portuários seguem a orientação de seus poderosos sindicatos, dando início a um movimento destinado a ter repercussão profunda no caso da carne, porque os trabalhadores do maior porto brasileiro começam a compreender que o caso da carne é muito estranho e que parece haver alguém interessado em que tudo fique como está"¹⁴⁷.

Embora manifestando-se em apoio às autoridades, o presidente do sindicato dos estivadores enviou um telegrama ao ministro do Trabalho, declarando que

"os sindicatos de Santos... duas vezes se reuniram através do FSD para discutir o problema da carne, pois julgamos que com a barriga do povo não se brinca. Estudamos o problema e concluímos que o governo está vacilante: as nomeações e demissões de interventores e presidentes de órgãos controladores de preços atestam essa desorientação do governo... Não é possível que continuemos a exportar carne para recebê-la, depois, enlatada para nosso consumo. Esse é um movimento de alerta, porque se isso estourar, ninguém mais segura"¹⁴⁸.

O presidente Juscelino começou a tomar providências; representantes do governo entraram em contato com o SES e debateram com os operários no Fórum Sindical de Debates; finalmente, os portuários resolveram embarcar a carne, mas deram um prazo de 30 dias para o governo resolver o problema¹⁴⁹.

Dois aspectos do episódio devem ser destacados. Primeiro, trata-se de um movimento eclodido por uma crescente "consciência de consumidores", o que já constatamos na luta dos doqueiros pela contenção dos aumentos tarifários concedidos à CDS. Note-se que os próprios apelos de Juscelino quanto ao controle do custo de vida foram apropriados pelos portuários de Santos, mas a "crise da carne" - nas suas intenções e em seus resultados -, voltou-se contra o governo. Afinal de contas, na representação política dos portuários, o governo (identificado ge-

¹⁴⁶ Sobre esta "entidade de cúpula", o Fórum Sindical de Debates, ver "Capítulo 6".

¹⁴⁷ "Diário da Noite", 17.11.59, *apud* IBID.

¹⁴⁸ "Diário da Noite", 20.11.59, IBID, p. 118.

¹⁴⁹ IBID, p. 118.

ralmente com o presidente da República) é o personagem responsável pela relação entre salários e custo de vida. Domingos Garcia, diretor do SES na época, lembra-se desta "greve de protesto", realçando em especial este aspecto. Ele faz a si mesmo a seguinte pergunta:

"foi uma posição política? Foi. 'Como é que está embarcando carne pro exterior? E o governo que está à frente disso'. (...) Então, estivador embarcando essa carne e sem carne pra comer, os açougues vazios? (...) Era uma posição política, violenta até, porque ia contra o governo, né, porque esses negócios são feitos de governo pra governo. E daí? Era o Juscelino o presidente da República, era nosso amigo. Conseguimos, na época dele, conseguimos paz de espírito, muita paz de espírito, porque a gente já não tinha isso há tempo, né. (...) Mas mesmo assim não perdamos ele. 'Não, que nada! O 'Juça' é nosso amigo, mas não tem esse negócio não...'. "

Temos aí uma das características marcantes do movimento operário e sindical da Baixada Santista até 1964, ou seja, reciprocidades e conflitos em relação ao governo; o apoio não implicava em sujeição, mas em críticas, desconfianças e, sobretudo, desejo de participar das decisões político-econômicas do país.

Em segundo lugar, notamos a influência de uma nova corrente política no sindicato dos estivadores, no Forum Sindical de Debates e no SOSPS. Este acontecimento marcou, de maneira exemplar, o início de uma outra fase do movimento operário e sindical dos trabalhadores das Docas. O final de 1959 constituiu-se num marco que deu início a um sindicalismo de novo tipo entre os doqueiros, embora guardasse muitos dos traços do período precedente. Ao lado de uma "linha trabalhista", o SOSPS avançava em direção a uma política de orientação nacionalista que caracterizou o movimento sindical, hegemônico sobretudo na conjuntura 1961-1964.

CAPITULO 6

A ERA DAS GREVES (1960-1964)

Em outubro de 1959 tomou posse no SOSPS uma nova diretoria. Houve um "racha" entre os membros da direção anterior, saindo daí duas chapas encabeçadas por sindicalistas que, até então, encontravam-se unidos. A "chapa 1" tinha à frente Antonio Bispo dos Santos e era apoiada por Domingos Garcia, presidente do sindicato. A "chapa 2", liderada por Manuel de Almeida, tinha como plataforma da campanha eleitoral uma "Política Sindical, Econômica e Moral, porque nos anima apenas o sentimento de bem servir à coletividade"¹. Desta disputa entre candidatos que há muito vinham fazendo parte do sindicato, a "chapa" 2 obteve tranqüila vitória: 2776 votos, contra 1066².

Apesar de um programa nitidamente moderado, as três gestões de Manuel de Almeida (até março de 1964) tiveram como traço principal uma atuação de crescente radicalismo, "coincidindo" com o que diversos autores consideraram ter sido a fase de maior "politização" do movimento operário e sindical de orientação nacionalista-democrática. Um aspecto a ser destacado aí é a nova composição da diretoria do SOSPS: "reformistas" do PTB, como Manuel de Almeida, e alguns comunistas, entre os quais a marcante presença de Antonio Rodrigues, eleito vereador socialista em 1962.

A trajetória de lutas dos doqueiros e seu sindicato neste período estará aqui em permanente diálogo com determinadas teses há muito consagradas em diversos estudos voltados à análise do movimento operário, sobretudo no que se refere às orientações político-ideológicas do sindicalismo de cunho nacionalista. Neste sentido, confrontarei os resultados específicos desta pesquisa com certas conclusões de caráter mais geral presentes numa parcela das produções intelectuais acadêmicas.

Uma grande parte de estudos sobre o movimento operário entre 1930 e 1964 procuraram desembaraçar o problema dos mecanismos que pudessem explicar a suposta "heteronomia" da classe operária no Brasil. Isto significava tentar compreender os motivos que a teriam levado a mostrar-se pouco eficaz na definição de perspectivas autônomas em seu em-

¹ "A Tribuna", 18.10.59.

² "A Tribuna", 8.11.59.

bate contra outras classes e o Estado. Tratava-se de inventariar os fatores que revelassem a sua inabilidade em criar estratégias próprias e independentes daquelas engendradas e sustentadas por outros agentes sociais.

Foram muitas as formas de pensar tal problemática, mas pretendo deter-me aqui em um determinado tipo de análise que coloca em destaque as orientações ideológicas de determinados grupos políticos envolvidos no movimento operário e sindical³.

Tais orientações teriam sido responsáveis pela subordinação da classe operária e do "sindicalismo populista" ao Estado. Elas foram se forjando nos anos 1945-1946 e reafirmadas entre 1950-1954, contribuindo para a configuração do perfil tomado pelo movimento operário até 1964; o acento recai na ideologia nacionalista de "glorificação do Estado", na qual uma parte considerável dos sindicatos estiveram envolvidos naquele período.

A ideologia nacionalista propunha uma política de desenvolvimento autônomo do país, independente do capital estrangeiro. Para alcançá-la, fazia-se necessária uma aliança entre a burguesia nacional e o proletariado. No entanto, com a internacionalização da economia desde os anos 50, parcela da burguesia mostrava-se pouco inclinada a fechar uma pacto com a classe operária e quase nada interessada nos apelos nacionalistas. A fatia que restava da burguesia nacional não podia assumir o ônus de tal aliança. Assim, sob a orientação nacionalista de colaboração de classe, a subordinação ao Estado teria decorrido, paradoxalmente, "da decadência dos 'fatores de progresso' exaltados por aquela ideologia"⁴. O pacto, que deveria dar-se em termos de "classe-a-classe", passou a ser triangular, visto que as reformas propostas pelo nacionalismo não podiam se respaldar na burguesia doméstica - sua viabilidade dependia da ação interventora do Estado.

Este pacto sugerido com o empresariado nacional resultaria num deslocamento fundamental, desastroso e irremediável da atuação do movimento sindical: o setor privado e mais moderno da economia seria

3 Francisco Weffort foi, sem dúvida, o pioneiro na formulação desta análise e, talvez, um dos primeiros a realizar uma contundente crítica a certos modelos de interpretação, tais como a "teoria da modernização" e a "teoria da dependência que pré-fixaram as possibilidades de ação do movimento operário a partir das determinações estruturais da sociedade brasileira. Weffort deslocou o foco de análise: a primazia dada ao econômico ou às categorias culturalistas cedeu lugar ao político, definido como possibilidades abertas e constituído por embates sociais em conjunturas determinadas. WEFFORT, F. Sindicato e política, op. cit.

⁴ WEFFORT, F., op. cit., p. IV-7.

preterido em favor das empresas estatais e de serviços públicos. Temos aqui a primeira oposição binária (setor moderno/tradicional) que teria sido o ponto de partida de todas as outras oposições duais, numa bem arquitetada cadeia causal de subordinação da classe operária ao Estado.

O deslocamento em direção àqueles setores - "onde o Estado é direta ou indiretamente o patrão" -, fez com que o movimento sindical reforçasse sua institucionalização no interior do aparato estatal que visava seu controle e cooptação, afastando-se das bases da classe operária, sobretudo no setor moderno da economia. Justamente quando a industrialização passou a modernizar-se, o movimento sindical concentrou a maior parte das suas atividades nos setores industrialmente mais atrasados que, mesmo decadentes, tinham maior tradição organizacional e incorporavam-se mais facilmente às estruturas do sindicalismo oficial por serem tecnologicamente pouco avançadas (problemas relativos às condições de trabalho e ao cumprimento das leis sociais e trabalhistas eram mais frequente nestas empresas do que nas modernas).

Mesmo nos setores estatais e de serviços teria se verificado uma desvinculação da cúpula com as bases na medida em que a atuação sindical foi se orientando menos para as "reivindicações econômicas" dos trabalhadores e mais para uma "politização" inspirada no nacionalismo, atingindo seu ponto máximo na campanha pelas reformas de base. Nas palavras de Weffort,

"subordinado a estes objetivos políticos, as reivindicações econômicas passaram a constituir para o movimento sindical um aspecto secundário de suas atividades. Tanto assim que o período Goulart, com toda a intensidade da ação sindical existente à época, é também o período de menor eficácia do movimento sindical no plano das reivindicações econômicas e de deterioração permanente dos salários"⁹.

Ressalte-se que, nesta análise, mesmo as ilegais "organizações paralelas", tais como FSD, PUA e CGT não se caracterizaram por uma confrontação com a estrutura sindical corporativista. Ao contrário, elas eram entidades "para-estatais" que cumpriram objetivos que a obsolescência do sindicalismo oficial não podia atingir. Evidência disso estaria no seu afastamento em relação às bases, ao mesmo tempo em que se voltavam cada vez mais para o alto da "Grande Política", associando-se estreitamente ao regime populista.

⁹ IBID, pp. 14-33 e 34.

O movimento sindical de orientação nacionalista atingiria seu ápice nos anos 60, "na linha de uma aproximação e subordinação crescente ao regime populista, para quebrar e desaparecer com o regime ao qual associara seu destino"⁶.

A heteronomia da classe operária, sua ineficácia em traçar objetivos próprios e estratégias políticas autônomas e à margem daquelas montadas por outras classes e pelo Estado e, enfim, sua posição subordinada, deveram-se ao fato desta ter-se mantido vinculada a um tipo de sindicalismo que, por sua vez, estava submetido ao terreno político organizado pelo Estado. Segue-se daí toda uma relação de causalidades seqüenciais estruturadas a partir de oposições binárias: ao deslocamento dos setores modernos e privados para os tradicionais e públicos corresponde uma atuação sindical preferencialmente política em detrimento das reivindicações econômicas dos trabalhadores, redundando num afastamento das cúpulas dirigentes do movimento sindical em relação às suas bases. Prova máxima da lógica deste modelo: quando o regime populista caiu, faltou a esperada reação da classe operária que, por isso, desceu rumo ao mesmo despenhadeiro por onde foi atirado aquele seu suposto maior parceiro. Assim, os trabalhadores não teriam passado de "parceiros fantasmas"⁷.

Ao longo deste capítulo pretendo confrontar pontualmente tais pressupostos a partir da pesquisa realizada sobre os doqueiros do porto de Santos. Apesar de a "análise das orientações ideológicas" ser mais abrangente que o objeto desta monografia, creio que o diálogo com o caso específico dos trabalhadores da CDS não se coloca entre termos assimétricos de "proposições gerais" e "proposições particulares". Afinal, entre outras "coincidências" e, embora tivessem vínculos empregatícios com uma empresa privada, os doqueiros estavam vinculados a um setor público-estatal. Além disso, nesta conjuntura a orientação do sindicato era nitidamente nacionalista. Assim, pretendo sugerir determinadas hipóteses e conclusões de caráter mais geral não a partir deste estudo de caso, mas no interior dele.

⁶ IBID, p. 1-3.

⁷ Parti basicamente da obra de Weffort porque, a meu juízo, ela representa a elaboração mais acabada em torno dos problemas com os quais pretendo dialogar. Tornou-se ainda uma matriz interpretativa para inúmeras análises posteriores, deixando de ser um "monopólio" deste autor. Se o método e a teoria presentes em "Sindicatos e Política" apresentam inegáveis originalidades em relação a diversos outros estudos que o precederam, por outro lado muitos dos seus "pontos de chegada" foram partilhados inclusive por autores que optaram por diferentes caminhos de interpretação.

1. AS GRANDES JORNADAS

Entre 1960 e 1963, ocorreram inúmeras greves gerais em Santos caracterizadas como "greves políticas" (relacionadas com as "questões nacionais") e "greves de solidariedade" entre as mais diversas categorias de trabalhadores da cidade. A trajetória destes movimentos é um índice privilegiado para uma primeira análise das questões apontadas anteriormente. Iniciarei com o Forum Sindical de Debates - FSD - uma "organização de cúpula" que, a partir de 1959, se constituiu numa das mais arrojadas forças no interior destas lutas na Baixada Santista.

1.1. O Forum Sindical de Debates

O FSD foi um organismo intersindical, fundado em 1956, congregando horizontalmente os 53 sindicatos existentes na região. Sua criação não é um fato isolado, pois desde meados dos anos 50 começaram a surgir a nível regional e nacional, em contraste com a estrutura sindical verticalizada e corporativista, as chamadas "organizações paralelas".

O Forum é freqüentemente citado como um órgão criado para responder às necessidades do sindicalismo de orientação nacionalista. Apesar disso, pouco se sabe de seus primeiros anos de existência, nos quais sua atuação parecia muito distante dos rumos que tomou a partir do final da década de 50, quando alcançou enorme notoriedade em movimentos de âmbito político, reivindicativo, de solidariedade e de organização dos trabalhadores santistas. Ele foi fundado para promover entre os operários

"[tanto] os ensinamentos e a difusão da CLT, como da Previdência Social, colaboração com os poderes públicos, solidariedade profissional e subordinação aos interesses nacionais sem envolvimento político-partidário ou ideológico"⁹.

Seu perfil parecia não diferir muito dos objetivos para os quais foi instituída a estrutura sindical; mais do que isso, diversos depoimentos apontam que o FSD foi criado com vistas a "esfriar o ritmo acelerado que vinha sendo imposto pelos grandes sindicatos". Esta é a opinião de Geraldo Silvino, presidente da entidade entre 1961 e 1963. Segundo ele, seus fundadores

⁹ "A Tribuna", 16.9.56.

"adotaram uma linha de esvaziamento. Esse pessoal recebia basicamente a orientação do que se chamava Movimento de Orientação Sindical, o MOS, cujo porta-voz na imprensa era o jornal O Expresso, que tinha a Igreja por trás. O movimento sindical em ascensão pressionava e obtinha conquistas reais. Esse pessoal era uma ponta-de-lança da CIA, do IBAD, do IPES, e era até financiado"⁹.

Segundo outros depoimentos, os primeiros diretores do FSD (Exedito Rodrigues, João de Moraes Chaves, Oswaldo Martins e Vitelbino de Souza) eram "janistas roxos". O Forum nasceu "como uma força de apoio ao Jânio", que pôde contar com o fato de que este "tinha uma boa sustentação sindical, pelo menos aqui na Baixada" (E., ex-sindicalista do SEASPS). Até a renúncia presidencial de Quadros, em 1961, foi considerável o peso do janismo no FSD; durante o seu mandato, a intersindical santista tornou-se "quase porta-voz do presidente"¹⁰.

Embora sua direção permanecesse por muito tempo nas mãos destes dirigentes, precisamos observar a forma pela qual a entidade funcionava e estava estruturada, colocando em constante confronto posições e grupos antagônicas.

Apesar do evidente caráter "cupulista" do FSD — apenas os dirigentes sindicais podiam votar e fazer parte de sua diretoria —, muitas vezes, na prática, o "cupulismo" tinha poucas chances de funcionar. Cada sindicato tinha direito a um voto nas assembleias, as quais se realizavam de forma itinerante nas diversas sedes dos sindicatos, tendo os trabalhadores direito a debater e apresentar propostas¹¹.

Assim, os trabalhadores e dirigentes sindicais comunistas e "reformistas" do PTB foram, aos poucos, interferindo nos rumos do Forum. No final da década de 50, os debates no interior da entidade evidenciam uma abrangência de temas que iam do direito de greve, da luta contra a carestia, de regulamentação da Previdência Social, da manutenção da estabilidade no emprego, até as reformas de base, a questão agrária, a "política nacional", etc¹². E assim que vemos impor-se aí o sindicalismo nacionalista-democrático. Como vimos no capítulo anterior, a "crise da carne" indica tal influência, sobretudo se considerarmos a força do sindicato dos estivadores que deu início ao

⁹ ALEXANDRINO, C. Sombras sobre Santos, op. cit., p.56.

¹⁰ IBID.

¹¹ IBID, p. 63.

¹² Ver SARTI, I., O porto vermelho, op. cit., p. 116.

movimento. Considerarei agora uma série de movimentos grevistas ("políticos" e de solidariedade) entre 1960 e 1963, focalizando particularmente a atuação do Forum Sindical e dos portuários.

1.2. Greves "Políticas" e de Solidariedade

Coloquemos em cena uma greve de solidariedade que, nas palavras de Manuel de Almeida, foi "uma vitória retumbante da classe obreira, com ressonância até nas grandes nações do mundo, como seja [sic], Estados Unidos, Rússia e Inglaterra"¹³. Este movimento, sob a iniciativa do FSD, foi o primeiro dentre as inúmeras greves de solidariedade que abalaram a Baixada Santista e deram notoriedade ao movimento operário local. Apesar da composição política conservadora desta entidade no período inicial das "jornadas operárias", ela se mobilizou em torno de questões relativas às condições de vida e de trabalho dos operários (ligação com as bases), sob a decisiva participação dos trabalhadores na eclosão dos movimentos.

A Greve de Solidariedade aos Operários do "Moinho Paulista"

Desde os primeiros meses de 1960, a empresa estrangeira "Moinho Paulista" tentava transferir 31 trabalhadores estáveis para Curitiba. A questão foi parar na justiça e, em junho, o TRT de São Paulo deu ganho de causa aos empregadores por 8 votos contra 2¹⁴. Os dirigentes sindicais da Baixada Santista reuniram-se e consideraram que tal decisão feria a estabilidade de todos os trabalhadores. O Forum Sindical de Debates orientou as entidades de classe a manterem-se em assembléias permanentes e a promoverem uma "passeata-monstro" pelas ruas da cidade, aguardando a palavra de ordem de greve geral.

Mesmo sendo o movimento uma iniciativa do FSD, merecia a apreciação dos trabalhadores nas assembléias de seus respectivos sindicatos. No SOSPS, o problema foi debatido com grande interesse; o comunista e diretor do sindicato, Antonio Rodrigues, considerou que qualquer decisão de greve era "errada" se os portuários não fossem ouvidos com antecedência: o movimento não devia ser decretado pela cúpula do FSD,

¹³ SOSPS. AGE, 22.6.60.

¹⁴ *IBID.*

mas somente após as assembleias por categoria. Sua sugestão encaminhava-se no sentido de que

"Não poderemos cruzar os braços ante esta situação provocada pelos capitalistas estrangeiros, porque isso era dar margem a que a Cia. Docas faça a mesma coisa com nós outros. Por isso, se a solução é a greve, devemos fazer a greve e se o Forum Sindical resolver que devemos fazer a greve, nós devemos acatar, porque não está em jogo os interesses dos trabalhadores do Moinho, mas também os nossos"¹⁵.

O Delegado Regional do Trabalho convocou, para o dia 31 de junho, uma mesa redonda entre os empregadores e os delegados dos operários do "Moinho Paulista"; "a falta a essa reunião dos empregadores precipitou a deflagração da greve"¹⁶. Tratava-se de um evidente descaso dos patrões em negociar com os trabalhadores e com as "autoridades". Em nome de 53 sindicatos a ele filiados, o FSD conclamou todos os trabalhadores da Baixada Santista a paralisarem suas atividades durante 24 horas. Desencadearam-se novas assembleias nos sindicatos a fim de que fosse discutida a decisão do Forum. No SOEPS, os doqueiros aproveitaram-na e formaram uma passeata até o local onde estavam reunidos os dirigentes do FSD.

No dia seguinte, Santos parou de ponta a ponta. O "Jornal do Brasil" noticiou:

"essa greve que abalou a vizinha cidade de Santos, paralisando-lhe o porto, a estiva, os transportes coletivos, os gráficos, os metalúrgicos, todos os trabalhadores, inclusive os comerciários, foi uma das mais completas de que se tem notícia nos últimos tempos"¹⁷.

Este movimento em solidariedade ao pessoal do "Moinho Paulista" talvez tenha sido um dos primeiros no país a parar inteiramente uma cidade. A questão dos trabalhadores do Moinho, porém, não estava totalmente resolvida e o Forum Sindical continuou a intermediar as negociações com a empresa através de seus advogados. A entidade apresentou seis itens de reivindicação, dos quais a direção do Moinho não aceitou apenas o que se referia ao pagamento dos dias de greve¹⁸.

¹⁵ IBID. Grifo meu.

¹⁶ "O Jornal", 2.7.60.

¹⁷ "Jornal do Brasil", 5.7.60. De acordo com o "Correio Paulistano" (2.7.60), "mercearias, restaurantes e alguns bares permaneceram fechados". Aderiram ainda os trabalhadores da construção civil, os motoristas de táxis recolheram seus veículos por ações de piquetes, os padeiros deixaram a população sem pão e os cinemas não exibiram os filmes que estavam em cartaz. O "O Estado de São Paulo" (3.7.60) publicou que apenas as refinarias de Cubatão não foram atingidas pelo movimento, além dos serviços de água, luz e hospitais. Cem mil trabalhadores cruzaram os braços por 24 horas.

¹⁸ SARTI, I., op. cit., p. 119.

Houve nova ameaça de paralisação geral e o presidente do SES alegou o "inabalável propósito de chegar aos recursos extremos se todos os recursos falharem", declarando ainda que não seriam operados os descarregamentos de trigo destinados ao Moinho Paulista. A Federação Nacional dos Estivadores e a Federação Nacional dos Portuários manifestaram apoio incondicional ao movimento, enquanto o FSD reafirmou o desejo de uma greve por 48 horas para o dia 22 de julho. Contudo, o prefeito Silvio Fernandes colocou-se imediatamente ao lado dos trabalhadores e se dispôs a representá-los junto a Juscelino que, por sua vez, entrevistou e solucionou o caso, forçando a empresa a pagar os dias parados. Uma vez assinado o acordo, a greve anunciada foi sustada e uma "passeata-monstro" percorreu o centro da cidade¹⁹.

A euforia tomou conta dos operários; o doqueiro Milton Santos propôs que fosse cunhada uma placa comemorativa ao dia 10. de julho

"em regozijo a uma das maiores greves que Santos já presenciou, com uma parcela preponderante, sendo essa placa fixada nas paredes de nossa sede social, com a presença de autoridades, como uma lembrança imperecível dessa memorável e histórica campanha"²⁰.

Ainda hoje a placa permanece na sede do SOSPS; ela simboliza e ostenta a unidade dos trabalhadores santistas nesta luta que ficou na memória de muitos portuários e militantes como um marco legendário da solidariedade proletária.

Não podemos, todavia, falar em uma unanimidade consolidada, pelo menos ao nível dos grupos sindicais em disputa, pois vimos que o "janismo" exercia uma força considerável no movimento sindical santista. Nossa atenção volta-se mais uma vez para esta problemática inscrita em outra greve de solidariedade restrita ao porto de Santos, mas sob o risco de se generalizar por toda a cidade.

A Greve de Solidariedade aos Estivadores

"Supunha esses trabalhadores meus amigos" (Jânio Quadros)

Ingrid Sarti lançou a hipótese de que a corrente janista significava menos uma alternativa ao sindicalismo do que uma contra-ofensiva em relação aos nacionalistas democráticos. Durante o governo Jânio, num curto período o SES esteve nas mãos de dirigentes janistas;

¹⁹ "A Tribuna", 12.7.60, apud IBID, pp. 119-120.

²⁰ SOSPS. AGE, 24.7.60.

contudo, a atuação reivindicatória dos trabalhadores daquele setor não permitiu a ausência de crises entre a estiva e o Estado. Um episódio ocorrido em agosto de 1961 encena bem este conflito, em cuja trajetória também estiveram presentes os doqueiros²¹.

Diante da recusa da agência de navegação "Cap Salinas" em pagar aos estivadores uma taxa de movimentação de carga, os serviços executados pela categoria foram paralisados; sem demora, o Capitão dos Portos enviou um pelotão de fuzileiros navais para substituir os grevistas. Nas palavras de Manuel de Almeida, imediatamente os doqueiros recusaram-se a "expor suas vidas operando com estranhos nos serviços de carga e descarga. A recusa dos doqueiros em trabalhar naquele navio deve-se pois a uma medida de segurança". Verificamos aqui uma decisão "espontânea" dos trabalhadores de carga e descarga em parar as atividades. Com o objetivo de solucionar a pendência, Almeida foi chamado ao cais, onde reforçou a posição dos doqueiros, determinando que "não efetuassem o trabalho naquelas circunstâncias". Nesse momento, segundo ele,

"um tenente chamou-me de lado 'para conversar em particular'. Foi quando fui empurrado violentamente para a viatura e levado a Delegacia do Trabalho Marítimo, sob veementes protestos. (...) O companheiro Valdemar Neves Guerra [presidente do SEASPS], temeroso que me espancassem, solicitou e obteve do Capitão dos Portos, permissão para me acompanhar. Assim, fomos dois os detidos, o Valdemar, prisioneiro voluntário"²².

Não houve apenas "veementes protestos": em menos de uma hora o porto parou de ponta a ponta, sem que qualquer serviço fosse executado. A condição da volta ao trabalho ligava-se à libertação dos dirigentes sindicais que permaneceram encarcerados durante 7 horas. Enquanto isso, o FSD e as Federações Nacionais dos estivadores e dos portuários ameaçavam uma greve na cidade e em todos os portos do país²³. Lideranças sindicais de Santos enviaram ao presidente da República, Jânio Quadros, informações sobre os acontecimentos e apelaram para que ele, "um chefe intransigente", considerasse a atitude e a medida do Capitão dos Portos, "violenta, discricionária e anticonstitucional"²⁴.

²¹ SARTI, I., op. cit., pp. 128-130.

²² "O Diário", 8.8.61.

²³ O presidente da FNE, Osvaldo Pacheco, declarou que "em 24 anos de sindicalismo, esse é o primeiro caso de prisão arbitrária de um presidente do sindicato que chega a meu conhecimento". "A Tribuna", 8.7.61, apud SARTI, op. cit., p. 129.

²⁴ "A Tribuna", 10.8.61, apud IBID, p. 129.

Uma vez libertados os presidentes dos sindicatos e atendendo ao apelo do ministro do Trabalho, os portuários retornaram ao serviço, reafirmando a confiança no governo. Como relatou Ingrid Sarti, o ministro Castro Neves, em tom de conciliação e em nome de Jânio, pediu desculpas aos trabalhadores pelo "erro momentâneo" do Capitão dos Portos, mas o problema não acabou. O presidente da República enviou uma mensagem a Castro Neves repudiando sua manifestação de solidariedade aos grevistas. Tratava-se de um de seus característicos "bilhetinhos", no qual declarou que

"mais uma vez, sem que tenham procurado as autoridades, isto é, as desse Ministério, ou as da própria Presidência, trabalhadores do porto de Santos recusaram-se a descarregar navios, paralisando momentaneamente o porto. Estranho o fato. Supunha esses trabalhadores meus amigos, e incapazes, por sua formação, de causar danos ao país neste instante difícil; advirta-os, Vossa Excelência, o governo não tolerará movimentos desta natureza, ilegais e atentatórios ao progresso nacional, nem Vossa Excelência se entenderá com grevistas, nestas condições; fique isto bem claro"²⁵.

Talvez bastante desconcertado, o ministro explicou o caso aos portuários, referindo-se a uma possível "má informação" de Jânio; mas o fato é que os dirigentes sindicais leram o indiscreto "bilhetinho" como uma maneira de dar forças ao Capitão dos Portos e às agências de navegação. Conforme concluiu Sarti, "o incidente evidencia a ambiguidade característica da orientação janista e demonstra a fragilidade do apoio com que poderia contar inclusive a liderança operária adepta do 'janismo'"²⁶.

Em que medida podemos afirmar que a confiança no presidente não sofreu profundos abalos? Até quando os adeptos do presidente sustentariam sua força junto ao movimento sindical santista?

A "Greve da Legalidade"

Conta-se que, na tarde do dia 28 de agosto de 1961, três dias após a sua renúncia, Jânio Quadros embarcou para a Inglaterra no transatlântico "Uruguay Star", no porto de Santos. A bordo do navio, sua fisionomia revelava abatimento, com lágrimas nos olhos. No cais, antes mesmo de embarcar, consta que um velho estivador sentou-se ao seu lado

²⁵ "Última Hora", 9.8.61, apud IBID, p. 130.

²⁶ IBID.

e chorou²⁷. Mas quando o transatlântico apitou e desapareceu na barra, Jânio não deixava apenas frustração e lágrimas, mas também uma enorme confusão no interior do movimento operário e sindical da Baixada Santista, agravando a instabilidade de seus seguidores mais fiéis.

No dia 26 de agosto, os ferroviários cariocas da Leopoldina decretaram uma greve em "defesa do regime", ou seja, pela posse do vice-presidente João Goulart²⁸. Em Santos, neste mesmo dia, o FSD publicou um comunicado assinado por diversos dirigentes sindicais, no qual expressava o desejo de lutar pela manutenção da ordem constitucional e conclamava o "povo de Santos" a manter-se "vigilante e intransigente na preservação da legalidade democrática". Alertava, ainda, que os trabalhadores estavam dispostos a "se levantarem como um só homem, deflagrando, então, uma greve geral pela qual seriam paralisadas, imediatamente, todas as atividades"²⁹.

Porém, a deflagração da greve não parecia ser assim tão simples, esbarrando nos opositores ao movimento - janistas, em grande parte. Segundo um articulista do jornal "A Tribuna", "Jânio, que já se preparava para deixar o país, mandou Oswaldo Martins e Expedito Guedes, então presidente do FSD, evitarem a greve"³⁰. No dia 29 de agosto, o FSD estava reunido para discutir e deliberar a respeito da paralisação³¹. O ambiente era

"um tanto agitado, pois a direção da assembléia, atendendo a pedido de diversos dos presentes, consentiu que os trabalhadores que se encontravam fora do plenário tivessem acesso ao mesmo. O fato fez com que diversos oradores contrários à greve fossem vaiados e taxados de 'pelegos', criando ambiente de confusão".

A ordem no plenário não foi restabelecida e o presidente do FSD retirou-se do recinto, declarando-se demitido do cargo. O vice-presidente da entidade foi empossado presidente, mas teve a mesma sorte do anterior: não convenceu praticamente ninguém acerca dos "perigos da greve".

As bases presentes no plenário estavam mesmo decididas a engrossar a pressão sobre a direção refratária do FSD. No dia seguinte, em

²⁷ ALEXANDRINO, C., op. cit., p. 9.

²⁸ DELGADO, Lucília de Almeida N. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 183.

²⁹ FSD, "A Tribuna", 26.8.61.

³⁰ "A Tribuna", 8.7.62.

³¹ "A Tribuna", 29.8.61.

nova assembleia, foi declarada a paralisação pelos portuários, estivadores, panificadores, comerciários, empregados dos transportes coletivos, operários da Refinaria Presidente Bernardes e das empresas petroquímicas de Cubatão³². Por outro lado, cerca de 30 dirigentes sindicais recusaram-se a apoiar o movimento³³. Esta divisão no seio do movimento sindical, a repressão e a vigilância que se abateram sobre a cidade resultaram no malogro da greve. Santos sofreu ocupação militar até a sucessão presidencial, sendo detidos diversos dirigentes sindicais³⁴. Somente paralisaram integralmente os petroquímicos da Refinaria Presidente Bernardes e os ferroviários da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. O movimento foi parcial na faixa do cais, vigiado pelo exército e pela Marinha, "sendo os pontos de reunião dos trabalhadores fortemente policiados, evitando-se, dessa forma, a ação dos piquetes"; diversos trabalhadores foram presos por força da presença de investigadores do DOPS.

A diretoria demissionária do FSD não escondeu sua satisfação quanto ao resultado da greve. Ao contrário, publicou uma nota afirmando que os propósitos da paralisação "se esfacelaram ante as barreiras do bom senso. Não houve greve"³⁵.

Porém, pelo menos os portuários pareciam não partilhar deste bom senso. A nível nacional, desde o dia 30 a mobilização pela legalidade experimentava consideráveis avanços. O Comando Geral de Greve exerceu um grande controle sobre o movimento e, sobretudo, através de sua atuação, no dia 2 de setembro entraram em greve portuários e estivadores de todo o país, num total de 300 mil trabalhadores paralisados. Somente no dia 7 eles voltaram ao serviço, comemorando a vitória obtida com a posse de Jango, ainda que sob a reforma constitucional que instituiu o parlamentarismo³⁶.

Do ponto de vista do movimento operário e sindical, a "greve da legalidade" significou importantes avanços. Primeiro, conforme veremos, esta mobilização política resultou na garantia das liberdades

³² "A Noite" (RJ), 30.8.61.

³³ Ao povo de Santos. A todos os trabalhadores. "A Tribuna", 29.5.61.

³⁴ "Correio Paulistano", 30.8.61.

³⁵ "A Tribuna", 30.8.61.

³⁶ DELGADO, L., op. cit., p. 184.

sindicais e num maior ascenso da luta operária por melhores condições de vida e de trabalho. Segundo, em diversos pontos do país, os grupos mais conservadores do movimento sindical sofreram um visível enfraquecimento, abrindo espaços para a atuação dos comunistas e da "esquerda" petebista. Ressalte-se aí o Comando Geral da Greve, órgão embrionário do CGT.

Em Santos, apesar da irreparável ação dos janistas na "greve da legalidade", o Forum Sindical de Debates passou por um profundo redimensionamento, a começar por sua nova composição, que teve como presidente o dirigente sindical dos petroquímicos, o comunista Geraldo Silvino. Segundo um doqueiro, esta composição assinalava também uma diretoria constituída "em sua maioria, por elementos do porto, e não mais por aquela direção que foi traidora nas diversas classes que representavam".

Assim, os sindicalistas portuários passaram a ter certa hegemonia no movimento sindical santista, o que se observa não apenas no caso do FSD, mas ainda a partir de outra "entidade de cúpula", a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (USOMS). Ao lado do Forum, este órgão desempenharia um importante papel nas lutas locais de praticamente todas as categorias da cidade. Sua primeira grande iniciativa e mobilização foi a greve geral de maio de 1962 em solidariedade aos petroquímicos de Cubatão, sob a bandeira da unidade e do nacionalismo.

Greve em Solidariedade aos Petroquímicos.

"Nem as folhas das árvores se mexeram".

A USOMS foi criada em abril de 1962 com o objetivo de

"promover a confraternização de todos os trabalhadores do porto, debater e procurar solução de todos os problemas dessas categorias, quer sejam em relação à Legislação Trabalhista, Convenções Coletivas de Trabalho, Comissão de Marinha Mercante e da Previdência Social, bem como colaboração com os poderes públicos, nos problemas que dizem respeito ao interesse nacional, sem envolvimento de política partidária ou credo religioso"³⁷.

Apesar de tratar-se de uma entidade cujo princípio primordial era o da unidade entre os portuários santistas, sua primeira atuação de maior relevo ultrapassou este "limite" e deu prosseguimento à política de solidariedade entre os trabalhadores da cidade de Santos.

37 "Folha de São Paulo", 13.4.62.

Em abril de 1962, os petroquímicos de Cubatão paralisaram suas atividades³⁸. Embora o órgão máximo do sindicalismo santista fosse o FSD, a primeira organização a decidir um movimento de solidariedade foi a recém-fundada USOMS, decretando uma greve geral de 24 horas entre os portuários a partir da zero hora do dia 8 de maio. O Forum Sindical de Debates, por sua vez, ratificou esta decisão, esclarecendo que o movimento ultrapassava a pressão pelas conquistas dos direitos dos petroquímicos. Estava aí em questão o tema do nacionalismo, tão caro aos novos dirigentes do FSD. Em manifesto divulgado na imprensa, a entidade sublinhou que a greve era também um protesto

"contra a entrega das indústrias petroquímicas à exploração de empresas estrangeiras que espoliam a economia do nosso país. E, portanto, o marco inicial de infatigável campanha popular pela encampação dessas empresas, que deverão se submeter ao controle estatal, através da própria Petrobrás"³⁹.

Antes de dar início ao movimento, porém, era preciso ouvir cada uma das categorias reunidas em seus respectivos sindicatos. No SOSPS foi convocada uma assembléia para deliberar sobre o assunto⁴⁰ e, no dia 7 de maio, os doqueiros deliberaram entrar em greve, escolhendo "os companheiros presentes para servir de piquete"⁴¹.

O movimento foi unânime na cidade: "nem as folhas das árvores se mexeram" (depoimento de Domingos Garcia, ex-presidente do SES). O então petroquímico e presidente do FSD, Geraldo Silvino, narra a paralisação com grande senso de humor:

"a greve geral, ela chegou a tal auge que não funcionou bonde, nem taxi; as prostitutas desta cidade, que eram bastante e organizadas (...), elas resolveram: 'enquanto não terminar a greve, nós não vamos fazer é... sexo com ninguém' [risos]. E quanto marinheiro (...) estrangeiro não saiu daqui a ver navios! [risos].

³⁸ Eles reivindicavam: sábado livre para as turnas de administração e manutenção; adicional por insalubridade e periculosidade; pagamento dos feriados em dobro. "Folha de São Paulo", 26.4.62.

³⁹ Aos trabalhadores e ao povo de Santos. Greve Geral de 24 horas. "A Tribuna", 5.5.62.

⁴⁰ SOSPS. AGE, 29.4.62.

⁴¹ SOSPS. AGE, 7.5.62.

"Então, eu guardo na minha cabeça um fato impressionante. Os funcionários municipais participaram desta greve. Caso inédito na cidade e, como a coisa chegou a tal ponto, que os funcionários do cemitério decidiram que não se enterrava ninguém sem ordem do Fórum Sindical. (...) E tal foi a minha situação! Chega lá um pai, chorando: 'Senhor Silvino, pelo amor de Deus, o meu filho tem que ser enterrado agora'. E eu fiquei entre aquele negócio de classe e tal, mas pesou o sentimento do homem e eu disse: 'vai, vai lá (meti um bilhetezinho), vai lá que o pessoal enterra'. Foi enterrado"⁴².

Em comemoração a todas as reivindicações terem sido atendidas⁴³, no dia seguinte os trabalhadores realizaram uma "passeata-monstro" pelas ruas centrais da cidade⁴⁴. Do mesmo modo, a greve foi lida como um avanço da bandeira nacionalista, uma vez que um dos objetivos do movimento era atingir o poder das empresas multinacionais petroquímicas.

O fortalecimento deste setor evidencia-se mais uma vez na famosa "greve por um gabinete democrático e nacionalista".

"Greve por um Gabinete Nacionalista e Democrático"

"A cidade de Santos encontra-se praticamente às moscas".

Em julho de 1962 o gabinete parlamentar de Jango renunciou. Santhiago Dantas, favorável às reformas de base, foi indicado para ocupar a pasta de Primeiro Ministro, mas o Congresso Nacional vetou seu nome e apresentou Auro de Moura Andrade, anti-reformista e segunda escolha de Goulart. Contudo, este não se decidiu por uma solução de compromisso, rejeitando qualquer indicação que se traduzisse em obstáculo ao seu programa de reformas. Ao lado disso, o movimento sindical preparava uma greve geral contra a indicação do Congresso. Diante desta pressão e da postura inflexível do presidente, Auro renunciou antes mesmo da greve anunciada para o dia 5 de julho.

Goulart interpretou esse momento como uma vitória, dispensando a necessidade da greve. Passou, então, a apelar aos líderes sindicais no sentido de fazerem parar a preparação do movimento grevista; todavia, o movimento sindical revelaria sua independência ao recusar os insistentes apelos dos emissários do presidente que se incumbiram de levar sua mensagem aos organizadores do movimento. E o que se pode perceber da resposta do presidente do CNTI e líder da "máquina grevista", Danti,

⁴² MEMÓRIA Sindical da Baixada Santista, op. cit.

⁴³ "Diário de Notícias", 9.5.62.

⁴⁴ "A Tribuna", 10.5.62.

Palacani: "nós estamos do lado do Presidente João Goulart, mas não sob o seu comando. Se não fizermos a greve, ficaremos desmoralizados"⁴⁵.

Por determinação da CNTI e do FUA, o Forum Sindical de Debates preparou uma greve geral em Santos, programada para 5 de julho, em favor de um "gabinete democrático e nacionalista" que lutasse pela efetivação das reformas de base⁴⁶. No dia 4, no SOESP, "quartel general" do movimento, o FSD reuniu-se e deliberou pela paralisação geral da Baixada Santista. Mas nem todos os dirigentes sindicais compareceram; tratava-se, basicamente, da mesma oposição entre "janguistas" e "janistas"⁴⁷; sem consultar as respectivas categorias, os "janistas" resolveram tomar a decisão de desligar seus sindicatos do FSD. O presidente do SES foi a público declarar: que,

"como é notório, o SES, como outros vários que se encontram filiados aos órgãos em apreço (FSD), notando que o mesmo não vinha satisfazendo os reais interesses dos trabalhadores e do povo em geral, até mesmo colocando em jogo altamente perigoso a integridade destes, resolveram assim se desligar"⁴⁸.

Esta decisão unilateral foi logo ultrapassada pelos acontecimentos e pelos próprios trabalhadores. É o que se depreende, por exemplo, do movimento dos estivadores que, em outubro, depôs o presidente do sindicato, Raimundo Vasconcelos, em uma agitada assembleia à qual compareceram cerca de mil estivadores. Vasconcelos escondeu-se em um hospital, "dando ao fato um aspecto caricatural", enquanto os nacionalistas voltavam à direção do SES⁴⁹.

E, ao contrário da paralisação em torno da crise da sucessão presidencial, desta vez a greve geral em Santos foi coroada de êxito. O jornal "Correio Paulistano" fornece-nos uma imagem do clima da cidade:

"Pela segunda vez, neste ano, esta cidade assiste a uma greve geral rara nos anais de sua história.

"No momento em que redigimos estas linhas, a cidade de Santos encontra-se praticamente às moscas, sem bonde e ônibus, e até mesmo sem o serviço de taxis, cujos motoristas resolveram cessar as suas atividades por falta de garantias. As indústrias não funcionaram no dia de hoje, por medida de segurança. O comércio de um modo geral, cerrou as portas. Nem mesmo restaurantes e bares, no centro comercial, estiveram em atividade. Segundo consta-

⁴⁵ ERICKSON, K., op. cit., p. 153.

⁴⁶ "A Tribuna", 4.7.62.

⁴⁷ "A Tribuna", 5.7.62.

⁴⁸ Comunicado de Raimundo Vasconcelos. "A Tribuna", 5.8.62, apud SARTI, I., op. cit., pp. 133-4.

⁴⁹ IBID, p. 134.

amos, apenas algumas casas de pasto, em número bastante reduzido, no bairro do Gonzaga e no Macuco, ofereciam pequenos lanches a visitantes e turistas. Ainda hoje à tarde, os cinemas estavam ameaçados de não realizarem as suas costumeiras sessões vespertinas, visto que piquetes grevistas estavam em ação, a toda força impedindo o seu funcionamento. Os estudantes aderiram ao movimento grevista, não funcionando as escolas"⁸⁰.

O porto de Santos "ficou completamente deserto, vendo-se apenas a guarda policial da Cia. Docas"⁸¹. No resto do país como um todo, a paralisação atingiu sobremaneira os setores dos transportes. A greve foi considerada um sucesso.

Seu resultado político de mais longo alcance foi fazer com que o Congresso, uma vez pressionado, aprovasse a constituição de um gabinete favorável as reformas de base, sendo escolhido ministro do Trabalho Hermes de Lima, com a aprovação das lideranças sindicais. No terreno das reivindicações trabalhistas, a luta resultou, em julho mesmo, na assinatura da lei que instituiu o 13o. salário. Quanto ao movimento sindical, o CGG, que comandou também esta greve, viria a tornar-se em agosto o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) -- decisão do IV Encontro Sindical Nacional⁸². Assim, a ala democrática e nacionalista do movimento sindical consolidou-se.

Em Santos, outra greve de solidariedade confirma tal consolidação que sepultou qualquer tentativa dos grupos conservadores virem a exercer a hegemonia do movimento sindical na Baixada Santista. Todavia, a força do Fórum Sindical de Debates começaria a pagar um enorme preço, tendo de enfrentar uma acirrada oposição por parte de diversos setores da sociedade que procuravam indispor a opinião pública contra a política de radicalização da entidade. A greve pela mudança do gabinete parlamentar não teve apenas um resultado glorioso e diversas vozes se levantaram contra o FSD: inúmeros vereadores, membros das fileiras conservadoras da Igreja Católica, Associação Comercial de Santos, dirigentes do Movimento Sindical Democrático e imprensa. Os ataques destes grupos far-se-ão sentir de maneira mais contundente na greve de solidariedade de setembro de 1962.

⁸⁰ "Correio Paulistano", 6.7.62.

⁸¹ "Correio da Manhã", 6.7.62.

⁸² DELGADO, L., op. cit. p. 189.

Greve de Solidariedade aos Trabalhadores da SMTC

Em setembro de 1962 foi a vez dos trabalhadores em carris urbanos do SMTC ("Sistema Municipal de Transportes Coletivos") entrarem em greve por melhorias salariais. O FSD e a USOMS tomaram a dianteira após reunião realizada na sede do sindicato dos operários das Docas, e convocaram para o dia 12 outra greve geral de solidariedade. O objetivo não era apenas a conquista das reivindicações dos trabalhadores da empresa, mas também o controle da alta dos preços, que seria agravado pelo próprio Prefeito Municipal na medida em que pretendia aumentar as tarifas dos transportes coletivos, "a pretexto de que só assim poderia atender o reajuste salarial pleiteado pelos trabalhadores"⁵³.

No dia 12, data para a qual estava marcada a greve, os trabalhadores da SMTC resolveram aceitar a proposta da Prefeitura. Mas qual a surpresa quando diversos dirigentes sindicais dirigiram-se à Prefeitura para anunciar a resolução tomada por aqueles trabalhadores, que foram

"surpreendidos pela fuga do Prefeito e pelo cerco policial pelo mesmo solicitado para o Paço Municipal, sob a calúnia de que a Prefeitura estava sendo invadida pelos trabalhadores"⁵⁴.

Em suma, doze líderes sindicais foram presos, entre os quais Manuel de Almeida. Assim, um movimento em vias de solução e sem necessidade de greve, redundou novamente na paralisação quase total da cidade de Santos, inteiramente tomada por contingentes policiais⁵⁵. A "pareda" estendeu-se por cinco longos dias. Segundo o jornal "A Tribuna", permaneceram atracados no cais 65 navios, resultando em prejuízo de 1.500 dólares por embarcação⁵⁶.

No dia 18 foram atendidas todas as reivindicações do pessoal da SMTC e libertados os dirigentes sindicais detidos. O FSD e a USOMS divulgaram um manifesto de felicitação, no qual declararam que

⁵³ Desde o dia 10 prosseguiram as assembléias permanentes nos diversos sindicatos de Santos. Aos trabalhadores e ao Povo da Baixada Santista. "A Tribuna", 11.9.62. O movimento revestia-se ainda pela bandeira nacionalista, pois o FSD propôs como solução a encampação da "City", empresa estrangeira que fornecia energia elétrica ao SMTC, ou a utilização de combustível fornecido diretamente pela Petrobrás.

⁵⁴ Aos Trabalhadores e ao Povo da Baixada Santista. "A Tribuna", 12.9.62.

⁵⁵ Apenas os ensacadores, arrumadores, comerciários, bancários e empregados em armazéns "não tomaram conhecimento da greve e continuaram trabalhando normalmente". "O Diário", 14.9.62.

⁵⁶ "A Tribuna", 18.9.62.

"a unidade de todos nós, a solidariedade ao pessoal do SMTG, aos líderes ameaçados e entre as diversas categorias profissionais foram os fatores decisivos da vitória. Demonstraram que unidos somos invencíveis, coesos ninguém nos derrota - nem 'brucutus', nem arbitrariedades de policiais, nem manobras traiçoeiras de renegados.

O documento dava vivas tanto ao êxito do movimento quanto denunciava os "traidores" que teriam feito de tudo para malograr a unidade e a solidariedade manifestas.

"A greve revelou, na prática, quais os adversários dos trabalhadores. Mostrou o papel intrigante e divisionista da corja agrupada em torno do Movimento Sindical Democrático e do Movimento de Orientação Sindicalista, cuja função principal é entregar os operários aos seus inimigos"⁵⁷.

Esta denúncia tem, ao mesmo tempo, a clara intenção de marcar mais uma derrota dos grupos sindicais conservadores.

Importa destacar aqui que a consolidação dos nacionalistas nesta luta foi duplicada por uma "coincidência". Quando a paralisação estava em pleno desenvolvimento, no dia 14 o CGT decretou uma greve geral "pelo plebiscito", que teve como corolário a volta do regime presidencialista em 1963⁵⁸. Tal como no movimento de julho, Jango pediu a não deflagração da paralisação, mas as lideranças sindicais não o atenderam. No dia 15, vários estados e diversas categorias de trabalhadores cessaram suas atividades. A cidade de Santos já estava quase inteiramente parada em razão da greve contra a detenção dos dirigentes sindicais e em solidariedade aos trabalhadores em carris urbanos. Assim, esta greve ganhou uma dupla personalidade porque se atrelado à bandeira do plebiscito⁵⁹.

A volta do país ao regime presidencialista, porém, não lhe traria a tranquilidade desejada pelas forças nacionalistas; ao contrário, o "apoio com independência" ao governo, manifestado por tais forças em 1963, não esbarraria numa falta de coincidência de propósitos entre elas e suas bases? Trata-se de uma hipótese mais geral que pode ser "testada" na especificidade desta pesquisa em torno dos doqueiros de

⁵⁷ Ao Povo da Baixada Santista! Aos trabalhadores! "O Diário", 18.9.62.

⁵⁸ Após o movimento 5 de julho, Brochado da Rocha foi escolhido para chefe do gabinete parlamentar, mas sua gestão durou apenas cerca de dois meses. "A impossibilidade de se levar à frente o programa das reformas de base acaba por provocar uma grande mobilização popular em torno da bandeira do plebiscito que decidiria pela volta ou não ao presidencialismo", considerado como o único caminho que poderia conduzir à realização das reformas estruturais. Ver DELGADO, L., op. cit., pp. 191-4.

⁵⁹ A nível nacional, apesar desta paralisação não ter sido tão espetacular quanto a do gabinete parlamentar, o Congresso aprovou a lei que convocava o plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963.

Santos. Assim, incluo aqui a luta da categoria pelo 14o. salário; talvez ela se enquadrasse melhor na seção seguinte deste capítulo onde tratarei das reivindicações específicas dos operários da CDS, mas parece-me bastante apropriado tratá-la aqui pelas seguintes razões: que relação podemos estabelecer entre ela e as "injunções políticas" da conjuntura pós-plebiscito? Ou em que medida as tensões entre lideranças e bases afetaram o quadro de aproximação entre o sindicalismo nacionalista e o governo? Embora a greve pelo 14o. salário tenha sido restrita ao porto de Santos, ela apresenta profundas ressonâncias no interior destas questões, sobretudo porque colocou em questão a política de distanciamento de Jango em relação às lideranças sindicais durante 1963.

A Greve pelo 14o. Salário na Volta ao Presidencialismo.

Vimos que logo após a greve pelo "gabinete democrático e nacionalista", João Goulart concedeu aos trabalhadores o 13o. salário. Os operários da CDS, todavia, interpretaram ser merecedores de um 14o. salário porque, em primeiro lugar, a CDS já vinha pagando a gratificação de Natal; em segundo, perguntou um doqueiro: "não é possível [recebermos] dois salários para esses que trabalham não os 365 dias do ano, [mas] devido aos extras, 730 dias?" Contudo, era dezembro e o país estava às vésperas da realização do plebiscito. Assim, Manuel de Almeida advertiu: "aconselho os senhores a não fazerem greve, a situação não é propícia. Tomem cuidado". Sugeriu, então, que a reivindicação fosse adiada para depois do referendo popular. "Aprovada a proposta"⁶⁰.

Em janeiro de 1963, quando os doqueiros se declararam em assembléia permanente a fim de obterem determinadas reivindicações, ouvimos novamente um argumento semelhante de Almeida; segundo ele, não foi decretado qualquer movimento grevista, alertando que "seria imprudente dadas as injunções políticas do momento"⁶¹.

Após o plebiscito e o retorno ao presidencialismo, a questão do 14o. salário não foi esquecida e voltou novamente à tona através de um processo na Justiça do Trabalho que ultrapassava os apelos de "perigo" da direção do SOSP6 que mantinha a mesma posição moderada anterior. Em

⁶⁰ SOSP6. AGE, 27.12.62.

⁶¹ "Folha de São Paulo", 25.1.63.

julho, o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho determinou à CDS a obrigatoriedade de pagar aos seus empregados a Gratificação Anual; os trabalhadores deram-lhe o prazo de um mês para cumprir tal determinação, mas a empresa não aceitou fechar qualquer acordo, negando-se terminantemente a efetuar o pagamento do abono de Natal referente a 1962.

Os trabalhadores, reunidos em assembléia, mostravam-se dispostos à paralisação dos serviços; entre outros dirigentes sindicais, Manuel de Almeida ponderou pela não deflagração do movimento, utilizando-se de três argumentos: aguardar o desfecho do caso no Judiciário, não dar "armas para os inimigos que de uns tempos a esta parte, vêm acusando-os de tudo o que de mal se registra no porto" e evitar o agravamento das tensões político-institucionais do país. Contudo, estas cuidadosas considerações do intempestivo e "popular" Manuel de Almeida não demonstraram os propósitos do plenário: 1.125 contra apenas 202 associados decidiram-se pela paralisação imediata dos trabalhos no porto⁶².

No dia seguinte, 19 de agosto, o cais encontrava-se totalmente deserto. O movimento contou com 14 mil grevistas entre operários, empregados de administração, marítimos e motoristas de caminhão; face à sincronização do trabalho portuário, as demais 17 categorias profissionais estavam impossibilitadas de realizar qualquer operação. De qualquer forma, manifestarem-se em solidariedade aos grevistas. Ao todo, durante os dois dias de greve, 102 embarcações mantiveram-se em completa inatividade; além das mercadorias, da aparelhagem portuária e dos navios, o cais contava apenas com a presença de tropas da Força Pública e investigadores do DOPS⁶³.

Mal havia sido iniciada a greve, os dirigentes sindicais, que, a princípio, lhe eram contrários, declararam sua "disposição de luta em defesa dos sagrados direitos dos trabalhadores"⁶⁴. No segundo dia de paralisação, foi preso o 2o. secretário do SEAGPS que se encontrava num setor do cais tentando convencer membros da vigilância da CDS a aderirem ao movimento; ao sair do local, foi detido nas imediações do cais e enviado às dependências do DOPS. A noite a direção do FSD reu-

⁶² "A Tribuna", 20.8.63 e "Folha de São Paulo", 20.8.63.

⁶³ As notícias na imprensa eram alarmantes: perspectiva de falta de gasolina, 45 mil cachos de bananas começavam a apodrecer, deixaram de ser embarcadas 80 mil sacos de café, 60 mil caixas de laranja, milhares de fardos de algodão, milho, carne congelada, 135.000 toneladas de trigo, totalizando um prejuízo de mais de Cr\$ 2 bilhões. "O Estado de São Paulo", 20.8.63; "Jornal do Brasil", 21.8.63.

⁶⁴ Aos Trabalhadores e ao Povo. "A Tribuna", 20.8.63.

niu-se, declarando-se em assembléia permanente e pronta para decretar um greve geral em protesto contra as "arbitrariedades policiais"⁶⁵. Enquanto isso, uma numerosa caravana de dirigentes sindicais seguiu para o "São Bernardo Tênis Clube" (São Bernardo do Campo) onde João Goulart participava de um banquete. Durante cerca de 45 minutos, o presidente foi informado acerca da situação do movimento e, sobretudo, da atitude policial contra as liberdades sindicais (prisões e fechamentos dos espaços de reunião dos trabalhadores). Jango entrevistou imediatamente no caso, chamando à sua presença o general Fery Bevilacqua, comandante do II Exército e ordenou-lhe que tomasse as providências necessárias para garantir aos grevistas o direito de se reunirem em sua sede. Aquela autoridade militar determinou que o próprio exército desse proteção às reuniões dos trabalhadores⁶⁶; em troca, o presidente fez um apelo aos dirigentes sindicais no sentido de suspenderem a greve, alegando que as atividades do porto refletiam-se diretamente na vida econômica do país⁶⁷.

A aceitação de retorno ao trabalho, no entanto, ocorreu apenas após a assinatura do acordo firmado com as autoridades ministeriais: a Cia. Docas ficava obrigada, entre outros pontos, a conceder uma bonificação salarial de 1/12 da remuneração total do mês de dezembro, férias de 30 dias, pagamento dos dias de greve e não punição aos grevistas⁶⁸.

Em assembléia, cinco mil trabalhadores aceitaram este acordo e depois "aplaudiram demoradamente" o presidente da República, o ministro da Viação e do Exército, que colocou um major de plantão durante todo o tempo da greve no sindicato dos operários das Docas; "em regozijo pela vitória alcançada", organizaram uma passeata pelas ruas da cidade⁶⁹.

Esta greve demonstra antes de mais nada o trapézio no qual se encontrava Jango e seu governo. A campanha pelo "não" ao parlamentarismo representava o caminho e a esperança à concretização das reformas es-

⁶⁵ "A Tribuna", 21.8.63.

⁶⁶ "Folha de São Paulo", 21.8.63.

⁶⁷ "Jornal do Brasil", 21.8.63.

⁶⁸ "Correio da Manhã", 21.8.63.

⁶⁹ "A Tribuna", 22.8.63 e "Diário de São Paulo", 22.8.63.

estruturais. Contudo, uma vasta literatura mostrou que o presidencialismo não se constituiu numa condição suficiente para que as crises que o país vivia fossem debeladas. Ao contrário, em 1963, os problemas - sobretudo de caráter institucional -, aprofundaram-se de maneira bastante acentuada, aumentando a insatisfação conservadora à crescente "mobilização das massas". Uma das estratégias de Jango foi pretender ampliar a força dos setores mais moderados do movimento sindical, em visível oposição à "esquerda negativa". A partir daí, Goulart e o PSD abriram mão das reformas de base. Até 1964 observa-se um relativo afastamento entre o governo e os sindicatos mais organizados e combativos; ao mesmo tempo, o movimento sindical passou a mostrar-se cada vez mais independente - atestam-no, por exemplo, as contínuas investidas contra o famigerado "Plano Trienal" e contra as pretensões de Jango em decretar, no final de 1963, o indesejável Estado de Sítio, rechaçado à esquerda e à direita. Mas como observamos no caso do SOSPS, manifestações de independência, dadas as "injunções políticas do momento" não significavam ausência de cautelas.

A greve pelo 140. salário revela a necessidade de Jango demonstrar distanciamento em relação aos movimentos sociais mais agressivos, dado que, neste segundo semestre, a carranca das "forças golpistas" era indistigível, atribuindo a Goulart a responsabilidade pelo "caos" instaurado pela chamada "república sindicalista" que supostamente se pretendia instalar no país. Quando desta greve, podemos ler em um editorial da "Folha de São Paulo" que

"as autoridades se mostram dispostas a todas as concessões, em face das exigências dos promotores do movimento, que se tornam mais insistentes à medida que o governo federal se revela mais cordato e até humilde"⁷⁰.

Por outro lado (e daí acusações como esta), Jango interviu positivamente quanto aos apelos dos dirigentes sindicais que foram incomodá-lo em seu banquete; por seu intermédio, o Exército, detentor de temíveis "brucutus", dividido entre "nacionalistas" e "entreguistas" e cada vez mais intransigente com os movimentos grevistas, garantiu a liberdade de assembleia dos grevistas; as autoridades ministeriais (não sei se cordatas ou humildes) quebraram a intransigência da CDS ao forçá-la a cumprir as determinações da Justiça do Trabalho. Assim, donqueiros e lideranças sindicais manifestaram novamente gratidão para com o governo federal, na pessoa de Goulart. Se o silêncio do presi-

⁷⁰ "Folha de São Paulo", 21.8.63.

dente quanto às reformas de base irritava os meios sindicais, seus pronunciamentos em favor dos direitos consagrados dos trabalhadores serviam como uma espécie de contrapeso.

Mas até quando seriam possíveis tais exibicionismos no trapézio? Tinha limites a "tolerância" do governo e do exército em relação às inúmeras greves na Baixada Santista? Até que ponto a radicalização operária era uma resultante da tão decantada "interesseira proteção" do presidente? Os "sinais de perigo" das lideranças sindicais e do governo eram observados pelos trabalhadores de Santos durante os estertores do chamado "regime populista"? A crise nacional era um motivo suficiente para impedir a deflagração de outros movimentos comparáveis com as "jornadas" de 1962? Em uma palavra: o apoio ao regime constitucional faria calar uma última e mais dramática demonstração de solidariedade?

A Greve em Solidariedade aos Enfermeiros da Santa Casa

Embora este trabalho esteja fundamentalmente voltado para o estudo dos operários das Docas, não há como não nos determos mais detalhadamente nos explosivos acontecimentos de uma das lutas mais extraordinárias de todo o movimento operário deste conturbado período da política brasileira: a greve geral em solidariedade aos enfermeiros da Santa Casa de Santos, em setembro de 1963. Este movimento não se reveste apenas de uma aura legendária, mas também representa um momento que sela o "destino" do movimento operário na Baixada Santista, bem como repercute de forma marcante em toda a vida política do país. Trata-se de um episódio que acelera o processo de instabilidade institucional do governo, uma radiografia das tensões existentes na época. O pólo dos conflitos encontra-se no embate entre trabalhadores e militares. Esta greve traz definitivamente a público este confronto. Podemos afirmar que os quatro dias de paralisação da cidade de Santos em setembro foi um dos fortes elementos que contribuíram para a precipitação do golpe militar.

É curioso observarmos o fato de que, a menos de duas semanas da greve, o líder ferroviário e representante do CGT, Rafael Martinelli, em um comício comemorativo à morte de Vargas, advertiu seu companheiro de palanque, João Boulart, que as greves se tornariam cada vez mais

intensas e generalizadas enquanto não fossem realizadas as reformas de base⁷¹. Coincidência ou não, dias depois estourou a greve de 1.200 enfermeiros e funcionários dos hospitais de Santos, transformada em greve geral de solidariedade.

De acordo com um manifesto do FSD e da USOMS, apenas a Santa Casa desrespeitou os direitos dos enfermeiros, negando-lhes o salário profissional e o pagamento por insalubridade. Aquelas entidades decidiram deflagrar no dia 2 de dezembro uma paralisação geral na Baixada Santista, sob a alegação de que a intransigência do hospital abriria um precedente no sentido de que "todo e qualquer armador, comerciante ou industrial, julgar-se-á no direito de também passar a desrespeitar a lei e os direitos adquiridos dos trabalhadores"⁷².

A greve foi praticamente geral, paralisando todas as principais categorias de trabalhadores da cidade⁷³. Quando os sindicalistas e uma grande concentração de trabalhadores estavam reunidos na sede do SOSPS e do SEASPS para discutirem sobre o movimento, a polícia, a mando do governador de São Paulo Adhemar de Barros (que, aliás, há muito vinha fazendo cerrada campanha na imprensa sobretudo contra o FSD), usou de métodos violentos ao prender cerca de 200 pessoas, entre os quais diversos dirigentes de sindicatos, e ao cercar os pontos de reunião dos grevistas⁷⁴.

O Secretário da Segurança Pública, tendo em vista a atitude assumida pelos coveiros e funcionários da limpeza pública que se recusavam a sepultar os mortos e a coletar o lixo, iniciou entendimentos para deter o prefeito de Santos, José Gomes, considerado um dos principais insufladores da greve.

Logo depois das prisões, o CGT e o PUA lançaram a ameaça de uma greve geral no país inteiro contra a violência aos grevistas. Paralelamente, líderes militares advertiram Jango de que não teriam qualquer tolerância com a greve, ameaçando recrudescer a repressão. O general Pery Bevillacqua, que na greve pelo 14o. salário havia dado cobertura à liberdade de reunião aos grevistas, pronunciou-se agora contra o

⁷¹ ERICKSON, K., op. cit., , p. 171.

⁷² As autoridades, trabalhadores da Baixada Santista e ao povo em geral. "A Tribuna", 3.9.63.

⁷³ "Folha de São Paulo", 3.9.63.

⁷⁴ "A Tribuna", 3.9.63.

"inominável FSD" e declarou sua posição favorável a uma intervenção militar. Estava selado o fim do "dispositivo sindical-militar"⁷⁵.

O governador de São Paulo saudou estes pronunciamentos, de modo a conseguir levar a termo suas táticas de provocação; para Amad Costa, Adhemar talvez previsse que a violência levaria a ameaça de greve geral à sua efetiva realização, o que não seria aceito pelas Forças Armadas, fazendo com que o governo adotasse medidas mais drásticas contra os grevistas. Tal situação criaria um clima de desentendimento e confronto entre as lideranças sindicais e Jango⁷⁶.

Diante destas pressões, no terceiro dia da greve, o presidente da República resolveu intervir pacificamente, enviando a Santos o ministro do Trabalho, Amauri Silva. Quando a greve parecia apontar para uma definitiva e pacífica solução, Adhemar determinou à polícia política a prisão do presidente do sindicato dos têxteis, destruindo as possibilidades do entendimento e o FSD deu continuidade à greve, contando com a adesão de outras categorias profissionais da cidade.

Neste momento, o ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, enviou a Santos o chefe do Estado-Maior do II Exército com o objetivo de pôr fim ao movimento, nem que fosse necessário o uso da violência. O ministro ainda exortou Jango a dar uma demonstração de energia imediata⁷⁷.

O general do II Exército conseguiu finalmente convencer as lideranças sindicais a se decidirem pelo término da greve. No dia seguinte, o FSD e a USOMB publicaram um comunicado no qual consideravam vitorioso o movimento. Além disso, o CGT e o PUA resolveram não deflagrar a greve geral no país a fim de evitar o confronto com os militares.

Em cadeia de rádio e televisão, o ministro Amauri Silva acusou os propósitos provocativos de Adhemar de Barros que teria a clara inten-

⁷⁵ A hierarquia militar aumentou o cerco sobre o CGT e o movimento sindical sobretudo após o comício dos sargentos, em maio, quando estreitaram-se os laços entre os sindicalistas e os sargentos radicais. ERICKSON, K., op. cit., p. 172.

⁷⁶ COSTA, Amad. O CGT e as lutas sindicais brasileiras: 1960-1964. São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981, p. 115. Como observou Erickson, Adhemar e Lacerda "tentaram transformar greves políticas em agitação trabalhista da qual pudessem tirar proveito. Assim, obstruíam negociações e soluções pacíficas. Aumentando as possibilidades de desordem, pretendiam intimidar o centro e a esquerda, afastando-os, depois, do presidente". IDEM, p. 171. Observe-se que a ordem repressiva de Adhemar ocorreu exatamente quando o ministro do Trabalho procurava negociar uma solução com os grevistas.

⁷⁷ "A Tribuna", 4.9.63.

ção de ampliar os efeitos da greve para conturbar o quadro político nacional⁷⁸; e segundo o FSD, Adhemar pretendia "um banho de sangue em Santos, através da chamada 'Operação Alvorada', com o que se criariam as condições para o golpe de direita que deporá o presidente João Goulart e instauraria um governo fascista"⁷⁹.

Segundo Erickson, a posição de Jango foi de desencorajamento dos líderes sindicais mais agressivos, cujo propósito era de abandoná-los, o que seria confirmado pela greve de solidariedade aos enfermeiros. Ele parecia bastante sensível às pressões dos militares e de seus opositores; prova disso é que, dois dias após o envio de tropas a Santos, o presidente pronunciou um discurso cujo tom era de visível moderação, merecendo inclusive menções elogiosas por parte de jornais como "O Globo" e "Jornal do Brasil". Jango pretendia ainda que os trabalhadores acionassem suas reivindicações através da Justiça do Trabalho, de modo a facilitar as relações com os empregadores e evitar as provocações dos militares⁸⁰. Estes, portanto, mostravam-se intransigentes em relação a todo tipo de movimento grevista. Poucos dias depois da paralisação em solidariedade aos enfermeiros, o general Belilacqua divulgou uma Nota de Instrução para ser lida em todos os quartéis, declarando que

"é preciso estar em guarda contra a solidariedade dos malfetores sindicais, CGT - Pacto de Unidade e Ação - Forum Sindical de Debates e outros elementos ilegais e mal intencionados, que, cavilosamente, se apressam em trazer uma solidariedade sub-reptícia e criminosa, com deflagração de greves prejudiciais à vida da comunidade. Deve ser repellido com toda a energia o contato com esses verdadeiros inimigos da Pátria. (...) A recente greve nos hospitais de Santos nos deixou ensinamentos que devem ser meditados por quantos tenham uma parcela de responsabilidade. Greve sobretudo desumana, que deixou em abandono centenas de enfermos, nos leitos de sofrimento, entre eles indigentes, mantidos pela caridade pública e também familiares dos próprios grevistas solidários. A esse fato por si só revoltante e atentatório da ética profissional, veio acrescer a adesão de várias categorias profissionais"⁸¹.

Alguns dias depois, o Supremo Tribunal do Trabalho baixou uma decisão decretando ilegal qualquer greve que não esgotasse todos os recursos legais na Justiça do Trabalho⁸². O cerco que já estava

⁷⁸ "A Tribuna", 5.9.63.

⁷⁹ "O Estado de São Paulo", 27.9.63.

⁸⁰ ERICKSON, K., op. cit., pp. 173-4.

⁸¹ COSTA, S., op. cit., p. 117.

⁸² ERICKSON, K., op. cit., p. 174.

montado tornou-se, então, efetivo. Prenúncio de 31 de março de 1964? Como observaram os autores do livro "Sombras sobre Santos",

"entre o início e o fim da greve (em solidariedade aos enfermeiros), mais uma vez, como tantas outras vezes em sua história, Santos foi uma área cercada. Tropas, fardas, armas, um prenúncio do que seriam os dias de abril do ano seguinte na cidade dos trabalhadores organizados"⁸³.

Mas antes de chegarmos a esses sombrios dias de abril de 1964, pretendo fazer um balanço destas lutas, relacionando-as às questões levantadas no início deste capítulo: em que medida uma inter-sindical como o FSD voltou-se exclusivamente para as lutas palacianas em detrimento das "reivindicações econômicas" de suas bases, servindo assim como uma organização "para-estatal" e de reforço ao sindicalismo corporativista? Seria justo afirmarmos que as lideranças sindicais nacionalistas atrelaram-se incondicionalmente ao regime político em colapso? Suas orientações ideológicas coincidiam de ponta a ponta consigo mesmas? As bases teriam desempenhado algum papel relevante nas configurações de interdependência entre seus dirigentes e o governo, ameaçando em determinados momentos romper com as regras do jogo político?

*

Não resta a menor dúvida quanto à crescente "politização" do movimento sindical na cidade de Santos; atestam-no as greves "da legalidade", "por um gabinete democrático e nacionalista" e pelo plebiscito. No entanto, se tomarmos as greves gerais em solidariedade aos trabalhadores do "Moinho Paulista", aos petroquímicos de Cubatão, aos enfermeiros da Santa Casa e aos empregados dos carris urbanos, chegaremos à constatação de que estavam em jogo as reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho. No caso ainda das duas paralisações restritas ao porto de Santos e apoiadas pelo FSD, foram os seguintes os temas em questão: 1) recusa de uma agência de navegação em pagar aos estivadores um direito garantido, seguindo-se outra recusa, qual seja, a dos doqueiros operarem em condições inseguras com os fuzileiros navais que estavam "furando" a greve da estiva e, finalmente, o protesto contra a prisão de Manuel de Almeida; 2) luta pelo 14o. salários dos operários da CDS.

⁸³ SILVA, op. cit., p. 57.

Esta lista é, ainda, bastante limitada e mereceria novas pesquisas em torno da atuação do Forum em movimentos não caracterizados como verdadeiras "jornadas operárias". Porém, com base numa publicação de 1962, podemos constatar um rol de 22 lutas reivindicativas conduzidas pelas mais diversas categorias da Baixada Santista, nas quais o FSD teve participação direta no biênio 1961-1962. Desta imensa lista constam mobilizações nos mais diversos setores da indústria, desde as modernas (como as metalúrgicas e as multinacionais petroquímicas) até inúmeras "empresas tradicionais" de capital nacional que o sindicalismo nacionalista dizia apoiar⁸⁴. É claro que esta inserção do FSD na luta pelos direitos dos trabalhadores da Baixada Santista vinha acompanhada da justificativa "política" de que ela fazia parte de uma estratégia maior a ser alcançada: um governo nacionalista e democrático - exemplo disso foi a greve em solidariedade aos petroquímicos; porém, este aspecto não oblitera o fato de que a entidade entrou em confronto direto com o patronato, reconhecendo-o o próprio FSD, ao afirmar

"que uma direção desse tipo não serve à classe patronal nem aos inimigos da democracia e do povo, pois [trata-se] de uma direção que se dispõe a lutar por essas reivindicações"⁸⁵.

Note-se, aliás, que este "esclarecimento" visava responder não apenas a determinadas instituições públicas, mas também aos empresários locais que engrossavam os ataques ao Forum, principalmente após a greve geral em solidariedade aos empregados dos carris urbanos. No caso do FSD, poderíamos falar então em uma "organização paralela" de reforço à estrutura sindical? Em contraposição ao corporativismo sindical, ela criou uma unidade pluriprofissional de pressão que serviu de modelo alternativo⁸⁶.

O que ainda desejo ressaltar é que diversas análises operam com um modelo teórico que cinde e opõe "lutas políticas" (geralmente denominada de "históricas") e "lutas econômicas" ("imediatas"); basta pas-

⁸⁴ FSD. Comunicado aos trabalhadores e ao povo. "A Tribuna", 3.8.62.

⁸⁵ IBID.

⁸⁶ Para Annez Troyano, as organizações paralelas visavam, "em última análise, o rompimento da estrutura sindical, com a criação de uma situação de fato que provocaria, inevitavelmente, uma mudança na organização da classe operária". TROYANO, op. cit., p. 79. O Forum Sindical de Debates de Paranaguá, cujo modelo de atuação foi o FSD de Santos, "participou de todas as reivindicações que foram levantadas pelas categorias da orla marítima" e "dentre as reivindicações do Forum, os movimentos para melhoria das condições de trabalho foram os mais motivadores e frequentes". VERDE, Valéria V. Forum Sindical em Paranaguá: tecendo um princípio. Tese de Mestrado, Universidade Estadual do Paraná, 1988, pp. 55-8.

sarmos os olhos nas greves gerais anteriormente narradas para constataremos inúmeros "deslizamentos" de um "plano" para outro. Exemplifiquemos brevemente: a "crise da carne", analisada no capítulo anterior, estava referida ao custo de vida e ao abastecimento do produto no mercado interno, mas foi também uma crítica à política econômica do governo, forçando-o a adotar medidas restritivas à exportação da carne; a greve em solidariedade aos estivadores e de protesto à prisão de Manuel de Almeida colocou em questão o próprio jogo de reciprocidade entre a diretoria do SES - janista -, e o presidente Jânio Quadros; a greve pelo 14o. salário dos doqueiros forçou Goulart a sair de seu alheamento em relação ao "sindicalismo negativo", levando-o a dar proteção às liberdades sindicais da categoria; além das bases terem colocado suas lideranças em uma posição incômoda num momento de complicadas "injunções políticas", a greve geral em solidariedade aos enfermeiros rompeu o que havia de aproximação entre o movimento sindical e parte do dispositivo militar. A partir daí, Goulart passou a dar sinais cada vez mais pronunciados daquele alheamento. Inversamente, veremos ainda neste capítulo que, no período entre a "greve da legalidade" e o plebiscito ("lutas políticas"), foram garantidas importantes liberdades sindicais e as mobilizações reivindicativas dos doqueiros atingiram enorme impulso - tratava-se de tirar proveito das "boas relações" estabelecidas entre trabalhadores e governo, seladas pelas demonstrações de apoio a Jango. Não faltarão ainda diversos outros episódios que questionam a clássica divisão entre luta política e econômica.

Penso que esta separação tem raízes em determinados procedimentos "metodológicos" que operam com as orientações ideológicas da esquerda que aprofundam a dicotomia política/economia. Ao mesmo tempo em que estas análises fazem a crítica ao "cupulismo", acabam inevitavelmente traindo-se e, ainda que de um modo diferente, repetindo a mesma divisão instaurada pela "cúpula" contra a qual elas se voltam. A diferença é que, por um lado, tais orientações privilegiam o primeiro termo daquela equação (a política), derivando daí toda uma série de dualida-

des: luta histórica/imediata, partido/sindicato, revolução/reforma⁸⁷; por outro lado, as análises em questão têm feito pender o prato da balança para a importância que deveria ter o "econômico" na linha política da esquerda apegada quase que tão-somente às "grandes questões" políticas do país.

Diferenças fundamentais e opostas? Onde estariam se traído afinal? O fato é que elas consideram que os operários, entregues a si mesmos, são incapazes de lutar por seus próprios interesses. Na medida em que os nacionalistas apontavam para o alto, os sindicatos não teriam sido um ator relevante no período e os conflitos mais marcantes não resultaram da luta entre capital e trabalho. Se, ao contrário, eles adotassem outra linha que os fizessem descer junto às bases (se é que, na prática, não a adotaram), as lutas reivindicativas estariam então na ordem do dia; no final das contas, tudo acaba dependendo dos "acertos" e dos "erros" das lideranças. A crítica ao "cupulismo" acabou tornando-se, ela mesma, cupulista; assim, o "critério ideológico" apaga as possíveis tensões entre orientação e prática dos dirigentes sindicais, entre movimentos que prescindiram da direção nacionalista ou que ainda a tenham ultrapassado e os intercâmbios entre o "político" e o "econômico", a ponto de não sabermos (ou não podermos) mais, em diversos episódios, estabelecer os limites de cada uma dessas "classificações".

Mas os adeptos da crítica ao "cupulismo" poderão (como aliás é comum) objetar que as diversas greves gerais eram acionadas de cima para baixo, sem qualquer consulta às bases. É bastante provável que isto tenha acontecido em inúmeros lugares e em diversas vezes, como aliás os próprios depoimentos de militantes da época insistem em afirmar; ouvi de alguns ativistas entrevistados esta mesma constatação. Contudo, sugiro a seguinte dúvida: estas memórias correspondem ao que de fato ocorria ou estão permeadas de "mea culpa" bastante difundida

⁸⁷ Ao criticar esta formulação, Castoriadis afirma que nela "os operários entregues ao seu próprio fazer político são sempre presas do imediato; se não houver o 'despertador' do colapso econômico, jamais acordarão para o programa justo do Partido". As lutas "políticas" só ocorrem a partir da necessidade econômica, de modo que aí a imagem que se tem dos trabalhadores é "a mesma imagem que deles têm os patrões" - a do *homo economicus*. Segundo ele, o que sustenta tal separação é o privilégio que tem no mundo ocidental a posição do "teórico-especulativo", aquele capaz de apresentar um pensamento histórico acabado, no qual toda a história estaria enquadrada e desde já desvendada e desmascarada no que tinha de superficial. "A teoria e somente ela dá acesso" ao programa político pelo qual o proletariado revelaria seu "ser revolucionário" numa situação específica de crise. CASTORIADIS, C. Introdução: a questão da história do movimento operário. In.: A experiência do movimento operário, op. cit., pp. 11-78.

pelos registros que responsabilizaram os dirigentes sindicais por não terem preparado a classe operária para resistir ao golpe de 1964?

Fico com a segunda hipótese. Nas greves acima relatadas e em outras a serem aqui analisadas, foram raras as exceções em que não constatamos uma presença marcante dos trabalhadores na eclosão de tais movimentos. Na greve de solidariedade aos trabalhadores do "Moinho Paulista" o próprio dirigente comunista Antonio Rodrigues considerava "errada" a deflagração do movimento sem que os portuários fossem ouvidos. O problema foi debatido em duas assembléias e a categoria decidiu paralisar suas atividades. Na assembléia do FSD, em que se discutiu o problema da sucessão presidencial, os dirigentes janistas foram os primeiros a resistir ao apelo de participação dos trabalhadores que se encontravam fora do recinto. Não nos esqueçamos que foi por pressão das bases clamando pela greve que a direção da entidade passou para as mãos dos nacionalistas. Na paralisação em apoio aos petroquímicos, os portuários, através da USOMS, tomaram a iniciativa, sendo que, antes de mais nada, a própria "cúpula" orientou no sentido de que fossem primeiro ouvidas as categorias em suas respectivas assembléias. A "crise da carne" foi decidida pelos estivadores e depois encampada pelo FSD. Na greve "por um gabinete democrático e nacionalista", estes mesmos trabalhadores da estiva depuseram o presidente do sindicato por este ser contra o movimento e haver decidido, por conta própria, desligar a entidade de classe do Forum - seu centralismo foi sua própria derrota.

Não podemos, porém, traçar este tipo de avaliação tomando por base apenas a consulta e a participação (muitas vezes massiva) dos trabalhadores nas assembléias em que era decidida a deflagração das greves. Um índice mais seguro era o próprio desenrolar daqueles movimentos; não houve um só estivador que exportasse carne em 1959 e as greves de solidariedade aos empregados do "Moinho Paulista", das empresas petroquímicas, dos carris urbanos e dos enfermeiros pararam integralmente a cidade de Santos, coroadas com imensas passeatas em comemoração às vitórias alcançadas.

Os vários êxitos obtidos através destes movimentos eram capitalizados pelo Forum Sindical de Debates; assim, tiro a mesma conclusão apresentada no "Capítulo 4": a confiança dos trabalhadores nos dirigentes sindicais provinha acima de tudo de sua atuação junto aos problemas das diversas categorias profissionais e não da desova ideoló-

gica das orientações partidárias. As lideranças intermediárias é que pareciam dar sustentação ao prestígio desfrutado pelo sindicalismo de inspiração nacionalista e democrática. Tamanho prestígio ficou demonstrado nos dois episódios em que as lideranças sindicais foram presas, fazendo parar o porto e a cidade em poucas horas.

Creio, ainda, que o "estado de multidão" dos trabalhadores santistas não pode ser tributado exclusivamente a uma simples solicitação das lideranças; atribuir a estas a radicalização do movimento operário na Baixada Santista, é fazer tábula rasa das tradições de solidariedade; entender o fenômeno das greves gerais como um todo demandaria outra pesquisa que levasse em conta variáveis aqui não exploradas. No "Capítulo 1" vimos alguns fatores que tornam compreensível a "cultura de solidariedade" dos portuários: a relação secular entre porto e cidade, ou seja, a dependência quase exclusiva de Santos para com as atividades do comércio portuário, tornando diversos ramos econômicos da cidade e suas respectivas categorias profissionais estritamente interligados ao porto. Os trabalhadores portuários apropriaram-se desta posição estratégica, utilizando-a como fator de pressão e barganha não só em relação aos seus próprios interesses, mas também aos de outras categorias menos privilegiadas; decorre daí que uma paralisação dos portuários afetava dramaticamente a vida da cidade, forçando (na melhor das hipóteses) patrões e governo a negociação. Não podemos deixar de destacar que a solidariedade foi um dos elementos culturais constitutivos da formação da classe operária santista. Numa conjuntura favorável às mobilizações, as lideranças encontraram um terreno fértil para os seus objetivos de radicalização. Tendo em vista que, até onde sabemos, nenhuma outra cidade foi paralisada tantas vezes e de forma tão espetacular como Santos podemos, então, creditar tamanho êxito ao voluntarismo dos nacionalistas e suas orientações voltadas para o alto? Basta-nos dizer que, em 1991, sob uma configuração política muito diferente desta que estamos tratando, outra greve geral em solidariedade aos portuários ameaçados de demissão em massa parou a cidade de Santos integralmente.

Desejo concluir dizendo que os trabalhadores colocavam-se em estado de multidão não a partir de estímulos formais: as solicitações

externas precisavam, antes de mais nada, de idéias-força e uma delas era a dos direitos. Dois episódios são, a esse respeito exemplares; no caso do "Moinho Paulista", Antonio Rodrigues justificou a importância da solidariedade porque o desrespeito aos direitos daqueles operários abririam um precedente a ser seguido por outros patrões; este mesmo argumento foi utilizado pela USOM5 em seu comunicado público que apelava para o apoio aos petroquímicos. Sem dúvida, esta idéia-força "imediata" era muito mais mobilizadora do que um vasto programa nacionalista. Mas poder-se-ia objetar que isso apenas reforça uma "despolitização" das bases, presas a interesses "imediatos"; prová-lo-iam os registros que apontam as "greves políticas" em apoio a Goulart vindo acompanhadas de reivindicações específicas dos trabalhadores, o que seria a forma mais eficaz de mobilizá-los na medida em que pouco interesse guardavam em relação aos "assuntos nacionais". Ora, esta conclusão tout court não percebe justamente que apoiar Goulart era muitas vezes uma política de garantia dos direitos e que havia uma crença no governo como fiador da cidadania.

Analisai no capítulo anterior que a imagem de João Goulart entre os ativistas sindicais era a de uma "porta aberta", diferindo do estilo pós-1964 quando os canais de entendimento encontraram-se irremediavelmente fechados. Há muito falava-se em processo golpista contra o regime - fim das esperanças quanto às reformas estruturais e à garantia dos direitos dos trabalhadores; um governo de exceção representava nada mais do que a perspectiva da exclusão e da perda. Em 1966, isto foi dito com todas as letras pelo próprio interventor do SOSPS:

"Ao contrário do que acontecia antigamente, não temos a possibilidade do diálogo com as dignas autoridades, restringindo-se, essas determinadas autoridades, a receber nossa reivindicação e prometer o seu estudo, para depois aplicar ou não esta ou aquela medida, e isto, bem entendido, sem que o sindicato seja ouvido para opinar, sugerir, ponderar ou propor. Este é o panorama atual da nossa conjuntura sindical⁸⁸.

Mais do que isso, desde a década de 30 o governo nada fez no sentido de alterar a organização do trabalho portuário - uma "reivindicação histórica" dos setores dominantes. Imediatamente após o golpe, tal reivindicação foi satisfeita de ponta a ponta e todos os acordos de trabalho fechados na época do governo Jango foram cancelados; assim, *a posteriori*, não resta dúvida de que apoiar Jango em

88 SOSPS. Reunião Específica dos Trabalhadores de Carga e Descarga, 9.6.66.

"grandes jornadas" significava a contrapartida dos "pequenos direitos". Um ex-membro do Conselho Consultivo do SOSP afirmava que

"pra nós obter qualquer coisa, nós tivemos também que dedicar um pouco também à política, apoio ao presidente pra gente poder a classe ter alguma vantagem como que teve, né. (...) Sempre a greve vinha por qualquer motivo: por aumento salarial, por um benefício, por uma coisa. Ai então é que se incorporava a outra, ai uma puxava a outra, solidariedade a uma outra [categoria], mas ela nunca saía mesmo uma greve política assim não, ela sempre vinha com qualquer motivo de benefício do trabalhador" (depoimento de M.).

Apesar da solidariedade entre governo e trabalhadores, vimos, no entanto, que não faltaram momentos em que os laços de interdependência foram rompidos. Nas greves pelo gabinete nacionalista e pelo plebiscito, as próprias lideranças a nível nacional deram de ombros aos insistentes apelos de Goulart para que elas voltassem atrás em sua decisão de deflagrar tais movimentos. Mas não só os dirigentes ultrapassaram os "limites permitidos"; na greve pelo 14o. salário, o "janguista" Manuel de Almeida alertava para as difíceis "injunções políticas", mas o plenário estava mais interessado na conquista daquela reivindicação e decretou a greve.

Grandes lideranças sindicais daquela época registram hoje tal transbordamento. Riani, por exemplo, reafirma a ligação com Jango, mas ressalta que "o movimento atuava de forma independente na discussão das reivindicações trabalhistas"⁸⁹; o comunista Hércules Correa, então dirigente do CGT, é mais enfático:

"estávamos envolvidos com o Jango pela proposta política, mas tínhamos que fazer greve uma atrás da outra - o que atrapalhava o governo. Para defendê-lo, tínhamos que ter naquele momento menos greve e outros encaminhamentos políticos que não aqueles confrontos. Embora nas declarações todos nós o apoiássemos, a prática não tinha jeito: desgastava. Quem mais dificultou para o Jango senão o movimento sindical?

"Houve todo um debate político para chamar a atenção dos trabalhadores de que havia algo para derrubar o governo Goulart. Insistimos em 63 todinho de que o golpe vinha para derrubar o governo, já não conseguíamos ganhar a massa para defender o governo, porque a situação dos trabalhadores, em termos econômicos, era aflitiva. (...) Na medida em que o Jango não tinha força para enfrentá-lo, foi-se enfraquecendo perante a massa. Cada greve daquela era um enfraquecimento político"⁹⁰.

⁸⁹ MORAES, Denis de. A esquerda e o golpe de 64. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, p. 36.

⁹⁰ *IBID*, p. 293.

Diante deste ascenso reivindicativo, Jango pedia às lideranças para que tomassem cuidado; um ex-dirigente da Federação Nacional dos Portuários, em uma reunião com o presidente ouviu-o dizer:

"olha, vocês vão me colocar num beco sem saída". Eu sou testemunha. Numa reunião dessas, o Jango dizia: 'vocês estão querendo coisas que não é possível atender. Vocês estão radicalizando. Eu não tenho força pra segurar isso. Vocês têm que compreender'. Ele foi muito claro. (...) Eu, por exemplo, eu fui contra a greve geral pelos enfermeiros, porque eu previ, eu fui um dos que previ claramente que aquilo era um início do esquema de golpe" (depoimento de B.).

A meu ver, uma das melhores explicações para este fenômeno de transbordamento dos "limites" encontra-se no depoimento do ministro do Trabalho de Jango, Almino Afonso. Segundo ele, as mobilizações reivindicativas agravaram a crise do governo, mas era "inevitável" porque

"se voce imaginar que com a chegada de João Goulart ao governo, havia toda uma mensagem no que diz respeito às questões sociais que vinha sendo trabalhada nos últimos anos, com raízes que se fincavam no período do Getúlio, tudo isso vem à tona com enorme impulso. O governo não podia ser repressor porque estava comprometido com as lutas sociais"⁹¹.

Este depoimento pode ser dividido em duas questões. Em primeiro lugar, vimos que "a invenção do trabalhismo" tinha por base criar uma cidadania corporativista a partir da qual os trabalhadores deveriam reivindicar os seus direitos e sentir-se participantes das decisões políticas. Acredito que nenhum governo tenha sido tão eficaz quanto o de João Goulart no interior desta política. Jango tinha raízes no getulismo; sua imagem inscreve-se no "arquétipo de Solon", o legislador cuja memória a movê-lo é a dos "pais fundadores", apelando para o bom exemplo dos grandes ancestrais, fiel às suas mensagens, aos princípios e instituições que fundaram. Este resgate, cravado no "tempo da lembrança", procura corresponder aos desafios do presente⁹². Conforme afirmei, se o Estado pretendia uma base de sustentação para sua política através da cooptação, ele precisou criar cidadãos - ainda que numa cidadania regulada. Ao longo do período os trabalhadores aprenderam a usá-la e "tudo isso vem à tona com enorme impulso" no princípio dos anos 60. Penso que os trabalhadores se apropriaram da "mensagem no que diz respeito às questões sociais que vinha sendo tra-

⁹¹ IBID, p. 320.

⁹² Ver GIRARDET, R. Mitos e mitologias políticas, op. cit., p. 78.

balhada nos últimos anos"; tiraram do "modelo paternalista" os recursos necessários às suas reivindicações e lutas, aproveitando as noções de benefícios justos e bem-estar social. Se o "modelo paternalista" era mais generalizante e "teoricamente" mais consistente, a apropriação que dele era feita pelos trabalhadores tinha um caráter seletivo, tomando-lhe aqueles traços que melhor os favoreciam⁹³. Em uma conjuntura favorável às mobilizações, os trabalhadores souberam "aproveitar a ocasião", e aproveitaram-na tão bem que "íamos além do que ele [Jango] queria". Veremos que os doqueiros também não paravam de "inventar" reivindicações⁹⁴.

Em segundo lugar, "o governo não podia ser repressor porque estava comprometido com as questões sociais". E "não podia" reprimir "porque exatamente a força do presidente repousava nos trabalhadores - a maior força" (depoimento de B.). Mas se a repressão não era a tônica, por outro lado constatamos que uma das táticas de Goulart foi seu distanciamento em relação ao movimento sindical, frente às pressões dos grupos conservadores. Assim, suponho que nas fases mais agudas pelas quais passava o governo, este mostrava-se propenso às mudanças de estilo e ao abandono de sua habitual prática "paternalista", retornando ao modelo, contudo, em situações de emergência. O comício de 13 de março de 1964 é o seu maior exemplo, quando Jango viu-se completamente isolado no poder, mas não precisamos nem mesmo sugerir esta situação-limite; quando os dirigentes sindicais foram pedir-lhe proteção para que pudessem reunir os trabalhadores no sindicato a fim de debaterem o 14o. salário, Jango acenou-lhes positivamente, abandonando sua tática de distanciamento. Afinal, os laços de interdependência faziam com que Jango fosse prisioneiro dos trabalhadores e de suas lideranças, que se apropriavam de determinadas parcelas do "modelo paternalista" como seu direito e patrimônio.

O movimento operário não era um simples "parceiro fantasma", mas um monstro de duas cabeças; mesmo quando a literatura reconhece esta ambiguidade, sua guilhotina teórica decepa uma das cabeças ao afirmar que o golpe de 1964 foi a maior confirmação de subordinação da classe

⁹³ Ver a análise de THOMPSON sobre a "economia moral da multidão" no século XVIII, na Inglaterra. THOMPSON, E. P. La economía 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: Tradición, revuelta y consciencia de clase, op. cit., p. 85.

⁹⁴ Para Dreifuss "o que estava se tornando a questão política crucial era o fato de que o populismo era transformado em meio (...), passando de uma forma de manipulação (articulação de consentimento) para uma forma de participação (articulação de demandas)". DREIFUSS, R. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 141.

operária ao Estado. Creio que parcelas significativas da classe operária estiveram presentes naquele 10. de abril de 1964 não por sua suposta passividade e dependência, mas por sua força mobilizadora e capacidade reivindicativa. O tema dos direitos estava lá e a resposta do governo e do capital é sua melhor prova.

Assim, sugiro a hipótese de que os trabalhadores contribuíram para o fim do possível papel que o Estado desempenhava no sentido de um "equilíbrio das tensões" entre os diversos setores sociais e políticos⁹⁵. A posição do movimento operário foi tornando-se cada vez mais forte na sociedade na medida em que forçava o governo a conceder-lhe inúmeros benefícios, buscava atraí-lo para o interior de suas expectativas e, ao mesmo tempo, distanciá-lo dos compromissos assumidos com os setores dominantes da sociedade. Além disso, se não podemos falar de uma hegemonia do movimento operário e sindical na sociedade durante aqueles anos, por outro lado, parafraseando Thompson, "o máximo que estamos habilitados a dizer é que uma classe subordinada pode apresentar uma hegemonia embrionária ou exercê-la em áreas muito limitadas da vida social"⁹⁶. Alguns autores registraram que, nesta época, o sindicalismo apresentava uma dinâmica autonomista, aproveitando-se das instituições corporativas para penetrar no interior do aparelho de Estado e inverter a mão única para a qual haviam sido criadas⁹⁷. Os setores dominantes, por sua vez, não deixaram de ver em tudo isso um perigoso risco e bloquearam aquela "tendência".

Precisamos ainda verificar estas questões, centrando-nos nas lutas específicas dos doqueiros, pois o leitor poderá ficar com a impressão de a categoria ter vivido estes anos todos apenas de movimentos de solidariedade e de "greves nacionais" em apoio ao governo ou que o empurravam rumo à adoção de uma política mais radical.

⁹⁵ Creio que o "modelo" de análise de Norbert Elias sobre a "sociedade de corte" pode ser "testado" no caso do "populismo". São instigantes suas noções de "relações de interdependência" e "equilíbrio das tensões" durante o Estado Absolutista na Europa durante o Antigo Regime. ELIAS, N. A sociedade de corte..., op. cit.; CHARTIER, R. História cultural..., op. cit.

⁹⁶ THOMPSON, E. P. The peculiarities of english. In: The poverty of theory and other essays. New York, Monthly Review Press, 1978. Traduzido por Alexandre Fortes e Antonio Negro, p. 54.

⁹⁷ Ver, por exemplo, MALOY, J. Política de previdência social no Brasil..., op. cit., p. 76. Segundo este autor, "um conjunto de estruturas estatais, originalmente criadas para cooptação e controle, foi de fato transformado em base de poder particular da liderança quase oficial dos mesmos grupos que anteriormente deviam ser controlados". IBID, p. 104.

2. A ERA DAS REIVINDICAÇÕES

Mencionei o problema do ideologocismo analítico que se baseia mais nas orientações ideológicas do sindicalismo do que em pesquisas em torno da própria classe operária, que é muitas vezes deduzida e confundida com as propostas políticas das lideranças do movimento sindical; mais ainda, as análises coincidem, reforçam ou até mesmo tomam quase que unicamente por fonte histórica os registros dos agentes sociais que liam o real não "como ele era", mas como justificativa para determinadas apostas políticas. Vejamos, por exemplo, esta passagem do libelo de Miglioli, "Como se fazem as greves", escrito em 1963:

"se as greves de causa administrativa são exemplos de um novo tipo de greve - que tende a crescer em importância e número, à medida que se expandem as empresas estatais, a força da classe operária e sua consciência de que também é proprietária dessas empresas, as greves por condições de trabalho são exemplos de um velho tipo, que diminuem em importância e em número"⁹⁸.

Esta afirmação reflete uma orientação do sindicalismo nacionalista e não uma avaliação concreta daquele momento histórico. Trata-se, sem dúvida, de uma ressonância do V Congresso do PCB, realizado em 1958, quando a "revolução brasileira" foi caracterizada como uma revolução antiimperialista e antifeudal, através de uma frente democrática, da qual participaria a burguesia nacional, mas sob o comando do proletariado (em aliança com os camponeses). Esta estratégia deveria conduzir os trabalhadores à superação dos conflitos unicamente econômicos, orientando-se para a luta pelo poder político, sendo um dos passos principais para a realização deste objetivo a conquista das reformas de base⁹⁹.

⁹⁸ MIGLIOLI, Jorge. Como são feitas as greves no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, p. 163.

⁹⁹ Em contraposição a isso, o jornal comunista "Novos Rumos" chegou a publicar que "os sindicatos não poderão dirigir eficientemente as lutas da classe operária por suas reivindicações se, antes disso, não estiverem profundamente enraizados nas empresas, se não estiverem fundidos com as massas, nos locais de trabalho, se não levarem o centro de gravidade dos sindicatos para ali onde a luta de classe é mais aguda - as empresas". Martin Clavy. O sindicato na empresa. Novos Rumos, 14-20, abr., 61, n. 110. Para Lucília Neves, esta foi só uma preocupação que não chegou a ser efetivamente realizada, não se transforma na prática do sindicalismo, não só por pressões da conjuntura, mas pela prioridade que é dada à luta nacional", p. 146. Creio que tal afirmação está para ser melhor verificada por diversos estudos de caso. Uma das exceções em relação à memória dos ativistas daquela época é sem dúvida o depoimento de Hércules Correa, dirigente do CGT. Para ele, o movimento sindical "operava na cúpula, defendendo propostas e alternativas econômicas para o país, com certo grau de prestígio e organização nas fábricas". "Você não pode negar (...) que em certos setores - têxtil, metalúrgico, bancário, marítimo, ferroviário - o movimento era calcado em comissões sindicais eleitas nos locais de trabalho". MORAES, D., op. cit., p. 37.

Já não são poucas as pesquisas que demonstraram a falácia das análises sobre o movimento operário que se sustentam nestes registros. Nos setores da "indústria tradicional", ou seja, naqueles controlados justamente pelo capital nacional, o discurso aliancista em relação à burguesia doméstica não impediu crescentes mobilizações e greves levadas a efeito pelos próprios trabalhadores¹⁰⁰. Quanto à tese da ausência de conflitos de classe nos setores modernos, longe da constatação de Prestes no sentido de que "nós não tínhamos capacidade de organizar o partido nas grandes empresas" - "uma prova disso é que não havia greves" -, Humphrey demonstrou que "na indústria automobilística houve greves e protestos, no começo dos anos 60, por problemas como alimentação e turnos de trabalho"¹⁰¹. Parece-me cada vez menos sustentável a tese defendida por diversos autores segundo a qual a "politização" do movimento sindical de inspiração nacionalista teria abandonado as bases operárias daqueles setores modernos da indústria. Creio que tal formulação tem poucas chances de resistir a análises empíricas mais detidas; onde estas foram realizadas, verifica-se justamente o contrário, indo de encontro, por exemplo, às conclusões de Annez Troyano em sua detalhada pesquisa sobre os trabalhadores químicos e farmacêuticos de São Paulo. Segundo ela, as lideranças sindicais nacionalistas revelaram-se o grupo ativista que mais esteve voltado para as reivindicações daquelas categorias.

Entretanto, não pretendo tirar maiores conclusões no que tange a esses casos e possíveis outros, pois escapam inteiramente aos objetivos deste trabalho. Resta-nos aguardar novas pesquisas que possam responder melhor a determinados modelos consagrados.

Cabe-me aqui verificar certas hipóteses em relação aos resultados obtidos na presente pesquisa sobre os doqueiros, onde buscarei percorrer determinadas questões apontadas anteriormente. Em que medida o sindicalismo nacionalista coincidia inteiramente com suas próprias orientações? A "politização" do movimento sindical significou um

¹⁰⁰ Segundo Lucília Neves, "o que não se pode esquecer é que, apesar da linha ideológica predominante do CGT e no sindicalismo do período ter propugnado por uma aliança com o setor privado nacional, na realidade concreta as condições salariais e de trabalho da empresa nacional são notavelmente precárias, o que impulsiona uma luta reivindicativa por parte dos trabalhadores dessas empresas". DELGADO, op. cit., p. 132.

¹⁰¹ HUMPHREY, John. Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 26. Embora constata um afastamento dos nacionalistas junto às bases, Paula Leite mostrou que as reivindicações dos trabalhadores nos setores mais dinâmicos da economia ocorreram através de "movimentos espontâneos da base" ligados à melhoria das suas condições de vida e de trabalho". LEITE, M., op. cit., p. 90.

deslocamento em relação às lutas reivindicativas dos operários? Os propósitos das bases correspondiam invariavelmente aos de suas lideranças? As mobilizações capitaneadas pelas "organizações paralelas" e a utilização da estrutura sindical oficial significaram um inevitável reforço do corporativismo e um triunfo inquestionável do Estado em seus objetivos de controle e cooptação? Até que ponto poderemos justificar que as greves e a radicalização operária nos setores estatais e de serviços públicos só foram possíveis porque contavam com uma atitude parcimoniosa do governo?

A confiança e a crença no Estado enquanto promotor das reformas de base e dos direitos dos trabalhadores colocavam na ordem do dia um movimento inverso de contrapartidas. Mas, cito desta maneira, incorro no risco de considerar que os avanços da categoria tenham sido fruto tão somente deste movimento pendular de reciprocidades entre trabalhadores e Goulart, corroborando inclusive a memória deixada por determinados agentes sociais que resumiam as conquistas operárias a esta fórmula bem ao gosto das campanhas anti-nacionalistas.

Devemos, assim, recuar novamente no tempo e voltar a 1959, quando o SOSFS contou com uma diretoria que se encaminhava gradativamente para o "reformismo" que consagrou o movimento sindical de orientação nacionalista democrática e verificar aí qual a inserção do sindicato nas lutas reivindicativas da categoria. Gostaria de lembrar o leitor que os doqueiros não estavam inseridos exclusivamente em um setor estatal da economia, mas estavam subordinados ao capital privado dos Guinle. Este lembrete é fundamental para a discussão da hipótese segundo a qual os trabalhadores das empresas públicas eram favorecidos pela complacência do governo nesta conjuntura. Basta salientar que os doqueiros não estavam livres de punições como demissão e desconto salarial em consequência dos dias parados por ocasião das greves¹⁰².

2.1. "Um 'Deus' dos Portuários"

Vimos que, em 1959, a chapa encabeçada por Manuel de Almeida venceu as eleições sindicais com relativa tranquilidade. Podemos atribuir uma parte considerável da enorme projeção desse dirigente sindical à sua inserção junto às bases e aos problemas cotidianos da cate-

¹⁰² Prestes, por exemplo, afirmou que as greves ocorriam quase que somente nas estatais "porque o Jango pagava os dias parados". MORAES, D., op. cit., p. 264.

goria, sobretudo nos locais de trabalho. Esta é inclusive a explicação oferecida por diversos entrevistados que o conheceram e atuaram junto a ele. Segundo o depoimento de Angelo Mastelini, membro do Conselho Fiscal do SOSPS, Almeida vinha se destacando como 2o. secretário do sindicato na gestão de Domingos Garcia, quando "ele começou a fazer fiscalização no cais. Aí o serviço dele é no cais, aí ele se destacou, começou a parar serviço"¹⁰³. Sua reputação pode ser atestada através de uma passeata da categoria pela cidade, quando os doqueiros reclamavam seu nome para o ministério do Trabalho "e chegou também se cogitar até pra prefeito da cidade, mas ele não se dedicava à política, gostava mesmo era do sindicato" (depoimento de Mastelini). Conforme um comunista e ex-diretor do SEASPS, Barbosa Leite,

"embora não fosse comunista, o Almeida era, em determinados instantes, encarado pior do que os comunistas. Ele era mais radical, não era comunista e era mais radical que os comunistas. (...) porque ele tinha uma linguagem diferente da nossa. No linguajar popular: 'ou dá ou desce'".

Sua aproximação com os comunistas orientou o SOSPS em direção à corrente hegemônica do sindicalismo no período, o nacionalismo democrático.

*

A primeira grande conquista obtida em sua primeira gestão foi, em 1960, uma Convenção Coletiva de Trabalho mais adequada às novas condições de trabalho, substituindo tardiamente a de 1953. Sua elaboração vinha sendo feita desde a diretoria anterior, mas o problema esbarrava na proteção da CDS em homologá-la e na renitência do governo em não conceder aumento tarifário para fazer-lhe a necessária cobertura financeira. Depois de infindáveis acordos, em setembro o contrato foi assinado pelo ministério do Trabalho. Das 87 cláusulas deste documento, fazem parte a manutenção de diversos direitos consagrados e a conquista de muitos outros, tais como: regulamentação da gratificação de Natal na proporção de 1/12 avos do salário mínimo mensal; remuneração integral das férias; descanso semanal remunerado; adicional por tempo de serviço; salário-família; organização de quadro de carreira dividido em 7 grupos compostos de 30 "subcategorias" profissionais;

¹⁰³ O advogado do sindicato, Heraldo Franceze, afirmou em seu depoimento: "o Manuel de Almeida chegava, verificava; se estivesse fora daquilo que tinha sido conversado ou combinado, ele mandava parar o serviço". Oscar Labruna, que não simpatizava com sua atuação à frente da entidade, lembra que ele "mandava parar o serviço por qualquer motivo".

extinção da letra "a" para 13 categorias, possibilitando cerca de 2000 promoções; proibição do carregamento de quase todas as mercadorias na cabeça; dispensa do ponto das 13 horas para os operários que fizerem "noitada" para além das 2 horas da manhã¹⁰⁴. Em outubro foi assegurado aos trabalhadores filiados ao sindicato a preferência nos serviços extraordinários. Data também desta época a saída dos feitores do SOSPS para o SEASPS.

Não pretendo rediscutir aqui os efeitos e os significados destas conquistas para os doqueiros, pois o leitor pode encontrá-los na primeira parte deste trabalho. Convém assinalar que, embora a categoria se mobilizasse há anos em torno da nova Convenção, foi a gestão de Almeida que capitalizou seu sucesso que, ainda hoje, lhe é atribuído. Porém, sabemos que era igualmente difícil fazer valer as cláusulas da Convenção, forçar a empresa a cumpri-las. Assim, Manuel de Almeida foi inúmeras vezes à Cia. Docas para acertar vários problemas relativos às condições de trabalho, experimentando, certo dia

"uma amarga satisfação de ouvir daquela administração que ele (Almeida) queria ser um 'Deus' dos portuários, pois que, só ele vinha ali reclamar, quando os trabalhadores no cais nada reclamavam ou achavam injusto"¹⁰⁵.

Se Almeida tinha ou não tais pretensões, não me cabe afirmar; o certo é que os trabalhadores não estavam satisfeito quanto às condições de trabalho. O próprio Contrato Coletivo não foi obra exclusiva da diretoria do sindicato, mas de várias comissões de trabalhadores que se reuniam periodicamente na entidade para redigir suas cláusulas bastante debatidas nas assembleias. Além disso, diversos depoimentos recordam a confiança dos doqueiros nos seus dirigentes, de modo que a eles recorriam para reclamar dos problemas cotidianos vividos no cais, delegando-lhes poder para negociar com a empresa.

Tal confiança tinha poucas chances de ser traída, pois a história dos doqueiros já dera inúmeras provas do êxito de qualquer diretoria do sindicato depender, acima de tudo, de seu empenho na garantia e conquista dos direitos. Talvez o que de mais efetivo tenha deixado o sindicalismo "de tipo José Gonçalves" na década de 50 fosse o fato de que seus sucessores não poderiam romper com diversos padrões por ele estabelecidos.

104 CCT/60. SOSPS. Relação nominal das reivindicações conquistadas pela diretoria do sindicato. "O Diário", 21.9.60.

105 SOSPS. AGE, 10.11.60.

Os portuários de Santos não só deram continuidade à sua mobilização em torno dos temas relacionados com os locais de trabalho e da organização do movimento operário na Baixada Santista ("greves políticas e de solidariedade"). O ano de 1960 representa o início de inúmeras lutas unificadas entre os operários de todos os portos do país, onde vemos nascer uma nova "entidade de cúpula" (Pacto de Unidade e Ação) — uma das mais ativas e importantes nos anos do governo Goulart —, além de profundas alterações na verticalizada e corporativista Federação Nacional dos Portuários, transformando as funções para as quais foi criada no bojo da estrutura sindical oficial.

2.2. Mobilizações e Reivindicações a Nível Nacional

A tentativa inicial de criar uma organização nacional da categoria ocorreu em maio de 1960, quando foi realizado, em Recife, o I Congresso Nacional dos Portuários, com a participação de 150 delegados. Das resoluções atinentes aos seus problemas específicos, destacavam-se: legislação única para os portuários, nacionalização e encampação dos portos nacionais, salário-produção, proteção e segurança do trabalho, direito de sindicalização para os autárquicos, criação de comissões paritárias para fiscalizar a aplicação das tarifas portuárias, férias remuneradas, mecanização dos serviços sem prejuízo das equipes de trabalhadores e direito de greve. Além deste vasto programa de reivindicações, o Congresso contemplou "questões nacionais", apontando para a luta em torno das reformas de base. Foi tirada ainda uma resolução visando constituir uma organização de cúpula em sentido horizontal para levar a efeito uma campanha nacional pela efetivação dos pontos deliberados no Congresso¹⁰⁶.

Tal entidade de cúpula veio a se formar no final deste ano, com a criação do Pacto de Unidade e Ação (PUA), fruto da denominada greve da paridade¹⁰⁷. Vejamos, em linhas gerais, o que foi este movimento.

¹⁰⁶ "Tribuna da Imprensa", 4.5.60; TELLES, J., op. cit., p. 89.

¹⁰⁷ A descrição desta greve está baseada fundamentalmente em ERICKSON, K., op. cit., pp. 143-6.

A GREVE DA PARIDADE E A CRIAÇÃO DO PUA

Durante três dias, ferroviários, marítimos e portuários das autarquias paralisaram suas atividades contra a exorbitante diferença salarial entre funcionários civis e militares, num momento em que o Congresso elevou os vencimentos destes últimos e fez vista grossa às reivindicações dos primeiros¹⁰⁸. O vice-presidente, João Goulart, não interviu como conciliador, reconhecendo que o movimento ultrapassava o controle dos dirigentes sindicais e que sua solução dependia de concessões; qualquer tentativa de acordo seria ignorada, de modo que sua reputação sairia desgastada entre os trabalhadores e os setores que lhe creditavam um poder de controlar a greve. Resultado: do Rio Grande do Sul, Jango permaneceu como mero observador dos acontecimentos¹⁰⁹.

A paralisação teve como consequência a renúncia do ministro do Trabalho, Batista Ramos; Alirio Coelho, seu sucessor, fez ameaças de demissão e repressão, cujos efeitos foram nulos, entrando em ação os militares, que pressionaram o presidente da República e o Congresso; tratava-se de uma ameaça a ambos os poderes caso não fosse restabelecida a ordem, pois temiam que a greve se transformasse num levante e exigiram que JK fosse para o Rio de Janeiro, onde se encontrava o núcleo do movimento. Em reunião com o gabinete, os ministros militares tentaram convencer Juscelino a decretar estado de sítio¹¹⁰. Os parlamentares, acuados e temerosos quanto ao fechamento do Congresso, empenharam-se em torno da votação da lei de paridade, mas JK não apresentou qualquer pedido de estado de sítio ao Congresso.

Em termos econômicos, a greve significou um aumento de 44% nos vencimentos dos grevistas¹¹¹. Mais do que isso, ela colocou em questão critérios salariais de acordo com a divisão social do trabalho. Por outro lado, representou algo além do que comumente se denomina como uma luta meramente econômica: tocou numa antiga tensão política em

¹⁰⁸ Os grevistas eram empregados em empresas controladas pelo Estado, sendo remunerados "com a escala de vencimentos dos servidores civis. O Presidente Kubitschek ignorou a promessa feita durante sua campanha eleitoral de apressar o Congresso, e os grevistas paralisaram os transportes marítimos e ferroviários em novembro". IBID, p. 144.

¹⁰⁹ IBID.

¹¹⁰ "Esta ação serviu para ratificar o fato consumado da preponderância dos chefes militares, ao mesmo tempo que evitava que estes ultrapassassem abertamente as fronteiras do sistema constitucional". IBID, p. 145.

¹¹¹ TELLES, J., op. cit., p. 116.

torno da paridade salarial entre militares e civis¹¹²; enfrentou o Congresso que se decidiu pelo aumento salarial dos servidores de farda e, por receio à decretação do estado de sítio, fê-lo votar a desejada lei; anulou qualquer ação de Goulart, eliminando as possibilidades de capitalização política através do controle e/ou acordo com os grevistas; colocou Juscelino em posição subalterna frente aos temidos militares e criou um angustiante impasse no Executivo.

Do ponto de vista sindical, a greve da paridade deslocou o predomínio dos dirigentes considerados "pelegos" no interior dos sindicatos nela envolvidos, substituindo-os por lideranças nacionalistas. Aliás, durante os três dias de paralisação, foi formado um comando geral de greve que, logo em seguida, transformou-se no ilegal e poderoso PUA, congregando ferroviários, marítimos, estivadores e portuários de todo o país. A ele atribui-se o papel de embrião do Comando Geral dos Trabalhadores; o Pacto de Unidade e Ação passaria a dirigir importantes manifestações dos trabalhadores no setor dos transportes e seria responsável pela amplificação da atividade sindical e operária durante os primeiros anos da década de 60. O PUA articulou horizontalmente os órgãos de classe, fazendo uso da unidade multiprofissional como uma forma de pressão. Tratava-se de uma alternativa de organização do movimento operário em contraponto com a verticalizada estrutura sindical oficial. Tal como outros organismos de cúpula, o PUA corria por fora do aparelho do Estado, apresentando uma potencialidade de caráter autonomista e fortemente reformista. Conforme o depoimento de Sérgio Martins, comunista e ex-dirigente do SEASPS, ao referir-se ao PUA,

"o nosso princípio não era fechar para os portuários uma organização que pudesse somente representar os portuários. (...) Era criar uma organização maior, aonde pudesse abrigar todos os trabalhadores, independente de Federações, de Confederações. Quer dizer, nós estávamos rompendo a estrutura do movimento sindical".

Além da organização dos portuários através de uma entidade à margem da estrutura sindical, crescia também um tipo de luta por dentro do aparelho do Estado, utilizando-o, paradoxalmente, como um meio de pressão por maior autonomia, por projetos de reforma social e por melhorias de condições de vida e de trabalho. Refiro-me, em parti-

¹¹² "Uma das mais importantes expressões dessa tensão se concretizou no memorando dos coronéis, que forçou João Goulart a sair do Ministério do Trabalho em 1954, após ter proposto um aumento de 100% no salário mínimo". ERICKSON, K., op. cit., p. 143.

cular, à Federação Nacional dos Portuários que, ao contrário das "organizações paralelas", caracterizou-se pela verticalidade da estrutura sindical corporativista.

A REORGANIZAÇÃO DA FNP

Estava praticamente vetada a presença dos nacionalistas nas Federações e Confederações, uma vez que a legislação não distinguia o peso de participação dos sindicatos nas eleições de sua diretoria; cabia a cada entidade de classe um único voto. Assim, a disseminação dos "sindicatos de carimbo" possibilitava aos conservadores o comando dos altos cargos.

A melhor expressão disso na FNP era o seu presidente, Valter Menezes, que se perpetuava à frente da entidade desde a sua fundação. Contudo, a Federação foi sendo minada pelos ativistas do PCB. Em 1960, estes articularam uma chapa de oposição que perdeu por dois votos em razão de haver "corrupção no pleito" (depoimento de Sérgio Martins, ex-dirigente do SEASPS e candidato a presidente da diretoria derrotada). Por outro lado, entre os vitoriosos encontramos no cargo de Secretário Geral a presença de um comunista, Felipe Ramos Rodrigues, diretor do sindicato dos empregados da administração do porto de Santos. Segundo alguns entrevistados, o núcleo ativo da FNP era o seu Conselho de Representantes que se auto-convocava, fazendo com que Valter Menezes "fosse tirado muitas vezes do porto do Rio de Janeiro pra ir pra reunião porque o Conselho tava todo lá" (depoimento de Sérgio Martins)¹¹³.

A partir daí, começou a ganhar força a atuação da entidade a nível nacional. Logo após a eleição da diretoria, em 1960, o mencionado "Felipão" manifestou o

"compromisso de unirmos todos os portuários (conferentes, vigias, empregados da administração, operários portuários, estivadores), para conseguirmos através de lutas unitárias, melhores condições de trabalho e remuneração"¹¹⁴.

¹¹³ De acordo com Barbosa Leite, comunista dirigente do SEASPS e eleito 1º. Secretário da Federação, Valter Menezes era "considerado por muita gente como um autêntico pelego, mas aí ele era arrastado". Sérgio Martins afirmou que os membros da Federação não participaram da fundação do PUA, mas sim o Conselho de Representantes - "inclusive eu sou um dos fundadores".

¹¹⁴ "O Diário", 4.3.60.

Já em 1959, Manuel de Almeida sugeriu em uma assembleia dos doqueiros a filiação do sindicato à FNP,

"dada a sua grande força moral perante o Governo. (...) Em nossas reivindicações poderemos desfrutar da força e do prestígio da Federação, tanto que sendo filiados à mesma, amanhã ou depois exigiremos a sua colaboração para as nossas reivindicações e luta da classe"¹¹⁵.

"Amanhã ou depois" era o ano de 1961, quando começaram as primeiras grandes mobilizações dos portuários em âmbito nacional. Sublinhemos desde já um aspecto de primeira importância: apesar do seu caráter cupulista, as resoluções não eram tomadas, centralizadas e conduzidas unicamente pela FNP. Segundo Sérgio Martins, as reivindicações eram encaminhadas aos sindicatos

"pra eles consultar nas assembleias deles pra aprovar ou não. (...) Os companheiros ativistas do PC colocava, discutia... era aprovado pela massa. Porque você como direção, você é a vanguarda e a direção não pode brincar".

Pode-se também inverter esta formulação: as bases não apresentavam suas decisões à Federação para que esta as discutisse, as aprovasse e as encaminhasse? Em que medida as relações entre a entidade e os portuários não eram apenas pontilhadas de equilíbrio, mas também de tensão? Até que ponto os diretores dos sindicatos, elo entre a FNP e os trabalhadores, não se viam em meio a um verdadeiro fogo cruzado? A suposta força moral e o prestígio da Federação junto ao governo significavam ausência de conflitos? Percorreremos agora a primeira grande luta unificada dos trabalhadores de todos os portos do país.

O Primeiro Acordo Nacional dos Portuários.

Em janeiro de 1961, os portuários mobilizaram-se em torno de um memorial enviado aos ministros pela FNP; do documento constavam as seguintes reivindicações: 60% de aumento salarial, adicional por tempo de serviço (já conquistado pelos doqueiros de Santos), salário família de mil cruzeiros para cada filho e esposa, gratificação de férias em importância idêntica a ser percebida no período de férias, abono de Natal em valor igual a 1/12 avos do ganho de cada ano e "salário chuva" à base de 30%¹¹⁶.

¹¹⁵ SOSPS. AGE, 20.9.59.

¹¹⁶ Federação Nacional dos Portuários. Nota Oficial. "A Tribuna", 13.1.61.

As negociações encaminhavam-se de forma relativamente tranqüila até o momento em que o representante do ministério da Viação era um certo dr. Bicalho, bastante mencionado nas assembleias dos doqueiros santistas. Manuel de Almeida explicou aos associados do SOSPS que aquele representante verificou a exposição de motivos da CDS e concluiu que a empresa tinha lucros suficientes e não podia "transferir uma responsabilidade para o governo". O dr. Bicalho teria proposto que a empresa concedesse 15% de aumento, enquanto o ministério da Viação cobriria os 25% restantes. Entretanto, a contra-ofensiva da Companhia foi imediata: mobilizou-se nos meios governamentais e, no dia seguinte àquela proposta, "a comissão [ministerial] foi destituída e com ela o dr. Bicalho, pois este não servia para a Companhia, pois esta quer dar 25% mas quer receber 100%"¹¹⁷.

Até este momento estava quase certo um aumento de 40% além de 700 cruzeiros de abono-família, mas com a queda de Bicalho "as reivindicações caíram por terra". Daí em diante, as negociações passaram a se realizar com o novo representante do ministério da Viação, Aécio Palmério, que "é um homem muito patronal"¹¹⁸. Assim, a Companhia Docas marcou um primeiro tanto contra as recíprocas relações entre os trabalhadores e os representantes do governo.

Acatando a decisão da FNP em dar mais algum prazo às autoridades, os doqueiros declararam-se em assembleia permanente até o dia 10 de janeiro, quando seria decidida uma paralisação. Decorrido o prazo, apenas os trabalhadores de Santos haviam recebido uma contraproposta de 25%. Manuel de Almeida esclareceu então ter ficado acertado entre todos os dirigentes sindicais portuários do país um pacto de unidade, no qual o não cumprimento

"do que foi solicitado a qualquer uma das entidades, provocaria uma greve portuária de âmbito nacional, a partir das 7 horas do dia 13 de janeiro. (...) Com isso ganhamos a solidariedade e a simpatia dos demais sindicatos. E diante deste pacto, quando entrarmos numa greve - o que poderá acontecer - certamente haverá uma coesão praticamente nacional, e que tomarão parte todos os portuários do Brasil. (...) Assim, está programado que, numa paralisação, aqui ou ali, de sindicato portuário, todos os demais portos paralisarão concomitantemente suas atividades, não só os portuários como também os estivadores, e isso será inédito, pois o Brasil

¹¹⁷ SOSPS. AGE, 12.1.61.

¹¹⁸ SOSPS. AGE, 3.1.61.

paralisara em geral, e então fiquem os companheiros certos que, desta vez não será como de outras, pois a força será imensa, pois congregará todos os portuários e estivadores do Brasil inteiro"¹¹⁹.

Apesar de todo este discurso de Almeida, o plenário não se mostrava disposto a conceder mais um prazo até o dia 16 de janeiro, "tendo a mesa dificuldades para conter os ânimos, que nesta altura estavam exaltados", com "vozerios estridentes", não querendo

"ouvir a palavra do nosso presidente, que foi eleito por vocês mesmos, por absoluta e esmagadora maioria de votos. Não querem saber o que ele tem a nos dizer. Isto não está certo!"

Estes apelos de nada adiantaram, tendo a mesa suspendido os trabalhos por dois minutos "até que retornasse a calma". Embora o plenário voltasse atrás concedendo o prazo pleiteado, o fato é que ele ameaçava ultrapassar as decisões da Federação e, portanto, da diretoria do sindicato.

No dia 16, os doqueiros estavam mais uma vez reunidos em assembléia, prontos para a deflagração da greve. Do Rio de Janeiro, Almeida ligou ao SOSPS e informou que o ministério da Viação acabara de assinar o acordo. Mas os trabalhadores não manifestaram qualquer contentamento quando o presidente do sindicato anunciou que muitos portuários de outras cidades não haviam sido igualmente contemplados com o acordo. Neste momento, "origina-se no plenário um grande vozerio exigindo a presença do presidente Almeida em nossa sede social, durante esta assembléia"¹²⁰.

No dia seguinte ele chegou ao sindicato onde foi "recebido pelo plenário com uma calorosa salva de palmas". Imediatamente, Almeida informou que foram conquistadas as reivindicações para todos os portos do país. Constatou uma importante vitória, pois, pelo "regime legal", somente em abril iria ser assinado o acordo, o que se concretizou em janeiro, após 8 meses de vigência do aumento anterior. O final da assembléia foi preenchido pelas palavras de diversos oradores que manifestavam sua satisfação com a diretoria do sindicato, pois tratava-se de um aumento "nunca visto antes, em tão pouco tempo"¹²¹.

O "pouco tempo" está relacionado a esta solidariedade a nível nacional, que realizou algo talvez inédito até então: a unificação das

¹¹⁹ SOSPS. AGE, 12.1.61.

¹²⁰ SOSPS. AGE, 16.1.61.

¹²¹ SOSPS. AGE, 17.1.61.

datas-base de todos os portuários do país - o que, para o ex-sindicalista Sérgio Martins, "hoje e sempre será a maior reivindicação dos trabalhadores". A conquista significou também o primeiro teste que colocou à prova a FNP. Podemos concluir que a Federação foi um dos protagonistas deste movimento talvez porque as bases a tenham empurrado para a frente na medida em que os doqueiros de Santos, por exemplo, ameaçavam ultrapassar as suas deliberações. Vimos, pois, que os doqueiros santistas se exasperavam contra qualquer acordo em separado, o que dissuadia a FNP a tentar concretizá-lo (se é que alguma vez ela realmente pensou nesta possibilidade).

GREVE NA CHUVA

"O nosso voto de confiança ao Presidente da República será exatamente exigirmos o que nos é de direito".

A reivindicação da FNP em torno do "salário chuva" para todos os portos já havia sido iniciada anteriormente em Santos, onde é muito frequente os trabalhadores operar sob chuva, a céu aberto. Assim, desde 1960, os doqueiros mobilizavam-se pela conquista de 30% de acréscimo salarial nos serviços realizados em período chuvoso.

Em março de 1961, o vice-presidente João Goulart visitou o SOSPS, onde declarou que o "salário chuva" era um direito praticamente garantido. Logo em seguida foi assinada a portaria que o regulamentava. Todavia, Antonio Rodrigues, secretário geral do sindicato, informou que "na última hora", "infelizmente, devido à força monetária da empresa empregadora, foi desvirtuada em Brasília, e contra isso é que nós nos estamos debatendo"¹²².

Em abril, Manuel de Almeida fez a seguinte proposta: "choveu, pára o serviço", pois "o serviço incompleto será a maior arma para a nossa vitória". O advogado do sindicato, por sua vez, foi consultado e declarou ao plenário que, "estribado em lei", podia garantir que "o trabalhador não é obrigado a trabalhar, quando em períodos chuvosos (...), exposição que é devidamente compreendida pelo plenário"¹²³. E compreendeu tão bem que, durante um mês, os doqueiros recusaram-se a operar sob chuva; os diretores do sindicato foram chamados pelo

¹²² SOSPS. AGE, 10.5.61. A CDS obrigava-se a pagar o "salário chuva" apenas quando os serviços fossem requisitados por terceiros e, além disso, deixava de registrá-lo para diversas categorias do porto. "A Tribuna", 20.11.61.

¹²³ SOSPS. AGE, 16.4.61.

Capitão dos Portos, que os acusou de "organizadores de piquetes de greve", mas o objetivo mesmo era intimidá-los ao mostrar-lhes uma carta do presidente da República, Jânio Quadros, na qual pedia informações sobre a situação do porto de Santos. Segundo Almeida, o diretor do Departamento Nacional do Trabalho disse-lhe por telefone que Jânio pedia paciência e "um voto de confiança ao trabalhador portuário, [porque] o Brasil estava atravessando uma má fase". Antonio Rodrigues esclareceu que o presidente apelou que "devíamos olhar mais para o Brasil, isto querendo dizer que devíamos trabalhar com chuva sem ganhar". Confiança no governo sem contrapartida? Apoio sem a confirmação de um direito garantido e ao mesmo tempo pervertido pela lei? Olhar para o Brasil debaixo de chuva? Da cátedra talvez de quem se julga no direito de sentenciar o que é ou não um ato de justiça, o advogado do sindicato deu um parecer final: "apesar dos bilhetinhos presidenciais (...) a greve é inevitável e justa". Já o "constitucionalismo" de Antonio Rodrigues não negou apoio ao governo. Mas em que termos?

"Esquece Vossa Excia. que os estivadores já ganham salário-chuva e a Constituição da República assegura igualdade de tratamento, e o nosso voto de confiança ao Presidente da República será exatamente exigirmos o que nos é de direito"¹²⁴.

O resultado da assembleia foi acatar os apelos do presidente da República, mas exigindo-lhe o direito ao "salário-chuva"¹²⁵. No entanto, a renúncia de Jânio Quadros contribuiria para protelar esta conquista. Estamos entrando agora na "era Goulart"...

2.3. "Aproveitar a Oportunidade":

Da Greve da Legalidade ao Plebiscito

"Como estamos bem com o governo devemos aproveitar esta oportunidade, encontrando uma forma de solicitar o aumento salarial, forma essa que nos dê o ensejo de sairmos vitoriosos" (Manuel de Almeida).

Esta fala do presidente do SOSPS foi pronunciada em assembleia da categoria logo após a gloriosa vitória da greve geral precipitada pela crise do gabinete parlamentar. Tratava-se de tirar proveito da situação de reciprocidade estabelecida entre o Estado e os portuários que, entre os demais setores dos transportes, representavam o carro-

¹²⁴ SOSPS.AGE, 10.5.61.

¹²⁵ "A Tribuna", 11.5.61.

chefe das mobilizações políticas a nível nacional. Proponho, portanto, observarmos as lutas reivindicatórias dos doqueiros entre agosto de 1961 ("greve da legalidade") e a realização do plebiscito, no início de 1963; período que marca também a consolidação desta direção do sindicato; nas eleições realizadas em outubro de 1960, Manuel de Almeida obteve 4771 votos, contra a chapa de oposição que não chegou a totalizar 500 votos¹²⁶

Tratarei de duas reivindicações presentes no acordo nacional de 1961: o salário-produção e o "salário-chuva" o qual, por intransigência da CDS, ainda não havia sido conquistado da maneira como o desejavam os doqueiros. Se, por um lado, a categoria transitava com certa facilidade nos espaços do governo, por outro esbarrava na sólida indisposição da Cia. Docas em conceder-lhes direitos conquistados ou em vias de serem adquiridos. A trajetória das lutas, então, deveria ser aquela bastante conhecida pela categoria: acionar as "autoridades" para fazê-las pressionar a empresa.

Todavia, esta estratégia não deixava de encontrar certas surpresas; não podiam os ministérios estar "mancomunados" com a Cia. Docas? Ou ainda, como corolário disso, as "autoridades" também não se surpreenderiam com a desconfiança dos trabalhadores que, impacientes, poderiam ultrapassar as fronteiras habituais das negociações? Mas estas derrapagens implodiam os laços de interdependência entre operários e Estado?

A Luta pelo "Salário-Chuva" e Salário Produção¹²⁷

"As autoridades estavam magoadas e chocadas por termos feito a greve, o que se presume que elas não acreditavam na greve" (Manuel de Almeida).

Estas duas reivindicações foram indubitavelmente as que mais ocuparam os doqueiros em 1962, o que pode ser observado pela quantidade de assembléias realizadas para discuti-las.

¹²⁶ "A Tribuna", 23.10.61.

¹²⁷ Uma análise mais aprofundada sobre os problemas relativos ao salário por produção encontra-se no capítulo 2 deste trabalho.

Desde abril de 1961, o salário por tarefa também estava sendo apreciado pelo então presidente da República, Jânio Quadros¹²⁸. Porém, segundo Almeida, sua renúncia teria atrasado a solução do problema, ainda que "o novo Ministro [estivesse] imbuído dos melhores propósitos, com relação às reivindicações dos trabalhadores"¹²⁹.

Apesar destes "propósitos", em dezembro os doqueiros deliberaram deflagrar uma paralisação, oferecendo um prazo aos ministros do Trabalho e da Viação até 10 de janeiro. Neste dia o salário-produção foi homologado¹³⁰, sem isso querer dizer que tivesse entrado em vigor, uma vez que a Cia. Docas colocou uma série de obstáculos à aprovação da tabela elaborada pelo sindicato, além de evitar entencimentos quanto ao "salário chuva", o qual não estava sendo aplicado da maneira desejada pela categoria¹³¹. E, nas palavras do presidente do SOSPS, a própria comissão interministerial encontrava-se "mancomunada com as Docas"¹³². Almeida declarou em assembléia do sindicato que havia notado "má vontade das autoridades ministeriais quanto ao caso", pois não encontrou ninguém nos ministérios - "parecia que todo mundo fugia de nós"¹³³ e alguns oradores apelaram para a deflagração de uma "greve imediata". Motivos: falta de confiança no governo. Foi o caso, por exemplo, de Sebastião da Costa, para o qual

"o fato é que nós não temos diretamente amigos nos poderes de comando governamentais, pois todas as vezes em que chamamos por um direito ou uma reivindicação, aparecem as reuniões secretas e no final nós acabamos sendo prejudicados".

De qualquer modo, o plenário decidiu acatar a posição da Federação Nacional dos Portuários no sentido de aguardar até 6 de fevereiro, quando a entidade entraria novamente em contato com os ministros. Entretanto, até março os dirigentes sindicais estiveram várias vezes com a comissão interministerial sem que obtivessem qualquer decisão

¹²⁸ SOSPS.AGE, 16.4.61.

¹²⁹ SOSPS. AGE, 17.9.61.

¹³⁰ SOSPS. AGE, 17.1.61.

¹³¹ "A alta direção da empresa procurava impor seu ponto de vista, isto é, a imposição de tabela de pagamento por produção por ela mesma elaborada, o que tornaria a sua aplicação altamente lesiva aos interesses dos trabalhadores". "O Diário", 26.1.62.

¹³² "Última Hora", 29.1.62.

¹³³ SOSPS. AGE 30.1.62.

favorável à categoria, tanto no que se refere ao salário por rendimento quanto ao "salário chuva"¹³⁴.

No dia 15 deste mês, os doqueiros realizaram uma "assembléia monstro" na qual deliberaram, por unanimidade, deflagrar uma greve para o dia seguinte. A paralisação foi geral, somando 5.500 grevistas, além dos estivadores que, "obedecendo a pacto de unidade entre ambas as categorias, também deixaram de trabalhar, totalizando cerca de 13.500 homens de braços cruzados". Nesta paralisação de 24 horas permaneceram inativos no cais 24 navios, calculando-se o prejuízo em aproximadamente 20 milhões de cruzeiros¹³⁵. Resultado: no mesmo dia da greve ("legal, leal e justa") "tivemos o caso do salário-chuva resolvido, estando já com os documentos firmados pelas autoridades competentes no Rio de Janeiro, uma vitória, portanto, concreta e decisiva". Quanto ao salário por produção, o ministro da Viação aprovou uma portaria regulamentando-o e exigindo da CDS a apresentação de novas tabelas no prazo de 30 dias. No balanço que Manuel de Almeida fez da paralisação,

"se não fosse pela greve, as Portarias não teriam sido homologadas, pois a Cia. não tinha interesse em que saísse a tonelagem, e esse desinteresse da empresa, era portanto a pedra no nosso caminho.

Portanto, a greve é lida aqui como uma luta que tem por alvo, acima de tudo, a própria empresa, submetendo-a à força da lei emanada dos ministérios. Mas estes também não estavam ilesos; pelo contrário, a paralisação foi precipitada pelo fato de que do ponto de vista da categoria, as negociações estavam se realizando de forma bastante lenta por parte das autoridades "mancomunadas" com a CDS. Devemos considerar, assim, que as relações entre o Estado e os doqueiros não se encontravam ausentes de conflitos, numa espécie de jogo orquestrado contra a empresa. Tanto é assim que Almeida referiu-se em assembléia que "as autoridades estavam magoadas e chocadas por termos feito a greve, o que se presume que elas não acreditavam na greve"¹³⁶.

No entanto, o problema do salário-produção não estava totalmente resolvido, pois as propostas da CDS continuaram não sendo aceitas

¹³⁴ "A Tribuna", 11.3.62.

¹³⁵ IBID.

¹³⁶ SOSPS. AGE, 23.3.62.

pelos doqueiros. Em assembleia da categoria¹³⁷, realizada em maio, diversos trabalhadores mostraram-se decididos a deflagrar outro movimento grevista. Contudo, alguns oradores ponderaram que no dia 13 seria inaugurada a nova sede do SOSPS e "se entrarmos em greve nesta semana, onde iremos nos organizar, onde iremos preparar nossos piquetes, onde iremos nos reunir"? Mais do que isso, Almeida pediu que se aguardasse até o dia da inauguração

"quando com a presença do sr. Presidente da República e os Ministros do Estado, se não estiver resolvido o problema solicitaremos ao sr. Presidente, uma solução urgente e se não formos atendidos, temos que tomar outras providências, inclusive uma paralisação geral no porto de Santos".

No dia 13 de maio, a solenidade de inauguração da sede do sindicato foi presidida pelo próprio João Goulart, não se resumindo o acontecimento apenas a festividades, discursos, homenagens e missa em ação de graças¹³⁸. O ministro da Viação, presente ao evento, assinou de próprio punho a portaria que, definitivamente, determinava o pagamento por produção; diante do previsível júbilo dos trabalhadores, Jango pediu-lhes que desistissem da retroação desde janeiro e aceitassem-na apenas após a data em que a portaria entrasse em vigor. Manuel de Almeida, "janguista" convicto, ressaltou o "valor inestimável" da retroação,

"coisa que será bastante insignificante para a CDS, que tem capital de sobra para nos pagar a retroação (com essas palavras o sr. presidente do sindicato é calorosamente aplaudido pelo plenário)"¹³⁹.

2.4. O Segundo Acordo Nacional dos Portuários

Apesar desta recusa a um respeitoso pedido do presidente da República, as relações com o governo não podiam ser melhores; em setembro, dois meses após a greve da crise do gabinete parlamentar, Manuel de Almeida considerou as possibilidades de uma revisão geral dos salários, o que

"não será fácil, mas como estamos bem com o Governo devemos aproveitar esta oportunidade, encontrando uma forma de solicitar o aumento salarial, forma essa que nos dê o ensejo de sairmos vitoriosos"¹⁴⁰.

¹³⁷ SOSPS. AGE, 6.5.62.

¹³⁸ "A Tribuna", 15.5.62.

¹³⁹ SOSPS. AGE, 6.5.62.

¹⁴⁰ SOSPS. AGE, 23.9.62. Fazia parte das reivindicações um aumento de 20 mil cruzeiros per capita, salário família de mil para dois mil e quinhentos cruzeiros, abono anual de natal.

Mas a luta aqui não era somente dos doqueiros de Santos e sim de todos os portuários do país que reivindicavam um novo acordo coletivo de trabalho; tratava-se, na verdade, de uma equiparação com todos os direitos conquistados pelos trabalhadores da CDS. Em outubro, a FNP iniciou os preparativos de uma greve nos 56 portos do país. Segundo seu secretário geral, Felipe Rodrigues, o governo havia recuado quanto aos propósitos de solucionar o caso: "só temos um recurso que é a greve, e vamos deflagrá-la custe o que custar"¹⁴¹. Todavia, não foi necessária a greve, pois em poucos dias foi assinado o acordo que se constituiu na maior conquista dos portuários em nível nacional, consubstanciadas no chamado "Acordo de 1962". As vantagens alcançadas e que colocaram os trabalhadores dos outros portos em pé de igualdade com os de Santos foram as seguintes: 1) 60% de aumento salarial e pagamento por produção; 2) salário-família na base percebida pelo funcionalismo público da União; 3) adicional por tempo de serviço (quinquênios); 4) "salário-chuva" de 30%; 5) garantia das 25 diárias; 6) licença prêmio de dois meses para cada dez anos de serviço; 7) readmissão de todos os trabalhadores dispensados por crimes políticos ou por abandono de trabalho em decorrência desses crimes; 8) pagamento da jornada integral dos domingos, feriados e da noite; 9) jornada de 33 horas para o pessoal que presta serviços técnicos, obras e conservação; 10) pagamento de todos os dias de greve no período entre 10. de agosto de 1961 até a data da assinatura do Acordo; 11) celebração de Convenções Coletivas de Trabalho, disciplinando as condições de trabalho, de horário, remuneração, direitos e deveres; 12) preferência de contratação aos antigos empregados despedidos sem justa causa¹⁴².

Face a tantas conquistas, os doqueiros decidiram, em assembléia, enviar um telegrama a João goulart e ao seu assessor sindical, agradecendo a colaboração de ambos na vitória obtida por todos os portuários do país¹⁴³.

*

Chegamos aqui ao final de 1962, pouco antes do plebiscito pela mudança do regime político. Como já salientei, com a volta ao presidencialismo em 1963, Jango dava mostras de gradativo afastamento em

¹⁴¹ "Diário de Notícias", 16.10.62.

¹⁴² "A Tribuna", 21.10.62.

¹⁴³ SOSPS. AGE, 8.10.62.

relação à "esquerda negativa", que se manifestou claramente entre os doqueiros. No entanto, isto não significou um sintoma de ruptura entre os trabalhadores, os dirigentes sindicais e o governo, mas um certo deslizamento ao nível da interlocução. O ministro do Trabalho, Almino Afonso, "substituiu" Goulart em seu tradicional papel de relação direta com os trabalhadores. No plano sindical, durante todo o primeiro semestre de 1963 Jango teve de enfrentar a política de aproximação com os trabalhadores de seu próprio ministro. Numa primeira fase, Almino procurou fazer cumprir a legislação social e trabalhista, conclamando os líderes sindicais a participarem de sua fiscalização e incitando-os a ampliarem o nível de sindicalização¹⁴⁴. Durante sua gestão de seis meses, Almino esteve três vezes no SOSPE, onde pronunciou demorados elogios aos portuários santistas, defendeu as liberdades sindicais, exortou os trabalhadores à vigilância da legislação trabalhista e recebeu diversos memoriais onde eram pleiteadas inúmeras reivindicações¹⁴⁵.

Em um segundo momento, Almino realizou uma grande campanha pelas reformas de base, colocou-se em oposição à política econômica do governo, pretendeu legalizar o CGT e tomou medidas no sentido de entregar o controle dos empregos do ministério do Trabalho e da Previdência Social aos setores radicais do sindicalismo. De acordo com K. Erickson, seus esforços caminhavam rumo a alterações fundamentais das reconhecidas funções do aparelho burocrático sindical. Esta atuação do ministro culminou na sua destituição da pasta em junho¹⁴⁶.

No transcorrer de todo este semestre os doqueiros não realizaram nenhum movimento espetacular comparável às mobilizações do ano anterior, mas não deixaram de dar continuidade à luta pelos direitos; em fevereiro, os motoreiros e motoristas de empilhadeiras paralisaram suas atividades durante cerca de dez dias pela conquista da controvertida "meia cota" do salário-produção¹⁴⁷; em abril os doqueiros entra-

¹⁴⁴ ERICKSON, K., op. cit., p. 126.

¹⁴⁵ "A Tribuna", 10.4.63; 24.5.63; 17.8.63.

¹⁴⁶ Para Erickson, "os políticos geralmente têm usado o empreguismo nas estruturas trabalhistas para manter o sistema, subornando contra-elites potenciais com empregos e emolumentos. (...) Almino usou o empreguismo para fins totalmente diferentes. Ao colocar representantes da esquerda nacionalista e radical em importantes postos de sua jurisdição burocrática, forneceu-lhes recursos e poder para mobilização de grande número de pessoas em favor das reformas políticas fundamentais. Assim, emprega a arena distributivista para enfrentar questões redistributivistas". ERICKSON, K., op. cit., p. 124.

¹⁴⁷ "Correio da Manhã", 28.2.63; "A Gazeta", 1.3.63; "Jornal do Brasil", 31.3.63. Sobre a polêmica interna à categoria sobre o problema da "meia-cota", ver capítulo 2.

ram em greve contra atraso de pagamento¹⁴⁸. Deve-se salientar que tais movimentos foram integralmente bem sucedidos e que, nas assembleias do sindicato, os trabalhadores debatiam e reivindicavam infundáveis "pequenos direitos" relativos às condições de trabalho, tais como melhorias no pagamento do salário-produção e dos serviços insalubres e perigosos. Em termos mais gerais, não faltaram ameaças de greve em solidariedade a outras categorias do porto e da cidade¹⁴⁹.

No plano da "grande política" também não se registrou nenhum acontecimento de grandes proporções, embora o FSD, a USOMS e o SOSPS assinassem diversos manifestos públicos contra as forças golpistas - os "gorilas" -, e em favor das reformas de base.

Vimos, porém, que no mês de julho estourou o movimento pelo 14o. salário. Inicialmente ele tinha um caráter reivindicativo, mas logo passou a tomar proporções políticas; em seguida tivemos uma última grande "jornada": a greve em solidariedade aos enfermeiros da Santa Casa. A partir deste marco, proponho olharmos as nuvens que começaram a se formar sob o céu da cidade de Santos.

3. UM PORTO A VER NAVIOS

Logo após a greve dos enfermeiros, a imprensa publicou incansavelmente diversos balanços das greves eclodidas no período, tanto na Baixada Santista quanto no porto de Santos. Em 1962 a região foi palco de 56 greves, computando-se 235 dias de trabalho não realizados; no ano seguinte, o número de movimentos paredistas revelou-se um pouco menor (53 greves), mas ao todo foram 367 dias de inatividade; o maior índice alcançado verificou-se no porto de Santos: em 1963, assistimos a 19 greves, atingindo 11 dias e 16 horas de paralisação dos serviços, excetuando-se 85 dias em "paredes" parciais¹⁵⁰. Apenas o mês de julho

¹⁴⁸ Trata-se de pagamentos atrasados oriundos do acordo assinado em outubro de 1962. "A Tribuna", 20.4.63; "O Diário", 21.4.63.

¹⁴⁹ Movimento de grandes proporções, pronto a precipitar uma greve geral, ocorreu em abril quando os estivadores paralisaram suas atividades face ao "caso dos bagrinhos", sob a marcante presença e intermediação de Almino Afonso e dos militares nacionalistas. Segundo K. Erickson, "esta foi a última vez que trabalhadores e militares colaboraram numa situação de greve". Ver ERICKSON, K., op. cit., pp. 167-170. Sobre o "caso dos bagrinhos", ver SARTI, I., op. cit.

¹⁵⁰ "O Estado de São Paulo", 24.8.63. Para termos uma noção comparativa quanto ao porto, em 1956 houve uma greve a cada 180 dias; em 1957 e 1958, nenhuma; em 1959, uma em 120; em 1960, uma em 60; em 1961, uma em 72; em 1962, uma em 24 e; em 1963, uma em 19. "Jornal do Brasil", 2.10.63.

passou incólume aos repetidos movimentos grevistas¹⁵¹. Em 1963, segundo o jornal "A Tribuna", caso as operações tivessem transcorrido normalmente teria havido um aumento de movimentação de mercadorias de 450.000 toneladas¹⁵².

Talvez em toda a sua história, nunca as greves portuárias tenham emergido tão declaradamente no espaço público como as deste período. Sabemos que a greve multiplica as relações entre as classes, que a partir dela não apenas os trabalhadores se apresentam em público, mas também os patrões, o Estado, a opinião pública. Assim, a massa documental e as observações em torno dela multiplicam-se na mesma proporção, pois a greve é um acontecimento que fala e do qual se fala¹⁵³. Neste sentido, Arlindo Lucena, comunista e trabalhador das Docas, escreveu em seu livro "Bagrinhos e Tubarões", publicado em 1964, que os estivadores

"emergiram do anonimato de pessoas que vivem a maior parte da sua existência nos porões dos navios, para ocupar as primeiras páginas dos grandes jornais, e os principais comentários do rádio, da televisão, que os apontavam como verdadeiros magnatas, príncipes e nababos, cujas rendas alcançavam até meio milhão de cruzeiros mensais"¹⁵⁴.

A presença cotidiana dos portuários nas manchetes e no noticiário da grande imprensa não ocorreu tão somente a partir de suas espetaculares "jornadas"; mas, principalmente, por causa destas, eles figuraram aí através do que denominei de "a ótica dos discursos do congestionamento". Este problema foi tratado mais detidamente no "Capítulo 2" quanto às suas implicações sobretudo na organização do processo de trabalho dos doqueiros. Contudo, é imprescindível remontá-lo brevemente e analisar os significados com que se apresentou nesta conjuntura específica.

¹⁵¹ "Folha de São Paulo", 2.9.63.

¹⁵² "A Tribuna", 1.3.64.

¹⁵³ PERROT, Jeunesse..., op. cit., pp. 9-14.

¹⁵⁴ LUNENA, A. Bagrinhos e tubarões, op. cit., p. 29.

3.1. O Cais à Beira do "Caos"

Verificamos que os congestionamentos de navios à espera de vaga no cais para atracarem era um problema crônico de longa data (desde que a CDS começou a explorar e administrar o porto), cujas causas são bastante complexas e nomeadas diversamente de acordo com os interesses e a ótica de cada setor do capital envolvido nas transações portuárias. No biênio 1962-1963, o fenômeno das periódicas crises que vivia o porto foi hipertrofiado ao ser remetido à responsabilidade dos trabalhadores; apesar de muitas opiniões e propostas de solução divergentes, todos estavam de acordo em um aspecto: os portuários eram os maiores culpados pelos congestionamentos verificados no porto durante aqueles anos. Neste ponto, faziam coro a CDS, armadores e agências de navegação, importadores e exportadores, industriais, políticos, diversos órgãos governamentais, publicações especializadas nos serviços de transporte e a grande imprensa - o principal porta-voz desta orquestração uníssona.

Um dos pontos mais fortemente atacados era a maneira pela qual estava organizado o trabalho desde a década de 30. Salta aos olhos a quantidade de vezes que lemos acerca da restrição demasiada da jornada de trabalho face à apropriação que os doqueiros faziam da falta de divisão dos serviços em turnos diferenciados. Assim, era muito comum acusá-los de fazerem "cera" nos horários ordinários a fim de prosseguirem nas horas extras, talvez as mais bem pagas entre todas as categorias profissionais do país (70% a 290%). Para os discursos do congestionamento, o salário-produção teria tido pouco alcance para resolver este problema, uma vez que não veio acompanhado de outra medida inseparável: o fim dos extraordinários e a correlata criação de três turnos de trabalho, de 8 horas cada. A reação por parte dos armadores a esta estratégia era a não requisição do trabalho nas horas extraordinárias. Assim, o porto não funcionava com sua capacidade máxima de tempo (21 horas), mas operava muitas vezes de 12 a 14 horas. O corolário disso era a acusação segundo a qual havia uma ausência de correlação entre elevados salários percebidos pelos doqueiros e baixa produtividade. Daí os discursos veementes contra a conquista do quinquênio por tempo de serviço, licença-prêmio, 25 diárias, salário-chuva, "altas" porcentagens incidentes sobre os serviços insalubres e perigosos, etc.

Mas a terceira e mais peremptória denúncia dirigia-se à denominada "demagogia salarial do governo". Este seria, em última instância, o maior responsável pela situação "princesca" em que viviam os portuários porque lhe interessaria a adesão destes trabalhadores e de seus líderes fortemente organizados e atrelados a ele, numa clara simbiose de propósitos, entre os quais a instauração de uma "república sindicalista" no país. Assim, tanto as greves "políticas" quanto as "corporativas" eram atribuídas freqüentemente à permissividade governamental, tratando-se, portanto, de movimentos autorizados e insuflados desde o alto. Um exemplo disso está em um artigo de Assis Chateaubriant, ferrenho defensor da "moralização" dos serviços portuários. Segundo ele, as causas primeiras do congestionamento dos navios em Santos residiam na "fraqueza, para não dizer na conveniência e no estímulo do poder público federal às greves insensatas"¹³⁵.

Se os discursos do congestionamento se repetiam infatigavelmente ao longo do tempo, por outro lado apresentaram aspectos originais nesta conjuntura. As vozes que os pronunciavam não pretendiam apenas alterar a organização do trabalho portuário com vistas à obtenção de uma maior produtividade. Este ponto vinha sendo tratado há cerca de três décadas. Também não encontramos nenhuma novidade na construção do destinatário destes discursos: eram os consumidores que arcavam com os "prejuízos" causados pelos congestionamentos, na medida em que o aumento dos custos das operações portuárias era repassado para os preços dos produtos adquiridos no mercado interno. Mas é justamente aí que o problema passou a se centrar e ganhar novos contornos. Os agentes daqueles discursos estavam todos articulados numa campanha contra o governo, sendo identificados pelas lideranças sindicais com os "gorilas", os "golpistas" ou os "entreguistas". Ingrid Sarti identificou onde estavam localizadas politicamente as forças que agiam na difamação pública dos portuários, em particular dos estivadores: os udenistas, sob a liderança de figuras interessadas na mudança do regime como Herbert Levy¹³⁶.

Emergiu, então, a construção da "imagem da crise", cujo objetivo, entre outros aspectos, era não permitir antever quaisquer particula-

¹³⁵ "Diário de São Paulo", 24.11.62.

¹³⁶ SARTI, I., op. cit.

rismos das classes envolvidas nos negócios portuários. Reorganizar o trabalho no porto e alterar as regras do jogo político (dois objetivos inseparáveis e ligados pelos mesmos liames) eram medidas que não podiam deixar transparecer nenhum interesse que não fosse o do "bem comum".

As análises da FIESP são aqui bastante significativas, pois sintetizam bem as tramas dos discursos do congestionamento. A cena está toda voltada para um personagem terrível e espectral: o "fantasma do caos" que ameaça toda a "Nação"¹⁵⁷. Em 1960, a FIESP expressava um claro otimismo. Estava desfeita a "imagem da crise" montada em 1956, quando do nebuloso quadro da sucessão presidencial. Não se falava mais em estatismo versus iniciativa privada e o conflito capital/trabalho parecia mais equilibrado¹⁵⁸. Contudo, o "fantasma da crise" foi reapresentado, sobretudo a partir de 1962. O editorial de um Boletim Informativo da FIESP chamava atenção para o "caos" na vizinha nação argentina, ressaltando a luta de classes (tivemos um "efeito Orloff" avant la lettre?). O mesmo clima de instabilidade e inquietação era projetado para o Brasil. Contudo, as questões de classe eram poupadas e os apelos centravam-se na problemática de ordem legal, moral e institucional.

Os empresários continuavam a adotar o discurso de ordenação jurídica da sociedade. A luta não era propriamente de classes, mas localizava-se no jogo legal/ilegal, lançando farpas em direção ao Estado. Verifiquei os Boletins Informativos da FIESP de 1962 e 1963 nos quais encontrei inúmeras menções às greves e à situação "caótica" do porto de Santos. Algumas vezes os industriais faziam alusão aos prejuízos que os portuários acarretavam às "classes conservadoras". Contudo, constatei um deslocamento de enfoque na medida em que as greves "prejudicassem" os interesses sociais gerais. Destacarei um exemplo da "sanha egoísta" destes trabalhadores:

¹⁵⁷ Maria J. Trevisan, ao investigar os Boletins da Fiesp (1956-1960), analisou agudamente os discursos dos industriais dirigidos à coletividade ou à "Nação". Podemos proceder de forma análoga e sintética, uma vez que encontramos nos discursos do congestionamento os mesmos enfoques privilegiados pelos industriais. TREVISAN, M. J. O projeto do empresariado e a estratégia da industrialização (1956-1960). Tese de Mestrado, UNICAMP, 1981.

¹⁵⁸ TREVISAN, M., op. cit.

"como é de hábito, há um jogo de empurra, cada qual querendo transferir a responsabilidade por essa situação catastrófica. Os portuários infelizmente liderados por sindicatos sem o menor sentido de bem coletivo, só se preocupam em aumentar os privilégios que já possuem"¹⁵⁹.

O apelo ao "bem coletivo" foi ressaltado num editorial que tinha por destinatário o governo federal, as instâncias jurídicas e a "população". Lemos que a legislação não protegia a "maioria" contra uma "minoridade" por causa da fragilidade das autoridades governamentais; com os olhos voltados para a "população", perguntou o editorial de um Boletim:

"mas então paralisar um serviço público como o de um porto, deixar a população sem transporte, ameaçar de fome o povo pela paralisação das rodovias e dos navios, impedir que a população tenha combustível para preparar seus alimentos, é crime? Evidentemente que sim".

Já que a resposta era afirmativa, exigia então a execução do Código Penal, prevendo de seis meses a dois anos de prisão para os trabalhadores do porto que se envolvessem em qualquer manifestação grevista¹⁶⁰.

Num momento de grande instabilidade política e econômica, além da ferrenha oposição dos empresários ao governo, a "imagem da crise" apanhou os portuários a quente, principalmente se levarmos em consideração seu enorme poder de pressão reivindicativo, sua ligação estreita com o movimento operário de outras categorias profissionais e sua inserção no cenário político nacional.

Marilena Chauí observou que tal imagem opera com uma ordenação social ao nível psicológico, buscando oferecer conforto àqueles a quem ela se endereça, fazendo-os sentirem-se seguros. Assim, podemos afirmar que, diante da alta inflação observada nos primeiros anos da década de 60, nada mais eficaz do que nomear um dos principais focos supostamente responsável pela alta dos preços: os portuários. Os conflitos internos à sociedade precisam ser conjurados, mas quando "já não podem ser controlados, surge uma idéia-chave, panacéia de todos os males, uma explicação daquilo que 'efetivamente' estaria ocorrendo no real: a imagem da crise"¹⁶¹. Esta instaura-se no momento em que o real representado ideologicamente começa a escapar do saber universali-

159 CONGESTIONAMENTOS do porto de Santos preocupa a indústria. Boletim Informativo. São Paulo, FIESP, n. 672, 22.8.62.

160 A OPINIAO Pública e o porto de Santos. Boletim Informativo. São Paulo, FIESP, n. 684, 14.11.62.

161 CHAUI, M. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In.: Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 127.

zante, isto é, quando os conflitos afloram e extrapolam os limites das ideologias formais. E era o que parecia estar ocorrendo neste período; frente à "crise", surge a "imagem da harmonia"; à irracionalidade do "caos", impõe-se a racionalidade social; à desordem empírica, a ordem ideal. O discurso, então, recorre ao otimismo e indica as soluções para exorcizar a "crise". Fã-lo em nome do "povo", uma vez que sua universalização arroga para si a leitura clarividente e antecipatória das "aspirações populares", respondendo a elas com soluções que restaurem a "ordem".

As "crises" portuárias eram, como vimos, frequentemente atribuídas às fraquezas do governo, exigindo-lhe mãos de ferro, além de colaboração das classes e da sociedade. Nesta perspectiva, verificamos que a "imagem da crise" demandava um papel interventor por parte do Estado para soldar as clivagens no interior do social, o que só poderia ocorrer pelo esforço conjunto de todos, porque o "perigo" a todos igualmente ameaçava. Emerge uma suposta comunidade de interesses, uma sociedade pretensamente homogênea. Ainda nas palavras de Chaui, "a crise serve, assim, para dissolver todas as diferenças e contradições empenhando todos os agentes sociais na tarefa de reorganização da Nação"¹⁶².

Os discursos do congestionamento, sob a dualidade "crise-harmonia", inscrevem-se neste campo de problemas. Ele nomeia os conflitos para melhor desfigurá-los sob o nome de "perigo". Neste sentido, as "crises portuárias" foram muito bem utilizadas para que se buscasse uma aproximação entre os grupos preocupados com a "ordem" e a opinião pública. O proselitismo dos discursos e as lutas dos portuários tornaram o porto um lugar onde os setores do capital e os portuários disputavam seu controle.

Indicado o "perigo", a perspectiva da "harmonia" dependeria de "soluções concretas", de toda uma pragmática que possibilitasse uma nova ordenação nas relações entre trabalhadores, empresários e Estado. A própria FIESP se propôs a investigar os congestionamentos a fim de "indicar com objetividade as deficiências e apontá-las sem hesitação à opinião pública"¹⁶³.

¹⁶² IBID, pp. 129-30.

¹⁶³ SI, n. 684, 14.11.62.

Dos mais diversos lugares formaram-se grupos para estudar as sucessivas crises portuárias: Câmara Municipal de Santos, Assembléia Legislativa de São Paulo, Congresso Nacional, "órgãos técnicos" do governo, Associação Comercial de Santos e São Paulo, engenheiros especializados nos serviços de transportes, etc. Além de indicarem inúmeros problemas "técnicos", praticamente todos os estudos constataavam aquela série de causas aqui arroladas e remetidas à responsabilidade dos portuários (baixa produtividade, greves, altos salários, jornada de trabalho, etc.). No que se refere à organização do trabalho no porto, as propostas apresentavam quase invariavelmente a conclusão sintetizada pela "CPI do Porto de Santos", (diga-se de passagem, organizada logo após a greve em solidariedade aos enfermeiros): alteração na jornada de trabalho, constituindo três turnos de oito horas cada, com o objetivo de pôr termo aos serviços extraordinários. Mário Covas, relator da CPI, considerava "inadmissível que um porto congestionado, não opere durante todo o tempo possível"¹⁶⁴.

Podemos ler pronunciamentos ainda mais enérgicos e drásticos, uma vez que as causas dos congestionamentos tinham raízes de ordem política e institucional. Em outros termos, os sindicatos e o "aparelho grevista" deveriam ser desmobilizados e, (por que não dizer?) desmantelados. A mobilização dos portuários foi muitas vezes considerada um "caso de polícia", não faltando políticos que pedissem uma intervenção federal no porto de Santos¹⁶⁵. Mas como apelar intervenção a um governo tido como cúmplice daqueles trabalhadores?

O fato é que dos, mais diversos grupos de estudo sobre o porto de Santos, não resultou nenhuma "medida concreta" de maior proporção entre aquelas repetidamente apontadas. Não foram poucos os agentes

¹⁶⁴ "A Tribuna", 21.7.63. Outras medidas eram registradas: padronização do sistema de remuneração entre todos os trabalhadores do porto; unificação de todas as categorias profissionais sob uma mesma legislação trabalhista; mecanização e utilização de containers para aumentar a produtividade e reduzir roubos e avarias das mercadorias. E o caso, por exemplo, do pronunciamento do presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, no jornal "O Estado de São Paulo", 29.11.62; Anais da Primeira Semana de Estudos Sobre Transportes Marítimos e Construção Naval. São Paulo, 1960; DESENVOLVIMENTO E CONJUNTURA, São Paulo, 5, mai., 1963. Outras "soluções": melhores condições de trabalho que motivassem os portuários nos serviços (higienização dos locais de trabalho, construção de sanitários e restaurantes); exames psicotécnicos e escolas profissionalizantes para a concretização de uma "mentalidade portuária sadia e responsável". Ver particularmente a entrevista de Ormino Lopes, chefe do 15. Distrito do Departamento de Portos Rios e Canais, no jornal "O Diário", 1.3.63.

¹⁶⁵ Exemplo disso encontra-se nos apelos do deputado estadual Alfredo Trindade ao presidente Goulart para que acionasse uma intervenção federal no porto. Diário da Assembléia Legislativa, Sessão de 25.5.63. Na sessão de 30.5.63, o deputado Osvaldo Martins se opôs à idéia de intervenção, alegando que as crises de congestionamento deviam-se ao fato de que a CDS recebia verbas do governo sem aplicá-las na melhoria da infra-estrutura portuária.

sociais que atribuíram esta inércia à convivência do governo, nada interessado em desagradar seus "afilhados" portuários. Assim, generalizou-se na imprensa um argumento muito bem sintetizado pela revista "Transporte Moderno", em janeiro de 1964: tais "medidas [são], por assim dizer, revolucionárias" - o que exigia nada menos que uma mudança radical no regime político¹⁶⁶.

3.2. *"Nós que Amávamos Tanto as Reformas de Base..."*

Para deleite dos que assim prognosticavam e ansiavam, em abril de 1964 fundeou sobre um banco de areia e ali permaneceu o navio "Raul Soares" que, "em tempos de glória", havia transportado pracinhas da FEB para a Europa. Depois, aposentado, foi rebocado até Santos em tempos sombrios, "para cumprir sua última e mais humilhante missão: servir de presídio no porto de uma cidade orgulhosa, por ordens militares". Foram recolhidos no navio-presídio mais de sessenta pessoas, entre os quais médicos, professores, líderes sindicais, trabalhadores, políticos¹⁶⁷.

O "Raul Soares" não cumpria apenas o objetivo de suprir a demanda de presídios para a enorme leva de detentos. Antes de mais nada, ele era um símbolo¹⁶⁸. A imagem do movimento operário na Baixada Santista estava associada às imagens do cais, dos navios e do mar; sua força era comumente vinculada à força dos portuários em paralisar os navios - o que fornecia o combustível indispensável a qualquer greve geral. Acima de tudo, falava-se na claridade de uma cidade noturna repleta de "navios iluminados" que permaneciam congestionados durante os movimentos grevistas. Assim, não podia haver nada mais irônico e provocativo do que deter os "agitadores" nas "trevas" de um velho navio com o casco pintado de preto. Erasmo Dias, major do Exército em 1964 e uma das lideranças militares do golpe na Baixada Santista, afirmou recentemente que o motivo da requisição do navio Raul Soares era evidentemente psicológico¹⁶⁹.

¹⁶⁶ SANTOS, porto mal comportado, Transporte Moderno, São Paulo, 1 (6), 39, jan. 1964.

¹⁶⁷ ALEXANDRINO, C., op. cit., pp. 9-10.

¹⁶⁸ Como afirmaram os autores do livro "Sombras sobre Santos", "nada havia de ocasional ou gratuito na presença do navio-prisão imobilizado no meio do canal do estuário santista, ao lado do velho centro da cidade, onde nascera o maior porto do continente". IBID, p. 10.

¹⁶⁹ IBID, p. 14.

Como afirmaram os autores do livro "Sombras Sobre Santos", psicológica era ainda a tortura praticada no navio: ameaça de jogarem os presos no alto-mar; exibição de metralhadoras pesadas; agressões físicas; alternância de "acomodação" nos locais do "Raul Soares", tal como aconteceu com Waldemar Neves Guerra, presidente do SEASPS, levado para uma cela ao lado da caldeira do navio, e depois para outra junto ao frigorífico; tortura mental como, por exemplo, libertar um prisioneiro e levá-lo logo depois de volta ao navio-presídio. Consta que alguns presos morreram pouco tempo depois, provavelmente em razão dos maus tratos experienciados no "Raul Soares"¹⁷⁰.

Não se passaram muitos meses e este navio foi transformado em sucata, "como uma tentativa de apagar qualquer sinal de sua existência"¹⁷¹, mas as tétricas lembranças por ele deixadas estão ainda plasmadas na memória de muitos dos que ali foram encarcerados. Acima de tudo, o "Raul Soares" simbolizou a amarga derrota de uma geração de ativistas que amavam tanto as reformas de base...

3.3. ... e a Cidadania

Sobretudo no plano dos direitos trabalhistas, o período que se seguiu ao golpe foi vivido como uma tragédia para muitos daqueles operários já bastante familiarizados com o exercício da cidadania. A partir daí, a luta voltava-se acima de tudo para a reconquista dos direitos adquiridos.

Muitos dos que festejaram o golpe de Estado não pararam de clamar ao governo para que este alterasse a política salarial adotada anteriormente em relação aos trabalhadores dos serviços de transporte, visando pôr um fim à situação "nababesca" desta "aristocracia operária". O economista Eugênio Gudim escreveu em julho de 1964 que:

"se o governo Castelo Branco corrigir os excessos salariais nos setores dos transportes e do petróleo, e restabelecer a normalidade econômica dos transportes marítimos, ferroviários e portuários, terá prestado ao Brasil um grande e assinalado serviço"¹⁷².

Sabemos muito bem que nada há de profético neste desejo de um ex-assessor econômico da Cia. Docas. Durante muitos anos as "distorções

¹⁷⁰ IBID, pp. 19-20.

¹⁷¹ IBID, p. 10.

¹⁷² "Diário de São Paulo", 7.7.64.

salariais" verificadas entre aquelas categorias foi um leit motiv permanente dos discursos do congestionamento. Em outubro de 1964, o ministério da Viação desferiu um dos primeiros golpes no salário dos doqueiros. A portaria n. 462 determinou a modificação no critério de pagamento da produção em "caráter experimental". O deputado estadual santista, Osvaldo Martins, declarou na Assembléia Legislativa que tal medida foi um ato de "camaradagem" para com a CDS, pois esta, no mesmo dia, divulgou uma circular enumerando cerca de 98 tipos de mercadorias, cujo pagamento aos doqueiros era feito na base de cubagem e passou a ser à base de peso, o que veio a diminuir drasticamente os rendimentos dos trabalhadores de carga e descarga. Por outro lado, o parlamentar denunciou que a CDS continuava a auferir as mesmas taxas de capatazias.

Mas isto era só o começo. O que ainda estava por vir tinha evidentemente um sabor de vindita; o ano de 1965 foi para os doqueiros uma espécie de "segundo golpe" e, em junho, a lei n. 56.420 considerou nulos todos os acordos firmados entre a Federação Nacional dos Portuários e o Governo Federal, sob o pretexto de que a empresa empregadora não havia feito parte dos mesmos. Posteriormente, o decreto n. 5 de 1966 considerou vencidos os acordos que tivessem mais de dois anos. O que sobrou dos direitos conquistados foi apenas o adicional por tempo de serviço e as "25 diárias". Enumeremos as perdas: "salário-chuva"; taxas de 25% em diversos serviços perigosos e insalubres; redução do salário-família de 4.000 para 3.300 cruzeiros; descanso semanal e férias remuneradas; fim dos extraordinários pagos à base de 70 a 290%, sendo as horas noturnas remuneradas com um acréscimo de apenas 20% (CLT); criação de dois turnos de trabalho (um de dia e outro à noite, com revezamento semanal); corte na cubagem para os serviços por produção, permanecendo somente a tonelagem (representando um corte salarial à base de 50%); drástica redução do número de homens em cada terno de serviço¹⁷³.

Vemos claramente aí o triunfo dos discursos do congestionamento; redução salarial e alterações profundas na organização do trabalho, sem falarmos, é óbvio, na paralisação da "máquina sindical". Mas quais as mudanças sentidas pelos doqueiros no seu cotidiano de trabalho? Deixemos que eles mesmos as indiquem. Em primeiro lugar, vejamos o fim

¹⁷³ "O Estado de São Paulo", 22.1.66.

dos extras de 70 a 290% (pagos pelas agências de navegação) e, correlatamente, a instituição de dois turnos ordinários, como um suposto meio de fazer o porto operar durante 24 horas diárias e colocar termo à prática da "cera".

Do ponto de vista salarial, "nós saímos de um cativeiro, mas era um cativeiro remunerado, bem remunerado pelas horas de 290% e viemos, pela lei 4.960, mal remunerado e cativeiro do mesmo jeito" (B., ex-doqueiro). Este cativeiro mal pago significava tanto um excesso de trabalho quanto um desajuste no "organismo" do operário em razão dos revezamentos semanais em turno diário e noturno. Segundo S., ex-quindasteiro,

"não somos máquinas que você aperta aqui, aperta ali, ela funciona. Nós somos seres humanos, nós temos reações químicas, essa coisa toda, né? E, então, o resultado: você trabalhava o dia inteiro, a semana inteira, das 7 às 19, aí você tava acostumado naquele regime. Isso até no sábado e talvez no domingo. Você, na segunda-feira, começava à noite. Então das 7 da noite às 7 da manhã. Ora, então quando você começava a acostumar o seu organismo a ter que dormir de dia, independente do barulho do teu vizinho, do calor, disso e daquilo tudo, você tinha que tá preparado pra 19 horas encarar uma noite inteira. Então, o organismo não dava pra se recuperar. Então, aconteceu estafa em todo mundo, gente que ficou doente; enfim, não era melhor não".

Some-se a isso os cortes no pagamento por produção que eram ainda mais dramáticos quando a Delegacia do Trabalho Marítimo determinou a redução dos ternos de serviço. Aliás, durante 1964 e 1967, estes foram os pontos mais debatidos pelos doqueiros nas assembléias do sindicato. Em 1966, um operário expressou a exasperação imposta aos trabalhadores a partir dessas alterações. Na sua fala indignada,

"o fato é que não poderemos concordar com essa série de prejuízos que nos estão impostos e cujos sacrifícios nós não vamos aguentar, pois do jeito que vai, os serviços passarão a ser desenvolvidos com mais morosidade, não só pelo desgaste físico, como principalmente pela diminuição de homens nos ternos. Amanhã ou depois correremos o risco de ser recriminados por trabalhar morosamente, o que não é verdade, pois há operações de carga e descarga que tem [sic] que trabalhar com determinado número de homens no terno, o que não vai acontecer segundo as novas tabelas organizadas pela DTM. O que vai acontecer, fatalmente, é que os homens não irão aguentar o ritmo de trabalho que vai ser imposto. O fato é que estamos agora entre a cruz e o calvário"¹⁷⁴.

Detenhamo-nos no risco de serem "recriminados por trabalhar morosamente". As leis de 1965 e 1966 foram como um bálsamo para diversos agentes sociais. Finalmente, a ordem teria sido reencontrada. A CDS abraçou os novos decretos federais e o aparato repressivo como

174 SOSPS. Reunião Específica dos Trabalhadores de Carga e Descarga, 9.6.66.

"enérgicas providências tomadas pelo governo no sentido de racionalizar o regime de trabalho nos portos, aumentando sua eficiência mediante implantação de critérios econômicos", o que veio a permitir "considerável diminuição de ônus suportado pelos usuários do porto de Santos"¹⁷⁵. Ouvimos um suspiro aliviado em uma publicação empresarial, onde lemos que, de 1964 a 1968, por quatro vezes foi batido no porto o recorde mensal de movimento de mercadorias. Motivo:

"grande parte da maior eficiência do trabalho no porto deve-se à atuação da Capitania dos Portos, que soube levar à prática a nova ética responsável, inscrita, em traços fortes, nas leis trabalhistas, surgidas após março de 1964"¹⁷⁶.

A memória acerca dos tempos "catastróficos" talvez seja não só a justificação para o golpe e para as medidas dele decorrentes, mas também a demonstração de que, naqueles anos, uma parcela significativa da classe operária não acariciou com mãos afáveis os pêlos eriçados do capital e muitas das emergentes pretensões políticas.

¹⁷⁵ Revista Docas de Santos, São Paulo, CDS, n. 19., jan-mar., 1965.

¹⁷⁶ MARTINS, Itamaraty. No mundo do trabalho a guerra dos dois resíduos; a recuperação de um porto. Industrialização e Desenvolvimento. São Paulo, 1, (1), jul. 1968.

EPÍLOGO (1964-1968)

O último capítulo deste trabalho foi, em certa medida, organizado para responder à questão da "heteronomia" da classe operária explicada, fundamentalmente, através das seguintes oposições binárias: setor moderno/tradicional, lutas políticas/reivindicações econômicas, "organizações paralelas"/(&)estrutura sindical corporativista, cúpula/bases. Procurei mostrar que esta construção analítica é empiricamente questionável. Pretendo agora problematizar o resultado final destas equações, resultado este que lhes serve de "prova" e sustentação. O golpe de 1964 é, por sua vez, pensado enquanto derrota, enquanto demonstração da subordinação da classe operária ao Estado, ao qual teria atrelado o seu próprio destino. No exato momento em que o chamado populismo caiu, faltou-lhe aquele que se dizia ser o seu mais fiel aliado - o operariado. Porém, a este não caberia a culpa, mas sim às lideranças nacionalistas que, ao se distanciarem de suas bases, não as prepararam para o pior; consideravam-nas fortalecidas e capazes de resistência obstinada às forças golpistas. No entanto, no momento necessário de demonstrarem toda a sua força, restou apenas uma lastimável frustração e, finalmente, a ilusão de um falso poder de resistência. A imagem é a de um corpo que, quando imediatamente empurrado em direção ao precipício, agarra-se a outro corpo mais próximo e frágil, levando-o consigo. A partir daí, dentes rangeram e murmúrios de *mea culpa, mea maxima culpa* não cessaram de ser ditos no muro das lamentações onde muitas lideranças fizeram "auto-críticas". Não faltaram, também, as vozes acadêmicas que engrossaram o coro, dizendo, porém, "sua culpa, sua máxima culpa".

Como vimos, este veredito parece não resistir a uma análise empírica mais pormenorizada. Não porque tivesse havido uma encarniçada luta contra o golpe, mas porque o argumento de abandono em relação às bases não está convincentemente demonstrado.

Não se trata, porém, apenas de uma "lógica empírica". Pretendi compreender como a crítica ao "cupulismo" tornou-se, ela mesma, uma análise cupulista. O papel correto a ser desempenhado pela classe operária viria dos "acertos" das lideranças. Logo, se estas tivessem apontado para a base e não em direção ao alto, podíamos, logicamente, supor que os trabalhadores teriam cumprido sua missão em manter a ordem constitucional. Neste caso, o "se" colocado no processo histó-

rico situa-se no terreno da determinação: da falta de contato com as bases, o resultado foi o golpe (lógica empírica); inversamente, do "trabalho de base", teria sido a redenção (lógica dedutiva). Faço esta dedução de uma lógica para outra pelo fato daquela relação não ser colocada como uma possibilidade aberta, mas como uma certeza à qual só os exercícios lógicos dão acesso. Certamente a lógica dedutiva não é dita com tanta clareza como a empírica, mas esta é mencionada a tal ponto como explicação da derrota em 1964 que aquela torna-se forçosamente a chave da "história do que deveria ter acontecido". Assim, se nestas formulações a classe operária não aparece diretamente como culpada, mas sim as manobras, as manipulações e o cupulismo da esquerda apegada ao regime populista, infere-se que os trabalhadores acabam sub-repticiamente sendo co-responsáveis da derrota. Afinal, deixados a si próprios manifestam apenas um rosto pálido carente de uma boa combinação de cores preparada no ateliê da esquerda.

1964 é o ponto crepuscular através do qual podemos reduzir e organizar as experiências operárias no período com base na sua "derrota", como se esta fosse a prova irrefutável de sua heteronomia e total subordinação ao Estado. Aquele 10. de abril - para os "vencedores" o Ano I da Ordem -, teria sido tomado como o Ano Mil da Classe Operária que nele viu ruir sua crença quase messiânica no Estado, de modo que todo o movimento anterior da história pode ser capturado e julgado através do seu "inexorável" fim.

O passado já estava todo ele definido, não sendo grande surpresa a derrota que se encontrava embutida nos rumos e nas características do movimento operário desde 1945¹. Debruçando-se no umbral da história, o intelectual transforma um acontecimento em força centrípeta capaz de aspirar todas as experiências anteriores e organizá-las racionalmente a partir de um suposto fim determinado e contido no processo histórico. A fragilidade da classe operária evidencia-se aí através de um critério *étatiste*, pela missão que deveria desempenhar num momento de queda do regime ao qual se apegara. Seu poder está, então, localizado em uma meta definida por outros agentes sociais que o avaliam em termos de obtenção de objetivos fixados. A contabilidade dos pontos marcados baseia-se nos triunfos da classe em momentos históricos decisivos. Mas, como afirmou E. P. Thompson, "apenas o

¹ Para Sandra Castro, "a partir de 1945, começou a definir-se os rumos e características que conduzirão à dramática derrota sobre o movimento operário por ocasião do golpe de 10. de abril de 1964". CASTRO, S., op. cit., p. 52.

platonista supõe que a política é uma arena onde o iluminado pode perseguir, de um modo ingênuo, apenas fins teleológicos". Os tentos marcados de forma menos triunfal são, nesta perspectiva, pouco relevantes no veredito que os julga a partir da tábua sagrada dos deveres da classe. Caberia perguntar se o percurso dos "passos" das classes sociais é um mistério da "História"; se existe um percurso inelutável e de antemão definido fora do fazer dos agentes sociais; se há um designio insondável que lhes aguarda no recôndito da história. A acreditar em oráculos é possível responder afirmativamente; porém, quem sabe com que cartas joga a Esfinge e com que chiste devemos saltar por cima da barbárie? Aquele que não souber desvendar os enigmas do monstro alado deitará tudo a perder? Ou estamos à espera de um novo Édipo a salvar das trevas Tebas e seu povo?

Remeto estas questões à belíssima "anti-analogia" de Thompson entre a história e um túnel ao analisar o "reformismo" trabalhista britânico:

"a história não pode ser comparada a um túnel através do qual um expresso corre até levar sua carga de passageiros para planícies ensolaradas. Se assim fosse, então, geração após geração de passageiros nasceria, viveria na escuridão e morreria enquanto o trem ainda estivesse dentro do túnel. Um historiador certamente deve estar, mais que os teleologistas, interessado na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido"².

Afinal, a longo prazo todo mundo é morto.

Thompson está se referindo, certamente, aos que avaliam a classe operária tão-somente pela sua capacidade de tomar o poder. No nosso caso em particular, a teleologia não está aí, pois a cobrança não se encontra na conquista do poder pela classe operária na conjuntura em questão. No entanto, não é menos teleológica a avaliação desta classe pela sua "inércia" face às forças que a jogaram no interior do túnel. Portanto, a teleologia não se localiza aqui nas "planícies ensolaradas" (do túnel ao paraíso), mas na escuridão do pós-64 tomado como o referencial do valor da classe operária no período precedente. Em outras palavras, os anos 1945-1964 tornaram-se legíveis no seu limiar; o tribunal da história, no umbral da história...

² THOMPSON, E. P. The peculiarities of english, op. cit., p. 70.

Greves Contra o Golpe

Insistindo ainda na pesquisa histórica, colocar a totalidade dos trabalhadores como os "bestializados" da "República Nova" frente ao golpe, é desconsiderar a força da repressão que imediatamente se abateu sobre a classe operária logo naquele 10. de abril; é não levar em conta, portanto, as diversas categorias dispostas à reação; é não trilhar os possíveis caminhos de recusa e resistência no pós-64 através de "pequenas lutas". Mas os teleologistas dirão que isto é uma ninharia que não passa de uma brincadeira de 10. de abril. Que importância teriam reações fluidas e fragmentadas diante do golpe fatal?

Uma clássica questão levantada desde 31 de março de 1964: por que os trabalhadores não resistiram ao golpe? A memória deixada pelos "revolucionários" é a memória do consenso, de toda a "sociedade brasileira" que teria saudado o golpe como um antídoto necessário e inquestionável frente ao "caos" do governo Goulart. E essa uma história bastante conhecida. Mas, detendo-nos apenas em Santos, constatamos que, àquela pergunta e a esses registros deixados pelos vencedores, as respostas estão pontilhadas de conflitos e recusas. Não foi por menos, certamente, que o então major Erasmo Dias fez esta afirmação:

"Santos foi onde a revolução correu maior perigo, maior risco. A cidade era como um ponto de partida, a própria origem da revolução. Por que aqui o esquerdismo adquiriu uma força potencial que não existia no Brasil inteiro. Durante um ano não houve um dia em que não tinha uma greve. (...) Essa força vinha do sindicalismo"³.

Não foram poucos os líderes nacionalistas que acreditavam numa resistência armada ou numa greve geral contra o golpe iminente. Na tarde de 31 de março, os sindicalistas da Baixada Santista reuniram-se em um apartamento de Waldemar Neves Guerra, presidente do SEASPS, para traçar o esquema de reação ao golpe anunciado pelos mais diversos boatos. A estratégia era entrar em contato com o III Exército e deflagrar uma greve geral⁴. Contudo, a "esquerda militar" não impôs qualquer resistência e, no dia 10. de abril, por determinação do Capitão dos Portos, os sindicatos sofreram imediata intervenção, onde se procurava supostas armas que serviriam para a "cubanização" do país. Neste mesmo

³ ALEXANDRINO, op. cit., p. 14.

⁴ Os dirigentes sindicais santistas esperavam contar com o apoio dos militares nacionalistas. Poucos dias antes do golpe, inclusive, foram ao Rio Grande do Sul e voltaram impressionados com a disposição de resistência de Brizola. Segundo Geraldo Silvino, dirigente do FSD, o governador gaúcho "andava com uma metralhadora na mão, 'aquela fanfarroneia toda, e tudo aquilo nos entusiasmava muito, pois éramos mais jovens'". IBID, p. 63.

dia, um comunicado do delegado da 7a. Divisão Policial informava a população que

"a situação na cidade é de absoluta normalidade, tanto assim que o transporte coletivo feito pelo SMTC será efetuado em sua plenitude a partir de zero hora do dia 2 do corrente. Comunica outrossim que as escolas funcionarão normalmente no dia de amanhã"⁵.

Desde o início do golpe, no entanto, nenhuma "normalidade" podia ser vislumbrada na Baixada Santista. Desde 31 de março o porto encontrava-se totalmente paralisado por iniciativa dos estivadores. No dia 1o. de abril, não havia qualquer serviço de bondes e nenhum trem trafegou sobre os trilhos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Em Cubatão, a Refinaria Presidente Bernardes, a Cosipa e outras indústrias permaneceram imobilizadas. Mesmo com as prisões e a fuga dos dirigentes sindicais, o movimento de resistência não demonstrava sofrer de acefalia: os trabalhadores eram sua cabeça e direção. Na refinaria foram registrados praticamente 21 dias de paralisação, num confronto aberto entre os trabalhadores e as forças militares sob o comando direto de Erasmo Dias⁶. Os portuários mantiveram a greve por três dias, mas sua reação ficou bastante conhecida pela teimosa "operação-tartaruga" que perdurou ainda por muito tempo.

E muito provável que os trabalhadores reconhecessem a pouca eficácia destas resistências frente à força golpista que se consolidava, mas procuraram deixar patente sua manifestação de repúdio com a ruptura da ordem institucional.

A Recusa nas Urnas

No plano da política municipal, um ano após o golpe, grande parcela da população santista expressou nas urnas sua insatisfação com o regime militar⁷. Em março de 1965, disputavam a prefeitura da cidade dois candidatos: o ex-secretário de Obras de Adhemar de Barros, Silvio Fernandes Lopes (PSP) e Esmeraldo Tarquínio, considerado político de esquerda e de oposição ao regime de força, que começou sua carreira política no Partido Socialista Brasileiro, através do qual foi eleito vereador. A Justiça Eleitoral, entretanto, manteve até 22 de fevereiro

⁵ IBID, p. 43.

⁶ O livro "Sombra Sobre Santos" narra em detalhes diversos lances dramáticos envolvidos em tal confronto.

⁷ Todos os dados que se seguem estão baseados em IBID.

a impugnação da candidatura de Tarquínio, deixando-lhe o prazo de apenas um mês para sua campanha. Nestas condições, um editorial da "A Tribuna" vaticinava:

"É possível que uma parcela do povo manifeste pelo voto nulo ou em branco a sua discordância com alguns aspectos censuráveis do pleito (...). É possível que o sombrio jogo dos partidos e das cúpulas atue somente como elemento desestimulador da presença dessa parcela do eleitorado que recorre ao voto em branco ou nulo para exprimir sua condenação"⁶.

E, de fato, o resultado não foi outro: deixaram de comparecer às urnas 25.828 eleitores, totalizando uma abstenção de 22% contra 14% em 1961. Registraram-se ainda 7.898 votos nulos e 2.297 em branco. O candidato pelo PSP saiu vitorioso no pleito com 42.559 votos, enquanto Tarquínio somou 34.496 votos. Apesar da derrota deste último, os resultados eleitorais foram bastante expressivos, podendo arrolar-se os seguintes argumentos: além do pouco tempo disponível para a campanha eleitoral, Tarquínio era uma espécie de anticandidato, negro e de origem humilde, um nome inadmissível para os vencedores da "revolução". Mas, em 1966, sob a bandeira "E a luta continua", Tarquínio foi reeleito deputado estadual, sendo o quarto candidato mais votado em todo o Estado.

Em 1968, assistimos ao coroamento desta escalada. Nas eleições para o executivo municipal, Esmeraldo Tarquínio concorria pelo MDB contra Alfeu Brandão (ARENA). A campanha situacionista contra o candidato de oposição "foi um misto de racismo disfarçado e intolerância política". Enquanto no seio da opinião pública crescia o nome de Tarquínio, espalhavam-se boatos de que Santos seria declarada área de segurança nacional, como ocorrera com 68 municípios, em abril de 1964. A campanha em torno da oposição começou, com vibrante empolgação, a tomar conta das ruas.

"Apesar das acusações e ameaças, Esmeraldo e Justo (vice) tornaram-se francos favoritos. Os candidatos encerraram as campanhas no campo do Santa Isabel, com baterias de escolas de samba, de forma apoteótica. Em certo momento todas as baterias voltaram-se para o lugar onde estavam Esmeraldo e Justo, dando a eles a certeza da vitória"⁷.

O resultado eleitoral não foi uma surpresa. Tarquínio ganhou a disputa com relativa margem em relação a Alfeu: 45.210 votos contra

⁶ IBID, p. 78.

⁷ IBID, p. 85.

36.378. A desforra estava concluída e grande parcela da população santista festejou nas ruas a vitória. Contudo, em meio às comemorações começavam os rumores de que os eleitos não chegariam a tomar posse e, em dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional no. 5, uma tranca praticamente inviolável nos canais de participação política; em março de 1969, Tarquínio recebeu a fatídica notícia de que fora cassado seu mandato como deputado estadual, perdendo todos os direitos políticos por dez anos; em abril, Santos sofreu intervenção federal, sendo nomeado prefeito o ex-comandante da Guarnição Militar de Santos, Bandeira Brasil, que governou por decreto até julho de 1970, período no qual a Câmara permaneceu fechada. Somente em 1984 os santistas voltariam às urnas para eleger o prefeito da cidade: Oswaldo Justo (PMDB), ex-vice de Tarquínio em 1968.

"Operação Tartaruga"

Imediatamente após o golpe, ouvimos os suspiros aliviados de diversos setores que não suportavam mais a "era das greves" e a "era das reivindicações" no porto de Santos. Apesar disso, o "fantasma" parecia mesmo renitente. As próprias publicações "oficiais" indicavam a persistência de determinados aspectos "inquietantes". Em 1966, o presidente do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis salientou ser "a mão-de-obra o problema básico dos portos nacionais, embora tenha o atual governo procurado corrigir uma série de distorções salariais existentes"¹⁰. Antes ainda, o governo federal tinha mandado executar uma pesquisa geral sobre os setores dos transportes, assinando um contrato com uma firma de Consultores de Engenharia da Holanda, cujo resultado foi uma minuciosa e alentada descrição dos problemas dos portos de Santos, Rio de Janeiro e Recife. O documento concluiu que "as relações de trabalho não são ainda muito boas. É necessário para o funcionamento ótimo dos portos que as administrações e a mão-de-obra tenham um melhor nível de entendimento, ou pelo menos uma compreensão de seus problemas, seus desejos e suas idéias sobre as soluções"¹¹.

Os portuários, no entanto, não estavam muito propensos ao entendimento e estavam-no menos ainda com quem havia eliminado de um só

¹⁰ Revista Docas de Santos, n. 23., jan-mar., 1966.

¹¹ ESTUDO de transportes no Brasil. Os portos do Rio de Janeiro, Santos e Recife, Haia, 1966, v. 5., pp. 1-3.

golpe um sem-número de direitos conquistados caprichosamente ao longo de vários anos. Em 1965, o ministro da Viação, marechal Juarez Távora, declarou "que a 'operação tartaruga' representou uma precipitação dos trabalhadores, que poderiam ter obtido amigavelmente do governo a satisfação de suas reivindicações"¹². O que significava "amigavelmente"? A referência pode não estar ligada apenas à "operação tartaruga", mas a outro episódio bastante desolador para o marechal. Segundo diversos depoimentos de ex-doqueiros, num determinado dia, Juarez Távora foi recebido pelos trabalhadores no porto de Santos com grande hospitalidade: saudaram-no com ovos e tomates...

Os doqueiros pareciam também recusar a interferência do sindicato como um canal de mediação e "entendimentos" na reconquista de seus direitos. Podemos ler esta recusa através dos apelos do presidente do SOSPS, Antonio Bispo, em 1966. Segundo ele, ao contrário "do que acontecia antigamente, não temos possibilidade de diálogo com as dignas autoridades", sendo

"preciso que a classe compreenda, permaneça com o espírito coeso e unido, dentro da maior harmonia e paz social e principalmente dentro da maior ordem e disciplina, em torno do seu sindicato, para um sindicalismo forte e um Brasil maior e não fique na faixa do cais ou nas esquinas verberando a direção do sindicato e dizendo que está acomodada e não defende os interesses da classe"¹³.

Lendo esta fala pelo avesso, vemos claramente um descrédito em relação ao sindicato e uma ausência de "colaboração" por parte dos trabalhadores, praticando atos de "indisciplina" e "desordem", expressos sobretudo pela "operação tartaruga", repudiada tanto pelas autoridades quanto pelo sindicato.

Após 31 de março de 1964, ficou célebre a "greve" dos portuários conhecida como "operação tartaruga", chegando numa semana a acarretar um prejuízo da ordem de 70 mil dólares¹⁴. José Abílio, um dos diretores do SOSPS afirmou em 1966 numa assembléia da categoria: que

¹² Revista Docas de Santos, São Paulo, Cia. Docas, n. 22., out-dez., 1965.

¹³ IDEM.

¹⁴ PAOLI, M. C. Desenvolvimento e marginalidade..., op. cit., p. 50.

"Não devemos falar em 'operação tartaruga', devemos é nos unir em torno do nosso sindicato. Devemos fazer aquilo que o nosso físico permitir e declarar às autoridades que não aguentamos o sacrifício do trabalho que está sendo nos imposto como se nós fôssemos máquinas gigantes. Não vamos aguentar esta forma de trabalho contínuo e bruto, e assim não vamos produzir mais do que vínhamos produzindo, e depois de tudo vamos ser responsabilizados pela queda da produção"¹⁵.

Estranho e paradoxal pronunciamento: não falar em "operação tartaruga", mas em "produzir o que vínhamos produzindo".

Mas a reação dos trabalhadores não ocorria exclusivamente nos locais de trabalho. Um artigo da revista "Industrialização e Desenvolvimento" salientou que a "velha ética" do trabalho - "irresponsável" - pretendia voltar. Tratava-se do "resíduo demagógico". Na Justiça do Trabalho os portuários tentavam reconquistar seus "privilégios perdidos". No Congresso Nacional, a contra-ofensiva pretendia revogar as leis do dissídio coletivo e aquelas que regulamentavam o exercício de greve, além de restabelecer os direitos trabalhistas¹⁶. O então presidente do SOSPS lembra-se de ter constituído comissões para fazer o governo restituir as conquistas perdidas pelos portuários. Neste sentido, o próprio governo baixou um decreto a ser encaminhado para o Congresso e as comissões dos trabalhadores apresentaram diversas emendas. Todavia, na hora da aprovação do Congresso, sob a presença de uma grande delegação de portuários de vários pontos do país, "o governo, com o voto do líder - naquela época era o Rui Santos-, botou pra baixo porque o Juarez (Távora) conseguiu avião da FAB, convocou o pessoal, os deputados todinho da ARENA pra tá presente no dia da votação. E nós conseguimos muito apoio de outros deputados" (depoimento de Antonio Bispo). O fato é que o ministro da Viação obstruiu a aprovação do projeto. Pouco tempo depois, em 1968, foi baixado o Ato Institucional n. 5 fechando o Congresso e praticamente todos os espaços por onde se podia observar ainda alguma forma de participação dos movimentos reivindicativos. O que significou para o país este "segundo golpe" é bastante conhecido.

O caminho estava aberto para a reorganização do trabalho portuário. Desde 1964 e, sobretudo, a partir de 1969, o porto sofreu

¹⁵ Ata de Reunião específica..., op. cit., 9.6.66.

¹⁶ MARTINS, Itamaraty. No mundo do trabalho a guerra dos dois resíduos..., op. cit., p. 40.

importantes reformulações tanto em tamanho quanto em inovações tecnológicas. Capital e governo estariam buscando uma solução "técnica" para problemas políticos? Há tempos reclamava-se uma maior mecanização das instalações portuárias a fim de substituir uma mão de obra indócil e resistente face a qualquer grande modificação no processo de trabalho. Sabemos que as inovações tecnológicas são muitas vezes o talismã dos empresários para apagar os conflitos de classe. Não é casual que alguns documentos oficiais sobre a história do porto de Santos indiquem o ano de 1969 como um marco. Em 1974, o ministério dos transportes divulgou uma publicação bastante ufanista onde lemos que

"a fase atual da história econômica do porto é marcada pela criação da COSEPS (Comissão Especial para a Coordenação dos Serviços Portuários de Santos), em 1969. Um dos primeiros problemas enfrentados pelo novo órgão foi o do congestionamento do porto, gradualmente eliminado no decorrer do mesmo ano. Para atingir suas metas, como aumento da produtividade, redução do custo operacional e a fixação de condições para eliminar as sobretaxas e baratear o frete marítimo, a COSEPS adotou providências para melhor aproveitamento dos recursos humanos e das instalações e equipamentos existentes e dinamizou a execução do programa de investimentos"¹⁷.

O que teria significado esse "aumento da produtividade", as "condições para eliminar as sobretaxas", um "melhor aproveitamento dos recursos humanos" e a eliminação do congestionamento? Como os portuários reagiram a tais transformações¹⁸? É muito provável que tenham continuado persistindo novos embates nos locais de trabalho e que, diante do sufocamento político no pós-68, tenham sido descobertas outras maneiras subterrâneas pelas quais os trabalhadores ainda tenham podido se movimentar e acumular certas experiências ao longo do período. Seguindo as pistas de Eder Sader em seu estudo sobre a trajetória dos trabalhadores da Grande São Paulo nos anos 70, podemos supor que a vida cotidiana nos bairros tenha sido o lugar privilegiado e possível da atuação dos portuários¹⁹. Contudo, as respostas a estas questões e hipóteses estão a exigir outra pesquisa.

¹⁷ MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, Porto de Santos, 1974.

¹⁸ Merece um estudo particularmente detalhado uma das mais importantes inovações no processo de trabalho do porto, a saber, a introdução da containerização, que altera radicalmente a organização do trabalho portuário.

¹⁹ SADER, E. Quando novos personagens..., op. cit.

Anexo

DISCRIMINAÇÃO DO PESSOAL - DIVISÃO DO TRAFEGO (CDS)

	Estudo e Controle	Dep. de Transp.	Dep. de Operações	Total	% do total
Escritório	133	80	579	945	15.0
Conferentes	287	-	-	287	4.6
Oper. Equip.	-	-	-	-	-
Elétrico	-	-	511	511	8.1
Oper. Equip.	-	291	-	291	4.6
Tratoristas	-	84	-	84	1.2
Motoreiros	-	123	-	123	2.0
Trip. Locomot.	-	142	-	142	2.3
Sinaleiros	-	159	-	159	2.5
Chefes de trem	-	67	-	67	1.1
Pessoal vagões	-	44	-	44	0.7
Pessoal locomot.	-	35	-	35	0.6
Capatazes	-	30	252	300	4.8
Pessoal capatazia	-	-	2737	2737	43.4
Trab. armazéns	-	-	308	308	4.9
Serventes	-	-	56	56	0.9
Outros	-	188	21	209	3.3
Totais	420	1.243	3953	6298	100.0
% do Total	6.7	19.7	62.8	100.0	

DISCRIMINAÇÃO DE PESSOAL DA CDS - POR DIVISÕES

Divisões da CDS	Registrados	Disponibilidade Média
Escritório Rio	36	32
Inspetoria Geral	199	179
Divisão Financeira	222	200
Divisão de Pessoal	173	156
Polícia Portuária	526	446
Divisão do Tráfego	5767	4614
Divisão de Conservação	768	668
Divisão Mecânica	1687	1458
Divisão de Obras Cíveis	44	40
Divisão Eletricidade	1003	828
Total	10425	8621

Fonte: ESTUDO de transportes do Brasil. Os portos do Rio de Janeiro, Santos e Recife, Haia, 5, 1966.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Lais. O resgate da dignidade (a greve de 1978 em São Bernardo). Dissertação de Mestrado, USP, 1986.
- ACCAMPO, Elinor. Entre la classe sociale et la cité: identité et intégration chez les ouvriers de Saint-Chamond, 1815-1890. In: Le mouvement social, Paris, 118 (4), jan-mar. 1982.
- ALBUQUERQUE, Marli de. Modernização do espaço portuário do Rio de Janeiro e a organização sindical: os pigmeus do Boulevard. In: Estudos (Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da USP), São Paulo, 12, jul. 1989.
- ALEN, Silvio Frank. Os trabalhadores e a redemocratização. Tese de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1981.
- ALEXANDRINO, Carlos M. & SILVA, Ricardo M. da. Sombras sobre Santos: o longo caminho de volta. Santos, Secretaria Municipal de Cultura de Santos, 1988.
- ALMEIDA, M. Hermínia. O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. Revista Debate e Crítica, São Paulo, 6, jul., 1975.
- ALVIN, Mara Rosilene B. Família e operários de origem camponesa; uma leitura da Crise do Brasil Arcaico. In: LEITE LOPES, José S. (coord.). Cultura e identidade operária. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, Marco Zero, s/d.
- AMADO, Jorge. Os suterrâneos da liberdade 2: agonia da noite. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- ANDRADE, Regis de. Perspectivas no Estado populista brasileiro. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 7, jan. 1961.
- ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo, Cortez, 1982.
- ARAÚJO, Braz José de. Operários em luta: metalúrgicos da Baixada Santista (1933 - 1983). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- ARAÚJO FILHO, José R. A expansão urbana em Santos. In: VÁRIOS AUTORES. A Baixada Santista: aspectos geográficos. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1965, v. 3.
- _____. Santos, o porto do café. Rio de Janeiro, Fundação IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.
- BANDEIRA, Moniz. O governo Goulart: lutas sociais no Brasil, 1961-1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- BASBAUN, Leôncio. Uma vida em seis tempos. São Paulo, Alfa-ômega, 1976.
- BARROS, G. M. Guilherme Guinle: ensaio biográfico. Rio de Janeiro, Agir, 1982.
- BEDARIDA, François. La vie de quartier en Angleterre: enquêtes empiriques et approches théoriques. Le mouvement social, Paris, 118 (4), jan.mar. 1982.
- BEISUELMAN, Paula. Morros santistas. Sociologia, São Paulo, 10, 1945.
- BENEVIDES, Maria V. O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo, Brasiliense, 1989.
- BERNARDO, Antonio Carlos. Tutela e autonomia sindical. Brasil: 1930-1945. T. A. Queiroz Editor, São Paulo, 1982.

- BOSI, Eclée. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo, T. A. Queirós, 1983.
- BRANDÃO LOPES, Juarez R. Crise do Brasil Arcaico. São Paulo, Difel, 1967.
- _____. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo, Difel, 1964.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- CALDEIRA, Teresa P. A política dos outros. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Rio de Janeiro, 1987.
- CASTORIADIS, C. A experiência do movimento operário. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Sandra. Apogeu e crise do populismo (1945-1964). In: LOWY, M. et alii. Do movimento operário independente ao sindicalismo de Estado. Belo Horizonte, Vega, 1980.
- CERTEAU, Michel. L'invention du quotidien: arts de faire. Paris, Galimard, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. Classes perigosas. Trabalhadores: Classes Perigosas, Campinas, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1990.
- _____. Trabalho, lar e botecoim. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____. Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1980.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro, Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CHAUÍ, Marilena de S. & FRANCO, M. Sílvia. Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- CHILCOTE, Roland H. Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- COSTA, Amad. O CGT e as lutas sindicais brasileiras: 1960-1964. São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981.
- COSTA, Hélio da. A luta dos trabalhadores no final do Estado Novo. Item da Dissertação de Mestrado em fase de conclusão, UNICAMP, 1991, mimeo.
- DECCA, Edgar de. O silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DELGADO, Lucília de A. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964. Petrópolis, Vozes, 1986.
- DELGADO, Lucília de A. Neves. PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo, Marco Zero, 1989.
- DOBB, Maurice. Os salários. São Paulo, Cultrix, 1975.
- DREIFUSS, René. 1964: A conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

- DUARTE, Luiz Fernando D. Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. In: LEITE LOPES, José S. (coord.) Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro, Marco Zero, s/d.
- DUNAM, Eunice. A caminho da cidade. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- DULLES, John F. O comunismo no Brasil (1935-1945). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- ERICKSON, K. Sindicalismo no processo político brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo, Difel, 1981.
- FONSECA, Rubem. Agosto. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade - I - A vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. Vigiar e punir. Petrópolis, Vozes, 1983.
- FRDTA, Fernando. Problemas contemporâneos da Marinha Mercante. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GITAHY, Malu. The port workers of Santos, 1887: labor movement and urban culture in an early 20th century Brazilian city. PhD. Dissertation, University Colorado, 1991.
- _____. Porto de Santos (1888-1908). In: PRADO, A. A. Libertários no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____. Os trabalhadores do porto de Santos. Tese de mestrado, Departamento de História/UNICAMP, 1986.
- _____. Processo de trabalho e greves portuárias, 1887-1910: estudo sobre a formação da classe operária no porto de Santos. In: Ciências Sociais Hoje, Rio de Janeiro, Vértice, 1987.
- GOLDENSTEIN, Léa. A industrialização da Baixada Santista: estudo de um centro industrial satélite. São Paulo, Instituto de Geografia da USP, 1972.
- _____. Cubatão e sua área industrial. In: VÁRIOS AUTORES. A Baixada Santista, aspectos geográficos. São Paulo, EUDSP, 1965, v. 4.
- GOMES, Angela M. de Castro & ARABJO, M. CELINA D'. Getulismo e trabalhismo. São Paulo, Atica, 1989.
- GOMES, Angela M. de Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo, Vértice, 1988.
- GROSSI, Yvonne de S. Mina de Morro Velho: a extração do homem - uma história de experiência operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- HUMPHREY, John. Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística. Petrópolis, Vozes, 1982.
- HAUPT, George. Por que a história do movimento operário? Revista Brasileira de História. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, 5 (10), mar-ago. 1985.
- HORSBAM, Eric. Mundos do trabalho. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- _____. Os trabalhadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

- IANNI, Octavio. Industrialização e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- _____. Populismo e classes subalternas. In: Revista Debate e Crítica. São Paulo, 1: 7-17, jul/set., 1973.
- JAMES, D. Ideologia populista e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955-1960. Revista Brasileira de História. Rio de Janeiro, Marco Zero, 5 (10), mar-ago. 1985.
- KOVAL, Boris. História do proletariado brasileiro, 1857-1967. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- LEITE LOPES, José S. A Companhia Paulista: a tecelagem dos conflitos. São Paulo, Marco Zero/UNICAMP, 1988.
- _____. Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: Mudança social no nordeste. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. O vapor do diabo. São Paulo, Paz e Terra, 1976.
- LEITE, Márcia de Paula. Sindicatos e trabalhadores na crise do populismo. Tese de Mestrado, UNICAMP, 1983.
- LECOQC-MÜLLER, Nice. A população regional. In: VARIOS AUTORES. A Baixada Santista, aspectos geográficos. São Paulo, EDUSP, 1965, v. 2.
- LIMA, Joaquim Celso. Navegar é preciso: memórias de um operário comunista. São Paulo, Diniz, 1984.
- LINDBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. Revista Brasileira de História. Rio de Janeiro, Marco Zero, 6, set. 1983.
- _____. Crime e industrialização. In: PINHEIRO, P. S. (org.). Crime, violência e poder. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LORO, Hélio. Docas de Santos: suas origens, lutas e realizações. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1936.
- LONER, Ana Beatriz. O PCB e a linha do "Manifesto de Agosto": um estudo. Tese de Mestrado, UNICAMP, 1985.
- LOYOLA, Maria Andrea. Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais. Petrópolis, Vozes, 1980.
- LÖWY, Michel et alii. Introdução a uma história do movimento operário brasileiro no século XX. Belo Horizonte, Vega, 1980.
- LUCENA, Arlindo. Bagrinhos e tubarões. São Paulo, Fulgor, 1964.
- MALOY, James M. Política de previdência social no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1966.
- MARAN, Sheldon. Anarquistas imigrantes e o movimento operário brasileiro (189-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MARANHAO, Ricardo. Sindicatos e democratização. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MARLIN, S. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os patrões?). In: GORZ, André. (org.) Crítica da divisão do trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- MARONI, Améris. A estratégia da recusa. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARX, Karl. O capital. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- MIGLIOLI, Jorge. Como são feitas as greves no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

- NOISES, José Alvaro. 1953: a greve dos 300 mil em São Paulo. Contraponto, Rio de Janeiro, 1 (14), 1976.
- MOORE JR., Barrington. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MONTGOMERY, David. El controle obrero en Estados Unidos. Madrid, Servicio de Publicaciones de Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985.
- MORAES, Denis de. A esquerda e o golpe de 64. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.
- MUNAKATA, Kazumi. Compromisso de Estado. Revista Brasileira de História. Rio de Janeiro, Marco Zero, 7, mar. 1984.
- _____. O lugar do movimento operário. In: Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo, ANPUH-UNESP, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, São Paulo, 1, Brasiliense, 1976.
- PAOLI, Maria Célia. Desenvolvimento e marginalidade. São Paulo, Pioneira, 1974.
- _____. et alii. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. Revista Brasileira de História. Rio de Janeiro, Marco Zero, 3 (6), mar. 1983.
- _____. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LEITE LOPES, J. S. (org). Identidade e cultura operária. Rio de Janeiro, UERJ/Museu Nacional/Marco Zero, s/d.
- _____. Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania, leis do trabalho no Brasil: 1930-1950. Tese de Ph.D., London University, 1988 (1a. versão).
- PERROT, Michelle. Os excluídos da história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. Jeunesse de la grève. Paris, Seuil, 1984.
- _____. Greves, grevistas et conjuncture. In.: Le Mouvement Social, Paris, 63 (119), 1968.
- PHILIPS, S. & WHITESIDE, N. Casual Labor: unemployment in the port transport industry: 1880-1970. Oxford, Clarendon Press, 1985.
- PRATA, Raulpho. Navios iluminados. São Paulo, Clube do Livro, s/d.
- RAMALHO, José R. Estado-patrão e luta operária: o caso FNM. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- RIO, João do. A alma encantadora das ruas. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1951.
- RODRIGUES, José A. Sindicato e desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Símbolo, 1979.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. Classe operária e sindicalismo no Brasil. In: Sindicato e sociedade. São Paulo, Difel, 1968.
- _____. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Difel, 1968.
- _____. Industrialização e atitudes operárias. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- _____. Sindicalismo e classe operária. In: BORIS, Fausto (org.). História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, tomo 10.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- SANTOS, Francisco Martins dos. História de Santos (1532-1936). São Paulo, Revista dos Tribunais, s/d.
- SANTOS, José B. Nos bastidores da luta sindical. São Paulo, Diniz, 1985.
- SARTI, Ingrid. O porto vermelho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- SENNETT, Richard. O declínio do homem público. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SCHDEPS, Wolfgang & DELAZARD, Walter (coords.). Influência Econômica do Porto de Santos. Rio de Janeiro, Agir, s/d.
- SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. São Paulo, Dominus, 1966.
- SIMEY, S. La comunidad portuaria y el sindicalismo. In.: TELLA, T. di. Estructuras sindicales. Buenos Aires, Nova Visión, 1969.
- TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil. São paulo, Ciências Humanas, 1981.
- TENFELDE, Klauss. Cultura mineira na Alemanha: um ensaio de interpretação. Revista Brasileira de História, Sociedade e Cultura. Rio de Janeiro, 8 (15), set.87/fev.88.
- TEORIA E DEBATE. São Paulo, n.6, abr-jun. 1989.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 3 vols.
- _____. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. The peculiarities of english. In: The poverty of theory and other essays. New York, Monthly Review Press, 1978.
- _____. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona, Crítica, 1979.
- TOLEDO, Caio N. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo, Atica, 1978.
- _____. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- TREVISAN, M. José. Anos 50: os empresários e a produção cultural. Revista Brasileira de História, Sociedade e Cultura. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 8 (15), set.87/fev.88.
- _____. O projeto do empresariado e a estratégia da industrialização. Tese de Mestrado, USP, 1981.
- TROYANO, Anez. Estado e sindicalismo. São Paulo, Símbolo, 1978.
- VELASCO CRUZ, Maria C. Portos, relações de produção e sindicato: o caso do Rio de Janeiro na Primeira República. Ciência Sociais Hoje. Rio de Janeiro, Cortez, 1986.
- VERA, Maria C. P. O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- VERDE, Valéria V. Forum Sindical em Paranaquá: tecendo um princípio. Tese de Mestrado, Universidade Estadual do Paraná, 1988.
- VIANNA, L. Werneck. Apontamentos sobre a questão operária e sindical. Encontros com a Civilização Brasileira, 13, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- VIANNA, L. Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período (1945-1964). Revista de Cultura Contemporânea, 1, São Paulo, CEBRAP, 1973.

_____. Origens do sindicalismo populista no Brasil. Estudos CEBRAP, 4, abr-jun. 1973.

_____. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

_____. Sindicatos e política. Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo, 1975.

FONTES

A) Anais, Artigos de Periódicos, Fontes
Estatísticas, Relatórios, Revistas.

ANAIS da Primeira Semana de Estudos Sobre Transportes Marítimos e Construção Naval. São Paulo, 1960.

BOLETIM INFORMATIVO. São Paulo, FIESP, 1962-1964.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial de Inquérito sobre o Porto de Santos. Síntese de seus Trabalhos. Rio de Janeiro, 1947.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, 1945-1964.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos Municípios. Rio de Janeiro, 1958, vols. 28-30.

BRASIL. Ministério da Guerra - II Exército. Esclarecimentos sobre o problema social da greve. São Paulo, 1962.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Estatística portuária. Rio de Janeiro, 1955-1968.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório das atividades do ano de 1962 apresentado pelo ministro Hélio de Almeida ao Presidente João Goulart, 1963.

BRASIL. Departamento de Portos e Vias Navegáveis. O porto de Santos, 1974.

COMPANHIA DOCS DE SANTOS. Convenção Coletiva de Trabalho. Santos, 1953.

COMPANHIA DOCS DE SANTOS. Convenção Coletiva de Trabalho. São Paulo, Gardesani, 1960.

COMPANHIA DOCS DE SANTOS. Relatório Anual da Diretoria. Santos, 1933-68.

A CONCITAÇÃO dos objetivos técnicos e sociais nos portos. Portos e Navios, Rio de Janeiro, 6 (52), 1963.

CONGESTIONAMENTOS do porto de Santos preocupa a indústria. Boletim Informativo. São Paulo, FIESP, n. 672, 22.8.62.

CONJUNTURA ECONOMICA. São Paulo, 1939-1969.

DESENVOLVIMENTO E CONJUNTURA, São Paulo, 5, mai. 1963.

ESTUDO de transportes no Brasil. Os portos do Rio de Janeiro, Santos e Recife. Haia, 1966, 5 vols.

A GRAVE crise portuária de Santos. Estudo sobre o maior porto brasileiro. Revista do Comércio. Rio de Janeiro, 1946.

"INDUSTRIALIZAÇÃO e DESENVOLVIMENTO". São Paulo, 1 (1): 38-9, 1968.

MAIA, F. Prestes. O plano Regional de Santos. Digesto Econômico. São Paulo, 38, 1948.

MARTINS, Itamaraty. No mundo do trabalho a guerra dos dois resíduos; a recuperação de um porto. Industrialização e Desenvolvimento. São Paulo, 1, (1), jul. 1968.

"MEMÓRIA Sindical da Baixada Santista". Faculdade de Filosofia de Santos, 17.5.90. Evento gravado pelo autor.

MUYLAERT, Roberto. Santos mecaniza transporte. Transporte Moderno, 3 (31), fev. 1966.

- FINIAS Pública e o porto de Santos. Boletim Informativo, São Paulo, FIESP, n. 664, 14.11.62.
- PORTO de Santos. O Observador Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro, ago. 1939.
- PORTO de Santos: epopéia de engenharia brasileira. Revista do Comércio, Rio de Janeiro, nov. 1947.
- PORTO de Santos e suas crises. Digesto Econômico, São Paulo, 11, out. 1945.
- PORTOS E NAVIOS. Rio de Janeiro, mar/1958-dez/1981.
- PROBLEMAS do transporte marítimo. Portos e Navios. Rio de Janeiro, 6 (50), out. 1963.
- REGULAMENTO do Exercício da Profissão de Estiva e Desestiva do Porto de Santos, 27.6.46.
- REVISTA DOCAS DE SANTOS. São Paulo, Companhia Docas de Santos, n. 1-37, 1960-1969.
- REVISTA DOS TRANSPORTES. Rio de Janeiro, 1954-1975.
- RIBEIRO, Paulo de Assis. Relatório sobre o porto de Santos encaminhado ao Ministro João Alberto. Rio de Janeiro, set., 1945, mimeo.
- ROITMAN, L. Greve no porto contra Franco, mimeo., s/d.
- SANTOS, porto mal comportado. Transporte Moderno. São Paulo, 1, (6), jan. 1964.
- SINDICATO DOS OPERÁRIOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS DE SANTOS. Atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, 1937-1967.
- A SITUAÇÃO do porto de Santos. Revista de Organização Científica (IOORT). São Paulo, 182-184, fev-abr., 1947.
- SODRE, Nelson W. O problema do porto de Santos. Digesto Econômico, 32, jul. 1947.
- A SOLUÇÃO das crises do porto de Santos. Associação Comercial de São Paulo. São Paulo, São Paulo Editores, 1927
- TRANSPORTE MODERNO. São Paulo, Abril, 1963-1976.

B) Jornais

"Correio da Manhã"	"Hoje" (1945-46; 1950-52)
"Correio Paulistano"	"O Jornal"
"Correio de Santos"	"Jornal do Brasil"
"O Dia" (RJ)	"Jornal do Comércio"
"O Diário" (Santos)	"A Noite"
"Diário de Notícias"	"A Nota"
"O Estado de São Paulo"	"Notícias de Hoje" (1952-59)
"Folha da Manhã"	"Novos Rumos" (1959-64)
"Folha da Noite"	"Política Operária" (1962-64)
"Folha de São Paulo"	"A Tribuna" (Santos)
"Última Hora"	"Tribuna da Imprensa"